

HISTÓRIA DO BRASIL

1800 - 1889

4.º VOLUME

Exemplar

1862



Série 5.ª

BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA
BRASILIANA

Vol. 176-C

PEDRO CALMON

★

HISTÓRIA DO BRASIL

O IMPERIO

1800 - 1889

★

4.º VOLUME

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
São Paulo - Rio de Janeiro - Recife - Bahia - Pará - Pôrto Alegre

1947

Bibl. Central
56.583

1947

IMPRESSO NOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Printed in the United States of Brazil .

ÍNDICE

EXPLICAÇÃO	9
I — AMERICA E EUROPA A guerra de 1801 — Conquista das Missões.	13
II — A CORTE NO BRASIL O ultimo recurso — Invasão de Junot — Chegada á Bahia — A abertura dos portos — Ensino medico	19
III — O GRANDE GOVERNO Linhares — A instadação da Corte — Os atos decisivos — O surto comercial — Os tratados ingleses — Cidade nova — Progresso — Estrangeiros illustres — Conquista de Caiena.	
IV — A POLITICA DO REI A princesa e o Prata — Diplomacia de Strangford — Artigas — O Brasil Reino — Conde da Barca — A conquista da Cisplatina — A occupação	61
V — PROSPERIDADE GERAL O Conde dos Arcos na Bahia — Norte e sul — Provincia do Rio — A mão de obra	91
VI — A REVOLUÇÃO DE 1817 6 de Março — A repressão — A 2. ^a Divisão — A crise em esboço — Coroação — Tomaz Antonio	105
VII — A REVOLUÇÃO DE 1820 Palmela — No Pará e na Bahia — A adesão do Rei — O regresso de D. João VI.	122
VIII — O PRINCIPE D. PEDRO A Regencia — A idéia brasileira — De Coimbra... — José Bonifacio — A sedição de Goiana — A solução monárquica	136
IX — O PRINCIPE FICOU O movimento de opinião — 9 de Janeiro — Expulsão de Avilez — Conselho de procuradores — Os deputados em Lisbôa — As Juntas provinciais — Viagem a Minas — A luta na Bahia — Defensor perpétuo	150

- X — FUNDAÇÃO DO IMPERIO
 Jornada a S. Paulo — Ipiranga — Imperador —
 A primeira contenda 170
- XI — A GUERRA DA INDEPENDENCIA
 Armada imperial — Libertação da Bahia — Piauí
 e Maranhão — No Pará — O ultimo reduto. 181
- XII — A CONSTITUINTE
 Os representantes — Destituição dos Andradas —
 O projeto — Dissolução da Assembléa . . . 196
- XIII — O PRIMEIRO REINADO
 Choque de idéias — A Constituição — Em Per-
 nambuco — Confederação do Equador — A vi-
 tória da “Bôa ordem” — Os “periquitos” — Re-
 conhecimento do Imperio 205
- XIV — GUERRA DAS PROVINCIAS UNIDAS
 Momento propicio — A sublevação uruguáia —
 Passo do Rosario — Bloqueio e corsarios —
 Paz de 1828 226
- XV — D. PEDRO I E OS LIBERAIS
 A Assembléa — Más finanças — Leis importan-
 tes — A sucessão portugueza — Barbacena —
 Colunas e Jardineira — Turbulencia — A abdi-
 cação 239
- XVI — A REGENCIA
 Os equívocos — Correntes — As sociedades —
 Feijó no governo — Os africanos — Restaura-
 dôres — O Senado — O fracassado golpe de
 Estado — Os “caramurús” dominados — Des-
 agregação — Nas provincias — A revolta de
 Ouro Preto — O Ato Adicional 263
- XVII — O PERIODO DE FEIJÓ
 O Regente forte — Farrapós! — Cabanos! — A
 fronteira do norte — Declínio da revolução — A
 Republica de Piratini — A queda de Feijó — Os
 dois partidos 294
- XVIII — A REAÇÃO MONARQUICA
 Ministério das capacidades — A Sabinada —
 Retrocesso — Recrudescencia da luta — Balaiada
 — Caxias 310
- XIX — O INICIO DO SEGUNDO REINADO
 A Maioridade — “Quero já!” — Os liberais de

- cima — Coroação do Imperador — As leis reacionárias 327
- XX — AS AGITAÇÕES LIBERAIS
O erro de 1842 — Levante em Sorocaba — A revolução em Minas — A pacificação do Rio Grande — Oribe e Rosas 340
- XXI — O PODER PESSOAL
O domínio conservador — Política externa — O tratado inglês — A tarifa de 1843 — “Atraz da cortina...” — A ascensão dos conservadores — A revolta praieira 352
- XXII — O APOGEU DO IMPERIO
Extinção do tráfico — “Californias” — Plano de guerra — A campanha de 1851 — Caseros — Os tratados uruguaiois 370
- XXIII — ECONOMIA, CIVILIZAÇÃO E PROGRESSO
Quadro geral — Bancos — Finanças do Estado — Trabalho e colonização — O café — Mauá — Renovação urbana — Telegrafo — Rodovias — Estradas de ferro — Navegação — Projeção comercial 383
- XXIV — A CONCILIAÇÃO
Poder providencial — A idéia da conciliação — Novas províncias — Ministério de Paraná — O cólera — A liga — A questão bancaria — Epilogo da conciliação — 1860-1862 404
- XXV — QUESTÕES INTERNACIONAIS
A questão de Christie — O “lenço branco” — Crise uruguaia — “Casus belli” — Pródromos da “guerra grande” 416
- XXVI — GUERRA DO PARAGUAI
Os antecedentes — O 2.º López — Invasão de Mato Grosso — Improvização militar — Política parlamentar — As alianças — Laguna — Riachuelo — Uruguaiana — A campanha — Tuiuti — Curupaiti — De novo Caxias — 3 de Novembro — Humaitá — Batalhas de Dezembro — O conde d’Eu — O fim da guerra 427
- XXVII — PAZ E LIMITES
O problema da paz — Os tratados de 1872 — Entendimentos e concordia — Os limites do Brasil 464

XXVIII	— EVOLUÇÃO E REVOLUÇÃO	
	Sobem os conservadores — Surgem os republicanos — Oposição liberal — A questão abolicionista	471
XXIX	— O LIBERALISMO IMPERIAL	
	Após guerra — Visconde do Rio Branco — A lei de 28 de Setembro — Questão dos bispos — Caxias no Governo — A questão eleitoral	477
XXX	— SOB O SIGNO DA ELEIÇÃO DIRÉTA	
	O ministério de Sinimbu — Ministério de Saraiva — Ministério de Martinho Campos — Ministério de Paranaguá — Ministério de Lafayette — Ministério Dantas	491
XXXI	— O ABOLICIONISMO E O FIM DO IMPÉRIO	
	Movimento de idéias — Sexagenários — A questão militar — O Imperador e o país — A terceira regencia — Lei aurea — Oitenta e nove — Ambiente economico — De junho a Novembro	500
XXXII	— A REPUBLICA	526
XXXIII	— A CULTURA NO IMPÉRIO	
	A epoca de Cairú — Imprensa — História — Geografia — Ciências naturais — Medicina — Direito — Belas artes — A fase de Gonçalves Dias — A filosofia — Realidades brasileiras	534
INDICE	ONOMASTICO	566

EXPLICAÇÃO

UM volume por seculo — foi o plano desta obra. O 4.º, que trata da História do Imperio, abrange o seculo XIX, de 1800 — quando, para o Brasil, amanhece ao som longínquo das guerras que transformam o mundo, a 1889, quando caíu a monarquia. O Imperio estende-se da chegada da côrte portugueza, que vem fundá-lo, à implatação da Republica, em que terminou, na sua evolução metódica, liberal e macia. A historia do Brasil nesse periodo transcorre sob os auspícios de um trôno: D. João VI, que o crea, D. Pedro I, que o emancipa, D. Pedro II, que o eleva e consolida. Mas não se faz à volta da instituição que o serve: ela é o acesoário ou o símbolo de sua unidade; a projecção politica de sua continuidade histórica; a representação exterior de sua soberania sobrecarregada de tradição, autoridade e ordem. Ordem, autoridade e tradição corrigem as tendencias revolucionárias, desintegrativas e provincialistas que, não fôra o Imperio em 1822, e a solução legalista de suas dificuldades em 1831, teriam dado outra direção, talvez outra fisionomia à inexperiencia nacional nas fases dramaticas da formação, da organização, do impetuoso crescimento do Brasil independente. Entre 1800 e 1808, a colonia alarga-se em prejuizo da vizinhança. De 1808 a 21 goza as regalias de metropole bem amada. Convulsiona-se na sua crise de auto-

nomia em 21 e 22. Ingressa na família dos povos livres com a originalidade do seu sistema imperial, que escandaliza a America mas lhe afaga os sentimentos conservadores e cautos. D. Pedro I perde-se, porque não se separou convenientemente dos interesses europeus; D. Pedro II salva-se, porque os sobrepujou. A Regencia exalta, prova, desgasta a vocação republicana das elites inspiradas pelo liberalismo de 1830. O segundo Reinado é uma bandeira de paz. Respirámos a atmosphéa variavel dos factos estrangeiros. Flutuámos na sua onda ideologica. Reflectimos o seu romantismo, o seu legitimismo, o seu socialismo. O que foi popular em 1822, na éra da Santa Aliança, merecia agressão e vilipêndio em 1831, na éra carbonaria. O que foi a idolatria das ruas em 1832, delas fugia magoadamente em 1840. A euforia constitucional da monarquia de Luiz Filipe correspondeu o optimismo burguês da monarquia de D. Pedro II. Em 1848 estremece nos seus pilares o regime. Firma-se, honesto e sólido, em 1850. Está no apogeu em 53. E' poderoso em 64. Identifica-se com a nação em 65. Sofre em 70 a grande prova das reformas que lhe sacodem a estrutura, remodelam o arcabouço, modificam a face e desorientam a marcha. O manifesto de 70 com a sua nota estridente de republica à americana, traz nos écos democraticos a mensagem universal. O Imperio, porem, não fica atraz do seu tempo. Põe-se à frente dele nas suas transformações prudentes ou ousadas; é tolerante, plastico, proteico; liberaliza-se com os ministros de indole revolucionaria, conserva-se, retráe-se com os ministros de pulso reaccionário e rijo. Afinal revolta-se contra si

mesmo, abandonando os velhos supórtes; festeja a sua renúncia, com a apoteóse de 13 de Maio; e deixa-se levar pelos acontecimentos iluminado, no seu crepusculo, pelo respeito das potencias, pela confiança continental, pelo decôro politico que preserva, na cêna derradeira do regime. A Republica antecipara-se à monarquia com as reformas; antedatara-se na democracia eleitoral; apresentava-se como uma surprêsa pacifica em 89 — evolutiva, acomodaticia, fácil. O Imperio encerrou dignamente o seu ciclo nacionalizante. Legava aos nówos homens e às novas idéias um país acreditado, coêso, definido, indis-solúvel, com a sua economia tímida, é verdade, com a sua difusa pobrêsa, o seu destino agricola, os seus problemas apenas delineados, mas sufficientemente robusto na posse convicta de sua alma. Não é a prosperidade das balanças comerciais que diz da pujança de uma nação. Nos momentos mais depressivos de sua vida mercantil, pôde ela estourar de seiva jóven; e será inconquistavel, se fôr consciente. A consciencia completara-se com o Imperio. Se a história do Brasil pode confundir-se com a biografia do seu Espirito, do espirito brasileiro original e inassimilavel, temos de reconhecer que o adivinhou o seculo XVI, nas “origens”, esboçou-o o XVII, na “formação”, fixou-o o XVIII, na “organização”, e o seculo XIX, com o “Imperio”, lhe concluiu os traços vigorosos.

Este 4.º tomo da nossa História é o painel sumário dessa diferenciação fisionômica.

O método seguido é a breve síntese acompanhada das notas que actualizam a narração, e em que procurámos resumir as respectivas informa-

ções bibliográficas, reservando os pormenores — meúdos e prolixos pormenores — para essa leitura subsidiária. O nosso projecto inicial consistiu na “consolidação” dos conhecimentos correntes sobre o passado nacional, esclarecidos pelos documentos mais recentes, pelos estudos mais modernos e analíticos.

Rio — 1946.

P. C.

AMERICA E EUROPA

A Revolução Francêsa destruiu o velho equilíbrio europeu. Estendera-se a guerra do Ocidente ao Oriente. Estavam em armas os adeptos e os inimigos do governo de Paris. A Espanha tomára subitamente o partido de Bonaparte, contra a coligação chefiada pela Inglaterra. Poderia Portugal abandonar a aliada de todos os tempos, a Inglaterra, para aderir á nova politica franco-espanhola? Se seguisse o interesse de Madrid, deixaria á mercê da represalia britânica as colonias; mas se acompanhasse os inglêses, a poderosa vizinha lhe invadiria o território. Premido pelas conveniencias coloniais, recusára o Principe Regente a sua aprovação ao tratado que Antonio de Araujo de Azevedo fôra negociar em França. Afirmára, com esse corajoso repúdio, a intenção firme de não rompêr com a Inglaterra. Apegava-se á esperança d'uma neutralidade já intoleravel e absurda. O Principe da Paz, D. Manuel de Godoy, que era o poderoso chanceler del-rei de Espanha, cumpriu as ordens que lhe deu o Primeiro Consul Bonaparte: e, para separar Portugal da Inglaterra (como alegou), atacou-o com forte exercito.

A GUERRA DE 1801

Foi em 22 de Janeiro de 1801 que combinaram França e Espanha dar quinze dias ao Principe Regente para decidir-se: ou se entregaria nos braços da primeira, ou seria coagido pelas armas.

Os ingleses dêram immediato auxilio em dinheiro e material b6lico ao Reino ameaçado. Logo, a 27 de Fevereiro, Carlos IV lhe declarou guerra; e a 20 de Maio irrompiam as suas tropas por Olivença. Nenhum dos dois governos, 6 certo, fazia de b6a vontade essa guerra que aproveitava a Bonaparte, n6o a suas fracas cor6as. A campanha reduziu-se a uma s6rie de escaramuças e algumas rendiç6es de praças, que os portuguezes defenderam mal. Como que, de lado a lado, predominava o pensamento de n6o brigar. Tanto que, em 6 de Junho, em Badajoz, foi assinada a paz, comprometendo-se Portugal a fechar os portos 6 Inglaterra e a ceder 6 Espanha a cidade de Olivença, por ela conquistada. Favoreceu o pronto desfêcho a acomodaç6o que se processava entre ingleses e franc6ses (a "paz de Amiens", de 25 de Março de 1802).

A humilhaç6o imposta ao Principe Regente, a decadencia militar do pa6s, a sua desorientada diplomacia, a divis6o dos conselheiros, favoraveis uns 6 tradiç6o, outros inclinados 6 politica franc6sa — assinalavam claramente o fim d'uma epoca. Os acontecimentos do Brasil acentuaram essa terrivel impress6o. N6o haveria mais socêgo ali para o brando D. Jo6o e a sua c6rte atemorizada. A qualquer momento seriam surpreendidos por outra agress6o. Sem a Espanha amiga e sem a Inglaterra conciliada, n6o teriam paz. Circunstancia notavel: as desventuras da metropole faziam o Brasil crescer. Os males da m6e-p6tria eram estímulos do seu desenvolvimento; e o aumentavam. Campeavam na America forças consideraveis e j6vens. Olivença foi uma mutilaç6o; compensou-a a anexaç6o das Miss6es. Parece que Alexandre de Gusm6o adivinhou: perdia-se uma cidade na Europa; ganhava-se uma provincia na Ame-

rica. Aparentemente, o conflito saltára o oceano, para propagar-se na fronteira meridional destes domínios. Mas obedecia a causas diferentes. Tinha motivos próprios. Era uma expansão lógica, regional, irresistível. Creava-se um novo centro de elaboração histórica: com o sentimento da dilatação territorial reclamada pelo direito da posse, pela iniciativa dos pioneiros, pela sua bravura rústica.

Desta feita quiz Portugal que a sua contenda europeia alastrasse na America, em guerra de vizinhos (1). Mas não se descuidou de vigiar Buenos Aires, ao tempo em que reforçava as guarnições do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Para este governo foi nomeado um hábil oficial, o coronel Joaquim Xavier Curado, que tomou então conhecimento das cousas do Rio da Prata, em que interviria longamente (2). Deve-se-lhe minuciosa "Informação sobre a Povoação e Forças dos estabelecimentos espanhóis... (3).

(1) Carta de D. Rodrigo de Souza Coutinho para o vice-rei do Brasil, 20 de Fevereiro de 1801: caso houvesse guerra na península, devia mandar atacar os estabelecimentos espanhóis de Buenos Aires e Montevideó, *Publicações do Arquivo Nacional*, III, 146.

(2) De Goiaz, onde nascera em 1 de Março de 1743, participara em 1774, alferes, da expedição do general João Henrique Bohm. Voltou capitão. Tenente coronel em 1797, coronel em 25 de Setembro de 1800, governou Santa Catarina de 1800 a 1805 (LAURÊNIO LAGO, *Brigadeiros e Generais de D. João VI e de Pedro I no Brasil*, ps. 80-1, Rio, 1938). Desempenhou papel preponderante nas campanhas do sul, 1811-1820; commandou as forças brasileiras do Rio de Janeiro ao fazer-se a Independência; barão e conde de S. João das Duas Barras, 1825 e 26, faleceu na capital do Imperio em 15 de Setembro de 1830. Foi o primeiro militar nascido no Brasil que teve tão altos postos no exercito de linha. — Empossou-se no governo de Santa Catarina em 8 de Dezembro de 1800, *Rev. Trim. do I. H. e G. de Sta. Cat.*, 3.º e 4.º sem., p. 165

(3) O coronel Curado levou seis meses em diligencias secretas no Prata, como recomendára o ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho. Aurelio Porto é de opinião que foi essa misteriosa viagem, de que resultou a "Informação", acompanhada de plantas de fortalezas e estatísticas, se liga á acção posterior, de 1801, na fronteira. ("*A Manhã*", Rio, 27 de Dez. de 1942). Que a escolha partiu do vice-rei, diz a aprovação do ministro, carta de 5 de Março de 1800, recomendando: "saiba informar-se das forças militares que os espanhóis têm no Rio da Prata", *Publicações dos Arquivo Nacional*, III, 130.

CONQUISTA DAS MISSÕES

As forças do Rio Grande do Sul reuniam-se em dois núcleos principais: Rio Pardo, que continuava a ser a inquietante fronteira das Missões; e Rio Grande, vigiando a linha do Chuí e do Jaguarão. Eram seus comandantes dois veteranos da guerra passada: coroneis Patricio José Corrêa da Camara e Manuel Marques de Souza. A estes incumbiu o governador Sebastião da Veiga Cabral da Camara o policiamento das zonas extremas — certo de que os espanhóis renovariam as suas incursões pelo território, até ali pouco povoado, entre o Jaguarão e a lagôa dos Patos. Tais ordens foram cumpridas muito além do aparente proposito de defender essa região.

Entrou Marques de Souza até Santa Tecla, levando de vencida os destacamento que encontrou. O coronel Camara mandou o capitão de seu regimento, Francisco Barreto Pereira Pinto, explorar a zona "missioneira". Apresentou-se-lhe o fazendeiro Manuel dos Santos Pedroso, (1) a oferecer os serviços, propondo-se, com vinte companheiros, a expulsar de S. Martinho a guarnição inimiga. Não lhe custou a proeza. Foi quando apareceu em Rio Pardo o desertor dos Dragões José Borges do Canto (2), filho

(1) Tinha estância na raia das Missões, que fôra de seu pae, também Manuel dos Santos Pedroso, natural de Curitiba e um dos vaqueanos da expedição de Gomes Freire. Aurelio Porto, cf. Rodolfo Garcia, nota á *História da Republica Jesuitica do Paraguai*, do conego JOÃO PEDRO GAY, p. 734, Rio 1942 (ed. do Min. da Educ.).

(2) Nasceria José Borges do Canto na freguezia do Rio Pardo, 1773, filho de Francisco Borges do Canto, da ilha de S. Miguel, e Eugenia Francisca de Souza, da Colonia do Sacramento. Desertára do Regimento de Dragões para as aventuras da fronteira. Ganhou, em consequencia de sua admiravel campanha das Missões, os campos de Camaquan, e a patente de capitão. Voltou, porém, ao valoroso nomadismo: em 1804 foi aprisionado nas costas do Cuaramim por uma partida espanhola, que o matou. (Aurelio Porto, cf. R. GARCIA, *op. cit.*, loc. cit.).

do lugar, heroico aventureiro, habituado às correrias da fronteira e convencido de que as "missões" eram prêsa fácil (1). Anistiu-o o coronel Camara e o autorizou a invadir o cobiçado territorio (2).

Sabia o que dizia. Sem os jesuitas, os "siete pueblos" se estiolavam em irremediavel decadencia. Reduziam-se a um terço da antiga população. Os administradores militares confessavam o insucesso de sua politica, para contentar os indios aldeados e manter as suas vilas com a primitiva prosperidade. No ânimo dos guaranis ficára o terror das matanças e opressões, que os castigavam em 1754. Não confiavam nos portugueses nem nos esponhões. Inclinaram-se para os mais fortes. Assim aconteceu. De S. Martinho, com quarenta homens (entre estes, o alferes Almeida Lara e o furriel Gabriel Ribeiro de Almeida), seguiu Borges do Canto — em 3 de Agosto de 1801 — para a Guarda de S. Pedro, que investiu de surpresa. Daí se desviou para o norte, tomou Santo Inácio e S. João Mirim (onde houve breve combate), e, a 8 do mesmo mez, cercava São Miguel, capital das Missões. Rendeu-se cinco dias depois. O caudilho pediu reforços para o Rio Pardo, mas, sem os esperar, se apossou, sucessivamente, dos "póvos" de S. Lourenço, São João, S. Luiz Gonzaga e Santo Angelo. Capitulou do mesmo modo a "missão" de S. Borja (1). A esse tempo o coronel Camara

(1) REGO MONTEIRO, *Anals do 3.º Congr. de História Nacional*, III, 557 (Rio, 1941).

(2) AURELIO PORTO, *Anals do Itamarati*, II, XXXII, Rio 1937. O coronel Patricio José Corrêa da Camara alegou caber-lhe o principal papel na conquista das Missões. De resto, foi quem a dirigiu e autorizou.

(3) Fôra de valioso auxilio para Borges do Canto o gentio manso, que lhe serviu de intermediario para entender-se com os indios "missioneiros". Vd. *Noticia abrevlada dos principais sucessos da guerra de 1801*, ms. in RODOLFO GARCIA, nota a Varnhagen, *Hist. Ger. do Brasil*, V. 52. A Impressão que se colhe é da adesão dos guaranis ao invasor.

ocupava Batovi e marchou sobre Herval. Pedroso interceptou a marcha dos socórros que poderiam acudir-lhe, do outro lado do Uruguai, desbaratou no Passo de S. Marcos uma partida castelhana, e completou a conquista, entrando no "povo" de S. Nicoláo.

No improviso dessa investida se déra o inevitável: os "gaúchos" do Rio Pardo tinham restabelecido a fronteira de Gomes Freire sobre o Uruguai, para nunca mais a devolverem (1). Verdade, a incruenta expansão marcava o começo de complicados e graves problemas, relacionados com a segurança do Rio Grande, a Banda Oriental, os atritos entre as duas côrtes, a velha ambição portugüesa de restaurar a Colonia do Sacramento. O seculo XIX iniciára-se com o futuro antevisto pelos estadistas de Lisbôa — que não erraram, na previsão espérta: mudar-se-ia a côrte para o Rio de Janeiro; procuraria aumentar o Brasil ao sul, talvez a oéste e ao norte; e responderia com a florescente colonia (o Imperio nascente!) ás injurias que a melindravam na Europa.

Em 1801 pensou-se assim. O Principe Regente estava disposto a abandonar a metropole; o Brasil tranquilizava-o.

Conego GAY, *Hist. da Rep. Jesuitica do Paragual*, ed. do Min. da Educ., ps. 376-7. Os incidentes milltares foram modestos. Os autores platinos queixam-se da apatia do vice-rei de Buenos Aires, que não socorreu as Missões. *Minuanos e Charrúas*, que detestavam os castelhanos, se ligaram a Rivera, na "razzia" de 1828, e, com ele, a população dos "siete pueblos": S. Miguel, 1.900; S. João, 1.600; S. Lourenço, 960; S. Angelo, 1.960; S. Luiz, 2.350; S. Nicolau, 3.940; S. Borja, 1.300 (Ayres de Casal, *Corografía Brasileira*, 1, 122, da edição de 1943).

(1) Notou Felix de Azara, em 1805: "...si la guerra hubiese durado un poco mas, nos habian tomado igualmente el resto de dichas misiones, la provincia del Paraguay y del Rio de la Plata, lo que habia sido el mismo que perder toda la America meridional...". *Memoria sobre el estado rural de Rio de la Plata y otros informes*, v. 74, Editorial Bajel, Buenos Aires, 1943.

A autonomia judiciaria e administrativa do novo territorio deu-se pelo aivará de 13 de Out. de 1817, que o separou da villa do Rio Pardo, com a creação da Villa do Povo de S. Luiz, "o mais abastado e central dos 7 povos": chamou-se S. Luiz da Leal Bragança (*Coleção das Leis Brasileiras*, III, 76, Ouro Preto, 1837).

II

A CÔRTE NO BRASIL

A paz de 1801 fôra antes, um armistício. Napoleão continuou a assolar a Europa com os seus exercitos, a sujeitá-la, com as suas vitórias, a maravilhá-la, com a sua audácia. Valera-se da trégoa que a Inglaterra lhe concedeu, para fazer-se Imperador. Acabára a Revolução Francêsa; e a Republica, como na velha Roma, se transformára naquela monarquia cesarista, construida por um general de gênio. Mas a Inglaterra voltára a desafiar o grande opressôr. Para aniquilá-la o Imperador tinha dois meios: dominar o oceano ou invadir a ilha. Tentou-os; e perdeu. Nelson destruiu-lhe a esquadra em Trafalgar. A necessidade dê vencer a Austria levou-o a tirar de Boulogne as tropas que preparára para a invasão, através do canal da Mancha. Recorreu a estrategia mais remota: o bloqueio economico. Intimou aos paes continentais o rompimento com a Inglaterra; que lhe fechassem os portos; que nada mais lhe comprassem. De novo Portugal se achou, como em 1801, entre a Espanha, aliada de França, e a marinha britânica, senhora do Atlantico. Se atendesse a Napoleão, perderia o Brasil; se o contrariasse, teria de defender-se na desabrigada fonteira. Nesta conjuntura, utilizou o Regente, como da outra vez, astúcia e manha; ouviu indistintamente os conselheiros anglófilos (D. Rodrigo de Souza Coutinho o principal) e adversários da Inglaterra (Antonio de Araujo á frente); e prometeu a uns e outros uma submissão insincera. Que-

ria ganhar tempo; vêr o melhor partido, na confusão geral; e safar-se como pudesse. Duas preliminares estavam estabelecidas: não lutaria contra os ingleses, nem se deixaria apanhar pelos francêses. E' facil concurir: tinha na cabeça o plano de refugiar-se no Brasil — protegido pela "tradicional aliada" (1); e, no asilo pacifico, esperaria que se desvanecesse a borrasca. A sua politica, apesar das vicissitudes e dos incidentes que a dramatizaram, simplificára-se neste proposito (2). Optava pela America!

O ULTIMO RECURSO

A diplomacia espanhola precipitou os acontecimentos. Vendo Napoleão triunfante na Austria, propoz-lhe Godoy — de complemento á guerra aos ingleses — a divisão de Portugal em quatro provincias. Para ele, seria o Algarve (3). As embaixadas de Lannes e Junot tinham sido improficuas. O Principe não rompêra com a Inglaterra; e continuava a fazer o jogo dúplice, de amigo hipócrita do imperador, e sócio de seus inimigos. O plano de Godoy agradou-lhe. Aporerar-se-ia de Portugal n'um ataque fulminante; e, detendo-lhe a familia reinante, a substituiria por um ou mais prepostos. Ia mais longe: Portugal e Espanha... D. João foi intimado a cerrar os portos aos navios, e

(1) A esta luz é diferente o quadro da perplexidade, que houve na corte portugêsa em 1807, com o disparate de serem os bons generais, como Gomes Freire, mandados guarnecer a costa, não a fronteira, recebendo as forças ordem de não hostilizarem o invasôr... Marquês de Fronteira e d'Alorna, *Memórias*, rev. por Ernesto de Campos de Andrada, I, 28, Coimbra, 1928.

(2) A. THIERS, *Histoire du Consulat et de l'Empire*, VIII, 242, Paris, 1849.

(3) COMTE DE LAS CASES, *Le Mémorial de Sainte-Hélène*, II, 546, ed. Garnier.

prender os súditos ingleses, em 12 de Agosto de 1807. Não faria! No dia 27, Tomaz Antonio Vila Nova Portugal apresentou o plano de enviar-se para o Rio de Janeiro o príncipe D. Pedro, primogenito do Regente (1), que, dest'arte, se succumbisse a monarquia, na Europa, a continuaria viva nas colonias. Antonio de Araujo aceitou a sugestão: "não vejo outro meio de evitar maiores calamidades; agora é o momento; as colonias ficarão salvas... (2). Era isto o que os ingleses queriam, disse a Nunciatura Apostolica (3). Em 1 de Outubro o encarregado de negocios de França e o embaixador espanhol deixaram Lisbôa. A guerra! No dia immediato, assinava D. João o *manifesto aos brasileiros*, recomendando o filho: "Vós o deveis reconhecer com o novo titulo de *Condestavel do Brasil*, que houve por bem crear, e conferir-lhe, afim de aliar melhor os interesses da Corôa com os vossos próprios..."

(1) Nascera D. Pedro de Alcantara — que ocupa tão largo espaço histórico em Portugal e no Brasil — em 12 de Outubro de 1792, no palacio de Queluz, no mesmo aposento onde morreu, em 24 de Setembro de 1834. D. João VI e Carlota Joaquina tiveram os seguintes filhos: 1. *D. Maria Tereza* (1793-1874), que desposou, em 1810, no Rio de Janeiro, o primo, D. Pedro Carlos de Bourbon, e, em segundas nupcias, em 1838, o cunhado e tio, D. Carlos, infante de Espanha. 2. *D. Antonio* (1795--1801). 3. *D. Maria Isabel* 1797-1818), rainha de Espanha pelo casamento com Fernando VII, em 1816. 4. *D. Pedro*. 5. *D. Maria Francisca* (1800-1834), primeira mulher do infante D. Carlos de Espanha. 6. *D. Isabel Maria* (1801-1876), regente de Portugal depois da morte do pae, e que viveu solteira. 7. *D. Miguel* (1802-1866), que disputou á sobrinha D. Maria II a corôa, e casou no exilio, com a princesa Adelaide Sophia de Loewenstein-Whetein. Peio desaparecimento da descendencia de sua sobrinha (ramo liberal, (1834-1910) é o neto de D. Miguel, D. Duarte Nuno, o pretendente ao trono. 8. *D. Maria d'Assunção* (1805-1834), morreu solteira. 9. *D. Ana de Jesus* (1806-1857), marquêsa de Loulé. (Vd. SANCHES DE BAENA, *Resenha das Famillas Titulares*, 1, XXXI-XLIV; e ANGELO PEREIRA, *As Senhoras Infantas Filhas del-rei D. João VI*, Lisboa 1938). Sobre D. Pedro, vd. P. CALMON, *O Rei Cavaleiro* (Vida de D. Pedro I), 2.a ed., S. Paulo 1943.

(2) TOBIAS MONTEIRO, *A Elaboração da Independencia*, p. 19, Rio, 1927.

(3) CAMILLO LUIZ DE ROSSI, *Diario dos acontecimentos de Lisboa na entrada das tropas de Junot*, p. 5, Lisboa, 1944.

(1). E minútou uma carta para o rei de Espanha, a comunicar a partida do seu rapaz, frizando o receio de que o Brasil se tornasse potencia independente com a proteção inglêsa — e dizendo que aderiria á causa do continente (2). Angustiava-o a hipotese d'uma ação britânica na Bahia ou no Rio, comparavel ao ataque de Buenos Aires no ano anterior, e temia a revolta geral na America portugueza. Mudou subitamente de idéia, e não deixou D. Pedro seguir. Iriam juntos!

Os inglêses achavam preferivel o exodo geral; e D. João se pegou a esse conselho, coincidente, ao que se crê, com velha e profunda intenção, que o fortalecia, desde o sombrio periodo das dificuldades com Espanha e França.

A rainha D. Luiza de Guzman e D. José, em semelhantes conjunturas, tinham amadurecido este projeto. Mas necessitava de coragem para enuncia-lo em voz alta.

Passar-se ao Brasil, era abandonar o Reino e o trôno.

Foi forçado a definir-se; porem esperou, até o ultimo momento.

INVASÃO DE JUNOT

Em 27 de Outubro, convencionaram França e Espanha — pelo tratado de Fontainebleau — o desmembramento de Portugal. Deixaria de reinar a casa

(1) No arq. da condessa de Itapagipe, temos copia contemporanea do manifesto, manuscrito: parece que não foi impresso. Tem a data, 2 de Outubro de 1807, e o titulo "Decreto de S. A. R. para se publicar no Brasil quando chegasse o Principe-Menino áquele Estado." E 'de 28 de Setembro, porem, a ordem que ao visconde de Anadia passou o Principe Regente, nestes termos: "Visconde, é preciso que as naus que destinei para levar meu Filho ao Brasil se apontem de tudo dentro de quatro dias para sair a Barra Mafra em 28 de Setembro de 1807." (*Arq. Hist. Col., Lisboa, inéd.*)

(2) Doc. in *Arq. Nacional, Elenco*, p. 593, Rio, 1941. Vd. doc. por Angelo Pereira publ. in *apendice ao Diario*, do auditor da Nunciatura Camillo Luiz de Rossi.

de Bragança. Cinco dias antes, em Londres se firmára o convênio secreto para a transferencia da côrte para o Brasil e temporária ocupação da ilha da Madeira pelos inglêses (1). Ação e reação. A 4 de Novembro participou D. João aos seus confidentes a resolução de embarcar (2).

O general Junot, encarregado de invadir Portugal (com ordens claras de nada conceder ao Príncipe Regente) (3), atravessou o Bidasôa com um corpo de exercito, em 18 de Outubro. O projeto era deter os Braganças e a sua esquadra em Lisbôa, pois insistira Napoleão: "tout discours sera bon pourvu que vous vous empariez de l'escadre". Cortaria assim os meios de fuga ao governo; e, usando-o como refém (exatamente como praticou em Espanha) dominaria sem dificuldade o país conquistado.

Tais esperanças quasi se realizaram.

Impellido pela ambição de surpreender a côrte antes do embarque, Junot se lançou para diante, em marchas exaustivas, que lhe sacrificaram metade do exercito. A 14 de Novembro, porém, uma frota britânica entrou o Tejo. Lord Strangford, o hábil ministro inglês (3) convenceu D. João da urgencia de partir, mostrando-lhe, no dia 22, o exemplar do "Monitor",

(1) BORGES DE CASTRO, *Coleção de Tratados*, IV, 236; R. GARCIA, nota a Varnhagen, *Hist. Ger.*, V, 36.

(2) Carta a Antonio de Araujo, in ARTUR DA CUNHA ARAUJO, *Perfil do Conde da Barca*, p. 37, Porto 1940.

(3) DUCHESSE D'ABRANTES, *Memoires*, X, 375; J. LUCAS-DUBRETON, *Junot dit La Tempête*, p. 111, Paris 1937. Sobre o trajecto de Junot o ten. cor. João de Almeida Gurgel alvitrou que o traçara desde 1766 Dumouriez, quando esteve em Portugal e escreveu uma obra sobre as defesas do Reino, dic. in ANTONIO FERRÃO, *O tenente coronel de cavalaria João de Almeida Gurgel*, p. 49, Coimbra 1924. Sobre Junot em Lisboa, vd. CAMILLO CASTELO BRANCO, *Noites de Insonia*, III, 70, Porto 1929, RAUL BRANDÃO, *El Rei Junot*, Porto 1919.

(3) Sobre o fino diplomata, homem de letras, e "gentleman", vd. ENRIQUE RUIZ-GUIÑAZÚ, *Lord Strangford y la Revolución de Mayo*, Buenos Aires, 1937.

com o tratado de Fontainebleu. Faltavam notícias da fronteira... Foi o marquês de Alorna que mandou os ajudantes de campo saber o que se passava: e, a brida solta, voltou o coronel Lecor (1), anunciando que os francêses já se achavam a pouca distancia de Abrantes, ou a 22 legoas de Lisbôa, tendo atravessado a Beira Baixa: em seis dias, alcançariam Mafra, onde o Regente persistia em morar... (2). Resolveu-se. A 25, anunciou que embarcava; a 26, proclamou ao povo, despedindo-se; a 27 e 28, parte da nobreza, numerosa criadagem, alguns oficiais superiores, functionalismo, quantas pessoas pudéram encaixotar as alfaias e transportá-las — se atiraram para os navios portuguezes e ingleses, ali *prontos para zarpar*.

O EMBARQUE

Embarcou quem poudo, e como poudo (3), na ânsia da salvação, como a escapar dum incêndio.

O espetáculo tanto teve de grotesco como de admiravel. Jamais succedêra cousa semelhante: a emigra-

(1) MARQUÊS DE FRONTEIRA E D'ALORNA, *Memórias*, I, 29. "Foi só então que o Príncipe soube que o exercito de Napoleão havia já trinta horas que estava a 24 legoas da capital!" — Era tenente-coronel, Carlos Frederico Lecór, depois barão e visconde da Laguna (1764-1836), general em chefe da campanha da Cisplatina, 1816-1821. Oficial de grande dignidade, abandonou Alorna, em 1808, fugindo a bordo de um navio inglês para o Brasil, como diz, nas *Memórias*, o Marquês de Fronteira. Subiu aos maiores postos na guerra de 1811-14, Vd. Coronel LAURÊNIO LAGO, *Brigadeiros e Generais de D. João VI*, p. 22.

(2) RAUL BRANDÃO, *O Rei Junot*, p. 130. A 24 de Novembro ainda se ignorava em Lisboa a invasão, cf. documento in *Ocidente*, Lisboa n. 55, 319 (Nov. de 1942).

(3) O caso do nuncio, monsenhor Caleppi, vale por todos. E' sintomático, como testemunho da confiança despertada pelo auxilio inglês a Portugal, com a subseqüente derrota dos francêses, pois o nuncio, sem ordem para isto da Santa Sé, não poudo embarcar com a familia real, porém, mal teve noticia da presença, nas proximidades do Tejo, de navios que o bloqueavam, achou geito de tomar ás escondidas

ção d'um governo, com as suas principais pessoas, os seus arquivos, os seus livros, o seu mobiliário, tudo o que pode ser removido, empacotado, instalado nos porões dos barcos, enquanto o povo, comovido e triste, só tinha cóleras e injúrias para os "afrancesados", os suspeitos de colaboração com o inimigo... Um dez mil pessoas acumularam-se nas oito náos, quatro fragatas e quatro brigues e corvetas. Onde trezentas eram demais, apertaram-se 1.600! (1). Sujeitavam-se aos descômodos da travessia longa, ao desconforto, quasi á fome, d'uma viagem penosa, pre-

didas o navio "Estrela do Norte" (Vd. noticia da evasão, doc. do Vaticano, pbl. in *Anais da Bibl. Nac.*, LXI, 26, notas de R. Garcia). Foi seu companheiro na fuga o desembargador Francisco Xavier da Silva Cabral, que nos dá o dia do embarque num saveiro, 13 de Abril de 1808, o preço da passagem obtida no "Nelson" (depois chamado "Estrela do Norte", 1:200\$) o qual, desarvorado numa tempestade, foi por eles deixado, para se recolherem "o supplicante com o Exm. Nuncio Apostolico em uma fragata Inglesa, e foram conduzidos para a Inglaterra..." (Ms. de 1810, in arq. do A., seu tetraneto.) O desembargador foi conselheiro da Fazenda no Rio, 1818, faleceu em 1819, ficando no serviço do Paço sua mulher, D. Ana Romana de Aragão Calmon, depois condessa de Itapagipe, 1788-1862, dama e camareira-mór, mãe do barão de Itapagipe e da viscondessa de Nogueira da Gama. Será o desembargador Xavier a pessoa que ajudou na evasão o Nuncio, e a que este se refere, sem lhe par o nome?, *An. cit.*, p. 26. Em 1816 recebeu o *Nuncio* o chapéu cardinalicio, e no Rio morreu, na rua que lhe perpetua o nome, em 10 de Janeiro de 1817. Vd. o *Diario*, do auditor CAMILLO LUIZ DE ROSSI, que tambem descreve as peripecias da viagem, datando-a, porem, de 17 de Abril, p. 46.

(1) O governo inglês proclamou: "Este grande principe, o mais rico do universo, para abandonar a aliança francesa e unir-se á nossa, quiz deixar a pátria em que nasceu, os seus tesouros e bens, e é o primeiro soberano que atravessa mares alem dos trópicos, e vai ser o mais opulento do globo. O Rei jura, jura o parlamento, e eu pela nação, em como defenderão e vingarão este principe dos seus inimigos, e sacrificarão toda a sua força naval e industria nacional, para defender este herolico principe".

Leia-se ainda TOMAZ JOSÉ BIANCARDI, *Cartas Americanas*, p. 128, Lisboa 1809.

O Principe Regente ficou na náo "Principe Real", com 1.600 pessoas; Carlota Joaquina na "Afonso", com 1.200; outras infantas na "Rainha", com 1.500; na "Count Heinrich" 1.300; na "Martim de Freitas", mil; na "Principe do Brasil", 600... O'Neil, trad. de Nena Cravo, *Jornal do Comercio*, 30 de Setembro de 1934. Dez mil ao todo, é o calculo de CAMILLO LUIZ DE ROSSI, p. 12.

ferível á humilhação, ao cativoiro... (1). O almirante Sidney Smith comandava a armada inglesa. Na tarde de 29 de Novembro, em comboio, os navios passaram a barra: Junot entrou em Lisboa no dia seguinte. Se não houvesse vento, que facilitasse a saída, prenderia as náos retardatarias, e as riquezas que levavam. Foi questão de horas. Perdera tempo pelos caminhos lamacentos; demorára-se, na desabalada marcha; e a invasão ficou-lhe infrutifera, porque o Príncipe soube fugir na véspera... (2). Jogára; e ia ganhar a partida, com a Inglaterra, senhora dos mares!

CHEGADA À BAHIA

A frota, com a real família, dispersou-se em meio da viagem. Parte chegou ao Rio de Janeiro; mas o Príncipe Regente aportou á Bahia em 22 de Janeiro (1808), muito contente de pisar a terra americana, calorosamente recebido pelas autoridades e pelo povo, honrado e festejado como se estivesse nos grandes dias do seu governo, não nos pióres e mais graves momentos da história portugueza (3). Desem-

(1) P. CALMON, *O Rei do Brasil*, p. 109. A emigração foi, disse Prior, "da mais profunda sabedoria política". A desventura de Carlos IV de Espanha serve de contra-prova. Citamos, sustentando esta tese, contra a corrente vulgar que fala da "vergonha da fuga", a reflexão de Napoleão no "Memorial de Santa Helena": "Elle (Inglaterra) a pu dès lors continuer la guerre; les débouchés de l'Amérique méridionale lui ont été ouvertes; elle s'est fait une armée dans la Péninsule... c'est ce qui m'a perdu!" (*Le Mémorial de Sainte-Hélène*, II, 544, ed. Garnier) "...Seu amo (de Junot) saíra inda mais enfurecido", *Ensaio histórico, político e filosófico do Estado de Portugal desde o mez de Novembro de 1807 até o mez de Junho, de 1808*, p. 15, Impressão Régia.

(2) Na ante-vespera da partida as fortalezas tiveram ordem de encravar a artilharia para que os franceses não a utilisassem, impedindo a saída da frota. Só o brigadheiro Garção Stockler cumpriu a ordem, cf. memorial, in *Arg. Nac.*, *Elenco*, p. 680.

(3) A 21 de Janeiro a esquadra apercebeu-se da proximidade da costa na altura da Torre de Garcia d'Avila. Fundeou na Bahia ás 4 da

barcou a 23, ao lado do capitão general, o conde da Ponte (1), da Camara, do cabido, rodeado da nobreza, dos comerciantes, dos militares, aplaudido comovidamente pela boa gente e pela onda popular, deslumbrada e lisonjeira, e seguiu diretamente para a catedral, a ouvir o *Te Deum* celebrado pelo arcebispo D. Frei José de Santa Escolastica.

Compreende-se a alegria geral.

Para o Brasil, a inesperada presença do soberano importava um duplo desafogo. Esperava-se a qualquer momento a agressão inglêsa, caso anuisse às exigencias de França (2). Como sucedêra em Buenos Aires, em 1806. Seria inevitavel, na hipotese de aliança com Napoleão. E recolhendo-se á colonia, de súbito a retirava de sua condição mesquinha. Elevava-a á categoria de côrte, de metropole, séde da monarquia, cabeça do império lusitano — que ha de ser o lugar onde móra o rei. O ato de 28 de Janeiro confirmou essas esperanças; oficializou-as, em face do mundo.

tarde de 22. Eram as náos "Príncipe Real", "Afonso de Albuquerque", "Bedford", a fragata "Urano" e o bergantim "Tres Corações". (Vd. MELLO MORAES, *Corografia Histórica*, I, 65).

(1) João de Saldanha da Gama Meio e Torres, 6.º conde da Ponte, tomou posse do governo em 14 de Dezembro de 1805 e faleceu no seu posto, em 24 de Maio de 1809, ACCIOLI, *Memórias Históricas*, III, 52. Herdára o morgadio, na Bahia, de seu pae D. Manuel de Saldanha da Gama, casado em primeiras nupcias com D. Joana Guedes de Brito, filha do coronel Antonio da Silva Pimentel, senhora do Paço de Saldanha (SANCHES DE BAENA, *Grandes de Portugal*, II, 338). Do 6.º conde foi filho D. José de Saldanha da Gama (1808-1875), que casou em Campos dos Goitacazes, na familia Barroso, pae do almirante Luiz Filipe de Saldanha da Gama.

(2) A passagem pela Bahía d'uma esquadra inglêsa em 1805, e de outra franceza, em 1806, justificára as apreensões do povo. Vd. INACIO ACCIOLI, *Mem. Hist. e Politicas da Prov. da Bahia*, III, 38-9 (ed. de B. do Amaral), *Anais do Arq. Publ. da Bahia*, XXI, 103, docs. ms. no Arq. Hist. Col., Lisboa, Papéis varios.

A ABERTURA DOS PORTOS

Atribúe-se a José da Silva Lisboa o conselho eficaz de que resultou a *carta-régia* de 28 de Janeiro — que abriu os portos do Brasil ao commercio de todos os povos. De fáto, o economista bahiano lhe teria demonstrado as vantagens imediatas. E nô-lo diz: “O Snr. D. João resolveu a fazer tanto bem sem esperar pelos conselheiros de Estado, que se tinham desvairado em rumo, pela dispersão da tempestade nas costas de Portugal. E’ pois *inteiramente obra sua* a Carta régia, Foral novo do Brasil, mui superior, em motivo e efeito, á Magna Carta do rei João de Inglaterra, de que os inglêses tanto derivam a felicidade nacional, ainda que extorquida pela arrogancia dos Barões. Por aquele imortal Diploma, outorgou incomensuravel doação aos habitantes deste Paraíso. . . Abrindo os portos, sem reserva de artigos commerciaes estrangeiros, estabeleceu a correspondencia diréta das Nações. . .” (1).

Tinha razão: “A vinda de D. João á Bahia marca uma Grande éra nos anais da Civilização, pela suspensão do Sistema Colonial”.

Mas a abertura dos portos — decretada na Camara Municipal, em seguida ao “Te Deum” — estava na logica dos acontecimentos.

Entregue Portugal ao invasor, o commercio tinha de fazer-se com a Inglaterra, que dominava o mar. Morrera o “sistema colonial”, com a tomada de Lisboa pelo inimigo. A carta-regia de 1808 completou-se com os tratados de 1810. Na Bahia, D. João

(1) JOSÉ DA SILVA LISBOA, *Memória dos beneficios politicos do Governo de El-rei nosso senhor D. João VI*, Rio 1818, p. 69 da ed. do Arq. Nac., Rio 1940.

adiantou-se a seus ministros, concedendo sem coação o que, depois, não poderia recusar. Sabiamente o advertiu por intermedio de conde da Ponte quem tinha voz necessária na materia, o sábio Silva Lisbôa (1). Não lhe escapava á perspicacia a consequencia normal desse ato: :a independencia (2). Não a indepen-

(1) Prova a consideração que mereceu o *Decr.* de 23 de Fev. de 1808, cuja idéia o des. João Rodrigues de Brito reivindicou, *Cartas Economico-politicas*, 2.a ed., p. 80 — em que S. A. houve por bem "crear uma cadeira de Economia Política no Rio de Janeiro; e por me constar que José da Silva Lisboa, Deputado e Secretario da Mesa de Inspeção d'Agricultura e Comercio da Cidade da Bahia, tem dado todas as provas de ser muito habil no ensino daquela ciência, sem a qual se caminha ás cegas e com passos muito lentos... lhe faço mercê da propriedade e regencia de uma cadeira e aula publica, que por Decreto sou servido crear no Rio de Janeiro, com o ordenado de 400\$..." (Vd. ARAUJO GUIMARÃES, *An. do 2.º Congr. de Hist. Nac.*, III, 791). Incumbiu-o de um "Plano de Código de Comercio", de que se desempenhou em 27 de Junho de 1809, Arquivo Nacional, *Elenco*, p. 562, Rio 1941. Traduziu em 1810 a *Representacion de los hacendados*, em que Mariano Moreno acabava de defender a liberdade de comercio em Buenos Aires, RICARDO LEVENE, *La Revolución de Mayo y Mariano Moreno*, I, 255, B. A., 1925, trabalho que apareceu no mesmo ano em espanhol. Sobre suas idéas economicas, MOISÉS BENSABAT AMZALAK, in *Brasilia*, II, 304, Coimbra 1943. O seu livro, *Principios de Economia Política*, Lisboa 1804, foi o primeiro que em português se escreveu sobre semelhante assunto, AMZALAK, *Do Estudo e da evolução das doutrinas economicas em Portugal*, p. 166, Lisboa 1928. Sobre o homem, a obra e a influencia, JOSÉ SOARES DUTRA, *Cairú*, Rio 1943 (dando-lhe a iniciativa de varias reformas essenciaes, economicas, pedagogicas, politicas), Candido Mendes de Almeida, prefacio a *Principios de Direito Mercantil*, por JOSÉ DA SILVA LISBOA, Rio 1874, VALLE CABRAL, *Vida e Escritos*, Rio 1881. O centenário da abertura dos portos foi dignamente festejado pela Exposição Nacional (promovida pelo ministro da Viação, Miguel Calmon), o monumento no largo da Gloria, no Rio, e o livro de OLIVEIRA LIMA sobre *D. João VI*.

Em 1923 o dr. F. M. de Góes Calmon, allás autor de valioso estudo sobre *Vida Economica e Financeira da Bahia*, 1923, sustentou a tése, de que a independencia começara em 1808, e, Governador do Estado, promoveu a construção do monumento que, na praça de Cairú, na Bahia, comemora os talentos do grande conterraneo.

(2) VICENTE ALMEIDA D'EÇA, *A Abertura dos Portos do Brasil* p. 64 e segs. Lisboa 1908 Soc. de Geogr. de Lisboa). Aí estava novamente o que um diplomata lhe chamou "finesse d'observation", HYDE DE NEUVILLE, *Memoires et souvenirs*, III, 88 Paris 1898. Com razão Oliveira Lima situa as idéias, a que pertence o acto de 28 de Janeiro, numa consciencia que cristalizára, tendo por um dos precusores o abade RAYNAL na *Histoire philosophique*, 1770, *Dom João VI no Brasil*, I, 62, Rio, 1908.

No dia Imediato, 29 de Janeiro, o conde da Ponté deu ordem à Alfandega da Bahia para cumprir a carta-regia da liberdade de comercio, doc. in *Rev. do Inst. Hist. da Bahia*, n. 34, p. 11.

dencia ideologica (que, em 1818, continuava a censurar aos norte-americanos a "impia rebelião de filhos contra o Estado pai"); mas economica e formal, o rei no Brasil, este, em consequencia, Nação como as outras... Rei no Brasil era como se fosse Rei do Brasil!

"Esta medida salutar acabou com todos os troços coloniais...", ponderou um contemporaneo (1). Golpe mortal nas fontes economicas da metropole (2), o conde dos Arcos diria, creou a "doutrina que a Independencia daquele Estado era de Instituição Regia" (3): "chegou finalmente a epoca em que o Soberano de Portugal deve tomar o titulo de Imperador, que justamente corresponde..." (4), pelo "novo Imperio do Brasil" (5).

ENSINO E FABRICAS

Na Bahia, fez o Principe mais do que abrir os portos ao comercio estrangeiro. Atendeu ao seu me-

(1) "Não se duvida mais que se deve ao comercio a felicidade dos povos...", Fr. FRANCISCO DE MONTE ALVERNE, *Obras Oratórias* (oração pela elevação do Brasil a Reino, S. Paulo, 4 de Fev. de 1816), IV, Porto 1899.

(2) OLIVEIRA MARTINS, *Portugal nos mares*, p. 33, Lisboa 1889. ACURCIO DAS NEVES, 1814, iniciou a série de lamentações, dos negociantes portugueses, queixosos da decadencia do seu comercio.

(3) Doc. in SEBASTIÃO PAGANO, *O Conde dos Arcos e a Revolução de 1817*, p. 210, S. Paulo 1938. A invectiva de Silva Lisboa, contra a "Ingratidão americana", e a tésse do conde dos Arcos, da Independencia de "instituição régia", explicam-se pelas idéias correntes na Bahia antes da chegada do Principe, de que o Brasil estava destinado a ser outros Estados Unidos, INÁCIO JOSÉ DE MACEDO, *Considerações sobre as causas da elevação e decadencia da monarchia portugêsa*, p. vvj, Lisboa 1834.

(4) *Memorias*, oferecidas ao Conde dos Arcos, pelo bacharel ANTONIO LUIZ DE BRITO ARAGÃO E VASCONCELOS, *An. da Bibl. Nac.*, XLIII, 7. O A. era bahiano, matriculado em Coimbra em 1798 (*An. da B. N.*, LXII, 206), formado em 1804 (*Arq. Nac.*, *Univ. de Coimbra*, fascã 1, p. 166, Rio 1941).

(5) *Correio Brasillense*, 1, 57, Londres 1808 (de Hipólito José da Costa). E em 1819, cons. Veloso de Oliveira: "... é V. M. o creador deste Imperio...", *A Igreja do Brasil*, in *Rev. do Inst. Hist.*, XXIX, 199, 1885).

dico, Dr. José Correia Picanço, que lhe representou a necessidade de crear uma escola de cirurgia anexa ao hospital da cidade, e, em 18 de Fevereiro, baixou o decreto, que, não sómente estabeleceu a cadeira pedida, como as de anatomia e obstetricia. Lançára a pedra fundamental do ensino medico, que ali tanto devia prosperar (1). Autorizou Francisco Inacio de Siqueira Nobre a montar uma fábrica de vidros — derogando o alvará de 1785, que proibira experiencias industriais de qualquer natureza no Brasil (alvará anulado enfim pela carta régia de 1 de Abril seguinte). Aprovou a organização da primeira companhia de seguros, "Comercio Maritimo", requerida pelos homens de negocios. Distribuiu comendas e titulos (2). Quiz que se abrisse caminho, pela marinha, da Bahia ao Rio de Janeiro... (3).

(1) Os doutores Manuel Vieira da Silva, depois barão de Alvaizer e José Correia Picanço, conselheiro e depois barão de Guiana, foram em 7 de Fevereiro elevados a physico-mór e cirurgião-mór do Reino e dominios ultramarinos. Picanço era pernambucano, lente de anatomia e cirurgia em Coimbra, 1779-1790, muito estimado do Príncipe, a quem acompanhou na transmigração. ANTONIO PACIFICO PEREIRA, *Memória sobre a Medicina na Bahia*, p. 3, Bahia 1923; LUIZ DE PINA, *Histoire de la Médecine Portugaise*, p. 81, Porto 1934. J. A. PIRES DE LIMA, *Brasília*, 11, 382; FERNANDO LUZ, *Historia da 1.ª Cadeira de Clinica Cirurgica*, p. 6, Bahia 1934.

Nomeou Picanço os primeiros professores, de anatomia José Soares de Castro, e de cirurgia Manuel José Estrela, aquele português, este fluminense, ambos cirurgiões militares na Bahia. O Dr. JOSÉ SOARES DE CASTRO iniciou no Brasil a bibliografia médica, publicando um *Tratado de Anatomia*, Bahia, 1812 — tradução das *Memorias Fisiologicas*, de Mannoir, Bahia 1815, vd. J. PIRES DE LIMA, *Brasília*, 11, 383.

Reforma de 29 de Dez. de 1815 creou cinco cadeiras, para um curso de cinco anos, segundo o plano do bahiano, Dr. Manuel Alvares de Carvalho, desde 1812 physico-mór e diretor dos estudos médicos da corte e Estado. Adquiriu então a "Faculdade" novos elementos: Dr. Antonio Ferrelira França, José Avelino Barbosa e José Alvares do Amaral. Martius comparou esse curso aos de medicina de campo na Baviera.

(2) Em recordação, os vereadores fizeram erigir um obelisco no Passeio Publico, de marmore português, em 1815, cuja inauguração foi precedida de solene missa e sermão de P. Inácio José de Macedo, *Rev. do Inst. Hist. da Bahia*, n. 51, p. 75. Tambem Inácio Accioli, *Mem. Hist. e Pol. da Prov. da Bahia*, III, 51.

(3) C. R. de 24 de Fev. de 1808, sobre o qual a *Exposição do Juiz Conservador* Baltazar da Silva Lisboa, ácerca da Carta Régia... ms. na Biblioteca d'Ajuda, Lisboa, sob n. 51 — IX — 25.

Que ficasse ali, pediram os moradores, em requerimentos eloquentes (1). Rogou o Senado da Camara, solicitou o corpo de comercio, por seu comissário, Baltazar da Silva Lisbôa, com a promessa de fazer-lhe palacio condigno... Não cedeu. A sua capital devia ser a do Brasil, o Rio de Janeiro, para onde seguiu — envolto em comoventes homenagens — a 26 de Fevereiro. Suntuosas festas aqui o receberam em 8 de Março de 1808 (2).

Em 23 de Fev. de 1808 o lente honorario Manuel Ferreira de Araujo Guimarães propoz ao visconde de Anadia a creação de uma companhia de guardas-marinhas na Bahía, *Ams. no Arq. Hist. Col.* de Lisboa.

(1) JOHN MAWE, *Voyages dans l'interieur des Brésil*, trad. franc., II, 150, Paris, 1816.

(2) Leia-se MOREIRA DE AZEVEDO, *Curtosidades*, p. 11, Rio, 1873 (resume a acta da sessão do Senado da Camara, de 23 de Março de 1808). O aviso da chegada do Principe fôra dado pelo brigue "Voador" (capitão de fragata Francisco Maximiliano de Souza) em 14 de Janeiro, P. LUIZ GONÇALVES DOS SANTOS, *Memórias para servir à Historia do Reino do Brasil*, I, 197, 2.ª ed., notas de Noronha Santos, Rio, 1943. Vd. deste, a descripção das festas de 8 de Março, *op. cit.*, I, 210, e segs..

III

O GRANDE GOVERNO

Praticamente não teve o Príncipe ministros, desde a saída de Lisbôa até 10 de Março, quando, no Rio de Janeiro, despediu os antigos e nomeou quem não dêsse cuidados á politica inglêsa.

Na Bahia, os seus atos foram subscritos pelo conde da Ponte, e no Rio, entre 26 de Fevereiro e 10 de Março, pelo vice-rei conde dos Arcos, o jóven administrador que lhe fez a acolhida mais brilhante e aparatosa.

LINHARES

O fáto é que não podia manter Antonio de Araujo na pasta da guerra e estrangeiros, tanto porque os inglêses não confiavam nele, como pelas acusações, aliás falsas, á sua fidelidade, pois não faltava quem lhe attribuisse o plano de entregar a familia real aos francêses. Dois anos depois cabalmente se defendeu Araujo e recuperou, em 1814, o antigo valimento (1). Afastado o estadista francófilo, o substituto seria um partidário da Inglaterra, amigo de lord Strangford: D. Rodrigo de Souza Coutinho, cujo irmão, o conde de Funchal, continuava embaixador em Londres. Teve o ministério da guerra e estrangeiros, e, em 17 de De-

(1) ARTUR DA CUNHA ARAUJO, *Perfil do Conde da Barca*, p. 81, ALBERTO LAMEGO, *Mentiras Históricas*, p. 128, Rio.

zembro, o título de conde de Linhares (1). Para a pasta da marinha foi o visconde de Anadia, e para a da fazenda e interior D. Fernando José de Portugal e Castro, cuja experiência do Brasil era então providencial. Contrastava este com o impetuoso D. Rodrigo, “el torbelino”, como lhe chamou a princesa Carlota Joaquina, na idéia que fazia da colonização, e na prudência de seus conselhos (2). Como que queria mudar apenas Portugal para a America, sem nada lhe alterar das instituições, dos serviços, da vida (3), enquanto o futuro conde de Linhares era um renovador ansioso, revolucionário dos metodos de governo, homem de espirito forte (como aos *economistas* se alcunhava), anglófilo, acreditando na melhoria das nações pelo trabalho, pelas invenções e descobertas da ciência. Póde-se dizer que veio ao Brasil observar o que desde muitos anos recomendára aos capitães-generais, com inúmeras ordens para que creassem jardins botanicos, adaptassem culturas exóticas, introduzissem maquinas inglêsas, atendessem ao comercio e aos transportes... (4). Sonhára com o “imperio”, que agora D. João ia

(1) A memorável atividade de Linhares se estende da chegada da familia real ao seu falecimento, em 26 de Janeiro de 1812. Diz-se que morreu no desagrado de D. João, a esse tempo contrariado com a diplomacia inglesa e a sua ingerencia no Prata. O fato é que o *periodo de Linhares* corresponde á submissão do Principe aos interesses ingleses e o do conde da Barca á sua autonomia de ação na fronteira do sul.

(2) ALBERTO RANGEL, *No rolar do tempo*, p. 142, Rio 1937, depoimentos do duque de Luxemburgo e do coronel Maler.

(3) “...Contentou-se, pro interim, em aplicar ao Rio de Janeiro o Almanaque de Lisboa...”, VERGUEIRO, *Considerações*, 1821, in MACHADO DE OLIVEIRA, *Quadro Historico*, p. 397, 2.a ed.. E’ a reflexão de *A Malagueta*, n. 2, 17 Dez. de 1821 (ed. fac. similar, Rio 1945).

(4) Leia-se de MARQUÊS DO FUNCHAL, *O Conde de Linhares*, Lisboa 1908. OLIVEIRA LIMA, *Dom João VI no Brasil*, 1, 190 (2.a ed., Rio 1945) revelou os serviços de Linhares ao Brasil, mas é preciso acrescentar os que prestára antes de 1808, e que se recapitulam na correspondencia ms. no *Arg. Hist. Col.*, Lisboa. Exemplos: mandava fornecer livros úteis, a serem vendidos, depois de lidos pelo governador, carta ao da Bahia, 23 de Dezembro de 1799 (ms. dos maços da Secretaria

fundar (1). Aqui estava para creá-lo, numa prèssa irresistivel. O Príncipe Regente agarrou-se á idéja. Publicou-a logo no manifesto que endereçou às potências — replicando com o “novo impèrio” ao de Napoleão, que o expulsára da Europa; e deu-lhe no seu reinado o conteúdo politico que devia formá-lo.

A INSTALAÇÃO DA CÔRTE

O primeiro embaraço vencido pela côrte adventicia foi a instalação (eram dez mil almas!) naquele Rio acanhado e insalubre, de 1808.

A familia real abrigou-se no Paço dos vice-reis, desalojando a Relação, que mudou para uma casa particular. Parte dos serviços occupou o vizinho convento

de Estado). Que se fundasse o Jardim Botânico da Bahia, c. de 3 de 1800 (ms. na mesma col.) Que fossem distribuidas sementes de tabaco da Virginia e folhetos sobre a cultura na America do Norte, c. de 25 de Out. de 1800. Que Manuel Ferreira da Camara investigasse minas de cobre, c. de 17 de Nov. de 1800. (ms. *ibid.*) Nem é verdade que fosse, como o pinta O. Lima, autoritario intransigente. Escrevia ao conde dos Arcos, 1811, ms. no *arq. do Palacio dos Arcos*, Lisboa, inéd.: “Eu que por muito tempo e em 1784 fui fanático adorador da agradável opinião da perfectibilidade indefinida do homem...”, para dizer-lhe da “necessidade que ha de segurar-nos contra o movimento retrogrado que Bonaparte e seus loucos sectarios querem dar á espécie humana”. Em c. de 2 de Out. de 1811, ms. no *arq.* como os outros docs. desta nota, tambem inédita, mostrava-se contente das avançadas idéias de Domingos Borges de Barros. Deve-se-se-lhe (contou em 1823 Carneiro de Campos) a suspensão das perseguições projetadas á maçonaria e afinal decretadas no Alvará de 30 de Março de 1818.

(1) VARNHAGEN, *op. cit.*, V, 105. Em carta de 3 de Set. de 1813 ao conde de Funchal, falava José Bonifacio de Andrada e Silva da “fundação organica daquele vasto mas nascente Imperio...” Fez justiça a D. João VI no *discurso* de 26 de Jan. de 1822: “benéfico fundador do Imperio Brasileiro...”, como lhe chamaram Januario da Cunha Barbosa, *Oração de ação de graças recitada na Capela Real*, Rio 1813 (col. Heitor Calmon) e MONTE ALVERNE, *Obras Oratorias*, I, VI, Rio 1853.

Já em 22 de Dezembro de 1798, num discurso á Sociedade Real Maritima, sonhara D. Rodrigo com a navegação do Amazonas, do Madeira, do Guaporé... “que só por si fariam a gloria de um Reinado”, ms. no *Arq. Hist. Col.*, Lisboa. Vd. tambem os docs. citados por MARCOS CARNEIRO DE MENDONÇA, *O Intendente Camara*, ps. 17-64, Rio 1933.

do Carmo (transferidos os frades para o dos Barbons) e a sua igreja ganhou as honras de Capela Real (15 de Junho), elevado o bispo a capelão-inór (3 de Junho). Ali creou o Príncipe escola de musica e canto sacro, que lhe lembrasse o esplendor do culto em Mafra (1). Aceitou em seguida a oferta do negociante Elias Antonio Lopes, da *Quinta da Boa Vista*, em S. Cristovão, e lá estabeleceu a residencia, ficando o da Cidade como paço das audiencias (2). Esse deslocamento para o subúrbio importou a construção da "cidade nova", com os seus sobrados, as suas chácaras, as suas largas ruas. Antes, porém, dos melhoramentos, que exigiam tempo e ordem, era necessário acomodar o séquito de D. João nas suas casas provisórias. Resolveu-se o problema tomando-as aos moradores. Muitos cederam sem objeções; outros, coagidos. Os magistrados disto incumbidos escreviam na porta do predio cobijado as iniciais P. R. (Príncipe Regente, que o povo traduziu... "ponha-se na rua"), (3) e

(1) Em 26 de Nov. de 1808 o padre José Mauricio Nunes Garcia, genial compositor fluminense, foi nomeado inspetor da Capela Real. Em 1811 chegou Marcos Portugal, o primeiro musicista português de seu tempo (VISCONDE DE TAUNAY, *José Mauricio Nunes Garcia*, p. 93, S. Paulo 1930; RENATO ALMEIDA, *História da Música Brasileira*, 2.^a ed., p. 330, R'o 1942). Vd. *Estatutos da Santa Igreja Catedral do Rio de Janeiro*, p. 4, Impressão Regia, Rio 1811.

O lugar de capelão-mór pertencera até então aos cardeais-patriarcas de Lisboa (AIV. de 3 de junho de 1808). O bispo do Rio de Janeiro d. José Caetano da Silva Coutinho (que exerceu a prelatura entre 1808 e 1833) chegou a esta cidade em 2 de Abril, VIEIRA FAZENDA, *Rev. do Inst. Hist.*, v. 143, p. 61.

(2) A exemplo de Queluz e da Ajuda, no Reino... Aliás na fazenda de Santa Cruz e na ilha do Governador teve o príncipe palácios campestres (deste fala SANTOS MARROCOS em 1811 *An. da Bibl. Nac.*, LVI, 41), a que mais tarde juntou a casa de Paquetá. Carlota Joaquina ficou no sítio de Botafogo, Marrocos, *ibid.*, p. 128. As obras grandes de São Cristovão começaram em 1815, *ibid.*, p. 222. Elias Antonio Lopes era rico negociante na rua Direita, já em 1792, R. GARCIA, *An. da Bibl. Nac.*, LIX, 203. Teve em 29 de Agosto de 1810, o titulo — em recompensa — de alcaide-mór da vila de S. José del Rei, *Arg. Nac.*, *Elenco*, p. 665. O P. Luiz Gonçalves dos Santos, *Memórias*, II, 580, diz que Santa Cruz poderia ser outra Versalhes ou Aranjuez...

(3) VIEIRA FAZENDA, *Rev. do Inst. Hist.*, v. 142, p. 43. Conta Macedo, *Um Passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, o pitoresco caso

não havia resistir á intimação (1). E' facil perceber a irritação que aos fluminenses causou o abuso: atenuou-o, cêdo o dissipou, o frenesí de reformas, que deu ao governo, pela mesma ocasião, o character providencial dum fundador de Império. Leis benéficas; substancial alteração de mentalidades; fecunda, nervosa, intensa atividade — presidida pela argúcia de D. Rodrigo.

OS ATOS DECISIVOS

Não se mudou a côrte; mudou-se o Estado. Era indispensavel, portanto, instalar ainda as Repartições, os tribunais, as comodidades. Estava o governo organizado. Cumpria estabelecer a ordem, com a Policia, a justiça superior, os órgãos administrativos, que tinham até aí faltado á colonia. Assim se fez, a partir de 1 de Abril: Conselho de Estado, Intendencia Geral de Policia (1), Conselho da Fazenda, Mesa da Consciencia e Ordens (2). Surgiram o Conselho

do uiz de fora, des. Agostinho Petra de Bittencourt, cançado das exigencias dum fidalgo, que pedia casa, mobilia, criados e só faltava pedir mulher...

(1) Em 1818, alv. de 31 de Janeiro (JOSÉ DA SILVA LISBOA, *Sinopse da Legislação principal do Senhor D. João VI*, Rio 1818, 2.^a ed., do Arq. Nac., p. 79), foi concedida aos moradores do Rio de Janeiro "aposentadoria passiva", isto é, isenção do encargo de hospedar os funcionários régios.

2) Antes de 1808 havia no Rio um Intendente de Policia, que era o ouvidor do crime, Almanach de 1792, *An. da Bibl. Nac.*, LIX, 260. O alv. de 5 de Abril de 1808 creou a Intendencia Geral, como existia no Reino desde 1760: equivalia a um ministério, pela ampla atribuição que se lhe dava. O primeiro Intendente Geral foi o des. Carvalho e Melo (futuro visconde de Cachoeira) mas em character interino. Exerceu o cargo, como efetivo, de 10 de Maio de 1808 a 26 de Fevereiro de 1821. isto é, até a queda do regime absolutista, o conselheiro Paulo Fernandes Viana, fluminense, enérgico magistrado, genro do rico negociante Braz Carneiro (portanto cunhado dos futuros viscondes de S. Salvador de Campos e marquês de Baependi). Uma sua filha seria duquesa de Caxias. Sobre a sua casa, vd. VIEIRA FAZENDA, *Kosmos*, Rio, Abr. de 1905.

3) Foi extinta por lei de 22 de Setembro de 1828 (juntamente com o Desembargo do Paço).

Supremo Militar (1), Desembargo do Paço, Casa da Suplicação (nova dignidade dada á Relação do Rio, ou seja, a independencia judiciária do país, pois passou a funcionar como supremo tribunal) (2). Respirava-se o ar liberal do mercantilismo: foi decretada a liberdade de industria (3); a Junta Geral do Comercio; depois juiz dos falidos e conservador dos privilegios (4); e o Banco do Brasil, para auxiliar o Erario (5). Este, com a Casa da Moéda, foi alojado na "Casa dos

(1) Vd. LAURENIO LAGO, *Conselheiros de Guerra, Vogais e Ministros do Conselho Supremo Militar*, p. 7 e segs., Rio 1944.

(2) Alv. de 10 de Maio de 1808. Agravos e apelações que antes iam a Lisboa teriam agora de vir ao Rio, menos (alv. de 6 de Maio de 1809) os do Pará e Maranhão, devido ao facil transporte dessas capitancias para Portugal. A Relação do Maranhão foi creada a 13 de Maio de 1812. Quanto á do Rio, agora Suplicação, se mudou para a casa da rua do Lavradio de propriedade de João Marcos Vieira da Silva Pereira, depois comprada pelo governo e onde funcionou até perto dos nossos dias, MACEDO, *Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro*, 1, 20 (2.ª ed.).

(3) Vd., para o sistema anterior, JOÃO RODRIGUES DE BRITO, *Cartas Economico-Politticas*, 2.ª ed., ps. 43 e segs. Bahia, 1924. Para esta epoca, SILVA LISBÔA, *Memoria dos beneficios*, etc., p. 70.

(4) Alv. de 29 de Julho de 1809 e 13 de Maio de 1810. Note-se que o mercantilismo de tom liberal, do governo do Principe Regente, se acentuára bem antes da transmigração. Inaugurára-se a éra papellista, com as emissões de bilhetes do Erario (Decr. de 9 de Julho de 1794) e de apolices de 5% (Decr. de 29 de Outubro de 1796). Anulára-se o privilegio ou isenção fiscal de que gozavam nobreza e clero (Alv. de 24 de Out. de 1796, etc.). A tendencia era, desabaladamente, de substituição das leis fragmentárias por uma ordem codificada (José da Silva Lisboa foi logo encarregado de fazer o *Codigo Commercial*, em 1809), que correspondia ao espirito "burguês", ao sentido economico, ao *anglicismo* daquele governo progressista. Letaise, v. g., *Elogio a S. M. o Sr. D. João VI, pelo Dr. Vicente Ferreira Cardoso da Costa, feito em 1811 por motivos da omissão da palavra Inconfidencia, no decreto dirigido á mesa do Desembargo do Paço, na data de 21 de Outubro de 1810*, Lisboa 1823.

(5) O primeiro Banco do Brasil, capital de 1.200 contos, teve estatutos publicados a 8 e 12 de Out. de 1808. Emitia bilhetes pagaveis á vista, garantido por fundo metalico e com o caracter de moeda-corrente. Carta de lei de 16 de Fev. de 1816 mandou estabelecer na Bahia, e depois n'outras cidades, filiais do Banco. (Vd. sobre história e obrigações do instituto, discursos do deputado Miguel Calmon (Abrantes), *Anais da Camara*, 1.º vol., 1829. Em 1812 Manuel Jacinto Nogueira da Gama considera-o indispensavel ás necessidades do Tesouro, para manter em dia os pagamentos, JUSTINIANO JOSÉ DA ROCHA, *Biografia do marquês de Baependi*, p. 64, Rio 1851.

Pássaros”, á Lampadosa (1). Providencialmente Antonio de Araujo mandára vir de Londres, para a secretaria dos Estrangeiros, uma tipographia: ficou sendo a Impressão régia, de produção copiosa e benemerita (2). Afinal, imprimiram-se no Brasil papeis públicos, gazeta, livros! (3).

Havia urgencia em aparelhar o poder naval. Instalou-se, nas hospedarias do mosteiro de S. Bento, a Academia de Marinha (cujos professôres tinham vindo de Lisbôa com a familia real). Tomou o nome de Arsenal de Marinha — na mesma praia — o que construiu o conde da Cunha em 1764 (4), ampliado e regulamentado pelo modêlo da metropole. E o infante

(1) Na mesma casa da Lampadosa foi instalada, em 1815, a Casa da Moeda. Nesses edfícios, varias vezes reconstruidos, esteve o Tesouro Nacional até 1937. Passou a dirigir o Tesouro o illustre Targine, depois visconde de S. Lourenço, tendo como escrivão Manoel Jacinto Nogueira da Gama, que em 1812 apresentou a primeira proposta formal de orçamento com a revisão do sistema tributario.

(2) ARTUR DA CUNHA ARAUJO, *op. cit.*, p. 78. Decr. de 13 de Maio de 1808, creou a Impressão Régia, dirigida, a partir de 24 de Junho, por uma junta, composta inicialmente do des. José Fernandes de Castro, Silvestre Pinheiro Ferreira, Manuel Ferreira de Araujo Guimarães, conego Francisco Vieira Goulart, Mariano José Perelra da Fonseca (Maricá) e José da Silva Lisbôa. Dessa officina saiu a 10 de Setembro o 1.º numero da “*Gazeta do Rio de Janeiro*”, com que se inaugurou a publicação de jornais no Brasil. Era um pequeno periodico, que saia ás 4.as e sabados, redigido por fr. Tiburcio José da Rocha e cor. Manuel Ferreira de Araujo Guimarães, segundo uns, pelos officiaes da secretaria dos estrangeiros, segundo outros, MAX FLEIUSS, *Hist. Administrativa do Brasil*, separata do *Dic. Hist.*, p. 97, Rio 1923. Até 1821 a Impressão Régia teve o monopolio da publicação de jornais, então quebrado com as tipografias de Moreira e Garcez e Nova Officina Tipografica, Ernesto Senna, *Rascunhos e Perfis*, p. 599, Rio 1909. De 1811 é a imprensa na Bahia.

Faltava-lhe a liberdade, reivindicada, ainda em 1812, pelo P. Antonio Pereira de Souza Caldas, *Rev. do Inst. Hist.*, III, 148. Os primeiros jornais nas demais provinciac, apareceram em 1821, na fase revolucionária.

(3) Dos livros, citamos os de JOSÉ DA SILVA LISBÔA, *Razões dos lavradores do vice-reinado de Buenos Aires*, Rio 1810 (é o trabalho de Moreno a que aludimos); *Compendio da obra da Riqueza das Nações de Adam Smith* (trad. de BENTO DA SILVA LISBÔA), 1811; *Extractos das obras politicas e economicas* de EDMUND BURKE, parte I, 1812, com dedicatória a Strangford...

(4) DIDIO I. A. DA COSTA, in *Os Portugueses na Marinha de Guerra do Brasil*, p. 178 Rio 1940.

D. Pedro Carlos, sobrinho de D. João, recebeu o título de Almirante General da Marinha, como seu primeiro chefe (1).

Para "formar habéis oficiais de artilharia e engenharia" (Carta-régia de 4 de Dezembro de 1810) instalou-se na Casa do Trem (23 de Abril de 1811) e, no ano seguinte, no edifício ao largo de S. Francisco levantado sobre os alicerces da Sé nova, a Academia Real Militar (2). Matematicos de renome, físicos, bo-

(1) D. Pedro Carlos foi o sobrinho predileto de D. João VI, que o creou, por morte do infante espanhol D. Gabriel e da princesa D. Mariana, sua irmã, que o deixaram em tenra idade. Apesar de espanhol de nascimento, a afeição que lhe teve o príncipe-regente de fato o naturalizou português. Nem se contentou em fazê-lo almirante chefe: casou-o com a filha mais velha, a princesa D. Maria Tereza (13 de Maio de 1810). Fez interessante descrição das festas nupciais, o Padre Joaquim Damaso (ms., in *Brasília*, I, 621, Coimbra 1942). Dois anos depois faleceu o infante, 26 de Maio de 1812, sepultado no convento dos franciscanos, em monumento que lhe fez Machado de Castro, o escultor da estatua equestre de D. José I (Vd. HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA, *Joaquim Machado de Castro*, p. 320, doc. do próprio artista), Janeiro, em 1819, *op. cit.*, p. 257. Nem LUIZ GONÇALVES DOS SANTOS, *Mem. que aliás pretendia erigir uma estatua pedestre a D. João VI no R. de II, 544*, nem VIEIRA FAZENDA, *Rev. do Inst. Hist.*, v. 147, p. 106, citam a autoria desse monumento, unico talvez no Brasil, de Machado de Castro. A princesa casou-se em 1838 com o infante D. Carlos de Espanha, chefe do "carlismo", vd. ANGELO PEREIRA, *As Senhoras Infantas filhas del-rei D. João VI*, Lisboa 1938; Joaquim da Nobrega Cão d'Aboim, *Elogio Historico do Serenissimo Sr. Infante D. Pedro Carlos*, p. 19, Rio 1813.

(2) A Academia Militar ocupou o lugar destinado à Sé e lhe aproveitou os alicerces. O edificio subsiste, Escola Politécnica, com as alterações que sofreu, principalmente em 1861, quando da primeira Exposição Nacional. Os professores equiparavam-se aos de matematicas de Coimbra, OLIVEIRA LIMA, *D. João VI no Brasil*, I, 255, 2.^a ed. O curso era de sete anos e abrangia simultaneamente as ciências necessarias para o engenheiro e o official de artilharia.

A academia de artilharia e fortificações (englobada agora no novo instituto) fôra fundada por Gomes Freire, e tivera estatutos em 17 de Dez. de 1792, *Arq. Nac., Elenco*, p. 617. A Academia Militar, fundada em 1810, foi reunida à de marinha (Dec. de 9 de Março de 1832), mas logo desligada (22 de Out. de 33). Pela reforma de 14 de Jan. de 39 teve o titulo de "Escola Militar", juntando-se-lhe, 23 de Jan. de 55, a de Aplicação do Exercito (5.^o e 6.^o ano da Escola Militar), então instalada à Praia Vermelha, chacara de Joaquim da S'iva Nazaré, comprada por 25 contos (Relatorio da Guerra, 1855, p. 6), sendo ministro da guerra o conde de Caxias. Os estudos de engenharia emanciparam-se com a criação da Escola Central (1874) no mesmo prédio do largo de S. Francisco.

tânicos, fizeram logo dessa escola a principal da cidade. Compreende-se o papel excepcional que teria nos acontecimentos de 1821 e de 1831. O estudante, como fator de agitação liberal, o lente, como semeador de idéias, entram na História fluminense pela porta da Academia Militar. E' então o instituto que lembra mais de perto, no Rio de Janeiro, o claustro coimbrão (1).

Deste periodo é a biblioteca publica, que o Príncipe estabelece com os seus livros e coleções trazidos da Ajuda (2). E o Real Teatro de S. João (decreto de 28 de Maio de 1810), edificado por meio de ações e juros garantidos por seis loterias, portanto sem nada custar á fazenda pública (3). Inaugurado em 12 de Outubro de 1813, passou a ser o centro social, a platêa da cidade.

Para velar pela segurança geral, organizou-se (Decreto de 13 de Maio de 1809) o *Corpo da Guarda Real de Policia da Côrte*, sob o comando do major Miguel

(1) Os primeiros lentes, Antonio José do Amaral (pai do visconde de Cabo Frio), cap. Araujo Guimarães, 1.º ten. José Saturnino da Costa Pereira, frei Custodio Alves Serrão. Frei Pedro de Santa Mariana (futuro bispo de Crisópolis) foi um dos mais ilustres professores de mathematica da Academia. Vd. INACIO M. AZEVEDO DO AMARAL, conferencia, *Boletim do Circulo de Tecnicos Militares*, v. 25, p. 116, (Dez. de 1945).

(2) Dec. 29 de Out. de 1810. A instalação, no convento do Carmo foi na data natal'cia do Príncipe, em 1811, tendo-lhe este grande predeleção como conta SANTOS MARROCOS nas suas *Cartas*.

(3) Deu o terreno, defronte à igreja da Lampadosa, Fernando José de Almeida. Havia garantia de juros para os acionistas, assim por meio das loter'as, como pela hipoteca legal do edificio, que, uma vez completamente pago, reverteria ao dono do terreno. Era uma espécie de contrato de anticrêse. Inaugurou-se em 1813, com o "Juramento dos numes", poema de D. Gastão Fausto da Camara, e musica de Marcos Portugal. (LAFAIETE SILVA, *História do Teatro Brasileiro*, p. 27, Rio 1938). Teve em 1824 o nome de Imperial Teatro de São Pedro de A'cantara (*Decr.* de 15 de Set.). Destruíram-no dois incendios, em 1851 e em 1856, mas foi reconstruido, e subsistiu até reedificação com outra planta, (1930). Desde 24 de Agosto de 1923 se chama Teatro João Caetano, em homenagem ao "Talma brasileiro". Era esplendido em 1820, HIPPOLYTE TAUNAY et FERDINAND DENIS, *Le Brésil son histoire, meurs*, etc., II 46, Paris 1822 e do famoso baile de 1821, fala VIEIRA FAZENDA, *Rev. do Inst. Hist.*, v. 143, p. 344.

Nunes Vidigal, braço direito do Intendente Viana (1). Esse implacável comandante se célebrizou pela vigilância e pela probidade (2).

Dado o impulso á cultura geral, era indispensável dotá-la de escola cirurgica, anexa ao hospital, como na Bahia (3), de Laboratorio farmaceutico, de instituto vacínico, de aula de comercio, de fabrica de

(1) Fluminense, alferes em 1782, tenente em 84, capitão em 1790, sargento-mór em 97, tenente-coronel e coronel em 1808. A sua vida militar foi consagrada ao "corpo da guarda", pois já em 1791 era capitão da 1.ª companhia da guarda do Vice-rei, equivalente ao cargo que lhe deu o Príncipe. Brigadeiro em 1822, reformou-se, com a patente de marechal de campo, em 1824 e faleceu, aos 98 anos de idade, em 10 de Junho de 1843. (LAURENTIO LAGO, *Brigadeiros e Generals*, p. 133), MELLO BARRETO FILHO e HERMETO LIMA, *História da Polícia do do Rio de Janeiro*, II, 205, Rio 1940.

(3) MANUEL ANTONIO DE ALMEIDA, *Memórias de um sargento de milícias*, p. 24, (edição da Livraria Martins, S. Paulo 1941). E' MÁRIO DE ANDRADE, *Introdução* a esse livro, p. 9.

Por *Decr.* de 11 de Setembro de 1813 aceitou o Príncipe o oferecimento de João Egidio Calmon de Siqueira, para armar á propria custa uma companhia de cavalaria na Guarda Real da Polícia, o que não teve efeito, passando o ofertante (*Decr.* de 23 de Abril de 1818) a forma-la no Arsenal Real do Exército, com material que importou da Inglaterra, gastando nisto mais de dez contos de ré's (Docs. no *Arq. do Min. da Guerra*, ms. cm. por Laurenio Lago). Esta iniciativa marca a origem do 1.º Regimento de Cavalaria, do qual João Egidio foi capitão em 1818, vencendo antiguidade desde a primeira patente, cinco anos antes. Teve sempre comando, quer como capitão da terceira companhia do Reg., quer como tenente coronel, 17 de Fev. de 1824, e coronel, 13 de Nov. de 1826, posto que o levou á guerra com as Províncias Unidas. O 1.º é hoje o Regimento dos *Dragões da Independencia*.

(3) Os primeiros professores, Joaquim José Marques e José Lemos de Magalhães, para anatomia e cirurgia. Mazarem ocupou a cadeira de obstetricia no ano seguinte e Bomtempo a de medicina e farmacia, FERNANDO MAGALHÃES, *O Centenario da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*, p. 7, Rio 1933. Aí a origem do curso médico na Capital. Sobre Joaquim da Rocha Mazarem, 1775-1849 e José Maria Bomtempo, 1774-1843, tradutores e autores de compendios de suas especialidades, LUIZ PINA, *op. cit.*, p. 81. Veiu o primeiro como cirurgião da não Príncipe Real e em sua companhia Duarte da Ponte Ribeiro, que teve no Rio carta de cirurgião, em 1811, e foi o famoso diplomata do Império (MACEDO, *Rev. do Inst. Hist.*, parte 2.ª, p. 489, Rio 1878). Até 1815 a escola de cirurgia se limitou a dar aquelas cartas, portanto sem competir com a Faculdade de Medicina de Coimbra (OLIVEIRA LIMA, *op. cit.*, I, 253), cujo monopólio era defendido por seus correspondentes na corte. A C. R. de 29 de Dez. de 1815 desdobrou-lhe o curso em cinco aulas segundo o plano do Dr. Manuel Luiz Alvares de Carvalho, que também organizou o hospital da Santa Casa, naturalmente ligado á escola.

polvora junto á lagôa de Rodrigo de Freitas (1), a que o seu diretor, mais tarde, agregou o horto, para o plantio de espécies exóticas, transformado, por alvará de 1 de Março de 1811, em Jardim Botânico (2). Até de Academia Real das Ciências do Rio de Janeiro se cogitou! (3).

O SURTO COMERCIAL

A abertura dos portos foi um tóque de vara mágica que despertou o commercio enlanguesciente. Acompanhou-se duma salutar imigração de homens de negocio: os inglêses, muito interessados nesse commercio dirêto.

Os numeros surpreendem.

Perdeu Portugal, não só o monopolio, como a primazia dos negocios brasileiros. Em 1807, a sua importação fôra de 13.928 contos (num total de 16.969, dos efeitos entrados). Caiu para 4.819 em 1809, para 3.633 em 1811; seis anos depois não passava de 7.517

(1) Dec. de 13 de Maio de 1808. O diretor e creador da fábrica foi o brigadeiro Carlos Antonio Napión, entregue a administração ao Dr. Mariano José Pereira da Fonseca (depois marquês de Maricá). Napión official estrangeiro que, em Lisboa, exercia a inspecção do Arsenal do exercito, acompanhára o Príncipe ao Brasil e aquil faleceu em 1814, LAURENIO LAGO, *Brigadefiros e generals de D. João VI e D. Pedro I no Brasil*, p. 31, Rio 1938, JOSÉ JUSTINO TEIXEIRA BOTELHO, *Novos subsdios para a História da Artilharia Portuguesa*, I, 320, Lisboa 1944. Por c. de 22 de Julho de 1811, proibiu o Príncipe que se exportasse polvora de Portugal para o Brasil, Bahia e o sul, favorecendo com isto a fabrica recém-creada, *Boletim do Arquivo Histórico-Militar*, v. 12, p. 246, V. N. de Famalicao 1942.

(2) O chefe de divisão Luiz de Abreu trouxe-a da Ilha de França especiarías e sementes, em 1809; que o coronel Napión mandou plantar no horto da fábrica de polvora. Destacaram-se as mudas de chá e a chamada "palmeira real", a que o Príncipe ligou a maior atenção, conservando-se ainda hoje a primeira, junto ao monumento que lhe foi dedicado em 1908, no Jardim Botânico. Vd. descrição de LOUIS DE FREYCINET, *Voyage autour du monde*, I, 36, Paris 1827. Chamam-se de Rodrigo de Freitas os terrenos e a lagôa, por ter sido dono do engenho que all houve Rodrigo de Freitas Castro, falecido em 1748, VIEIRA FAZENDA, *Rev. do Inst. Hist.*, v. 86, p. 342. Comprou aqueles terrenos o conde de Linhares, em 1809, por 42:193\$430.

(3) *Arq. Nac., Elenco*, p. 263.

contos. Também as exportações para o Brasil, que em 1806 valiam 6.943 contos, paravam em 2.792 em 1811 e estavam em 6.546 em 1819 (1).

Tinhamos melhor freguês: a Inglaterra. Desapareceu Lisbôa como porto intermediário, e as relações se estabeleceram entre os do Brasil e Londres, agora a bolsa comum dos produtos tropicais.

Não admira duplicassem estes de valôr num ano. Os navios, numerosos, que vinham com as mercadorias da Europa, tinham de voltar com as do país, e as arrecadavam com o preço exagerado pela procura (2). Ao contrario, o atropêlo da ofêrta, de quantas quin-quilharias chegaram d'alem-mar, ainda sem interesse para o modesto comprador, as desvalorizou, em contraste com a alta das materias primas levadas na viagem de retôrno. Barateou-se, em consequencia, o que era estrangeiro, e sobrava, em proveito das cousas da terra, escassas e úteis. Enriqueceram agricultôres, fazendeiros, os tropeiros que tangiam as mulas cargueiras do interior para o litoral, transportando al-

(1) VICENTE ALMEIDA D'EÇA, *A Abertura dos Portos do Brasil*, p. 75. Em 1822, entraram no Rio de Janeiro 11668 navios, sendo estrangeiros 443, e somente 50 portugueses, *El Argos*, Buenos Aires, 1 de Março de 1823. Explica-se a indignação que lavrou no Reino; nem faltou quem propuzesse, desde 1808, um regime democratico, como a república da Holanda... INNOCENCIO FRANCISCO DA SILVA, *Memórias para vida intima de José Agostinho de Macedo*, p. 58, Lisboa 1899. Leia-se principalmente ADRIEN BALBI, *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*, I, 419, 24, Paris 1822, com o balanço do commercio de 1796 a 1819; FRANCISCO ANTONIO CORREIA, *História Economica de Portugal*, II, 210, Lisboa 1930; JOSÉ ANTONIO DE MIRANDA, *Memória constitucional e politica sobre o estado presente de Portugal e do Brasil dirigida a El Rei nosso Senhor*, Rio 1821. Este se refere à crise agricola do Reino agravada pela importação dos grãos, que mais empobreciam a lavoura tão castigada pelas duas invasões francesas.

Não é verdade, porem que D. João VI reiegasse ao abandono a economia portuguesa. C. R. de 14 de Set. de 1817 assegurou o monopólio de venda para a tropa à Real Fábrica das Sedas, *Coleção das Leis*, III, 59, Ouro Preto 1837; alvará de 25 de Abril de 1818 favoreceu com menores direitos alfandegarios os vinhos e outros productos portugueses, já em reacção ao tratado de 1810.

(2) JOHN MAWE, *Viagem ao Interior do Brasil*, trad. de S. Benvides Viana, notas de Cláudio R. Lessa, p. 111, Rio 1944.

godão e café, e esse dinheiro abundante se dissolveu nas exigencias e requintes da vida urbana.

A partir de 1808, os negociantes ingleses se estabeleceram nos principais portos do país com os escritórios de compra, as agencias de navios, a representação dos comitentes.

Organizaram inicialmente uma sociedade, para abastecer o Brasil com as mercadorias mais procuradas (1). Depois, e apressadamente, se distribuíram pelos centros econômicos, ramificando as transações, que ofuscaram os costumes rotineiros da colonia (2).

A *Praça do Comercio* é como a insignia da epoca, e o seu monumento. Na Bahia — construido pelo conde dos Arcos — e no Rio — por D. João VI — o palacio onde os corretores, os mercadores de grosso trato, os caixeiros se reuniram, teve a importancia dum simbolo (3).

(1) LUIZ GONÇALVES DOS SANTOS, *Memórias para servir à história do Reino do Brasil*, 1, 244.

(2) Vd. HENRY KOSTER, *Viagem ao nordeste do Brasil*, trad. de Camara Cascudo, p. 59, Hippolyte Taunay et Ferdinand Dén's, *Le Brésil* (e A. TAUNAY, *Na Bahia de D. João VI*, p. 176), G. GARDNER, *Viagens no Brasil*, trad. de A. Pinheiro, p. 129. Na Bahia de 1811 se destacavam Willie e Hancock, Moers & Co., Sealy Boach Tool, Harrison Hayman & Co., substriutores para a construção da Praça do Comercio (*A Idade de Ouro*). Foram, na epoca da Independencia francamente simpáticos à causa do Brasil, BERNARDINO FERREIRA NOBREGA, *Memória Histórica sobre a vitoria alcançada pelos itaparicanos*, ed. de Pirajá da Silva, p. 138, Bahia 1923. Cita especialmente Diogo Astley.

Deste tempo, as capelas anglicanas e os cemiterios ingleses como o da Gambôa, no Rio de Janeiro e da Barra, na Bahia.

A primeira casa estrangeira, no Ceará, foi, em 1811, a do irlandês William Wara, JOÃO BRIGIDO, *Rev. do Inst. do Ceará*, XXVI, 92.

A venda inglesa, de que falou BIANCARDI, nas *Cartas Americanas*, p. 40, alastrou-se no Brasil, tal como no Reino.

(3) Da *Praça do Comercio* da Bahia diremos adiante. A do Rio foi requerida pela Junta do Comercio e autorizada pelo Principe em 1811, doc. ms. da coleção da sra. Rosalina C. Lisboa Larragoiti. começada em Outubro de 1818 e concluiu-se em Maio de 1820, FERDINAND DÉNIS, *O Brasil*, trad. port. 1, 192, Rio, segundo o traço de Grandjean de Montigny, que aí manifestou a pujança do seu talento.

Os acontecimentos de 21 de Abril de 1821, tornaram o edificio odioso para os negociantes da Côrte, que não voltaram a ele senão vinte anos depois. No andar superior esteve, em 1844, o Arquivo Nacional.

CIDADE NOVA

As cidades, começando pela capital (1), transformaram-se depressa (2), tanto pelas obras de conjunto, que lhes rasgaram os bairros novos, invadidos pelos forasteiros fidalgos, como pela prosperidade dos moradores, enriquecidos com o surto do comércio, o incremento da lavoura, as exportações crescentes.

PRÓGRESSO

Iniciativas de estímulo econômico, melhoria da lavoura, criação de indústrias indispensáveis, com a isenção de impostos para a importação de maquinária,

(1) Do Rio de Janeiro, por 1811, disse Santos Marrocos: "...E' além disso a grandeza desta Cidade de pouca extensão, e mui semelhante ai ao sitio da Alfama, ou, fazendo-lhe muito favor, ao Balrro Alto nos seus distritos mais porcos e imundos". (*An. da Bibl. Nac.*, LVI, 38). Acusa-lhe o clima de empestado, tanto que, naquele ano, só na igreja da Misericórdia tinham sido sepultadas mais de 300 pessoas naturais de Lisboa... (Ibd., p. 60). Devéras as ruas eram bem calçadas, atestara em 1798 o inglês Sempie Lisle (AFONSO TAUNAY, *Visitantes do Brasil Colonial*, p. 223, S. Paulo 1939), embora sujas e mesquinhas (JOHN LUCCOCK, *Notas sobre o Rio de Janeiro*, trad. de Milton da Silva Rodrigues, p. 90, S. Paulo 1942). Ruas retas e calçadas, edificios uniformes, em área crescente (LUCCOCK, *ibid.*, p. 28), o Campo de Sant'Ana dividia a cidade em duas partes distintas. A antiga, acanhada e malsã; mas a "nova", que dali se expandia para Mata-parcos, Catumbí, S. Cristovão, atraía os portugueses ricos. Junto ao porto, "as ruas são estreitas e sórdidas", descreveu GEORGE GARDNER, em 1836, (*Viagens no Brasil*, trad. de Albertino Pinheiro, p. S. Paulo 1942). Mas von Martius, em 1817, notára a rápida melhoria das condições urbanas (*Viagem ao Brasil*, I, 92, trad. de Lucia Furquim Lahmeyer, Rio 1938), com as construções louvadas por J. B. DEBRET, *Viagem Pitoresca e Historica ao Brasil*, I, 90-1, trad. de Sergio Milliet, S. Paulo 1940, a "baía de Botafogo comparavel aos mais belos sitios da Italia ou da Suissa", como escreveu PALMELA em 1820 (*Vida do Duque de Palmela*, por Maria Amalia Vaz de Carvalho, I, 372, Lisboa 1898). Leia-se, sobre o Rio anterior a D. João VI, o bizarro opusculo de J. M. P. S. Definição da amizade, etc. Porto 1816, resumido por CAMILLO CASTELO BRANCO, *Mosaico e Silva de curiosidades historicas*, p. 153, Porto 1868. E para o periodo seguinte: JAMES HENDERSON, *A History of Brazil*, ps. 61-72, London 1821, TAUNAY-DENIS, *op. cit.*

(2) Alv. de 27 de Junho de 1808 creou o imposto de declma dos predios urbanos, de que ficaram isentas (Decr. de 26 de Abril de 1811) as construções da "cidade nova".

(28 de Abril de 1809), acompanharam de perto as providencias de ordem politica, judiciaria, financeira (1). As mais consideraveis foram as da fabricação do ferro. O ferro em vez do ouro!

Nas Minas Gerais, o intendente Manuel Ferreira da Camara e o capitão general conde da Palma, trataram de construir os primeiros fornos (2). Aos

(1) 1809 foi o ano das grandes medidas financeiras do Principe. Igualou o valor das moedas de prata e cobre. Valeu-se de importante remessa de *patações* espanhóes para Montevidéo, que não poude chegar a destino, em virtude dos acontecimentos do Prata, para recunhá-los, com o valor de 960 réis, operação que lhe deu grande lucro. Este alvará foi de 20 de Nov. de 1808. Mas a compra de patações continuou a ser feita, a 800 réis para recunho a 960 (Alv. de 7 de Set. de 1810). O nome, *patação*, que no Brasil se popularizou, applicava-se ao "peso de prata de boa lei" e se chamou a moeda de 960 réis, HUMBERTO F. BURZIO, *La Ceca de la Villa Imperial de Potosi*, p. 104, Buenos Aires 1945. Por outro lado, com o Banco do Brasil, começaram a circular os bilhetes e apólices do governo, inicio do sistema de papel-moeda.

Alv. de 6 de Out. de 1810, (L. de 28 de Abr. de 1809, isentou de direitos "os materias primarias" e o fio e tecidos fabricados no Brasil. Em 1811, o coronel Antonio Barbosa da Silva, pae de Paulo Barbosa, oferecia ao conde de Linhares amostras de tecidos de sua industria (AMERICO LACOMBE, *Serviam*, n. 2, p. 42, Rio 1943). O p. Manuel Rodrigues da Costa importou "máquinas proprias para tecer", que lhe viu Saint-Hilaire no Registro Velho, *Vlagem pelas Provincias do Rio de Janeiro e Minas*, I, 112. Montou o governo fabrica de fição no Rio, de que se desfez em 1821, *Documentos interessantes para a Hist. de S. Paulo*, LX, 241-2. Na vila do Cunha havia fabrica de fição e cortume, em 1818, Doc. Int., LX, 244.

(2) O sábio intendente instalou a fabrica do morro do Pilar em 1809. "Até a chegada de Schonewolf, quando Camara estava na fabrica, era ao mesmo tempo oleiro, carpinteiro, pedreiro, desenhista, fundidor, engenheiro, etc." MARCOS CARNEIRO DE MENDONÇA, *O Intendente Camara*, p. 186, Rio 1933. Em 1814 fez terceira tentativa, bem sucedida, para produzir ferro, doc. in *ip. cit.* Diz destas peripecias SAINT-HILAIRE, *Vlagem pelas Provincias*, I, 260-1 (trad. de Clado R. Lessa). Acusa a falta de plano nas obras e censura a administração, *ibid.*, I, 263. Mas, entre 1815 e 21, só a fabrica de Morro do Pilar deu mais de 4 mil arrobas do minério, ANTONIO OLINTO DOS SANTOS PIRES, *Livro do Centenário, A mineração*, III, 124, Rio 1922. Em officio de Vila Rica, 20 de Agosto de 1811, para Linhares, disse o conde de Palma que déra começo á fundação de uma fábrica (sem aludir á de Camara), abrindo subscrição de capital, depois de conversar com

técnicos estrangeiros, chamados para esses trabalhos, cometeu o governo a instalação da fábrica de Ipanema, em Sorocaba, com fornos biscainhos (1).

Ordenou Linhares "guerra ofensiva aos botocudos, que ainda molestavam os fazendeiros, do sul da Bahia às vizinhanças de Campos (2). Para melhor aproveitar a capitania do Espírito Santo, talvez a mais esquecida, separou-a das outras em 1810,

o sargento-mór, barão de ESCHeweGE, *Revista do Arq. Publ. Mineiro*, ano XVI, v. I, p. 476. Esta, em Congonhas do Campo, asseverou Eschewege (também ponho de laço a iniciativa do intendente, que é de 1809), "foi a primeira nos Estados do Brasil que se concluiu e é a única que trabalha em granje". Informou, em 1815, já produzira cinco mil arrobas de ferro e dera o modelo para outras fabricas menores, *Rev. cit.*, vol. cit., p. 480. Do *Diário de uma viagem ao Rio de Janeiro a Vila Rica, em 1811*, do mesmo barão, há trad. de D. Lucia Lahmeyer, S. Paulo 1936. Vd. correspondência do conde de Palma, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, XIX, 234.

(1) Os técnicos foram Feldner, Varnhagen, Eschewege, vd. RODOLFO GARCIA, *Explorações científicas, Dic. ao Inst. Hist.*, I, 885, Rio 1922, suecos terreiros, Schönewoit... Para Sorocaba, vd. Varnhagen, filho do engenheiro fundador, *op. cit.*, V, 234 e segs. O estabelecimento foi creado por c.r. de 4 de Dez. de 1810. Mas as jazidas tinham desde 1800 inspecção, a cargo do jovem Martim Francisco Ribeiro de Andrada. O sueco Hedberg iniciou a construção com fornos insuficientes e a retomou Frederico Luiz Guilherme de Varnhagen em 1815 (Eschewege o julgava apio para fazer tudo isso, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano XVI, v. I, p. 481), levantando o alto forno que, em 1818, produziu o ferro com que mandou fundir tres cruces, comemorativas do exito, *ibid.*, p. 221. Depois de 1821, quando se retirou, decaiu a fabrica, e deixou de render, o que se atribue à má qualidade do material, que dava ferro quebradiço, mesmo ao defeito dos fornos, *ibid.*, p. 244. Completamos o enorme biográfico do engenheiro aiémas, dizendo que não quiz aderir à Independência do Brasil e voltou a Portugal, reincorporando-se no serviço desta corôa, c. requerimento que fez a el-rei, ms. *Arq. Hist. Col.*, inéd. Lisboa. Já então em Minas, junto do rio Piracicaba, elevou Felix Dissandes de Montevade, engenheiro francês, em 1817, usina que ficou celebre. Com os planos de John Mawe, o cor. João da Motta Ribeiro e o cap. Paulo José de Souza fizeram a do Girau (Itabira) em 1814. Outra construiu Francisco Alves da Cunha em 1819, no Pico de Belo Horizonte 1944. Sobre Sorocaba em 1845, DANIEL P. KIDDER, *Reminiscencias de viagem e permanencia no Brasil, Rio de Janeiro e Prov. do Sul*, p. 232, S. Paulo 1940 (trad. de Moacir de Vasconcelos). Lela-se ainda, GERALDO DUTRA DE MORAES, *Historia de Conceição do Mato Dentro*, p. 257, Belo Horizonte 1924.

(2) Declarada a guerra aos botocudos, escreveu Hipolito da Costa que gostaria de ler a resposta dada pelo ministro do exterior... dos indios. A campanha, aliás cruel, terminou com a intercessão de Guido Tomas Martière, o bemfazejo francês que, nomeado Inspector dos

e, na foz do rio Doce, fez erigir a vila que lhe teve o nome (1). Cumpria assim, no Brasil, o programa que recomendara de Lisboa, em 1800, a Silva Pontes: a comunicação de Minas Gerais com o mar, pelo rio Doce. Facilitara-a o desbravamento da região pelo pioneiro João Felipe Calmon (2). Aliás estava na ordem do dia a exploração científica das zonas até aí desconhecidas. Havia urgente necessidade de estudos e roteiros, que as ligassem aos centros populosos. Aos sertanistas viéram juntar-se — a partir de 1809, quando John Mawe foi vêr os diamantes do Tijuco — (3) viajantes europeus ilustres e curiosos (4), que não tardaram em divulgar, em livros de grande verdade (5), as surprêsas deste mundo novo.

Índios, os apaziguou, SAINT-HILAIRE, *Segunda viagem ao Brasil, Espírito Santo*, trad. de Carlos Madeira, p. 18, S. Paulo 1936) depois dos morticínos de 1809 (PRINCIPE MAXIMILIANO, *Viagem ao Brasil*, trad. de E. Sussekind e Flavio Poppe de Figueiredo, p. 149, S. Paulo 1940) autorizados pela c. r. de 13 de Março de 1808 (*Rev. do Arq. Publ. Mineiro*, ano XVIII, 53-7). Sobre Marlière, e sua ação, vd. docs. in *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano X, 383-668.

(1) Cumpriu o voto de Antonio Pires da Silva Pontes, quando, em 1800, reconheceu o rio Doce. vd. *Inventário dos Documentos*, *Bibl. Nac.*, IV, 293, Rio 1916. Leia-se SAINT-HILAIRE, *Segunda Viagem*, p. 179.

(2) João Felipe de Almeida Calmon, filho do morgado Antonio Pereira do Lago e D. Ana Joaquina Calmon, a cujo primeiro casamento se refere Fr. JABOATÃO, *Coloquio Genealógico*, *Rev. do Inst. Hist.*, v. 52, p. 351. Falam dele SAINT-HILAIRE, *Voyage dans le district des diamans*, II, 328-334, Paris 1833, o príncipe Maximiliano, *ct.* (p. 325 da ed. francesa, Paris 1821), *Breve Notícia do Espírito Santo, Publicações do Arquivo Nacional*, XIV, 101. Em 1818 já era falecido o desbravador, a quem se deve o povoamento da zona de Linhares. A sua descendência deu à provincia distintos servidores, ramo espírito-santense da familia que o linhagista descreve no título "Calmones na Bahia".

(3) *Voyages dans l'Interieur du Brésil*, ed. franc., Paris 1816.

(4) E brasileiros depois dos Vieira Couto, dos Arruda Camara, dos Alves Maciel, dos Ferreira Camara: viagem mineralógica de José Bonifacio e Martim Francisco por S. Paulo, 1820 (Vd. MENEZES DE DRUMMOND, *Anotações à biografia*, in *Anais da Bibl. Nac.*, XIII, 123); pesquisas de carvão de pedra, por frei Custodio Alves Serrão, diretor do Museu Nacional.

(5) Assinala esse interesse o livro de THOMAS LINDLEY, *Narrative of voyage to Brazil*, Londres 1804, logo traduzido, em francês, Paris 1806. Havia extrema curiosidade pela misteriosa America latina...

ESTRANGEIROS ILUSTRES

Sem falar nos estrangeiros atraídos para o serviço publico, Eschwege (1), Varnhagen, Freyress (2), Feldner (3), os artistas da missão de Lebreton, com Debret, que nos deu, a par dos desenhos, excelente livro de impressões (4), devemos citar os sábios que acompanharam a arquiduqueza Leopoldina, principalmente Martius, Spix (5), Pohl (6), Natterer (7),

(1) *Alem de Pluto Brasiliensis*, Berlim 1833, publ. *Jornal de viagem e Observações sobre a maneira de viajar no interior do Brasil* Vd. R. GARCIA *Explorações científicas, Dicionário do Inst. Hist.*, 1, 884, Rio 1922), *Diário de uma viagem*, em 1811, trad. de D. Lucia Lahmeyer. Da sua carta petrográfica, 1831, a primeira no genero, do Rio a Goiás, e da sua obra principal, há trad. de Rodolfo Jacob, 2 vols., Belo Horizonte 1922. Eschwege batizou varios minerios, v. g. Itabirito, *op. cit.*, II, 26. Viêra em janeiro de 1807 para o Brasil, foi lente da Academia Militar em 1821, e depois dos seus importantes trabalhos de mineralogista voltou em 1821 à Alemanha, donde era natural. Encarregou-se de novo no serviço português em 1824 e foi em 1839 encarregado pelo rei Fernando das obras do palacio da Pena, em Sintra, *Bol. do Arq. Hist. Mill.*, VIII, 179. No parque da Pena ha um monumento em sua honra. Faleceu na sua pátria em 1855, (Julio de Castilho, Lisboa Antiga, I, 621 a 1939).

(2) *De Beltrage zur naheren...*, há trad. do Dr. A LOFGREN, *Viagem ao interior do Brasil* nos anos de 1814 a 1815.

(3) Viajou em pesquisas mineralogicas pelo Rio Grande do Sul e pela Bahla. Atrafu-o ao reconcavo o descobrimento de carvão de pedra, referindo-se seus trabalhos o naturalista J. Parlgot, em 1841, vd. ACCIOLI, *Mem. Hist. e Pol. da Prov. da Bahia*, VI, 139-140. De Feldner, publ. Olfers, em Leipzig, *Reisen durch nehrere Provinzen Brasiliens*, vols., 1828. GARCIA, nota a Varnhagen, V, 286.

(4) Vd. trad. e notas de SERGIO MILLIET, *Viagem Pittoresca e histórica ao Brasil*, 2 vols., S. Paulo 1939. Sobre os francêses no Rio, FREYCINET, *Voyage*, I, 29.

(5) *De Reise in Brasilien*, Munich 1823, fez o Inst. Hist. edição brasileira, trad. de D. Lucia Lahmeyer e notas de Basílio de Magalhães, 1938, 4 vols. Já Piraja da Silva nos dera, de SPIX e MARTIUS, *Viagem na Bahla*, (2 edições). Sobre o segundo, JOSÉ SOARES DUTRA, *Martius*, Rio 1942.

(6) *Reise in Innern von Brasilien*, 2 vols. Viena 1832 e 1837. (A. TAUNAY, resumiu a obra, em arts. no *Jornal do Comercio*, Rio, Out. de 1943). E' sobretudo interessante para a historia e a geografia das Minas Gerais.

(7) O naturalista João Natterer trouxe de encargo viajar pelo Tietê e Paraná, como requereu em 1819, *Documentos Interessantes*, III, 158.

Raddi, Mickan. O naturalista Swainson conheceu no Rio "viajantes e sábios das côrtes da Austria, França, Russia e Toscana" (1). O negociante e mineralogista John Mawe foi quem primeiro penetrou em Minas Gerais, inteirando-se da variedade de suas riquezas e dos velhos metodos do trabalho nas jazidas e lavrarios (2). O principe Maximiliano de Wied Neuwied aventurou-se pelas selvas do rio Doce (3); Koster descreveu miúdamente o nordeste, em 1814 (4); Waterton jornadaeu de Pernambuco ao Maranhão (5); Caldcleugh percorreu as Minas; Luccock residiu dez anos no Rio de Janeiro (16), e deixou excelente depoimento sobre os seus aspectos originais. Consul da Russia, Langsdorff (1813-20) empregou-se em pesquisas de história natural nas redonde-

(1) ALFREDO DE CARVALHO, *Rev. do Inst. Arq. Pernambucano*, n. 60, p. 164 (1903).

(2) De *Travels in the Interior of Brazil*, London 1812, há tradução de Solena Benevides, notas de Clado Ribeiro Lessa, JOHN MAWE, *Vlagers ao Interior do Brasil*, Rio 1944.

(3) Vd. trad. de E. Sussekind de Mendonça e Flavio Poppe de Figueiredo, anotações de Oliverio Pinto, S. Paulo 1940.

(4) *Travels in Brazil*, trad. e notas (*Vlagem ao nordeste do Brasil*, S. Paulo 1942) de LUIZ DA CAMARA CASCUDO.

(5) GARCIA, nota a Varnhagen, V. 275. Eobre Waterton, Swainson, Mrs. Graham, James Prior, vd. ALFREDO DE CARVALHO, *Rev. do Inst. Arq. Pern.*, XI, 726-32, XI, 160-7, XI, 89-199, XII, 311, e OILBERTO FREYRE, *Inglezes*, p. 54, 1942.

(6) *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*, trad. de MILTON DA SILVA RODRIGUES, S. Paulo 1942.

Vd. os resumos de C. DE MELLO LEITÃO, *O Brasil visto pelos Inglezes*, S. Paulo 1937, *Visitantes do Primeiro Império*, S. Paulo 1934, e *História das expedições científicas no Brasil*, S. Paulo 1941.

E' tambem estimavel *Voyage to South America*, 1817-18, de H. Blackenridge (vd. VIEIRA FAZENDA, *Rev. do Inst. Hist.*, v. 143, p. 452). Merece referencia o que do Rio, Bahia e S. Paulo escreveu o sueco Gustavo Beyer, em 1813, VIEIRA FAZENDA, *Rev. cit.*, v. 147, p. 228).

Compare-se o depoimento desses viajantes com o amargo relato de Thomas Lindley com quem se inaugura, no século, essa moda de livros sobre a colônia, *A voyage to Brasil*, London 1805, seguida de versão francesa, *Voyage au Brésil*, Paris 1806. A devassa pertinente à fuga de Lindley, dois anos preso na Bahia, foi por nós achada entre os *Papéis avulsos* do Arq. Hist. Col., Lisboa, precedida de officio ao visconde de Anadia, de 7 de Junho de 1807. (Copia da sra. Maria Isabel de Albuquerque).

zas do Rio e nas Minas (1), acompanhando-se nesta excursão do jôven Auguste de Saint-Hilaire, o mais fecundo dos escritores-naturalistas que visitaram o Brasil (2). Este palmilhou o centro e o sul do país, e os estudou em vários volumes de bôa ciência. Mais restrita é a contribuição de Hippolyte Taunay (1816 a 21) que, com Ferdinand Denis, pioneiro da propaganda literaria do Brasil, compoz primorosa síntese de sua história e costumes, em 1822 (3).

(1) O barão George Heinrich von Lagsdorff, alemão a serviço da Rússia, conheceu Santa Catarina em 1804, quando, como naturalista, participou da viagem de Krusenstern á volta do mundo. Foi seu companheiro então Otto von Kotzebue, que em 1823 esteve no Rio de Janeiro. Voltou consul, 1813-20, e de novo, em 1825, desta vez com uma missão científica subsidiada pelo czar Alexandre I, com o botânico Riedel, o zoólogo Hasse, o astrônomo Robzoff, e dois desenhistas, que jamais seriam esquecidos, pela importancia da arte informativa que lhes ficou: Moritz Rugendas, de Augsburg e Hercules Florence, de Nice. (Vd. JOÃO MAURICIO RUGENDAS, *Viagem Pitoresca através do Brasil*, trad. de Sergio Millet, S. Paulo 1940; e Hercules Florence, *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas*, de 1825 a 1829, trad. do Visconde de Taunay, S. Paulo, 1941). Rugendas foi substituído na expedição por Amado Adriano Taunay, que morreu afogado no rio Guaporé. Entouqueceu Langsdorff no decurso da viagem, que compreendia a travessia de Mato Grosso ao Pará, e faleceu na Alemanha em 1852.

(2) Foi Saint-Hilaire quem forneceu a De Candolle as informações botânicas do Brasil, cf. MENEZES DE DRUMMOND, *An. da Bibl. Nac.*, XIII, 117. Dele são:

Voyages dans l'interieur du Brésil (Paris 1830-51), em seis tomos, a que se juntou o referente ao Rio Grande do Sul, em 1887. Circulam versões brasileiras: *Viagem pelas Provincias do Rio de Janeiro e Minas Gerais* (2 tomos, trad. de Clado Lessa); *Viagem ás nascentes do Rio São Francisco e pela provincia de Goiaz* (2 tomos do mesmo tradutor); *Segunda Viagem ao interior do Brasil* (trad. de Carlos Madeira); *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil* (tra. de Leonam de Azeredo Pena); *Viagem à Provincia de Santa Catarina* (trad. de Carlos da Costa Pereira); *Viagem à Provincia de São Paulo* (trad. de Leopoldo Pereira, S. Paulo 1922, e, com resumo das viagens ao Brasil, Cisplatina e Paragua, trad. de Rubens Borba de Moraes, S. Paulo 1940); *Viagem ao Paraná* (trad. de David Carneiro, Curitiba 1931); *Viagem ao Rio Grande do Sul* (trad. de Leonam de Azeredo Pena, S. Paulo 1939), *Segunda Viagem a Minas Gerais e S. Paulo* (trad. de Afonso de E. Taunay, S. Paulo 1932).

(3) *Le Brésil, ou histoire, moeurs, usages et coutumes des habitants de ce royaume*, Paris 1822, 6 vols. Vd. A. TAUNAY, *Na Baía de D. João VI*, p. 152 e segs., Bahia 1928. DENIS, com o *Resumé de l'histoire de la litterature brasilienne*, 1826 inspirou as traduções que se fizeram então, para o francês, de obras portuguesas e brasileiras.

De passagem pelo Rio, o tenente Chamberlain, filho do consul inglês que valiosos serviços prestaria á Independencia, como informante do seu governo em 1822 e 23 — desenhou "*Vistas e Costumes*" (1), iniciando um tipo de documentação que perpetuou, em sucessivos periodos, panoramas e cenários da cidade.

Maria Graham fez mais. O seu *diário de viagem* é nítido e abundante. Viu Pernambuco em revolta, a sociedade fluminense na epoca de transição, do reinado manso de D. João VI para as agitações do Imperio, e as suas intimidades pitorescas. Mas, atraída ao Paço para ensinar às princezinhas educação e letras, também o observou por dentro, e à imperial familia, com a sua negligencia e a sua simplicidade (2).

No primeiro Reinado várias das viagens iriam modificar, não sómente o esquêma dos estudos brasileiros, como as noções gerais sobre a história da

(1) Edição original de 1822; 2.a com tradução, editôra Martins, S. Paulo 1943.

Pertencem a essa série de artistas noticiosos, que deram excelentes informações gráficas do Rio, a partir de 1816, o insuperavel Debret, já mencionado; Luiz Abraão Buvelot e Luiz Augusto Moreau, que, em 1842, iniciaram a publicação do "*Rio de Janeiro pitoresco*", na litografia de Heaton & Rensburg, casa instalada dois anos antes nesta cidade (2.a ed.); o suíço João Steinmann, litografo da imprensa militar, chegada em 1825, que imprimiu na Basileia, em 1836, o album *Recordações do Brasil* (2.a ed., S. Paulo 1944); William John Burchell, naturalista, 1825-29, cujos desenhos permitiram a Burford organizar o panorama do Rio de Janeiro (Vd. DANIEL P. KIDDER, *op. cit.*, p. 254), a exemplo do que fizera Rommy em 1821, sobre desenhos de Felix Taunay (A. TAUNAY, in *Mensario do Jornal do Comercio*, Rio, Março de 1944, p. 398); Charles Landseer (A. RANGEL, in *Rev. do Serviço do Patrimonio Historico*, n. 6, p. 87., Rio 1942). Pallière (F. MARQUES DOS SANTOS, *Rev. cit.*, n. 5, p. 218, Rio 1941), J. C. Guilhobel, português, que os equivalia (como provou aquele autor, *op. cit.*).

(2) A "*Viagem ao Brasil*" de MARIA GRAHAM está em trad. de Cecilia Roxo, pref. de Rodolfo Garcia (Col. "Brasiliana"). E' o *Journal of a voyage to Brasil and residence there during part of the years 1821, 1822 and 1823*, London, 1824. Deixou Escorço biográfico de D. Pedro I (1834-35), pbl. por RODOLFO GARCIA in *An. da Bibl. Nac.*, XL, pgs. 75 em diante, Rio 1940. Nesse numero dos *Anais* a resenha bio-bibliografica, pelo mesmo.

Terra e a origem das espécies. Não podemos isolar no Brasil as observações de Peter Wilhelm Lund (1825-28, e de 1833 em diante) sobre o homem primitivo nas cavernas de Minas Gerais (1) e as impressões que o jôven Charles Darwin levou, em 1832, da floresta tropical (2). Oto von Kotzebue (3), Freycinet (4), o Reverendo Walsh (5), Alcide d'Orbigny (6), continuam a lista dos que descrevem: abre-se com Darwin, Wallace, Bates, Spruce, a série dos que investigam, comparam, filosofam... (7).

O Brasil é indispensavel à ciência do seculo XIX.

Transtorna vários de seus principios. Impõe-lhe outras leis. E' o mundo diferente, que se descobre ao velho mundo: e informa-o, inspira, ilustra.

Compreende-se a súbita curiosidade da Europa por estas terras, no interesse que despertam as "histórias" de Andrew Grant (*History of Brasil*, London

(1) PIRES DE ALMEIDA, *Rev. Brasileira*, n. 3, ps. 130-152, e *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano XVI, v. 1, ps. 488-9. Sobre os trabalhos do pai da paleontologia brasileira, R ROQUETTE PINTO, *Setcos Rolados*, p. 120, Rio 1927; ANIBAL MATTOS, *Peter Wilhelm Lund no Brasil*, ps. 17 e segs., S. Paulo 1939; ANGYONE COSTA, *Introdução à Arqueologia Brasileira*, ps. 30, S. Paulo 1934. E a instalação em Minas, A. MATTOS, *ibid.*, p. 54.

(2) CHARLES DARWIN, *Voyage d'un naturaliste autour du monde fait a bord du navire Le Beagle de 1831 a 1836*, trad. de Ed. Barbier, p. 29, Paris 1883.

(3) *Rev. do Inst. Hist.*, v. 80, p. 518 (1917).

(4) *Voyage autour du monde*, I, 29-36, Paris 1827.

(5) *Notices of Brazil in 1828 and 1829*, London 1830.

(6) *Voyage dans les deux Amériques*, Paris 1836, 3 vols.

(7) FERNANDO DE AZEVEDO, *A Cultura Brasileira*, p. 219. Sobre Wallace e Bates na Amazonia, C. DE MELLO LEITÃO, *O Brasil visto pelos ingleses*, p. 198 e segs., e *Hist. das expedições científicas no Brasil*, p. 271. O transformismo e o mimetismo foram hipóteses decorrentes das suas observações: Haeckel não tardaria em dar-lhes a contrapartida do monismo... *ibid.*, p. 272. De ALFRED RUSSELL WALLACE, *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*, trad. de Orlando Torres, pref. de Basílio de Magalhães, S. Paulo, 1939, de HENRY WALTER BATES, *O Naturalista no Rio Amazonas*, 2 vols. trad. e notas de C. de Meilo Leitão, S. Paulo, 1944.

1809) (1), sobretudo de Robert Southey (5 volumes (2), London 1819) (3), de Alphonse de Beauchamp (Paris 1822), que o plagiou, de Ritter Schaeffer, de James Henderson (London 1821), que resumiu, ou copiou, a *Corografia* de Aires de Casal (4).

Hipólito da Costa, fugido á Inquisição, desde 1808 publicava em Londres o seu noticioso "*Correio Brasiliense*": tinha a importancia duma tribuna, onde o jornalista — bem informado do liberalismo anglo-americano — discutia com desenvoltura os assuntos da pátria distante (5).

(1) Tradução francesa, S. Petersburgo 1811, Museu Mitre, *Cat.* p. 50.

(2) A obra de Southey tem fóros de clássica, porque, depois do palavroso Rocha Pitta, 1730, é a primeira história documentada do Brasil — apesar de nunca ter visto. Vd. SOUZA FILHO, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 178, Jan.-Março 1943, p. 26; AFRANIO PEIXOTO, conferencia, in *Jornal do Comercio*, Rio 25 de Dez. de 1943. Comentando-lhe o primeiro volume, *A Idade de Ouro*, da Bahia lamentou que um brasileiro não a tivesse escrito.

(3) A observação foi de SAINT-HILAIRE, *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a S. Paulo*, trad. de A. Taunay, p. 83. Do livro de Beauchamp ha tradução pelo P. José de Figueiredo, apresentada ao Desembargo do Paço, ms. na Torre do Torbo, cod. n. 37, inéd.

(4) *De Henderson, A History of Brasil*, London, 1821. O livro-base: *Corografia Brasilica*, ou *Relação Histórico-Geografica do Reino do Brasil* composta e dedicada a S. M. F. por um presbitero secular do Grão Priorado do Crato, Rio, 1817. (Ha 2.a ed., S. Paulo 1943). Do autor, padre Aires de Casal, se sabe que era português (nasc. em 1754, ao que se presume) e voltou para o Reino em 1821. Vd. GARCIA, nota a Vernhagen, *ibid.*, V, 261.

(5) O *Correio Brasiliense*, vol. 17, 1816, p. 300, revelou que o seu redator se occupava em escrever uma *Historia do Brasil*...

Nasceu Hipólito José da Cista Pereira Furtado de Mendonça na Colônia do Sacramento, em 13 de Agosto de 1774 e faleceu em Londres, em 11 de Setembro de 1823. Formou-se em Coimbra, em filosofia, matemáticas e direito (1798). Desempenhou logo nos Estados Unidos interessante missão científica, 1798-1800, a estudar e arrecadar plantas úteis, numa tentativa de transmigração botânica, a cujo propósito escreveu quatro memórias (*Descrição da arvore açucareira*, 1800, *Descrição de uma máquina para tocar a bomba*, 1800, *Memoria sobre o broncholote*, tradução de Barto, *Memoria sobre a viagem*. (Vd. resumo de FRANCISCO DE ASSIS BARBOSA, *Lanterna Verde*, n. 7, Rio, 1943, p. 42). Em 1799 se iniciou na maçonaria em Filadelfia, em 1801 assinou a cooperação da Primeira Grande Loja Portuguesa com o Grande Oriente de Londres, para onde fugiu afinal, em circunstancias famosas (JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO, *Memórias*; e CAMILLO

A POLITICA EXTERIOR DO PRINCIPE

A política exterior, em 1808-1810, tinha de ser orientada pela *fiel aliada*, e apresenta dois grupos de questões: os tratados de comercio e aliança, com as correspondentes alviçasas da restauração do Reino, e a intervenção no Prata.

Em 13 de Maio de 1808 creou D. João a Ordem da *Torre e Espada*, para assinalar "em vindouras esta memoravel epoca" e de prêmio a "alguns illustres estrangeiros" que o tinham acompanhado (1). O fracasso da conquista francêsa não dissipára o perigo de outra invasão. Definiu-se dois anos depois. D. João estava disposto, em 1810, a recolher ao Brasil tudo o que pudesse tirar de Portugal — e dos francêses que o investiam de novo (2). Mas devia pagar á Inglaterra. Os tratados assinados em 19 de Fevereiro de 1810 pelo conde de Linhares e lord Strangford, pôdem ser considerados como o pagamento. A Inglaterra não queria terras portuguesas. Contentava-se com a abertura de seus portos e, para abastecê-los, o favôr alfandegario que a distanciasse dos concorrentes, europeus e americanos (3). O Principe não

CASTELO BRANCO, *Os Ratos da Inquisição*, n. 84-5, Porto 1883). O 1.º numero do *Correio Brasiliense ou armazem litterário* apareceu em Junho de 1808. Publicaram-se 29 volumes até 1822. Sobre Hipólito nos Estados Unidos, vd. CHARLES LYON CHANDLER, in *Jornal do Comercio*, Rio, 26 de Setembro de 1943.

(1) LUIZ MARQUES POLIANO, *Ordens Honoríficas do Brasil*, p. 96.

(2) Curiosa carta de Linhares para o governador da Bahia, de 11 de Out. de 1810, fala de "salvar não só todo o precioso do Reino, mas ainda toda a Tropa, Clero, Nobreza, Lavradores, Artistas, Marinheiros, Pescadores e em geral toda a Povoação util que deve ser transportada para as diversas capitania do Brasil...", *An. do Arg. Publ. da Bahia*, XV, 61. Era como se d'essesse: ficaria a terra nua, mudando-se Portugal vivo! Todo Portugal O Principe substitua-o, transferindo-o...

(3) Lamentou-se D. João VI no alvará de 25 de Abril de 1818: "...desceram (os direitos) de 48 a 24, e a 15 %", reduzindo as rendas do Estado. Veremos que o baixo imposto estipulado em 1810,

poderia eximir-se ao indireto tributo; nem tinha como elidí-lo. Salvo pela Grã Bretanha, protegido por ela, associado a seus destinos, era natural que aceitasse docilmente a sua imposição, além disto cheia de novas promessas. Napoleão ainda ameaçava ocidente e oriente; esperava-se outra invasão de Portugal; e quem não estivesse com os ingleses, estaria contra os ingleses. Os tratados estabeleceram o imposto de 15% *ad valorem* nas alfandegas sobre as mercadorias britânicas, menos 1% sobre as do Reino de Portugal, em vez de 24%, como se disséra no ato da abertura dos portos. Equiparou-se ao nacional o pavilhão britânico. Aos negociantes ingleses deu-se o privilegio de um juiz conservador, que lhes julgaria as causas em fôro autônomo (1). Era a Inglaterra como "caixa e suzerana" (2)... Ficava tambem Portugal obrigado a abolir gradualmente o tráfico de escravos. Entrava de vez na órbita ultramarina da nação protetora, sem voz livre, até melhores tempos... (3).

privando o governo de recursos, que em geral saíam da Alfandega, motivou em 1843 a denuncia do tratado inglês, reputado, no primeiro Reinado e no período regencial, o mais intoleravel entrave ao progresso do país.

(1) A Conservatoria era concessão que datava del-rei D. Duarte. Vigorou no Brasil de 1810 a 1832, abrogada que foi pelo Código do Processo, quando a Regencia notificou a Inglaterra do fim legal dado àquele privilegio. Pelo *Tratado* prometia ainda o Príncipe não estabelecer a Inquisição no Brasil (art. IX), abolir o comércio de escravos (art. X), limitando-o desde logo à Africa portuguesa...

(2) OLIVEIRA LIMA, D. *João VI no Brasil*, I, 380.

(3) Na Inglaterra a campanha abolicionista começara em 1787, chefiada por Wilberforce. O parlamento aprovou a lei drástica que pôz termo ao tráfico em 1807. A França e a Dinamarca tinham-se antecipado à Inglaterra. Nos Estados Unidos proibira-se o tráfico a partir de 1 de Janeiro de 1808 (*Const. federal*, 1787, art. 1, secc. 9). A Inglaterra cuidou logo de exigir dos outros países o respeito àquela grande medida, obrigando a Portugal em 1810, e fazendo que este, no Congresso de Vienna, em 1815, limitasse o seu comércio negroiro a Angola e Moçambique. A caçada dos cruzeiros ingleses aos navios do tráfico motivou a primeira indenização, pactuada com Portugal, em 1815, de £ 300.000 (CALOGERAS, *Política Exterior do Imperio*, I, 382, Rio 1927). Não foi do agrado de D. João a declaração feita em Londres, em 1819, pelos plenipotenciarios português e inglês

CONQUISTA DE CAIENA

Declarou D. João guerra á França em 10 de Junho de 1808.

A conquista de Caiena foi uma represália.

Comandou a expedição, organizada no Pará pelo capitão general José Narciso de Magalhães, o tenente coronel Manuel Marques (1). A 27 de Outubro de 1808 saiu ele com 470 homens, distribuidos por uma escuna e dous "cuters", para o Oiapock. A 21 de Novembro partiram mais, de Belem, a corveta inglesa "Confiança" (comandante James Lucas Yeo), os bergantins "Infante D. Pedro" (comandante, capitão tenente Luiz da Cunha Moreira) (2) e "Voador"; "cuter" "Vingança" e embarcações menores, com 346 soldados. Manuel Marques desembarcou com a sua gente no Aproague e atacou os francêses de Caiena, tomando-lhes de assalto as baterias que defendiam o povoado e a residencia do governador, Victor Hugues. Após dous dias de luta e a perda de onze canhões, capitulou o governador, em 12 de Janeiro (3), obtendo o direito de retirar-se para a Europa com toda

que assinaram a convenção de 1817 sobre a extinção do tráfico ao norte do Equador, e evitou, quanto poudo, dar-lhe o cumprimento devido. Somente pelo tratado de 26 de Nov. de 1826 foi que se comprometeu o Brasil a equiparar à pirataria o trafico, tres anos depois das competentes ratificações. Declarou-a Fala do Trono de 1830, "o tráfico da escravatura casou...", o que, veremos, estava longe da verdade.

(1) Nasceu em 1762; de capitão de artilharia de Estremoz passou a tenente coronel no Pará em 1803, brigadeiro em recompensa dos serviços prestados na conquista de Caiena, 30 de Maio de 1809, comandou a fôrça de occupação de 1811 a 1818, marechal de campo em 1819, faleceu em 1824 (LAURENIO LAOO, *Brigadeiros e Generais, etc.*, p. 125).

(2) Depois visconde de Cabo Frio, primeiro almirante natural do Brasil, influenciou decisivamente a criação da marinha do Império.

(3) Vd. as comunicações de Manuel Marques e repertório de Cunha Moreira, GARCIA, nota a Varnhagen, *ibid.*, V, 156, e segs. Sobre "a conquista de Caiena", A. C. FERREIRA REIS, tem pronto erudito ensaio.

a guarnição. No dia 14, entraram em Caiêna os vencedores.

Estava D. João com esse novo territorio a aumentar o Brasil, ao tempo em que de Portugal lhe chegavam as confortantes noticias da derrota e expulsão dos francezes (1). Mandou por administrador da Guiana o desembargador João Severiano Maciel da Costa, que fez excelente governo, de 1809 a 1817 (2). Ficaria com ela, se lho consentissem as

(1) A convenção de Sintra, celebrada no palacio dos Marialvas, cuja arcada, aliás, tem soberbo distincto em homenagem ao príncipe D. João — foi combatida pela opinião geral, como indulgente e estúpida. Canning a ella se opoz no gabinete britânico, e Byron, no *Child Harold*, satirizou-a sem piedade.

Os acontecimentos principais foram os seguintes:

A 1 de Fevereiro de 1808 o general Junot substituiu os Governadores do Reino, nomeados por D. João, por um conselho, por elle presidido. Fazia a anexação... Ao mesmo tempo, para enfraquecer o exercito português, creava a *Legião*, do comando do marquez de Alorna e de Gomes Freire de Andrada, com uns 9 mil homens, que em Março deixou o país, para ir servir a Napoleão. Em Abril, membros da nobreza e do clero foram pedir ao Imperador que provesse ás necessidades portuguezas, e logo outro grupo, induzido por Junot, lhe sollicitou um Rei. Seria Junot... Mas os espanhões se revoltaram em 2 de Maio de 1808. No Porto declarou-se a rebelião em 6 de Junho; espalhou-se pelo Reino, comandada, em Agosto por Wellington, que desembarcára em Lagos. Em Roliça (15 de Agosto) e Vimieiro (21) os anglo-portuguêzes bateram os francezes, obrigados a assinar a convenção de Sintra — em 30 de Agosto — pela qual se lhes facilitou a evacuação dos país. Saíram com armas e bagagens, fóra ora o produto do saque, o que contrariou os governos de Lisboa e do Rio, seguros de que a derrota seria completa, se continuasse a luta.

Segunda invasão franceza occorreu em Fevereiro de 1809, chefiada por Soult, que tomou o Porto, tambem aspirou a corda, mas foi forçado a voltar para a Espanha, investido pelas tropas portuguezas e británicas.

Ainda uma vez tornaram os francezes a invadir Portugal, em Agosto de 1810, ás ordens de Massena. Foram repellidos na batalha de Bussaco (27 de Setembro), entraram em Coimbra, e avançaram sobre Lisboa, defendida nas linhas de Torres Vedras, onde Wellington os esperava. Na impossibilidade de pominá-las, Massena retirou para a fronteira, perseguido pelos fuso-ingleses — que já em 1814 entravam na França, triunfantes. Napoleão perdera a partida.

(2) Nasceu em Mariana em 1769, irmão materno de José Joaquim da Rocha, que tanto relevo teve nos acontecimentos de 1822, Visconde de NOGUEIRA DA GAMA, *Milhas Memórias*, p. 189, Rio 1893 (seu primo-irmão, diz SALOMÃO DE VASCONCELOS, *O Retiro da Agua Limpá* cap. II, Befe Horizonte. Formou-se em Coimbra em 1787, em

potencias, no Congresso da paz. Ao norte e ao sul, precisava de fronteiras tranquilas, Sentia-se forte para protegê-las. Com a Inglaterra, tomou Caiêna; sem ela, a Cisplatina!

Direito, em 1788 em Matematica, em 1793 em Canones (filho de paes incognitos", *Lista de estudantes, An. da Bibl. Nac.*, LXII, 186), foi magistrado e se recomendou sobretudo na administração de Caiena (RIO BRANCO, *Efemérides*, 2.a ed. p. 629). Desta nos deu magistral resumo AUGUSTO TAVARES DE LIRA, *Rev. do Inst. Hist.*, , , Em 1821 era pessoa de confiança do Rei, apologista da abolição da escravatura e um dos brasileiros ma's influentes. Presidente da Constituinte em 1823, do primeiro Conselho de Estado, Senador em 1826, pela Paraíba, ministro do Imperio em 1823, presidiu a Bahia em 1825-26, foi ministro dos Estrangeiros e Fazenda em 27 e faleceu no Rio de Janeiro em 19 de Novembro de 1833. Ganhára o título de marquês de Queluz, com que foi mais conhecido. Ottoni e Antonio Carlos censuram-lhe fraqueza e apatia, quando, em 1841, se discutiu a concessão duma pensão de 1 conto de réis para a marquesa viuva, *Anals da Camara*, II, 154-5.

Celebra a efêmera conquista a cana *calana* (corruptela de Caiena) que, então levada para o Brasil, se generalizou, melhorando a lavoura (A. B. PEREIRA DO LAGO, *Estatística historico-geografica da Provincia do Maranhão*, p. 48, nota, Lisboa 1822.): "...E em todo o Brasil é geral a sua plantação, e uso".

IV

A POLITICA DO REI

A PRINCÊSA E O PRATA

Em 1808, as ambições portuguezas no Rio da Prata se justificavam pelo eventual desaparecimento da corôa de Espanha. Destronado Carlos IV por Napoleão, que o substituiu por José Bonaparte — n'uma tentativa insensata de perpetuar na península a sua raça — as colonias se desligaram naturalmente da metropole, para reger-se com autonomia até a restauração do poder legitimo. De fáto, perdia-as Espanha (1)! E o Rio da Prata?

(1) No Mexico, o vice-rei Iturrigaray foi deposto em 15 de Set. de 1808 e o poder entregue ao militar mais graduado. Na Venezuela, uma junta substituiu o capitão general, 19 de Abril de 1810. Sucedera assim em Quito, Santa Fé, Cartagena. Ass'm em Charcas e La Paz. Em Buenos Aires, o povo, apoiado pela tropa, destituiu o vice-rei Cisneros em "cabildo abierto", 25 de Maio de 10. A crise aí vinha de 1808, pois o capitão general de Montevidéo, Francisco Xavier Elío, rompera com o vice-rei Santiago Liniers, herôe da luta com os ingleses em 1806, e sustentara o partido espanhol, do alcaide Alzaga, contra essa autoridade, movimento fracassado graças à attitude de Cornelio Saavedra, chefe da guarnição. Acusado, como francês, de afeção a Napoleão, Liniers podia ser o iniciador da revolução contra a metropole: não foi, por lhe faltar, à ultima hora, o animo de rebelar-se contra a junta de Espanha que nomeara Baltazar Hidalgo de Cisneros em sua successão. A politica portugueza tentára conquistá-lo, e a princêsa Carlota tivera a esperança de que lhe amparasse as pretensões (J. P. CALOGERAS, *A Política Exterior do Brasil*, I, 407). Na intriga, que procuraria ligar Liniers á causa da princessa, estava metida a famosa Madame Pérignon, favorita do primeiro, e então no Rio (Doc. in RUIZ GUINAZU, *Lord Strangford*, p. 76). A chegada de Cisneros acabou com a trama. Os seus episodios finais, destacaram a figura de outro enviado da princêsa, o Italiano Filipe Contucci, vd. CARLOS A. PUEYREDON *En Tiempo de los Virreyes*, p. 254, Buenos Aires 1932.

A princesa Carlota e o marido divergiam nisso, porque entendia ela caber-lhe a administração das colônias espanholas, em nome do irmão Fernando VII, por ser a única pessoa do seu sangue que passara à América; e D. João queria apenas aumentar os seus domínios do Brasil — como os reis seus antecessores (1). Em todo caso, concordaram n'uma ação comum, que obrigasse Buenos Aires a submeter-se à proteção luso-inglesa.

Uma semana depois da chegada da corte ao Rio — e ainda nas aperturas da instalação, — expediu D. Rodrigo a mensagem de 15 de Março, que o brigadeiro Curado foi entregar aos dirigentes *portenhos*. Seguiu-lhe a carta de 21, da princesa ao Cabildo, em que fazia valer os seus "direitos".

A mensagem não era tão importante como as instruções (2): 1.º, continuação do comércio recíproco; 2.º, "tentar os governadores para o fim de unir aqueles países ao Real domínio"; 3.º, sondar a opinião e ver os recursos militares da cidade, para o caso da guerra prevista.

Devêras, sabia D. Rodrigo que o Cabildo lhe rejeitaria o convite. Insistiu, na credencial que enviou a Curado, que a união seria conveniente, contra possível invasão francesa (3). Voltou o emissário, dando por inúteis as negociações secretas, e que só a força resolveria o problema. Propoz que se proclamasse aos

(1) CALOGERAS, *op. cit.*, 1, 406. Em carta à Junta Central de Espanha a princesa acentuou esse contraste, TOBIAS MONTEIRO, *A Elaboração da Independência*, p. 120. Lela-se a respeito da intriga o citado livro de Carlos A. Pueyrredon, que sintetiza a documentação conhecida.

(2) Doc. cit., por AURELIO PORTO, "A Manhã", Rio, 27 de Dezembro de 1942. É um aspecto inédito da questão do Prata que então começava.

(3) Sobre essa possível invasão, DIEGO LUIS MOLINARI, *La Representación de los hacendados*, p. 129.

platinos, avisando-os da necessidade de lhes ocupar as terras, para impedir que as idéias anárquicas os arruinassem... (1). O Príncipe e D. Rodrigo aceitaram o plano. Não o realizaram na primeira tentativa, porque interveiu Strangford com o seu "vêto". Encartada, nos conselhos da corôa, como uma deliberação madura e fatal, cumpriu-se em 1816.

Algum tempo Carlota Joaquina sonhou corôar-se rainha, ajudada dos ingleses (sobretudo do almirante Sidney Smith, a quem faria duque de Montevidéo...) e argentinos anglófilos, ou liberais, como os Rodriguez Peña, exilados no Rio de Janeiro por terem dado fuga ao general Beresford (2), Belgrano, os Paso, Vieytes (3). Chegou a idealizar uma convocação de Côrtes, em Buenos Aires, para onde se transportaria... Strangford não concordava com Sidney Smith. Achava lesiva do interesse britânico a junção das colônias, e soube ajudar a resistencia astuta de D. João ás audacias da mulher. Teve de desistir da viagem (3).

1) "Memória" inéd., nos arq. do Itamarati, publ. por Aurello Porto. Em cumprimento do programa estabelecido pelo brigadeiro Curado, a legião de S. Paulo foi mandada, em fins de 1808, para o Rio Grande, ás suas ordens, isto sob o maior segredo, *Documentos interessantes para a Hist. e Costumes de S. Paulo*, LVXIII, 12 e 55.

(2) ENRIQUE UDAONDO, *Museo Colonial e Histórico de Lujan*, p. 21, Buenos Aires 1933. O ministro espanhol Casa Irujo atribuía a Rodriguez Peña o papel de informante de Linhares, para a invasão da Banda Oriental, HECTOR C. QUESADA, *Papeles del Archivo*, p. 174, Buenos Aires 1942.

(3) J. M. RUBIO, *La Infanta Carlota Joaquina y la política de España* dá os documentos principais. Vd. também RUIZ GUINAZU, *op. cit.*, p. 81. Sidney Smith avisou o rei das Duas Sicílias que a princesa Carlota queria ser apenas depositaria das colônias... *La Jeunesse de Marie Amélie, Reine des Français, d'après son journal*, publié par la duchesse de Vendôme, I, 193, Paris 1935; o que concorda com as suas cartas ao irmão Fernando VII, in arq. do castelo d'Eu (de 1815-16), reunidas por TOBIAS MONTEIRO, *Revista Brasileira*, vol. 1.º Rio 1941, embora, de Buenos Aires, Contucci escrevesse ao general Miranda, convidando-o a pôr toda a America espanhola, independente, debaixo de sua proteção e corôa, CARLOS A. PUEYREDON, *op. cit.*, ps. 255-7.

(4) JOSÉ PRESAS, *Memórias Secretas de D. Carlota Joaquina*, p. 41, trad. R. Magalhães Jr., Rio 1940; P. CALMON, *O Rei do Brasil*, p. 156, a proposito da fragata espanhola do comandante Somosa, que a

Logo depois, em Buenos Aires o povo se apoderou do governo (25 de Maio de 1810). E a Junta, então creada, arredando de suas preocupações a irrequieta princêsa, cuidou de reunir sob a sua autoridade Montevidéo e o Paraguai. Foi com essa orientação que auxiliou a politica portugueza.

De fáto, uma coluna, ao mando de Belgrano, invadiu o Paraguai, a depôr o governador Velasco. Rebelaram-se os "campesinos" da Banda Oriental; tomou-lhes a chefia o capitão de "blandengues" José Gervasio Artigas, e, rechassados nos primeiros encontros, tiveram os soldados do vice-rei Elio de recolher-se a Montevidéo e Colonia. Pareceu-lhes preferivel — a Elio e Velasco — o auxilio portuguez ao triunfo "criollo", e o pediram, o primeiro (valendo-se da Princêsa) à côrte do Rio, o outro, ao general D. Diogo de Sousa, que se apresentára na fronteira com um exercito respeitavel (1).

Mandou D. Diogo o tenente de dragões José de Abreu confabular com Velasco em Assunção (2). Chegou em 9 de Maio de 1811, dias depois do combate de Tacuarí, em que fôra batido Belgrano. Se era uma garantia para o espanhol (3), era uma in-

princêsa quer'a para a sua viagem. Uma carta de D. João para o príncipe regente da Inglaterra determinou a chamada de Sidney Smith, deixando Strangford de mãos livres.

(1) D. Diogo, depois conde do Rio Pardo (ARAGÃO, *Descrição Geral e Histórica das moedas*, p. 347, Lisboa 1880; LAURENIO LAGO, *op. cit.*, p. 25), governára Moçambique, o Maranhão, o Rio Grande do Sul. Seria vice-rei da Índia, 1816-21.

(2) Depois general e barão do Serro Largo, 1771-1827, cuja morte, na batalha de Ituzaingó, Rio Branco descreveu, *Rev. do Inst. Hist.*, v. 31, 1.a parte; MARIO FERREIRA DE CARVALHO, *Nobiliário Sul-riograndense*, p. 296, Porto Alegre 1937.

(3) Que a "intervenção" fôra solicitada, prova-o o documentário resumido, v. g., por JUAN F. PEREZ ACOSTA. *Boletín del Inst. de Investigaciones Históricas*, Buenos Aires, ano XXI, t. XXVII, p. 156 e segs., 1943. Carta de Vigodet a Velasco, 20 de Maio de 1811: "Nuestra esperanza mas proxima por ahora es que vengan las Tropas del Brasil que se han demandado..."

tervenção indébita para os *patriotas*, que, com o Dr. José Gaspar de Francia à frente (1), depuzeram Velasco e constituíram o seu governo independente (2). Formalmente independente. Nem Buenos Aires, nem Portugal: o Paraguai! As forças de Belgrano, entregues ao comando de D. José Rondeau, correram a apoiar os *paisanos* de Artigas no cerco a Montevideo (3). Advertiu D. Rodrigo ao ministro de Espanha, Casa Irujo — em 7 de Junho — que o exército de D. Diogo restabeleceria a ordem na Banda Oriental; e ordenou a invasão (4).

Com 4 mil homens, começou o general português a marcha em 17 de Julho; e atingiu, sem oposição, o porto de Maldonado (5).

Foi então que a Junta de Buenos Aires resolveu retirar o exercito de Rondeau; e pactuou apressada-

(1) JUSTO PASTOR BENITEZ, *La vida solitaria del Dr. José Gaspar de Francia*, p. 24, Buenos Aires 1937; JULIO CESAR CHAVES, *El Supremo Dictador*, p. 88, Buenos Aires 1942. Pelo lado paterno (o pai era o brasileiro Gaspar Rodrigues França, nascido em Mariana, 1739) aparentava-se com as famílias deste apelido (de Paranaguá) e Caldeira Brant. Achamos um "Gaspar Rodrigues França" implicado em vários desatinos em Minas Gerais, em 1770 (*Revista do Arquivo Publico Mineiro*, ano II, fasc. 1.º, p. 37, Ouro Preto 1897). Coincidem as datas, pois em 1771 o pai daquele "prócer" entrou para o serviço espanhol em Assunção, onde se radicou. Neste caso, carece de sentido, ou é falsa, a sua declaração de 1804, de que estaria ha 51 anos no país, portanto desde os 14 de idade, BENITEZ, p. 28.

(2) O triunvirato, Velasco, Zeballos, Francia, foi constituído em 15 de Maio de 1811. Em 17 de Junho o 1.º Congresso nacional elegeu junta, em que entrava Francia. Novo Congresso, em 12 de Outubro de 1813, proclamou a independencia, confirmando o supremo poder ao Dr. Francia.

(3) Sobre a politica consequente ao movimento de Maio, J. C. CHAVES, *História de las relaciones entre Buenos Aires y el Paraguay*, 1810-1813, p. 193, Buenos Aires 1938. Carta de Artigas, in EDUARDO ACEVEDO, *José Artigas*, p. 376, Montevideo 1933; R. ANTONIO RAMOS, *La Política del Brasil en el Paraguay*, p. 51, Buenos Aires 1944.

(4) VARNHAGEN, *Hist. Ger.*, V. 133.

(5) Compunha-se o "exercito pacificador" da legião de S. Paulo, e dragões do Rio Grande, postados nas Missões (marechal Fonseca de Sá), e a divisão (general Curado) acampada em Bagé. Juntaram-se neste ultimo ponto para a invasão. Sobre o recrutamento em S. Paulo, MACHADO DE OLIVEIRA, *Quadro Historico da Provincia de S. Paulo*, p. 200, S. Paulo 1897.

mente com Elio o armistício, que importaria a volta à situação anterior ao conflito. Para negociá-lo enviou ao Rio Manuel Sarratea, que se entendeu otimamente com Strangford, de facto — com a sua influencia irresistível — autor do acôrdo subsequente (1).

Impôz o ministro inglês (2) a aceitação da cordata proposta de Sarratea — o golpe de graça desferido nos projéto portuguezes (3). Decepção maior foi a de Artigas, que se recolheu, com os seus soldados e o seu povo, num grande exodo, a Entre-rios. (Outubro de 1811). O tenente coronel João Rademaker (4), diplomata portuguez, em quem Strangford

(1) A *Gazeta do Rio de Janeiro*, 15 de Julho de 1812, esclareceu: "Somos oficialmente autorizados a desmentir semelhante anuncio na parte que diz ser S. A. R. quem solicitasse o armistício, quando a esta medlda se prestou unicamente por aderir ás benéficas vistas e desejos manifestados pelo seu Grande Aliado S. M. B..." (R. GARCIA, nota ás cartas de Marrocos, *An. da Bibl. Nac.*, LVI, 102). Os serviços de Strangford a Buenos Aires lhe valeram a cidadania honoraria, 20 de Fev. de 1811, CARLOS IBARGUREN, *En la Penumbra de la História Argentina*, p. 127, Buenos Aires 1932; HECTOR QUESADA, *Papeles del Archivo*, p. 12, Buenos Aires 1942. Em 22 de Abril de 1811, insinuou Strangford para Buenos Aires a conveniencia da mediação inglesa, e fez pressão no Rio, *Archivo General de la Nacion, Correspondencia de Lord Strangford*, p. 89, Buenos Aires 1941, mas por iniciativa da junta portenha.

(2) "...Fue servido acceder a las urgentes instancias que lhe hizo, e la resulto proponer a V. E. un Armistício ó convencion sobre la base de la retirada mutua de las Tropas Portuguesas y Españolas..." *Correspondencia de Lord Strangford*, p. 89.

(3) RUIZ GUIÑAZU, *op. cit.*, ps. 195, e segs. Depoimento do visconde de S. Leopoldo: ouvira alguém a D. João VI, que os dois successos que mais o magoaram no Brasil foram a morte do sobrinho e genro o infante D. Pedro Carlos e o armistício de 1811. (R. GARCIA, nota a Varnhagen, *op. cit.*, *ibid.* Confirma Marrocos: "O nosso negociador em Buenos Aires por nome Rademaker aqui apareceu de repente... dizem... que largara a sua comissão sem ordem da Côte e por isso não fôra a Audiencia". (*An. da Bibl. Nac.*, LVI, 102).

(4) Dinamarquês e diplomata, ao serviço de Portugal, homem culto e astuto, Rademaker servia tanto ao Principe como a Strangford, como se vê da carta que lhe reproduz LAVRADIO, *Memórias do Conde de Lavradio*, I, 47, Coimbra 1932. Fora em Lisboa preceptor do principe D. Pedro. Morreu no Rio pouco depois, envenenado por uma escrava. Segundo Walsh, TOBIAS MONTEIRO, *A Elaboração da Independencia*, p. 136.

O primeiro nomeado para ir a Buenos Aires fôra Silvestre Pinheiro Ferreira, que recusou, alegando faltar á comissão caracter pu-

confiava, foi assinar em Buenos Aires o tratado de 26 de Maio de 12, pelo qual o exercito de D. Diogo retornaria ao Rio Grande. E retornou — abandonando Montevidéo á sua sorte, mas não antes de bater-se em numerosos choques e sortidas com os destacamentos de Artigas ao longo do rio Uruguai (1).

DIPLOMACIA DE STRANGFORD

D. João não perdoou a Strangford o malôgro de 1811.

Morrêra Linhares, em 29 de Janeiro de 12. Dizem que lhe apressou a morte a irritação do Principe, que lhe não desculpou a docilidade... de ambos (1). Sucedeu-lhe na pasta da guerra e estrangeiros o velho conde das Galvêas, que tudo fez para contrariar os inglesês (2). D. João tinha em vista o amigo Antonio

blico, MARROCOS, carta de 29 de Agosto de 1812, *An. da Bibl. Nac.*, LVI, 96, e ser "Indecorosa ao Nome Augusto do nosso soberano", carta de Junho de 1813, JOÃO JOAQUIM DE VILHENA, *Cartas Historicas*, p. 9, Coimbra 1933. Aliás Rademaker se correspondia de lá com Strangford..., LAVRADIO, *obd.*

(1) Asslm Bento Manuel Ribeiro tomou Paisandú, 30 de Agosto de 1811, com uns 60 homens, doc. in OLINTO SANMARTIN, *Bento Mnuel Ribeiro*, p. 31, Porto Alegre 1934. Não é verdade que tivesse sido capturado em Yapeyú, como se lê no *Ensayo de Historia Patria*, de H. D., p. 314, Montevidéo 1923. Sobre a luta nas Missões Orientais, vd. TELMO MANACORDA, *Fructuoso Rivêra*, p. 23, FRANCISCO BAUZÁ, *Historia de la Dominacion española en el Uruguay*, III, 120, Montevidéo 1929. Para a defesa das Missões utilizaram os portugueses eficazmente lanchas que mandaram vir do Rio de Janeiro e policiaram as aguas limltrofes.

Da retirada, em virtude do armistício, se guardou reserva no Rio, tanto que só a noticiou, em forma de "consta", o funcionário MARROCOS, em Novembro de 1812, *An. da Bibl. Nac.*, LVI, 111.

(2) A carta de Antonio de Araujo e sir Sidney, de 6 de Janeiro de 1810 (ALBERTO LAMEGO, *Mentiras Historicas*, ps. 130-1, Rio), revela o pensamento de D. João, quanto a Strangford, e as suas esperanças naquele rival do poderoso embaixador.

(3) MARROCOS, carta de 25 de Janeiro de 1814 (sobre a morte de Galvêas): "fizeram os inglesês patente a sua satisfação e alegria com banquetes e bebedeiras, asslm no mar como na terra; e Strangford, que tremia dele, logo nessa noite appareceu no Teatro com a sua larda de gala..." (*An. da Bibl. Nac.*, LVI, 181).

de Araujo, aliado das posições por seu “francesismo”, porém que lhe serviria para descartar-se de Strangford e executar os seus planos “imperiais”. Sem se libertar do ministro britânico não lograria realizá-los. Favoreceram-lhe os calculos os acontecimentos mundiais: o desastre de Napoleão na Rússia, as suas derrotas em Espanha, a invasão da França, o súbito fortalecimento das monarquias abaladas pelo tufão revolucionário.

Coerente com a diplomacia de tutela e prestígio, Strangford não se contentou em tomar o passo a D. João no caso do Prata: quiz forçá-lo a voltar para Portugal.

Inquiétava á Inglaterra aquela côrte na America, forte e trêfega. Percebera que não era a de Lisbôa, tímida, irresoluta, dependente. Por outro lado, o descontentamento se agravára no Reino com a penúria, a decadencia do comercio, os sacrificios da guerra extenuante: e era sincero o inglês, alegando que as demais monarquias extranhavam o exílio, agora voluntário, da casa de Bragança... Podia acrescentar: tinham ciumes da America!

Escreveu alguém do Rio, em 16 de Maio de 1814: “A respeito da súplica dos Governadores do Reino para que S.A.R. se recolha ao Reino, é tudo aqui notorio e patente, e por isso não ha nisso segredo; e eu acrescento que Strangford teve ha tempos uma audiência publica de S.A.R. perante toda a Côrte, por ordem do Governador Britânico, afim de ler uma Carta do Principe Regente de Inglaterra a S.A.R., em que lhe manifestava que, havendo sido o Governador Inglês censurado de algumas Côrtes por haver sido a causa do incomodo geral da Familia R. Portuguêsa e toda a Nação, pela separação repentina e tão amarga do seu Soberano para os Estados do Brasil, era isto

ao contrario de muita satisfação... E para complemento desta obra desejava concorrer tambem para a sua restituição ao Reino, visto que as cousas da Peninsula estavam seguras...; por consequencia, convidava a S.A.R. e á sua Côrte para quando e como intentasse recolher-se ao Reino; e para esse fim mandaria aprontar a esquadra competente..." (1).

Recordou, vinte anos depois, o duque de Palmela: "...Chegou mesmo a ir ao Rio de Janeiro uma esquadra inglêsa comandada pelo almirante Beresford, irmão do marechal. O sr. D. João VI, que conhecia as grandes dificuldades e os grandes inconvenientes que podiam resultar de anuir a essa proposta, e tambem porque não desejava desamparar o Brasil, ao qual já tinha inclinação, recusou embarcar; e assim foi abandonada essa idéia" (2).

Verdade, não quiz que lhe voltassem a falar disso, e aproveitou a primeira oportunidade para despedir Strangford.. A morte de Galvêas (18 de Janeiro de 1814) facilitou-lhe o plano. Ficou Aguiar com três pastas; mas a 11 de Fevereiro, deu a de Marinha e Dominios Ultramarinos a Antonio de Araujo, elevado a conde da Barca. Não podia fazê-lo já ministro de estrangeiros e guerra, que seria ofender a Inglaterra, mas de fato, lhe entregava a direção dos negocios Zangou-se comtudo Strangford, e pretendeu demover o Principe, que, no dia 20, escreveu altiva carta ao soberano inglêz: "Respondi que toda a resolução suprema me pertencia, assim como a escolha dos meus ministros, e que o seu comportamento e expressões atacavam os direitos da minha soberania..." (3).

(1) *An. da Bibl. Nac.*, LVI, 199.

(2) P. CALMON, *O Rei do Brasil*, p. 185.

(3) MELO MORAES, *Hist. do Brasil Reino e Brasil Império*, p. 171, Rio 1876. A esta carta se refere o conde de LAVRADIO, *Memorias*, I, 46, Coimbra 1932: que em Viena, 16 de Fev. 1815, Castlereagh anun-

Daí por diante, agiu sem mais temôr do diplomata que o incomodava. Não errou nas previsões, pois o governo de Londres o mandou chamar, e embarcou em 15 de Abril de 1815, com o vice-almirante Beresford... "uma náo destinada para S. A. R. ir daqui a Lisbõa: S.A.R. ficou deles tão zangado e aborrecido, que, quando eles arribaram a primeira vez por falta de vento, foi logo para a ilha do Governador, donde não intentava vir enquanto eles aqui se demorassem, para os não ver mais" (1).

Recobrava a liberdade — perdida desde 1801 — de fazer o que quizesse. De continuar no Rio. De ter ao lado o ilustre Araujo (2). De tomar a Cisplatina. De não obedecer a ninguém mais!

ARTIGAS

O armistício, com a retirada do exercito português para o Rio Grande, entregára á propria sorte Montevidéo, cercada de novo pelo general Rondeau (20 de Outubro de 1812). Debalde tentou o capitão general Vigodet, sucessor de Elío, rechassar os sitiantes. Perdeu a batalha de Cerrito (31 de Dezembro), viu incorporar-se nas tropas de Rondeau o altivo Artigas com 5 mil homens (Fevereiro de 1813), e, a despeito do conflito que logo estalou, entre este

ciara "a resolução que tomara o seu governo de mandar sair lord Strangford da cõrte do Rio de Janeiro, por assim o ter pedido o Príncipe Regente, nosso Senhor, numa carta ao Príncipe Regente da Grã Bretanha".

Note-se que a derrota de Napoleão na Europa já então era indiscutível, tanto que a 18 de Junho de 1814, mandava Antonio de Araujo, Accioll, III, 196, abrir os portos aos navios franceses.

(1) Carta de MARROCOS, *An. da Bibl. Nac.*, LVI, 224.

(2) A politica do conde da Barca foi definida por JOÃO BERNARDO DA COSTA LOUREIRO, n' *O Português*, Julho de 1817: "Os dola maiores erros do seu Ministerio foram a louca e funesta expedição de Montevidéo (aonde agora os nossos se acham encurralados, como o haviamos previsto) e o sistema pródigo de destruir Portugal para aumentar o Brasil". Vd. MENEZES BRUM, *Anal. da Bibl. Nac.*, II, 5 e segs.

e Buenos Aires, não logrou desvencilhar-se do assédio. Repeliram os portenhos a proposta de Artigas, de unir a Banda Oriental às Províncias do Prata mediante laços federativos, analogos aos dos Estados Unidos. Rondeau, juntando os partidários da política portenha, elegeu outro governo provisório da Banda Oriental, destituindo o de Artigas, que tinha sido proclamado em Abril. Este, desgostoso, em Janeiro de 14 abandonou o sítio de Montevidéo. Ato contínuo, o diretório de Buenos Aires poz-lhe a prêmio a cabeça. Já não havia entre eles conciliação possível. Podia isto aliviar a situação dos espanhóis cercados, porém em Maio a esquadilha argentina, comandada pelo irlandez Guilherme Brown, destruiu no combate de Buceo a flotilha castelhana, ultima esperança de Vigodet para romper o cerco; e em 20 de Junho de 1814 se rendeu a praça — a Carlos Maria de Alvear, sucessor de Rondeau um mez antes desse desfêcho (1).

Chocaram-se as armas argentinas e uruguáias. Artigas e seus logares-tenentes bateram-se contra os portenhos, afinal, depois de Guayabos, obrigados a evacuar Montevidéo, onde entrou Otorgués, com o titulo de "Governador militar" (26 de Fevereiro de 1815). Ganhava Artigas a partida, apoderando-se não só do territorio cuja independencia propugnava, como de Entre-rios e Corrientes, com a promessa de

(1) Era Alvear sobrinho do "diretor" Posadas, chefe então do executivo portenho, e substituiu a Rondeau, cuja fidelidade andára suspeitada, H. D. *Ensayo de História Patria*, p. 349, Montevidéo 1923. Filho de D. Diogo de Alvear, que vimos, em 1780, a demarcar os limites do Rio Grande, nasceu em Santo Angel de la Guarda, Missões, a 25 de Out. de 1789. Passando ao Reino em 1804, perdeu a mãe e sete irmãos no naufragio do navio em que iam, posto a pique pelos ingleses. Aprisionado com o pae n'outro navio foi restituído á Espanha, entrou no exercito, e em 1812 tornou a Buenos Aires, para encejar a carreira militar e politica, ora afortunada, ora contraditória, sempre agitada (vd. JOSÉ PACIFICO OTERO, *Historia del Libertador Don José de San Martín*, I, 446, Buenos Aires 1932). Em 1815, imaginou ceder á Inglaterra o Rio da Prata...

levar adiante o seu pendão revolucionário. Passou Posadas o governo a seu sobrinho Alvear, que, para contrabalançar os exitos do adversário, mandou ao Rio de Janeiro Manuel José Garcia, negociar a proteção inglesa ou a intervenção portuguesa, quasi nos mesmos termos em que a pediram Elio e Velasco. Percebe-se o aspecto politico da iniciativa. Para os interesses portenhos era melhor Portugal, a dominar Artigas, do que a propagação de sua revolta, que, naquele andar, depressa chegaria a Buenos Aires, subvertendo os fundamentos do Estado nascente. O "federalismo" de Artigas, as forças campesinas que o seguiam, a idéa democratica e rural que representava, o principio de autonomia regional por que se batia, contrariavam as concepções centralistas, ordeiras e autoritárias do Diretório, que, em 1815, adivinhava o futuro conflito, esboçado já, entre a cidade e o pampa, entre a politica disciplinante d'uma elite culta e a insubmissão dos chefes locais. Transigia aquella com a monarquia, se fôsse possível fundá-la no Prata, em vez da anarquia (1). Podia portanto tratar desenvoltamente com os monarcas, em nome da conservação das Provincias Unidas, d'outro jeito devastadas pela rebelião gauchesca (2).

(1) Vd o projéto de Constituição monárquica de Rivadavia e Belgrano, Ravignani, *op. cit.*, I, 36. Vimos a repercussão que tivera a candidatura da princesa Carlota ao trono, em 1808. No Congresso de Tucuman a idéa voltou á balha, mas em favor d'outro nome, possivelmente um Inca do Perú, segundo a sugestão romantica de Belgrano. (*Actas Secretas del Congreso General Constituyente de las Provincias Unidas del Rio de la Plata*, ed. fac. similar, Buenos Aires 1936, acta de 6 de Julho de 1816).

MANUEL JOSÉ GARCIA, em mensagem a Strangford: "Todo, hasta la esclavitud, es preferible a la anarquia." (PACIFICO OTERO, *op. cit.*, I, 429).

Sobre o monarquismo platino, vd. SOUZA DOCCA, *O Brasil no Prata*, p. 34 e segs., Porto Alegre 1931. Corporificou-se na comunicação ao general Lecor, dec'dida na sessão do Congresso de Tucuman, 4 de Set. de 1816, de que falaremos.

(2) Em 14 de Janeiro de 1915, Belgrano e Rivadavia pediram a primeira audiéncia ao marquês de Aguiar, e já falavam da guerra de

A missão de Garcia entendia-se primeiro com Strangford, cuja boa vontade e proteção Alvear solicitava (1). A retirada de Strangford interrompeu-lhe a negociação, que se adaptou às novas condições do problema, isto é, á conveniencia de dar ao Príncipe o papel de mediador, castigando Buenos Aires, por mão alheia, a rebeldia de Artigas. Foi o que resumiu Garcia, em mensagem para o seu governo: “Es verdad que siempre ha sido temible la inge-rencia de una potencia extranjerá en las disensiones domesticas; pero esta regla demasiado común no parece aplicable a nuestro caso. Los intereses de la casa de Braganza han venido a ser homogéneos con los de nuestro continente, por efecto del estabelecimiento del trono del Brasil, y abolición del coloniaje” (2).

Artigas, dizendo saber que tropas do Rio Pardo o haviam auxiliado, RAVIGNANI, *op. cit.*, 1, 78, o que o ministro negou, *ibid.*, p. 87. Queixaram-se que o Príncipe não queria recebe-los, que estava impedido pela Inglaterra de ingerir-se nos negocios do Prata, e de que o marquês de Aguiar os ofendêra, comparando “unos vandidos como Artigas y Otorgués, con un Gobierno que regla tantas Ciudades...” Manuel J. Garcia chegou ao Rio em 23 de Fevereiro, com surpresa dos emissários, que disto tambem se queixaram, *ibid.*, p. 125. Vale dizer, a embaixada dos dois correspondia á politica de Posada, e a de Garcia, á de Alvear, em virtude do revez de suas forças no Uruguai, e como um recurso para compensá-lo. O fáto é que Rivadavia, ainda em Janeiro de 1817, e em Londres, mostrava ignorar os passos de GARCIA no Rio, *ibid.*, p. 194. Alvear propuzera claramente a submissão á Inglaterra. JOSÉ PACIFICO OTERO, *Historia del Libertador Don José de San Martín*, 1, 428. Quanto a Garcia, era monarquista, como diz Mitre, vd. DARDO CARVALAN MENDILAHARSU, *Sombra Historica*, p. 58, Buenos Aires 1923.

(1) MITRE, *Historia de Belgrano*, 1, 261; CALOGERAS, *Politica Exterior do Brasil*, 1, 432. Note-se que Alvear foi deposto pela tropa em 17 de Abril (1815), e se exilou no Rio de Janeiro, onde permaneceu até 1819. Fez aí o que poudo para se conciliar com o governo espanhol, cf. doc. in JOSÉ PACIFICO OTERO, *op. cit.*, 7, 448-451. Pensava como Garcia: a escravidão preferível á anarquia...

(2) CALOGERAS, *op. cit.*, 1, 436. O pensamento de Garcia — de associar Portugal á pacificação do Prata — foi pelo Supremo Diretor aprovado, e teve a sua missão caracter official, em 17 de Setembro de 1815, EDUARDO ACEVEDO, *José Artigas*, p. 625. Esse governo temia uma invasão espanhola, que se annunciava, e estava perplexo, entre a vitória dos orientais e as difficuldades da guerra que, logo depois, ganharia San Martín, atravessando os Andes. (CARLOS A. PUEYREDON, in *Historia de la Nacion Argentina*, VI, 1.a secção, p. 675, Buenos Aires 1944).

Oficializada em Setembro a missão de Garcia, em 4 de Maio seguinte teve instruções para manifestar o desejo “de ver terminada a guerra civil com o auxilio de um poder respeitavel...” Selára-se o acôrdo, indispensavel para a entrada em Montevidéo das tropas reais.

A correspondencia de Artigas com o cabildo de Montevidéo indica a sua ignorancia do que ocorria no Rio de Janeiro. Limitava-se a estranhar a misteriosa indiferença de Buenos Aires ante a projetada invasão portugueza (1). Revelou a importância dos próximos sucessos para os destinos da America a chegada ao Brasil da mais poderosa fôrça que ainda viéira de Portugal: a Divisão comandada pelo general Lecor!

O general Vigodet foi pelos vencedôres enviado para o Rio de Janeiro, onde o aproveitou a princesa Carlota, para ir negociar em Madrid o casamento de suas duas filhas com os tios Fernando VII e o infante D. Carlos. Tudo fizéira ela para salvar Montevidéo nos dias terriveis do cêrco. Não conseguira demover a politica inglêsa. Aparentemente fôra D. João extranho á luta que lhe desbaratára os projéto de apaziguamento e anexação da Banda Oriental. Humilhára-o, entretanto, o seu resultado, e quiz

(1) *Archivo General de la Nación, Correspondencia del General José Artigas al Cabildo de Montevidéo, 1814-1816*, p. 318, Montevidéo 1940. Na sessão de 6 de Julho de 1816, explicou Belgrano que a vinda de tropas portuguezas para o Brasil nunca podia constituir ameaça para a Argentina (*Actas Secretas del Congreso General Constituyente*, i.l., ed. citada). Interessante é que esse Congresso de Tucuman, infenso á intervenção portugueza, não estava bem informado sobre a attitude do executivo, e deliberou mandar um emissário ao general Lecór, para que lhe mostrasse “las transacciones celebradas por Garcia con el Gabinete del Brasil...” (4 de Set. de 1816).

Alvear confirmou (“memorandum” para a Espanha, 17 de Set. de 1815: “comisionó a Garcia... suplicar a S. A. R. el principe regente de Portugal se sirviera contribuir a ellos en nombre de S. M. como un amigo y aliado.”) PACIFICO OTERO, *op. cit.*, 1, 450. Leia-se tambem SOUZA DOCCA, *O Brasil no Prata*, p. 83 e segs.

logo explorar o dissídio que se declarára, entre Buenos Aires e Artigas, na ocasião em que se desvanecera o prestígio de Strangford (1), e os acontecimentos europeus lhe favoreciam a impaciência. O que sucedeu á volta de Montevidéo bastou para encorajá-lo; e não perdeu tempo, empenhado em entrar de novo na cêna platina como interventor providencial.

O BRASIL REINO

Vejam os que ocorrerã depois da quêda de Napoleão.

Reuniu-se em Viena o Congresso de Paz. Foram aí representantes de Portugal o conde de Palmela (D. Pedro de Souza e Holstein) (1), D. Antonio de Saldanha da Gama e D. Joaquim Lobo da Silveira. Fi-

(1) Fernando VII reassumiu o trôno amparado pelas potencias triunfantes. Logo o encarregado de negócios de Espanha no Rio, Villalba, obteve de Strangford que aconselhasse Buenos Aires, a entrar sem perda de tempo em entendimento com o Rei, reconciliando-se (EMILIO RAVIGNANI, *Comisión de Bernardino Rivadavia ante España y otras potencias de Europa*, I, XXIX, Buenos Aires 1933). O conselho foi aceito e designados Rivadavia e Belgrano, que chegaram ao Rio em meados de janeiro de 1815, partindo em Março para Londres. Sucedeu-lhes Garcia, que tratou a "neutralidade" de Buenos Aires no caso da invasão da Banda Oriental, provisoria, e "em perseguição do chefe Artigas", EDUARDO ACEVEDO, *José Artigas*, p. 619.

(2) Palmela tem o primeiro lugar entre os diplomatas portugueses, assim em 1815 como no conflito de 1826-34, quando a sua hábil politica foi decisiva para a causa "liberal", que abraçou desde o inicio. Filho do diplomata D. Alexandre de Souza e Holstein, nasceu em Turim, 8 de Maio de 1781. Entrou no exercito, mas a diplomacia o atraiu, e foi servir em Roma, de 1802 a 1805. Conheceu aí Madame de Stael, ANTONIO PEDRO LOPES DE MENDONÇA, *Noticia Histórica do Duque de Palmella*, p. 18, Lisboa 1859, AFRANIO PEIXOTO, *Ramo de Louro*, p. 233, Rio 1942, e outros personagens famosos. Ligou-se intimamente a Mme. de Stael: é o "Lord Oswald", de "Corinna". Em 1808 alistou-se de novo no exercito e em 1809 foi nomeado ministro junto ao governo de Cadiz. Serviu depois em Londres, no Congresso de Viena, ainda na Inglaterra, e em 1820 se passou ao Rio de Janeiro, para exercer o cargo de ministro, que desde 1817 lhe fôra dado. Veremos como se desempenhou dessa comissão na crise "constitucional".

cára o Príncipe D. João obrigado a restituir a Guiana. Não podia opôr-se, por mais que lhe doêsse, à exigência das “quatro potencias” que dominavam a Europa. Os seus embaixadores procuraram compensar a perda de Caiêna — pela convenção de Paris de 25 de Agosto de 1817 — com a fixação de limites pela linha do Oiapock (1). E queriam que Espanha entregasse Olivença.

Como fazer prevalecer, entretanto, o modesto interesse português, no còro das nações poderosas?

Talleyrand, delegado do rei de França (depois de ter sido o astuto chanceler do imperador), pretendia por seu lado desagregar os aliados, e confundir-lhes o jôgo (2). Conversando com os enviados portugueses, aconselhou-lhes a elevação do Brasil á categoria de Reino, unido a Portugal, continuando no Rio de Janeiro o sobèrano, que mandaria o primogenito para Lisbôa (3). Acharam a idéia excelente, e sem esperar autorização de sua Côrte, obtiveram que as “quatro potencias” reconhecessem o novo titulo — de Príncipe Regente do Reino do Portugal e do *Reino do Brasil* — no tratado de 8 de Abril de 1815 (4).

(1) JOAQUIM CAETANO DA SILVA, *L'Oyapock et l'Amazone*, 3.a ed., pref. de Rio Branco, Paris 1899. Veremos, a proposito dos acontecimentos do Pará em 1835, como se definiu o conflito diplomatico franco-brasileiro. Humboldt, na suposição de que o Aiapock pouco declinava para o sul, aconselhou ao embaixador português aceitasse o limite por todo o curso do rio. Importava a perda de territorio equivalente a um grão, entre os paralelos 4 e 3. Contudo, a vitoria sobre a pretensão francesa, do Araguaí como divisoria, foi grande e irrevogavel.

(2) V. HENRY HOUSSAYE, 1815, p. 137, Paris 1901.

(3) Carta dos plenipotenciarios ao marquês de Aguiar, Viena, 25 de Janeiro de 1815. (BRAZ DO AMARAL, *O Brasil no Congr. de Viena*, *Rev. do Inst. Hist.*, vol. 175, p. 523, Rio 1941).

(4) Carta de 19 de Abril de 1815, cf. B. DO AMARAL *Ibid.*, p. 529. A tèse, provada por este, tira ao conde da Barca a iniciativa da criação do “reino unido”, para atribui-la a Talleyrand, que alvitrou, e aos embaixadores, que adotaram, com esperta solicitude.

Agradou a D. João o alvitre, e expediu a carta de lei de 16 de Dezembro do mesmo ano, que creou o *Reino Unido* (1), “pondo em consequencia fim ao Sistema Colonial, e monopolio da Metropole” (2).

CONDE DA BARCA

Sente-se em 1815 a direção de Araujo — conde da Barca em 17 de Dezembro desse ano — como em 1810 se sentira a de Linhares.

A diplomacia em Viena e Paris, de que resultára a elevação do Brasil a Reino Unido, fôra por ele instruida. Chamavam-lhe *afrancêsado*. Afrontou a censura, insistindo nas suas predileções. Contrariou a Inglaterra no Prata. Procurou na Europa outros pontos de apoio, sem desprezar a “aliada fiel”. Arrostando os preconceitos anglófilos, ao incumbir o marquês de Marialva — encarregado de negocios em França — de contratar ali a *missão* de artistas, que fundariam, no Rio, a academia de Belas Artes, necessários também para as obras da Côrte, que tanto faziam crêr que D. João se demoraria indefinidamente.

(1) Houve festas no Rio por esse motivo, carta de Marrocos, 23 de Fev. de 1816, *An. da Bibl. Nac.*, LVI, 262. No “*Te Deum*”, em S. Francisco de Paula, orou fr. Francisco de Sampaio, “mostrando o que foi o Brasil, e o que virá a ser”. (*Gazeta do Rio de aneiro*, 10 de Jan. de 1816); em S. Paulo, Fr. Francisco de Monte Alverne, declarou: “Ontem filhos mais moços de Portugal, somos hoje seus iguais”. *Obras Oratorias*, IV, 66. Carta de lei de 13 de Maio de 1816 deu as Armas ao Reino do Brasil: “em um só escudo real, as armas de Portugal, Brasil e Algarves”. Alv. de 9 de Janeiro de 1817 substituiu o titulo de *principe do Brasil* (atribuido ao herdeiro da corôa) pelo de “*principe real do Reino Unido*”. Quanto ás capitancias, passaram, “*ipso facto*”, a *provincias* do Brasil, sem dec eto especial que assim as cons’derasse.

(2) JOSÉ DA SILVA LISBOA, *Estudos do Bem Comum*, Rio 1819.

A *missão*, com Lebreton, secretario do Instituto, á frente, chegou a 26 de Março de 1816 (1). Para ensinar pintura, escultura, arquitetura; para regenerar o gosto das artes plasticas; para dar á cidade os retóques de cultura, o acento francês, de que carecia a séde do Estado...

Foi pena que o conde da Barca não ousasse pôr em prática o "plano de instrução nacional" que lhe ofereceu Francisco de Borja Garção Stockler, com os seus quatro grãos de ensino... (2).

(1) Lebreton, 1760-1819, fôra o oragnizador dos museus Imperials, vd. COMTE DE LORT DE SÉRIGNAN, *Un Conspirateur militaire sous le premier Empire, Le Général Malet*, p. 84, Paris 1925. Acompanhavam-no João Batista Debret, pintor histórico, os irmãos Nicolão e Augusto Taunay, aquele pintor, este escultor, o arquiteto Grandjean de Montigny, famoso pelas suas construções de estilo "Império"; o gravador Simão Pradier, o mecanico Francisco Ovide, Carlos Lavasseur, Luiz Meunier, Francisco Bonrepos, Pedro Dillon, depois os irmãos Marcos e Zeferino Ferrez. Maior notoriedade conquistaram Debret (1768-1848), autor de admiravel coleção de desenhos e quadros e de "*Viagem Pitoresca e Historica ao Brasil*", Paris 1839, em trad. bras., S. Paulo 1940; Grandjean (1776-1850), estudado por Adolfo Moraes de Los Rios Filho, *Grandjean de Montigny*, Rio 1942; e os Taunay, nos ensaios biográficos do visconde de Taunay e Afonso d'E. Taunay, que esclareceram os aspectos essenciais da Missão de 1816. (Vd. *An. do Mus. Paul.*, III, 142, e segs.).

Em 12 de Agosto de 1816 creou o conde da Barca "escola real de ciencias, artes e officios", contratados aqueles artistas por seis anos, a serem pagos nesse tempo pela verba subscrita pelo comercio nas festas da elevação do Brasil a *Reino Unido*. A "Real Academia de desenho, pintura, escultura e arquitetura civil" foi fundada em 12 de Out. de 1820, pelo barão de S. Lourenço (Targini); teve o nome de "Academia de Artes" a 23 de Novembro, e a direção do pintor Henrique José da Silva, que desgostou os franceses com a rivalidade intolerante.

(2) TEÓFILO BRAGA, *História da Universidade de Coimbra*, IV, 9, Lisboa 1902. Martius refere-se ao plano, dando-o por inspirado na escola alemã, e atribúe o fracasso aos que queriam o Brasil colonia... *Viagem pelo Brasil*, trad. de D. Lucia Lahmeyer, I, 101, Rio 1938. A mesma informação dá F. Denis (vd. tambem PACIFICO PEREIRA, *Memória sobre a medicina na Bahia*, p. 17) Várias idéias do plano foram exparadamente aproveitadas, v. g., a denominação, de *Academias* e *Liceus* (4.º e 3.º grão daquele esquema). José da Silva Lisboa voltaria a propor a criação da Universidade brasileira, mas somente em 1821, no *Conciliador do Reino Unido*, de que falaremos. Esta instituição — tantas vezes lembrada no século passado — esperou o século XX para materializar-se.

Discutiu-se onde ficaria a universidade, se no Rio, se em S. Paulo, e prevaleceu a desconfiança, dos retrógrados, que temiam o efeito nacionalista daquelas luzes. Devagar...

O mesmo Marialva foi a Viena pedir a mão d'uma arquidueza para o príncipe herdeiro D. Pedro, o que constituiu positiva demonstração da nova política portugueza — agora desembaraçada e calculista.

Não custou ao plenipotenciário, que se apresentou com a suntuosidade d'um nabado, convencer Metternich e o imperador Francisco II. Foi escolhida a arquidueza Leopoldina. Festas estonteantes, dadas pelo embaixador, deslumbraram a nobreza austriaca. Pela primeira vez uma princesa imperial atravessaria o oceano, para unir-se, na America, a futuro rei (1)!

Demorou-lhe a viagem a revolução que estalou em Pernambuco.

Não contára com isto o conde da Barca, que morreu a 21 de Junho de 17, no meio da inesperada crise que sacudiu a monarquia — quando parecia mais sólida e viçosa.

DIVISÃO DE VOLUNTARIOS

Soldados veteranos não faltariam a D. João, se os mandasse buscar a Portugal. O brigadeiro Sebastião Pinto partiu com esta missão (1), em Maio

(1) Chegou a Viena o marquês de Marialva em 7 de Nov. de 1816; fez entrada solene, senão teatral, a 17 de Fev. seguinte. Num balle, em 16 de Abril, gastou 332 contos... Quatro vezes se casou o imperador Francisco II. Irmã de Maria Luiza, imperatriz dos francezes, nascera a boa arquidueza Leopoldina em 22 de Jan. de 1797. Não era bonita, tinha talentos de naturalista, gosto das artes, altura espirital, e mostrou no Brasil grandes virtudes. O casamento foi, por procuração em 9 de Abril de 1817. Vd. carta do ministro Rodrigo Navarro de

de 1815 se publicou em Lisboa o plano para a organização de uma Divisão de Voluntários, tomou-lhe o comando o tenente geral Carlos Frederico Lecor, e em Julho 4.850 homens estavam a caminho do Rio de Janeiro (1). Cavalaria e artilharia chegaram em Novembro, a infantaria em Abril, com muito contentamento do povo, que apreciava, nessa mostra de poderio militar, o reflorescimento da nação (2).

Formidável para o tempo essa expedição, ilustrava-se com a presença de jovens oficiais, que vinham empregar na America as ambições impacientes: os futuros titulares de Saldanha, de Sabrosa (3), da Várzea, da Foz, de Casal (4), de Avilez (5), de Taquarí (6); Francisco Antonio Raposo (7), João Cri-

Andrade, companheiro de missão de Mariálva, FRANCISCO MARTINS, *Um friso de vimarenses illustres*, p. 35, Guimarães 1936.

O Imperador da Austria fez acompanhar a filha por uma comissão de sábios, o botânico Mikam, o mineralogista Pohl, o zoologo Natterer, o desenhista Euder, o jardineiro Schott Jr., Sochor, Buchberger... Por designação do rei da Baviera, anexaram-se a esse grupo de naturalistas os Drs. Spix e Martius; e por ordem do grão-duque da Toscana, o Dr. Raddi. (Vd. carta do sr. EGON PISKON a A. Taunay, *Mensario do Jornal do Comercio*, Nov. de 1943, p. 253.). O sábio Dr. Natterer estendeu por dezeseite anos a sua permanencia no Brasil. De'xou, mesmo, filha natural, cabocla, no Pará... (ALFRED RUSSEL WALLACE, *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*, trad. de Orlando Torres, p. 272, S. Paulo 1939). A todos sobrelevou Martius, cuja imensa obra c'entifica é dos mais notaveis do seculo XIX. Vd. bibliografia in JOSÉ SOARES DUTRA, *Martius*, pag. 92, Rio 1942.

(1) D. ANTONIO DA COSTA, *História do Marechal Saldanha*, p. 73, Lisboa 1879; *Memórias do Marquês da Fronteira e d'Alorna*, I, 152.

(2) F. S. DE LACERDA MACHADO, *O tenente general Jorge de Avilez*, p. 17, Gaia 1933.

(3) P. CALMON, *O Rei do Brasil*, p. 193.

(4) FERREIRA LIMA, *Boletim do Arq. Hist. Militar*, XI, 250, V. N. de Famalicão 1941.

(5) LAURENIO LAGO, *op. cit.*, p. 82.

(6) *Rev. do Inst. Hist.*, XXX, 222; *An. do Museu Hist. Nac.*, II, 288 (Rio 1943).

(7) Discipulo de Bartolomeu da Costa, depois marechal no Reino, fez reparação dos fortes da Colonia do Sacramento em 1819, FERREIRA LIMA, in *Brasilia*, II, 622. Sobre os demais oficiais, vd. o cit. opusculo de F. S. de Lacerda Machado.

sostomo Callado (1), Miguel Antonio Flangini, João Vieira de Tovar (2), Magalhães Pizarro (3), o cirurgião-mór Francisco Bernardo de Sant'Ana... (4).

D. JOÃO VI

Em 19 de Março de 1816 faleceu D. Maria I, aos 81 anos de idade, dos quais 25 obscurecidos pela doença mental que a afastára do trôno. Foi grande o pesar do filho, que a sepultou com a devida pompa no convento da Ajuda (5), seu túmulo provisório.

(1) AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO, *Um Soldado do Reino e do Império*, p. 24, Rio 1942.

(2) MENEZES DE DRUMMOND, *Anotações à Biografia, An. da Bibl. Nac.*, XIII, II (Rio 1890).

(3) *Notícia biográfica de Francisco Homem de Magalhães Pizarro*, pelos seus ajudantes de ordens, p. 14, R.o 1819. Faleceu aos 42 anos, nomeado governador do Maranhão.

(4) CORDEIRO DE SOUZA, *Bol. do Arq. Hist. Mil.*, XI, 2 (Famalição 1941).

(5) MARROCOS, carta de 30 Março de 1816, *An. da Bibl. Nac.*, LVI, 271. D. Maria I melhorou sensivelmente no Rio e parece que teve largos períodos de serenidade. P. LUIZ GONÇALVES DOS SANTOS, *op. cit.*, II, 489. E' o que deduzimos das discretas referencias feitas ao seu estado por quantos a viram no Brasil, sem chamar a atenção pelos desatinos que assinalaram a fase aguda da molestia, transformada, talvez, em "idiotia apatica" (CAETANO BEIRÃO, *D. Maria I*, p. 416, Lisboa 1934), que não lhe impedia sensatas intervenções. Marrocos, carta de 29 de Agosto de 1812, informára: "... A rainha N. S. está em um prodigioso estado de saúde, cousa digna de notar-se abstrahndo da molestia natural de seus anos: mas nesta idade avançada é sumamente respeitavel pela majestade de sua pessôa e concerto de suas idéias, produzindo a cada passo máximas de muita instrução e delicadeza politica..." (*Op. cit.*, p. 97). Deixam motivo para meditação est'outras palavras do escriba, a noticiar, em Fevereiro de 1816, a enfermidade da velha rainha: "...Deus permittirá que se suspenda uma fatalidade incalculavel, contra o atual e comum pensar", *ibid.*, p. 258. Porque incalculavel? Seria pelos conselhos prudentes que dava ao filho, sempre respeitoso?

Sepultada na Ajuda, levou-lhe D. João VI os restos mortais para Portugal, quando regressou em 1821, para depositá-los, segundo o seu voto, na basilica da Estrêla, construida por ela, e onde repousa, em sóbrio mausoléu de marmore. Sobre as homenagens de 1816, Vd. VIEIRA FAZENDA, *Antiquilhas, Rev. do Inst. Hist.*, v. 89, p. 358. A ceri-

O mez de Maio, após as exéquias solênes na Capela Real, passou-o D. João VI (só então se assinou assim) na Praia Grande, onde aquartelavam os Caçadores, vindos do Reino. Viu-os em revista a 13 de Maio (de que ha conhecida gravura). Foi essa tropa expedicionária que o aclamou, pela primeira vez, Rei do Reino Unido (1). Assistiu-lhe aos exercicios, e a partida para a campanha, que ia começar bem diversamente da que se malograra em 1812.

A CONQUISTA

Com a esquadra, ao mando do cõnde de Viana, seguiu a Divisão de Lecór, a 12 de Junho de 1816, para Santa Catarina. Em vez de desembarcar em Maldonado, como lhe recomendavam as *Instruções*, continuou Lecór por terra, para invadir a Banda Oriental pela fronteira de Santa Tereza — directamente sobre Montevidéo — e pelo Jaguarão — rumo ao centro do país. Foi esse plano aprovado em Porto Alegre por uma junta de generais, em 7 de Outubro (2), mas já em Agosto a vanguarda portuguesa, chefiada pelo brigadeiro Sebastião Pinto, occupava o forte de Santa Tereza.

monia da “quebra dos escudos” foi em 27 de Março. Destaca-se *Oração Funebre recitada na igreja da Cruz* da Corte do Rio de Janeiro, nas exequias da Sra. D. Maria I, por Frei Francisco de S. Carlos, Rio 1816.

(1) “A Divisão dos Voluntários Reais del Rei que, no glorioso dia 13 de Maio de 1816, teve a suprema dita de aclamar em ato solene e publico, á face de todas as ordens do Estado, e na presença de todas as Nações estrangeiras no Novo Campo de Ourique a S. M. como excelso rei...”, carta de Lecor, 24 de Fev. de 1819, *Anals do Itamarati*, VI, 103 (Rio 1942).

(2) Vernhagen, e nota de R. GARCIA, *op.cit.*, V. 142.

GUERRA DE ARTIGAS

Contava Artigas com uns 8 mil homens, que cria suficientes para repelir os invasões, divididos em quatro núcleos: a força principal, na fronteira do Cuaraim, a ameaçar as *Missões*; a reserva, de enterrerianos e correntinos, em seu apoio; em Cerro Largo a gente de Otorgués, que chegou a um milhar; e, defronte de Santa Tereza, Frutuoso Rivera, com 1.500 homens. Nunca pensou em se acastelar em Montevideó, bloqueada facilmente pela esquadra, a opinião dividida, minada pelos elementos conservadores, que preferiam a acomodação com portugueses e argentinos, em vez da guerra desesperada a que Artigas se lançára. Em 9 de Dezembro autorizou previamente a rendição de Montevideó (1). Os atacantes separaram-se em tres colunas: do general Curado, que cobria as *Missões* orientais, para obstar á incursão vinda do Cuaraim e das *Missões* ocidentais, (2 mil homens, em que entravam "*barrigas verdes*", de Santa Catarina e *dragões* de São Paulo e do Rio Grande); a ala do brigadeiro Bernardo da Silveira, que investiu por Cerro Largo e foi parar em Minas, a meia distancia de Maldonado e Montevideó; e a vanguarda de Sebastião Pinto, que devia desempenhar o papel preponderante da invasão. Se fracassasse a investida ao longo do rio Uruguai, dirigida inicialmente por Andresito, o valoroso indio que pretendia retomar S. Borja, onde nascêra (2), depois pelo co-

(1) *Correspondencia de José Artigas* (1814-16), p. 331.

(2) Nascera Andresito em São Borja; mas em 1811 aderiu em São Tomé á causa de Artigas, que o adotou como filho. Guerrilheiro tenaz e heroico, teve a obsessão das *Missões*. Vencido em 1816, a elas voltou no ano seguinte, e conseguiu bater Chagas Santos na batalha de 17 de Julho, em Apóstolos. Invadiu Corrientes em 1818; mas a sua carreira terminou no ano seguinte, prisioneiro dos portugueses ao cruzar o Uruguai, como se dirá.

ronel André Latorre, com os contingentes correntinos e entrerrianos, perderia Artigas a campanha, insustentável na linha do litoral. Daí a importância do assalto que Andresito levou a S. Borja, aí cercando o brigadeiro Chagas Santos com uma companhia de catarinenses (1). Salvou-o o tenente coronel José de Abreu, que acorreu a tempo para bater de través os sitiantes; e logo, em Ibirocaí e Carumbé, os brigadeiros João de Deus Mena Barreto e Joaquim de Oliveira Alvares rechassaram o pequeno exercito do caudilho. Atirou Artigas 3.400 homens, á frente Latorre, sobre o acampamento de Catalão — em 3 de 4 de Janeiro de 1817. Foi o seu supremo esforço. De novo interveiu Abreu com a cavalaria, quando mais feroz a batalha, e a decidiu, deixando Latorre no campo 1.200 mortos e prisioneiros. Artigas perdera a fronteira do norte. Não lhe correu mais feliz a luta na de leste. Debalde quiz interessar Buenos Aires na sua causa. O Diretor Pueyrredon estabelecera como condição unir-se a Banda Oriental ás Provincias argentinas. Era-lhe igualmente hostil o Paraguai. Só, sem recursos para se opôr muito tempo ao adversário aguerrido, obrigado a proteger uma região demasiadamente vasta, já não podia contar com o triunfo; contentou-se em retardar quanto pôde a marcha de Lecór; e prosseguiu a guerra até o fim. Vencido Rivera em India Muerta (19 de Novembro), Lecór avançou com lentidão até Montevidéo, que não lhe resistiu: a 20 de Janeiro de 1817 o Cabildo abriu as portas da cidade, para que entrasse como pacificador (2). Maiores dificuldades encontrou o general Silveira, de Cerro Lar-

(1) HENRIQUE BOITEUX, *Anals do 3.º Congresso Sul-Riograndense de Hist. e Geogr.*, p. 2243, Porto Alegre 1940. Os objetos arrecadados das Missões, em 1818, constam da relação publ. pela *Rev. do Inst. Hist.*, XXX, 209-215.

(2) BAUZA, *Hist. de la Dom. Esp.*, III, 670.

go a Minas, contido repetidamente pelos soldados de Otorgués.

A queda da capital, porém, com a notícia, simultânea, de que, na ação das Missões, sacrificara Artigas o melhor de sua gente, significou a conclusão das operações de vulto, a abertura de comunicações pacifistas entre Lecór e Buenos Aires, a rápida substituição do terror, que até aí lavrara pelas adjacências de Montevidéo, por um período de ordem e tranquilidade.

D. João VI conseguiu realizar o seu sonho platino. Anulára sucessivamente os três obstáculos que se lhe opuzeram, a diplomacia de Strangford (1), a desconfiança portenha, a insubmissão artiguista. Por quanto tempo? Desses três embaracos á anexação da Cisplatina, ostensivo apenas era o desafio de Artigas, que continuou na sua planície a bater-se sem repouso (2): por isso mesmo as armas o podiam reduzir, não aos sentimentos autonomistas dos orientais e á aliança de influencias consideraveis, que os protegeria.

(1) Os ministros de cinco côrtes, em nota de 16 de Março de 1817, pasada em Paris, intlmaram Portugal a submeter o caso do Prata á mediação, sob pena de "consequencias terríveis..." Conseguiram porrem Palmela e Marialva "adiar estas aspirações hostis...", LOPES DE MENDONÇA, *Notícia Hist. do Duque de Palmela*, p. 39.

(2) Lecór contemporizou quanto possível considerando que não convinha aos portugueses extinguir o principal pretexto da occupação militar... "...E' prudente conservar Artigas quando ele esteia como agora enfraquecido, e quasi anulado, para o ter como testa de ferro, e fazer iogo com ele á Espanha e Buenos Aires". (Carta para D. João VI, de 30 de Janeiro de 1818, *Anais do Itamarati*, VI, 48-9). A política de Lecór tendia para os "americanos", contra os espanhóes, como acentuou em carta de 9 de Nov. de 1817, *Anais cit.*, VI, 34. E' o que explica a simpatia que soube aliciar, da elite local. Esperava seduzir o proprio Artigas, dando-lhe um posto honorifico. Quanto a Buenos Aires, queria-a independente, mas sem força para agredir, carta de 18 de Dezembro de 1818, publ. por CORBET FRANCE, *Boletín del Inst. de Investigaciones Historicas*, t. XXI, p. 156 (Buenos Aires 1937). Aliás a nota do governo do Rio de Janeiro a Pueyrredón, de 23 de Julho de 1818, positivava o proposito de neutralidade, na eventual guerra com Espanha, dando como provisoria a occupação da Banda Oriental, C. A. PUEYRRÉDON, *Hist. de la Nación Argentina*, VI, 1.ª secção, p. 1015.

CARTAS DE CORSO

No mar, um forte aliado ajudou a resistencia oriental: a "guerra de corso" feita em seu nome (1). Armados geralmente nos Estados Unidos, usando "cartas de corso" fornecidas por agentes platinos, de fáto em aventuras de pirataria nas suas operações surpreendentes, numerosos navios se entregaram, por três a quatro anos, ao assalto da navegação portu-guêsa. Causaram-lhe sensíveis prejuizos.

A OCUPAÇÃO

A ocupação portu-guêsa da Banda Oriental correu pacifica em Montevidéo. Mas, entre 1817. e 1820, prosseguiu a luta, rude e destruidôra, nas Missões e ao longo da fronteira, onde Artigas tinha dois aliados fiéis: Andresito e a população rural. Emquanto aquele indio destemido poude brandir a sua lança, não descançaram os portu-guêses ás margens do Uruguai.

Depois da batalha de Catalão, vendo o marquês de Alegrete que Andresito dominava as Missões ocidentais, entre Yapeyú e São Tomé, mandou incendiá-las pelo general Chagas Santos, que cumpriu cruelmente a diligencia. Em 17 de Janeiro de 1817 passou o rio Uruguai e queimou o "povo" da Cruz.

(1) Em 1821, um bergantim de Artigas roubou o navio em que ia, do Pará para Pernambuco, o pai de Nabuco de Araujo, Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Imperio*, I, 4, Paris. Note-se, que as pilhagens se faziam indifferentemente, pelos corsarios com "patentes" artiguistas e com "patentes" de Buenos Aires, estes em guerra aos navios espanhóis, THEODORE S. CURRIER, *Los Cruceros del "General San Martin"*, ps. 22, 23 e 118, Buenos Aires 1944. Leia-se EDUARDO ACEVEDO, *José Artigas*, ps. 846-7, LEWIS WINKLER BEALER, *Los Corsarios de Buenos Aires*, p. 193, Buenos Aires 1937.

O major Gama Lobo fez o mesmo a Yapeyú (1). Outro destacamento se incumbiu de S. José, Apóstolos, Mártires e São Carlos. Tiveram igual sorte Conceição, Santa Maria Maior e S. Xavier. Entre Janeiro e Março, arderam aquelas igrejas imponentes, o casario que as circundava, os largos edificios deixados pelos jesuitas, cuja obra de civilização e paz foi reduzida aos escombros dessa furiosa devastação (2). Mas Andresito não abandonou o terreno. Concentrou a sua gente nas ruínas do “povo” de Apóstolos. Saú Chagas Santos a desolou-o, porem, em 2 de Julho de 17, fracassou no ataque e retirou, ferido, para S. Borja. Foi uma vingança parcial do indio. Voltou Chagas á luta em Março do ano seguinte, indo tomar S. Carlos, onde acampára o indômito adversário. Distinguiram-se no assalto os catarinenses, cujo major, Camilo Machado Bittencourt, foi ali ferido mortalmente, mas os portuguezes se apoderaram do lugar, forçando Andresito a refugiar-se em Entre-rios. Ali se refez e — em Março de 1819, repassou o Uruguai e ocupou S. Nicoláo. Não poudo Chagas Santos reconquistar esse “povo” — em 9 de Maio — perdendo na ação o tenente coronel de São Paulo, Diogo Arouche de Moraes Lara (autor da “Memoria da

(1) HERNAN F. GOMEZ, *Yapeyú y San Martin*, p. 66, Buenos Aires 1923.

(2) Militarmente, o territorio era inimigo, pois, não obstante a criação, em 1814, das provincias de Corrientes e Entre-Rios, Andresito continuara Comandante Geral das *Missões* dentro da confederação oriental do Paraná, abrangendo o comando todos aqueles “póvos”, HERNAN F. GOMEZ, *op. cit.*, p. 61. Transportou Chagas Santos para S. Borja troféos valiosos: sinos de bronze, 50 arrobas de prata, inumeros ornatos sacros, cavalhadas, móveis, objéto de preço... (Doc. in *Rev. do Inst. Hist.*, VII, 305, e XLII, parte 1.^a, p. 27). Vd. Conego JOÃO PEDRO GAY, *Hist. da República Jesuitica do Paraguai*, p. 404 e segs. Francia, com a habitual astúcia, para tirar aos portuguezes pretexto de incursões no seu território, mandou queimar as missões de sua jurisdição na margem direita do Paraná. A politica de “terra arazada” se estendeu a toda a região “missioneira”.

Campanha de 1816") (1). O proprio Andresito sacrificou os seus exitos, ao procurar unir-se a Artigas, pois, quando vadeava o Uruguai, no passo de S. Lucas, batido por José de Abreu em Itacurubi (6 de Junho), foi surpreendido e preso pelo sargento catarinense Joaquim Antonio Santiago, que lhe poupou a vida e o remeteu para Porto Alegre. Enviado, em seguida, para o Rio de Janeiro, morreu pouco depois (2), e com ele desapareceu a persistente rebelião dos indios "missioneiros".

Sem o auxilio de Andresito, inimigo tanto de Buenos Aires como do Paraguai, Artigas não podia manter-se. Perdêra, em Outubro de 17, vários officiaes de valor, que passaram á Argentina, como Rufino Bauzá e Inácio Oribe. Em Fevereiro de 18 Lavalleja caíra prisioneiro do general Curado. Não melhorou a fortuna do chefe oriental em 1819. Volveu a invadir o Rio Grande, bateu um destacamento de José de Abreu no rio de Santa Maria, mas foi logo obrigado a retirar-se. Decisiva derrota soffreu Latórrre em 22 de Janeiro de 1820, nas pontas do Tacuarembó Chico, com 2 mil homens, rijamente atacados pelo conde de Figueira, capitão general do Rio Grande (3), com as melhores tropas da capitania. Salvou Latorre apenas 600 desse encontro terrivel, que levou José Artigas a refugiar-se em Entre-rios. Recebeu-o o governador da provincia de armas na mão. Em 2 de Março rendeu-se Frutuoso Rivera aos portuguezes (4). Sem mais esperanças, preferiu Artigas abandonar a guer-

(1) Vd. nota de R. Garcia à obra de GAY, *cit.*, p. 412.

(2) GAY, *ibid.*, p. 414. Mas não é verdade que morresse no Brasil. Foi libertado com outros prisioneiros e mandado para Montevidéo pelo navio inglês "Francis", em 7 de Junho de 1821 (doc. cm. por R. Garcia).

(3) Vd. o que do conde de Figueira diz SAINT-HILAIRE, *Viagem ao Rio Grande do Sul*, p. 52.

(4) Vd. TELMO MANACORDA, *Frutuoso Rivera*, p. 65, carta de Le-cór, *Anals do Itamarati*, VI, 126.

ra, e — a 23 de Setembro — se apresentou, com uns 200 soldados, remanescentes do seu exercito, ao posto de Candelaria, no Paraguai, a pedir asilo onde terminasse os seus dias. Deu-lho o Dr. Francia, internando-o em Curuguatí. Nunca mais o “protector de los pueblos” deixou o Paraguai (1).

O governo de Lecór em Montevidéo foi hábil, tolerante, prospero (2). Disfarçou o aspecto militar da ocupação, dando-lhe as brandas apparencias de um acôrdo. Chamou a si os elementos conservadores, atraíu os caudilhos recalcitrantes, mitigou, com a persuasão, a brutalidade da guerra. Viveu a capital dias amáveis, de abundancia, sociabilidade, galanteria (3). Foi por esse tempo que se convencionou a fronteira nova. Cedeu o *Cabildo* ao Brasil os campos entre o Arapetí e Cuaraím, até então despovoados (4) e neles se acomodaram logo muitos “estrangeiros” do Rio Grande, galardoados em prêmio dos serviços militares que acabavam de prestar. Essa faixa territorial seria adjudicada ao Brasil pelos tratados de 1851.

(1) Viveu Artigas no Paraguai até o seu falecimento, em 23 de Setembro de 1850. Repatriados os seus restos em 1856, foram recolhidos ao pantéon nacional, como verdadeiro fundador da nacionalidade uruguaia. Vd. JUAN ZORRILLA DE SAN MARTIN, *La Epopeya de Artigas*; H. D., *Ensayo de História Pátria*, p. 430; ACEVEDO, *José Artigas*, p. 1130.

(2) JUAN ZORRILLA DE SAN MARTIN, *La Epopeya de Artigas*, II, 262, Barcelona 1917. E' sufficiente documento dessa tolerancia as *Instruções reservadas* dadas em 1818 por Lecór a Avilez, governador interino, in F. S. DE LACERDA MACHADO. *O tenente-general Conde de Avilez*, p. 62, Gaia 1933. Não esqueceu Lecór porém, a Colonia do Sacramento, que fez de novo fortificar em 1818-19, pelo engenheiro coronel Francisco Antonio Raposo, docs. cm. por FERREIRA LIMA, in *Brasília*, II, 622.

(3) ISIDORO DE MARIA, *Montevidéo Antigo*, II, 80, S. D. PASCUAL, *Apuntes para la Historia de la Republica Oriental*, I, 51, Paris 1854; P. CALMON, *O Rei do Brasil*, 2.ª ed., p. 195. A prova da simpatia conquistada pelos portugueses está na mensagem de despedida da Camara de Montevidéo, de 27 de Fevereiro de 1824, F. S. DE LACERDA MACHADO, *op. cit.*, p. 10.

(4) A sessão feita em 30 de janeiro de 1819, foi confirmada em 1821 pelo Congresso Cisplatino, quando declarou a anexação da Banda Oriental à coroa portugüesa, FERNANDO OSORIO, *História do General Osorio*, I, 453, Rio 1894.

Em 1821 finalmente — sobrevinda a revolução liberal — achou Lecór que era o momento de prender a Cisplatina à corda portuguesa por um ato solene. Sugeriu que se pronunciasse sobre esse plano um congresso de dezoito representantes, e este, reunido em 16 de Julho, sob a presidencia do intendente don Juan José Duran, decretou a incorporação (1).

(1) CALOGERAS, *op. cit.*, I, 453; EDUARDO ACEVEDO, *Anales Historicos del Uruguay*, I, 280, Montevidéo 1933. Note-se que a cõrte portuguesa não ratificou a incorporação. A Cisplatina passou a pertencer, com a vitória, subsequente, de Lecór, sobre a *Divisão dos Voluntários Reals*, ao Brasil, que tomou os encargos da conquista.

A noticia da anexação foi publicada na Bahia antes do Rio, o que indignou *A Malagueta*, n. 6, jan. de 1822. A 26 de Abril desse ano foi D. Lucas José Ôbes pedir para ela o beneplacito régio, mas ficou no Rio, onde aderiu à Independencia.

José Bonifacio indica, em carta de 1826, que o seu plano então fõra retirar Lecór "e fazer o pais, gozar dos beneficios da liberdade constitucional...), *Cartas Andradinas*, *An. da Bibl. Nac.*, XIV, 15.

PROSPERIDADE GERAL

A exemplo do que sucedia no Rio de Janeiro, as capitanias respiraram, com largo fôlego, a nova atmosfera de liberdade economica, de "ilustração", mercantilismo e trabalho.

O CONDE DOS ARCOŞ NA BAHIA

Serve de indice ao periodo o governo do conde dos Arcos na Bahia, entre 30 de Outubro de 1810 e 26 de Janeiro de 1818. Foi de todos o mais activo e o mais inteligente, pois se multiplicou em obras públicas, cultura, riqueza, instrução e arte, como nenhum outro governo no país até então (1). Começou pelos ornatos intellectuais, fundando a Bibliotéca (2), com o periodico "Idade de Ouro" a imprensa infor-

(1) O predecessor, condé da Ponte, falecera na Bahia em 24 de Maio de 1809. Pedira à Camara da cidade, em 1807, o parecer sobre as necessidades do commercio e da produção, ouvidos o des. João Rodrigues de Brito (que em Maio de 1812 se retirou) e outras pessoas cujos escritos constituem *Cartas Economico-políticas sobre a Agricultura e o Comercio da Bahia*, Lisboa 1821, 2.a ed., Bahia 1924. Rodrigues de Brito, deputado às Cortes em 1821, apresentou um projecto de criação de tres cadeiras obrigatorias de Economia Politica, MOSES AMZALAK, *Do estudo e da evolução das doutrinas economicas em Portugal*, p. 37. Um anonimo escreveu em 1807 curiosa carta a Anadia, dizendo que só assim podia enumerar os males da provincia, enquanto os demais os descreviam tímida e insinceramente..., doc. ms. no *Arq. Hist. Col.*, Lisboa, Papeis avultos.

(2) Maior beneficio não podia fazer-se..., R. SOUTHEY, *Historia do Brasil*, trad. bras., VI, 439, Rio 1862. O autor do prospecto, que por isto recebeu do Príncipe especiais louvores, foi o coronel Pedro Gomes Ferrão. Abriu-se lista de subscriptores, em dinheiro e livros, em

mativa (1), o melhor Teatro da colônia — e de São João (2), a Praça do Comercio (3), 24 cadeiras de

que figuram os principais da terra, como Alexandre Gomes Ferrão, o P. Francisco Agostinho Gomes, cuja cultura liberal tanto incomodara o governo de D. Fernando José de Portugal. Introduzira esse em 1804 o primeiro gado de raça que entrou na Bahia, MIGUEL CALMON, *Ensaio sobre o fabrico de açúcar*, p. 1834 e foi gabado por Martius e o príncipe Maximiliano. A idéia de subscrição para formar a Biblioteca fora adotada por Franklin em Philadelphia, MIGNET, *Vie de Franklin*, p. 71. Paris 1848. A *Idade de Ouro* nos primeiros meses encheu-se de informações sobre a sua criação. Dela fez *Catalogo analitico* com sabio prólogo o director, Dr. Antonio Ferrão Moniz (1813-87), Bahia 1877. O edificio ardeu, com as suas melhores obras, em 10 de Janeiro de 1912. Foi reconstruido em 1918.

(1) C. R. de 5 de Jajn. de 1811 permitiu a instalação de uma tipografia, a segunda do país, que em 14 de Maio passou a publicar *Idade de Ouro*, propriedade de Manuel Antonio da Silva Serva, e direcção do padre Inacio José de Macedo — que em 1823 se retirou com as tronas de Madelra, para figurar distintamente nas lutas liberais de sua pátria redigindo o *Velho Liberal do Douro* e, em 1834, *Considerações sobre as causas da elevação e decadencia da monarchia portuguesa*. Lisboa.

Em 1812 imprimiu aquella typografia *As Vortedades*, primeira revista litteraria do Brasil (10 de Fevereiro), redigida por Diogo Soares da Silva de Bivar, ALFREDO DE CARVALHO, in *Rev. do Inst. Hist. da Bahia*, n. 34, p. 76.

Sobre esses primordios, ALBERTO LAMEGO, *Mentiras Históricas*, p. 38, Rio e HELIO VIANA, *Contribuição à Historia da Imprensa Brasileira*, p. 18, Rio 1945.

E' verdade que Linhares mandou apreender, em 4 de Set. de 1811, o material typografico que de Londres fora enviado para a Bahia, BRAZ DO AMARAL, *Rev. do Inst. Hist. da Bahia*, n. 54, p. 108.

No n. de 13 de Maio de 1811 da *Idade de Ouro* ha noticia dos primeiros trabalhos da officina de Silva Serva, que editou numerosos livros, entre estes, em 1816, *Memória sobre os conhecimentos necessários a um officio militar*, do cap. Teodoro José Guilherme de Sá, dedicado ao conde dos Arcos (ex. por intermedio do A. oferecido pela sra. condessa de S. Miguel ao Inst. Hist. da Bahia, em 1946).

(2) A construção do Teatro foi iniciada em 1806 pelo conde da Ponte. Inaugurou-se em 13 de Maio de 12, com o drama *A Escocesa*, descrição in *Idade de Ouro*, e M. QUERINO, *Rev. do Inst. Hist. da Bahia*, n. 35, p. 120. SILIO BOCANERA JR., *O Teatro na Bahia*, ps. 59-60, Bahia 1915, D. J. A. REBELO, *Corografia do Brasil*, p. 167, Bahia 1828, e em 1817, Ferdinand Denis, vd. A. TAUNAY, *Na Bahia de D. João VI*, p. 181.

Desapareceu em 1923, num incendio que lhe completou a destruição depois de ter sido, tanto tempo, o procênio cívico da cidade.

(3) Começaram em 1811 as subscrições e inaugurou-se em 28 de Jan. de 1816, com baile fulgurante, de que ha opusculo narrativo. O architecto foi o tenente coronel Cosme Damião da Cunha Fidié, P. Luiz Gonçalves dos Santos, *Memórias* etc., III, 543. "A Bahia tem a gloria de ser a primeira cidade do Brasil que levantou uma Praça de Comercio..." Foi entregue à Associação Commercial em 1847, B. do Amaral, nota a ACCIOLI, *Mem. Hist.*, 236-7. Apresentava a novidade do estilo

primeiras letras e humanidades, aula de commercio (1), aula de desenho ciivil (2), correio terrestre para o Maranhão, navegação do Jequitinhonha... A velha cidade, mal arrumada nas suas encostas ingremes, precisava desafogar-se: o conde dos Arcos começou a mudá-la para a península de Itapagipe (3)... Não esqueceu as estradas de penetração, a regeneração da lavoura pelo plantio da cana de Caiêna e do fumo de Virginia (4), os modernos mecanismos para o fa-

inglês rompendo com a tradição barôca luso-colonial. E' a mais bela casa do Brasil, disse um viajante... Mostrámos alhures que está vazada no mesmo gosto arquitetónico do edificio da Historical Society, de New Haven, Estados Unidos (*A Tarde*, Bahia, 28 de Agosto de 1941).

(1) Alv. de 15 de Julho de 1809, ACCIOLI, *op. cit.*, III, 53.

(2) Aberta em 20 de Maio de 1813, secretariou-a a partir de 26 de Abril de 24 o grande plntor Franco Velasco, professor substituto desde 21 de Nov. de 20, *Livro de Matriculas* ms. no arq. do Ginásio da Bahia, inédito.

Não havia ainda ginásio, mas a ele se referem o príncipe Maximiliano e von Martius. Era o Collegio Boa Sorte, talvez o segundo do seu genero, cujo florescimento a *Idade de Ouro* elogou no n. de 11 de Agosto de 1812. O primeiro foi o *Colégio da Educação da Mocidade*, que fundou o governador D. Rodrigo José de Menezes, conforme atestado que em 1798 passou a José Francisco Cardoso, ms. in *Arq. Hist. Col.*, Lisboa.

Para o Seminario de meninos orfãos, depois de S. Joaquim, pediu o Irmão Joaquim Francisco do Livramento, que o fundou, a capela de S. José e seis casas em 10 de Dez. de 1804, ms. no *Arq. Hist. Col.*, Lisboa. A Casa Pia e Collegio dos Orfãos de S. Joaquim foi instalada no actual edificio em 12 de Out. de 1825.

(3) A casa do Noviciado (dada em 1818 para o Colégio dos Orfãos do Irmão Joaquim) chegou a ser reedificada para as sessões do governo e tribunais, F. V. VIANA, *Memória sobre o Estado da Bahia*, p. 640, Bahia 1893. Os desabamentos que affligiram a Bahia, aterrorizando-a, em 1813, induziram o conde a projetar a mudança. Engenheiros da terra, e os que do Rio foram para estudar o problema, construíram as muralhas de sustentação que dão à cidade, vista do mar, o vigoroso aspecto de fortaleza, que lembrava Lisboa, como a viu o arquiduque Maximiliano d'Austria, *Mémoires*, trad. de J. Gaillard, II, 171, Paris 1868. O bairro de Itapagipe ganhou belas edificações, cujo traço moderno contrastou com a vestuta architectura da cidade-baixa. Mas fracassou a idéia do deslocamento da cidade.

(4) As sementes da Virginia, enviadas do Rio, chegaram à Bahia em 4 de Março de 1810, Góes Caimon, pref. à 2.ª ed. *Cartas Economico politicas*, ps. 12-4. Outras, em 1800, mandára D. Rodrigo ao governador D. Fernando, e prendiam-se à viagem de Hipólito da Costa aos Estados Unidos no ano precedente.

brico do açúcar (1), um delicioso Passeio Público, como em Coimbra e no Rio (2)... A fundação das indústrias mais necessárias (3), as pesquisas mineralógicas (4)... Ao crescimento da cidade correspondia o das povoações do Reconcavo (erigidas em comarca, em 1810, as vilas de Santo Amaro, de S. Fran-

(1) MIGUEL CALMON, *Ensaio sobre o fabrico do açúcar*, p. 177, Bahia 1834. As primeiras máquinas foram introduzidas em 1815, por Pedro Antonio Cardoso e pelo barão de Maragogipe. Mas já de muito se procurava melhorar a indústria com sucessivos aperfeiçoamentos. Em 1 de Dez. de 1800 louvou D. Rodrigo a proposta da Mesa de Inspeção, da Bahia, para subscreverem os senhores de engenho 24 mil francos com que se pagaria a máquina dos franceses Lafosses, ms. no Arq. Hist. Col., Lisboa e outros patricios dejes ali residentes prometiam equivalentes inventos.

Junte-se a esta série de inovações a barca de vapor que em 1810 correu entre a Bahia e Cachoeira, por iniciativa e a esforços do marechal Felisberto Caldeira (Barbacena) e outros, que obtiveram o privilegio dessa navegação de vapor por Dec. de 3 de Agosto de 1818 (EDGARD FALCÃO, Rev. do Inst. Hist. da Bahia, n. 62, p. 190).

Dos melhoramentos do período falam principalmente o príncipe Maximiliano, *Viagem ao Brasil*, trad. de O. Pinto, p. 451, e von MARTIUS, *Através da Bahia*, trad. de Pirajá da Silva, 2.^a ed., p. 63, Bahia 1928.

(2) Descrição in *Idade de Ouro*, reportando-se à inauguração em 12 de Outubro de 1811. No Passeio Publico em 1815 foi instalado o obelisco (primeiro monumento de oração pública erigido no Brasil) com que governo e commercio quizeram celebrar a feliz chegada do príncipe regente. Embora diminuído e modesto, mantem-se quasi como uma dependencia do *palacio da Aclamação*, o velho horto do conde dos Arcos...

Foi nomeado para dirigi-lo, e ao mesmo tempo professor de agricultura, por acto de 25 de Janeiro de 1812, do conde de Aguiar, Domingos Borges de Barros, futuro visconde da Pedra Branca (PRIMITIVO MOACYR, *A Instrução e o Imperio*, e ERNESTO DE SOUZA CAMPOS, *Educação Superior no Brasil*, p. 147, Rio 1940. O jovem bacharel, vindo de França, primeiramente suspeitado do conspirador, cairá nas graças do onde de Linhares, que o recomendou ao dos Arcos em carta, ms. no arq. deste, em Lisboa (que copiamos em 1945).

(3) Siqueira Nobre montou na Jequitiaia a sua fábrica de vidros, Antonio Vieira da Costa no Bomfim uma de cordoaihas... A *Idade de Ouro*, n. de 13 de Maio de 1811.

(4) Grafitos e lenhitos na Bahia foram vistos em 1816, pelos engenheiros Feldner e d'Alincourt, depois por Spix e Martius, mas não revelaram presença de carvão, como dissuadiu J. Parigot em 1841, ACCIOLI, *Memo. Hist.*, VI, 140. Aos terrenos carboníferos a que os primeiros se referiram não reconheceu este tal natureza, negando pudesse haver hulha, como acreditavam os sábios bávaros, MARTIUS, *Através da Bahia*, p. 104. Pesquisas de cobre, cuja mineração propuzera Francisco Agostinho Gomes em 1800 (ms. no Arq. Hist. Col., Lisboa) e outras, que empreendeu, por ordem do governo, Manuel Ferreira da Camara, não tiveram seguimento.

cisco, de Maragogipe, de Jaguaripe e Rio das Contas); e essa vibração de progresso se estendeu a todo o vasto interior. A alta dos produtos sertanejos, a começar pelo algodão, completou os estímulos daquele pródigo govêrno, animando, como por milagre, os antigos caminhos e os arraiais humildes: foi um movimento geral de riqueza que se acentuou mais vivamente no nordêste do país.

NORTE E SUL

O povoamento das capitaniãs do norte justificou-lhes a descentralização. Já era necessária, em 1810, uma comarca do Sertão de Pernambuco, a séde em Cimbres, desmembrada, tres anos depois, noutra, do Rio de S. Francisco, a séde na vila da Barra (1). Consequência imediata da revolução de 1817, foi a separação da capitania das Alagoas (2), destacada da Paraíba a do Rio Grande do Norte (18 de Março de 1818), com a sua autonomia, a exemplo do

(1) O *alv.* de 15 de Jan. de 1810 creou a comarca do Sertão, que tirava á de Jacobina (c. r. de 5 de Dez. de 1725) a freguezia da Barra. Já o termo de *Minas Novas* fôra anexado á capitania das Minas Gerais em 1747. Em 1811 foram elevados a vila os povoados de Fiores e Pilão Arcado. *Alv.* de 3 de Junho de 1820 fundou a comarca do S. Francisco (vilas da Barra e Pilão Arcado, povoados de Campo Largo e Carinhonha). Em virtude da revolução de 1824, *decr.* de 7 de Julho desse ano mandou incorporá-la provisoriamente á de Minas, a que se seguiu o *decr. legislativo* de 15 de Out. de 1827, que a ajuntou á Bahia, em cuja dependência permance, com o voto, entre outros, de Bernardo de Vasconcelos, *Carta aos srs. eleitores*, 1828, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano IX, IX, p. 196. E' abundante a bibliografia da questão, encerrada, vd. ULISSES BRANDÃO, *Pernambuco versus Bahia*, p. 59 e segs., Recife 1927, BARBOSA LIMA SOBRINHO, *Pernambuco e o S. Francisco*, p. 191 e segs. Recife 1929. Cremos que o primelro documento a este respeito foi a representação do governador da Bahia Francisco da Cunha Menezes (3 de Set. de 1805) contra o de Pernambuco, que pretendia os julgados do Campo Largo, Rio Preto, Carinhonha e Pilão Arcado decidindo o Conselho Ultramarino pelo "statu quo" em 21 de Jan. de 1806, ms. no Arq. Hist. Col., Lisboa.

(2) *Alv.* de 16 de Set. de 1817; *Sec. do Gov. de Pernambuco, Docs. do Arq.*, 1, 47.

Ceará em 1799 (1). O Piauí foi desmembrado do Maranhão (11 de outubro de 1811), e, no ano seguinte, criada a Relação desta última capitania: a terceira do Brasil (2). Foi erigida em 1820 a de Sergipe (3). O cultivo do algodão corrigia a tendência da lavoura canavieira, para imobilizar-se á beira-mar, nas várzeas do reconcavo: incentivava a abertura de caminhos, enriquece as vilas do interior, irrompe pelo nordeste. Prosperam, nesse período, os lavradores da Paraíba (4), do Ceará (5), do Maranhão (6). A vida em Pernambuco voltara a activar-se, com o surto mercantil, a franca exportação, as construções urbanas (7). ◊

O algodão está para o norte como o café para o sul.

(1) *Secr. do Gov. de Pernambuco*, Docs. de Arq. 23 e 1, 122; *Col. da Lus.*, III, 107.

(2) Resolução de 23 de Agosto de 1812, P. LUIZ GONÇALVES DOS SANTOS, *Mem.*, I, 386.

(3) Vd. sobre o seu desenvolvimento FELISBELLO FREIRE, *História de Sergipe*, p. 205, Rio 1891, e P. MARCOS ANTONIO DE SOUZA, *Memória sobre a capitania de Sergipe*, ano de 1808 (Aracajú 1944). Tinha em 1808, 72.236 hab., 7 vilas, 11 freguezias. Foi separada da Bahia por decr. de 7 de Julho de 1820.

(4) IRENEO JOFFILY, *Notas sobre a Paraíba*, p. 115, Rio 1892.

(5) Ten. cor. JOÃO DA SILVA FEIJÓ, *Memória económica sobre a raça do gado lanigero da capitania do Ceará*, p. XII, Rio 1811. O primeiro navio que levou directamente os productos do Ceará para Lisboa, foi em 1809 a galera "Dois Amigos", JOÃO BRIGIDO, *Rev. do Inst. do Ceará*, XXVI, 92. Tonellare diz que dois ou tres navios de Lisboa all aportavam todos os anos, *Rev. cit.*, XXII, 274. *Note-se que o commercio directo fóra permitido em 1799*. B. DE STUART, *Notas para a Hist. do Ceará*, p. 491, Lisboa 1892. Era de 130 mil almas a população em 1810, STUART, *Rev. do Inst. do Ceará*, XXII, 368.

(6) Caxias, villa em 1811, chegou a exportar de 25 a 30 mil sacas de algodão (de 5 a 6 arrobas), OLIVEIRA LIMA, *Dom João VI no Brasil*, I, 156. Com a abertura dos portos, aumentou tanto a lavoura e commercio, que no ano seguinte se exportaram do Maranhão 402 mil arrobas d'algodão e 376 mil de arroz", Fr. FRANCISCO DE MENEZES, *Poranduba Maranhense*, *Rev. do Inst. Hist.*, LIV, 119. O preço tornou-se excelente em 1817: 47\$ a 10\$ a arroba de algodão, *ibid.*, p. 120.

(7) HENRY KOSTER, *Viagens ao nordeste do Brasil*, trad. de Camara Cascudo, ps. 37 e segs., S. Paulo 1942. "Da exagerada procura pelos ingleses", na Bahia, fala MARTIUS, *Através da Bahia*, p. 87.

De 80 a 90 mil sacas já era a remessa anual, do Recife para as fábricas inglesas (1). O khediva do Egipto importa sementes de Pernambuco (2). Até a normalização das relações entre a Inglaterra e os Estados Unidos, o preço do algodão brasileiro paga fartamente a lavoura, que se expande, e o commercio, que a encoraja e custeia. E' então umã riqueza de vida curta, porque depende da ausencia, nos mercados, do grande concorrente: mas de benéfica e larga influencia.

"...Num espaço de 230 legoas: seis pequenas cidades, das quais Paraíba é a maior, as outras apenas comparaveis ás aldeias francêsas; uns vinte povoados de 200 a 400 habitantes..." — descreveu Tollenare, indo de Pernambuco ao Ceará, em 1816 (3).

Rápido desenvolvimento apresentavam as capitánias do sul, graças aos movimentos de tropas, aos gados, e ás "xarqueadas", que abasteciam de carne sêca as praças do norte (4).

(1) KOSTER, op. cit., 38. A Inglaterra recebera em 1800, 30.593 sacos de algodão do Brasil, e 48.342 dos Estados Unidos, mas em 1807 do Brasil só lhe foram 18.981, enquanto que aos Estados Unidos 171.267, *Correio Brasiliense*, I, 57, Londres 1808. A exportação de Pernambuco, entretanto, de 26.877 volumes em 1817, saltara para 65327 em 1813, PEREIRA DA COSTA, in *Trabalhos da Conferencia Açucareira*, p. XXII, Recife 1905.

(2) FRANCISCO ANTONIO DE ALMEIDA, *Da França ao Japão*, p. 20, Rio 1879.

(3) *Rev. do Inst. do Ceará*, XXII, 275. Fortaleza teve juiz de fôra em 27 de julho de 1816. Os calculos de população a esse tempo toram revistos pelo cons. Antonio Rodrigues Veoso de Oliveira, que estimou em 2.697.099 a do Brasil, *A Igreja do Brasil*, in *Rev. do Inst. Hist.*, XXIX, 128, 1866.

(4) Estatística in Saint-Hilaire, cf. dados de Antonio José Gonçalves Chaves, *Viagem ao Rio Grande do Sul*, trad. de L. de Azeredo Pena, p. 132-3. Mesmo para Cuba (cuja escravatura se alimentava à maneira da Bahia e Pernambuco), iam dali 74.230 arrobas de xarque em 1816. Para a Bahia, principal mercado, 236.371, para Pernambuco 215.136, para o Rio de Janeiro 169.879 (ano de 1816). O total desta exportação era então de 707.116 arrobas. Em 1805 fôra de 574.051. Em 1819 para em 577.060. Numerosos barcos faziam esse commercio. Foi

Capitania em 1808 (data da elevação de Porto Alegre á categoria de vila) (1), o Rio Grande do Sul se povoára depressa. Em 1814, transpuzeram a barra 333 barcos. A sua exportação pecuaria, de 828 contos em 1816, subiu a 1.394 em 1822 (2). Com 50 mil habitantes em 1800, tinha, 22 anos depois, 106 mil (3). Continuava pobre a capitania de São Paulo (4), com alguns engenhos de açúcar em

num deles, em 1837, que Bento Gonçalves fugiu, da Bahia para o Rio Grande.

O contrabando na fronteira alcançára indices consideraveis. Em 1808, calculava-se em 60 mil os escravos vendidos em vinte anos para Montevidéo, MANUEL ANTONIO DE MAGALHÃES, *Almanaque da Vila de Porto Alegre, Rev. do Inst. Hist.*, XXX, 47. Descreve este as quatro freguezias da capitania áquella data: Rio Grande com 9 mil almas, Rio Pardo, Triunfo e Porto Alegre com 6 mil.

(1) Alv. de 23 de Agosto de 1807 creou o juizado de fora de Porto Alegre; o Alv. de 16 de Dez. de 1812 elevou a vila a cabeça de comarca, passando para ella o ouvidor de Santa Catarina, P. LUIZ GONÇALVES, *Mem.*, I, 398. Lela-se *Almanach da Vila de Porto Alegre*, com reflexões sobre estado da capitania do Rio Grande do Sul, de Manuel Antonio de Magalhães, 1808 (Boletim Municipal, ano II, n. 5, p. 249 e segs. notas de W. Spalding, Porto Alegre 1940).

(2) O commercio de muares era principal, estimando-se em 30 mil o numero dos que, todos os anos, saíam para S. Paulo. Vd. ROBERTO SIMONSEN, *História Economica do Brasil*, I, 272, S. Paulo 1937. Não acompanhava essa animação o desenvolvimento intelectual, pois, como em 1823 lamentou GONÇALVES CHAVES, *Memórias Economico-políticas*, até 1820 só havia uma aula de latim em Porto Alegre e nenhuma de primeiras letras paga pelo governo... Em 1821 abriram-se uma aula de Filosofia racional e duas de latim, respectivamente em Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo. Em 1808, porem, cf. MAGALHÃES, *Almanaque*, havia uma aula de gramatica e duas escolas de ler e escrever. *Rev. do Inst. Hist.*, XXX, 73.

(3) S. Paulo tinha 200.000 habitantes, PAULO JOSÉ MIGUEL DE BRITO, *Memória política sobre a Capitania de Santa Catarina*, p. 20, Lisboa 1829, Golaz 50 mil, Mato Grosso 18 mil, Santa Catarina, em 1812, 31 mil, AIRES DE CASAL, *Corographia Brasileira*, I, 133, a comarca de Curitiba, um ano depois 436.104, PIZARRO, *Mem. Hist.*, VIII, e SAINT-HILAIRE, *Vlagem no interior do Brasil (Paraná)*, trad. de David Carneiro, p. 155, Curitiba, 1931.

(4) A cidade de S. Paulo contava em 1812, 23.760 hab., CASAL, *op. cit.*, mas a decadencia da capitania era deploravel, MACHADO D'OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 182. Entre 1810 e 16 ainda se faziam viagens de reconhecimento ao gentio *catapó* nas margens do Paraná, *Documentos Interessantes*, III, 132-144. Alv. de 2 de Dez. de 1811, creou a Nova Comarca de Itu, SILVA LISBOA, *Sinopse da Legislação*, p. 122, ed. do Arq. Nac., Rio 1940. A cidade de S. Paulo só teve juiz de fora em 13 de Maio de 1810.

Campinas, as feiras de Sorocaba retumbantes da crescente afluência dos muares vindos do sul, pelo longo caminho de Vacaria, Rio Negro, Lapa e Itararé (1). A comarca de Paranaguá (em 1812 instalada em Curitiba) beneficiava-se das grandes fazendas, da passagem dos gados pelos "campos gerais" e da exportação da herva mate, tão cara aos "gaúchos" (2). A réceita de Santa Catarina não ia além de 35 contos em 1810 (3).

Compreende-se a transformação. Os preços do açúcar continuavam excelentes e se faziam novos engenhos (4). Aumentára porém, era cada vez maior o interesse dos mercados estrangeiros pelo café, em 1794 producto raro (do Rio saíam 306 sacas), em 1820 — o principal das serras fluminenses (5).

(1) Ao tempo de Saint-Hilaire, vendiam-se em Sorocaba 20 mil burros todos os anos, numero que subiria a 40 e 50 mil, com um giro de 2 a 3 mil contos, F. L. D'ABREU MEDEIROS, *Curiosidades Brasileiras*, 1.^a parte, p. 2, Rio 1864. Ainda em 1852 vendiam-se na feira da Sorocabana 20 mil mulas. ALUIZIO ALMEIDA, *Rev. do Inst. Hist.*, n. 186, Jan. Março, 1945, p. 157. SAINT-HILAIRE, DANIEL PEDRO MULLER, no *Ensaio dum quadro estatístico da provincia de S. Paulo*, Hercules Florence, dão-nos conta da prosperidade açucareira de Campinas e Jundiá.

(2) AIRES DE CASAL, *ibid.*, I, 163, Sobre a decadencia de Paranaguá em 1812, ANTONIO VIEIRA DOS SANTOS, *Memória Histórica... da cidade de Paranaguá*, p. 219, Curitiba 1922. A mudança da ouvidoria obedeceu á c. r. de 19 de Fev. de 1812, FRANCISCO NEGRÃO, *Genealogia Paranaense*, I, 146, Curitiba 1926. Ninguém resumiu melhor o isolamento daqueles campos gerais do que SAINT-HILAIRE, *Viagem no interior*, cit., p. 151, impressionado pelas correrias dos índios que ainda, áquele tempo, embaraçavam as comunicações no planalto.

(3) PAULO JOSÉ MIGUEL DE BRITO, *Mem. pol. sobre a cap. de Santa Catarina*, p. 20.

(4) E' o caso de Campos, onde até 1783 havia 278 engenhos, numero elevado a 400 em 1819, cf. *Memória topográfica e história*, de JOSÉ CARNEIRO DA SILVA, Rio 1819. Em Pernambuco subiam a 500 em 1818 (a exportação, de 4.271 caixas em 1808, andava por 9 mil em 1816, a arba vendida a 1\$6), PEREIRA DA COSTA, in *Trabalhos da Conferencia Açucareira do Recife*, p. XXV, Recife 1905. 561 engenhos havia na Bahia em 1821 (incluidos os de Sergipe), com a produção global de 46.310 caixas, MIGUEL CALMON, *Ensaio sobre o fabrico do açúcar*, ps. 180-1.

(5) "O cafezeiro, naturalizado no governo do conde de Bobadela, por diligencia dum Magistrado, tem-se multiplicado prodigiosamente, e earlquecido muita gente". A. DO CASAL, *op. cit.*, II, 17.

São cifras eloquentes as de Minas Gerais, cuja exportação foi de 9.700 arrobas em 1819 e de 81.400 dez anos depois (A. TAUNAY, *His-*

PROVINCIA DO RIO

Entre 1801, data da fundação da vila de Rezende, no vale do Paraíba, donde as plantações se foram estendendo para o norte de São Paulo, e 1820, quando surgiu a vila do Patí do Alferes, numerosas povoações se formaram na zona que seria, no Imperio, a de maior condensação de escravatura, de politica conservadôra, de riquêza agricola. Compreendia o vale do Paraíba, de Rezende a Paraíba do Sul, com as vilas de S. João Marcos (Alvará de 21 de Fevereiro de 1811) e Cantagalo (9 de Março de 1814) como limites da expansão cafêzista, apartada do trecho navegavel do rio, em cu'as margens — de Campos dos Goitacazes — verdejavam os canaviais. O traçado da penetração, através das serras da Estrela e do Tinguá, com o estabelecimento, subsequente, de populosas fazendas de café, desbravou em pouco tempo, a partir de 1808 (ano da construção da capella de Valença pelo pioneiro José Rodrigues da Cruz) (1), tanto as várzeas do Paraíba, inçadas de indios "coroados" (2), como ambas as vertentes da-

toria do Café, II, 358). Vd. nossa *Hist. Social do Brasil*, II, 144. Na *opinião do diplomata St. Priest*, 12 de Out. de 1834, "a balança pendera para o café" em 1830, assinalando que no exercicio de 1832-33, o imposto de exportação, de 505:930\$975 para o açúcar, fôra de 730:852\$004 para o café (A. RANGEL, *No Rolar do tempo*, p. 57, Rio 1937). Diz-nos que, pelo porto do Rio de Janeiro, saíram em 1820 97.500 sacas, em 1830, 395.785. Ainda em 1835, pelo porto de Santos o açucar exportado valia 1.180 conos e o café apenas 266... Oeste e sul de S. Paulo produziram naquele ano 566. 949 arrobas de açúcar e 76.049 de café. Já então o norte da provincia dava 423.773 arrobas de café!

Sobre o periodo, ROBERTO SIMONSEN, *Historia Economica do Brasil*, II, 301 e segs.

(1) JOSÉ MATTOSO MAIA FORTE, *Memoria da fundação de Vasouras*, p. 12, Rio 1933. Da entrada de 3 mil colonos nas terras limpas dos "botocudos" se falava em 1811, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, XVIII, 302. Sobre o café na paisagem fluminense, LUIZ AMARAL, *Historia Geral da Agricultura Brasileira*, III, 84 e segs., S. Paulo 1940.

(2) A. DO CASAL, *op. cit.*, II, 33. Foi relevante o serviço prestado pelo inspector dos indios, Guido Tomaz Marilêre, no povoamento, assim

quela linha de montanhas, entre as nascentes do Pirai (seja, Angra dos Reis) e a planície de Campos. A estrada das Minas, aberta por Garcia Rodrigues Paes, se seguiram a do *Comercio* (1811-22), entre Rio Preto e a côrte (1) e a da *Polícia*, através da serra do Tinguá. Duas cidades e 12 vilas tinha esta Província do Rio de Janeiro por 1816, com a circumstancia de já então algumas de suas fazendas e dos engenhos de açúcar valerem por outras tantas localidades, de animada vida social, a que não faltaria, um quarto de seculo mais tarde, o lustre das comodidades e elegancias próprias duma aristocracia orgulhosa (2).

MINAS GERAIS

O processo evolutivo nas Minas Gerais foi mais tranquilo e seguro. Esvanece-se a miragem do ouro, a liberdade de trabalho, por isto mesmo, derroga as crueis proibições do regime das Intendencias, cream-se os Juizados, desmembram-se as comarcas imensas, a riqueza converge para o velho caminho do Paraíba. De S. João del-Rei, primitiva comarca do

do vale do Paraíba como do Rio Doce, doc. in *Rev. do Arq. Publ. Mineiro*, ano X, 419.

(1) Distinguiram-se na abertura da estrada do Comercio os engenheiros militares Conrado Jacob Niemeyer e Soares de Andréa. Foi a que trilhou SAINT-HILAIRE, *Viagem pelas prov. do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, trad. de Ribeiro Lessa, 1, 26.

Foram creadas sucessivamente as vilas de Macahé (29 de Julho de 1813), Maricá (26 de Maio de 1814), o Julzado de fóra de Cabo Frio (20 de Maio de 1815).

(2) Vd. in A. do Casal o catalogo das povoações em 1816. A descrição que Charles Reibeyrolles fez de Vassouras (vila em 1833) ilustra essa paisagem h'istórica e a documenta, *Brasil Pitoresco*, 1, 189, trad. de Gastão Penailva, S. Paulo 1941. "...Pareceu presentir as Tulherias. Era uma fazenda, o Secretario", *ibid.*, 11, 191.

Alvarás de 27 de Junho de 1808 crearam os julzados de fóra de Ilha Grande e Parati, e da vila de Macacú e Magé, SILVA LISBOA, *Sinopse*, 2.^a ed., p. 124.

Rio das Mortes, se tinham destacado as vilas de Queluz, Tamanduá e Barbacena. Constituiu-se a da Campanha (1). Sabará, S. João del-Rei, Vila Rica e Vila do Príncipe ganharam o seu juiz de fóra (6 de Dezembro de 1811). Viéram depois Pitanguf, Paracatú, comarca por alvará de 17 de Maio de 1815, logo, a 15 de Julho, engrandecida com os julgados de Araxá e Desemboque, tirados à capitania de Goiaz (2)... A éra agricola, preconizada melancolicamente pelos mineiros ilustrados do fim do século (3), substitúe com alvoroço e abundancia o ciclo das faisqueiras e das *grupiáras*. O silencio começa a invadir os povoados célebres por seus córregos auríferos, as opulentas vilas de outr'ora (4), e brotam, e encorçam, e multiplicam-se, as fazendas de plantio e criação em que se fixam as familias poderosa (5). A dispersão rural sucede à concen-

(1) ALFREDO VALLADÃO, *Campanha da Princesa*, I, 150 e segs., Rio 1937. O auto da criação da vila, 26 de Dez. de 1798, in *Rev. do Arq. Publ. Min.*, I, 470-2, e VALLADÃO, *ibid.*, I, 162. O original autógráfo, a planta da localidade, e uma copia, constam de dois *codices* ms. no *Arq. Hist. Col.*, Lisboa, oferecidos ao Príncipe Regente ou a D. Rodrigo de Souza Coutinho.

(2) Os ricos campos de Uberaba e Araxá tornaram-se valhacouto de escravos fugidos, e logo um centro pastoril de grande esperança, como reconheceram ESCHEWEGE, AUGUSTO DE SAINT-HILAIRE, *Viagem às nascentes do Rio S. Francisco e pela Provincia de Goiaz*, I, 222, trad. de C. Ribeiro Lessa, S. Paulo, que os fazendeiros queriam pertencesse a Minas, AMERICANO DO BRASIL, *Súmula de História de Goiaz*, p. 91, Goiaz 1932, pela vantagens que esta capitania lhes dava. Creou-se com isto o Triangulo mineiro.

(3) JOSÉ VIEIRA COUTO, *Memória sobre as minas da Capitania das Minas Gerais*, 1801, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, X, 85.

(4) Exemplifica a decadencia o fechamento do Seminario de Mariana de 1811 a 1820, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano VII, p. 982. O rendimento dos quintos do ouro caíra de 70 arrobas em 1777 a 24 em 1811, 20 em 1813, 18 em 1816, duas apenas em 1820... INACIO ACCIOLI, *Memórias Históricas e Políticas da Provincia da Bahia*, VI, 118 (ed. B. do Amaral), Bahia 1940.

(5) Reportamo-nos às descrições de Spix e Martius, incluídas aliás por Eschewege nas *Contribuições para a Geognosica do Brasil*, 2 vols., trad. de Rodolfo Jacob, Belo Horizonte 1932, de John Mawe, de Saint-Hilaire, completado por George Gardner, que lhe conferiu as impressões...

tração dos arraiais ricos. Grupos de antigos mineiros descambam para o vale do Paraíba e se atiram à lavoura do café. A transição econômica opera-se na capitania central sem tumultos aparentes: contribue porém, para dar àquele povo outros costumes de poupança e prudência, para agravar-lhe o altivo sentimento de autonomia, para indispor-lo contra as inquietações espirituais que vêm do litoral, com as suas novidades incômodas...

GOIAZ E MATO GROSSO

Dissipa-se, pois, o sonho das riquezas minerais; as populações sertanejas se estabilizam nos centros pastoris e agrícolas; e os itinerários do comércio, entre eles, ostentam a prosperidade dos fazendeiros. Avassala Goiaz e Mato Grosso a criação dos gados, de que vivem aqueles senhores territoriais. A lei de 17 de Setembro de 1818 elevou a cidade Cuiabá, capital da província (desprezada a faustosa Vila Bela) em 1845 (1) Essa troca de logares era um símbolo. No século anterior luziam as miragens da conquista: e a atração fôra o ouro. As ruínas do Guaporé marcavam esse período histórico. Agora, despraiando-se na planície pastoril, o povoamento se contentava com o espaço, o rebanho, a tranquilidade e o comércio.

A MÃO DE OBRA

“Mais de 3 milhões de escravos, entre homens e mulheres, se têm importado no Brasil...” (2). O

(1) VIRGILIO CORRÊA FILHO, *Mato Grosso*, p. 145, Rio 1939.

(2) ANTONIO JOSÉ GONÇALVES CHAVES, *Memórias Económico-políticas*, 2.^a ed., p. 39. A convenção de 23 de Nov. de 1826 proibiu o comércio ao norte do equador (segundo o tratado de 1815) dando-se o prazo, até 23 de Março de 1830, para o tráfico nos demais portos d’Africa,

trafíco, porém, devia acabar. Os ingleses não o permitiriam, além dos prazos fixados. O geito era recorrer-se à imigração. E para fornecê-la não havia povo melhor que o suíço. O Rei aprovou a idéia (2 de Maio de 1818), e recebeu, contente, os primeiros 1.400 colonos estrangeiros que chegaram ao Brasil (4 de Novembro de 19). Segunda leva chegou ao Rio em Junho de 20. Foram localizados em Nova Friburgo, onde a beleza das montanhas lhes lembraria a terra natal (1)... Mas não podia conciliar-se a imigração com a escravidão. Repeliam-se. Nova Friburgo foi uma experiência. Valia pelo exemplo. Quando se fechassem os mercados negreiros e abrissem os portos da Europa — as multidões loiras invadiriam alegremente, pacificamente, este paraíso... A gente incrédula, que rodeava o Rei, achava admirável essa promessa: mas preferia os africanos.

O problema do braço continuava simples e primário: era o problema do tráfico. A grande lavoura era o negro. A prosperidade da terra, o negro. Parecia impossível, em 1820, separar-se do destino do Brasil o negro do engenho e do cafezal.

(1) O inspector foi monsenhor Pedro Machado de Miranda Malheiros e o médico Dr. José Feliciano de Castilho, professor de Coimbra e pai do poeta Antonio Feliciano (JULIO DE CASTILHO: *Memórias de Castilho*, I, 158-9. Coimbra). DE MIRANDA, leia-se *Providencias para a Friburgo*, Rio 1819. Foi ministro do Supremo Tribunal de Justiça na sua *jornada da Colônia Suíça desde o porto do Rio de Janeiro até a Nova fundação* e faleceu em 1838, L. LAGO, *Supremo Tribunal de Justiça*, p. 19. Sobre a chegada dos imigrantes há curioso diário do cura Joye, resumido por A. TAUNAY, *Jornal do Comercio*, Rio, 6 de Agosto de 1944.

VI

A REVOLUÇÃO DE 1817

A revolução que, em 1817, rebentou em Pernambuco, traduz um estado de espirito que tanto tinha de americano como de regional. Bastára em 1808 a abertura dos portos. Nove anos depois, a prosperidade parecia insuficiente. Pedia-se Liberdade. Circulavam as idéias da Revolução francêsa, dos Estados Unidos, da Inglaterra, dos países vizinhos que se emancipavam de Espanha. Ao governo brando, mas distante, de D. João VI, se chamava "tirania real". Acusava-se o governador de fraco e irresoluto. Acumulavam-se queixas contra a prepotencia, a fortuna dos "marinheiros" (ou portugueses) vistos com rancor pelos "nativistas", das velhas familias, herdeiros da incompatibilidade de olindenses e mascates... A sociedade secreta (1), talvez emissários estrangeiros (diriamos,

(1) E' provavel que Domingos José Martins, principal figura do movimento, que negociára em Londres (em 1814 se estabelece em Recife), lá se tivesse iniciado na maçonaria, a exemplo de José Alvares do Amaral, cujo diploma maçônico, dado em Londres em 1812, vimos no *Inst. Hist. da Bahia*. Além a conspiração de 1817 em Portugal, e a de 1820, foram de fonte maçônica, JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO, *Apontamentos para a Historia Contemporanea*, p. 44, Coimbra 1868. O caso é que havia lojas na Bahia (*Cavaleiros da Cruz*, 1797, cf. BORGES DE BARROS, *Anais do Arq. Publ. da Bahia*, XV, 45, Bahia 1928; *Virtude e Razão*, 1803) e no Rio de Janeiro, a partir de 1800 (MARIO BEHRING, in *Anais da Biblioteca Nacional*, XLIII, IV), ou 1801, segundo o "*Manifesto do G. O. do B.*" (Grande Oriente do Brasil), de José Bonifácio, publicado em 1832, e transcrito no mesmo numero dos *An. da Bibl. Nac.* O cavaleiro Laurent foi — a crer no *Manifesto* — o representante da incipiente maçonaria fluminense (loja "*Reunião*") em Paris. (Vd., sobre o desenvolvimento da sociedade secreta nos tempos próximos, GASTON MARTIN, *La Franc-Maçonnerie Française et la préparation de la Révolution*, p. 262, Paris 1926). Cindiu-se a loja do Rio, ficando a "*Reunião*" ligada á França, e outra *Constancia e Filantropia*, ao "Oriente" Lusitano. Con-

agentes provocadores), enviados misteriosamente, para incitarem a rebelião (1), e incidentes sucessivos, precipitaram os acontecimentos. Deles participou decisivamente a maçonaria (2), que acabava de mostrar-se, no Brasil, republicana e revolucionária.

verteu-se aquela em "Oriente" do Brasil, com a presidência interina de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada (possivelmente em Pernambuco). Em 1815 houve interrupção dos trabalhos (o "Manifesto" o atribúe à repressão provocada por Carlota Joaquina) a que se seguiu o retratamento em consequência dos acontecimentos de Pernambuco. No Rio, em 1817, disse o ministro austríaco Neven, varias pessoas, presas, nada confessaram, "alem de sua filiação a uma sociedade de pedreiros livres", TOBIAS MONTEIRO, *Hist. do Imp., A Elaboração da Independência*, p. 221), entre elas Menezes de Drummond alheio a isso, como o diz, nas notas à sua biografia, tantas vezes adiante citada. (Tambem VIEIRA FAZENDA, *Rev. do Inst. Hist.*, v. 142, p. 185). Não esqueçamos que, no Reino, a mesma instituição associava os intelectuais (RAUL BRANDÃO, *Ei-Rei Junot*, p. 35, Porto 1919), embora já declarada a dissidência com os maçons brasileiros (*Anais Maçonicos Fluminenses*, I, 3-4, Rio 1832). "O Grande Oriente de Portugal — explica M. Behring — data de 1804, se bem que a introdução da Maçonaria no reino fosse realizada em 1733, por um escocsez Gordon..." (*An. cit.*, p. IX). Em 1801, entretanto, já Hipollito da Costa ligava em Londres ao "Oriente" inglês a "Grande Loja Portuguesa", e, preso em Lisboa, à guarda do Santo Officio, escapou senão por artes, pelo menos com a ajuda da maçonaria, como conta José Liberato Freire de Carvalho nas *Memórias*. Possivelmente a vulgarização dos mistérios se seguisse ao livro que sobre o impostor José Balsamo saiu em Barcelona, a narrar-lhe o processo, em Roma, em 1790 (CAMILLO CASTELO BRANCO, *Compendio da vida e feitos de José Balsamo chamada o conde de Castastro*, VII, Porto 1874). Em 1821, voltou o segredo maçônico a dominar a politica brasileira, com as lojas *União e Tranquillidade, Esperança de Niterói e Comercio e Artes* (*Manifesto*, cit.) Tambem MARIO MELO, *A Maçonaria e a Revolução Pernambucana de 1817*, p. 24, Recife 1912.

Sobre essa maçonaria politica, é pitoresca a impressão que nos dá Hercuilano, vd. VICTORINO NEMÉSIO, *A Mocidade de Hercuilano*, I, 376. Lisboa 1934.

(1) O general Lima e Silva falou, em 1824, de emissários da Euronora, que em 1817, teriam vindo revoltar o Brasil. GARCIA, nota a Varnhagen, *op. cit.*, V, 177. Póde ser alusão á simpatia do consul norte-americano pelo movimento e ás esperanças Inglesas de Domingos José Martins, entretanto frustradas.

(2) Diz FRANCISCO MUNIZ TAVARES, *Historia da Revolução de Pernambuco em 1817* (2.^a ed. Recife 1888), a Grande Loja Provincial datava de 1816, e havia mais quatro (p. 16). Banqueteavam-se com estrondo os maçons... Menos se soube da academia Suassuna, e do Paraíso, aquela no engenho de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, e que eram reuniões de conversa e leitura subversiva, como lembra o P. LINO DO MONTE CARMELO LUNA, *Biografia do Exm. Marquês do Recife*, p. 32, Pernambuco 1865.

6 DE MARÇO

Azedaram-se em 1817 as prevenções entre brasileiros e "reinóes" (1). Lavrou, solta, a conspiração, que tinha por chefes alguns audazes militares e civis, que falavam em expulsar os "marinheiros", instalar um governo, acabar com a rotina e os vícios da administração. O capitão general, Caetano Pinto de Miranda Montenegro (2), no poder desde 1804, não deu crédito ás denúncias que recebeu. Que tinham fundamento, prova a correspondencia publicada em Londres pelo periodico "*O Português*" (atribuida ao ouvidor Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado) (3), a que se juntava a petulancia com que diziam as suas queixas muitos filhos do país, como os negociantes Domingos José Martins e Antonio Gonçalves da Cruz, o *Cabugá*; os capitães Domingos Teotonio Jorge, José de Barros Lima e seu genro, o secretário do regimento de artilharia José Mariano de Albuquerque; o padre João Ribeiro... Quando percebeu a necessidade de agir, era tarde.

(1) Já dissemos no vol. III, a palavra "*brasileiro*" appareceu como depreciativo português ao novo-rico, que voltára, tendo "feito o Brasil"... *Reinól*, vocábulo de larga extração na época da Independencia, era arcaísmo, "na Índia, para denotar o "português europeu", e em particular o chegado recentemente...", Mons. SEBASTIÃO RODOLFO DALGADO, *Glossário Luso-Asiático*, II, 253, Coimbra 1921. Cita várias abonações, a datar de 1585.

(2) Depois marquês de Praia Grande, em Janeiro de 1822 ministro do príncipe D. Pedro, ao lado de José Bonifacio, tinta então 30 anos de serviço ao Brasil, como lembrou *A Matagueta*, n. 6, p. 22, (ed. *fac-similar*).

(3) Filho do cirurgião-mor Bonifacio José de Andrada (e irmão de José Bonifacio e Martim Francisco), nasceu em Santos, 1773, bacharelou-se em Coimbra, 1797 (*An. da Bibl. Nac.*, LXII, 155).

A sua adesão ao movimento patentela-se pela carta de 29 de Março a Martim Francisco, *An. da Bibl. Nac.*, XIV, 73. Mas negou esse compromisso, dizendo que procurára fazer fracassar a revolta, depoimento, *Rev. do Inst. Hist.*, XXX, 122.

(4) A fonte principal do relato é a *História da Revolução de 1817*, de Francisco Muniz Tavares, anotada por Oliveira Lima, 1917. O padre Ribeiro tinha boa biblioteca e espalhava as novas idéias...

Convocou o governador os comandantes da tropa, a pedir-lhes consêlho, e resolveu prender os acusados a 6 de Março, o que se faria em segrêdo. Faltou á combinação o brigadeiro Manuel Joaquim Barbosa de Castro, comandante do regimento de artilharia, que perante este deu voz de prisão a Domingos Teotônio e Barros Lima. Violento de gênio, enfurecido pela intimativa que lhe fez o brigadeiro, Barros Lima (de alcunha o "Leão coroad"), sacou da espada e o prostrou com um golpe mortal. Produziu-se a confusão. Varios officiais, amigos do criminoso, acabaram de matar o brigadeiro. O regimento aderiu ao levante. Destacou Caetano Pinto o ajudante Alexandre Tomaz para falar aos sublevados. Foi recebido por uma saraivada de balas e caiu morto. Antes de conhecer a extensão do motim, correu o governador a meter-se na fortaleza do Brum. Ato continuo, o tenente Antonio Henrique Rebelo saiu a soltar os correligionários presos, e, donos da situação, os insurrectos obtiveram que o marechal José Roberto Pereira da Silva, encarregado de defender o Erario, levasse ao governador a intimação para abandonar a capitania — e no dia seguinte, quando partiu ele numa escuna, organizaram governo provisório, de cinco membros: capitão Domingos Teotônio (tambem governador das armas, padre João Ribeiro, Domingos Martins, o advogado José Luis de Mendonça, e Manuel Corrêa de Araujo, que aceitou coagido a nomeação. Essa junta foi acrescida em 19 de Março d'um conselho tambem de cinco: o negociante Gervasio Pires Ferreira (1), o capitão-mór do Recife An-

(1) Em carta á esposa, da prisão, na Bahia, Gervasio, protestando innocencia, definiu: "...desgraça desse país, devida á temeraria desesperação de quatro soldados e a fraqueza de uma multidão de officiais generais, a quem Sua Majestade pagava para defender os seus direitos e proteger os seus pacíficos vassallos". (ANTONIO JOAQUIM DE MELLO, *Biografia de Gervasio Pires Ferreira*, p. 19, Recife 1895).

tonio Moraes e Silva (1) — autor do “Dicionário”, o ouvidor Antonio Carlos, o deão de Olinda Bernardo Luis Ferreira, o proprietario Manuel José Pereira Caldas, irrosolutos, senão, já aí, descrentes do movimento. O ardente padre *Miguelinho* (Miguel Joaquim de Almeida e Castro) ficou por secretário do Interior (2). Foi decretada promoção geral dos “oficiais patriotas”. Medidas fúteis, outras inconsequentes, algumas de desafio e guerra, sucederam-se naqueles dias confusos: substituição de “excelencias” e “senhorias” por “vós”, que era tratamento democrático; adoção da bandeira, azul e branca, com arco-iris, uma estrela, o sol e a cruz, em arrumação simbólica (1); proclamações contra a “tiranía real”; suspensão de impóstos; expedição de agentes para ângariarem a adesão das capitánias vizinhas, do comerciante *Cabugá* aos Esta-

(1) Natural do Rio de Janeiro, filho dum boticario, em Colmbra, em 1779, foi perseguido por suas leituras francêsas (ANTONIO BAIÃO, *Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa*, 11, 102 e segs.). Em 1789 ampliou o *Diccionario* de fr. Rafael Bluteau, e em 1813 publicou o seu magistral *Diccionario da Lingua Portuguesa*, de que ha reprodução *fac-similar*, por Laudelino Freire, Rio 1922.

(2) O Sem.nário de Olinda foi um dos núcleos revolucionários mais intensos, e influentes, desse tempo. O clero adería ás novas idéias e frades, como Fr. João do Rosario, podiam escrever bilhetes assim: “Patriota Ju.z Ordinario da Policia. Diz o Patriota Fr. João do Rosario, que seu Patriota Presidente, que substitue o lugar do Patriota Guardião, por estar ausente tratando do seu curativo, lhe ordena vá a Jaguaribe diligenciar alguma esmoia para sustentação da sua Comunidade, e como não pode fazer sem licença por tanto. Pede a vós Patriota Juiz Ordinar o da Policia lhe concedais fazer viagem. Póde seguir viagem. Recife, 16 de Abril de 1817”. (Secretaria do Governo de Pernambuco, *Documentos do Arquivo*, 1802-1817, 1, 74, Recife 1941). Outro papel: “Nenhuma suspeita havia até agora contra o Padre Manuel Felipe, nem contra o Padre Joaquim, mas emfim são Clerigos, que são os que mais figuram na Revolução, e sobretudo Clerigos infuldos pelo Vigário do Icó” (*Ibd.*, p. 95). Os vigários do sertão aceitaram, em grande numero, a rebelião, ou a promoveram. Os docs. do Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Pernambuco, dizem desse entendimento entre eles, explicavel d’algum modo pelo “esprito” do Sem.nario donde muitos provinham. No nordêste, a revolução de 1817 podia ser chamada “dos Clerigos”. Veja-se, do Padre MIGUELINHO, *Oração Academica*, 1808, na abertura do Sem.nario de Olinda, *Rev. do Inst. Arq. Pern.*, XXXV, 172. Eram os discipulos do padre João Ribeiro... acusava, da Paraíba, João Alvares Sanches Mafra, carta ao conde dos Arcos, 15 de Junho de 1817, ms. no arq. deste, Inéd.

dos Unidos, do inglês Koster à Inglaterra, onde tentariam persuadir a que os auxiliassem (1). Nada conseguiram. Nas Alagoas, na Paraíba e no Rio Grande do Norte mais felizes foram os mensageiros. "Já então se espalhava... isenção total de impostos, igualdade de côres e condições, exclusão de sofrimento às Autoridades, aumento de soldos e ordenados, etc. etc." (2). O Padre *Roma* (José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima) sublevou as Alagôas, com o governador das armas, Vitoriano Borges (3), e seguiu numa barcaça para a Bahia. No dia 11 o movimento se alastrou à Paraíba, primeiro em Itabaiana, depois, a 13, na capital, onde os coroneis Amaro Gomes Coutinho e Estevão José Carneiro da Cunha ficaram por governadores (4), até que se constituiu junta administrativa, interessada em obter a adesão do Rio Grande do Norte e do Ceará. Em Natal, o governador José Inácio Borges se apoiava á principal família, os Albuquerque, de Cunhaú. Temendo, porém, que André de Albuquerque Maranhão, encarregado de vigiar a fronteira, dela se descuidasse, foi vê-lo em Goianinha. Aí o prendeu André, solidário com os parentes de Per-

(1) HIPOLITO DA COSTA, no "*Correio Brasiliense*", declarou-se contrário á revolução (VARNHAGEN, *ibid.*, V, 201). Cabugá não foi mais feliz nos Estados Unidos, que decretaram o embargo da remessa de armas para Pernambuco, evitando interferir na política portuguesa. Emigrados francêses na America do Norte quizeram aproveitar-se da revolução de Pernambuco para libertar Napoleão. Chegaram tarde, como diremos adiante. Cabugá sempre conseguiu a nomeação d'um consul americano em Recife, Joseph Ray, ALFREDO DE CARVALHO, *Aventuras e Aventureiros no Brasil*, p. 277, Rio 1930, e no periodo da Independencia, em 1823, aceitou o cargo de consul do Imperio em Filadelfia.

(2) *Memória*, de JOSÉ INÁCIO BORGES, *Secr. do Gov. de Pernambuco*, *Docs. do Arq.*, p. 133.

(3) CRAVEIRO COSTA, *História das Alagôas*, p. 80, S. Paulo.

(4) JOÃO DE LYRA TAVARES, *Pontos de História Pátria — Paraíba do Norte* — p. 112, Paraíba 1912; IRINEU FERREIRA PINTO, *Datas e Notas para a História da Paraíba*, I, 253 e segs. Paraíba 1908.

nambuco e da Paraíba, e o remeteu para Recife (1). Manuel Inácio de Sampaio, que governava o Ceará, teve os suspeitos, e amedrontou ou dissuadiu os que podiam revoltar-se. Só a 3 de Maio o sub-diacono José Martiniano de Alencar, estudante do seminário de Olinda, proclamou a sedição no Crato. Estendeu-se á vila do Jardim. Mas os officiaes de milicias de Cariri (Leandro Bezerra, José Vitoriano Maciel, o capitão-mór José Pereira Filgueiras) reuniram cerca de mil homens, marcharam sobre o Crato e prenderam Alencar e os companheiros de aventura (2). Na Bahia, o conde dos Arcos agiu com presteza, desassombro e habilidade. Não fôra ele, e a revolução teria tempo de consolidar-se, instalando-se porventura dum a outro extremo do nordéste. Impediu que chegasse ao vale do S. Francisco e aos sertões das Minas, tomando de pronto medidas eficazes e violentas. A primeira, a execução do padre *Roma*.

A REPRESSÃO

A 25 de Março, a barça de côcos em que viajava o Padre, agente dos revolucionários destacado para propagar na Bahia o movimento — abicou á Barra, onde, alertada, já a esperava a gente do governador. Preso o emissario, foi logo submetido a con-

(1) 25 de Março. José Inácio esteve preso na fortaleza de Cinco Pontas até 20 de Maio, quando foi restaurada a autoridade régia em Recife. A André de Albuquerque Maranhão, rico e poderoso, se referiu HENRY KOSTER, *Viagens ao nordeste do Brasil*, trad. e notas de Luiz da Camara Cascudo, p. 101, S. Paulo 1942, dizendo: "Comanda o regimento de cavalaria milliciana e o tem em bom estado..."

(2) CRUZ FILHO, *Sintese Histórica*, in *O Ceará*, p. 41, Fortaleza 1939. O sub-diacono fôra um dos estudantes do Seminário a quem o sabio Arruda Camara tinha tambem por discipulo. "Tenham todo o cuidado no adiantamento dos rapazes Francisco Muniz Tavares, Manuel Paulino de Gouvêa, José Martiniano de Alencar e Francisco de Brito Guerra...". E aludia á sua mãe: "D. Barbara do Crato devem olhá-la

selho de guerra e, três dias depois, sem se esperar a confirmação da sentença pelo Rei, fuzilado no Campo da Polvora (1)!

Os maçons na Bahia (disse-se que á frente Felisberto Caldeira Brant Pontes) preferiram retrair-se (2). Teve o Conde o apoio sincero ou aparente, assim dos militares, como do corpo comercial da cidade que logo subscreveu para as despesas 400 mil cruzados — o mesmo que, em 1821, aderiria com paixão às Côrtes de Lisbõa e, em 1823 ajudaria a resistencia portuguesa. Enviou sem demora — a 29 de Março — um contingente de vanguarda (678 ho-

como heroína...”, carta de 1810, PEREIRA DA COSTA, *Dicionário*, p. 641. Foi presa com o filho e esteve na cadeia da Bahia até a ordem do Rei, de 2 de Out. de 1820, que mandou pôr em liberdade vários “republicanos” *An. do Arq. Publ. da Bahia*, XXI, 173. O zelo feroz do governador Manuel Inácio de Sampaio pezou sobre a provincia, *Memorias do professor MANUEL XIMENES DE ARAGÃO, Rev. do Inst. do Ceard*, XXVII, 56-7.

(1) O P. Roma fôra carmelita, secularizara-se em Roma (donde a alcunha) e era entusiasta das idéias francesas. O filho, José Inácio de Abreu e Lima, nascido em Recife, 6 de Abril de 1794, saíra da Academia Real Militar do Rio de Janeiro em 1816, capitão, e por indisciplina fôra mandado preso para a Bahia em Fevereiro de 1817. Teria isto influenciado a missão do P. Roma à Bahia? Encontraram-se no carcere. Abreu e Lima descreveu o heroismo do revolucionario nos ultimos momentos. Libertado em Outubro, graças à maçonaria, onde o padre tivera grão emnente, passou à America do Norte, ALFREDO DE CARVALHO, *Aventuras e Aventureiros no Brasil*, p. 18, e chegou a general no exercito de Bolívar. Repatriou-se em 1832, faleceu em 8 de Março de 69.

O Rei aprovou a execução do P. Roma cf. officio do conde da Barca, 21 de Abril de 1817, ns. no Arq. do cinde dos Arcos, inéd.

(2) ANTONIO AUGUSTO DE AGUIAR, *Vida do Marquês de Barbacena*, ps. 18-9, Rio 1896. Felisberto era amigo do Conde dos Arcos, que o recomendou ao marquês de Aguiar em 1810, louvando-lhe os serviços, ms. no arq. do Palacio dos Arcos, Lisbõa, inéd.

Outro conspirador, Cipriano Barata, o agitador de 1821, foi salvo pelo conde, Evaristo Ladislão e Silva, *Recordações biográficas do cel. João Ladislão de Figueiredo e Mello*, p. 11, Bahia 1866.

Entre os negociantes que festejaram o governador, por ocasião da abertura do Palacio do Comercio, estavam Felisberto e seus parentes. Os negociantes de Pernambuco tambem agradeceram ao conde a repressão de 1817, assinando em segundo lugar Bento José da Costa, sogro de Domingos José Martins, ms. no arq. do Palacio dos Arcos. Sobre o ambiente na Bahia, *diario de Silva Barros*, in *An. do Arq. Publ. da Bahia*, XXVI, 67.

mens), para as Alagôas, sob o comando do velho marchal Joaquim de Melo Leite Cogominho de Lacerda, assessorado por seus ajudantes de ordens, majores José Egidio Gordilho de Barbuda e Salvador José Maciel (1), que lhe não desmentiram a confiança.

Dividiu-se em duas a coluna: a que foi embarcada, com Penedo por ponto de apoio; e a que rompeu por terra a surpreender pelo oeste os insurrectos.

Soube D. João VI dos acontecimentos pelo proprio Caetano Pinto (25 de Março), e não permitiu que se retardasse a partida, primeiro de uma frota, para o bloqueio do Recife, depois de um verdadeiro exercito, de reforço àqueles contingentes. O Rio de Janeiro vibrou então de lusos entusiasmos. Subscreveu o commercio 500 mil cruzados para as despesas da expedição, que se formou com o regimento da guarda real (o 1.º de cavalaria) e, praticamente, toda a guarnição da côrte. Teve-lhe o comando o brigadeiro Luiz do Rego Barreto (2) e o Rei esperou, confiante, que restaurasse rapidamente a legalidade — de facto, antes da expedição fluminense, restabelecida pela tropa da Bahia. O almirante Rodrigo Lobo com três

(1) Vd. ACCIOLI, *Mem. Hist.*, III, 70-1, LAURENIO LAGO, *Brigadeiros e Generais*, p. 87. Quanto a Cogominho, comp'etamos os dados biographicos, nascera em 1765, sentara praça em 1781, e era co-onel do 1.º de infantaria na Bahia em 1800, ms. no *Arq. Hist. Col.*, L'sbôa. Gordilho (1787-1830), visconde Camamú, morreu assassinado quando presidente da Bahia. Maciel (1781-1875), era tenente de artilharia quando veio com a familia real, na não "Príncipe Real", em 1807, ms. no *Arq. Hist. Col.* Auxiliou o general Madeira na presistencia poruguesa, em 1822-23. Mas aderiu à Independencia, foi deputado e, em 1836, o ministro que creou o Corpo de Imperiais Marinheiros. Levou Cogominho 678 homens, ms. no *Arq. Hist. Col.*

(2) P. LUIZ GONÇALVES DOS SANTOS, *Memórias*, II, 549. Compunham a expedição que saiu para a Bahia em dez navios, a 4 de Maio, o 1.º de cavalaria, 4 batalhões de infantaria, o 1.º de granadeiros, o 2.º de caçadores, 3.º e 4.º de fuzileiros, além de uma companhia de voluntarios e parque de artilharia. Luiz do Rego devolveu, por desnecessario, o regimento de cavalaria e seguiu, da Bahia para Pernambuco — já pacificada a provincia — afim de empossar-se no governo, como diremos.

navios fechou o porto do Recife (1). Os majores Maciel e Gordilho dispersaram, em Serinhaem e Ipojuca, o bisonho exercito do capitão-mór Francisco de Paula Cavalcanti e Domingos José Martins. Ferido, caiu este em poder dos vencedores, e aquele se recolheu à capital, dizendo que convinha capitular. Desfizeram-se as juntas em Alagoas e no Rio Grande do Norte. André de Albuquerque Maranhão — a 25 de Abril — ao ser destituído e preso recebeu uma estocada, de que morreu no dia seguinte. Em 7 de Maio voltou a Paraíba à obediencia do soberano. Francisco de Paula fez que o governo de Recife, no dia 18, negociasse com o almirante Lobo a rendição. Opôz-se Domingos Teotônio; prometeu abraçar a cidade, numa desesperada tentativa de conservar á distancia os sitiantes; porem, chamado à razão, saíu para o interior com o remanescente de suas forças, cousa de dois mil homens. Para onde? Sem acolhida na Paraíba, no Ceará ou no sul, que, por toda parte, milicias e moradores armados perseguíam os revolucionários dissolvidos, abandonou ele proprio os seus, e com Barros Lima, Pedroso e outros foi capturado, e enviado para a Bahia, a sumário julgamento. Escapou à mesma sorte o padre João Ribeiro, enforcando-se numa árvore... A 20 de Maio voltaram as bandeiras reais às fortalezas de Pernambuco.

Terminou aí a rebelião.

A implacavel justiça à antiga, brutal e sistemática, completou a pacificação, mais simbolica do que verdadeira. Castigou ferozmente os implicados mais ilustres ou desatinados. Foram fuzilados na Bahia Domingos Martins, José Luiz de Mendonça e o padre

(1) As instruções para a campanha, vindas do Rio, in *Rev. do Inst. Hist.*, XXX, 75 e segs.

Miguelinho; em Recife, Domingos Teotônio, José de Barros Lima. . . Como em 1710, choraram as famílias patriarcais os parentes sacrificados, e, do mesmo modo, a terra ocupada (1).

A 2.^a DIVISÃO

A restauração da ordem no nordeste deu a D. João VI novos elementos para manter a sua autoridade. Mandou buscar pelo marquês de Angeja nova *Divisão auxiliadora* (2), que reforçou as guarnições

(1) Setenta e um presos, transportados no brigue "Carrasco", foram recolhidos à Bahia. O padre Miguelinho queimara os livros de sua Secretaria em Recife, destruindo a prova de culpa de inumeros adeptos do movimento. Recusou negar a propria responsabilidade e, com Martins e Mendonça, morreu no Campo da Polvora, a 12 de Junho de 1817, com a mesma dignidade do Padre Roma. MUNIZ TAVARES, *Hist. da Revolução de 1817*, p. 216; Major JOSÉ DOMINGUES CODECEIRA, *A Idéa Republicana no Brasil*, p. 57, Recife 1894. A el-rei enviou o Conde dos Arcos por seu ajudante coronel Fidé a bandeira do exercito do sul, tomada aos insurrectos (cf. carta do Rio, 12 de Julho de 17, ms. no arq. do conde, ms.).

Mandou el-rei suspender as execuções, 6 de Agosto de 1817, e instaurar alçada em Recife, presidida pelo desembargador Bernardo Teixeira Coutinho Alves de Carvalho, que propoz 72 condemnações à morte, 19 comutações, 23 outras penas e 177 indultos, VARNHAGEN, *op. cit.*, V, 213. Por decreto de 6 de Fevereiro de 1818 se ordenou a conclusão de todas as devassas. Dois dos presos recolhidos à Bahia figuraram nas lutas de 1822-23: o capitão José de Barros Falcão e o carmelita frei José Maria Breyner. — Vd. doc. in *Rev. do Inst. Hist.*, XXIX, parte 1.

(2) Angêja, ajudante de campo de Beresford na guerra peninsular, estava no Rio desde 1813, *Memórias do marquês de Fronteira*, I, 158. Voltou acompanhado de officiaes de futuro, como Luiz do Rego, o jovem Vila Flor (EDUARDO NORONHA, *Os Marçhats de D. Maria II*, p. 17, Lisboa), Soares de Andréa (em 1817 no Rio, um dos subscriptores do livro de Roberto Ferreira da Silva, official de engenheiros, *Elementos de desenho e pintura*, dedicados ao sr. Rei D. João VI, Rio 1817), José Joaquim Coelho (que seria barão da Vitória, PAULINO NOGUEIRA, *Rev. do Inst. do Ceará*, XIX, 3), Madeira de Melo (chefe da resistencia na Bahia em 1822), tenente coronel Francisco José Pereira, depois, em Portugal barão de Vilar Torpim (SANCHES DE BAENA, *Famílias Titulares*, II, 769, não visconde de Vilar de Perdizes, como diz DRUMMOND, *Anot. á biographia, Anais da Bibl. Nac.*, XIII, 37), JOSÉ RIBEIRO DE ALMEIDA, (*Bol. do Arq. Hist. Mil.*, XIII, 51.)

Vieram quatro batalhões de infantaria, um de caçadores e uma brigada de artilharia. Um dos batalhões ficou em Pernambuco. O 2.^o

portuguêsas. Duas brigadas de artilharia a cavalo foram organizadas no Rio (1).

Em 1 de Julho, tomou posse o novo capitão-general de Pernambuco, Luiz do Rego Barreto (2).

E perseguiu-se a maçonaria!

Era provavelmente culpada da agitação sacrílega... O alvará de 30 de Março de 1818 (que Carneiro de Campos diria em 1823 estar pronto desde o governo do marquês de Aguiar) ameaçou-a com a pena de morte. Mas como era isso possível no mole reinado de D. João VI! Para assustar e conter os fidalgos simpatizantes dos "clubs", como o marquês de Angejã, o próprio Lobato, válido do Rei, que lhe pediram perdão confessando o delito, ou até para os pôr fóra da côrte, como sucedeu ao joven Menezes de Drummond (3). O juiz da Inconfidencia foi um hon-

e o 12 (comandado por Madeira e depois por Francisco José Pereira), na Bahia, onde foi o núcleo da reacção portugueza, ACCIOLI, *Mem. Hist. e Pol. da Prov. da Bahia*, III, 305, MARINO SANCHES FERREIRA, *Bosquejo histórico acerca do regimento de artilharia do Porto*, p. 124, Leria 1934, os restantes no Rio, J. ARMITAGE, *Hist. do Bras.*, p. 9, ed. de Eugenio Egas, S. Paulo 1914. Diz que o marechal Vicente Antonio de Oliveira propoz que os officiaes brasileiros não tivessem posto superior a capitão, e fo' desatendido. A *Divisão auxiliadora*, aquartelada no Rio, teve saliente papel nos acontecimentos de 1821 e 22, sob o comando de Avilez.

(1) Organizadas pelo brigadeiro José Maria de Moura, de acordo com o dec. de 31 de Julho de 1819, General JOSÉ JUSTINO TEIXEIRA BOTELHO, *Novos subsídios para a Historia da Artilharia portuguesa*, I, 265, Lisboa 1944.

(2) *Livr. 1.ª em que se lançam os termos de posse que se faz do governo...*, ms. no arq. da secr. de Gov. de Pernambuco. Recife. Chegara a 27 de Julho, R. GARCIA, nota a Varnhagen, *op. cit.*, V, 316. Vd. docs. in *Rev. do Inst. Hist.*, XIX, parte 1.ª ps. 293-310. Foi Luiz do Rego visconde de Geraz de Lima (1777-1840) e genro do marquês de Jundiá, SANCHES DE BAENA, *Grandes de Portugal*, II, 23. Menezes de Drummond attribue os rigores de seu governo em parte ao secretario, Soares de Andréa, futuro barão de Caçapava, *Anot. à biographia*, p. 15.

(3) *Anot. à biographia*, p. 8. Mario Bhering, in *Kosmos*, Março de 1904 (Rio). O P. Luiz Gonçalves dos Santos, *Memorias*, II, 661, tende a ligar o Alvará à conspiração de Gomes Freire. Mas é positivo que se applicava aos fermentos da revolução de Recife, à Inquietação

rado e humano juiz, José Albano Fragoso (1). Dissipou-se a sociedade secreta: porém sem dar trabalho ao carrasco. O governo tinha mais o que fazer: tinha principalmente as obras públicas.

A CRISE EM ESBOÇO

As potencias estrangeiras não se tinham envolvido nessa crise. Mas os espiritos cautelosos lhe percebiam a extensão. Pudéra tornar-se continental, se os emigrados francêses nos Estados Unidos houvessem conseguido êxito no seu projéto de armar em Pernambuco — durante a revolução — a frota que iria buscar a Santa Helena o Imperador cativo! Que seria da politica mundial, em 1817, se o coronel Latapie desembarcasse no Rio Grande do Norte em Março ou Abril, não em Agosto, quando tudo se pacificára (2)?

desde o ano anterior reinante nos espiritos. A Constituinte, em Maio de 1823, fez revogar o tiranico Alvará.

(1) Em 29 de Agosto uma sumaca americana desembarcára na Bahia Formosa, a 20 léguas de Natal, quatro passageiros, sendo tres francêses: o naturalista Pontecoulant, um companheiro, Latapie, que não tinha passaporte, e um alemão (Of. de José Inacio Borges, *Secr. do Governo, Docs. do Arq.*, p. 196). Latapie e o alemão foram remetidos para o Rio de Janeiro. Confessaram que o plano era armar em Pernambuco uma expedição para libertar Napoleão, de quem eram adeptos intransigentes. O que disseram foi tão alarmante, que o consul inglês, Chamberlain, mandou um navio a Santa Helena, a avisar Sir Hudson Lowe. (Médicin Général R. Brice, *Les Espoirs de Napoléon à Sainte-Helène*, ps. 230-3, Paris 1938). Já a esse tempo residia no Rio o general Dick van Hogendorp, que fora ministro da guerra na Holanda, governador de Hamburgo na última fase do império, lembrado no codicilo de Napoleão como seu amigo, "au Brésil" (PIERRE MÉLON, *Le Général Hogendorp*, p. 215 e segs., Paris 1938). Estaria envolvido na trama? Tratava-se do famoso coronel Latapie Roulet, ferido em Waterloo, depois official de Bolívar, Artong, e o conde de Pontecoulant. Vd. ALFREDO DE CARVALHO, *Aventuras e Aventuras no Brasil*, p. 253. Também intrigava no Rio, madame Ranchoux, que conhecera Napoleão no Egipto, ALBERTO RANGEL, *A Educação do Principe*, p. 44, Rio 1945.

Mas a tempestade se confinou na zona das guerilhas, onde a angústia e o terror das populações se prolongaram nos écos d'um castigo judicial, moroso e atroz.

No Rio de Janeiro, as festas da vitória não se limitaram às cerimônias de estilo (1). Emendaram-se com as da chegada da arquiduquesa Leopoldina (6 de Novembro de 1817), esposa do príncipe D. Pedro (2), e com as da solene coração (6 de Fevereiro de 18).

Verdade, dissabôres íntimos não faltavam ao Rei.

Em 21 de Junho de 17 morreu-lhe o ministro predileto, o conde da Barca. Substituiu-o pelo velho diplomata João Paulo Bezerra, que não tinha forças para o cargo, e nele faleceu em 29 de Novembro. Chamou Tomaz Antonio Vila Nova Portugal (3), que

(1) E' deste ano, *Coleção de princípios gerals para o estabelecimento, conservação e aumento de um imperio ou elogio á nação portuguesa*, oferecido a S. A. R. o Sr. D. Pedro de Alcantara, Príncipe Real, por José Anastacio de Souza Pereira da Silva Portilho, major de infantaria, Rio 1817 (Col. Heitor Calmon).

(2) Deste casamento houve os filhos seguintes: D. Maria da Gloria (assim chamada em louvor de Nossa Senhora da Gloria, do Rio de Janeiro, em cuja Igreja do outeiro se batisou), 1819-1853, depois D. Maria II, rainha de Portugal, casada em primeiras nupcias com o duque de Leuchtenberg, irmão de sua madrastra a imperatriz D. Amelia (1835) e em segundas nupcias com o príncipe Fernando de Saxe Coburgo Gotha (1836), de quem descendem os reis de Portugal; D. João Carlos, 1821-1822; D. Januaria, 1822-1897, casada com o conde d'Aquila (1844), irmão da imperatriz Tereza Cristina; D. Paula; D. Francisca, 1823-1889, casada com o príncipe de Joinville (1843), filho do rei Luiz Felipe, irmão do duque de Nemours, tio do conde d'Eu, segundo príncipe da casa de Orléans ligado à família imperial do Brasil; por fim, D. Pedro II (1825-1891).

(3) Tomaz Antonio era desprezencioso e burguês, embora Palmela viesse a considerá-lo "o mais Inépto e o mais lisonjeiro de todos os homens...", MARIA AMALIA VAZ DE CARVALHO, *Vida do Duque de Palmela*, I, 376. Originára-se-lhe a fortuna da condição de corregedor em Vila Viçosa, em 1805, quando se mostrou muito útil, devassando

subira discretamente, de amanuense e secretário privado, á categoria de ministro confidencial, de honradez e bom senso adequados ao officio. A estas virtudes aliava o desinteresse: pobre, silencioso, deixando-se apagar pelos grandes nomes da côrte, de fáto preponderante nos conselhos da corôa desde 1805, a sua ambição parecia ser o serviço sem testemunhos e sêm alarido. Aceitou como um sacrificio a pasta. Deu-lhe D. João para companheiros de ministério dois moços: o marquês de Palmela, ainda em Londres, e o conde dos Arcos, assim premiado por seu rijo governo da Bahia (1). Mudava portanto de métodos. Cercava-se de mentalidades renovadôras; escorava-se a politicos de imaginação e pulso. Tomaz Antonio alí estava, para vigiá-los.

COROAÇÃO

A pompa da coroação de D. João VI em 6 de Fevereiro de 1818 comemorou ao mesmo tempo a consolidação do trôno. Era como uma resposta ás potencias que o julgavam abalado no ano anterior, assim no Brasil — com a revolução pernambucana — como em Portugal — com a conspiração maçônica (2).

sobre a conspiração dos aristocratas (e talvez da Princesa Carlota Joaquina) que poderia ter proporções consideráveis. Desde então o tomou o Príncipe na sua amizade e o fez conselheiro, adido á sua casa. Mas era de espirito acanhado, conservador intransigente, infenso ás reformas politicas. (Vd. TOBIAS MONTEIRO, *A Elaboração da Independência*, ps. 257-8.). Acabou obscuramente em Portugal, socorrido, na sua ultima pobreza, pelo brasileiro José Antonio da Camara, como refere Menezes de Drummond.

(1) O conde dos Arcos nunca se entendeu bem com Tomaz Antonio. Vd. docs. do seu arq. in S. Pagano, *O Conde dos Arcos e a Revolução de 1817*, ps. 298-9. Não causou surpresa a sua subida ao ministério em 1821, quando D. João VI teve de deixar o Brasil.

(2) A conspiração do brigadeiro Gomes Freire em Lisboa era contra o comando inglês do exercito. Os portugueses queixavam-se do general Beresford, desde 1809 seu comandante. Gomes Freire estivera á frente da Legião portugueza que percorrera a Europa sob as ban-

Os artistas francêses contratados pelo conde da Barca realizaram deslumbrantes decorações dignas de Paris e Roma (1). Um pavilhão de architectura grandiosa disfarçou, no largo do Paço, a fachada conventual dos carmelitas: era provisório, mas suntuoso. Seguiram-se festas populares, a iluminação das ruas e das casas como nunca ali se vira, cerimonia de esplendôr raro, a criação da ordem honorífica da Conceição da Vila Viçosa. Celebravam a felicidade do reinado — e a sua raiz americana.

A bonhomia dos tempos calmos voltára à côrte. Sem pressa e sem barulho Tomaz Antonio promove grandes medidas. Correio de São Paulo para o sul (carta-regia de 24 de Setembro de 17) que se completaria (6 de Abril de 20) com a extensão a outras provincias (2). Imigração suíssa (16 de Maio de 18). O museu de história natural (3). Mais comarcas e vilas. Real Academia de Desenho (12 de Outubro de 20). (4). Em Minas, o colégio do Caraça (5).

deiras de Napoleão e passava por liberal e maçom. A sua condenação à morte, em 1817, serve de prefacio à revolução que, tres anos depois, mudaria a face do Reino. Vd. ANTONIO FERRÃO. *Gomes Frelre e as virtudes da raça portuguesa*, p. 79, Coimbra 1920, MANUEL BERNARDES, *O General Gomes Frelre*, p. 87, Lisboa 1892.

(1) Um templo à Minerva, da Camara, o arco triumphal na mesma praça e o obelisco ao centro, foram feitos pelo architecto Grandjean, pelo pintor Debret e pelo estatuário Taunay (J. B. DEBRET. *Viajem Pittoresca e Histórica ao Brasil*, II, 69, trad. de Sergio Millet, S. Paulo). Da galeria entre o Paço e a capela (escondendo a fachada do Carmo) fôra architecto João da Silva Muniz (A. MORALES DE LOS RIOS F.*, *Grandjean de Montigny e a evolução da arte brasileira*, ps. 235-6). Descreve as festas P. LUIZ GONÇALVES DOS SANTOS, *Memórias*, cit., p. 626 e segs., e as resume VIEIRA FAZENDA, *Rev. do Inst. Hist.*, vol. 143, p. 319.

(2) Vd. Regulamento, *Coleção das Leis*, II, 69.

(3) Em casas compradas por Tomaz Antonio, Drummond, *Anot. à biogr.*, p. 10, no sitio onde seria instalado o Arquivo Nacional, esquina do campo de Sant'Ana com a rua do Alecrim.

(4) A Academia de Belas Artes instalou-se afinal a 5 de Nov. de 1826.

(5) Doação do irmão Lourenço a D. João VI de seu convento do Caraça (1819). O rei passou-o aos padres da Missão em 1820, sendo o padre Viçoso (bispo de Mariana em 1844) um dos primeiros

Na Bahia, o Colégio dos Orfãos de S. Joaquim (1). Estradas de penetração. Um pouco de tudo.

Não se pode comparar, porém, a administração lenta de Tomáz Antonio com "o torvelinho" de Linhares. Em 1808 havia o ímpeto creador, do Imperio que substituiria o reino perdido; em 1820, a timidez no limiar de uma crise imensa. O soberano antecipa-se à revolução, em 1808; mas em 1820 era a revolução que ameaçava atirá-lo por terra.

que lá chegaram, *O Centenario do Caraça, 1820-1920*, por um Padre da Congregação da Missão, p. 18, Rio 1920. O colégio seria o mais afamado da provincia.

(1) JOÃO TORRES, in *Rev. do Inst. Hist. da Bahia*, n. 21, p. 333. As lapides póstas no grande edificio em 1822 e em 1825 lembram a fundação. Foi nesta ultima data que os orfãos o ocuparam, socorridos principalmente do corpo comercial, que tomara a si a reconstrução do velho Noviciado.

VII

A REVOLUÇÃO DE 1820

A MÍSTICA LIBERAL

Descambava a situação em Portugal, a olhos vistos, para uma geral subversão da ordem estabelecida. Definhára o comércio, grande tristeza se apossára do povo, queixavam-se nobres e burgueses do abandono da família real, e o descontentamento das classes armadas, dos meios intelectuais, dos homens de negócios, se estendêra ao Reino todo, em fôrma duma indignação surda e latente. Variavam as opiniões sobre esse mal estar, que uns atribuíam sómente á deserção da côrte, fartamente instalada no Brasil, outros ás instituições decrépitas, que comportavam os abusos mais censurados. Previam todos a revolução, que muitos preconizavam, indo propô-la e prepará-la nas associações secréas do Porto e de Coimbra. E inspiravam-se — para derrubar o governo — nas idéias liberais que, perseguidas ou triunfantes, de fáto irresistíveis, circulavam pela Europa depois de 1815. Julgava-se que a “Constituição” resolveria todos os problemas. “Liberdade” — era a mágica palavra, ou a senha, que resumia as esperanças dos conspiradôres, nisto discipulos do Bocage (1),

(1) *Poestas*, I, 273 (ed. de Inocencio e Rebelo da Silva): “Liberdade, onde estás? Porque te demoras?”

de Filinto Elísio (1), da marquês de Alorna (2)... Liberdade pela *Constituição* (3). Não mais o poder absoluto, porém parlamento, opinião pública "rainha do mundo"... , isto é, a soberania "nacional" acima de tudo, e a ela submetida o Rei, como seu dependente, e funcionário! Como se pensara em 1789. A exemplo da Revolução francesa, que demorara tanto para chegar a Portugal, mas — passando por Espanha — sempre chegava, com igual desprezo pela tradição, o mesmo rancôr aos frades, exigindo a abolição dos privilégios, leis feitas pelas *Côrtes*, a *Razão* a governar o homens... Regime imitado da Inglaterra, se possível (4); principalmente democrático.

Não bastava, é certo, a trama dos "liberais", nos seus "clubs". O que sucedeu na Espanha foi decisivo. Para a revolução, em 1820, e para a contra-revolução, em 1823. O país vizinho era como o espelho onde se refletia a imagem do século. Tivera *Constituição* em 1812, voltara ao absolutismo em 14, dele acabava de livrar-se em 1, de Janeiro de 20, graças ao levante

(1) *Poesias*, V. 98-104 (Ode à Liberdade):

Neste limpo terreno
Virá assentar seu trono
A sã filosofia...

(2) MARQUÊSA DE ALORNA, *Poesias* (selecção de Hernani Cidade, p. 25, Lisboa 1941 ("Ao Despotismo")).

(3) *Constituição antiga* da monarquia, ("constituições, leis e costumes", cantou Camões, *Lus.*, III, 96) formada pelos costumes, declarada nas *Côrtes*, manifestada pelas leis sucessivas que consolidaram o poder real e ao mesmo tempo o limitaram — era a do Estado anterior a Pombal, como justamente disse Antonio Ribeiro Saraiva (Antonio Sardinha, pref. à *Hist. e Teoria das Côrtes Gerais*, do 2.º visconde de Santarem, CXIV, Lisboa 1924). A confusão que se estabeleceu, foi entre Monarquia e Despotismo, poder regulado e poder arbitrário..., escrevera em 1799, MARQUÊS DE PENALVA, *Dissertação a favor da Monarquia*, nova ed., p. 47, Lisboa 1943, que, como outros contemporâneos, falava da "constituição deste Reino", *ibid.*, p. 116.

(4) Carta de Castlereagh, 7 de Maio de 1814: "Nós creamos novas Constituições em França, em Espanha, na Holanda, na Sicília". BERTRAND RUSSELL, *Histoire des idées au XIXe siècle*, p. 26, Paris 1938.

das tropas que deviam embarcar para a America. Que significava a sublevação — vitoriosa a 7 de Março, com a adesão de Fernando VII? Não se enganaram os portuguezes: significava a impotencia da Santa Aliança, para impôr o respeito mudo aos soberanos despóticos, e a marcha da idéia revolucionária. Tinha em Portugal o campo preparado, com a pregação dos intellectuais, o descontentamento do povo, a simpatia britânica, a indignação das forças armadas.

A maçonaria ligou entre si vários comandantes militares (1). Em 24 de Agosto de 1820, os regimentos sediados no Porto (2) se revoltaram; e aclamaram uma Junta provisoria de Governo Supremo do Reino. Debalde as autoridades de Lisboa tentaram dominar o movimento, que, afinal, em 15 de Setembro, ali se declarou. Instituiu-se então um governo interino, que convocou, para o inicio do ano seguinte, as Côrtes Constituintes da Nação portugueza (eleitas em Dezembro), e mandou pedir a D. João VI a sua anuencia e o seu regresso. Despachou ao mesmo tempo mensagens de convite ás guarnições do Brasil, para que se manifestassem solidárias com a revolução "constitucionalista", e restabelecessem com isto a unidade politica do Estado. A 17 de Outubro chegou ao Rio de Janeiro a grave noticia.

PALMELA

De acôrdo com Tomaz Antonio, decidiu D. João VI negar autoridade ás Côrtes convocadas. Prometia voltar a Portugal; mas quando se restaurasse a boa

(1) FRANCISCO MANUEL TRIGOSO, *Memórias*, p. 96; DAMIÃO PERES, *Hist. de Portugal* (ed. monumental), VII, 47, LUZ SORIANO, *Hist. do Cerco do Porto*, I, 636, Lisboa 1889.

(2) Leia-se MAGALHÃES BASTO, *O Porto do Romantismo*, p. 7, Porto 1932.

ordem. De fáto, parecia esperar — com os fidalgos que nada cediam ao espirito novo — o malôgro da sedição do Pôrto. Perdeu essa esperança em 11 de Novembro, com o segundo correio que teve, a anunciar que Lisbôa aderira. Por esse tempo um novo elemento se introduziu na politica da côrte: o conde de Palmela, que vinha ocupar o seu cargo de ministro, para o qual estava nomeado desde 1817, e, de passagem pelo Reino, recebera dos revolucionários seus amigos — por uma conhecida afinidade de idéias inglêsas — a missão de conciliá-los com o Rei. Liberal de educação e sentimento, de muito incompatível com a indole conservadora da nobreza, de quem dissentia sem mistérios, contribuíra Palmela para a solução dada em Lisbôa á crise — com a convocação de Côrtes ou Estados-gerais, como ampla consulta á Nação —, e contava persuadir o Rei da necessidade de aceitá-las (1). Mas Tomaz Antonio se lhe opôz (2). Creouse, inútil, uma Junta consultiva, que em discussões improduttivas, debateu o problema. Com isto se per-

(1) Palmela, que chegou a 23 de Dez. de 1820, recomendava o regresso do Rei, ficando o príncipe D. Pedro regente no Brasil. Tomaz Antonio preferia que partísse o príncipe. O conde dos Arcos apoiava Palmela. D. João hesitava, para ganhar tempo, astuto, com a "finura de tacto" que lhe viu Silvestre Pinheiro Ferreira, cartas, *Anais da Biblioteca Nacional*, II, 257 (Rio 1877), a esperar alguma surpresa, que o deixasse permanecer no Brasil... Percebia que a separação de Portugal estava imminente, e, no seu Conselho, uma corrente se batia para que o largasse, e fundasse o Imperio Brasileiro (1.ª carta de Silvestre, *op. cit.*, II, 254, P. CALMON, *O Rei do Brasil*, p. 251).

Trouxe Palmela carta de Fr. Francisco de S. Luiz (o futuro cardeal Saraiva) a insistir na volta do Rei. A 16 de Fev., avisou, decidida a viagem do príncipe, *Vida do Duque de Palmela*, I, 375. Mas D. Leopoldina não queria que fosse só, e obstinava-se em acompanhá-lo, LUIZ NORTON, *A Côrte de Portugal no Brasil*, p. 188, S. Paulo 1938. Sobre sua attitude, vd. nota de Palmela á *Historia do Cerco do Porto*, de LUZ SORIANO, I, 834, Lisbôa 1889.

(2) Afirma Pinheiro Ferreira que Palmela tinha dois projéto de Constituição, um para Portugal, outra para o Brasil, *op. cit.*, II, 262, enquanto o "Partido Brasileiro", que se animára extraordinariamente, queria que o príncipe D. Pedro ficasse, *ibid.*, p. 259. Fora Palmela, era na côrte Pinheiro Ferreira — cuja biografia resumiremos adiante — quem mais lucidamente via tudo, pois desde Abril de 1814 (*ibid.*, p.

deu o tempo preciso para alguma providencia que evitasse a comunicação da revolta ao Brasil. Comunicou-se, ante os olhos espantados daquele governo, que já não sabia o que fazer.

NO PARÁ E NA BAHIA

Começou no Pará a 1.º de Janeiro de 1821. O jóven Felipe Alberto Patroni (1), recém-chegado de Lisboa, induziu a tropa a derrubar a junta elegendo outra, presidida pelo vigariõ geral, sobrinho do bispo, Romualdo Antonio de Seixas (2). E “viva a Constituição”! A guarnição da Bahia — sem saber o que houvera no Pará — amotinou-se por sua vez em 10 de Fevereiro. “Abaixo o absolutismo”!

Na Bahia os sentimentos como que explodiram, numa grande agitação popular e confusa, misturando a fidelidade dos portuguezes à causa do Porto e os ideais de liberdade — contra eles — do oprimido nativismo. Antes, andava no ar a revolta, planejada na prisão em que se desesperavam os “réos de Pernam-

256) aconselhára ao Rei a adoção duma Constituição e de medidas que, respeitando as tendencias do seculo, obviassem á ruina da monarchia —, nele refletindo a sua amargura de filósofo, ouvido muito tarde, e consultado em ultimo logar, sobre a crise que vaticinára, ele, que desde 1791, em Coimbra, andára a divulgar as lições de Locke... (Biog. de TEIXEIRA DE MELO, *An. da Bibl. Nac.*, II, 248).

(1) Formara-se em Direito em 3 de Junho de 20, aos 22 anos, pois nascera em Belem do Pará em 1798, *An. da Bibl. Nac.*, XLII, 232. Comissionado pela provincia, voltou a Lisboa e proferiu perante o Rei palavras causticantes, em 22 de Novembro de 21. Foi então compelido a retirar-se do Paço. O seu idealismo pode ser aquilatado, v. g., pelas duas cartas, de 1821, transcritas por JORGE HURLEY, *Noções de Historia do Brasil e do Pará*, p. 397-9, Belem 1938.

(2) O futuro arcebispo-marquês de Santa Cruz diria ter sido coagido a aceitar a presidencia; queria liberdade, não aventuras..., *Memórias do marquês de Santa Cruz*, p. 21, Rio 1861. O bispo, seu tio, foi eleito deputado às Côrtes, A. C. FERREIRA REIS, *D. Romualdo de Souza Coelho*, p. 42, Belem 1941.

buco" (1), subtilmente propagada por alguns homens destemidos, latente no espírito da nova geração. O expoente da insurreição das ruas seria o Doutor Barata. Cipriano José Barata de Almeida. Conspirador desde 1796. Ardente e bizarro conspirador: violento, irredutível, original. Criaria a mística do nacionalismo plebeu e uma espécie de jornalismo belicoso, as "Sentinelas" (2). O governador, conde da Palma, não tinha a energia do conde dos Arcos, nem o inspector da tropa, Felisberto Caldeira, podia ter mão aos "reinos" (3) e impedir que se desmandassem (4). Era brasileiro...

Complicava a situação a desenganada simpatia do corpo comercial, quasi todo de portugueses do Mi-

(1) Em 1839 contou o des. Moura Cabral a Magalhães Drummond, "aquela revolução fôra planejada na prisão em que se achavam os réos de Pernambuco, com os quais ele estava de intelligencia, e principalmente com Antonio Carlos; que o brigadeiro Manuel Pedro estava tambem de acordo com A. Carlos", *Anotações à biographia, An. da Bibl. Nac.*, XIII, 246. A 2 de Dezembro de 1820, Tomaz Antonio ao. Rel: "E' conhecida de V. M. a manobra secreta da Bahia; todo mundo conhece e teme", O. LIMA, *D. João VI*, II, 1087; Varnhagen, *Historia da Independencia (Rev. do Inst. Hist.*, vol. 79, p. 40); Manuel Corrêa Garcia, *Historia da Independencia da Bahia*, p. 12, Bahia 1900.

(2) Vd. vol. III, 422, nota, desta *História*. Alem do citado opusculo de Luiz da Camara Cascudo, leia-se HELIO VIANA, *Contribuição à Historia da Imprensa Brasileira*, p. 496, Rio 1945. Veremos a importancia dos jornais "Sentinela da Liberdade..."

(3) A arcalca palavra, de uso nos primeiros tempos, e na Asla, voltara a circular, para distinguir os lusófilos. (Sobre o vocabulo e suas occurncias, Mons. SEBASTIÃO RODOLFO DALGADO, *Glossario Luso-Asiatico*, II, 253, Coimbra 1921).

(4) Palmela estivera na Bahia com Felisberto e, como a este lembrou em 1824, acertaram retardar a revolução, à espera da attitude conciliadora do Rei, carta de Londres, 28 de Julho de 24, *Arquivo Diplomático da Independencia*, II, 91-2. "Eu sustentei a provincia em obediencia até ao fim de Janeiro, como prometera a V. Ex.... V. Ex. defendeu minha honra acusada perante el-rei e não duvidou tomar a responsabilidade sobre qualquer falta que eu cometesse".

Não repetiremos o que se tem escrito sobre Felisberto, J. P. CALÓGERAS, *O Marquês de Barbacena*, S. Paulo 1936, RODRIGO OTAVIO FILHO, in *Rev. do Inst. Hist.*, conf., 1943, principalmente ANTONIO AUGUSTO DE AGUIAR, *Vida do Marquês de Barbacena*, (Felisberto Junior, o verdadeiro autor do livro). A sua fortuna decorreu do casamento rico que fez na Bahia, em 1801, com D. Ana Constança, filha do negociante Antonio Cardoso dos Santos e de D. Ana Joaquina de S. Miguel e Castro. Tornou-se conhecido na Inglaterra pela generosidade com que

inho (1) — pelos acontecimentos do Reino. Razões economicas misturavam-se a tendencias naturais: porque a adesão aos portuenses significava o restabelecimento duma união comprometida pela liberdade mercantil, desde 1808; e aproveitava aos negociantes, que muito perderiam com a separação da metropole. Não nos surpreenda ver os inimigos da independencia, de 1822, à frente do movimento liberal, de 1821. Predominou então a vontade de ligar de novo, e solidamente, o Brasil e Portugal. Os brasileiros, depois adversarios da metropole, cêdo reconheceram que Felisberto Caldeira antevira o futuro (2). O fáto é que a iniciativa da revolta — na madrugada de 10 de Fevereiro — foi do regimento de artilharia, aquartelado na fortaleza de S. Pedro, sob o comando do tenente-coronel Manuel Pedro de Freitas Guimarães, e que, por ser constituído de filhos do país, se tornára o centro armado de toda a ebulição “constitucionalista”, extremada, em seguida, no nacionalismo de 1822 (3).

atendeu, em 1805, à esquadra do almirante Home Popham. No mesmo ano acolheu fidalgamente o princ'pe Jeronimo Bonaparte. CALOGERAS, *ibid.*, p. 18. Elementos inéditos de sua biografia, colligimos: por ordem do governador de Angola, de 13 de Maio de 1799, andou a bordo de embarcação na costa, quando havia noticia de um corsario de Mauricio, e pediu transferencia para a Bahia, como tenente de marinha (Papeis avulsos).

(1) VISCONDE DE CAIRÚ, *História dos principais sucessos do Brasil*, P. X., c. 8; ACCIOLI, *Mem. Hist.*, ed. de B. do Amaral, III, 267. Contribuiu para precipitar o movimento a noticia de que o conde de V'ia Flôr (futuro duque da Terceira) iria succeder ao benévolo conde da Palma, conforme, aliás, instruções de 9 de Janeiro, VARNHAGEN, *op. cit.*, ps. 40-2.

(2) Testemunho de FRANCISCO DE SIERRA Y MARISCAL, *Idéas gerais sobre a revolução do Brasil*, *An. da Bibl. Nac.*, XLIII, 63. Ins'iste na divergencia de interesses entre os senhores de engenho, brasileiros orgulhosos, e os negociantes portugueses, seus comm'ssarios e credores. E classifica os partidos: o europeu, o democrata ou federalista e o aristocrata, ou favoravel à união, tendo porem o Rio de Janeiro por centro da monarchia. De republicanos na Bahia falamos a proposito da conspiração de 1798 e deles nos diz, em 1803, Thomas Lindley, vd. A. TAUNAY, *Na Bahia de D. João VI*, p. 51, Bahia 1928.

(3) General JOSÉ JUSTINO TEIXEIRA BOTELHO, *Novos subsídios para a Historia da artilharia portuguesa*, I, 267. O efetivo era em Março de 1822, de 487 homens. Neste regimento havia aula de matemática e artilharia, regida pelo major José Elói Pessoa da Silva.

Ao declarar-se a insurreição mandou o governador conde de Palma ao marechal Caldeira que a dominasse com a infantaria. Era tarde. A coluna que pretendeu atacá-lo, partindo da praça da Piedade, foi recebida a metralha (1). Piquêtes revolucionarios distribuiram-se pelos pontos estrategicos da cidade. Á iminencia dum choque sangrento, reuniram-se altas patentes e pessôas gradas na casa do conde da Ponte, á Piedade, e concertaram um entendimento geral em sessão da Camara, a que compareceu o governador. Aí — triunfante a revoolução — foi aclamada uma junta governativa, integrada por brasileiros e portugêses (2), que jurou logo, tanto solidariedade ao Rei como a anuencia “á Constituição que fizessem as côrtes em Portugal e interinamente á de Espanha, da mesma maneira que foi adotada em Portugal...” (3).

(1) Morreram na escaramuça o major Hermogenes Francisco de Aguilár, que figurára na conspiração “dos alfaiates”, alguns soldados e paisanos, sa'ndo feridos mais de vinte, entre os quais o major Antonio Bernardes de Castro e o alferes Francisco Antonio de Argollo, que faleceu dias depois. ACCIOLI, *op. cit.*, III, 270-1. O major Hermogenes teve filho illustre, Gastão Adolfo d'Aguilár Pantoja, (bacharel de Coimbra, *An. da Bibl. Nac.*, LXII, 230), ministro da Justiça de Feijó, 1836-7, magistrado, ministro do Supremo Tribunal (L. LAGO, *Supremo Tribunal de Justiça*, p. 70) (1798-1867). Segundo JOÃO LADISLÁO DE FIGUEIREDO E MELO, *Recordações biográficas*, p. 15, ele estava implicado na conjura.

(2) Pelo clero, o deão José Fernandes da Silva Freire; pela milícia, os portugueses tenentes-coroneis Francisco de Paula e Oliveira e Francisco José Pereira; pelo commercio, Francisco Antonio Filgueiras e José Antonio Rodrigues Viana; pela agricultura, Paulo, José de Melo; pela Cidade, o desembargador Luiz Manuel de Moura Cabral, secretario do governo, o desembargador José Caetano de Paiva e o bacharel José Lino Coutinho. O povo exigiu que entrasse para a junta o tenente coronel Manuel Pedro de Freitas Guimarães. Felisberto Caldeira opoz-se ás deliberações, mas assentiu na ata final, que consagrava a “reconciliação entre os habitantes desta Provincia...” (ACCIOLI, *ibid.*, III, 275). Distinguiu-se como apaziguador o marechal Luiz Paulino d'Oliveira Pinto da França. Mas foi Cipriano Barata — que se apresentara “burlescamente armado á sertaneja”, quem deu ao movimento a nota demagogica. Com ele, saiu á rua, finalmente, o povo, excitado pela facil vitória, e disposto a completá-la, com a Independencia.

(3) Doc. in BRAZ DO AMARAL, *História da Independencia da Bahia*, p. 20, Bahia 1923. Sobre o ambiente no Rio, PEREIRA DA SILVA, *Hist. da Fundação do Imperio Brasileiro*, V, 75-6, Rio 1865. E' curioso notar que a Constituição de 1812, assim adotada, incluía no territorio da Espanha as colonias americanas, já independentes...

Retirou-se o conde de Palma para o Rio de Janeiro. O heróe da jornada, para o povo, fôra o tenente coronel Manuel Pedro. A rogo da multidão, a junta o promoveu a brigadeiro. E tratou sem demora de informar para o Rio de Janeiro o sucedido (12 de Fevereiro) e solicitar de Lisbôa (dia 18) (1) a remessa de tropa, que sustentasse o “novo sistêma proclamado”. Contra quem? Contra o Rei, no Rio de Janeiro.

A ADESÃO DO REI

A 17 de Fevereiro, soube-se no Rio do que ocorrêra na Bahia. Palmela, o primeiro a ler a carta que, sôbre os acontecimentos, o consul inglêz escrevera a seu ministro, concitou D. João VI a tomar uma attitude decisiva. O conde dos Arcos pensava do mesmo modo. Ouvia-o o principe D. Pedro, já cançado de nada valer naquela côrte inerte. Tomaz Antonio, porém, se opunha aos três. O mais que obtiveram dele foi o decreto do dia seguinte, 18, que determinava a partida de D. Pedro para Portugal, ad tempo em que nomeava grande comissão, e convocava para o Rio procuradores de cidades e vilas, onde houvesse juizes letrados, para dizerem todos sôbre os interesses do Brasil. O decreto desgostou os portuguezes, que viam nisto o isolamento do Brasil, e o principe, obrigado a viajar contra a vontade. Uniram-se (2): e puzeram

(1) A carta da junta respondeu o Rei em 28 de Março, apelando para “que se não dissolva a união com as mals partes deste Reino do Brasil”, B. do Amaral, op. cit., p. 46. A regencia em Lisbôa, em carta de 19 de Maio, avisava a remessa de dois batalhões de infantaria e uma companhia de artilharia, *ibid.*, p. 47. A junta mandou a Sergipe uma expedição depor o governador, que poderia aliar-se ao de Pernambuco, e a 22 de Maio, ms. no *Arg. Hist. Col.*, Lisboa, dizendo a sua desconfiança do conde dos Arcos, lembrou que a Bahia devia ser tratada como provincia de Portugal.

(2) Apontamento do conde de Suberra, in *arquivo* Lavradlo: “a revolução do Rio de Janeiro, disse-me S. M., que tinha sido urdida pelo principe Real por *conselho do conde dos Arcos*: o marquês de Palmela

fôra do governo a Tomaz Antonio (1). Foi na manhã de 26 de Fevereiro (2).

A tropa tomou posição no Rocio. Correu o príncipe a parlamentar com o seu comandante, o brigadeiro Carreti. Voltou a S. Cristovão para informar ao pai — que o exercito pedia apenas a adesão ao sistema constitucional. Não foi difícil convencê-lo. Consentiu em tudo o que queriam. Deixou-se conduzir ao Paço da Cidade entre grandes aclamações e, mostrando-se numa janela, jurou o seu respeito à Constituição futura (3). Caíam com isto os ministros retró-

confluiu-me que o conde dos Arcos o tentara para a revolução, mas ue um modo imperceptível, dizendo que El-rei estava pateta; Palmeia só conheceu o fim desta insinuação depois dos acontecimentos. Arcos dizia a S. A. ponhamos o velho fôra, que eu faço dos brasileiros o que quiser, pois só eu conheço o modo de os levár. Tomaz Antonio conheceu o perigo e segundo El-rei repetiu um cento de vezes, com arrependimento, dizia a S. M., ponhamos fôra a tropa do Reino e o conde dos Arcos e não temos revolução". (MARQUÊS DE LAVRADIO, *D. João VI e a Independencia do Brasil*, p. 12, Lisboa 1937). O presidente do Senado da Camara do Rio, em 9 de Janeiro de 1824, disse a D. Pedro, não esquecera "V. M. I. fôra mesmo quem no memoravel dia 26 de Fevereiro de 1821 proclamara este sistema..." (*Registo Geral da Camara Municipal de S. Paulo*, XVII, 416).

(1) O decreto de Tomaz Antonio, de 18 de Fevereiro, comunicado á junta da Bahia, foi repellido, pela prociamação de 18 de Março, que o fulminou com eloquentes invectivas (B. DO AMARAL, *Hist. da Independencia da Bahla*, p. 51). Por isso, ao saber do movimento de 26 de Fevereiro, que significava a adesão do Rei ás Côrtes de Lisboa, mandou a Junta rezar *Te Deum* em 29 de Abril, o que se praticou nas principais vilas da provincia.

(2) A adesão das provincias, depois do Pará (1 de Janeiro), Bahia (10 de Fevereiro) e Rio (26 de Fevereiro), deu-se na seguinte ordem: S. Paulo (13 de Maio), Maranhão (6 de Abril), Ceará (14 de Abril), Paraíba (27 de Abril), Rio Grande do Norte (24 de Maio), Pernambuco (28), Alagoas (11 de Junho), Mato Grosso (20 de Agosto), Minas Gerais (21 de Setembro de 1821).

Mas, somente em virtude do decreto das Côrtes, de 29 de Setembro, foram eleitas as juntas de governo, em vez das que permaneciam do regime anterior ou tinham sido creadas pela agitação liberal: Rio Grande do Norte (12 de Dezembro), Alagoas (31 de Janeiro de 1822), Paraíba (3 de Fevereiro), Bahia (2 de Fevereiro), Ceará (17), Maranhão (9), Pará (11 de Março), Mato Grosso (20 de Agosto).

(3) P. CALMON, *Vida de D. Pedro I*, 2.a ed., p. 70. A noite houve espectáculo de gala no Teatro e José Eloi Ottoni (o amigo de Bocage) recitou o seu altivo soneto, "Portugueses! A nuvem tenebrosa...", PAULO PINHEIRO CHÁGAS, *Teófilo Ottoni*, p. 32, Rio 1943.

grados. Retirou-se Tomaz António, para dar lugar, nas pastas de Estrangeiros e Guerra, ao liberal Silvestre Pinheiro Ferreira (1). O conde de Lousã, os almirantes — envelhecidos no serviço da corôa — Inácio da Costa Quintela (2) e Joaquim José Monteiro Torres, completaram o gabinete de transição — entre 26 de Fevereiro e a partida de D. João VI (3).

(1) Nasceu Silvestre em Lisboa (1769-1864). A 28 de Nov. de 1792 empossou-se no lugar de substituto de filosofia racional e moral na Universidade de Coimbra (*Livr. de posse dos prof., ms., Arq. da Univ.*), mas emigrou em 1797, devido às idéias liberais. Aproveitou-o Araujo (Barca) na diplomacia. Foi seu secretario de legação e discípulo político. Ainda em 1806 o denunciavam à Inquisição por frívolas razões, ANTONIO BAIÃO, *Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa*, II, 144, R'º 1924. Em 1809, publicou em Amsterdam uma crítica do *Ensaio sobre os princípios de Mecânica*, de José Anastacio da Cunha, cf. GARÇÃO STOCKLER, *Ensaio histórico sobre a origem das matemáticas*, p. 168. Em 1810 veiu para o Brasil, INNOCENCIO, *Dic. Bio-Bibliográfico*, VII, 260, Lisboa 1862. Ens'nou filosofia depois de ter recusado a missão ao Prata em 1812, como dissemos, Marrocos, Cartas, *An. da Bibl. Nac.*, LVI, 133-4. Eram "proposições à francesa...", *ibid.*, p. 266, reduzidas a livro, *Prelecções Filosóficas*, Rio 1813, *Categorias de Aristoteles*, 1814, etc. "Inculcando-se corifeu enciclopédico, grangeia um partido...", escreveu Marrocos em 1816. Venceu em 1821. Voltando à Europa com o rei, teve de mudar-se para a França, onde publicou, além de uma *biografia* em francês de D. João VI, 1827, sem nome do autor, estudos interpretativos da *Constituição do Imperio do Brasil* (Paris 1830 etc.), *Précis d'un Cours d'Economie Politique*, Paris 1840, *Le Droit des Gens*, de Vattel, por ele anotado (apostilas conservadas por Prad'er-Fodéré, 3 vols., Paris 1863), *Cours de Droit Public Interne et Externe*, 3 vols., 1830... Dá-se-lhe a honra de precursor da moderna legislação do trabalho com o *Projecto de associação para o melhoramento das classes industriosas*, 1840, L. CABRAL DE MONCADA, *Subsidios para uma História da filosofia do Direito em Portugal*, 2.ª ed., p. 38, Coimbra 1938. As suas idéias federalistas causaram impressão, tanto que Itabalana, em 1832, pediu a Rezende, obtivesse dele uma retratação para que se não agravassem os males do Brasil..., *Rev. do Inst. Hist.*, v. 80, p. 415. Ainda em 1843 era o protetor da *Sociedade Filomatica*, em Lisboa, recordou A. F. DE CASTILHO, *Vivos e Mortos*, V. 35, Lisboa 1904.

Silvestre fez justiça ao Brasil na informação às Côrtes, de 15 de Março de 1821, publ. por MARIO BHERING, *An. da Bibl. Nac.*, XLIII, XXXI.

(2) A esse illustre marinheiro chamou Bocage também "excelente poeta", *Poesias*, II, 66, (Lisbõa 1853). Fôra o heróe do combate entre a fragata de seu comando, "Andorinha", e a fragata francesa "La Chiffone", em 1801, conseguindo, apesar de vencido, levar o navio para a Bahia. VARNHAGEN, *op. cit.*, V, 33. Escreveu *Anais da Marinha Potuguesa*, 2 vols., Lisbõa 1839.

(3) Da alegria causada em Lisbõa pela adesão do Rei, nos diz A. F. DE CASTILHO, *Castilho pintado por ele proprio*, *Obras*, LXIV, 34, Lisbõa 1909. Sobre a situação no Rio, vd. cartas de PINHEIRO FERREIRA,

O REGRESSO DE D. JOÃO VI

Depois de 26 de Fevereiro, D. João VI não podia mais viver tranquilo. O Brasil perdeu para ele o seu maior atrativo, que era a paz. Dispoz-se a voltar. Resignou-se ao sacrificio desse regresso que, até aí, adiára sempre. Fez publicar em 7 de Março o decreto em que annunciou a próxima partida e encarregou o principe D. Pedro, como logar-tenente, da regencia do Brasil. Transferiu-lhe, praticamente, a autoridade. E enquanto se preparava para a viagem, fechou os olhos à crescente agitação política, que se caracterizou pelo choque entre os conservadôres, que achavam desastrosa a retirada do Rei, e os liberais ou constitucionais, que, por sua vez, se dividiam, em partidários do principe e em portuguezes fiéis ao regime de Lisbôa. Estes formavam a corrente retrógrada, da recolonização. Compreende-se, que no vivo debate que se seguiu ao juramento da Constituição prometida se apresentassem fôrças e idéias ainda desconhecidas no país. A demagogia dos oradôres populares; a literatura dos panflêtos; a pública discussão das doutrinas (os liberais citando Rousseau, os conservadôres lembrando Burke, Washington, Benjamin Constant); e a imprensa de opinião (1).

An. da Bibl. Nac., II, 280-312; e as paginas descritivas de VIEIRA FAZENDA, *Rev. do Inst. Hist.*, v. 143, p. 335.

A partida do Rei para Portugal foi decidida em sessão do conselho de 27 de Fevereiro, opondo-se a ela somente Pinheiro Ferreira.

(1) José da Silva Lisbôa foi o primeiro jornalista deste periodo, com o *Conciliador do Reino Unido*, que saiu em sete numeros, de 1 de Março a 25 de Abril de 1821. (Vd. HELIO VIANA, *Revista Brasileira*, n.º 9, p. 103, Rio 1944). Defendia, como insinúa o titulo, a harmonia entre Brasil e Portugal, respeitadas as liberdades constitucionais, e era implicitamente favoravel á permanencia de D. João VI. O jornalista começou a sua propaganda em fins de 1821, já aí para advogar a causa de D. Pedro contra as Côrtes portuguezas, na "*Sabatina Familiar de amigos do bem comum*", em que propoz a fundação duma academia, ou "Companhia domestica de homens de letras", sob a égide do Estado.

Reúniu-se a 21 de Abril, na Praça do Comercio, o corpo eleitoral, para falar sôbre as instruções dadas por el-rei ao filho, para o governo do Brasil. Temerária fôra a convocação dos eleitores, que, dominados por oradôres demagógicos (1), se julgaram com direito de deliberar, e pediram que se lhes reservasse a eêcôlha dos ministros, que se adotasse por enquanto a Constituição de Espanha, que fossem desembarcados dos navios os valôres que D. João VI levaria consigo, e não saísse do porto qualquer embarcação... Assentiu o rei em baixar decreto pondo em vigor a Constituição espanhola. Por um dia (2)! Como se tornasse sediciosa a assembléia, D. Pedro, aconselhado pelo conde dos Arcos, resolveu dissolvê-la com brutal demonstração de força. Com efeito, na madrugada vários batlhões se apresentaram diante da Praça do Comercio, e a investiram, expulsando os eleitores. Um foi morto, varios feridos; outros, tomados de terror, deitaram-se ao mar, para o qual dava os fundos do edificio (3)...

Grande foi a emoção causada por essa violencia, que, entretanto, produziu um periodo de paz, propicio á retirada de D. João VI. Em 24 de Abril despediu-se, em solene beija-mão, de seus súditos. Advertiu ao filho, que lho recordou depois: "Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me has de

(1) Distinguiu-se como agltador, na reunião, o jovem Luiz Duprat, que em Julho de 1821 voltou a Portugal e — demagogo em 1821 — foi acerrimo partidario do absolutismo de D. Miguel, (TOBIAS MONTEIRO, *op. cit.*, p. 351). Era, por sinal filho de Pedro Duprat, francês, reposteiro da Camara da Rainha... Livro de Registro dos Alvarás e Cartas, fl. 1, 16 de Março de 1785, ms. na Torre do Tombo, Lisboa.

(2) A constituição espanhola foi mandada vigorar a 21 e suspensa a 22 de Abril. Ha retrospecto do facto in *El Argos*, Buenos Aires, 2 de Junho de 1821 (edição *fac-simil*ar da Junta de Hist. y Numismatica, 1931).

(3) Vd. Memoria de uma testemunha, *Rev. do Inst. Hist.*, v. 27; e MELO MORAES, *Brasil Histórico*, 2.^a série, 1, 109-110, Rio 1866.

respeitar, do que para algum desses aventureiros" (1). Nomeou — a 22 de Abril — ministros do regente os condes dos Arcos e de Louzã (2), general Caula e Manuel Antonio Farinha. Embarcou na ante-manhã de 25, com a rainha, os outros filhos, numerosos cortesãos (cerca de três mil pessoas) e a bagagem (3) (incluindo 50 milhões em moéda) — e a 26 seguiu viagem para a Europa.

Ficava no Brasil, á frente dos acontecimentos, sujeitando-os com a sua autoridade inexperiente, o rapaz que havia de proclamar a independencia, fundar o Império, coroar-se Imperador — encabeçando a revolução, inadiável.

(1) Vd. in AUGUSTO DE LIMA JUNIOR, *Cartas de D. Pedro I a D. João VI*, p. 66, Rio 1941.

(2) Louzã, honrado e esclarecido, como lhe chama o marquês da Fronteira, *Memorias*, III, 104, deixou o serviço do Brasil em Janeiro de 1822 e se recolheu a Portugal, onde seguiu, embora sem entusiasmo, o partido de D. Miguel contra D. Pedro. O conde dos Arcos, este era o mais influente amigo do príncipe, tanto que o Rei não mais confiava nele, a crer em Pinheiro Ferrelra, cartas, *An. da Bibl. Nac.*, II, 281, que, todavia, diz ser oportunista, ou sem plano certo, e sua politica: achava-se senhor da arte de governar os brasileiros...

(3) D. João VI levou de volta os arquivos da Secretaria de Estado, sendo que, á ultima hora, o conde dos Arcos mandou apartar os papeis de Ultramar, que ficaram... Docs. In *Brasilia*, II, 642-5.

VIII

O PRINCIPE D. PEDRO

O príncipe era homem falhado para as circumstancias. Não se parecia com o pae. Tinha, com a vocação das armas, gênio violento, ambição de glória, ao mesmo tempo o desejo de ser liberal, entre os mais generosos príncipes da epoca. Essa desigualdade de atitudes — a fazer e conter a revolução, ora seu chefe, ora seu inimigo — correspondia á delicadeza de sua condição de herdeiro do trono, mas de espirito moderno e agitado, que se voltava, colérico, contra as fórmas antigas, desacreditadas e mofinas do Estado. Alem disso, desde os nove anos de idade no Brasil, preferia-o a Portugal; e, vendo o Rei diminuido, quasi demittido, pelas Côrtes de Lisbõa, previa o proprio destino, de sucessôr da corõa, porém sómente na America. A princesa D. Leopoldina acompanhava-o nessa idéia, que tomou corpo em Fevereiro, afirmou-se em Abril de 1821.

Com a partida do Rei, logo se convenceu D. Pedro de que a regencia lhe dava a oportunidade de crear o Império, cortando, por sua mão, os laços com a metropole, agora dominada pelos deputados, que o detestavam ou temiam. A divisão de sentimentos (1), entre portuguezes e brasileiros, acentuára-se naqueles dias de excitação politica; nem seria possivel iludí-la. Os interesses eram mais vizíveis do que os sentimen-

(1) Vd. o que observou MARTIUS na Bahia, 1818, *Vtagem através da Bahta*, ed. de Pirajá da Silva, p. 70.

tos, e estes não se moderavam, como até aí, na prudência ou na dissimulação, que os envolviam desde 1808. Quando embarcou D. João, perceberam todos que levava a tradição, deixava a independência...

A REGENCIA

A situação administrativa era lamentável, mesmo caótica. A retirada de valôres, com a repatriação do Rei e de sua imensa comitiva, desfalcara o Erário, insolvente, e deixou sem encaixe metálico o Banco, obrigado, logo depois (28 de Julho de 1821), a suspender pagamentos (1). O isolamento das províncias, na confusão que se seguiu, agravou a penúria do Tesouro no Rio de Janeiro, alcançado por dívidas que passavam do dobro da receita (2). Voltariam à obediência do Regente, que representava El-rei? As juntas da Bahia, do Maranhão, do Pará, só o reconheceram por formalidade. Correspondiam-se com as

(1) J. ARMITAGE, *Hist. do Brasil*, p. 20. Reduzira-se a vinte contos o encaixe deixado no Banco, cujas emissões andavam em mais de 8 mil contos de desvalorizado papel, VICTOR VIANA, *Histórico da Formação econômica do Brasil*, ps. 187 e 196, Rio 1922.

(2) PEREIRA DA SILVA, *Hist. da Fundação do Império Brasileiro*, V, 150-1. Só a Bahia, no exercício de 1821, com o haver de 1.508 contos e débito de 887, teria em cofre mais de 600. Em outro tanto se orçava a prosperidade de Pernambuco. Pela "exposição apresentada ao rei por Manuel Jacinto Nogueira da Gama" em 1812, (JUSTINIANO JOSÉ DA ROCHA, *Biografia do Marquês de Baependi*, ps. 27-69, Rio 1851) se vê que o Erário Real podia contar "pelo menos" com a seguinte renda anual:

Ditas de Minas Gerais, Angola, Ceará, etc. (sic)	150 contos
Sobras da capitania da Bahia	600 contos
Ditas de Pernambuco	480 contos
Ditas do Maranhão	300 contos
Rendimentos arrecadados imediatamente	1.604 contos
	<hr/>
	3.134 contos

Pelo movimento de 1810 vemos que os cálculos eram exatos. Mas, ao assumir a Regência D. Pedro, devia o Tesouro a vários credores cerca de 5 mil contos, e a etapa das tropas estava atrasada de 26 meses. (*Carta a D. João VI*, de 17 de Julho).

Côrtes e destas recebiam ordens. Não demorou o levante da Divisão em Montevidéo (20 de Maio): que-ria conservar-se portuguesa (1).

Que fazer, nessa emergencia?

Andou o príncipe de início com muito tacto. Diminuiu impostos, equiparou as pautas aduaneiras dos portos, estendeu aos militares brasileiros os favôres de que gozavam os portugueses (2). Lisonjeou a corrente nativista, que abominava a "recolonização", mostrando-se equânime e liberal; nem ocultou a incompatibilidade com os retrógrados. Agruparam-se estes em torno do comandante da Divisão Auxiliar no Rio, Jorge de Avilez, e personificaram no conde dos Arcos a politica do príncipe, que os assustava. Em 23 de Maio soube D. Pedro da conspiração. Em 2 de Junho chegou navio de Portugal, com as *Bases Constitucionais* decretadas em 10 de Março (3). No dia 5, a tropa se reuniu no Rocio e exigiu a demissão do conde (4). Submeteu-se, e, além de substituir o mi-

(1) Cindiu-se a guarnição: com o brigadeiro D. Alvaro da Costa ficou a Divisão de Voluntarios del-Rei, em Montevidéo, e com Lecor em Canelones, apoiando a regencia de D. Pedro, o regimento de Dragões, comandado por Frutuoso Rivera. Terminaria a pendencia com a retirada para Portugal de D. Alvaro, em Novembro de 1823. (Vd. B. ORIBE, *El Brigadier general Don Manuel Oribe*, 1, 104, Montevidéo 1933).

(2) *Carta* de D. Pedro ao rei, 17 de Julho de 1821.

(3) As *Bases* organizavam o Estado pelo modelo liberal: a lei igual para todos (art. 11), divisão de poderes (art. 18), o rei sem direito de veto ás leis feitas pelas Cortes constituintes (art. 23), proclamados os direitos do homem, com a soberania da nação... A Junta da Bahia jurára as Bases em 25 de Maio.

(4) Vd. carta de D. Pedro, 8 de Junho de 1821, e correspondencia de MARESCHAL, *Rev. do Inst. Hist.*, LXXVII, parte 1, ps. 183-4. D. Leopoldina, 9 de Julho, dizia desconfiar das más intenções da tropa portuguesa, LUIZ NORTON, *A Côte de Portugal no Brasil*, p. 441. O conde dos Arcos foi apupado na sua passagem pela Bahia, B. DO AMARAL, *Hist. da Indep.*, p. 31. Allás, segundo o ministro austriaco, lhe attribuíam vastos planos de organização monarchica e independente do Brasil.

nistro, jurou no Teatro as Bases (1), e nomeou uma junta de notáveis que o ajudariam a governar.

Passava de protetor a protegido. Os ministros ficavam responsáveis perante a *junta*... (2). Era como uma regência a suplantiar a outra: o eclipse do Príncipe, em proveito da reação, que o vencia!

De fato, a derrota era ilusória e só no papel lhe limitou a autoridade. Anulou-se a *junta dos notáveis* na sua timidez, e sumiu-se, no silêncio em que se agasalhou. O que agora se discutia, não era a limitação do poder pessoal, mas a própria emancipação do país.

As eleições para os deputados do Brasil às Côrtes de Lisboa, dêram por um momento a impressão de que lá os espíritos se conciliariam (3).

Mas não seria possível a paz sem a independência do Brasil. Faltava-lhe apenas o chefe. Depois de 5 de Junho, pensou seriamente o príncipe em retirar-se para a Europa, renunciando a essa responsabilidade. Fixou-o nela a voz das províncias, com a forte influencia dalguns homens austéros.

(1) Auto de juramento, com o Senado da Camara, os eleitores e 2 officiaes de cada regimento, ms. no *Arq. Hist. Col.*, Lisboa.

(2) Nomeada por decreto de 5 de Junho, com o bispo como presidente perpetuo e Mariano da Fonseca (Maricá) secretario, a junta de nove membros se instalou no Paço da Cidade na manhã de 7, em presença do Príncipe e de quatro ministros, e deitou proclamação a 16. Reunia-se no consistorio da Igreja de S. Francisco de Paula. Docs. in *Arq. Hist. Col.*, Lisboa.

(3) O decreto de Lisboa, de 24 de Abril de 1821, mandou proceder à eleição dos deputados, conforme instruções de 22 de Novembro, cumpridas no Reino para escolha dos membros do congresso, que se inaugurou em 24 de Fevereiro. Foram eleitos os do Rio em 15 de Maio, de Pernambuco a 7 de Junho, de Golaz a 1 de Julho, do Maranhão a 5 de Agosto, da Bahia a 3 de Setembro, das Minas Gerais a 18 de Setembro, do Rio Grande do Sul a 29 de Outubro, de S. Paulo a 9 de Julho, do Pará a 10 de Novembro. Os primeiros representantes brasileiros tomaram assento nas Cortes em 30 de Agosto.

A IDÉIA BRASILEIRA

Dêram eloquência e ação ao nascente "patriotismo" a sociedade secreta e a imprensa.

Em 2 de Junho, instalou-se ali a loja maçônica "Comércio e Artes" (1).

Saíu a lume, em 15 de Setembro, o primeiro numero do periodico "Reverbero Constitucional Fluminense", de José Gonçalves Ledo e padre Januario da Cunha Barbosa (2).

(1) A loja "Comercio e Artes", fundada em 2 de Junho de 1821 por Ledo e Januario, se transformou, em 17 de Junho do ano seguinte, em *Grande Oriente do Brasil*, como reza a ata da sessão inaugural deste: "A' Gloria do Grande Arquitecto do Universo. Aos 28 dias do 3.º mez do ano da Verdadeira Luz de 5.822, achando-se abertos os Augustos trabalhos da Nossa Ordem em o grão de Aprendiz e havendo descido do Oriente o irmão Graccho, Veneravel da Loja *Comercio e Artes*, uniu até este dia existente e regular no *Oriente do Rio de Janeiro*; por que nessa ocasião reassumiu o Povo Maçonico reunido para a Inauguração e creação de um Grande Oriente Brasileiro toda a plenitude dos seus poderes..." (M. BHERING, *An. da Bibl. Nac.*, XLIII, XIII). Graccho era Gonçalves Ledo. Surgiu assim o *Oriente da rua do Lavradio*, a que se referiu em 1833, o jornal "*Brasil Afulto*", n. 5 (vd. HELIO VIANA, in *Rev. do Inst. Hist.*, vol., 179, Abril-Junho 1943, p. 54): "O da rua do Lavradio, que tanto trabalhou em 1822, dividiu-se, indo uns de seus membros para o Apostolado, outros combatendo a nova sociedade secreta. Fizeram pazes depois do 7 de Abril..."

Ledo e Januario só aderiram sinceramente ao príncipe depois da viagem a Minas Gerais. No processo que se fez á maçonaria, quando a suspendeu D. Pedro, declarou José Joaquim da Rocha que, em Setembro de 21, jantou Antonio Carlos com Ledo e Januario, e foi por eles solicitado para fazer, nas Côrtes, todas as diligencias para que o príncipe se retirasse do Brasil. Ouvido, confirmou Antonio Carlos, acrescentando que os dois teoricamente se inclinavam para um *Governo federal*, uma vez que as circumstancias o permitissem..." (*An.*, *clt.*, ps. XVIII e XXI).

Os principais da "*Comercio e Artes*" eram, alem dos citados, o juiz de fóra José Clemente Pereira, o brigadeiro Luiz da Nobrega, o brigadeiro Domingos Alves Branco... A séde foi a principio á rua do Fogo, depois do Conde, junto á casa de Paulo Fernandes Viana, vd. VIEIRA FAZENDA, *Kosmos*, Abril de 1905.

As duas outras "lojas" foram *União e Tranquilidade*: 9 de Janeiro (com José Clemente, Ledo, o padre Lessa, Martim Francisco) e *Esperança de Niterói*: 3 de Junho (da qual teve o grão-mestrado José Bonifacio), cf. ms. do arq. deste, copiado pelo barão Homem de Mello (ms. no arq. David Carneiro, Curitiba).

(2) Era quinzenal o *Reverbero*; seguiu-se-lhe *O Espelho*, em Outubro, semanal, do coronel Araujo Guimarães, antigo redator da *Gazeta Oficial*. No primeiro, escreviam de colaboração Januario e

Suspensa a censura à imprensa, e com ela o monopólio da *Impressão Régia*, multiplicaram-se, como por milagre, os prélos, e jornais, panfletos, manifestos e boletins se derramaram pela cidade (1). Em 1819 proibira-se a publicação de um inocente "Campeão" ou "Amigo do Rei e do Povo". Em 1822, dez não bastavam para a luta ideológica, avivada por todas as exaltações.

Leto, que o disseram a Varnhagen, *Hist. da Indep.*, p. 122. O surto da imprensa se seguiu, porém, à indignação produzida pelos decretos que chegaram em 9 de Dezembro. O des. França Miranda publicou avulso, "*Despertador Fluminense*", *Tip. Nac.*, 1821, concitando D. Pedro a não partir. Apareceu o 1.º número da "*Malagueta*", de Luiz Antonio May. "*O Brasil indignado contra o projeto anti-constitucional*", de um filo-pátrio, saiu por esse tempo. Somente José da Silva Lisboa publicou varios panfletos, manifestos e periodicos, "fiel a Nação" (como assinava).

(1) Além das duas tipografias fundadas em 1821, de Moreira e Garcez e Nova Oficina, surgiram em 1822 a Imprensa do Diário (que em 1 de Abril lançou o Diário do Rio do Janeiro), Oficina de Silva Porto & Cia., tipografia de Santos e Souza, de Torres & Costa, de Meirelles... Ernesto Senna, *Rascunhos e Perfis*, p. 599.

A primazia cabe a José da Silva Lisboa, que publicou em 1 de Março de 1821 o "Conciliador do Reino Unido", com sete numeros ate 25 Abril. Defendia ainda a permanencia no Brasil de D. João VI... HELIO VIANA, *História da Imprensa Brasileira*, p. 370. Lisboa deu em seguida à estampa *Sabatina Familiar de Amigos do Bem Comum*, Dezembro de 1821, em que advogava a fundação de uma *Companhia domestica de homens de letras* e da apeteçida Universidade; e *Reclamação do Brasil*, de 9 de Janeiro a 23 de Maio de 1822.

No seu numero de 15 de Nov. de 21 o *Reverbero Constitucional Fluminense* se bat'a pela liberdade da imprensa...

De "*A Malagueta*", que saiu em Dez. de 22, ha reimpressão fac-similar, com pref. de Helio Viana, Rio 1945. O redator deste, diz que o publicou depois da chegada do correio, *Infante D. Sebastião*, com a ordem da saída do principe, n. 4, p. 14 (ed. fac-similar).

A imprensa (tirando a Bahia, que a tinha desde 1811) foi então surgindo nas provincias: Maranhão, *Conciliador Maranhense*, 10 de Set. de 1821 (CESAR A. MARQUES, *Rev. do Inst. Hist.*, LI, 168), já em Pernambuco a 21 de Março, Aurora Pernambucana (Alfredo de Carvalho *An. da Impr. Periodica Pernambucana*, p. 37, Recife 1908), sucessivamente no Pará, *O Paraense*, 1822, Ceará, *Diário do Governo*, no mesmo ano, Minas Gerais, *A Abelha do Itacolomi*, 14 de Jan. de 24, Paraíba, *Gazeta do Governo*, 1826, S. Paulo, *Farol Paulistano*, 1827, Rio Grande do Sul, *Constitucional Rio-grandense*, 1828; Goiás, *Matutina Melapotense*, 1830, Alagoas, *Iris Alagoense*, 1831, Santa Catarina, *O Catarinense*, 1831, Espírito Santo, *O Estafeta* 1834, Piauí, *Correio da Assembléa*, 1835, Mato Grosso, *Témis Matogrossense*, 1839 (V. CORRÊA FILHO, *Mato Grosso*, p. 146, Rio 1939), Amazonas, *Estrela do Amazonas*, 1854. (JOSÉ VERISSIMO, *O Livro do Centenario*, I, 64, Rio 1900).

DE COIMBRA...

Da Universidade saíam por esse tempo os bachareis impacientes e ambiciosos que freíam de entusiasmos liberais... Os estudantes brasileiros e seus colegas iluminados pela mesma intuição (1), toleravam o Reino Unido, porém o Brasil igual a Portugal. Já preferiam morrer a transigir com o absolutismo! Trouxeram em 1821 a chama dessas convicções, com a noticia dos sucessos recentes: tinham prèssa em fazer a Independencia. Acharam à frente do movimento um velho lente: José Bonifacio. Em 1823 e 24, ainda de lá voltavam os brasileiros: alguns republicanos, apontados, quasi todos, como perigosos à ordem (2), e mações...

(1) Cantava Garrett em Janeiro de 21, em Coimbra:

Então hasteai ousados
Os pendões da sincera independencial

(O Brasil Liberto, *Versos*, I, 166, Lisboa 1866).

(2) Das idéias na Universidade e dos propositos brasileiros, em 1819-21, diz MANUEL QUIRINO, *A Baía de Outrora*, p. 270, Bahia 1916. Vimos Patroni no Pará. Recem-formado, Miguel Calmon foi o portador da carta de 22 de Março de 22, em que os deputados bahianos consultavam as Camaras municipais sobre a melhor forma de governo. Araujo Viana, Miranda Ribeiro, Montezuma, Barros Paim, Odorico Mendes, Joaquim Marcelino de Brito, Martins Velasques, pertenceram àquela geração academica, *An. da Bibl. Nac.*, LXII, 230-5. José da Natividade Saldanha teve passaporte em Lisboa em 28 de Agosto de 1823 (Doc. in papeis avulsos, *Arq. Hist. Col.*, Lisboa, inéd.). Iria incendiar Pernambuco com a sua campanha republicana. No mesmo arq. Lista das pessoas pertencentes à corporação da Universidade e individuos desta cidade de Coimbra suspeitos de aderidas ao sistema do Governo revolucionário felizmente extinto (1824), figuram, brasileiros, Chichorro da Gama, Aureliano Coutinho e seu irmão Saturnino, Ernesto e Cornelio Ferreira França, Joaquim Francisco Alves Branco, Manuel Messias de Leão, ms. inéd., copia de D. Maria Isabel de Albuquerque. Destes os passaportes indicam a vinda para o Brasil em julho de 24.

Note-se que os estudantes brasileiros surpreendidos em Portugal pelas lutas liberais, tomaram o partido da Rainha, ou anti-absolutista, seguindo nisto a tradição dos antecessores, de 1820. Alguns pegaram em armas, como Varnhagen, Francisco Gonçalves Martins (S. BLAKE, *Diction.*, II, 459) Ricardo Leão Sabino (RODRIGO OCTAVIO, *A Balaiada*, p. 5, Rio 1942); outros foram perseguidos e fugiram, (ALBINO JOSÉ BARROSA DE OLIVEIRA, *Memórias de um magistrado do Imperio*, p. 71, S. Paulo 1943). Do lado dos miguelistas, "os seus enormes lenços azues e encarnados

JOSE' BONIFACIO

Até aí hesitavam brasileiros, entre a união, sob os auspícios da Liberdade, e a separação, com o príncipe, ou sem ele.

O primeiro impulso para a solução monárquica, pedindo-se a D. Pedro que ficasse no Brasil, mas para o desligar de Portugal, partiu de São Paulo.

Até 23 de Junho de 1821 os animos, ali, se tinham conservado tranquilos. Elaborava-se, sem duvida, uma politica diferente das agitações flamejantes: era a contribuição conservadora dalguns homens de grande inteligencia e conhecimento das cousas. Reuniram-se à volta do mais illustre, o antigo professor de Coimbra, naturalista, poeta e administrador, José Bonifacio de Andrada e Silva (1), que, naquele dia, tomou a frente aos acontecimentos.

pregados ao peito", ficaram os irmãos D. Manuel e D. José de Assis Mascarenhas... JOÃO ANTONIO DE CARVALHO E OLIVEIRA, *A defesa dos portugueses feita na provincia do Maranhão...*, p. 23, Rio Grande 1857.

Jardinetra foi o nome comum dado em Coimbra às lojas maçônicas, transportadas para o Brasil com diferentes rótulos: em Pernambuco, *Caridade Olindense, Seis de Março...*, OLIVEIRA LIMA, *O Movimento da Independência*, p. 318, S. Paulo 1922. Também se chamava *Sociedade dos Jardinelros*, "principalmente organizada por bachareis novos", *Arq. de Marinha e Ultramar*, doc. n. 8.956 (1825).

(1) Vd. biografia, pref. de Afranio Peixoto a *Elogio Histórico de José Bonifácio*, de Latino Coelho, Rio 1943, José Bonifácio de Andrada e Silva, *O Patriarca da Independência*, S. Paulo 1941, Venancio F. Neiva, *José Bonifácio*, Rio 1938, Min. da Educação, *Exposição José Bonifácio*, publ. do Centenario, Rio 1938, Octavio Tarquinio de Souza, *José Bonifácio*, Rio 1945. Nasceu em Santos, 13 de Junho de 1763, filho do coronel Bonifacio José de Andrada; mineralogista, professor da Universidade de Coimbra, secretario da Academia das Ciências de Lisboa, que lhe tem o busto, a par do busto do duque de Lafões, viajante pela Europa, em peregrinação científica, comandante de batalhão academico em 1809-10, FERREIRA LIMA, in *Brasilia*, p. 223-5, chefe de policia do Porto, inspetor geral...

O seu pensamento politico estava nos versos que fez, em 1820, a D. João VI. Iluminasse os seus povos, transformasse o Brasil em nação

E' que o juramento das *Bases* no Rio importára o convite às provincias, para que fizessem o mesmo. Os paulistas a isto não se limitaram. Propoz José Bonifacio que se creasse uma *junta*, presidida pelo proprio governador, João Carlos de Oyenhausen, para dirigir a provincia, porém em solidariedade com o Principe (1). O nome de Oyenhausen foi, realmente, aclamado, mas os populares, convocados para a deliberação, exigiram que ficasse José Bonifacio por vice-presidente (2). Passou a ser o seu verdadeiro chefe. Daí por diante, seria o principal colaborador de D. Pedro na criação do Império. Ele o disse: "fui também o primeiro que tropejei nas alturas da Paulicéa

poderosa (*Poestas*, de AMÉRICO ELISIO, p. 58, ed. fac-similar da Acad. Bras., pref. de Afrânio Peixoto, Rio 1942).

Teve em 1821 a intuição da integridade do Brasil, que escapava a outros espiritos, como, v. g., o padre Feijó, aliás seu adversario depois, que alvitrou nas Côrtes a independencia das provincias enquanto não se fizesse a Constituição. (O. TARQUINIO DE SOUSA, *Discurso Antonio Feijó*, p. 44, Rio 1942). Iludem-se os historiografos que consideraram a solução monárquica um acidente, na elaboração da Independencia: José Bonifacio dela fez um meio para assegurar a transição pacífica, a unidade e a ordem, com o menor abalo possível. Seria fácil documentar-lhe a politica com as idéias correntes desse tempo, sobre as vantagens do sistema inglês, afinal por ele propugnado, contra o desmembramento, sob a égide de governos locais desunidos, como acontecia nos vizinhos países. E' notar que deu a sua l'vrraria á *Sociedade Economica*, que fundou em S. Paulo, em 1821, *Doc. Int.*, *Atas*, II, 56. Reconheceu Saint-Hilaire: "Todo o bem que se operou na Capitania foi obra sua", *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e S. Paulo*, trad. de A. Taunay, p. 165, S. Paulo 1938. Ninguem o julgou melhor do que o irmão Antonio Carlos, que lhe viu no autoritarismo "o tipo do governo...", *Discurso* de 1842, na Camara, temperado pelas idéias scientificas de sua época, J. C. DE MACEDO SOARES, *José Bonifacio Economista*, p. 17, S. Paulo 1944. Conhece-se lhe curioso esboço const'ucional, certamente anterior a 1822, em que alvitrava, romaneamente, a divisão do país em tribus, e o governo, em assembleia, senado, syndicado, arcontado e tres consules, *Rev. do Inst. Hist.*, 21, 2.a parte, p. 79. O O titulo de *Patriarca* consagrou-lhe MONTEZUMA, *A Liberdade das Republicas*, p. II, Rio 1834.

(1) Carta de D. Pedro ao pae, 17 de Julho de 21, *Atas da Camara Mun. de S. Paulo*, XXII, 469. A junta, como qualquer governo independente, teve secretarios para a fazenda, Martim Francisco, irmão de José Bonifacio, para a guerra coronel Lazaro José Gonçalves, para a marinha chefe de esquadra Miguel José de Oliveira Pinto... Vd. MACHADO DE OLIVEIRA, *Quadro Histórico*, p. 237; *Doc. Int.*, *Atas das sessões do governo provisório de S. Paulo*, II, 6.

contra a perfidia das Côrtes Portuguezas: o primeiro que preguei a Independencia e liberdade do Brasil, mas uma liberdade justa e sensata debaixo das formas tutelares da Monarquia constitucional, unico sistema que poderia conservar unida e sólida esta peça majestosa e inteiriça de arquitetura social desde o Prata ao Amazonas, qual a formára a Mão Onipotente e sábia da Divindade..." (1). Nestas palavras resumiu também a sua idéia política, que o levaria a combater os republicanos, em nome do trôno, os provincialistas, em nome da integridade nacional, os democratas, em nome da ordem... Ganhou forte prestigio a restabelecer a legalidade em Santos, onde a guarnição se revoltára (2). Expediu conceituosas instruções para os deputados da provincia às côrtes de Lisbôa (3). O mais notavel foi Antonio Carlos, seu irmão. Levou ao Rio o pedido peremptório da junta paulista, para que o principe permanecesse no

(1) Artigo n'0 *Tamoio*, Rio, n. 5, de 2 de Set. de 1823, o unico que podia, de memoria, attribuir á autoria de José Bonifacio o redator da fôlha, Drummond, *An. á biographa, An. da Bibl. Nac.*, XIII, 63.

(2) 27 de Junho de 1821. Chefiaram a revolta os soldados Francisco das Chagas e José Joaquim Cotindiba, que se renderam às forças de S. Paulo, e foram enforcados em 20 de Setembro, vd. FRANCISCO MARTINS DOS SANTOS, *História de Santos*, I, 281-3, S. Paulo 1937. Sobre o motim, MACHADO DE OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 241. Impressionou fundamente a população a morte de Chaguinhas, o soldado condena.

(3) *Instruções* de 9 de Outubro de 1821. Estabeleciam iguaidade de direitos entre brasileiros e portugueses, governo central para o Brasil, na hipotese de não ser aqui a sede do Reino Unido, diretivas politicas e economicas desse governo autonomo... (*Revista do Inst. Hist. e Geogr. de S. Paulo*, XXII, 414, S. Paulo 1923). Foram redigidas por José Bonifacio. Em 13 de Outubro, a Camara de Curitiba mandou as suas sugestões para servir á "lembrança aos illustriŝsimos Srs. Deputados", *Boletim do Arq. Mun. de Curitiba*, XL, 185. Manuel José da Cruz, publicou na Bahia, 4 de Março de 1822, *Análise da carta...* in *Arq. Hist. Col.*

Brasil (1): e soube inspirar-lhe confiança e entusiasmo (2).

“Mandeí ordem a Minas Gerais (comunicou o príncipe ao pae, em 2 de Agosto) para se jurarem as bases da Constituição...” O governador, D. Manuel de Portugal e Castro (desde 1814 no cargo) (3), prendeu préviamente alguns oficiais de tendencias republicanas, e fez o juramento em 17 de Julho. Não podia, entretanto, continuar só no governo. Em 20 de Setembro creou-se em Vila Rica uma junta à semelhança de São Paulo, com o governador por presidente, e na vice-presidencia o magistrado mineiro,

(1) Em carta de 11 de Outubro de 1821, a junta, pedindo a D. Pedro fizesse publicar as instruções do dia 9, o concitava a ficar no Brasil, pelo menos até a definitiva resolução das Cortes, com a colaboração de todos os deputados do Brasil (Doc. publicado pela primeira vez por DJALMA FORJAZ, “O Estado de S. Paulo”, 12 de Setembro de 1923), aliás cf. ata, *Doc. Hist.*, II, 68.

Em 30 de Julho o príncipe aprovára a criação da junta em S. Paulo, *Registo Geral da Camara de S. Paulo*, XVI, 237).

(3) Da conversa com Antonio Carlos, falou D. Pedro em carta ao Rei, de 9 de Novembro de 1821. O representante paulista afirmou-lhe a vontade da provincia, de exigir “mutua reciprocidade” entre a colonia e a metropole, “igual representação nacional”, e que se não legisse lá sem serem ouvidos os delegados brasileiros — segundo as idéias das *instruções* de 9 e do officio de 11 de Outubro, citados.

Saint-Hilaire disse bem: “Pode-se dizer em abono da verdade que a capitania de S. Paulo salvou o Brasil pela energia de sua repulsa ás medidas da Corte de Lisboa e a fidelidade que deu provas para com o Príncipe”. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a S. Paulo*, p. 165.

(3) A ordem de D. Pedro fôra pedida pelo próprio governador de Minas, of. de 28 de Agosto de 21, *Rev. do Arquivo Público Mineiro*, ano IX, fasc. III e IV, p. 586. Descreveu o juramento, *Rev. cit.*, p. 601. Governador sociavel, de habitos modernos, como o viu SAINT-HILAIRE, *Viagem pelas Provincias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, I, 141, trad. de C. Ribeiro Lessa, — era D. Manuel filho do marquês de Valença, que fôra capitão general da Bahia. Narra o marquês de Fronteira. “D. Manuel disse ao Príncipe que não queria ser brasileiro, pois não renegava o seu nome: que se chamava Portugal”. (*Memórias*, I, 265). Depois da Independencia do Brasil, governou a ilha da Madeira e a India (TEIXEIRA DE ARAÇÃO, *Descrição Geral e histórica das moedas*, p. 359, Lisboa 1880). Nasceu em 1787 e fal. em 1854 (SANCHES DE BAENA, *Famílias titulares*, II, 774, Lisboa).

desembargador José Teixeira da Fonseca Vasconcelos (1).

A SEDIÇÃO DE GOIANA

Por esse tempo, declarou-se a revolução em Pernambuco, contra o sistema "absoluto" representado pelo governador Luiz do Rego (1).

A 25 de Agosto, na vila de Goiana, foi proclamado um "governo constitucional temporário". As comarcas sertanejas o apoiaram; e a essa voz, os portugueses, ameaçados de grandes represalias, se uniram a Luiz do Rego em Recife. Em 20 de Setembro os de Goiana intimaram-lhes o embarque em 48 horas; e pretenderam tomar Olinda. Ali repellidos, e no ataque lançado à povoação de Afogados, onde o

(1) SALOMÃO DE VASCONCELOS, *O Fico — Minas e os Mineiros na Independência*, p. 166, S. Paulo 1937. O Aviso de 14 de Agosto mandara que se formasse a junta, como acusou esta, of. de 27 de Setembro, *Rev. do Arg. Publ. Min.*, ano IX, fasc. III e IV, p. 589. Procedeu-se à eleição dos deputados em 16-19 de Set. Demitiu-se D. Manuel, como exultantemente participou às Côrtes a junta, em 7 de Dez., *Rev. do Arg. Publ. Min.*, ano I, fas. 1.º, p. 97: "acontece que a tropa desta capital, de comum acôrdo entre si..."

(2) Luiz do Rego jurara a adesão às Côrtes em 28 de Maio. Mandou fazer a eleição dos deputados em 7 de Junho. Mas crescia contra ele a opinião dos pernambucanos, reforçada pelos presos de 1817, de volta à provincia. Em 21 de Julho, na ponte da Boa Vista, foi ferido por um tiro de emboscada. Agiu com energia, a castigar e perseguir, e nesse ambiente de terror e paixões explodiu a revolta (VARNHAGEN, *Hist. da Indep.*, *Rev. do Inst. Hist.*, tomo 79, parte I, p. 401). Puzera o governador ao pé de si um conselho, em que entravam distintas pessoas, como o Dr. Antonio de Moraes e Silva, Mayrink da Silva Ferrão... O seu secretário (e genro) era o ilustre Rodrigo da Fonseca Magalhães (Marquês de Fronteira e d'Alorna *Memórias*, I, 281), redator da "*Aurora Pernambucana*" (1821), e depois, em Portugal, ministro e par do Reino. Em virtude da conspiração contra o governador, foram deportadas para Lisboa varias pessoas influentes, ou destinadas a grande carreira pública, como Francisco Paes Barreto (depois marquês de Recife), o alferes Francisco do Rego (futuro conde da Boa Vista), José de Barros Falcão (que seria chefe millitar em 1824), o cirurgião Vicente Ferrelra dos Gulmarães Peixoto, fundador, nesse mesmo ano, da "Loja Maçonica 6 de Março", vd. MARIO MELO, *A loja maçonica Seis de Março de 1817*, p. 19, Recife 1921. Foram absolvidos e repatriados mezes depols. Atrabiliario, inas progressista, Luiz do

proprio governador os metralhou (1), retrocederam, ao tempo em que chegava a Recife um reforço da Bahia, de 350 praças. De fâto Luiz do Rego não podia sustentar-se, pois tinha ordem para passar o poder à junta que fosse eleita pela Camara de Olinda, e aceitou a solução pacifica que lhe propoz, em 5 de Outubro, a "convenção de Beberibe". Decretou ela a eleição da junta provisória (o que se fez em 26 de Outubro), e o governador se retirou para Portugal, como quem cumprira altivamente o seu dever. Na presidencia da junta ficou Gervasio Pires Ferreira (2).

Rego mandou queimar as "urupemas" das janelas de Goiana... FERNANDES GAMA, *Memórias Históricas da Prov. de Pernambuco*, IV, 367, Pernambuco 1846.

(1) Maria Graham, testemunha dos sucessos, os descreveu, valendo-se o barão do Rio Branco de seus iníormes para anotar a *Hist. da Indep.*, p. 404, de VARNHAGEN (ed. do Inst. Hist.) "...E' evidente que tornou a reviver a mania da independencia de 1817..." Suplemento do *Semanario Civico*, Bahia, 23 de Março de 1822. Carta do cel. João de Gouvêa Osório, 21 de Nov. de 1821, descreve a ação de 1 de Out., em que o reforço da Bahia fizera retirar os rebeldes, doc. ms. *Arq. Hist. Cot.*, Lisboa.

(2) A junta teve a habilidade de fazer embarcar as forças portuguesas que sediavam em Recife (3 de Janeiro de 22), ANTONIO JOAQUIM DE MELO, *Biografia de Gervasio Pires Ferreira*, p. 54, Recife 1895. Em 30 de Março houve começo de motim, promovido pelos recalcrantes, para apoiarem o partido de Madeira, dominante na Bahia, *ibid.*, p. 55. Desembarcára o novo governador das armas brigadeiro José Maria de Moura, logo transferido para o Pará e substituído pelo brig. José Corrêa de Melo, bravo mas indeciso, *Memórias do marquês de Fronteira*, I, 264, que, sem tropa, não demorou no posto. (Tambem DRUMMOND, *op. cit.*, 26, e *Alegação do brigadeiro José Corrêa de Melo*, etc., p. 7, Lisboa, 1822).

Por ofício de 18 de Março de 1822 a junta de Pernambuco aderiu à attitude do príncipe de permanecer no Brasil, e nomeou Felipe Nery Ferreira para fazer-lhe a comunicação, com o delegado dos militares, cap. João do Rego Dantas; mas, em of. de 26 de Março, declarou não cumprir por enquanto a portaria de 17 de Fevereiro, que mandára convocar o Conselho de Procuradores, A. J. DE MELO, *Biografia cit.*, ps. 74-5. Desconfiava do ministério organizado por Sua Alteza... e continuava a entender-se com as Côrtes, ao tempo em que praticava atos de poder soberano (VARNHAGEN, *op. cit.*, 408). Afinal, a 1.º de Junho, o capitão José de Barros Falcão de Lacerda e outros elementos, forçaram a junta a reconhecer o príncipe e o seu governo, como diremos.

A SOLUÇÃO MONARQUICA

Ao primeiro choque d'armas, seria a independencia! Os deputados de Lisbõa bem o viram. Conceberam entretanto a desintegração do Brasil, como recurso desesperado, para mantê-lo. Se não podiam conservar toda a America Portuguesa, que, pelo menos, ficassem com o norte (1). O Rei não podia autorizar essa politica — que destruiria o Estado na sua unidade tradicional. O principe tornou-se, no Rio, o seu natural defensõr. Representava a “união”, contra o desmembramento! O pensamento nas rodas patrioticas da cidade, e logo do país se fixou sem demora. A sua presença importava a emancipação, evolutiva: o Reino, autonomo, unitário, continuaria a viver a sua vida, alheio à Europa. Com a sua retirada, porém, sobreviria a anarquia das provincias, desunidas, em proveito das Côrtes; ou, para juntá-las, se faria a República *federativa*. . . Convinha-se na utilidade de retêr o regente: com a condição de continuar “constitucional”.

Fácil solução: D. Pedro crearia o império!

(1) O decreto de 24 de Abril de 1821 autorizára a estabelecer juntas governativas no Brasil, adeptas das Côrtes de Lisboa. Foi o meio de atrair as provincias á “sagrada causa” da metropole. A idéa de “dividir para reinar”, em contradição com a politica secular, da conservação do “massiço colonial”, ainda em 1824 era “machlavelicamente” exposta por Jacob Fred. Torlade Pereira de Azambuja opondo-se ao tratado do reconhecimento do Imperio, *Boletim do Arquivo Historico Militar*, IV, 134, Coimbra 1934.

IX

O PRINCIPE FICOU !

O MOVIMENTO DE OPINIÃO

A 9 de Dezembro chegou ao Rio a correspondência de Lisboa. Vieram os decretos de 29 de Setembro e 1.º de Outubro: determinando, aquele, a retirada do príncipe-regente, para uma viagem de estudos pela Europa, o outro, o regime político-administrativo das províncias do Brasil, cujas juntas de governo, eleitas sem demora, passariam a entender-se diretamente com a metropole... Era como se dissessem, que ficava restabelecido o sistema colonial! Irritou-se profundamente D. Pedro, humilhado e furioso. Submetia-se, escreveu ao pae no dia 10. Não, não se sujeitaria — confessou aos patriotas que lhe encorajaram a vontade de revoltar-se, de bater o pé, de responder com um grande insulto à injúria que lhe faziam.

À rua da Ajuda reunia-se o “club da resistencia”, dirigido por José Joaquim da Rocha, com vários brasileiros notáveis (1). Foi esse grupo o primeiro a conhecer o teor dos decretos e a repulsa do príncipe.

(1) Mareschal, ministro austriaco no Rio, chama esse clube de “Academia das Ciências” e informa: “E’ verdadeiramente o órgão do espirito publico do Rio de Janeiro...”, *Correspondencia, Rev. do Inst. Hist.*, tomo 80, p. 10. Houve, de facto, um esboço de projecto para a criação da Academia Real das Ciências, do Rio de Janeiro” (*Elenco, Arquivo Nacional*, p. 623, Rio 1941), que não deve ter relação com aquela, mais proxima da *Companhia de homens de letras*, pedida por Silva Lisboa...

O intelectual de mais categoria do club foi frei Francisco de Santa Tereza de Jesus Sampalo (1778-1830), que prégou, durante o ano de 1822, os *sermões patrióticos* de maior responsabilidade, e em julho e

Puzeram-se de acôrdo. Deixou que lavrasse viva indignação entre os seus partidarios. Nem se retardou José Joaquim da Rocha em medidas hábeis. Chamou Pedro Dias Paes Leme, relacionado em São Paulo, Paulo Barbosa da Sylva, aparentado com bôa gente das Minas, e os expediu, para obterem das duas provincias requerimentos que exigissem ficasse o principe no Brasil. Ao tempo em que no Rio surgiam publicações e manifestos, lembrando a necessidade de resistir ele aos decretos das Côrtes, fulminados pelos mais duros epítetos, se generalizou a certeza de que a insubmissão significaria a independencia, com a unidade nacional, sob os auspicios do trôno, em que estaria legitimamente.

Tomou José Bonifacio, em São Paulo, como lêma de ação, esta esperança.

Foi na noite de 23 de Dezembro que lá chegou Pedro Dias.

A 24, redigiu José Bonifacio a bravia "representação de São Paulo": "Nada menos se pretende do que desunir-nos, enfraquecer-nos, e até deixar-nos em misera orfandade, arrancando do seio da grande Família Brasileira o unico Pae comum que nos restava..." Pedia, ou exigia, que o principe permanecesse no Rio (1). Em 1.º de Janeiro (2) estava de regresso

Agosto se destacou na defêsa da mornarquia constitucional, contra a tendencia republicana do *Grande Oriente* maçônico.

Como a segunda loja maçônica no Rio se intitulou "9 de Janeiro" é presumir que resultasse daquele "club" academico. Forneceu-lhe, aliás, a competente doutrina Silva Lisboa, com o periodico *Império do Equador na Terra de Santa Cruz* (Out. de 22 a Jan. de 23), impresso na Tipografia Nacional, informado pelas idéias reacionárias da Santa Aliança, em harmonia com o liberalismo inglês...

(1) José Joaquim da Rocha, amigo de Martim Francisco, deste se valeu, para convencer José Bonifacio, o que era fácil, dada a situação creada pelos "ilegais decretos" das Côrtes. Salomão de Vasconcelos, *O Fico*, p. 57.

(2) A junta de Minas Gerais fez a sua "representação" em 5 de Janeiro. Trouxe-a ao Rio o próprio presidente, o desembargador Fonseca Vasconcelos, que já encontrou a crise vencida.

o feliz emissário. O "club" da rua da Ajuda — já aí em colaboração íntima com o príncipe — promoveu um abaixo-assinado, (29 de Dezembro) que teve oito mil adesões, de reforço ao requerimento. Negociantes e oficiais fizeram petição semelhante (2 de Janeiro). A 7 e 8, a casa de Rocha, na Ajuda, foi o centro de afluência dos brasileiros exacerbados pela luta próxima. Afinal, na manhã de 9, ocorreu a cêna patética preparada com perfeição (1).

9 DE JANEIRO

Presidia o Senado da Camara José Clemente Pereira (2). Ao meio dia de 9 de Janeiro, saíu à frente dos vereadores, em direção do Paço, já, áquela hora, cheio de gente. Recitou aí conceituoso discurso, em que aludia à grave situação, dizia haver "um partido

(1) Sabe-se que D. Pedro confiara ao guarda-roupa José Maria Gordilho de Barbuda, em 10 de Dezembro, que, se véssem as "representações" das provincias, ficaria no Brasil. O confidente correu a comunicar-se com José Joaquim da Rocha, que transmitiu a informação a seus socios da maçonaria patriótica (Vasconcelos de Drummond, José Mariano, Luiz Pereira da Nobrega, Joaquim José de Almeida) e logo falou ao Dr. José Clemente Pereira. Este concordou, tanto que o príncipe designou o dia 9 de Janeiro para receber o Senado da Camara, e fez publicar na "Gazeta Extraordinaria" do dia 8 á noite a "representação" da junta paulista. E' o relato do Cons. Menezes Drummond, que dá a Fr. Sampaio como autor do papel de 29 de Dezembro. (VARNHAGEN, *op. cit.*, p. 129). José Clemente relutou a principio, mas conveiu em prestigiar as "representações" que viéssem, Rocha a Gonçalves Ledo, carta de 13 de Dezembro (vd. SALOMÃO VASCONCELOS, *op. cit.*, p. 63). O fato é que a 14 escrevia D. Pedro ao Rei, que se preparavam as "representações", da capital, S. Paulo e Minas, e a 15: o Rio esperaria pelo pronunciamento das duas provincias. Esperou, tanto que, em carta de 2 de Janeiro, av'sou, que chegára o officio de S. Paulo, e ouvia dizer "as representações desta provincia são feitas no dia 9".

(2) José Clemente, que em 9 de Janeiro aparece como figura preponderante, era de Trancoso, Portugal; serviu no Batalhão Academico de Coimbra, contra os franceses, em 1809, era tenente do exercito em 1814, embora bacharel (HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA, *José Clemente Pereira no "Arquivo Histórico Militar"*, p. 9, Famacião 1937). Velu em 1815 para o Rio de Janeiro, foi juiz de fóra da Praia Grande

republicano”, que, alerta, esperava a sua oportunidade, e acabava pedindo a Sua Alteza que ficasse, para estreitar os vínculos com a mãe pátria. Anuiu o príncipe: “Como é para bem de todos e felicidade geral da Nação, estou pronto: — diga ao povo que *fico*” (1). E da janela, para o povo: “Agora só tenho a recomendar-vos união e tranquilidade”.

E’ calcular o espanto causado à *Divisão Auxiliadora* por essa atitude, que contrariava o ministério, subitamente posto de banda (2), e rompia o conflito, como se fosse um grito de guerra (3).

EXPULSAO DE AVILEZ

A voz de que o general Avilez fôra destituído do comando, sublevaram-se, na noite de 11, os batalhões portugueses. Ainda no teatro, onde estava, chamou D. Pedro o brigadeiro Carreti e o incumbiu de reprimi-los. Contava com o batalhão 3 de caçadores e

em 1819, encarregado do plano da povoação, “creador e edificador da vila”, e juiz de fora da côrte nomeado em 30 de Maio de 1821. Depois do exílio e do ministério, no primeiro reinado, foi senador pelo Pará, em 1842, principalmente incomparavel provedor da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, 1838-1854, cujo grande hospital construiu (MOREIRA DE AZEVEDO, *O Rio de Janeiro*, 1, 397).

(1) Vd. carta de D. Pedro, 9 de Janeiro; e de MARESCHAL, *Rev. do Inst. Hist.*, tomo 80, p. 15. A política de D. Pedro, a partir de Janeiro, até 23 de Maio de 1822, foi defendida por José da Silva Lisboa no seu periodico “*Reclamação do Brasil*”. — As palavras do Príncipe, ditas a 9, foram retificadas, assim na *Ata*, em que contou a sua resposta a José Clemente, como no edital impresso a 10 (exemplar no *Arq. Hist. Colonial*).

(2) Os ministros de D. Pedro, Francisco José Vieira, o conde de Louzã, o general Caula, que o diz em seu relatório (vd. SALOMÃO VASCONCELOS, *ibid.*, p. 329), por favoráveis à partida do príncipe, foram por estes conservados na ignorancia do que se tramava. Disse-lhes, por fim: “Não preciso de conselhos; sei o que me hão de pedir, e sei o que devo conceder, a responsabilidade a tomo eu”. Caula não oculta a predominancia do “club da rua da Ajuda” na grande deliberação.

(3) Vd. MARESCHAL, *ibid.*, t. 80, ps. 17-8.

todos os corpos brasileiros sob o comando do general Curado (cujo decreto de nomeação saiu na *Gazeta do Rio* de 15). Correria sangue, se insistisse Avilez em manter-se nos seus quartéis ou no morro do Castelo, onde se recolheu. Pediu, no dia seguinte, 12 de Janeiro, que se lhe permitisse passar para a Praia Grande, à espera — fóra da ebulição da capital — de tropa vinda do Reino que o rendesse (1). Repliou D. Pedro, que levasse para a Armação, à Praia Grande, não sómente os batalhões 11 e 12, como o de caçadores 3 e a artilharia montada. Extinguiu, com a nomeação de Curado, a comissão militar creada a 6 de Junho anterior, chamou reforços de São Paulo e Minas; e concitou as praças daqueles corpos a desertarem, publicando-lhes na *Gazeta* a concessão de baixa. Para completar estas medidas de guerra demitiu os ministros favoráveis à metropole e, a 16, entregou a direção política a José Bonifácio, nomendo-o para a pasta do Reino e estrangeiros (2).

O venerando paulista chegou ao Rio a 17, cheio de coragem e ardor civico, vibrando de energia belicosa, subitamente guia e mentor do movimento da Independencia. Era homem para a ocasião (3). Fa-

(1) Docs. ms. in *Arq. Hist. Col., Lisboa*. Leia-se, v. g., *A Magueta*, n. 4, p. 15 (Jan. de 1822). O general Curado ao meio dia de 12 tinha 3 mil homens, segundo aquele periodico. Foi quando D. Pedro mandou a princesa e os filhos para a fazenda de Santa Cruz. Em consequencia da fadiga da viagem faleceu o seu primogenito, o principe D. João Carlos.

(2) JOSÉ BONIFÁCIO, *O Patriarca da Independencia*, p. 32, S. Paulo 1939. Em carta de 23 de Jan. para o pai, comunicou D. Pedro a nomeação. Do encontro de José Bonifácio com D. Leopoldina diz a carta publ. no *Registo Geral da Camara de S. Paulo*, XVI, 320.

(3) De si mesmo disse:

Para a molêza não nasceu o vate:
Em ditosos dias chamejava
Sua alma ardente, de heroismo cheia,
Quando uma pátria tinha.

(*Poesias*, ed. da Acad. Bras., p. 169).

lava por sua província (cuja deputação, para reafirmar a exigência de 24 de Dezembro, se apresentou ao príncipe em 26 de Janeiro); pelo Brasil, que, em massa, se levantava, para a mesma luta; pelo instinto de conservação e de ordem da sociedade.

D. Pedro, no seu esplêndido arrebatamento, não hesitou mais.

Intimou a Divisão a deixar o Brasil até 5 de Fevereiro: "O prazo que lhes dei para embarcar é até 5 do corrente, e se eles o não quizerem fazer, então não se lhes paga, nem se lhes manda de comer, nem água, e como eles pela terra dentro não podem entrar, porque estão cercados pela retaguarda e a meio rio está a fragata *União* e barcas canhoneiras, hão de morrer" (1). Os oficiais portugueses tentaram ganhar tempo. Mas, no dia 9, foi D. Pedro para bordo da fragata, e, de fôgos acesos, mandou dizer que, se não comessem a embarcar no dia 10, romperia as hostilidades. Aos que lhe expuzeram as razões porque deviam demorar-se, gritou: "Já ordenei, e se não executarem amanhã, começo-lhes a fazer fogo" (2). Desistiram de teimar; e na manhã de 10 de Fevereiro

Vd. o depoimento do barão Roussin em 1822, A. RANGEL, *No Rolar do Tempo*, p. 111.

Os outros ministros foram Miranda Montenegro, para a fazenda, e o ajudante general Joaquim de Oliveira Alvares, para a guerra.

No dia 18 de Janeiro a junta de S. Paulo pedia dinheiro emprestado ao capitão Luiz Pereira Machado para pôr a província "em um pé de defesa respeitavel..." v. doc. cit. por MARTIM FRANCISCO, *Contribuldo*, p. 140-3, S. Paulo 1921. Preconizava a marcha de uma força paulista para "conservar neste Reino o Príncipe idolatrado..."

(1) *Carta ao Rei*, de 2 de Fevereiro de 1822.

(2) *Carta ao Rei*, de 12 de Fevereiro. Consta que, sem viveres, valeu a Avilez na sua situação desesperada a esposa, D. Joaquina de Lencastre, que ponde ir buscar ao Rio as jóias, e as vendeu, para socorrer a Divisão, SANCHES DE BAENA, *Familias Titulares e Grandes de Portugal*, 1, 172, Lisboa, 1883.

iniciaram o embarque, que se ultimou, no dia 15 (1). As corvetas "Liberal" e "Maria da Gloria" seguiram na esteira do comboio.

Era o poder militar da metropole que abandonava o Brasil.

CONSELHOS DE PROCURADORES

Enquanto o Príncipe se dispunha a empregar a força contra a tropa de Avilez, voltava a inquietar-se o grupo liberal, responsável pelo "Fico". Queria agora que junto dele houvesse um Conselho de procuradores, a modo de Conselho de Estado, que opinasse sobre as leis, antes de sua aplicação. D. Pedro, naquele momento difícil (tão difícil que pensou num general estrangeiro para seu ministro) (2) — não se opoz ao pedido que, em 5 de Fevereiro lhe fez José Clemente, pelo Senado da Camara. Por decreto de 16 convocou o Conselho, que, sem se reunir até o mez de Junho, produziu nas provincias mais temor do que confiança. Foi preciso que José Bonifacio — a quem a idéia desagradára — logo explicasse, que não se tratava de simulacro de poder legislativo, porém ape-

(1) O navio "S. José Americano" desembarcou parte desta tropa na Bahia, em 26 de Março, BRAZ DO AMARAL, *História da Independência da Bahia*, p. 172, Bahia 1923. O brigadeiro Francisco Joaquim Carreti — o homem de 26 de Fevereiro de 1821 — era o comandante, e auxiliou o general Madelra a defender a cidade, LADISLÁO DOS SANTOS TITARA, *Paraguassú*, canto V, *Rev. do Inst. Hist. da Bahia*, v. 49, p. 21.

(2) O exilado holandês, antigo general de Napoleão, Dick van Hogendorp, estabelecera-se no Rio, numa casa solitária ao pé do Corcovado, onde D. Pedro ia vê-lo repetidas vezes. Tais visitas autorizaram o rumor de que conspiravam juntos, ou, pelo menos, dele aprendia o príncipe as suas lições de politica e diplomacia. O fato é que entre os papéis de Hogendorp, falecido no mesmo ano de 1822, ha uma carta de Schaeffer, pessoa de serviço da princesa D. Leopoldina, datada de 7 de Fevereiro, portanto do periodo critico da regência, em que felicita o general, de ordem da referida senhora, "pela sua nomeação para o posto de ministro, provavelmente dos Negocios Estrangeiros..." (Doc. transcr. por ROBERTO MACEDO, art. no *Correio da Manhã*, Rio).

nas dum órgão de consulta (1). Tinha ele proprio o seu plano: preferia — o que era muito mais — a Constituinte.

OS DEPUTADOS EM LISBÔA

A ação dos deputados brasileiros às Côrtes reduziu-se a uma valente opposição: improficua e dramática. Dividiram-se em dois grupos: os que exigiam igualdade de direitos, e falavam de independencia; e os acomodaticios, que julgavam possivel a conciliação. Distinguíram-se as representações de São Paulo e da Bahia, como exaltadas, ou irreductiveis. Tinha de ser assim. O principal deputado era Antonio Carlos, que interpretava a politica do irmão ministro; e os bañianos, com Cipriano Barata, Francisco Agostinho Gomes, Lino Coutinho, eram liberaes veteranos. Rolaram discursos, incidentes, admoestações, objurgatorias, entre Fevereiro e Setembro de 1822, os brasileiros por vezes vaiados pelo publico, que lhes assistia as orações, cercando-os de uma hostilidade crescente. As medidas adotadas pelo principe, a remessa de forças, os acontecimentos de Pernambuco, da Bahia, justificavam de sobra esta intolerancia. Que

(1) Instalado em 2 de Junho de 1822, funcionou o Conselho de Estado dos procuradores, em 29 sessões, até 7 de Abril de 23. Foram conselheiros, pela ordem da posse: Gonçalves Ledo e José Mariano de Azeredo Coutinho, pelo Rio de Janeiro, D. Lucas José Obes pela Cisplatina (2 de Junho); José de Oliveira Pinto Botelho Mosqueira e Estevão Ribeiro de Rezende, por Minas Gerais (10 de Junho); José de Mattos, pelo Espirito Santo (23 de Junho); Joaquim Xavier Curado, por Santa Catharina (3 de Julho); Antonio Rodrigues Veloso por S. Paulo (15 de Julho); Conego Antonio Vieira Soledade, pelo Rio Grande do Sul (23 de Set.); Manuel Clemente Cavalcanti de Albuquerque, pela Paraíba e Manuel Ferreira da Camara por Minas 16 de Nov.); João José de Guimarães e Silva pelo Mato Grosso (4 de Jan. de 1823); P. Manuel Rodrigues Jardim, por Goiaz (7 de Fev.); cf. atas in *Publ. do Arg. Nac.*, XVIII, Rio 1918. Martim Francisco, ministro da fazenda, deixou claro, na sessão de 23 de Junho de 1822, que o Conselho não tinha função leg'slativa, *Publ. cit.*, XVIII, 29. Foi extinto por lei da assembléa, de 20 de Out. de 1823.

podiam fazer, para impôr o seu voto, se o governo do Rio de Janeiro repudiára as Côrtes, que lhe respondiam com grandes injúrias? Estavam praticamente sem função. Perceberam-no alguns, como Antonio Carlos, Feijó, Silva Bueno, Costa Aguiar, Barata, Lino, Francisco Agostinho, Vergueiro. Pouca importancia teve a assinatura que muitos dêram à Constituição — elaborada contra o seu parecer — e sete, a 5 de Outubro, fugiram para a Inglaterra, a bordo dum navio dessa nação.

Foi como um véto patético, a fuga, em resposta à coação (1).

Reluziu na perplexidade do governo real uma idéia hesitante. Que seria preferivel nomear uma regencia para o Brasil, que, estabelecida na Bahia, chamasse à obediencia as provincias do norte (2). Os comandantes das guarnições portuguezas da Bahia, do Maranhão, do Pará (3), achavam indispensavel esta novidade, que entretanto repugnou à mole descrença, ou ao fatalismo, dos ministros de D. João. As queixas de uns, o desanimo e a inatividade de ou-

(1) Fugiram Antonio Carlos, Barata, Francisco Agostinho, Lino, Silva Bueno, Feijó, José Ricardo da Costa Aguiar, auxiliados pelo negociante bahiano, domiciliado em Lisboa, Clemente Alvares de Oliveira Mendes, de quem ha importante referencia de Barbacena, *Arq. Dipl. da Indép.*, II, 82. João Severiano Maciel da Costa, disse Antonio Carlos em 1841, não quiz acompanhá-los. Foi dos hesitantes.

Sobre os incidentes com os deputados do Brasil, vd. marquês da Fronteira, *Memorias*, I, 258 e segs.

A 30 de Setembro de 1822 juraram a Constituição varios brasileiros que não tinham a intenção de cumpri-la, como Lino Coutinho, José Martiniano de Alencar, Pedro de Araujo Lima, Villela Barbosa, Domingos Borges de Barros, Pedro Rodrigues Bandeira...

2) Chegou a ser nomeada a regencia, que seguiria na fragata Perola, mas ficou à ultima hora, carta a João Felix, comandante da esquadra na Bahia, 11 de Fev. de 1823, ms. no *Arq. Hist. Col.*, Lisboa.

(3) Cartas do gov. José Maria de Moura ao ministro da Justiça, João da Cunha Côrte Real e a José da Silva Carvalho, 26 de Maio de 1823, *Arq. Hist. Col.* tambem inéditas.

tros, entrançavam-se com a decadencia geral do sistêma: fracassára aquele parlamento incongruente, deixando atraz de si o tremendo problema da guerra impossivel.

AS JUNTAS PROVINCIAIS

O decreto das Côrtes de 29 de Setembro, que mandára eleger nas provincias uma junta, em dirêta comunicação com o governo de Lisboa, foi cumprido sem objeções.

Verificou-se mesmo uma curiosa acomodação, conciliados momentaneamente brasileiros desenganadamente liberais e portuguezes fiéis ao rei, nas juntas presididas... pelos capitães-generais. Dir-se-ia que o exemplo de São Paulo, com Oyenhansen, impuzera a fórmula, que se repetiu no Rio Grande do Sul, com o brigadeiro Saldanha (1).

VIAGEM A MINAS

Sobreveiu um acontecimento delicado: a 9 de Março surgiu na barra a flotilha portugueza que viêra reforçar a divisão de Avilez. Comandava Francisco Maximiliano de Souza, e era então a maior esperança do

(1) O futuro duque de Saldanha, nomeado, em 6 de Março de 1821, capitão-general do Rio Grande, aceitou a presidencia da junta, disposto a renunciar (como Luiz do Rego e D. Manuel de Portugal), tanto que se tornasse irremediavel o conflito. Demitiu-se a 5 de Agosto de 1822 e regressou ao Reino, D. Antonio da Costa, *História do Marechal Saldanha*, I, 125, Lisboa 1879. O governador do Maranhão, general Bernardo da Silveira, presidente da primeira junta, deixou-se substituir, na eleição da nova, em 15 de Fevereiro de 1822, pelo bispo D. Joaquim de N. S. de Nazareth, allás, como diremos, intransigente portuguez, Barbosa de Godois. *Hist. do Maranhão*, II, 394. Santa Catarina, a 22 de Maio de 1822: presidente o capitão-mór Jacinto Jorge dos Anjos Corrêa.

Esses governos de junta foram extintos pela lei da Constituinte, de 20 de Outubro de 1823, que os substituiu por presidentes e Conselho, este eleito, aqueles nomeados.

governo de Lisboa (1). Foi fácil a D. Pedro intimar-lhe o regresso deixando oficiais e praças que quizessem servir ao Brasil (1).

Desembarçado dessa ameaça, percebeu a necessidade de dominar a insubmissão da junta de Minas Gerais, que, na ausência do presidente, Teixeira de Vasconcelos, tomara a liberdade de decretar o que bem lhe parecia. Partiu para Vila Rica em 23 de Março (2).

Contava com a adesão das milícias, a fidelidade das Camaras, para reduzir a junta; e o faria, mesmo à força. Não a usou, porque ninguém lhe resistiu (3). No dia 7, em Capão do Lana, dois membros daquele governo foram dar-lhe as boas vindas. Dali mesmo mandou prender o tenente coronel Pinto Peixoto, que

(1) Of. do ministro Quintela para o chefe de divisão Francisco Maximiliano de Souza, 17 de Maio de 1822, mandou que, comandante da "esquadra expedicionaria que se achava no Brasil", estabelecesse o quartel-general na Bahia desembarcando aí a tropa que levára de Portugal, ms. no *Arq. Hist. Col.*, maço dos docs. sobre a Indep. do Brasil.

O chefe de divisão e o coronel Antonio Joaquim Rosado, comandante da tropa, submetendo-se no Rio à exigência do príncipe, deixaram 894 oficiais e soldados e a fragata *Real Carolina*, que tomou o nome de *Paraguassú*. O primeiro, ministro da marinha em 27 de Abril de 1821, foi quem anunciou a Lisboa a adesão do Rei à Constituição, JULIO DE CASTILHO, *Memórias de Castilho*, I, 216, Coimbra, 1926.

(2) A viagem foi aconselhada pelo ajudante do intendente geral da policia, des. Estevão Ribeiro de Rezende, natural do Rio das Mortes e relacionado na provincia, AMELIA DE REZENDE MARTINS, *Um Idealista Realizador*, p. 28, Rio 1939. Acompanharam o príncipe o mesmo Estevão, nomeado a 6 de Abril secretario de Estado, o guarda-roupa Berquó (depois marquês de Cantagalo), o des. presidente da junta, o sargento-mór Gomes Freire de Andrade, o criado João Carvalho e três soldados (doc. in *op. cit.*). Em c. a José Bonifácio, de 26 de Março, de Paraíba do Sul, lembrou D. Pedro que Teixeira de Vasconcelos era "amigo de panos quentes, o que V. M. aborrece..." *Anais do Museu Paulista*, III, 23. E' que o ministro tendia para a repressão violenta.

(3) Vd. demonstrações de fidelidade das Camaras, *Rev. do Arq. Publ. Mine.*, XIV, 351 e segs. Distinguíram-se jovens magistrados, que começaram então a carreira politica, José Antonio da Silva Maia (ouvidor do Rio das Mortes), Antonio Paulino Limpo de Abreu (ouvidor interino da mesma comarca), vd. BRUNO DE ALMEIDA MAGALHÃES, *O Visconde de Abaeté*, p. 14, S. Paulo 1939.

compareceu à sua presença, para submeter-se, e a 9, antes de entrar em Ouro Preto, exigiu que lhe reconhecessem formalmente a autoridade (1). Desvanecido o perigo dum motim, com a destituição dos acusados (2), assegurou a tranquilidade na provincia e a deixou a 21, para reaparecer no Rio a 25 de Abril (3). Na mesma noite compareceu ao Teatro, acolhido por ferventes provas de entusiasmo. O "Reverbero" estimulou: "... Não desprezes a gloria de ser o fundador de um novo Imperio!" (4). De fato, já não pensava

(1) *Rev. do Arq. Publ. Min.*, XIV, 378.

(2) Vd. SALOMÃO DE VASCONCELOS, *op. cit.*, p. 194; TOBIAS MONTEIRO, *op. cit.*, p. 471. O principal responsável pela insubmissão lóru o juiz de lóra, Cassiano Espiridião de Melo Matos, então destituído e enviado para o Rio. "... Que se atreveu a derramar idéas de se formar antes de 4 anos uma confederação de Estados Unidos independentes desta com outras Provincias; promovendo a desunião da Provincia de Minas Gerais com a do Rio de Janeiro por muitos meios, e principalmente quando se opoz com outros Anarquistas (que se inquirirá quais toram) debaixo de capciosos pretextos à partida da tropa que o Governo Provisorio por exigencia daquela Provincia ordenou saísse em seu socorro"... (*Rev. do Arq. Publ. Min.*, XIV, 930). A respeito do arrependimento de Pinto Peixoto, ha a declaração do Príncipe na maçonaria, em 2 de Agosto, confirmada pelos apontamentos que deixou Estevão Ribeiro de Rezende, Tobias, *ibid.*, p. 488. Em 20-23 de Maio foi eleita a junta de sete membros, de acordo com o decr. de 1 de Outubro, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, I, tasc. 1.º, p. 114.

Cassiano Espiridião foi senador do Império, 1836, em substituição a Cairu, e fal. em 1857 (sucedeu-lhe na cadeira Nabuco de Araujo). A gravidade dos sucessos em Minas pode ser avaliada pela comunicação de Jorge de Avieiz para Portugal, dando-a como independente, *Participação e Documentos*, p. 29, Lisboa 1822.

(3) Deve-se observar, já ai, a identificação da princesa D. Leopoldina com a causa da Independencia. Ausente o marido, a sua correspondencia com José Bonifacio tem conselhos e ordens como se estivesse na regencia, in *Anals do Museu Paulista*, III, ps. 12-15 (publ. AFONSO TAUNAY). Não perdeu mais o seu prestigio pessoal. Nem faltaram intrigantes que o explorassem contra o Imperador. Há alusão a uma conjura feita em 1824, em que prevalecia o argumento de estar ele tresiuocado, joguete da favorita, Domitila de Castro... Justificar-se ia a regencia da Imperatriz.

Os mercenarios alemães, que se amotinaram em 1828, segundo Carlos Seidler, quasi se revoltaram em 1826, á noticia da morte de D. Leopoldina... (*Guerras e revoluções do Brasil*, p. 38).

(4) *Reverbero*, 30 de Abril de 1822. Na ausencia do príncipe, José Bonifacio desbaratara uma conspiração, autorizára mutas prisões e, por isto, adliára a eleição dos dois representantes do Rio no conselho de procuradores, realizada afinal em 1 de Junho (VARNHAGEN, *op. cit.*,

em retroceder. De 30 de Abril é a sua carta a Antonio Carlos, em Lisbôa, advertindo-o: “se lá não o apoiarem, em logar de se cançar com debates, volte, que os Brasileiros o desejam cá para as suas côrtes municipais” (1). Só hesitava quanto à forma: conselho de procuradores das provincias, côrtes municipais, Congresso legislativo... Os acontecimentos de Fevereiro, na Bahia, mostraram ao Príncipe e a seus partidários que a separação era irretroatavel. Corrêra sangue! (2).

A LUTA NA BAHIA

Em 6 de Junho começára na Bahia o que poderíamos chamar a fase política da autonomia, com “O Constitucional”, cuja responsabilidade cabia sobretudo ao jóven Montezuma (3).

Fracasou em 3 de Novembro um levante que, se bem sucedido, daria por terra com os retrógrados (4).

p. 147). Quanto à conspiração, *An. do Mus. Paul.*, III, 42. Em 10 de Abril reforçara a autoridade nomeando dois ajudantes para o intendente geral de polícia, M. BARRETO e H. LIMA, *Hist. da Pol. do Rio de Janeiro*, II, 255.

(1) VARNHAGEN, *ibid.*, p. 158. Em carta a José Bonifácio, 3 de Abril, ponderou o príncipe: “...Uma das cousas de que se há de tratar depois de sabermos como foi recebido Antonio Carlos é a convocação de Cortes no Rio, que me parece de absoluta necessidade...”, *An. do Mus. Paul.*, III, 27.

(2) *Reverbero*, n. 22, 9 de Abril, noticiou os factos de 18 e 19 de Fevereiro, dizendo: “A Independencia da America (dizia em 1777 o Apostolo...) deve datar do instante em que sobre ela se disparar o primeiro tiro de espingarda”. Em 20 de Abril o jovem Eváristo da Veiga invectivava em estrofes energicas os soldados de Madeira. A 21 de Maio houve exequias solenes com sermão de frei Sampaio, P. CALMON, *Hist. da Indep. do Brasil*, p. 98. Pela carta de José Bonifacio ao príncipe, de 28 de Março, se vê que a 26 chegaram, com cinco officiais foragidos, os primeiros informes da Bahia, *An. do Mus. Paul.*, III, 30.

(3) O jornal levava o lêma de Mably: “Le probleme le plus important en politique...”

(4) Informou a junta que a 12 de Julho surgira o partido “terrorista”, mas fora reprimido pelos cidadãos armados, ms. no *Arg. Hiss. Col.*, Lisbôa, inéd. Da sublevação dá noticia ACCIOLI, *op. cit.*, III, 291. Figuravam os tenentes coroneis José Eglidio Gordilho de Barbuda (o

A deportação dos sublevados aliviou a situação da junta: porém não resolveu o problema da ordem. Continuavam, desconfiados e distantes (1), a se detestarem — os soldados dos dois lados: portugueses leais ao Rei, bahianos que prometiam expulsá-los. A eleição da nova junta não melhorou a situação. Em 15 de Fevereiro o comandante do batalhão 12, coronel Inacio Luiz Madeira de Melo, recebeu o decreto real que o nomeava inspector da guarnição, com o governo das armas e a promoção a brigadeiro. Destituía-se com isto o brasileiro brigadeiro Manuel Pedro. Relutou a Camara em reconhecer a legitimidade da nomeação, a que faltava a assinatura do secretario de Estado. Madeira parecia ceder, e dir-se-ia que prevaleciam as razões do partido nativista, quando, na madrugada de 19 de Fevereiro, resolutos, tomou o comando. À voz de revolta concentraram-se no forte de S. Pedro os militares que seguiam a Manuel Pedro, logo cercados e investidos pelos batalhões reais, a que se juntaram “taberneiros, caixeiros e maruja” “com gritaria e sarcasmos”, como, verberando os excessos, disseram em carta a D. João VI os vereadores indignados (2). Evadiram-se os sitiados, logrando alcançar os suburbios, donde se passaram para as vizinhanças da Torre de Garcia d’Avila. Desenfream-

futuro Camamá) e Felisberto Gomes Caldeira, majores Silva Torres, José Gabriel da Silva Daltro, José Elói Pessoa... Eram dedicados à causa do príncipe, sendo que o primeiro se tornou seu agente pessoal em 1822. Mas na *Carta de um membro da preterita Junta do Governo Provincial da Provincia da Bahia*, Lisboa, 1822,, se dizia que os “corcundas”, contra quem eles se revoltaram, andavam ajudados por Barata e João Ladislão de Figueiredo e Melo; e mais, que Barata fôra espião do conde dos Arcos, p. 8... Em Lisboa, foram postos em liberdade.

(1) Sobre os fatos de 19 de Fevereiro, informou a Camara da Bahia ao Rei: “taberneiros, caixeiros e maruja começaram a amotinar as ruas com gritarias e sarcasmos contra aqueles que julgavam do partido oposto ao brigadeiro Madeira...” (ms. no *Arq. Hist. Col.*).

(2) Ms. no *Arq. Hist. Col.*, Lisboa.

se os vencedores em muitas violências, a mais surpreendente a invasão do convento da Lapa, onde quiz resistir-lhes a abadessa, madre Joana Angelica, por isto trucidada no limiar da clausura, a golpes de baioneta (1). Só penetrariam naquele recinto sagrado sobre o seu cadaver (2)! Recuaram, cometido o crime: mas para espalhar o terror pela cidade, num longo desvaio, que não lhes aproveitou. Sufocada na Bahia a insurreição nacionalista, rebentaria nas

(1) Escusaram-se, alegando houve tiros das janelas do convento, *Idade de Ouro*, n. 28 de Fevereiro de 1822, exemplar junto ao of. de Madeira, de 17 de Março, ms. *Arq. Hist. Col.* Vd. o elogio da abadessa, BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA, *Soror Joana Angélica*, Bahia 1923; documentação sobre estes fatos, *An. do Arq. Publ. da Bahia*, XXVII, 20 e segs. (1941). O processo feito aos culpados foi mandado sobrestar em Lisboa a 6 de Agosto de 1824, ms. no *Arq. Hist. Col.* Ai compulsamos as suas peças. Madeira conduziu-se discretamente no processo, mas omitiu maiores referencias ao assassinato da abadessa e elogiou os seus soldados. (Docs. in *An. do Arq. Publ. da Bahia*, XXVII, 75-175).

O brigadeiro Domingos Alves Branco disse ter escrito ao principe, sugerindo as operações militares, em 3 de Abril de 1822, *Justificação patriótica*, Rio 1823.

Madeira foi envolvido pelos acontecimentos. Ainda em 16 de Junho de 1821 o seu batalhão 12 pedira à junta que o deixasse embarcar para Portugal: estava cançado do Brasil... (Ms. no *Arq. Hist. Col.*). Era natural de Chaves, 1775, sentara praça em 1791, fizera a guerra peninsular de capitão a tenente-coronel; e faleceu em 15 de Junho de 1834 (ms. cm. pelo *Arq. Hist. Militar*, Lisboa).

(2) Continua a Camara da Bahia, na corajosa *exposição* ao Rei: Despedaçada a bandeira que havia no forte de S. Pedro, saqueados os quartéis, roubado o cofre do 1.º de linha, os soldados, fóra de si, atacaram a Lapa, "depois de insultaram de palavras o decoro e dignidade destas Religiosas, assassinaram a sua Abadessa atravessando-a com uma baioneta, ao tempo que esta Religiosa lhes abria a porta, que pretendiam arrombar: este sacrilego atentado, mais do que nenhum outro, Senhor, acabou de cobrir de luto esta desventurada Cidade, ainda não testemunha de crimes tão revoltantes" (ms. no *Arq. cft.*) As freiras das Mercês saíram de cruz alçada para a Soledade a uma da tarde do dia 20. Na sessão de 2 de Março Montezuma argumentou que a carta de nomeação de Madeira não estava legal por lhe faltar a assinatura do Secretário de Estado, e foi o presidente interino da Camara — ausentando-se o efetivo — que lhe tomou o juramento.

vilas próximas, refugiar-se-ia no interior da província, explodiria nos sertões ou no Reconcavo (1).

A 25 de Junho declarou-se no Reconcavo (2), primeiro em Cachoeira, depois em Santo Amaro, afinal nas localidades sertanejas.

Com o seu regimento da Torre, o coronel Joaquim Pires (3) iniciou o cerco da cidade em 18 de Julho.

(1) Do processo instaurado por Madeira consta que os retirantes do forte de S. Pedro foram pedir abrigo ao senhor da Casa da Torre (Antonio Joaquim Pires), mas retrocederam, na maioria, à voz de que seriam perdoados, enquanto os oficiais se espalhavam pelo reconcavo, agasalhados alguns pelo cunhado daquele fidalgo, capitão-mór Joaquim Inácio de Siqueira Bulcão, (1768-1829), no seu engenho da Vila de S. Francisco. Pelos serviços que fez aos emigrados e importância da colaboração subsequente, mereceu este que lhe chamassem o "patriarca da Liberdade bahiana" (LADISLÁO DOS SANTOS TITÁRA, *Paraguassú*, nota 56). Comemorou-os o dec. de 1 de Dez. de 1824, que lhe deu o título de barão de São Francisco: "...mantendo e gratificando com largo dispendio de sua fazenda tropas destinadas a combater na provincia da Bahia os inimigos da causa do Imperio, em cujo utilissimo empenho se conservou constante a custa de graves fadigas e sacrificios...", ANTONIO DE ARAUJO DE ARAGÃO BULCÃO SOBRINHO, *Familias Bahianas*, p. 9, Bahia 1945; e *O Patriarca da Liberdade Bahiana*, Bahia 1946; e nossa *História da Casa da Torre*, ps. 144-6. Os da cidade já estavam certos do apoio da Legião da Torre, ANTONIO REBOUÇAS, *Recordações Patrióticas*, in Rev. do Inst. *Hist. da Bahia*, n. 48, ACCIOLI, *op. cit.*, IV, 102. Não admira que, logo depois do pronunciamto das vilas, a Legião marchasse para o cerco à Bahia, com o coronel Joaquim Pires à frente, *Hist. da Casa da Torre*, p. 149.

(2) Vd. MIGUEL CALMON (Abrantes), *Relatorio dos trabalhos do Conselho Interino de Governo da Provincia da Bahia*, v823, p. 18 da 2.a ed., Rio 1923. Marcado para 29 de Junho, nas varias vilas, foi em Cachoeira antecipada a revolução, por artes de Francisco Gê. Acaibaba de Montezuma, que alegou estarem os portugueses da capital dispostos a tomar a dianteira... Ladisláo dos Santos Titára, *Paraguassú*, c. IV, v. 23, chamou a isto "grosseira mentira"; todavia teve por efeito estabelecer-se em Cachoeira a sede do movimento. Para entender-se com os sublevados, enviou D. Pedro, de acordo com a maçonaria, o brigadeiro José Egidio Gordilho de Barbuda, MACEDO, *Exposição Histórica da Maçonaria no Brasil*, p. 46, Rio 1857. O *Semanario Civil*, Bahia, num. de 4 de Julho, atacando a Junta, noticiou os acontecimentos de Cachoeira, «liás já previstos por Madeira a 2 de Abril, ms. no *Arq. Hist. Col.*, Lisboa.

(3) P. CALMON, *História da Casa da Torre*, p. 150. Depois visconde de Pirajá. Seu irmão, Antonio Joaquim Pires, foi o primeiro titular do Império, barão da Torre de Garcia d'Avila, em 1 de Dezembro de 1822 (*An. do Arq. Publ. da Bahia*, VI, 117).

Saiu do Rio, no dia 14 desse mez, a divisão naval do chefe Rodrigo Antonio de Lamare, com o general Labatut (1) e 260 praças, primeiro socôrro que o príncipe mandava aos bahianos.

DEFENSOR PERPETUO

Decretou D. Pedro, em 4 de Maio, não tivessem execução os decretos de Lisbôa sem o seu "cumprase". A maçonaria ofereceu-lhe a 13 de Maio, aniversario do Rei, o titulo de Defensor Perpetuo do Brasil, que o Senado da Camara lhe levou (2). Foi outra

(1) Domingos Alves Branco tinha sido convidado, mas tres dias depois (e ao que contam, por indicação de frei Sampaio) foi nomeado o "paizano francês Pedro Labatut", *Justificação patriótica*, Rio 1823.

A ida de Labatut para a Bahía tinha sido resolvida pelo Imperador, como se vê da ata de 21 de Junho, do *Grande Oriente* maçônico: "...Anunciou mais o Irmão Presidente a proxima partida dos Irmãos Lucas José Obes para Montevidéo e Labatut para a Bahía..." (*An. da Bibl. Nac.*, XLIII, XIV). De Corrêa da Camara, que se achava em Buenos Aires, há referencia a Labatut, datada de 16 de Agosto de 1822: "O pseudo General de que ele fala foi um espião dessa Córte da Policia del El-rei, coronel expulso da República de Cartagena, que tentando servir a Buenos Aires no tempo de Pueyrredon apenas lhe ofereceram o posto de Capitão". (*Anals do Itamarati*, II, 41, organizados por Aurelio Porto, Rio 1937). Resumimos a sua biografia, *Hist. da Casa da Torre*, p. 154, e *Figuras de Azulejo*, p. 130, Rio 1941). Brigadeiro em 3 de Julho de 1822 (L. LAGO, *Brig. e Gen.*, p. 137), teve licença de um ano, 17 de Julho de 24, prorrogada até 1829, quando foi demittido (5 de Fev.), mas para ser reengajado depois de 7 de Abril, logo no dia 11. (*Livr. do Quartel Mestre*, ms. na Bibl. Nacl.). Naturalizou-se em 1831. Faleceu na Bahía em 24 de Set. de 1849 e jaz no "panteon" de Pirajá desde 1853. (A publicação, que fizemos, de seu testamento, ms. no Inst. Hist. da Bahía, completa os dados coligidos por TOBIAS MONTEIRO: *Hist. da Indep.*, p. 601, e a que deve juntar-se o artigo-fleto da *Idade de Ouro*, Bahía, n. de 20 de Dez. de 1822).

(2) O título lembrava D. João I, Cromwell... Partiu de José Clemente e seus amigos, DRUMMOND, *op. cit.*, p. 46. *O Constitucional*, Bahía, 5 de Junho de 1822, transcreveu o acto da aclamação — que se seguira ao beija-mão de 13 de Maio — concitando os bahianos a repeti-lo. A *Idade de Ouro*, de 29, respondeu agressivamente à sua gestão.

feira semelhante à de 9 de Janeiro. Na mesma ocasião creou a sua guarda de honra de uniformes brancos, imitando a alemã, o que era lisonjeiro para a princesa (1). Fez-se a 1 de Junho a eleição para procuradores do Rio: recaiu em Ledo, adversario de José Bonifacio, e José Mariano de Azeredo Coutinho, seu amigo. Com o procurador da Cisplatina, Lucas José Obes, e José Clemente, como presidente da municipalidade, constituíram no dia seguinte o Conselho de Estado (2). Logo a 3 de Junho requereram que se convocasse a Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do Brasil!

Com o seu congresso soberano, separava-se de Portugal.

Fortaleceu-se o principe com a adesão do grupo maçónico (3). Os amigos do ministro organizaram outra sociedade (ou anti-maçonaria), o *Apostolado*, para a defesa da autoridade monárquica (4). Podia

(1) *O Constitucional*, da Bahia, num cit. O comandante foi Antonio Leite Pereira da Gama Lobo.

(2) Inaugurou-se em 2 de Junho de 22 com os tres procuradores, Actas in *Publicações do Arquivo Nacional*, XVIII, 17. Em carta ao pai, 19 de Junho, disse D. Pedro, que rompera de vez com as Cortes. O Brasil queria somente as leis de sua Assembléa Geral...

(3) *An. da Bibl. Nac.*, XLIII, XII, Em 17 de Junho, as tres lojas do Rio formaram o Grande Oriente, grão mestre José Bonifacio, que se empossou no mesmo dia. O principe, com o pseudonimo de Guatmozin, foi aceito em 2 de Agosto, dia em que foi censurado fr. Sampaio pelas opiniões monarquicas do Regulador Brasileiro (do qual tinha publicado dois numeros). (Agenor de Roure, Frei Sampaio, in *Jornal do Comercio*, 21 de Set de 1930). Em portaria de 5 de Agosto, de José Bonifacio, o mesmo jornal era recomendado às provincias... Ms. de J. Bonifacio (copia no arq. do barão Homem de Melo, cit.), traz os nomes dos socios das três "oficinas", com um sinal, certamente do ministro, dos que não serviam. Estes, os "republicanos"? Tentou refazer a instituição?

(4) O *Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz* foi inaugurado a 2 de Junho de 1822, portanto quinze dias antes do Grande Oriente, sob os auspícios de José Bonifacio. Com o titulo de *Arconte-rel*, tomou-lhe a frente o principe em 22 de Junho. (Vd. SERGIO CORRÊA DA COSTA, *As Quatro Corôas de D. Pedro*, I, ps. 45 e segs.,

manobrar, portanto, *republicanos* e *absolutistas*, e guiá-los.

Falou em altas vózes — a 1 e 6 de Agosto. No dia 1, em manifesto aos brasileiros (1), disse que convocara a Assembléia “afim de cimentar a Independencia politica deste Reino, sem romper comtudo os vinculos da fraternidade portuguesa...” E na mensagem às nações, de 6: fôra obrigado a “anuir à vontade geral do Brasil, que proclama à face do Universo a sua independencia politica”... No Decreto de 1 de Agosto declarou inimigas as forças armadas de Portugal que tentassem desembarcar sem o seu consentimento. Foi complemento natural dessas medidas a nomeação de

Rio 1941). Interessante é que se reunia no Quartel General do comando das armas, à rua da Guarda Velha, e atraiu os conservadores, a começar pelo famoso “major Vidigal” (Alberto Rangel, *Trasanteontem*, p. 84). As *atas do Apostolado* estão no arq. do castelo d’Eu, e vão até 15 de Maio de 1823. Pela nominata dos adeptos verificamos que essa maçonaria branca constituiu um partido reacionário, para a salvaguarda da autoridade monárquica, contra as tendencias republicanas das “lojas” precedentes. Parece que houve uma tentativa para reorganizá-la em 1827, com o nome de “Colunas” — “colunas do trono e do altar”, espécie de confraria cabalística que não podia ser muito diferente da “sabastianista”, de S. Miguel da Ala, de Portugal, depois de 1834 — a que tantas vezes aludiu Camillo Castelo Branco (v. g. *Brasileira de Praxius*, 2.a ed., p. 69). Em todo caso, creada pelos Andradas, com eles desapareceu, embora “mais bem organizada e perfeitamente cosposta” do que a maçonaria de Ledo (Antônio Telles da Silva, depoimento, *An. da Bibl. Nac.*, XLIII, XX).

(1) *Rev. do Inst. Hist.*, t. 80, p. 92. Redigido por José Bonifácio, segundo Mareschal, ms. cf. *acta do Conselho de Procuradores*, de 15 de Junho, cometido a Gonçalves Ledo, *Publ. do Arq. Nac.*, XVIII, 25, o manifesto de 1 de Agosto deve ser deste, e o de 6, “às nações”, de José Bonifácio, conforme a distribuição de trabalho feita naquele dia. O Príncipe encarregára-se da “Proclamação aos bahlanos”. Em carta de 15 de Janeiro de 1824, para D. João VI, confessou, que entrara na maçonaria e lhe sabia os segredos liberais. (A. LIMA JUNIOR, *Cartas de D. Pedro 1*, p. 78). No *Museu Historico Nacional* (Rio) guardam-se as Insignias maçônicas de D. Pedro I, inclusive a de cavaleiro “kadosch”, ou da aguia bicéfala, cujo simbolo se atribuía às duas vítimas previstas, rei e papa... Alexandre de Saint-Albin, *Les Francs-maçons et les sociétés secrètes*, Paris, 1867.

agentes diplomaticos, que — com o formal pedido de reconhecimento, que fariam a seu tempo — explicassem, nas várias capitais da Europa e da America, as razões da independencia (1).

(1) Foi providencial achar-se em Londres, desde 2 de Junho de 1821, o marechal Felisberto Caldeira, que em 2 de Abril do ano seguinte escreveu a José Bonifacio, aplaudindo a sua politica (*Arquivo Diplomatico da Independencia*, I, 159, Rio 1922). Teve instruções, com data de 12 de Agosto, já para pleitear da Grã Bretanha o "reconhecimento da Independencia Politica deste Reino do Brasil e da absoluta Regencia de S. A. R. enquanto S. M. (o Rei) se achar no afrontoso estado de cativo, a que o reduziu o partido faccioso das Côrtes de Lisboa", embora por independencia se entendesse a união da "Grande Familia Portuguesa reunida debaixo de um só Chefe", D. João VI, privado de sua liberdade, e portanto substituido pelo filho (Vd. HILDEBRANDO ACCIOLI, *Arq. Dipl. da Indep.*, I, XXXVI, e *Instr.* no mesmo vol., p. 7). Para a França foi nomeado Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, diplomata de carreira, depois visconde de Itabaiana (12 de Agosto de 22), com instruções semelhantes ás de Felisberto (*Arq. Dipl. da Indep.*, III, 8). Para a Austria, o bávaro Dr. Jorge Antonio Schaeffer, que parecia pessoa de confiança da princesa (designado a 21 de Agosto, *Arq. Dipl. da Indep.*, IV, 285). Para os Estados Unidos, o official da Secretaria de Estrangeiros, Luiz Moutinho Lima Alvares e Silva (12 de Agosto) (*Arq. Dipl. da Indep.*, V, 5), a que se seguiu, em 15 de Janeiro de 23, a designação de Gonçalves Cabugá, o revolucionário de 1817, para consul geral. E para o Rio da Prata foi aproveitado Antonio Manuel Corrêa da Camara, consul geral já nomeado em 24 de Maio de 22, *Arq. Dipl. da Indep.*, V, 233, com o largo programa duma aliança de vizinhos, em que se revelou o caracter americano (of. de José Bonifacio, de 10 de Junho, *op. cit.*, V, 239) do Império nascente. (Sobre a ação deste agente politico, vd. AURELIO PORTO, *Anais do Itamarati*, v. II, Rio 1937; projeto de instruções, *op. cit.*, p. 6). O barão Roussin, of. de 31 de Maio de 1822, disse que José Bonifacio queria "la formation d'une confédération de tous les états libres d'Amérique, afin, dit-il, de balancer la confédération Européenne". (A. RANGEL, *op. cit.*, p. 111).

FUNDAÇÃO DO IMPÉRIO

JORNADA A SÃO PAULO

Irrompêra a desordem em São Paulo. Não que se insurgisse a junta contra a união das províncias, como se dissêra da de Minas Gerais. Mas pelo conflito, que a dividiu.

O juiz de fóra José da Costa Carvalho, ambicioso e jóven, formára partido contra os Andradas, com o brigadeiro Francisco Inácio de Souza Queiroz (em cuja familia se casára (1), e Oyenhausen. Para sustentar o irmão Martim Francisco, José Bonifacio mandou chamar ao Rio o presidente da junta. Significava a entrega do poder aos Andradas. Em 23 de Maio, divulgada a noticia, os partidários de Francisco Inácio, com a tropa do seu comando, convocaram a Camara e depuzeram Martim Francisco e o brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão (2). Passava a

(1) Falecera em 1819 o rico português, brigadeiro Lutz Antonio de Souza Queiroz, cuja viuva, D. Genebra, foi em 1821 desposada pelo juiz de fóra José da Costa Carvalho, natural da Bahia, depois marquês de Monte Alegre. (Cons. ALBINO JOSÉ BARBOSA DE OLIVEIRA, *Memórias de um magistrado do Império*, p. 197: "e Costa Carvalho, que era pobríssimo, tornou-se riquíssimo, deixou a carreira, fundou o "Farol Paulistano", fez-se liberal, deputado e acabou membro da Regencia, e depois Senador e Marquês"). Francisco Inácio era sobrinho de Lutz Antonio e se distinguira na guerra peninsular. (Vd. AMÉRICO LACOMBE, notas ao livro do cons. Albino, *ibid.*, ps. 202 e segs.).

O movimento de 1822 é chamado "bernarda" de Francisco Inácio. Ocorre pela primeira vez o nome, "bernarda", populismo alusivo às matnadas dos frades bernardos, de Alcobaça, e generalizado aos motins que aconteceram depois de 1820.

(2) Vd. *Registo da Camara de S. Paulo*, XVI, 390-460.

governar Francisco Inácio. A esse golpe militar, respondeu José Bonifácio com o decreto de 25 de Junho, que mandou estabelecer outro governo; a que se seguiu a subida do marechal Candido Xavier de Almeida e Souza, de Santos para São Paulo, com a força ali existente (1). Francisco Inácio e Oyenhausen se submetêram. Resolveu então o príncipe visitar a provincia, para aquiêta-la em favôr dos Andradas (2). Deu a Martim Francisco — despojado do cargo em São Paulo — o ministério da fazenda (4 de Julho (3)). Robusteceu a confiança de José Bonifácio. Em 13 de Agosto instituiu regente provisoria a princêsa Leopoldina, que se entendia bem com o velho ministro e já não dissimulava o seu entusiasmo brasileiro (4). No dia immediato, com pequena co-

(1) *Registo Geral da Camara de S. Paulo*, XVI, 434. O dec. de 25 de Junho mandou eleger o governo provisório no ato da eleição dos deputados à Constituinte (*Rev. do Inst. de S. Paulo*, XXII, 439).

(2) Em Abril já em S. Paulo se contava com a visita, cf. *Registo Geral*, cit. Fléis aos Andradas, pronunciaram-se varias vilas, como Porto Feliz, Itú... Em 27 de Julho, a de Curitiba nomeara representante para cumprimentar o príncipe em S. Paulo, *Boletim do Arq. Mun. de Curitiba*, LXI, 5.

(3) O desempenho honrado que Martim Francisco deu ao ministério da fazenda — cujos problemas conhecia como erudito economista — ficou memoravel. "...Restituiu-lhe credito, gerou a confiança, poz os pagamentos em dia, cerrou a porta das delapidações, e só com ordem, economia e exata arrecadação e vigilancia sobre a conduta dos empregados, conseguiu pôr-se ao nivel das despesas ordinarias e extraordinarias da independencia, como a pacificação da Bahia e expulsão dos Lusitanos dessa parte do imperio, e tudo sem necessidade de novos impostos, e sem empréstimos, alem de um pequeno empréstimo contraído no mesmo país..." *Nacional*, 1844, *Rev. do Inst. Hist.*, LIV, 316.

(4) Leram-se as cartas de D. Leopoldina a José Bonifácio, Tau-nay, *An. do Mus. Paulista*, III, 10-5 e Luiz Norton, *A Côte de Portugal no Brasil*, ps. 390-457 (correspondencia da princesa). Acertou Max Fleiuss (que reivindicou para ela o culto público, nas festas de 7 de Setembro), ao chamar-lhe "A paladina da Independencia", *Páginas de História*, p. 205 e segs. Rio, 1930. Fala Menezes de Drummond, nas *anotações à sua biografia*, daquela correspondencia, que continuou durante o exilio dos Andradas.

mitiva, partiu para São Paulo (1). Em Taubaté, juntou-se a ela uma guarda de honra. Recusou-se, em Mogí das Cruzes, a receber os membros do governo provincial, que declarou dissolvido, e nomeou o marechal Candido Xavier comandante das armas da cidade, onde entrou festivamente a 25 de Agosto (2). Gozou aí da alegria do povo, dos sentimentos de obediência e afeição que lhe tributaram, até 5 de Setembro (3), quando desceu à vila de Santos.

IPIRANGA

Foi de regresso, às quatro da tarde do dia 7, que se encontrou na colina do Ipiranga com o correio da

(1) Acompanhavam o príncipe, Luiz de Saldanha da Gama (depois marquês de Taubaté) que fazia de secretário de Estado, em lugar de Rezende, incompatível com José Bonifácio, por ser conchudado de Francisco Inácio; o secretário privado Francisco Gomes da Silva (o "Chalaça"), um camarista e dois criados, a que se juntaram em caminho o tenente coronel Joaquim Aranha Barreto Camargo e o padre Belchior Pinheiro, sobrinho de José Bonifácio. Exatamente relataram os fatos de 7 de Setembro de 1822, o padre Belchior, o coronel Marcondes, comandante da guarda (barão de Pindamonhangaba), o tenente Canto e Mello (ajudante de ordens), Paulo Antonio do Vale (coligiu esses depoimentos Assis Cintra, *D. Pedro I e o grito do Ipiranga*, S. Paulo 1921). Foi o "Chalaça" quem entrou primeiro em S. Paulo, para observar os animos e informar ao amo, *Memórias do cons. Francisco Gomes da Silva*, 2.ª ed., pref. e notas de Noronha Santos, p. 54, Rio 1939. No necrologio de Martim Francisco, *Nacional*, 6 de Março de 1844, se disse "foi dele que manou a magnanima resolução do Sr. D. Pedro I de declarar a independência do Ipiranga na provincia de S. Paulo..." (*Rev. do Inst. Hist.*, LIV, 316).

(2) Os implicados na expulsão de Martim Francisco foram exilados para fóra da cidade. Dec. de 23 de Set. de 1822 mandou cessar a devassa e libertar os presos, mas aqueles personagens só voltaram a S. Paulo em Julho de 1823. (AFONSO A. DE FREITAS, *Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo*, XXII, 424). A junta que substituiu o governo dissolvido foi eleita em 29 de Agosto, pelos eleitores paroquiais. Podemos ler os nomes dos *andradistas* na representação de 11 de Novembro de 22, congratulando-se pela conservação dos ministros José Bonifácio e Martim Francisco, contra "um partido de vis carbonarios", *Registo Geral da Camara Municipal de S. Paulo*, XVII, 10. Formaram eles a Guarda Civica, espécie de guarda nacional, que teve curta duração.

(3) Acontecimento transcendente para a biografia de D. Pedro, foi o encontro com D. Domitila de Castro e Melo a 29 de Agosto, de que resultou a fortuna da favorita, que seria marquês de Santos. (Vd. P. CALMON, *Vida de D. Pedro I*, p. 111).

côrte, Paulo Bregaro, enviado pela princesa, para entregar-lhe os ultimos papeis de Lisboa (1). Eram os decretos das Côrtes que o tratavam como rebelde ou inimigo, cartas da princesa e de José Bonifacio, aconselhando-o a não mais contemporizar, que era o momento da independencia... (2).

Lidas as mensagens, D. Pedro, arrebatadamente, reuniu à sua volta a comitiva, e, sacando da espada, bradou, como num juramento: "*Independencia ou Mortel*" (3).

E entrou ruidosamente em São Paulo, onde logo se preparou espetaculo solêne no teatro, para festejar-lhe o regresso.

A sessão correu memoravel, porque se executou, com musica pouco antes improvisada pelo principe,

(1) Vd. nossa *Hist. da Indep. do Brasil*, ps. 152-3 (resumindo os relatos das testemunhas do "grito do Ipiranga", padre Belchior, barão de Pindamonhagaba, Canto e Melo e Paulo Antonio do Vale). Segundo MENEZES DE DRUMMOND, *Anot. à biogr., An. da Bibl. Nac.*, XIII, 40, José Bonifacio se alentou com as noticias que trouxera da Bahia, a que se somavam as de Lisboa, certificando-o de que chegára a hora da Independencia. Em 23 de Agosto, recebeu a princesa eloquente mensagem das senhoras da Bahia, solidárias "no heroico empenho da nossa Liberdade e Independencia" (Vd. *Espelho Extraordinario*, n. 7, de 24 de Agosto de 1822). A remessa da correspondencia da princesa e de José Bonifacio para D. Pedro, decidiu-se em conselho de 28 de Agosto, vd. DRUMMOND, *obd.*, p. 40. Das cartas dá melhor noticia Tobias MONTEIRO, *A Elaboração da Indep.*, p. 544. O velho ministro incitava: "Senhor, o dado está lançado e de Portugal não temos a esperar senão escravidão e horrores. Venha V. A. R. quanto antes e decida-se..." Não ha, porém, ata da sessão do Conselho de 28 de Agosto, porém de 2 de Setembro, *Publ. do Arq. Nac.*, XVIII, 33. A estar certo Drummond, a reunião de 28 fôra secreta.

(2) Vd. trecho da carta de José Bonifacio, de 1 de Setembro, AFONSO TAUNAY, *An. do Mus. Paul.*, III, 77-8. Concitava o principe a decidir-se, mas não a declarar a independencia em S. Paulo, o que ele fêz, no arrebatamento juvenil que lhe era proprio. Esta, provavelmente, foi a carta que o impeliu para não demorar mais o grito".

(3) O "grito" foi no lugar onde se ergue o Museu Paulista. A Camara assinalou o local histórico, em 1825, com uma pedra, exumada em 1872, quando explorado o terreno para a construção do palacio comemorativo, (*Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo*, XXII, 20). Projetou-o em 1881, o engenheiro Tomaz Gaudencio Bezzi; começaram as obras em 1885, e em 1894 já podia o palacio abrigar o Museu Paulista: lá as suas magnificas instalações (A. TAUNAY, *An. do Mus. Paul.*, III, 336-7). O jardim suntuoso é de 1909; e o monumento, de 1922.

o hino composto por Evaristo da Veiga, "Brava gente brasileira..." (1), e o padre Ildefonso Xavier Ferreira — amigo dos Andradas — aclamou, entre os aplausos da platéia: "Viva o primeiro rei brasileiro"! (2).

IMPERADOR

A 14 de Setembro estava D. Pedro de volta ao Rio de Janeiro. Apareceu no teatro no dia seguinte, com uma braçadeira verde onde se lia: "Independência ou Morte" (3). Resolvido fôra que se intitulasse *Imperador* (4). Decretos de 18 de Setembro

(1) EVARISTO escreveu o hino em 16 de Agosto de 1822. (Vd. poesias in *An. da Bibl. Nac.*, XXXIII.). O príncipe deu-lhe a musica (Vd. OCTAVIO TARQUINIO DE SOUZA, *Evaristo da Veiga*, p. 33, S. Paulo 1939). A notoriedade do hino fazia que fosse divulgado por *El Argos*, de Buenos Aires, num. de 28 de Dezembro de 1822. A letra devia ser bem conhecida: "fez-se afinal ouvir o hino, no qual tomaram parte o príncipe, D. Marla Alvim, D. Rita e outras senhoras". (*Relato de CANTO E MELLO*, cit.) Duvida, porem, Vieira Fazenda, que o príncipe lhe desse logo a musica, *Rev. do Inst. Hist.*, v. 147, p. 449. Marcos Portugal compoz outro hino da Independencia, mais popular.

(2) Relato do padre ILDEFONSO, cf. *Almanach Literário de 1881*, *Rev. da Inst. Hist. de S. Paulo*, XXII, 24.

(3) Da proclamação aos paulistas, em 8 de Setembro: "A divisa do Brasil deve sér — INDEPENDENCIA OU MORTE". Na noite de 16 de Setembro foi chamado no teatro, no Rio, aos gritos de "Viva o Imperador Constitucional", cf. officio da Camara, de 17, para a de Santa Catarina, *Rev. do Inst. Hist. Cat.*, v. IV, 1915, p. 66.

(4) Pelas atas maçonicas, *An. da Bibl. Nac.*, XLIII, XVÏ, vêmos que em 12 de Setembro se tratava de "aclamar o Nosso Augusto Defensor Rei Constitucional do Brasil..." Na sessão de 4 de Outubro se combinou festejá-lo, a 12, como *Imperador Constitucional*. Em nota a VARNHAGEN, *Hist. da Indep.*, p. 190, cita o barão do Rio Branco outras atas, da mesma noite de 14 de Setembro, quando Domingos Alves Branco aclamou, por tres vezes, "Viva o Senhor D. Pedro de Alcantara, Primeiro Imperador e Defensor Perpetuo do Brasil!" MENEZES DRUMMOND, *op. cit.*, p. 46, contesta a prioridade da maçonaria, dizendo que o proprio D. Pedro e José Bonifacio escolheram aquele titulo. Nega tenha sido sugestão da roda anti-andradina. Mas, nas proclamações de 16 e 21 de Setembro, escritas por Gonçalves Ledo, já aparece a indicação: "Aclamemos o digno herôe, o magnanimo Pedro, nosso primeiro imperador constitucional" (nota de RIO BRANCO, *ibid.*, p. 189), o que combina com o informe de Mareschal, attribuindo a Ledo e seus amigos o titulo, *Rev. do Inst. Hist.*, t. 80, p. 102. No panfleto "*Império do Equador na terra de Santa Cruz*",

instituíram armas e bandeira nacional. Em campo vêrde losango amarelo, e, ao centro, o novo escudo, circundada a esfera armilar de 19 estrelas, a corôa real diamantina. Era poética, no seu amavel simbolismo: "verde de primavera e amarelo de oiro..." (1). Como se dissêsse: o matiz das florestas e o fulgôr das minas; natureza resplandecente e metais ricos; o sorriso e os tesouros da terra bela... Anunciou o Senado da Camara, no dia 21, que se faria a aclamação do Imperador a 12 de Outubro, sua data aniversária. Mas não deixou de avisar, que juraria ao mesmo tempo a futura Constituição... (2).

Em 12 de Outubro (assim, primeiro dia do Império) presentes, no Campo de Sant'Ana, côrte, tropa e povo, fez José Clemente a proclamação, saudada

Out. de 1822 a Janeiro de 23, Silva Lisbôa justificou o titulo com o exemplo de Pedro o Grande e a proclamação de 1808, de D. João, que viera fundar "um novo imperio..."

(1) Mareschal, carta de 25 de Set. de 1822, explicou que verde era a côr da casa de Bragança, *Rev. do Inst. Hist.*, t. 80, p. 101. Mas as palavras do decreto, "verde de primavera e amarelo de otro", lhe dão o transparente intuito romantico, fácil de ligar ao espirito da Revolução franceza, pois lembra Demoulin, a tomar em Paris para símbolo da Revolução, uma fôlha verde. Apêlo ou volta á natureza, de Rousseau; reacção sentimental, contra a heraldica antiga; naturalismo poético. — Desenhou a bandeira Debret, que a descreve (*Via-gem Pitoresca*, I, 222). Em 21 de Set. appareceu o "cocard" verde e amarelo, decretado a 18, MARESCHAL, *ibid.*, p. 102. E, a 12 de Outubro, figurou a bandeira, DEBRET, *ibid.*, II, 271.

"Resolveu-se que ficasse d'ora em diante sendo o laço Brasileiro composto das côres emblematicas verde e amarelo. Que estas mesmas côres formariam o fundo das bandeiras, e nelas assentaria o escudo d'armas, que seria, uma cruz dentro da esfera de ouro, orlada com um ramo das duas riquissimas produções do Brasil, café e tabaco, e circundada por uma faixa de azul com 19 estrelas de prata, tudo soto-posto a uma corôa real", ata do Conselho de Estado de 16 de Setembro, *Publ. do Arq. Nac.*, XVIII, 33-4.

(2) Avisadas as Camaras dessa clausula do juramento prêvio, tambem a consignaram nas respectivas atas. A de Curitiba, em 1 de Abril de 1823, declarou "Irrisorio todo prêvio juramento exigido em semelhantes casos e que só praticou este Senado no referido Auto da Aclamação por querer em tudo identificar-se com o Senado da Corte, cujo modelo seguiram as Camaras...", *Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba*, XLI, 32.

com as salvas do estilo (1) — em meio de efusões patrióticas que se prolongaram em iluminações e festêjos publicos. Marcou-se a coroação para 1.º de Dezembro.

A PRIMEIRA CONTENDA

O *partido democratico* (chama-lhe o ministro austriaco, Mareschal) (2) não se satisfez com a aclamação. Temia o absolutismo, pois D. Pedro poderia governar como D. João VI — e a autoridade reacionária de José Bonifácio. Conistou que a maçonaria, para abalar o ministério, obrigára o imperador a assinar três decretos em branco. De fáto, coagira frei Sampaio, que escrevera artigos de fervôr monárquico, a abandonar a defêsa doutrinária do trôno (3), e no “Correio do Rio de Janeiro” — órgão do mesmo grupo (4), se esforçara por mostrar que o imperador era “um puro Democrata”... Usou frase ambigua: “Eis o Pedro 1.º sem 2.º”, que se podia tomar, quer como elogio — incomparavel — quer como advertencia — não hereditário... (5). Mais irritou o governo a polemica armada por aquele periodico com a “Gazeta do Rio de Janeiro” (6), que ousára dizer que o imperador se teria coroadado antes, se tivesse querido. “Só

(1) DEBRET, *op. cit.*, II, 270-1; J. ARMITAGE, *História do Brasil*, 2.ª ed., p. 43, S. Paulo 1914. Dos preparativos falou Mareschal, carta de 25 de Set., e descreveu a cerimonia em 19 seguinte, *Rev. do Inst. Hist.*, t. 80, p. 112, Dec. de 29 de Setembro estabeleceu a côr verde para as librês do Paço.

(2) *Rev. do Inst. Hist.*, t. 80, p. 116.

(3) DRUMMOND, *op. cit.*, ps. 52-3; *An. da Bibl. Nac.*, XLIII, XVIII.

(4) TOBIAS MONTEIRO, *op. cit.*, p. 675.

(5) TOBIAS MONTEIRO, *ibid.*, p. 676.

(6) O ministerio dava preferencia ao periodico *Regulador Brasileiro-Luso* (Julho-Março 1823, Tip. Nacional), que recomendava às provincias (*Rev. do Inst. Hist. Catarinense*, IV, 75).

dependia de sua vontade!!! Infames desorganizadores da ordem social, até quando semelhante pertinácia?" A 21 de Outubro, o português João Soares Lisboa, responsável pelo jornal (1), teve ordem de deixar o país em oito dias. O padre Lessa foi intimado a retirar-se para a sua fazenda (2). Recebeu José Clemente insinuação para demitir-se (acrescenta Mareschal). Tudo "sem processo nem formalidade", numa explosão vasta de intolerância, que equivalia a uma depuração. Dir-se-ia novo golpe de 21 de Abril. José Bonifácio atirava-se contra os republicanos; esmagava-os... No dia 25 fechou o imperador o Grande Oriente maçônico (3). Mas, como resistisse ainda a medidas mais radicais, foi José Bonifácio que se declarou demissionário no dia 26. Pensou o imperador nalguns nomes, para substituí-lo. Mas se formou forte movimento de opinião em favor do "ministro da independência". A 30, os seus amigos se reuniram no Senado da Câmara, presidido pelo procurador José Mariano, e impediram, com grandes ameaças, que José Clemente reassumisse a presidência da municipalidade. A multidão saiu à procura de José Bonifácio, que se mudára de sua casa ao Rocio para o caminho velho de Botafogo. O Imperador seguiu-a. Desagravado, aquiesceu o ilustre Andrada em voltar ao poder, mas para completar o expurgo político, vingando

(1) Reapareceu em Pernambuco, na revolução de 1824, e se lhe atribue a idéia das insignias desta, ALFREDO DE CARVALHO, *Estudos Pernambucanos*. p. 207.

(2) CLADO RIBEIRO DE LESSA, *Ensaio biográfico do Padre Antonio João de Lessa*, p. 54, Rio 1929.

(3) *An. da Bibl. Nac.*, XLIII, XVII. Talvez o fechamento da maçonaria se ligasse à denuncia que, em 13 de Setembro, de Buenos Aires, mandára Corrêa da Câmara a José Bonifácio: "O Grande Oriente carbonar'o da Bahia trabalha com os clubs do Rio e de Montevideo e a grande loja de Buenos Aires para levantar o Brasil contra o sistema actual". *Arq. Dipl. da Ind.*, V, 266. Veja-se a justificativa de José Bonifácio n' *O Tamolo*, n. 5, de 2 de Setembro de 1823.

do-se de quanto sofrera, desde Fevereiro, dos adversários do Rio e São Paulo.

A 1.º de Dezembro realizou-se, com magnificência e ordem, o espetáculo da coroação, comparavel ao tradicional aparato da investidura dos reis avoengos (1).

D. Pedro I quiz parecer diferente desses antigos reis, substituindo o arminho do manto real por esplêndida murça de *papos de tucano*: era a sua maneira de honrar a terra brasileira, dando-se ares de *cacique*, com esse ornato indígena... (2). Mas não se esqueceu de crear uma ordem nobiliarquica, de prêmio aos serviços feitos à Independencia, a Imperial Ordem do Cruzeiro (3). E, à maneira dos antepassados, passou a dar títulos de nobreza. O primeiro, foi de barão da Torre de Garcia d'Avila, expedido no dia da coroação. Não pretendia, é certo, crear nobreza hereditária, ou atribuir-lhe privilegios incompatíveis com as "bases constitucionais". Afastava-se, porém, em 1 de Dezembro, da conduta que lhe elogiavam as gazetas em 12 de Outubro. Estas tinham gritado a sua alegria por não ter então distribuido as habituais mercês... Agora, Imperador unguido, ia concedê-las, com a li-

(1) Vd. gravura e texto do DEBRET, *op. cit.*, II, 272.P. CALMON, *O Rei Cavaleiro*, 2.ª ed., ps. 124-5. A corda foi de ouro massiço, como a desenhou Debret. Está hoje no *Museu Imperial*, de Petropolis, não se confirmando a noticia, que dá Vieira Fazenda, de ter sido desmanchada em 1841, *Rev. do Inst. Hist.*, v. 143, p. 327. Deste, vd. a descrição das cerimônias, *op. cit.*, p. 329.

(2) Ha curiosa coincidência, na idéia da murça de papos de tucano, e na arte plumária indígena aplicada ao mesmo fim, e de que teve D. Pedro I noticia em Fevereiro de 1824, quando o visitou o rei do Hawai, Thamehameha II, oferecendo-lhe rico manto de penas de pássaros, hoje conservado no Museu Nacional (ROQUETTE-PINTO, *Seixos Rolados*, p. 28, Rio 1927).

(3) LUIZ MARQUES POLAINO, *Ordens Honoríficas do Brasil*, p. 107, Rio 1934. José Bonifácio recusou a condecoração; mas António Carlos teve a grã-cruz. O chanceler da Ordem foi... Cipriano Barata, cuja ação revolucionária nunca se conciliou com a monarquia tradicional. No titulo de Imperador, nas insignias, no desenho da Ordem do Cruzeiro, imitação da Legião de Honra, seguiu D. Pedro de perto o modelo francês, do império recente.

berdade que para isto tivera D. João VI, e em numero superior: mesmo sem lei nova que o habilitasse; usando dos poderes imanescentes; por força da sagração imperial! (1).

A aristocracia do Imperio fez-se em consequencia desse direito pessoal. Conformou-se com a indole representativa da monarchia, e se limitou ao formalismo, de comendas e titulos, sem outro conteúdo que não fosse a honraria, recompensas que dignificavam, mas não conferiam favôres especiais, nem oneravam o Estado. Nobreza eventualmente constituida; de titulos por uma só vida; que não distinguia o nascimento, mas o mérito, os serviços ou as preferencias; de natureza "liberal" antagonica ao espirito de casta, dos seculos anteriores; parecida com a do Império de Napoleão, e todavia enraizada nalguns preconceitos, que a adaptaram prontamente ao meio nacional. Correspondia à tradição; ajustava-se à importancia dos individuos; e foi aceita, estimada, requerida, como alta prova de valimento. Não recusaram esta recompensa — com poucas excepções — os politicos de mais in-teiriça altivez, os temperamentos mais modestos e austéros, quantos criam na ordem monarchica, e a serviram! (2).

Estava D. Pedro, pois, Imperador sem restrições... fóra as que a Constituição lhe impuzesse.

(1) Os poderes da regencia incluíam o grão-mestrado das ordens; e por igual os de conceder mercês e titulos, como declarou o Procurador Geral das Ordens ouvido a respeito, LUIZ MARQUES POLIANO, *Ordens Honorificas do Brasil*, p. 71, Rio 1943.

(2) Comendas e titulos eram simbolos servis, diziam os deputados em 1831, *An. da Assembléa Geral*, 1831, sessão de 7 de Maio. Mas, o *Imperio do Brasil*, n. 24 de 29 de Janeiro de 1823, felicitava a Santa Aliança, que realizava os principios de Saint-Pierre, contra os "democraticos, que, desde longos annos, se tem espalhado debaixo da falsa apparencia de um monarchismo constitucional, com que iludem os povos..." (Ex. in *Arq. Hist. Col.*, Lisboa).

José Bonifacio ganhára o seu combate. Cimentara a monarquia unitária, dissipando a oposição dos liberais revolucionarios. Nem se contentou com isto. Exilou os mais perigosos! (1).

(1) Em 20 de Dez. de 1822, foram exilados para a França José Clemente, o general Nobrega e o padre Januario da Cunha Barbosa, vd. ALBERTO RANGEL, *Textos e Pretextos*, p. 27, Tours 1926. Já em 2 de Dez. estavam refugiados em Buenos Aires o jornalista Lisboa e Ledo, *Arg. Dipl. da Indep.*, V, 284. Aliás as portarias de 6 e 9 de Nov., para o intendente geral, França Miranda, proibiam quaisquer reuniões suspeitas... M. Barreto e H. Lima, *op. cit.*, III, 256. Na devassa José Clemente se defendeu, e aos companheiros, VIEIRA FAZENDA, *Os Provedores da Santa Casa*, p. 245, Rio 1912.

A GUERRA DA INDEPENDENCIA

A ARMADA IMPERIAL

A guerra da Independencia concentrou-se em três regiões: a Bahia, o Maranhão e a Cisplatina. Tirou-lhe porém o character de luta autonoma, das forças locais contra a guarnição portugueza, a armada que, em seu auxilio, aparelhou o governo do Rio de Janeiro, exactamente para assegurar a integridade do império. Esta dependia do restabelecimento das communicações maritimas, tanto em forma de reacção à esquadra da metropole, que bloqueava os portos do norte, como pela importancia da cabotagem para a economia, a defesa e a união das provincias. O Imperador e José Bonifacio foram incançaveis nesse trabalho — dê opôr à frota portugueza outra que a afastasse daqueles portos. Valeram-se inicialmente dos navios de Rodrigo de Lamare, para enviarem à Bahia o general Labatut e um contingente de milicianos: o primeiro socôrro à insurreição do Reconcavo. Preci-savam entretanto dum chefe à altura do momento, e contrataram os serviços de lord Cochrane, que acabava de consolidar a independencia do Chile nas aguas do Pacifico (1).

(1) José Bonifacio deu ordem a .Corrêa da Camara para conyidar o almirante a engajar-se na marinha do Imperio, em 13 de Setembro, cumprindo-a o consul em 4 de Novembro de 1822 (*Arq. Dipl. da Indep.*, V, 243, e *Anais do Itamariti*, II, 99). Caldeira Brant escreveu ao ministro em 17 de Março de 1823, lembrando que, por uma

Em Março de 1823, quando assumiu Cochrane o posto de primeiro almirante, já podia o Brasil vangloriar-se duma pequena, mas respeitável marinha, confiada à experiência de alguns oficiais estrangeiros, que supriam, no comando dos navios, a falta dos velhos capitães portugueses (1). Com uma não (*Pedro I*), uma fragata (*Piranga*), duas corvetas (*Maria da Gloria* e *Liberal*) e dois brigues (*Guarani* e *Real*), iniciou o almirante as operações, indo desafiado, na baía de Todos os Santos, a esquadra ali fundeada (2).

gratificação de 5 mil libras, teria "um dos mais bravos oficiais da marinha inglesa", *Arq. Dipl. da Indep.*, I, 245. Já sugerira o seu nome entre Maio e Junho de 1822, *Publ. do Arq. Nac.*, VII, e TOBIAS MONTEIRO, *A Elaboração da Independência*, p. 605. Vd. também *Memórias*, de Cochrane, 1859, transcritas por S. E. P. (Sabino Elói Pessoa?) e pbl. in *Subsídios para a História Marítima do Brasil*, IV, 190-209 (Rio 1942); MARIA GRAHAM, *Escoço Biográfico de D. Pedro*, An. da *Bibl. Nac.*, LX, 86 (sendo que esta autora era muito da intimidade de Cochrane, no Chile). Foi elevado a primeiro almirante e marquês do Maranhão, 25 de Outubro de 1823.

(1) Começava pelo norte-americano David Jewett, que servira a Buenos Aires, Lewis Winkler Baeler, *Los Corsarios de Buenos Aires*, p. 22, Buenos Aires 1937, e, já no comando duma frota de duas fragatas e uma corveta, partira do Rio para Montevidéu em Novembro de 22 para transportar a guarnição portuguesa. Esta se recusou a partir. *El Argos*, de Buenos Aires, de 14 de Dezembro, informou: "La esquadrilla del Brasil al mando de don David Jewett debe partir al primer viento para el Janeiro, a causa que a la fecha tiene 186 desertores..." As fragatas, antes *União* e *Carolina*, chamaram-se *Piranga* e *Paraguassú*, e a corveta *Liberal*. Levaram às Alagoas o batalhão do Imperador, que desembarcou em Jaraguá a 22 de Fevereiro de 1823 e foi engrossar forças imperiais na Bahia. Jewett vendera a *Malpiú*, que tomou o nome de *Diligente*, por 2 contos de réis, of. de 13 de Maio de 1823, ms. no *Arq. Hist. Col.*, Lisboa.

(2) Compunha-se em 9 de Novembro da não *D. João VI*, fragata *Constituição*, corvetas *Dez de Fevereiro*, *Regeneração* e *Princesa Real*, charrúas *Princesa Real* e *Oreste*, brigues *Audaz* e *Prontidão*, doc, in *Arq. Hist. Col.*, ms. inéd.

Vd. *Os Portugueses na Marinha de Guerra do Brasil*, Com. Bras. dos Centenários Port., p. 105, Rio 1940. Informava Caldeira Brant: "uma não, 3 fragatas e varios diferentes navios armados...", of. de 26 de Fev. de 1823, *Arq. Dipl. da Indep.*, I, 242.

A esquadra imperial tinha em preparo, no Rio, fragatas *Paraguassú* e *Niterói*, esta de 42 peças, logo incorporada na frota de Cochrane; brigues *Caboco* e *Caclique*, brigue-escuna *Rio da Prata* e escuna *Leopoldina*. Em *El Argos*, Buenos Aires, 27 de Nov. de 1822,

LIBERTAÇÃO DA BAHIA

A luta na Bahia — começada efetivamente com a sublevação de Cachoeira — revestiu-se do duplo caracter, do choque d'armas e da resistencia dos ricos portuguezes ali estabelecidos, ao que chamavam a anarquia da patulêia. Militarmente, a situação das tropas sitiadas era insustentavel, nem, desde o começo, se iludiram a respeito os comandantes. A propria armada, que viêra auxiliá-las, sob a chefia de João Felix Pereira de Campos, não tinha poder nem recursos para dar à guarnição um apoio prolongado (1). Porque vacilasse, numa grande incerteza, ou porque lhe faltassem navios, dinheiro e gente para a guerra formal, que os comerciantes pediam (2), o governo da metropole preferia esperar por algum acontecimento mirifico (3), ou conformar-se com a fatalidade das cousas. Parecia desinteressado; e demorava-se... O general Labatut — cuja proclama-

achamos a noticia: "La fragata americana *Potomac*, que ha sido comprada en este puerto por el gobierno del Brasil, ha dado la vela el 19 bajo el nombre del *Emperador Pedro I...*"

(1) Nomeado em 31 de Agosto de 1822, o chefe de divisão João Felix só chegou, a bordo da não *D. João VI*, em 2 de Novembro. Aliás já a ordem que se lhe passou em 31 de Agosto prevenia, que, se não pudesse desembarcar na Bahia, o fizesse no Maranhão ou outro porto conveniente. (ms. no *Arquivo Histórico Colonial*, Lisboa). Em officio de 7 de Novembro, já dizia haver "escashez de viveres e falta de numerario", e tambem de plassaba para as cordas, "genero que se fabricava em Itaparica cujo logar é hoje ocupado pelos insurgentes. (Ms. no mesmo *Arq.*)

(2) Os emigrados de Parnambuco juntaram-se aos elementos conservadores da Bahia, explicou Madeira em of. de 8 de Outubro de 1822, ms. no *Arq. Hist. Col.* Os papéis,, ainda inéditos, neste arquivo de Lisboa, testemunham a pressão feita peio corpo comercial para que Madeira continuasse a resistir. Nunca lhe faltou.

Os negociantes da Bahia subscreveram 46: 800\$ de socorro à divisão aquartelada em Montevideo (ms. no dito *Arq.*, of. de Madeira, de 18 de Out. de 1822).

(3) Basta ver que o Arsenal Real do Exercito gastara com o Brasil de 1808 a 1823 apenas 773:958\$323, ms. no. *Arq. Hist. Col.*

ção é de 31 de Outubro — encontrou a Bahia cercada (1). As milícias do Reconcavo cortavam-lhe as saídas por terra e os abastecimentos, que por aí recebia: restava-lhe somente o commercio marítimo. Forte, com a chegada dos navios do chefe João Felix, tentou o general Madeira dismantelar as linhas insurrectas irrompendo, em 8 de Novembro, por Pirajá e Cabrito, num ataque de soldados e marinheiros, que se frustrou (2). Malogrou-se também a invasão da ilha de Itaparica, que empreendeu com pouca gente e alguns barcos, em 7 de Janeiro (3). Este insucesso

(1) Com um contingente pernambucano, ao mando do major José de Barros Faicão de Lacerda, chegou Labatut á linha do cerco em Outubro, B. DO AMARAL, *Hist. da Indep. da Bahia*, p. 265. Sobre a sua ação, *Defesa do general Labatut*, ps. III e IV, Rio 1824, e *Declaração Franca*, p. 4, Rio 1824. All achou a gente da Casa da Torre, com o seu coronel, Joaquim Pires, a quem se juntaram forças de Santo Amaro (João Ferreira de Araujo e Manuel Bernardo Calmon), Cachoeira e Vila de S. Francisco, ACCIOLI, *Mem. Hist.*, IV, 100, not. Em Outubro aproximaram-se da cidade e foi ferido um dos officiaes portuguezes, o coronel João de Gouveia Osorio, of. de Madeira, 8 de Out. de 1822, ms. in *Arq. Hist. Col.* — Sobre Labatut, a biographia que publicamos in *Figuras de Azulejo*, ps. 130-8, Rio 1939, com as correções calcadas em documentação nova.

(2) Deu enfase á vitória (excelentemente descrita por MIGUEL CALMON, *A Batalha de Pirajá*, Rio 1922) a estrofe hugoana de CASTRO ALVES, *Ode ao Dois de Julho*, *Obras Completas*, I, 322, Rio 1921. No sitio do combate ha modesto panteon e a herma de Labatut. A 8 de Novembro de 1823 foi comemorado o anniversario da refrega, ACCIOLI, *op. cit.*, IV, 101. Em officio ao ministro da marinha, de 9 de Novembro, ms. no *Arq. Hist. Col.* (inéd.), descreveu João Felix a participação da esquadra no dia 8, indo com 300 homens de desembarque e cinco barcas tomar o engenho do Cabrito. Tomou duas peças de artilharia na praia de Itacaranha e chegou a ocupar a casa do engenho, ás 3 da tarde, quando recebeu aviso para retirar. Fracassára o ataque por terra, que custou a Madeira 64 baixas (officio ms. no mesmo *Arq.*)

Coube aos insurgentes a offensiva em 29 de Dezembro. Escreveu Madeira: "O corpo que atacou a esquerda era mui consideravel e tinha artilharia e cavalaria..." Os portuguezes sustentaram-se ao grito de "Viva a Constituição", allás jurada naquela manhã. Tinham á esquerda a Legião, o 3.º de infantaria, na direita o 12.º, o regimento 15 e artilharia 1. (Ms. no *Arq. Hist. Col.*, inéd.)

(3) Dir'giu a defesa o coronel Antonio de Souza Lima, allás agraciado com a Ordem do Cruzeiro em 1 de Dezembro de 1822. O contra-bloqueio, com saveiros armados, foi organizado em Itaparica pelo capitão-tenente João das Bottas, que causou sério dano á esquadra real (BERNARDINO FERREIRA NOBREGA, *Memoria histórica sobre*

tirou-lhe a esperança de abrir uma brécha no anel do assédio, que se fechava em torno da praça (1). Minguavam-lhe os elementos de guerra, não se renovavam os contingentes sacrificados nas sortidas diurnas (2), e contra ele se levantava a hostilidade crescente duma população faminta. Do outro lado, só

as vitórias alcançadas pelos Itaparicanos, caps. 8-9, 2.^a ed., de Pirajá da Silva, Bahia 1923; UBALDO OSORIO, *A Ilha de Itaparica*, p. 36, Bahia 1942; LUCAS ALEXANDRE BOITEUX, *As Façanhas de João das Bottas*, p. 49, Rio 1933; XAVIER MARQUES, *Rev. do Inst. Hist. da Bahia*, n. 56, ps. 560-573, e do mesmo autor a novela *O Sargento Pedro, Bahia 1900*; BRENO FERRAZ, *A Guerra da Independência na Bahia*, p. 56, S. Paulo 1923. DRUMMOND, *Anot. à biogr.*, p. 31, menciona o combate, porém dele devera ter sabido em outra época, pois foi em Janeiro de 23, e em Agosto de 22 estava de volta ao Rio, *ibid.*, p. 38.

Do lado dos atacantes, perdeu um braço o aspirante Ferreira do Amaral, depois governador de Macau, onde sucumbiu em 1847, ROCHA MARTINS, *A Independência do Brasil*, p. 259, Lisboa 1922. Of. de 13 de Abril de 1823, declara, que o governo del Rei "viu com magoa o infeliz resultado do ataque sobre a ilha de Itaparica, que provavelmente seria bem diferente se as forças fossem maiores...", ms. no *Arq. Hist. Col.*, Lisboa.

(1) Em 15 de Fevereiro de 1823, comunicava Madeira: "forte ataque sobre a nossa ala esquerda com uma divisão respeitável. Foram desalojados das posições que ocupavam e obrigados a retirar-se em desordem... A perda do inimigo foi considerável...", ms. no *Arq. Hist. Col.*, inéd. Mas, em 22 de Março, apelava para o Rei, que mandasse uma Regencia, afim de atalhar, se possível, a Revolução, ms. no mesmo *Arq.*

(2) Em of. de 11 de Nov. de 1822, dizia Madeira que os seus efectivos eram de 3.085 homens, sendo os doentes 517. O numero de voluntarios era apenas de 300 (ms. *Arq. Hist. Col.*) A esquadra portuguesa repatriou 2.743 soldados da guarnição, 642 inferiores e soldados rasos, 1.135 praças de combate, fôra a marinhagem, como informou o chefe de divisão João Felix ao chegar a Lisboa, ms. no mesmo *Arquivo*. Estes numeros, que extralimos dos inéditos guardados no arquivo de Lisboa, corrigem os arbitrarios, de 6 a 10 mil homens, que correm nos livros, v. g., B. DO AMARAL, op. cit., p. 479. — Sobre o espirito reinante na cidade e a honradez de Madeira, depõe DRUMMOND, *Anot. à biografia* ps. 31-4, dizendo que ali fôra em vã tentativa de atral-lo à causa brasileira. Conhecia-o de Santa Catarina, em 1819, pois lá estivera o 12.^o Ofereceu-lhe dinheiro e promoção, ao que respondeu, desluido quanto ao futuro, mas intransigente, no seu dever... Mais tarde José Bonifacio lhe acenou, por intermedio doutro agente, com um premio de cem contos de réis: foi recusado, *ibid.*, p. 37, D. Joana, mulher do general Madeira, foi depois de viuva, directora de collegio para meninas, na Bahia.

Detalhe pouco conhecido. foi a diligencia feita por Madeira junto ao consulado inglês, pedindo o auxilio da "fiel allada" de Portugal, ms. copiado no arq. do Cons., a que correspondeu a nota de 19 de Maio, do consul no Rio de Janeiro, de protesto contra o bloqueio da Bahia, *Arq. Dipl. da Indep.*, II, 445-6.

havia entusiasmo, o vigor combativo da gente rural, em armas, nas linhas do cêrco, uns 11 mil homens, que representavam, em todas as suas camadas, o povo levantado (1). Os navios de Cochrane, apresentando-se na barra em 25 de Abril (1), tiraram ao general português a ultima ilusão sobre os socorros que de Lisbôa lhe prometiam. Mediram-se a 4 de Maio as forças navais num breve combate, que não devia repetir-se (2). Chegaram a amotinar-se os marinheiros portugueses da não capitânia de Cochrane, para não darem muição aos canhões; e os de João Felix não mostraram maiores disposições de luta: careciam os dois almirantes de reservas para se engajarem a fundo numa ação total. Melhor ordem tomou o exercito sitiante sob a direção de Labatut, dividindo-se em três brigadas: da direita, do comando do tenente-coronel José de Barros Falcão de Lacerda, do centro, do coronel José Joaquim de Lima e Silva (com o batalhão do Imperador) e da esquerda, do tenente coronel Felisberto Gomes Caldeira. Mas esta ultima, constituída de rapazes impacientes e exaltados, caíra no desgredo de Labatut, que, a 19 de Maio, prendeu Felisberto, mandando-o recolher à Itaparica (3). Foi como o sinal para um súbito movimento contra ele, negando-se, em 21 de Maio, as duas outras brigadas, a marcharem

(1) *Relatorio dos trabalhos do Conselho Interino*, p. 43; A. MILTON Efemerides Cachoeiranas, *Rev. do Inst. Hist. da Bahia*, n. 19, p. 29. O contacto com a esquadra foi comunicado ao governo de Cachoeira por seu emissario Miguel Calmon, carta de 17 de Maio, ms. no arq. do *Inst. Hist. da Bahia*.

(2) ACCIOLI, *op. cit.*, IV, 118; e of. de João Felix, 26 de Maio, ms. no *Arq. Hist. Col.*, Lisboa, contando que teve apenas dois mortos e dezoito feridos, e que do meio dia à noite procurou reengajar o combate. O motim de bordo da "D. Pedro I" foi sufocado pelos officiaes ingleses de Cochrane.

(3) ACCIOLI, *op. cit.*, IV, 3. O documento do dia 21 foi subscrito pelos officiaes das duas brigadas, entre estes o tenente Luiz Alves de Lima e Silva, futuro duque de Caxias, *ibid.*, p. 8.

sobre a da esquerda, e resolvendo, em consequencia, destitui-lo da chefia do exercito. Preso o general e remetido para o Rio, substituiu-o no posto, por nomeação do Conselho Interino (a 24 de Maio), o coronel Lima e Silva (1). Coube-lhe reorganizar as forças e, à sua frente, terminar vitoriosamente a campanha (2).

Na cidade tambem se dividiu a opinião. Assumira Madeira o governo civil, demitindo a junta, que molemente o desempenhava, em 9 de Maio. Pedira entretanto a designação de nova junta, que fosse de fieis adeptos da causa portugueza, e, nomeada esta, entregou-lhe o governo em 2 de Junho. João Felix considerou isto um contrasenso.

Mas era o indicio da retirada. A junta foi que insistiu, com desespero, para que se revigorasse a reacção (3). Temia a sorte daquele comprometido commercio; dizia que, entrando na cidade, os soldados

(1) ACCIOLI, *op. cit.*, IV, 20.

(2) 7.400 no cerco, de Itapoan a Pirajá; 739 no Engenho Novo; 1.034 em S. Tomé de Paripe; 966 em Passé etc.; e a guarnição de Itaparica (P. CALMON, *Hist. da Indep.*, p. 201). Em 2 de Julho entram 9.515 homens, BRAZ DO AMARAL, *op. cit.*, p. 481; e quadro geral das forças in Ladisláo dos Santos Titára, Paraguassú, apendice ao canto VIII, *Rev. do Inst. Hist. da Bahia*, n. 49, ps. 143-7.

Quanto à administração, os orgãos e serviços no Reconcavo, vd. *Relatorio dos trabalhos do conselho interino do governo da Provincia da Bahia*, 1823 (2.a ed., Rio 1923) de Miguel Calmon du Pin e Almeida, seu secretario, ps. 25-37; REBOUÇAS, *Recordações patrióticas*; CORRÊA GARCIA, *Hist. da Indep. da Bahia*, p. 165, Bahia 1900. A junta conciliatoria de Defesa, formada em 6 de Julho de 1822, mudara-se em Conselho Interino a 6 de Setembro, com os representantes das varias vilas.

As forças do general Madeira eram numericamente inferiores como vimos em nota anterior.

(3) Em 10 de Junho a Junta achava o general Madeira fraco e escrevia ao Rei pedindo que o substituísse. Chamou-o a conselho a 14. Escusou-se ele no dia seguinte (a 18 reuniram-se Madeira e João Felix a bordo da não capitania). Era ao tempo em que, em Lisboa, Francisco Mendes da Silva Figueiredo, dizendo-se enviado da Bahia, pedia um exercito de 60 mil homens... (Requerimento de 20 de Março de 1823, ms. no *Arq. Hist. Col.*).

A 16 de Junho perguntava Madeira a João Felix, qual a capacidade da esquadra para transportar a tropa, e, no dia immediato, pediu à junta que fizesse aprestar os navios. Ofereceu esta a Ma-

do reconcavo cometeriam atrocidades inauditas; e reclamava audacia. Madeira e João Felix já não se entendiam. Devéras nada mais podiam contra a rebelião vitoriosa. Decidiram em conselho militar os comandantes de mar e terra embarcarem a tropa e, com todos os barcos disponiveis, abandonaram a Bahia, antes que, pela fome, tivessem de capitular. Resolveu-se a retirada em 20 de Junho e concluiu-se apressadamente na madrugada de 2 de Julho de

deira, em tal conjuntura, os seguintes "Itens": acomettesse os dissidentes (como chamava aos revolucionarios); saísse a esquadra para atacar; tomasse de emprestimo os depositos do Banco; lançasse mão dos valores das igrejas; contasse com o dinheiro dos negociantes. — Constituíam a nova junta Francisco Befens, Paulo José de Melo Azevedo e Brito (que haveria de presidir a Bahia em 1840-41 e morreu senador do Imperio); o corretor de seguros Manuel Tomaz Peixoto (genro do negociante Antonio da Silva Lisboa); José Antonio Rodrigues Viana, Francisco de Souza Carvalho (B. DO AMARAL, *Hist. da Indep.*, p. 451). A estranheza de João Felix consta de officio de 9 de Junho, ms. no *Arg. Hist. Col.*, Lisboa. — O chefe da esquadra no mesmo dia contestou, era impossivel o contra-bioqueio por falta de tudo. A junta insistiu, e a 18 respondeu, que, se esperasse mais, perderia tambem a esquadra... A 19, disse Madeira, ouvido o conselho militar, devia retirar-se, enquanto era tempo, com toda a gente. A 19, finalmente, João Felix saiu com parte dos navios, por 8 dias. A 20 — oscillando entre a esperança e o desanimo — a junta concluiu Madeira a só embarcar no ultimo caso, prevendo que o "inimigo desencadeará toda a carnagem e desenfreada licença". João Felix, no dia 21, voltava a anunciar as medidas da retrada geral, lamentando não poder levar todos os funcionarios nos navios de guerra e aconselhando que preparassem todos os disponiveis e requisitava as provisões necessarias. O conselho militar aivitrado por Madeira reuniu-se a 20 de Junho: decidira que devia mesmo abandonar a praça. Ansiosa, a junta, a 22, pediu reconsiderasse a decisão, falando em conferencia com os insurrectos e na situação do Reino, mais favoravel. Em 24 já Madeira resolvia destacar para o Maranhão 4 batalhões e 4 navios e não sabia quando partiria. Em 29 chegava-se à conclusão que os mantimentos dariam para 40 dias de viagem a meia ração... Dava-se a 30 a ordem para o desembarque no Maranhão daquela fração do exercito retirante, revogada no alto mar, em 7 de Julho. Em officio de 20 de Agosto, explicou João Felix: "A aceleração do embarque da tropa da Divisão do Exercito às ordens do brigadeiro Inacio Luiz Madeira em a madrugada do dia em que del a vela da Bahia, fez com que houvesse alteração em o numero de praças que aos navios se destinavam..." (Resumo da correspondencia ms. inédita, no *Arquivo Histórico Colonial*, Lisboa). Eram oitenta velas, elucida João Felix, que enumera os efetivos: guarnição, 2.743 homens; marinhagem, 1.840; inferiores e soldados rasos, 642; praças de combate, 1.135; empregados publicos e passageiros avulsos, 133, ms. no mesmo *Arquivo*.

1823 (1), dia em que o Exército Pacificador — à frente o seu general, José Joaquim de Lima e Silva — (2) entrou em triunfo na cidade (3).

A recepção festiva e comovente feita na Bahia às forças patrióticas selou galhardamente a campanha da Independência.

A vitória não tinha sido apenas das armas brasileiras, brandidas pelos jovens soldados eletrizados

(1) A esquadra de Cochrane foi ao enalço da esquadra de João Felix e, tanto no bloqueio como na perseguição, fez 76 prêsas, *An. da Bibl. Nac.*, LX, 258. Remeteu as primeiras para Pernambuco em officio de 7 de Julho, ms. no arq. do autor. A *Niteroi*, comandante João Taylor, acompanhou a frota retirante até ao Tejo, para impedir que alguns barcos fossem para o norte do Brasil. Vd. *Relação nautica do capitão da fragata Luiz Barroso Pereira, transcrita*, v. g., por THEO-FILHO, *A Grande Aventura de João Taylor*, ps. 85 e segs., Rio 1934. João Felix relatou a viagem em of. de 27 de Agosto, ms. no *Arq. Hist. Col.* Lisboa. Diz que a *Niteroi* arvorava bandeira inglesa, substituída depois pela do Imperio. Conta que os navios de guerra protegeram o comboio à saída da barra onde cruzava a esquadra brasileira.

(2) Labatut, em divergencia com o governo de Cachoeira, foi destituído pela tropa em 21 de Maio. Coube a chefia do exercito ao comandante do Batalhão do Imperador, que era o coronel Lima e Silva, depois visconde de Magé, e com quem servia seu sobrinho, o alferes Luiz Alves de Lima e Silva, futuro duque de Caxias. — Vd. MELO MORAIS (carta de Miguel Calmon a José Bonifacio, *História do Brasil-Reino e Brasil-Imperio*, II, 43, Rio 1873; *Relatorio*, etc., ps. 44-5.

(3) 2 de Julho é a data maior da Bahia. Nunca mais se deixou de festejar a efemeride realçada pela lembrança dos arcos floridos que as freiras da Soledade, à frente Madre Maria José, irmã de Siqueira Bulcão, BULCÃO S., *Famílias Bahianas*, p. 54, armaram em frente a seu convento, como cantou Junqueira Freire, *Inspirações do Claustro*, p. 79, Bahia 1855, pelo prestito da *Cabocla*, pelo concurso de poetas e oradores às comemorações retumbantes... (Officio de Lima e Silva para o m'nistro da guerra, 6 de Julho de 1823, cf. nossa *Hist. da Indep.*, ps. 216-8, *Ata Municipal da Independência e Aclamação do Imperador*, 16 de Julho, com 1162 assinaturas, edição fac-similar da *Prefeitura da Bahia*, 2 de Julho, de 1923, Rio, *Diario Oficial, Bahia*, edição do centenário, ps. 264-5, MANUEL QUIRINO, *Rev. do Inst. Hist. da Bahia*, n. 48, ps. 77 e segs. "Nunca vi espetaculo mais esplendido do que a esquadra portuguesa, acompanhada de 50 navios, saindo da linda Bahia... ALBINO JOSÉ BARBOSA DE OLIVEIRA, *Memórias de um magistrado do Império*, ed. de Americo Lacombe, p. 21, S. Paulo 1943. Em carta de 26 de Junho de 1830, o arcebispo D. Romualdo elevou à categoria de dia santo o 2 de Julho... ACCIOLI, *op. cit.*, IV, 63, "festividade nacional na provincia", por decr. de 12 de Agosto de 31, referendado pelo ministro Lino Coutinho.

pelo sentimento da liberdade, mas do espirito nacional na sua poderosa definição.

Ninguém dissésse, depois dos combates da Bahia, que a Independencia fôra um acôrdo, tratado amavelmente nos bastidores da politica. O sangue derramado, os sacrificios feitos, a luta ensanhada e bravia, deram-lhe a 2 de Julho honras de epopéia. Mais do que isto: ligaram-na à idéia de que, livre e soberbo, o povo não toleraria outras tutelas. Era Independencia, sim, porem Independencia liberal, irreduzível. Os acontecimentos politicos de 1824, de 1831, de 1833 e de 1837, suspendem os écos da revolução civica de 1822 e foram, para muitos de seus veteranos, a logica e o complemento daquela jornada.

Continuou sendo a guerra "cabôcla", espécie de afirmação permanente e poética do nativismo que a enchêra de arrogante belêza (1).

PIAUI E MARANHÃO

A retirada de Madeira foi como o sinal para a rendição das outras praças ainda fiéis à metropole.

(1) O éco literario desta vangloria está no ultimo canto do poema de TITARA, *Rev. do Inst. Hist. da Bahia*, n. 49, p. 163, nos *Cantos Patrióticos ao dia 2 de Julho*, de A. J. Rodrigues da Costa, Bahia 1854, na *ode ao 2 de Julho* de CASTRO ALVES, 1868, suprema expressão poética do ciclo, que merecia metódico estudo pelos fatôres sociais que nele se fundem, enriquecidos do interesse estético, "folk-lorico" e místico do culto da "cabocla", que é a imagem romântica do povo. Ainda hoje os carros alegoricos do caboclo (escultura de Manuel Inacio da Costa, 1826), e da cabocla (Domingos Pereira Baião, 1846), saem triunfalmente, a 2 de Julho, puxados pela multidão.

O brigadeiro Madeira, reputado por seus chefes ingleses em 1809 "digno de qualquer outro posto", e incorruptivel por honras e dinheiro, no testemunho de Menezes de Drummond, ao chegar a Lisboa foi preso em S. Julião da Barra e depois no castelo de S. Jorge, respondeu a conselho de guerra, e foi absolvido (Notas ms. cm. pelo coronel Ferreira Lima, diretor do Arq. Hist. Militar, Lisboa). O coronel Francisco de Paula e Oliveira, 1777-1846, depois barão de Almeida, este, liberal, esteve preso pelo absolutismo seis anos em varias fortalezas. Quanto a João Felix, foi o infeliz comandante da esquadra de D. Miguel contra os liberais.

Removidas as forças “reinões” de Pernambuco, no ano anterior, o centro da resistencia à insurreição nordestina se estendeu, de S. Luiz do Maranhão — onde havia o mais solido núcleo português do país (1) — a Oeiras, quartel de mais de mil bons soldados do coronel João José da Cunha Fidié, governador das armas do Piauí. Presidia à junta maranhense o bispo D. Joaquim de Nazareth, que rejeitára, com indignação, a proposta do príncipe para aderir à sua causa (2). Era secundado, na sua intransigencia, pelo coronel Fidié, de todos os militares que combateram a Independencia o mais ousado e o mais ativo. Foi assim que, em 19 de Outubro (1822), irrompeu a revolução em Parnaíba, organizada pelo rico negociante Simplicio Dias da Silva (3). Fidié abalou-se de Oeiras para dominá-la, varou os sertões, e ocupou a vila, auxiliado pelo brigade “Infante D. Miguel”, que lhe bloqueou o porto. Nas suas costas, porem, os Souza Martins revoltaram Oeiras, proclamando a sua adesão ao Imperador (4). Contingentes do Ceará (onde, a 24 de Novembro de 1823, se aclamára o Im-

(1) “...Esta desgraçada Provincia, como era de todas a mais habitada de europeus e por isso fôra a ultima a render-se...”, carta do bispo ao Imperador, Outubro de 1823, in Dunshee de Abranches, art. no *Jornal do Comercio*, Rio 12 de Maio de 1935.

(2) O bispo retirou-se para Portugal, foi premlado com a diocese de Coimbra, aderiu á causa de D. Miguel, expatriou-se em 1839, e se recolheu ao Maranhão, onde morreu, respeitado, em 1851, aos 75 anos de idade (cf. lápide na Sé de S. Luiz, D. de Abranches, art. cit.).

(3) Disseram dele Koster e Toilénare, que conhecia França e Inglaterra, e era muito rico, da herança do pae, Domingos Dias da Silva, que em 1764 abatia anualmente 12 mil bois, Herminio Conde, pref. á 2.^a ed. da *Varia Fortuna*, de FIDIÉ, ps. 22-3. Em carta ao Imperador, de 1823, Simplicio historiou os seus sacrificios e donativos em favor da Independencia, *ibid.*, p. 25.

(4) Tomou conta do governo em Oeiras o brigadeiro Manuel de Souza Martins, depois visconde de Parnaíba, pessoa principal da provincia, que governou 14 anos a fio. Vd. pitoresco retrato que dele fez George Gardner, por 1840, *Viagem no Brasil*, trad. de A. Pnheiro, ps. 217-8.

perador) (1), passaram-se ao Piauí, em socôrro dos insurretos, mas foram destrôçados no combate do rio Genipapo (13 de Março), pela coluna de Fidié (2), que não pode tirar maior proveito da vitória, com pouca gente, e sem elementos de guerra, naquele sertão hostil. Retirou-se para Caxias, disposto a fortalecer-se ali, à espera de reforços do Reino, ou alguma melhoria da situação no litoral. Correram sobre ele cearenses e piauíenses, com as milicias sertanejas do Maranhão, sob a chefia do coronel José Pereira Filgueiras (capitão-mór de Aracati), lá o cercaram, e lhe impuzeram a capitulação, em 27 de Julho (3). Já a 26 de Julho se tinham dissipado as esperanças da junta de S. Luiz, com a chegada da não "Pedro I", de lord Cochrane (4). Fez-se solenemente a aclamação do Imperador no dia 28. A armada cumpria o papel que lhe déra o governo do Rio de Janeiro. Se, no interior, as forças locais, encabeçadas por seus valentes oficiais de milicias, varriam a oposição "re-

(1) Vd. ata, *Rev. do Inst. do Ceará*, 1923, p. 4.

(2) Os Insurrectos, deixaram no campo 200 mortos e feridos e 542 prisioneiros, pois não tinham armamento e disciplina que se comparassem à coluna de Fidié, chefe resoluta e inteligente. Este perdeu, entretanto, as bagagens, tomadas pelos revolucionarios em ação de retaguarda, e foi compelido a aceitar o conselho que lhe dera a junta do Maranhão, para recolher-se a Caxias, onde se fortificou.

Vd. DUNSHEE DE ABRANCHES, *A Setembrada*, p. 100 e segs., Rio 1926.

(3) VARNHAGEN, *Hist. da Indep.*, p. 474; BARBOSA DE GODOIS, *História do Maranhão*, II, 420; HERMINIO CONDE, pref. à *Vária Fortuna*, p. 27. "O nobre Fidié", como lhe chamou Gonçalves Dias, "gerado e nascido na convulsão da luta" — dispunha de "setecentos homens, maior parte de milicias", contra seis mil (nove mil, alegou na *Vária Fortuna d'um soldado português*, Lisboa 1850, reeditada pelo governo do Piauí, 1942, p. 115). Portou-se com tanta dignidade que os vencedores fizeram uma subscrição em seu favôr. Foi remetido preso para a Bahia, e daí para o forte de Villegaignon, no Rio, donde D. Pedro I o livrou permitindo-lhe voltar para Portugal (*Vária Fortuna*, 2.a ed., p. 47). Prestou serviços ao mesmo D. Pedro no cerco do Porto e dirigiu mais tarde o Colégio Militar, de Lisboa.

(4) Vd. HERMINIO CONDE, *Cochrane, falso libertador do Norte*, p. 17, S. Luiz, 1928 (defendendo a tésse, de que o almirante antecipou, na capital, o que já era inevitável, com o cerco de Caxias).

colonizadôra”, na costa o exito dependia dos navios, que obstassem a entrada de batalhões da Europa e as comunicações com o exterior.

NO PARÁ

Cochrane não perdeu tempo. No brigue *Infante Dom Miguel*, por ele apresado (agora com o nome de *Maranhão*) foi John Pascoe Grenfell ao Pará, onde surgiu a 11 de Agosto. A junta de Belem até então poderosa na sua intransigencia, quiz ainda deliberar. O inglês annunciára que vinha toda a esquadra... (1). O povo — a essa voz — invadiu o palacio, exigiu a aclamação do Imperador e a proclamação da independencia (15 de Agosto), festejou os marinheiros recém-chegados e se deu por satisfeito com a eleição de nova junta, instalada no dia 18.

A derrota, porem, do partido português no Pará, foi acompanhada de perto por uma agitação popular semelhante à que, por esse tempo, ensanguentava Pernambuco e a Bahia. O conego Batista de Campos — que iria ser um dos arautos da “cabanagem” doze anos depois — fez-se, na junta governativa, o tribuno da plébe. O seu papel nos acontecimentos de Belem entre Agosto e Outubro de 23 lembram o do Dr. Barata com a sua imprensa causticante e a sua fúria jacobina. Explodiu a revolta dos milicianos brasileiros contra officiaes e negociantes portugueses a 15 de Outubro. Iniciado o saque de várias casas de commercio, apelou o govérno para Grenfell, que desem-

(1) O governador das armas José Maria de Moura extranhára a hesitação da junta em punir os soldados que se t'nham sublevado em 14 de Abril, e pedia, ainda a 9 de Julho de 1823, para Portugal, navios e tropa, ms. no *Arg. Hist. Col.*, Lisboa. Os patriotas (lista de 6 de Julho) achavam-se presos a bordo de uma charrúa: a elite da terra.

barcou a marinhagem, tomou a Casa do Trem, subjugou os amotinados, reuniu-os desarmados, escolheu quatro dos diferentes corpos e um paisano e os fez fusilar, sem mais formalidades... Presos cerca de 30 na cadeia publica, tentaram arrombá-la na noite de 19. Grenfell transferiu-os para os porões do navio *Palhaço* (eram então 256). Na noite de 20 sublevaram-se, ou çonstou que o tinham feito, pois o horror daquilo se envolveu num denso mistério: e quasi todos morreram, asfixiados ou dilacerados... (1). O crime do "Palhaço" ficou impune. Algum tempo a provincia esteve em paz. Os odios, todavia, recalçados ou devorados em 1823, recobram a sua força e o seu delirio em 1835. Para o partido nativista no Pará, o primeiro reinado foi uma conciliação impossivel.

O ULTIMO REDUTO

Na Cisplatina a guarnição se dividiu, ficando Le-cór com o Império, e o ajudante-general, D. Alvaro da Costa, com a causa portugueza. Retirou-se o primeiro para o interior, apoiou-se às tropas brasileiras, comandadas por Manuel Marques de Sousa, Sebastião

(1) Vd. VARNHAGEN, *op. cit.*, p. 500. Curiosa carta sobre o "estado politico do Pará", ms. anonimo, no *Arq. Hist. Col.*, Lisboa, cm. pela sra. Maria Isabel de Albuquerque e inéd., conta as peripecias que antecederam a tragedia e procura explicá-la, pela insubmissão dos militares vencidos, e seus excessos. Prevaleceu a crença de terem morrido os presos do navio "Palhaço", menos quatro que se salvaram, asfixiados nos porões, quando por ordem de Grenfell, os marinheiros lhes fecharam as escotilhas. Doze tinham sido pouco antes fuzilados, por insubordinação. Veremos que, em 1835, o comandante inglês Inglis, trucidado pelos *cabanos*, pagou as culpas de Grenfell... Este continuou ao serviço do Imperio, foi o chefe da esquadra que forçou Toneleros em 1851; e morreu consul-geral na Inglaterra, em 1869. Vd. "Grenfell na história do Pará", JOÃO DE PAULA MUNIZ, *An. da Bibl. e Arq. Publ. do Pará*, v. X. Perdeu um braço em combate na campanha das Provincias Unidas.

Barreto, José de Abreu, aliou-se aos orientais, de Frutuoso Rivera, e assediou Montevidéo, em cujo porto surgiu em Novembro a divisão naval, mandada do Rio de Janeiro, tanto para o bloqueio como para o transporte dos soldados "reinóes". A D. Alvaro uniram-se os elementos urbanos, que se batiam pela separação do Uruguai ou, mesmo, por sua anexação a Buenos Aires. Venceria o partido que dispuzesse das comunicações marítimas, para o municimento, e do socorro de novas forças, que se lançassem à luta. Foi a vantagem que levou Lecór. Conveiu D. Alvaro em desistir da guerra (18 de Novembro de 1823) e, com a sua gente, embarcou para Portugal. O exercito sitiante entrou festivamente na cidade a 14 de Fevereiro de 1824 (1).

Mas a questão da Cisplatina não se encerrou com isto: reabria-se, numa crise intermitente.

(1) FERNANDO LUIZ OSORIO, *História do General Osorio*, I, 135, Rio 1894. O governo de Lisboa dera ordem a D. Alvaro para levar a sua tropa, a veterana Divisão del-Rei, para a Bahia, marq. de FRONTEIRA, *Memórias*, I, 290. Rivera, ao lado do Brasil, e Manuel Oribe, ao lado de Portugal, defrontaram-se no cobate de Casavalle, 16 de Março de 1823: a futura luta entre os dois caudilhos começava bem antes da independência oriental... H. D., *Ensayo de Historia Patria*, p. 446. E' ler in *El Argos*, Buenos Aires, 22 de Jan. de 1823, os boatos espalhados, de que Lecór não se sustentaria, o exercito pacificador levantara o cerco da Bahia, etc., tendentes a desencorajar os brasileiros (ed. fac-similar, Buenos Aires 1938). Mas, com a noticia da retirada do general Madeira, os officiais de D. Alvaro lhe requereram a evacuação da praça, dizendo que este era, já agora, o pensamento do Rei (*El Argos*, 1 de Novembro de 1823). Notavel auxiliar de Lecór foi o comandante da praça de Colonia, Manuel Jorge Rodrigues, insensível aos rogos dos portuguezes de Montevidéo, *Rev. do Inst. Hist.*, XXX, 225.

A CONSTITUINTE

Em 3 de Maio de 1823 inaugurou o Imperador a Assembléa Constituinte (1). A Fala do Trôno continha as suas esperanças dum próspero governo. Os deputados que a aplaudiram, e, a seguir, os que viêram das províncias restauradas (2), concordavam com os seus sentimentos, de devoção ao Brasil, de "independencia ou morte", de união e tranquilidade. Mas não tinham as mesmas idéias sobre o modo de realizá-los. Muitos combatiam surdamente o ministério autoritário; descreiam outros do liberalismo ali representado; e se defrontavam conservadores, radicais, energúmenos, homens ponderados e tímidos... A luta ideológica, encerrada em Outubro de 22, reacendeu-se em Maio de 23 na Assembléa: com a vantagem, para os adversarios de José Bonifacio, da tribuna pública, que experimentaram com ingénua imprudencia.

(1) Foi inaugurada no dia em que se festejava o descobrimento do Brasil — pela coincidência com o santificado, da invenção da Cruz. A tradição fôra mais forte do que a demonstração historica, pois desde 1817, com a publicação de trechos da carta de Caminha por Aires de Casal, cessára a dúvida sobre a data do descobrimento.

Alojou-se a Camara na Cadela Velha, em condomínio com outras Repartições, e aí funcionou durante quasi um século. Neste local está o Palacio Tridentes (1922-26).

(2) Eram 100 os deputados, dos quais 20 por Minas Gerais, 13 por Bahia e Pernambuco, 9 por S. Paulo, 8 por Ceará e Rio de Janeiro, 5 por Alagoas e Paraíba, 4 pelo Maranhão, 3 pelo Pará, e Rio Grande do Sul, 2 por Goiás e Cisplatina, 1 por Piauí, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Mato Grosso e Santa Catarina. Sergipe teve mais tarde 2 deputados. Mas não figuraram na Constituinte os desta provincia, e do Pará, Maranhão, Piauí e Cisplatina. Os representantes da Bahia só tomaram posse em 4 de Agosto, *Atas das sessões*, 1823, p. 351.

OS REPRESENTANTES

Os constituintes eram a elite mental, economica e política do país. Ali estavam 19 eclesiasticos, 22 desembargadores, 23 bachareis, 7 militares, que podiam falar por todas as classes da sociedade. Sobre-saíram as “bancadas” de São Paulo, com os deputados que tinham ido à Lisbôa, e mais José Bonifacio; de Minas Gerais (1), da Bahia (2), de Pernambuco (3), do Ceará (4), do Rio de Janeiro (5), do Rio Grande do Sul (6), das Alagoas (7). Faltava-lhes,

(1) Destacaram-se os mineiros Antonio Gonçalves Gomide, padre Belchior, Araujo Viana, Estevão Ribeiro de Rezende, Maciel da Costa, o padre José Custodio Dias, José Joaquim da Rocha, Manuel Ferreira da Camara, Fonseca Vasconcelos, os dois antigos inconfidentes José de Rezende Costa e padre Manuel Rodrigues da Costa.

(2) Foram notaveis os bahianos Ferreira França, Felisberto Caldeira, substituído até 11 de Outubro por Antonio Calmon, Francisco Carneiro de Campos, Montezuma, José da Costa Carvalho, José da Silva Lisbôa, Carvalho e Melo, Manuel Antonio Galvão, Miguel Calmon du Pin e Almeida. Não tomaram assento Cipriano Barata e Francisco Agostinho Gomes.

(3) Os mais illustres pernambucanos: Bernardo José da Gama, Mons. Muniz Tavares, Pedro de Araujo Lima, D. Nuno de Loco e Seibliz, padre Venancio Henriques de Rezende, Araujo Gondim, Manuel Inácio Cavalcanti de Lacerda.

(4) Distinguiram-se, pelo Ceará: José Martiniano de Alencar, Rodrigues de Carvalho, José Mariano de Albuquerque Cavalcanti.

(5) Merecem referenc'a, do Rio: Pereira da Cunha, bispo d. José Caetano da Silva Coutinho, José Egídio Alvares de Almeida, José Joaquim Carneiro de Campos, Manuel Jacinto Nogueira da Gama, Souza França e Martim Francisco (este como suplente).

(6) Representaram o Rio Grande, o marechal Chagas Santos, Antonio Martins Bastos, Joaquim Bernardino de Sena Ribeiro da Costa e José Feliciano Fernandes Pinheiro.

(7) E Alagoas: Lopes Gama, padre José Antonio Caldas, Inácio Accioli de Vasconcelos, José de Souza Melo. (Vd. VARNHAGEN, *Hist. da Indep.*, p. 546). Em resumo: havia na Constituinte 23 bachareis, 7 formados em canones, 22 desembargadores, 19 clerigos, 3 medicos, 7 militares. *HOMEM DE MELO, A Constituinte perante a História*, p. 4, Rio 1863.

porém, orientação partidária (1). E dispersaram-se em discussões demagógicas.

Desde a sessão inaugural, era vizível a incompatibilidade entre o governo forte e essa Câmara desconfiada. Pode-se dizer que começou a trabalhar sob a ameaça da dissolução, que acabou com ela seis meses depois (2). Advertira aliás o imperador: queria Constituição que “merecesse a sua imperial aceitação... se fosse digna do Brasil e dele”. Como se dissesse — tinha o “veto”, para golpeá-la. O principal, entretanto, era a dupla hostilidade, aos portugueses e ao ministério. Em 22 de Maio, apresentou Muniz Tavares um projeto, em que se autorizava a expulsão, dentro de três meses, de todos os suspeitos à causa da independência. Por 35 votos contra 17 caiu, na mesma sessão, o projeto de Martins Bastos, que concedia anistia geral. Num caso, ameaçava-se parte da população; no outro, opunha-se a José Bonifácio a maçonaria, por ele vencida.

Estaria disposta a assembléia a respeitar o trôno? Até onde iria a sua faculdade de organizar o Estado? Antonio Carlos achava que a forma de governo não podia ser alterada. Pensava Silva Maia que era melhor pedir ao governo um projeto de Constituição. Muniz Tavares disse que, se o Imperador não concordasse com a Constituição feita pela assembléia, faria bem em abdicar... E o *vêto*? A comissão nomeada para opinar a respeito, sendo relator Pedro

(1) Eleitos pelos “clubs”, ou por influencia dos grandes personagens da corte, aos deputados de 1823 faltava, com a confiança do povo, o mandato resultante das legítimas fontes de opinião. Mas eram a própria intelectualidade nacional, JUSTINIANO JOSÉ DA ROCHA, *Biografia do Marquês de Baependi*, p. 15, Rio 1851.

(2) VARNHAGEN, *op. cit.*, p. 250, TOBIAS MONTEIRO, *op. cit.*, p. 801. Em 21 de Dezembro de 1822, Mareschal ouviu a José Bonifácio, que era pensamento do governo submeter a Constituição, organizada pela assembléia juntamente com os conselheiros da corôa, às Camaras municipais...’ *Rev. do Inst. Hist.*, v. 80, p. 146.

de Araujo Lima, declarou desnecessária a sanção imperial. A Constituinte considerava-se absoluta. Como que se revivia o tremendo preconceito da sua congênera francesa, contra o *vêto* de Luiz XVI... D. Pedro I respondeu, que lhe restaria um recurso: “apelar ao povo, para que decidisse entre ele e a assembléia”. Como se avisasse: faria a dissolução com o auxilio do povo... (1). Prevadeceu o voto da comissão: a assembléia faria os seus decretos, sem ouvir o Imperador, compelido a executá-los! Extranhou depois — a proposito do titulo de marquês do Maranhão dado a lord Cochrane — que ousasse expedir tais atos sem consulta aos deputados (2)! As idéias gerais (como as “memórias” de José Bonifácio sobre a civilização dos indios e a mudança da capital do Império para o interior, longe do grande porto, acessível ao inimigo externo e empolgado pelos paixões populares...) as idéias ficaram em segundo plano. Sobrelevaram as queixas, em nome dos oprimidos, dos desterrados, dos liberais. Acirraram-se com o atentado que em 5 de Junho sofreu o jornalista May, depois dum ataque aos ministros, no seu periodico “A Malaguêta”; a absolvição, no mez seguinte, da maioria dos acusados de crimes politicos; e a derrota dos candidatos governistas à mesa da Assembléia. Fato importante foi então o acidente sofrido por D. Pedro (30 de Junho) (3), que caiu do cavallo, esteve à morte, e recebeu no leito as maiores mani-

(1) T. MONTEIRO, *op. cit.*, p. 751. Lei de 20 de Out. de 1823, art. 3.º: “Os Decretos da presente Assembléia serão promulgados sem dependencia de Sanção Imperial”.

(2) T. MONTEIRO, *ibid.*, p. 771. ~~Sobre o trabalho legislativo, vd. Camara dos Deputados. Exposição comemorativa do centenário da 1.ª Constituinte, Rio 1923.~~

(3) Em virtude da cura do imperador, ofereceu D. Leopoldina um quadro, ou *ex-voto*, à Nossa Senhora da Gloria do Outeiro, pintado por Felix Taunay, em 1827 (no museu da respectiva Irmandade).

festações de carinho e respeito... dos adversários de José Bonifácio. Nos bastidôres, havia outra influencia: a favorita, D. Domitila de Castro, que entrava naquele numero (1).

DESTITUIÇÃO DOS ANDRADAS

Os Andradas não poderiam ser abatidos por um partido organizado (por exemplo, os ultra-liberais, abominados pelo Imperador), nem pela maioria da Constituinte, sem coesão para tal. Foram os amigos do Paço em opposição a eles, como José Joaquim Carneiro de Campos, Manuel Jacinto Nogueira da Gama, Estevão Ribeiro de Rezende — apoiados ao prestigio petulante de D. Domitila —, que se uniram para perdê-los. Tinham como argumento inicial a necessidade duma tolerancia reparadôra, que começaria pelo perdão aos presos de São Paulo, advogado sobretudo por Estevão de Rezende. Em 16 de Julho, o Imperador se decidiu. Decretou a anistia para os implicados na “bernarda” de Francisco Inácio. Surpreendidos pelo decreto, José Bonifácio e Martim Francisco renunciaram ao ministério. D. Pedro substituiu-os por seus confidentes Carneiro de Campos e Nogueira da Gama; nomeou Estevão de Rezende intendente geral da policia; e proclamou, que fôra iludido, e queria inviolaveis “os sagrados direitos da segurança individual e da propriedade...” (2). Tri-

(1) MARIA GRAHAM, Escorço biográfico de D. Pedro I, *An. da Hist. Bras.* LX, 94. Acusa de intermediario o barbeiro e “fac totum”, Placido... O barão ~~nomem de Mello~~ ouviu ao barão de Pindamonhangaba, que foi Oyenhausen, retirado de S. Paulo pelos Andradas, que se relacionou com Domitila e a induziu a combaterlos (ms. no arq. David Carneiro, Curitiba).

(2) VARNHAGEN, *op. cit.*, p. 261, A. RANGEL, *D. Pedro I e a Marquês de Santos*, p. 127, Rio 1916.

pudiu assim sobre a destituição do "patriarca", aparentemente disposto a congraçar-se com a opinião democratica do país e da Assembléia.

Mas os Andradas não fugiram ao repto. Lançaram jornal de combate (o *Tamoio*, que appareceu em 12 de Agosto, e a *Sentinela da liberdade à beira mar da Praia Grande*) (1), e reuniram em torno de sua indignação muitos deputados, que afinavam nos mesmos sentimentos de hostilidade ao monarca (2).

Desde esse momento, era iminente a dissolução da Constituinte, onde faltava ao governo pontos de contacto e compromissos de colaboração. A Assembléia ou o Imperador!

O PROJETO

Sempre appareceu o projecto de Constituição (30 de Agosto), com 282 artigos, da autoria de Antonio Carlos: começou a ser discutido em 15 de Setembro.

Oportunamente, a Lei de 26 de Outubro determinou continuassem em vigor no Brasil as leis anteriores, isto é, as *Ordenações do Reino*, e quantas

(1) O nome provinha da folha que Cipriano Barata publicava em Pernambuco, de extremado liberalismo. "*Baratesca Sentinela*", chamou-lhe o capitão Lapa, doc. in DRUMMOND *An. da Bibl. Nac.*, XIII, 138. "O Tamo'o" durou até 11 de Novembro de 1823, ao todo 35 números. (Vd. edição *fac-similár*, ed. Zei'o Valverde, Rio 1944); tinha epigrafe de Voltaire, e era red'gido pelo des. França Miranda e Drummond, cf. Anot. à biographia, *An. da Bibl. Nac.*, XIII, 63.

(2) O intendente geral, Estevão de Rezende, e seu successor, 1824-27, o des. Alberto Teixeira de Aragão, foram efficientes defensores da corôa na conservação da ordem, que, na capital, nenhuma perturbação soffreu. As medidas rigorosas que adotaram, culminadas, em 1825, pelo "toque de Aragão" (ou toque do sino, às 10 da noite, recomendando ao povo a hora de recolher), garantiram por largo periodo o socego publico (M. BARRETO e H. LIMA, *op. cit.*, II, 289).

não estivessem, ou fossem revogadas, pelo governo independente (1).

Consolidava-se, pelo menos, a ordem jurídica, com as instituições que resistiam à transformação política. Algumas eram inadaptaáveis às novas condições do país; outras — como a escravidão — incompatíveis com os sentimentos do século. Mas não havia ambiente para uma revisão cautelosa: a paixão dos debates e a febre revolucionária empolgavam a Assembléa.

DISSOLUÇÃO DA ASSEMBLÉIA

O imperador deu-se conta da intolerância dos oradores. Sentiu-lhes a indisposição nacionalista. Teve por sua segurança, pois o exercito ainda era formado de muitos oficiais portugueses, até ha pouco fiéis à metropole. Mais se alarmou com o incidente de 5 de Novembro, que, emocionando a cidade, repercutiu na Assembléa: o espancamento de um bo-

(1) No art. 179 § 18 da *Constituição de 1824*, se expoz o compromisso de dotar quanto antes o país com os Codigos Criminal e Civil. O primeiro, como diremos, foi decretado com a L. de 16 de Dez. de 1830. A de 25 de Junho de 1850 promulgou o Cod. Commercial. Quanto ao Civil, mandado organizar pelo Dec. de 22 de Dezembro de 1858, foi confiado o trabalho à insuperavel autoridade de Augusto Teixeira de Freitas, que nos deu um monumento de sabedoria, sem lograr que lho aprovassem os governos subseqüentes. Seria mais feliz Clovis Bevilacqua, cujo projéto (seguindo-se aos de Freitas, Felício dos Santos, Coelho Rodrigues) se converteu no Codigo Civil, sancionado a 1.º de Janeiro de 1916 (L. n. 3.071). (Vd. hist. de Clovis, *Codigo Civil Commentado*, I, 58, Rio 1921).

“O que nos legou o antigo regimen com este nome não passa em geral das *Ords.* dos livs. 3.º e 4.º com o subsidio do Direito Romano e as Leis e atos do Governo que se foram seguindo a reclamo das circunstancias...”, CANDIDO MENDES DE ALMEIDA, *Codigo Filippino*, I, VII, Rio 1870, CANDIDO DE OLIVEIRA, *Curso de Legislação Comparada*, p. 80, Rio 1903, velhas Ordenações que faziam dizer ao autor de *A Arte de Furtar*, comparando-as às leis inglêsas da revolução parlamentar, “A nossa Lei, e Ordenação do Reino, é a melhor que se sabe no mupdo...” ed. de S. Paulo, p. 143.

ticario brasileiro por dois daqueles militares (1). Apoiados pelas galerias, os Andradas exigiram o castigo dos agressores. O tumulto estendeu-se às ruas, açulado pelos jornais da oposição, "O Tamão" e "Sentinela da Praia Grande" (2). Podia generalizar-se, dum lado os portugueses insultados, do outro os "jacobinos". Seria a dissolução da força armada... (3). Preferiu o Imperador a da Assembléa.

Nomeou ministro do Império, em lugar de Carneiro de Campos, Francisco Vilela Barbosa, e — a 11 de Novembro — oficiou à Constituinte, que os oficiais da guarnição lhe tinham representado contra as injúrias, recebidas, e, para evitar um desatino da tropa, se retiravam com ela para o campo de S. Cristovão. Sobresaltada a cidade por esse movimento, a Assembléa se declarou (por proposta de Antonio Carlos) em sessão permanente. Na manhã de 12 o ministro Vilela compareceu para positivar a ameaça, dizendo das razões dos oficiais reclamantes —; e não tardou que se apresentasse o general José Manuel de Moraes, com

(1) O agredido foi o boticario David Pamplona Corte Real, a quem se attribuia o artigo da "Sentinela da Praia Grande" contra a admissão no exercito de officiaes que na Bahia tinham lutado contra a Independência; e os agressores, major José Joaquim Januario Lapa, em Portugal barão de Ourem, general e ministro (DRUMMOND, Anot., *An. da Bibl. Nac.*, XIII, 73) e cap. Zeferino Pimentel Moreira Freire.

(2) Vilela Barbosa disse na dramatica sessão de 12, "os jornais de que se queixavam era o *Tamão* e a *Sentinela da Praia Grande*; que os desorganizadores eram os srs. deputados Andrada Machado, Andrada e Silva, que eram os redatores do primeiro e influíam no segundo...". (*Correio do Rio de Janeiro*), extrato da sessão de 11 de Nov. Leia-se tambem RODRIGO OTÁVIO FILHO, *A Mentalidade da Constituinte*, p. 143, Rio 1931. Note-se que Martim Francisco, presidente da assembleia em Outubro, fôra substituído em Novembro por Maciel da Costa, amigo do Paço, e submisso à politica que daí vinha. A presença de Maciel era uma antecipação...

(3) FRANCISCO GOMES DA SILVA, *Memórias*, 2.^a ed., p. 78. A "Estrela Brasileira", n. 12 (14 de Nov. de 1823) diz que a agitação começou no sábado, 8. Antonio Carlos a despeito do parecer da comissão, pediu a expulsão dos acusados... Nos debates de 10 intervieram as galerias. A 11 Antonio Carlos denunciou o ajuntamento da tropa em S. Cristovão.

o decreto que dissolvia a Assembléa. Entrou cercado de soldados, canhões atravancando as ruas convizinhas, baionêtas às portas, num aparato de violencia, a titulo de resguardar os deputados. Lido o decreto copiado para figurar na ata, ainda o deputado Montezuma quiz falar, mas foi impedido, porque o general avisou que o Imperador não admitia que se discutisse a ordem... (1).

Saíram todos. Foram presos em seguida os irmãos Andradas, Montezuma, Rocha, padre Belchior, Vergueiro, Muniz Tavares, Henriques de Rezende e outros, que pagaram com o exílio o seu delito de opinião (2); e no dia immediato publicado o decreto que instituiu o Conselho de Estado para fazer uma Constituição "duplicadamente liberal" (3).

D. Pedro I cumpriu a palavra. Mas a dissolução da Assembléa o incompatibilizou de vez com a corrente liberal, que havia de derrubá-lo do governo em 1831.

(1) *El Argos*, Buenos Aires, 11 de Dez. de 1823. Vd. os números do mesmo jornal de 20 e 27 de Dez. de 1823.

(2) DRUMMOND, *An. da Bibl. Nac.*, XIII, p. 83. "Diga ao Imperador — foram as palavras de José Bonifácio ao general Moraes, que o prendeu — ...trate de salvar a corôa para eles (os filhos), porque para si está perdida desde hoje..." Talvez em 1831 se lembrasse D. Pedro I do vaticínio, quando lhe pediu fosse o tutor dos filhos que deixava no Brasil.

O Imperador apresentou-se a cavallo no campo de Sant'Ana e daí foi à igreja da Gloria dar graças a Deus, cf. *Estrela Brasileira*, n. 12.

(3) Maciel da Costa, Vilela, Carvalho e Melo, Silveira Mendonça, Clemente Ferrelra França, Marlano da Fonseca, José Egidio, Pereira da Cunha, Carnelro de Campos e Nogueira da Gama, foram os dez conselheiros, *decr.* de 13 de Nov. de 1823. Da mesma data, o manifesto do Imperador justificando a dissolução, ARMITAGE, *Hist. do Brasil*, doc. n. 2.

XIII

O PRIMEIRO REINADO

CHOQUE DE IDÉIAS

Submersa a agitação democratica na opressão do governo pessoal, resurgiram, como por encanto, as doutrinas do absolutismo, da legitimidade dos soberanos (1), da submissão do povo à sua vontade ilimitada.

Dir-se-ia que a influencia estrangeira obedecia a um movimento de translação.

Em 1821, respirára-se o liberalismo francês, de 89; em 1822, o constitucionalismo inglês, modelado pelo parlamento e pela corôa, que o respeitava; em 1823, a *Santa Aliança*, com a reivindicação dos reis, segundo os principios da "vila francada" em Portugal, das côrtes de Luiz XVIII, do *tzar* Alexandre, de Metternich... Evidentemente D. Pedro I não tinha a docilidade de gênio, siquer a madura opinião dum sectário: o seu absolutismo foi impulsivo e momen-

(1) Logo no *Diário do Governo*, Rio, 4 de Dez. de 1823, salu uma carta de Paris, de um *Parisiense a um brasileiro*, com a doutrina legitimista (reproduzida in *El Argos*, Buenos Aires, 27 de Dez. de 1823). Vimos a de Silva Lisboa, em 1822. ALPHONSE DE BEAUCHAMPS, *L'Independence de l'Empire du Brésil, présentée aux monarques européens*, p. XI, Paris 1824, lembrava a conveniencia que a nova corôa representava para a Europa. Voltou Silva Lisboa à defesa da politica imperial em 1825, *Contestação da historia e censura de Mr. de Pradt sobre sucessos do Brasil*, 22 de Out. de 1825. De Pradt era de citação obrigatoria. Plag'ou-o Gonçalves Ledo na lala em nome do povo do Rio, de 20 de Maio de 1822: "A natureza, a razão é a humanidade, este feixe indissolúvel..." ...La raison, l'humanité, la nature, faisseau indissoluble...", *Des colonies et de la revolution actuelle de l'Amérique*, 1817.

taneo. Democracia para ele (e para José Bonifácio) era anarquia... (1). Abateu o Congresso, que quizera destruí-lo; e, passado o incidente, voltava apressadamente a conciliar-se com os moderados de sua roda, alguns dos quais puzera no Conselho de Estado, para que o ajudassem a fazer a "sua" Constituição.

A CONSTITUIÇÃO

Presidido pelo Imperador (2), elaborou o Conselho o projeto da Constituição (3), que, a 11 de Dezembro, estava pronto para ser aprovado pelas municipalidades.

(1) Proclamação, 1823: "Democracia no Brasil! Neste vasto e grande Império é um absurdo..." (*O Farol Paulistano*, n. 221, 17 de Junho de 1829).

(2) Do gosto do Imperador pelos estudos constitucionais, ou antes, pelas idéias de Benjamin Constant, diz Eugène de Monglave, *Correspondance de Dom Pedro I*, Paris 1827, confirmado por Francisco Gomes da Silva, *Memórias*, p. 96, e doc. no arq. do castelo d'Eu, *An. da Bibl. Nac.*, LIV, 205: projeto do punho do "Chalacha e entrelinhas dele. O Poder moderador... "chave de toda a organização política", é frase de Benjamin Constant, *Cours de Politique Constitutionnelle*, I, 176, ed. de E. Laboulaye, Paris 1861, repetida pela Constituição do Império, art. 98.

(3) DRUMMOND, *Anot. à biogr.*, *An. da Bibl. Nac.*, XIII, 91, disse que o projeto pelo Imperador dado à discussão fôra o que Martim Francisco apresentara ao "Apostolado". Declarou Antonio Carlos, em 1840, que o do Conselho de Estado repetia o seu, apresentado à Constituinte. Em varios trechos assim foi (TOBIAS MONTEIRO, *História do Império, O Primeiro Reinado*, I, 12, Rio 1939), mas melhorando o modelo, e para codificar as disposições mais aceitáveis das diversas Cartas, sem esquecer a portuguesa e as lições de Benjamin Constant, copiado na definição do *Poder Moderador*... Vd. comparação de textos, in *HOMEM DE MELLO, A Constituinte Perante a História*, ps. 32 e segs.

O projeto de Antonio Carlos referia-se a tres poderes, art. 39, chamava ao Senado e à Camara "Salas", não autorizava a dissolução da Camara, etc.

A quem pertence, no Conselho, a nova redação? Coletiva, insusceptível de ser atribuída a um só (vd. A. TAVARES DE LYRA, *Organização Política e Administrativa do Brasil*, p. 55, S. Paulo 1941), desse trabalho, ao que constou, se encareggára sobretudo Carneiro de Campos, depois marquês de Caravellas, TOBIAS MONTEIRO, *op. cit.*, p. 11. No Senado, por exemplo, em 30 de Maio de 1832, a Caravellas disse Barbacena, podia, "se a sua modestia o não embaraçasse, tecer o elogio aos autores da Constituição". (AGUIAR, *Vida do Marquês de Barbacena*, p.

Preparou-lhes o espirito o governo, destacando para presidirem as provincias homens respeitaveis, nellees relacionados, e recomendando a seus adeptos que demonstrassem a vantagem da Carta assim feita, sobre as tumultuárias idéias da Constituinte dissolvida. A Camara do Rio de Janeiro tomou a iniciativa de adotar o projéto (9 de Janeiro de 1824) e pedir às demais fizessem o mesmo (1). Quasi um plebécito...

Não tardaram as mensagens solicitadas. E, em 25 de Março de 1824, solenemente D. Pedro I outorgou e jurou a Constituição — que regeria o Império, e de fáto o regeu, até 1889 (2).

825). E' o depoimento do conego Januarío da Cunha Barbosa: "... a elle foi attribuida a melhor e mais liberal doutrina de seus artigos..." (*Rev. do Inst. Hist.*, III, 481).

(1) Vd. *Registo Geral da Cam. Mun. de S. Paulo*, XVII, 415; *An. do Arq. Publ. da Bahia*, X, 66. Na Bahia, Miguel Calmon, que para lá viajára sem demora, conclamou o povo à obediência e obteve da Camara Municipal um voto de confiança na promessa imperial de dar ao país Constituição "duplicadamente liberal" (P. CALMON, *O Marquês de Abrantes*, p. 64). O projéto foi aprovado na Bahia, a instancias dele, Barbacena e Lino Coutinho, em 10 de Fev. de 1824. Em carta de 4 de Abril, á prima, futura condessa de Itapagipe, protestou Calmon: "...obramos aqui como homens de bem, e não como agentes secretos, para o que não servimos" (ms. no arq. do A.) Observa DRUMMOND, *An. da Bibl. Nac.*, XIII, 91, aquella attitude significava desconfiança, de que, se não fosse logo jurado o projéto, o Imperador mudasse de idéia, agravando a crise... Poucos municípios apresentaram objeções, entre estes Itú, onde algumas emendas foram propostas (O. TARQUINIO DE SOUZA, *Diogo Antonio Feijó*, p. 66, Rio 1942) e a Bahia, *Fac-simile das atas*, Bahia 1923, VARNHAGEN, *op. cit.*, p. 386, *Arq. Dipl. da Indep.*, II, 7, que sugeriu não fossem vitalícios os conselheiros de Estado.

Relativamente aos portuguezes (motivo imediató da dissolução da Assembléa), a Constituição, no art. 6, IV, os considerava nacionais pela combinação da residencia, tomada como adesão ao Imperio — extensiva aos estrangeiros naturalizados portuguezes antes da Independencia, dec. de 14 de Agosto de 1827. Foi em 1831, Dec. de 18 de Agosto, que resolveu o governo pesquisar a sinceridade daquela adesão.

(2) A Constituição de 1824 compnha-se de 179 artigos e seus parágrafos. Declarava independente e soberana a nação, dividida em provincias, que seriam as então existentes, e governada por quatro poderes, a saber, o executivo, o legislativo, o judiciário e o moderador, exercido este pelo Imperador. Compunha-se o legislativo de Senado vitalício (cada provincia teria no Senado a metade do numero de seus deputados) e Camara temporaria. Os ministros seriam responsaveis, embora não ficasse desde logo instituido o sistema parlamentar, que se definiu posteriormente, como tendencia natural desse regime de irres-

Antes, porém, que pudesse surtir efeito essa renúncia ao poder pessoal, rebentou em Pernambuco a revolução que tinha por antecedente e doutrina a de 1817: contra a centralização monárquica — que asfixiava a província — e as autoridades suspeitadas de absolutistas. Em 1817 e em 1822, com Martins e Gervasio, Pernambuco afirmára o seu pensamento republicano. Surpreendido com a supressão da Constituinte, cindiu-se em duas parcialidades: intransigentes, que exigiam governo eletivo, e conservadores, que aceitavam o presidente nomeado pelo imperador, Francisco Pais de Barreto, morgado do Cabo (1). A volta dos primeiros uniram-se os velhos rebeldes, di-

ponsabilidade do monarca e articulação do governo com o legislativo. Também não se dava maior autonomia às províncias, governadas por presidentes, nomeados pelo imperador, e conselhos gerais eleitos em cada uma delas.

Só em virtude do *Ato Adicional* (1834) adquiriram as províncias, num sistema semi-federativo, a autonomia financeira e administrativa, que foi uma das aspirações revolucionárias da época da independência. (Póde-se comparar a Constituição do Império com as demais do tempo, in M. E. Laferrière e M. A. BATBIE, *Les Constitutions d'Europe et d'Amérique*, Paris 1869, nos manuais de Silvestre Pinheiro Ferreira, elucidativos de suas conquistas liberais: PIMENTA BUENO, *Direito publico brasileiro e analyse da Const.*, Rio, 1857; JOSÉ CARLOS RODRIGUES, *Constituição Política do Império*, Rio, 1863; JOAQUIM RODRIGUES DE SOUZA, *Análise e com. da Const. pol. do Imp.*, S. Luiz, 1867-70; POLICARPO LOPES DE LEÃO, *Considerações sobre a Const. bras.*, Rio 1872; MACHADO PORTELLA, *Const. Pol. do Imp. do Brasil*, Rio 1876; TOBIAS MONTEIRO, *op. cit.*, p. 14 e seqs.).

A Constituição foi subsequentemente jurada pelas Camaras municipais sem exclusão das que lhe propuseram emendas, como a de Itú (12 de Abril), e da Bahia (10 de Fevereiro).

Das vantagens da Constituição e dos problemas gerais do país tratou AMERICUS *Cartas*, 2 vols., Londres 1825, pseudônimo, ao que se acreditou, de Miguel Calmon, cf. S. Blacke, *Dic. Bibl.*

Parece que o dispositivo constitucional que primeiro foi recomendado às províncias, se referia, art. 161, á obrigatoria tentativa de conciliação das partes, antes dos pleitos judiciais (*An. do Arq. Publ. da Bahia*, X, 151).

O espetáculo de gala de 25 de Março, para solenizar a outorga da Constituição, terminou com o incendio do teatro, não faltando quem o atribuisse a um conlujo contra o Imperador, VIEIRA FAZENDA, *Rev. do Inst. Hist.*, v. 147, p. 97.

(1) A Junta de Pernambuco dividiu-se em 23 de Fevereiro de 1823, retirando-se para o Engenho Velho do Cabo o presidente, Afonso de Albuquerque Maranhão, com o secretario e Francisco Pais Bar-

rigidos por Manuel de Carvalho Paes de Andrade e pelo coronel José de Barros Falcão de Lacerda, que se destacára consideravelmente na guerra da Bahia. Com o morgado ficaram as grandes famílias rurais, que temiam a desordem, monárquicos e moderados.

Ainda em 1824 notamos a divergência capital, denunciada desde o século XVII, entre a "autoridade", dos senhores de engenho, e a "demagogia", do centro urbano, então apoiada a duas idéias inimigas: a força do governo e a insurreição filosófica. Era preciso abater a *hidra da anarquia*, diziam os "imperiais"; e os demagogos: indispensável era esmagar o despotismo... D. Pedro I dominou a rebelião com a marinha e o exercito, que salvára da desorganização em 1821 e 22: sem eles, se teria quebrado em 1824 a integridade do império. Restabeleceu-a a ferro e fogo.

CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

A junta de Pernambuco, presidida por Albuquerque Maranhão, podia ser sustentada pelas grandes famílias: faltou-lhe a confiança popular. Em 17 de Setembro, os militares da guarnição depuseram o presidente da junta e o governador das armas. Assumiu o comando (de acôrdo com os conselhos de Bernardo José da Gama, emissário do "Apostolado") o coro-

reto, que davam como razão as arbitrariedades do governador das armas, Pedroso, unido à plebe (*Pub. do Arquivo Nacional*, XXII, 7, Rio 1924). Este foi afinal preso por ordem da junta, com o apoio do batalhão de caçadores, em 1 de Março. O novo governador das armas, porém, António José de Almeida, foi destituído pelos militares do Recife em 15 de Setembro, por suspeito de absolutista, *ibid.*, p. 43, e, no mesmo ato, depostos os membros da junta, odiados pelo partido exaltado. A frente do movimento já se achava Manuel de Carvalho.

nel Pedro da Silva Pedroso (1). Dominou o partido exaltado. Na sua desvairada ambição, tentou Pedroso usurpar o poder civil: foi batido e destituído pelas forças que obedeciam a Paes Barreto. (1 de Março de 1823) (2). Em 12 de Dezembro a chegada de Falcão de Lacerda, com os veteranos da Bahia, permitiu que se reunissem mais uma vez os eleitores e proclamassem um governo popular, com Manuel de Carvalho Paes de Andrade por presidente, secretario José da Natividade Saldanha, comandante militar Falcão de Lacerda. Passaram com isto a dirigir a provincia os "democratas", doutrinados por frei Caneca no seu jornal "Typhis Pernambucano" (3), fanatizados pela energia de Carvalho (4), pela audacia de Saldanha

(1) ALFREDO DE CARVALHO, *Estudos Pernambucanos*, p. 268. Cipriano Barata, preso por esse governo, o acusou de estar ligado ao *Apostolado*, com Paes Barreto... Os revolucionarios da Paraíba fizeram a mesma accusação ao presidente Felipe Nery, *Publ. do Arq. Nac.*, XXIII, 117. Repare-se noutra circumstancia: o coronel Joaquim Pires, da Bahia, designado para governar as armas no Ceará, em 1823, era do *Apostolado* (A. RANGEL, *Transanteontem*, p. 93), como o Padre José Martiniano de Alencar... e este foi poupado pela comissão militar do Ceará, subseqüente á derrota dos rebeldes em 1824, a instancias da corte, TOBIAS MONTEIRO, *Hist. do Imperio*, I, 242. Seus companheiros de *Apostolado*? Em 1827 Joaquim Pires era tido na Bahia por chefe do partido absolutista, P. CALMON, *Hist. da Casa da Torre*, p. 164, e perseverou até 1837 nessa atitude reacionaria.

(2) ALFREDO DE CARVALHO, *op. cit.*, p. 327.

A 9 de Abril de 1823 publicou Barata o primeiro numero da "Sentinela da Liberdade na guarita de Pernambuco", HELIO VIANNA, in *Cultura Política*, n. 38, p. 175, de serviu de modelo aos periodicos democraticos dessa perturbada epoca, com aquele titulo.

Sobre os acontecimentos do Recife em 1823, *Publicações do Arq. Nac.*, XXII, 68 e segs.

Preso, e remetido para a côrte, Barata só foi posto em liberdade em 1830.

(3) Vd. MARIO MELO, *Frel Caneca*, p. 15, Recife 1933. Neste ensaio, a noticia das idéias e escritos do frade, porta-voz da revolução. (Do mesmo autor, in *An. do 2.º Congr. de Hist. Nac.*, III, 319 e segs.). Frei Joaquim do Amor Divino Rabello e Caneca (apelido evocativo da humilde condição paterna), nasceu em 1774, era carmelita, e morreu no patibulo aos 51 anos de idade. (LEMONS BRITO, *A Gloriosa solaina do Primeiro Império*, ps. 29-30, S. Paulo 1937).

(4) Carvalho e seu irmão Francisco tinham sido réos da revolução de 1817, *Rev. do Inst., Hist.*, XXX, 104. No Instituto Arqueologico de Pernambuco guardam-se as insignias maçonicas do primeiro.

— contra os conservadores, cujo chefe continuava a ser o morgado do Cabo, bastante rico para custear ele proprio a reação, e unido à melhor gente do interior. Nele recaiu a nomeação para presidente da provincia (23 de Novembro), quando, dissolvida a Assembléia, destacou D. Pedro I para os vários governos locais pessoas de autoridade e respeito (1). Jamais Manuel de Carvalho lhe entregaria o poder.

O morgado representava a corrente monárquica, a nobreza territorial, a fidelidade à côrte. E já se queria em Recife autonomia completa, com o Imperador, ou contra ele, mesmo que custasse muito sangue. Para aguentar-se, iriam à separação!

D. Pedro I — segundo os panfletos que se multiplicavam — traíra o juramento, fizera-se déspota, pretendia escravizar os brasileiros, senão castigá-los, em proveito do absolutismo, que reimplantara... Os tumultos de rua agravaram a crise, que tomou o caracter de revolução armada com a fuga, para as Alagôas, de parte da tropa (20 de Março de 1824). E' verdade que o Imperador, aceitando as razões dadas contra o morgado, designára outro presidente, José Carlos Mayrink (2). Mas a este faltou animo para

(1) Assim, Francisco Vicente Vianna (depois barão do Rio de Contas) para a Bahia, Costa Barros para o Ceará, Paes Barreto para Pernambuco, José de Araujo Roso para o Pará, Simplicio Dias da Silva para o Piauí, José Feliciano Fernandes Pinheiro para o Rio Grande, Lucas Antonio Monteiro de Barros para S. Paulo, João Teixeira da Fonseca Vasconcelos para Minas Gerais.

(2) Os majores Lamenha e Seara iniciaram o movimento, aderindo ao morgado do Cabo, *Publ.*, XXII, 100. Mayrink não soube fazer valer a sua nomeação, TOBIAS MONTEIRO, *Hist. do Imperio*, I, 102. Já Guilherme Ratcliff, João Metrovich e Joaquim da Silva Loureiro, bloqueavam Barra Grande a bordo do brigue "Constituição ou Morte" e da escuna "Maria da Gloria", que pertencia à rebelião. (Vd. sentença condenatoria in ARMITAGE, *História do Brasil*, doc. n. 3, p. 305).

Ali o morgado do Cabo sustentou do seu bolso, por seis meses, a tropa, P. LINO DO MONTE CARMELO LUNA, *Biografia do Exm. marquês do Recife*, p. 21, Pernambuco 1865. Custou-lhe 30 contos.

entrar em funções, e logo o aparecimento de dois navios de guerra no porto assinalou o início da luta acêsa. O comandante João Taylor intimou Carvalho, em 7 de Abril, a abandonar o poder que usurpára. E declarou o bloqueio do Recife. Sem se amedrontar, replicou o presidente, que Taylor debalde oprimiria homens livres, e ordenou a invasão das Alagoas, onde se agrupavam as forças de Paes Barreto (5 de Maio).

À notícia, porém, duma possível expedição portuguesa sobre o Rio de Janeiro, mandou o imperador recolher à capital a esquadra, e Taylor, a 1 de Julho, levantou o bloqueio. Desamparava-se o norte! — exclamaram os revolucionários; e, aproveitando-se disto, proclamou Carvalho, no dia imediato, a “confederação do Equador”. Em 24 de Julho definiu o contorno político do *Estado*, que abrangia seis províncias, independentes, enlaçadas pela fraternidade federativa... (1).

A VITÓRIA DA “BÔA ORDEM”

Percebeu o Imperador que era oportuno vibrar na revolução o golpe de graça, e embarcou na armada de Cochrane uma brigada, sob o comando do

(1) Vd. *Publ.*, XXII, 124-5, TOBIAS MONTEIRO, *op. cit.*, 1, 108. Na Bahia, confirmou Maria Graham, havia “grande desejo de formar uma república federativa, imitando a dos Estados Unidos”, *Escorço biográfico*, A. da B. N., LX, 97. Mas não se podia comparar a revolução de 1824. à de 1817, frizou Caldeira Brant, carta ao marquês de Rezende, 1824, *Rev. do Inst. Hist.*, v. 80, p. 157. Vd. também BERNARDINO DE SOUZA, *Rev. do Inst. Hist. da Bahia*, v. 49, p. 429.

A bandeira idealizada para a Confederação não chegou a ser desfraldada, ALFREDO DE CARVALHO, *Estudos Pernambucanos* p. 199. O seu desenho foi comunicado ao governo pelo presidente da Bahia, PEREIRA PINTO, in *Rev. do Inst. Hist.*, XXI, parte 2.a, p. 105. Deste autor, a história da revolução, *op. cit.*

brigadeiro Francisco de Lima e Silva (1), (2 de Agosto), para se reunir aos contingentes do morgado do Cabo na marcha sobre Recife — a exemplo do exercito realista em 1817. Isto foi feito pontualmente. A partir da Barra Grande, o “Exercito cooperador da Bôa Ordem” (era o titulo) destroçou os piquetes que lhe tomaram a frente, levou-os de vencida até os arredores da cidade, e aí entrou, pepois de vivo combate na “ponte dos Afogados”, em 12 de Setembro (2). Caíram o bairro do Recife e Olinda, no dia 17. Evadiram-se Carvalho e Falcão (3). Batidos, antes disso, os seus adeptos da Paraíba (onde se empossára o presidente legal), deviam esperar algum exito os do Ceará, arregimentados pelo proprio governador das armas, Filgueiras, e Tristão de Alencar Araripe, que tomára a presidencia, depondo Costa Barros, enviado da côrte.

Repetiu-se, ainda allí, o malôgro da resistencia sertaneja de 1817. Quasi com as mesmas figuras... (4).

(1) Destinado a desempenhar relevante papel em 1831-35, Lima e Silva — irmão do comandante do exercito libertador da Bahia, e pae do futuro duque de Caxias — nascera no Rio de Janeiro, em 1785, e era coronel do 2.º batalhão de caçadores antes de partir para Pernambuco, graduado em brigadeiro a 9 de Agosto de 1824, LAURENIO LAGO, *Brigadeiros e Generais*, p. 40.

(2) Vd. *Publ.*, XXII, 322. A 3.ª brigada da Corte e corpo de libertos (brigadeiro Lima) elevavam-se em 28 de Set. a 1.804 homens, e a gente de Paes Barreto, a 2.205. TOBIAS MONTEIRO, *op. cit.*, I, 159. Vd. comentário sobre a marcha, neste autor, *ibid.*, I, 180. Foi decisiva, cf. MARIA GRAHAM, *A. da B. N.*, LX, 96, a ameaça de Cochrane, de afundar no canal jangadas carregadas de pedra, arruinando assim o comércio da praça.

(3) Vd. TOBIAS MONTEIRO, *op. cit.*, I, 194, e segs. Carvalho foi para a Inglaterra e Falcão para os Estados Unidos. Em 1834 foi aquele eleito senador, e na Camara alta como que se apagou. Mostrára na quêda, segundo o consul inglês, “as much pusillanimity, in prosperity he exhibited during arrogance”, A. RANGEL, *No rolar do tempo*, p. 96.

(4) No Crato, a alma da luta foi o padre José Martiniano de Alencar, TOBIAS MONTEIRO, *op. cit.*, I, 211. Foi em 26 de Agosto a adesão do Ceará á confederação. Portaria do presidente legal, em 14 de Novembro, mandou destruir os documentos da Revolução, *Rev. do*

Mal chegou Cochrane a Fortaleza, restaurou-se a ordem na cidade (18 de Outubro). Uma coluna legalista alcançou Tristão, em retirada do Aracati para o Crato, desbaratou-lhe a escolta, e o matou (1). Isolado no Crato, capitulou Filgueiras (2) em 7 de Novembro. A repressão extremou-se em atrocidade. Produziu mártires, creou símbolos, recalçou odios semeados em terra propícia (3). As “comissões militares” completaram, com a pena capital, a ação de guerra, sem clemência e sem demora.

Dir-se-ia — na brutalidade dos castigos — que reinava no Rio de Janeiro a mesma política de 1817!

O almirante Cochrane não confiou nela. Cançado de pedir o pagamento dos serviços, com as presas que fizera no Maranhão em 1823, de volta a essa província — depois de pacificado o Ceará — resolveu cobrar-se pelas próprias mãos. Arrecadou do tesouro público 106 contos, a título de acerto de contas, pas-

Inst. do Ceará, XXI, 48. Alencar eximiu-se de culpa, dando-se como coagido, em carta que escreveu ao Imperador. Resta saber se o *Apostolado*, a que pertencera em 1823, o auxiliou nesse transe.

(1) Tristão de Alencar Araripe foi morto a 31 de Out. de 1824, na localidade de Santa Rosa, *Rev. do Inst. do Ceará*, XXI, 109.

(2) Morreu o coronel José Luiz Filgueiras — que se rendera a 8 de Nov. no Crato — quando transportado do Ceará para a corte, na vila mineira de S. Romão. Impressionou o povo a sua vida heroica, de que há memória em muitos versos sertanejos, P. CALMON, *A Hist. do Brasil na poesia do povo*, p. 124, Rio 1943.

(3) A comissão militar, presidida pelo brigadeiro Lima, juiz-lector Tomaz Xavier Garcia de Almeida, condenou em primeiro logar frei Caneca, fuzilado em 13 de Jan. de 1825. Não houve carrasco para enforcá-lo... Foram enforcados o major Agostinho Bezerra Cavalcanti, o cap. Lazaro Fontes, o americano James Rodgers, outros mais... TOBIAS MONTEIRO, *op. cit.*, I, 236. O tenente-coronel Conrado Jacob de Niemeyer presidiu a comissão militar no Ceará, que lavrou cinco condenações capitais, ali executadas. O padre Gonçalo Mororó teve morte semelhante à de frei Caneca, João Brígido, *Miscelânea Histórica*, p. 14, Ceará 1889. No Rio, a 17 de Março de 25, morreram na forca os maritimos João Guilherme Ratcliff, João Metrovich e Joaquim da Silva Loureiro, que se tinham oferecido para comandar o corso pela *Confederação*. (Vd. a fantástica noticia de MELLO MORAES FILHO, *Quadros e Crônicas*, ed. Garnier, p. 180, com a lenda da remessa da cabeça de Ratcliff a Carlota Joaquina, p. 98).

sou da não *Pedro I* para a corveta *Ipiranga*, e partiu para a Inglaterra, sem dizer que abandonava a marinha imperial. (1). Volúvel, glorioso, indiferente às injúrias que não lhe faltaram, por esse estranho procedimento, alimentava, já então, o desejo de ir comandar na Grécia a esquadra libertadora... O episódio, da deserção do almirante com o seu barco, podia servir de comentário à difícil situação do Brasil, em 1825.

“PERIQUITOS”

Na Bahia, em 25 de Outubro (1824) insurgiu-se o batalhão dos “periquitos”, famoso por sua exaltação nativista, e assassinou torpemente o governador das armas,, coronel Felisberto Gomes Caldeira (3).

(1) Segundo um companheiro de frei Caneca, frei Antonio Joaquim das Mercês, a D. Leopoldina se deve a anistia afinal concedida aos rebeldes, entre os quais ele estava. (Ms. sobre o histórico do ensino de filosofia na Bahia, *Inst. Hist. da Bahia*). De Mercês ha retrato de corpo inteiro, com as insignias maçônicas, na séde dessa instituição, na Bahia.

Exilados espalham-se pelo velho e novo mundo. Lemos em *El Argos*, Buenos Aires, 5 de Out. de 1825: “Se acompañan tambien en el diario varias proclamas publicadas en la Florida por los oficiales pernambucanos D. Antonio Avendanho, D. Juan Pio Gurgel y D. Jacinto Soarez de Melo, que habiendo emigrado del Brasil por enemigos del sistema imperial, han ido á prestar sus servicios a los orientales. Las proclamas son dirigidas á los soldados pernambucanos que forman parte de las fuerzas del general Lecor...”

(2) Sobre o episodio, TOBIAS MONTEIRO, *História do Império — O Primeiro Reinado*, ps. 259-301, Rio 1939. A pensão devida a Cochrane foi suspensa por portaria de 20 de Dez. de 1825. No Rio, fôra ele avisado por madame Bompland (mulher do botânico, prisioneiro de Francia, e então nas graças de D. Pedro I) da intenção do Imperador de vistoriar-lhe a capitânea, e para impedi-lo, foi ver o Imperador noite alta, *Narrativa* etc., ps. 146-9; T. MONTEIRO, *ibid.*, p. 309. E' curioso que este, chamando-lhe pirata, não deixou de ser padrinho de um filho de Cochrane, no ano seguinte, ARNALDO DE VASCONCELOS, in *An. do 3.º Congr. de Hist. Nac.*, III, 210 (Rio 1941).

(3) Extremara-se já em 5 de Setembro de 1823 a excitação jacobina, requerendo o comandante do batalhão do Imperador, queixoso de insultos e sarcasmos, o seu regresso para o Rio, *El Argos*, Buenos Aires, 25 de Out. de 1823. A 10 do mez seguinte muitos portugueses se refugiavam nos navios, carta do Porto, de 10 de Dez., ms. no *Arq. Hist. Col.*, Lisboa. A agitação prolongou-se até os acontecimentos de

Serviu o motim — abafado pela conduta energica dos comandantes dos outros corpos — para descarregar o ambiente caótico em que mergulhára a provincia. O batalhão indisciplinado foi compelido a embarcar para o norte. Preponderou o sentimento conservador da população. Teve-se como oportuna a visita do Imperador, que ajudasse a consolidar a paz com a sua presença, também agradecendo aos bahianos os serviços da Independencia (1). Foi a ultima das viagens felizes de D. Pedro — acolhido na velha cidade pelo respeito e pela admiração dos súditos que o tinham aclamado em 1822.

Outubro de 1824. Comandava os "periquitos", assim chamados pelos verdes da farda, o sargento-mór José Antonio da Silva Castro (o "Periquito"), que allás não participou do motim. Ao contrario, teve a hombridade de pedir o castigo dos criminosos, *An. do Arq. Publ. da Bahia*, X, 149. Os nomes destes constam da ata em que impunham a nomeação de Inocencio da Rocha Galvão (o mesmo que em 1837 seria indicado para chefe da revolução bahiana) para secretario do comando das armas, *ibid.*, p. 147. *O Grito da Razão*, Bahia, 14 de Nov. de 1824, citado em officio do consul português em Gibraltar, ms. no *Arq. Hist. Col.*, noticiou que foi o alferes Jacinto Soares de Melo que deu voz de prisão ao coronel. Apresentou-se Felisberto à tropa sublevada, à porta de sua casa da ladeira do Berquó, uma pistola em cada mão, e foi arcabuzado à queima roupa. Vd. ACCIOLI, *Memorias*, IV, 191; nossa *Hist. da Casa da Torre*, p. 163; *memorias do coronel J. B. CALDEIRA DE ANDRADA*, *Rev. trim. do Inst. de Santa Catarina*, 1914, 3.º e 4.º semestres, p. 201. Retirou-se o presidente da provincia para bordo da corveta Maria da Gloria ao tempo em que as tropas legais saíam para Abrantes. Renderam-se os rebeldes. Decr. de 16 de Nov. de 24 mandou julgá-los por uma comissão militar que condenou à morte o maior Joaquim Satiro e o tenente Gaspar Vilas Boas. Leia-se a *Memória*, contra Silva Castro, *Rev. do Inst. Hist.*, XXX, 247 e segs. Alguma luz sobre os motivos do crime dá H. L. DE NIEMEYER BELLEGARDE, *Resumo de História do Brasil até 1828*, p. 125, Rio 1831, dizendo que Felisberto, partidario dos pernambucanos, passara a perseguir o seu próprio grupo... Resumimos o episódio com docs. novos, in *História de Castro Alves*, cap. I, Rio 1947 (a propósito da Silva Castro, avô do poeta).

(1) A viagem do Imperador estendeu-se de 17 de Fev. a 19 de Março de 1826 escrevendo ele: "...Fui muito e muito bem recebido, e com bastante entusiasmo; estou bem satisfeito". c. a Vilela, 26 de Fev., ms. Sobre arcos de triunfo e suas inscrições, ver João Gualberto Ferreira Santos Reis, *Poesias*, I, 104, Bahia 1827. Em 10 de Jan. de 1826 abriu-se subscrição para um monumento, cuja importancia, 820\$300, se entregou a Camara em 1832 (ms. no arq. municipal).

RECONHECIMENTO DO IMPÉRIO

A consolidação do Império concluiu-se com o reconhecimento pelas potencias.

Importava sobretudo o reconhecimento de Portugal, para que houvesse paz, e o da Inglaterra, para que houvesse comercio. A politica do Imperador orientou-se em dois sentidos: obter de Portugal a renuncia à guerra, por intermedio da Inglaterra, nisto interessada; e desarmar as prevenções da Santa Aliança que, em teoria, lhe era hostil. Valia-lhe a mudança do gabinete de Londres. Com a morte de lord Castlereagh, que se puzera de acôrdo com o absolutismo dos reis, subira George Canning, disposto a impedir, na medida de suas forças, a opressão dos povos. Quanto aos países da America, que acabavam de libertar-se, a attitude inglêsa, até aí de expectativa (1), se tornou então de simpatia e amparo. Sugeriu Canning ao presidente dos Estados Unidos, James Monroe, a declaração (2) — feita em Washington, em 2 de Dezembro de 1823 — de que não consentiria “as potencias aliadas estendam o seu sistema politico a alguma parte dum ou outro continente...”

(1) Os estadistas portugueses queixaram-se da inação inglêsa em face da insurreição do Brasil, assim Palmela, cf. marquês de LAVRADIO, *D. João VI e a Independência*, p. 128; Conde de Lavradio, *Memórias*, IV, 302. Na Bahia, em Março de 1823, como dissemos, o general Madeira chegou a apelar para o comandante dos navios ingleses no porto que lhes desse auxilio, em nome da secular allança — e não foi atendido.

(2) Em Julho de 1823, um mez antes da carta de Canning ao ministro americano Richard Rush, notificara o secretar'o Adams ao ministro da Russia, que os Estados Unidos... “contest the right of Russia to any territorial establishment on this continent”. (DEXTER PERKINS, *Hans off*, p. 31, New York 1941). Sobre a combinação anglo-americana de que resultou a “Doutrina de Monroe”, CHARLEMAONE TOWER, *Revista Americana de Derecho Internacional*, tomo 14, n. 1-2, p. 16 (1920). Apoiava-se á politica inglêsa, cf. nosso *Brasil e America*, p. 25, Rio 1943.

Mas outros motivos, além das objeções anglo-americanas, tinham os soberanos para respeitar o Brasil. Se, para os ingleses, o fato de sua Independência era digno de apoio, para Metternich a circunstância de ter surgido uma monarquia no Novo Mundo — à frente o genro do seu Imperador — merecia consideração especial (1). Tudo iria bem, pois, para o jovem Império, se a pressão inglesa e a condescendência da Santa Aliança induzissem Portugal a aceitar o irremediável.

D. João VI concordaria, se pudesse opinar, fóra da coação a que o submetera o congresso de Lisboa, aparentemente responsável pelo dissídio. Livrou-se dele com a “vila-francada” (2).

Reassumindo o poder pessoal, achou bom o conselho de Palmela, novamente ministro, para harmonizar-se com o filho num entendimento direto. Despachou dois emissários, o marechal Luiz Paulino (3), para promover na Bahia o armistício, e o conde do

(1) Mareschal sugeriu a Metternich o reconhecimento, em of. de 18 de Dez. de 1822, *Rev. do Inst. Hist.*, v. 80, p. 142. Barbacena, em carta de 1824, disse da “boa face dos nossos negocios, devida inteiramente a superior politica e poderosa intervenção do principe de Metternich”, *Rev. do Inst. Hist.*, v. 80, p. 156. Em 16 de Maio de 25 o Imperador da Austría escreveu a D. Pedro I, com conselhos e votos sobre o reconhecimento da Independência, *An. da Bibl. Nac.*, LIV, 1.º, 234. Vd. tambem P. CALMON, *Brasil e America*, ps. 38 e segs.; WILLIAM SPENCE ROBERTSON, *The Hispanic American Historical Review*, Nov. 1941, p. 544; M. DO LAVRADRIO, *D. João VI e a Independência*, p. 126; F. B. EDINGTON, *The Monroe Doctrine*, p. 7 e segs. Boston 1905: “These two letters of Cannings show that the initiatory steps which led up to the Monroe declaration were taken by Great Britain”.

(2) Ao grito de “viva el-Rei absoluto”, revoltou-se o conde de Amarante em Vila Real, a 23 de Fev. de 1823. Como se insurgisse, em 27 de Maio, parte da guarnição de Lisboa, o infante D. Miguel tomou a chefia aos absolutistas, em Vila Franca de Xira, dissolveu-se o Congresso a 2 de Junho, e no dia 3, o proprio D. João VI aderiu ao movimento, que punha fim ao periodo “constitucional” inaugurado em 1820.

(3) Poeta e senhor de engenho, bahiano (1771-1824), foi da roda de Bocage, estimado por seu fino espirito. Ajudante general da expedição a Pernambuco em 1817, L. LAGO, *op. cit.*, p. 111, contribuiu em 10 de Fevereiro de 1821 para a acomodação que houve na Bahia,

Rio Maior, para tratar no Rio o acôrdo (1). Chegou tarde o primeiro, e faleceu a bordo na viagem de retorno. Não foi mais feliz o segundo, a quem o governo imperial intimou o reconhecimento preliminar da Independencia, sequestrou o navio, e mandou de volta com o seu melancolico fracasso. Cogitou-se consequentemente em Portugal duma expedição militar, que, tambem prevenindo a separação das colonias d'Africa (2), pudesse ao mesmo tempo recapturar alguns portos do norte do Brasil (3) . . . Retraiu-se o governo inglês, na dúplici politica, de ajudar a America sem romper com o mais antigo de seus aliados. Agiria somente

e saiu deputado às Côrtes. Mas leal ao Rei, sofreu uma aggressão ali do seu colega Cipriano Barata, que, atacando-o pelas costas, o atirou da escada abaixo, MARQUÊS DA FRONTEIRA, *Memórias*, I, 291. Na missão de paz foi repellido na Bahia, ACCIOLI, *op. cit.*, IV, 87, e no Rio, morrendo a bordo, das doenças que se lhe agravaram, complicadas pelo desgosto. Seu primogenito, o general conde de Fonte Nova, continuou a serviço de Portugal, SANCHES DE BAENA, *Famílias Titulares*, I, 607, ficando no Brasil o outro filho, veterano da Independencia, tenente general Luiz da França Pinto Garcêz, MARIO TORRES, *Rev. do Inst. Hist. da Bahia*, n. 64, p. 266. Diz PETRONI, *Viagem pelas provincias brasileiras*, p. 91, Lisboa 1851, o seu encontro com a viuva do general no seu engenho dos Britos, na Bahia.

(1) CALOGERAS, *A Politica Exterior do Imperio*, II, 36; HEITOR LYRA, *Historia Diplomatica e Politica Internacional*, p. 74, Rio 1941. Instruções a Rio Maior, MARQUÊS DO LAVRADIO, *op. cit.*, ps. 192-3 (o mesmo insucesso teve a missão confidencial do medico Soares Leal em 1824, TOBIAS MONTEIRO, *História do Império, O Primetro Reinado*, p. 382). Segundo aquelas instruções, o Rei reconheceria a Independencia mas ficando com o titulo de Imperador; o Brasil teria a sua Constituição, governando-o D. Pedro em nome do pai, que veria as leis, para o fim simbolico de confirmá-las. Assinava-as o conde de Suberra, 22 de julho de 1823 (Docs. in *Arq. Hist. Col.*, Lisboa, ms. que completam os já publicados no *Arq. Dipl. da Ind.*, v. V.) Vd. projeto de Palmela, OLIVEIRA LIMA, *O Reconhecimento do Imperio*, p. 340.

(2) TOBIAS MONTEIRO, *op. cit.*, p. 417. O Tratado de 29 de Agosto de 1825 art. III, conteve o compromisso de não aceitar o Imperador a adesão de quaisquer colonias portuguesas.

(3) TOBIAS MONTEIRO, *op. cit.*, p. 364. Vimos a repercussão dessa ameaça em Pernambuco, quando os revolucionários se queixaram do abandono a que os relegava o Imperador. Palmela considerou que a oportunidade do golpe seria o desligamento duma ou mais provincias, como se julgava possivel. Chegou a propôr a volta de D. João VI ao Brasil, para reuni-lo á metropole. Já não falamos de suas nebulosas idéias sobre a cessão de territorios à Inglaterra ou à França, para que o vasto plano fôsse exequivel — de recuperação da colonia.

como intermediário. Foi neste caracter que acolheu os primeiros delegados do Império, Felisberto Caldeira e Gameiro Pessôa, que, em 1824, continuavam as gestões interrompidas no ano anterior — quando outros, e diligentes diplomatas faziam analogas aberturas em França (Domingos Borges de Barros) (1), na Austria (Antonio Telles da Silva) (2), em Roma (Monsenhor Vidigal) (3), nos Estados Unidos (José Silvestre Rebelo) (4) . . . Sob a égide de Canning, conferenciaram o ministro português, conde de Vila Real, os dois brasileiros, o ministro austriaco Neumann (5). O reconhecimento da Independencia pela America do Norte — primeiro país que o fez, logo em 26 de Maio de 1824, cumprindo assim os sentimentos que Monroe declarára em 2 de Dezembro — advertiu os negociadores de que seriam inúteis as evasivas: urgia a admisão pura e simples do Império no convívio das nações.

Os Estados Unidos acabavam de demonstrar que a politica européia já não decidia arbitrariamente dos destinos desta parte do mundo (5). Canning não se

(1) Retirando-se Gameiro Pessôa para Londres, principal centro diplomatico, foi nomeado para substitui-lo em Paris (24 de Nov. de 1824), Domingos Borges do Barros, depois visconde de Pedra Branca, ali ministro até 1831, senador do Império, poeta excelente, grande proprietário na Bahia, sua terra natal. Dos empréstimos contratados em 1824 por Barbacena e Gameiro diremos adiante: provam, numa antecipação, a vontade de Canning — que os não impediu — de auxiliar o nascente imperio.

(2) Neto do marquês de Lavradio, atelçoado ao principe D. Pedro I, desde que acompanhou ao Brasil a familia real, confidante e leal adepto da politica de seu amo, depois marquês de Rezende.

(3) *Arq. Dipl. da Indep.*, V, XXI.

(4) *Arq. Dipl. da Indep.*, II, 70.

(5) O governo brasileiro percebera a importancia desse *americanismo*. Antes da *declaração de Monroe*, nas *instruções* a Antonio Manuel Corrêa da Camara, enviado ao Rio da Prata, dizia José Bonifácio, o Brasil queria o "*sistema americano*", com a união dos países do continente "*contra as imperiosas pretensões da Europa*" (C. de 10 de Junho de 1822, *Arq. Dipl. da Indep.*, V, 239). Propoz "*uma Federação*" continental, c. de 13 de Out., *op. cit.*, V, 244. Também *Anais do Itamarati*, II, 9, Rio 1937. No mesmo sentido, as *instruções* de Carvalho e Melo a José Silvestre Rebelo, mandado aos Estados

demorou mais: submeteu aos delegados do Brasil um projeto de tratado, que era substancialmente o mesmo de Brant e Gameiro, do reconhecimento da Independência total, com um artigo secreto, pelo qual, renunciando à sucessão da coroa portuguesa, caberia esta ao primogenito, ou à filha mais velha de D. Pedro I (1). De uma penada, pretendia resolver a crise, prevista para depois da morte de D. João VI. Mas se lhe opôs o governo de Lisboa, agora intransigente, na suposição de poder melhorar as condições da paz. O jeito foi expedir Canning para Portugal, como embaixador encarregado de aplinar as dificuldades, sir Charles Stuart, que disto se desincumbiu habilmente, dando-lhe mais, D. João VI, a missão de, como plenipotenciário seu, tratar no Rio o que ficou estabelecido, isto é, que o Império seria reconhecido, Portugal receberia uma indenização em dinheiro, conservaria ele o título de Imperador, e os dois países, separados e soberanos, se reservariam a condição de "mais favorecidos".

Unidos (31 de Janeiro de 1824), *Arq. Dipl. da Indep.*, V, 12-5. "... Brasil e os Estados Unidos, ligados entre si, afirm de que para o futuro não prevaleça a Política européia à Americana". Contudo, ao governo de Washington impressou mal a forma monárquica, estabelecida no Brasil, como, para Buenos Aires, mandou dizer o general Alvear, CARLOS IBARGUREN, *En la penumbra de la Historia*, p. 91, Buenos Aires -932, nosso *Brasil e America*, p. 37, pois o pensamento norte-americano era, a este respeito, o oposto da política "tory", que achára boa aquela solução imperial, mesmo como uma exceção no continente (of. de Canning ao ministro sir Ed. Thornton, 23 de Set. de 1823, M. DE LAVRADIO, *op. cit.*, p. 128).

E' observar 'que a França, interessada em suplantar a Inglaterra na influencia ibérica, já queria tomar a si a questão do reconhecimento, para o que dispunha do prestigio em Lisboa de seu embaixador, Hyde de Neuville, depois da tentativa do infante D. Miguel para se apossar do governo, em 30 de Abril de 1824. Mas D. Pedro prometera ao consul inglês no Rio esperar pela chegada de Stuart, VARNHAGEN, *op. cit.*, p. 338.

Os poderes dados a Stuart equivaliam a uma ordem em branco (1). Usou-os com argúcia e paciência, e afinal, no Rio, a 29 de Agosto de 1825, foi solenemente subscrito o tratado que, reconhecendo a Independência e o Império, ajustava a paz definitiva entre o Brasil e a mãe-pátria.

As indenizações foram, em convenção adicional (2), fixadas em dois milhões esterlinos, dos quais 250 mil pelas propriedades do Rei, consolado, além disto, com aquele titulo honorifico, de Imperador (3). De resto, renunciára Portugal a outras queixas, e com isto convidava às potencias para lhe seguirem o exemplo.

A Inglaterra saudou o novo Estado em 31 de Janeiro de 1826 (com a apresentação de credenciais de Gameiro Pessôa, elevado a barão de Itabaiana) (4). Já a Suecia — em 5 daquele mez —, informava ao mesmo diplomata a promoção do consul no Rio a encarregado de negocios (5). Em 26 de Outubro de 1825 a França se dispuzêra a igual attitude (6): Bor-

(1) *Despachos do duque de Palmella*, I, 526, Lisboa 1851. D. João VI recomendou Stuart ao filho em carta de 23 de Maio de 1825, *An. da Bibl. Nac.*, LIV, 1.º 234. Da chegada do negociador fala Inhambupe, carta a Rezende, 27 de Abril de 1825, *Rev. do Inst. Hist.*, v. 80, p. 161. Sobre as negociações em Lisboa e no Rio, CALOGERAS, *A Política exterior do Brasil*, II, p. 225 e segs., OLIVEIRA LIMA, *O Reconhecimento do Imperio*, p. 223-247.

(2) Vd. tratados, in PEREIRA PINTO, *Coleção de tratados*, etc., e OLIVEIRA LIMA, *op. cit.*, p. 357 e segs.

(3) Relutou Stuart, que representava o conservantismo britânico, bom "tory", em aceitar a qualidade, que D. Pedro I fez questão de declarar, de "Imperador pela Graça de Deus e *unanime aclamação dos povos*", achando muito democrática esta invocação, TOBIAS MONTEIRO, *op. cit.*, p. 422.

(4) Não se fez justiça a Itabaiana, maisnado pelo interesse que tomou, quando da questão portuguesa, em 1826-28, pela causa de D. Pedro e da filha, e depois esquecido, apesar dos serviços. Morreu em Napoles, em 1846, e jaz na Igreja de Santo Antonio dos portugueses, em Roma, P. JOSÉ DE CASTRO, *Portugal em Roma*, II, 329, Lisboa 1939.

(5) HILDEBRANDO ACCIOLI, *Arq. Dipl. da Indep.*, I, CXXI.

(6) HEITOR LIRA, *Arq. Dipl. da Indep.*, III, LII.

ges de Barros entregou as suas credenciais em 12 de Fevereiro seguinte. A Austria poz-se em relações officiaes com o Império a 30 de Dezembro de 1825. Schaeffer (1), portador de instruções pessoais de D. Pedro e da imperatriz, obteve sem difficuldade que vários Estados da Alemanha, a começar pelo Senado de Hamburgo, reconhecessem a independencia do Brasil.

As relações com a Santa Sé (Leão XII, recebeu o enviado brasileiro, monsenhor Vidigal, em 27 de Fevereiro de 1825) tinham importancia mais ampla: habilitariam o Imperador a indicar os prelados das dioceses vagas, à espera desse entendimento, a Bahia, Pernambuco, Maranhão, São Paulo. Levou a data de 12 de Outubro de 26 a nomeação desses bispos, os primeiros sagrados sob os auspicios da Independencia (2).

SEM DINHEIRO...

O Império começava sem dinheiro a vida arruante.

Da penúria de 1821 chegára à guerra de 1822, com o fraco auxilio do emprestimo interno de 400 contos, lançado por Martim Francisco. Em 1823 a esperanza era o crédito externo. As potencias habituaram-se a rateá-lo na *City*. Londres tornára-se o

(1) Jorge Antonio Schaeffer, atraído com outros alemães, pela passagem ao Brasil da arquiduqueza D. Leopoldina, mensageiro pessoal de D. Pedro junto ao imperador seu sogro, se celebrizou pelo engajamento de colonos e soldados para o Império, tarefa que o tornou odioso para muitos deles.

(2) A indicação de D. Romualdo Antonio de Selxas para arcebispo da Bahia foi attribulda à marquêsa de Santos, o que o prelado contestou nas suas *Memorias*. Para bispo do Maranhão foi o illustrado autor da *Memória sobre a capitania de Sergipe em 1808*, padre Marcos. Vd. tambem TOBIAS MONTEIRO, *História do Imperio, O Primeiro Reinado*, II, 134, Rio 1946.

centro financeiro do universo. Caldeira Brant conseguiu — depois de longas conversas — que um grupo de banqueiros, antes mesmo de reconhecido o Império, lhe emprestasse, em duas parcelas, 3 milhões esterlinos. Parte foi de Nathan Rothschild, que assim entrou na história do Brasil — donde a sua grande casa não mais sairia (1). Escassos 3 milhões, reduzidos na realidade a 2.450.000, mas a cujo pêso, no acêrto de contas, se juntou a responsabilidade das 2 milhões, quanto custara o reconhecimento da Independência! Mal chegariam para restabelecer a pontualidade dos pagamentos do Tesouro, se houvesse ordem no país, e a economia se lhe refizesse aos ba-fêjos da tranquilidade e da confiança.

ORDEM E REAÇÃO

Ordem houve, reacionária, intolerante, em 1825, sobretudo na côrte. O intendente geral de policia, o severo desembargador Francisco Alberto Teixeira de Aragão, exerceu a censura dos teatros (2), baniu a imprensa de opinião, determinou, pelo edital de 3 de Janeiro, a hora de recolher (dada pelo sino de S. Francisco de Paula, “o toque do Aragão”) (3), 9 da noite

(1) O empréstimo, em duas partes, foi pactuado sucessivamente em Agosto de 1824 e Janeiro de 25, aos tipos de 75 e 85.

A receita do Imperio era apenas de 3.802 contos em 1823.

O negociador, pessoa conhecida, desde 1805, nos meios Ingêleses (pela intervenção que tivera na bôa acolhida, na Bahia, da esquadra que então ali estivera) muito concorreu para que se fizesse o empréstimo. O aspecto ganancioso de tais contratos ia ser denunciado por CHATEAUBRIAND, *Voyages et mélanges littéraires*, p. 219, Paris 1862.

(2) *Edital* de 29 de Nov. de 1824, art. 8 (proibição de poesias e pasquins, a força espiritual das agitações passadas...)

(3) Vd. MELLO BARRETO FILHO e HERMETO LIMA, *História da Policia do Rio de Janeiro*, 1, 289, Rio 1939. A medida referia-se principalmente a escravos e negros fôrros, que, pegados depois da hora dada, deviam justificar-se, ou iam presos. Em 1840 o chefe de policia Eusebio de Queiroz, mandou que se tocasse o sino às 10 horas, no verão e no inverno.

no inverno, 10 no verão, depois da qual todos seriam revistados na rua, pela patrulha... Mão forte! Sumiu-se no Rio a conspiração carbonária (1).

Mas havia outra liquidação, mais difícil: a herança da Cisplatina.

(1) A imprensa "havia sido aniquilada", ARMITAGE, *Hist. do Brasil*, p. 108. O francês Chapuis, porque então ousou criticar o tratado de reconhecimento da Independência nas suas cláusulas impopulares (indenização pecuniária, etc.) foi expulso do país, *ibid.*, p. 110. Por esse tempo, 27 de Junho de 1825, se efetuou a primeira sessão de júri para julgar crime de imprensa, MOREIRA DE AZEVEDO, *Curiosidades*, p. 34.

XIV

GUERRA DAS PROVINCIAS UNIDAS

Restabelecida a ordem, teve D. Pedro I de fazer, ainda em 1825, uma guerra que o surpreendeu sem recursos pecuniários para lhe fazer frente, nem a organização militar que exigia: foi a insurreição da Cisplatina, com o subseqüente desafio que lhe lançaram as Províncias Unidas do Rio da Prata.

MOMENTO PROPICIO

Devéras, com a incorporação da Banda Oriental, em 1821, e a sua submissão ao general Lecor, em 1823, herdára o Brasil um grave problema de fronteira. Os elementos autonomistas da Cisplatina, com o auxilio de Buenos Aires, ou sem ele, jamais deixariam de valer-se das revoluções brasileiras para experimentarem a própria, de independencia, embebida do espirito de Artigas; e para ampará-la, estaria em armas na Argentina pelo menos um partido. Em consequencia, precisava o Imperador de forte guarnição em Montevidéo e, para apoio naval, uma esquadra no estuário do Prata, capaz de intimidar o poderoso vizinho. Quanto tempo duraria essa situação? Evidentemente, a distração da armada imperial para bater os rebeldes do norte e prevenir a represália portuguesa, que se anunciára em 1824, parecia indicar o momento oportuno da sublevação uruguaia. Favorecia-a o entorpecimento causado no Brasil pela confusão

política, com a dissolução da Constituinte, a excitação anti-monárquica dos liberais perseguidos, as ligações ocultas, entre a maçonaria no Império e as "lojas" dos países adjacentes (1). Enquanto a guerra seria francamente popular nos meios hispano-americanos, sofreria no Brasil ásperas, eloquentes censuras. Que a Cisplatina devia libertar-se, como os outros países do continente. Que era injusta a ocupação. Que o Imperador tinha de ceder... Não era homem que cedesse. Compreendeu a importancia da crise; e enfrentou-a.

Tinha o Império contra si a animosidade das vizinhas Republicas, receiosas de sua politica portugêsa. Dois adversarios levantaram-se para combatê-lo: o governo de Buenos Aires, no interesse de tomar à sua conta a Banda Oriental, e Bolivar, que se indignára com a extemporânea invasão do territorio de Chiquitos, no Alto Perú, aliás prontamente restituído às autoridades locais (2). Procurou D. Pedro I harmonizar-se com o *Libertador*, aquiescendo em mandar um delegado ao congresso por ele convocado

(1) Inacio Oribe comunicou a Lavalleja, em 3 de Junho de 1826, que Bento Gonçalves estava pronto para "formar la reunion pregando el grito de libertad", *Archivo del General Juan Antonio Lavalleja*, p. 125, Montevidéo 1935, esperanza de Balcarce em 1827, *Archivo cit.*, p. 354, e de Alvear, cf. EDUARDO ACEVEDO, *Anales Históricos del Uruguay*, I, 308.

(2) O governador espanhol de Chiquitos mandara oferecer ao de Mato Grosso a provincia, para que o Imperador lha protegesse. As autoridades de Cuiabá aceitaram a proposta (13 de Abril de 1825), repudiada pelo Imperador (13 de Agosto), e a provincia foi devolvida (CALOGERAS, *A Política Exterior*, II, 420-1). *El Argos*, Buenos Aires, 2 de Julho de 25, publicou a eniática proclamação do comandante brasileiro, incorporando Chiquitos no "grande Imperio do Brasil". — Sobre a missão de Alvear junto a Bolivar, E RESTELLI, *La Gestion diplomatica del general Alvear en el Alto Peru*, Buenos Aires 1927, CAILLET-BOIS, *La Misión Alvarez Tomás*, II Congreso Int. de America, III, 115, Buenos Aires 1938.

para o istmo do Panamá (1), mas não pôde levar avante as suas intenções pacíficas, porque, a esse tempo, se declarou no Uruguai a revolução da independência.

A SUBLEVAÇÃO URUGUAIA

Começou com o grito de revolta de “trinta e tres” insurgentes, que desembarcaram em território oriental, uniram-se a Frutuoso Rivera (que por duas vezes dera decisiva ajuda a Lecor) e, improvisando em Florida um congresso, votaram, a 25 de Agosto de 1825, a independência do Uruguai. Era a independência com a reincorporação às Províncias Unidas.

Os primeiros encontros, de Rincón de Galinas e Sarandí, foram favoráveis às armas de Rivera e Lavalleja, chefes da revolução (2), e induziram o governo de Buenos Aires a aceitar a responsabilidade

(1) Bolívar pretendeu inicialmente convocar para a assembléa do Panamá os países *hispano-americanos* (7 de Dezembro de 1824). Foi o vice-presidente da Colômbia, Francisco de Paula Santander, que ampliou o convite aos Estados Unidos e ao Brasil, com a idéa de reunir “*todos*” os do continente (carta a Bolívar, 6 de Fevereiro de 25, *El Argos*, Buenos Aires, 24 de de Agosto de 1825). O ministro colombiano em Londres comunicou-o a Brant e Gameiro, 18 de Junho de 25, *Arg. Dip. da Indep.*, II, 279. Em 25 de Janeiro de 26 nomeou o Imperador delegado ao congresso o comendador Teodoro José Biancardi, que voltou da Bahia, Argeu Guimarães, art. in revista *Rumo*, n. 2, Agosto de 1942 (Rio). Vd. mais, HELIO LOBO, *De Monroe a Rio Branco*, p. 46 e segs., FRANCISCO JOSÉ URRUTIA, *Le Continent Américain et le droit international*, p. 18, 1928; *International American Conference, Historical Appendix*, IV, 158.

Note-se que a latente hostilidade de Bolívar se compensava pela oposição que lhe fazia Buenos Aires, receiosa de seus planos de um só governo para a America do Sul. Vd. *El Argos*, 28 de Setembro de 25. Alberdi diz que é isto título de honra para Rivadavia, *Las Bases*, p. 59, ed. de B. Atres 1915.

(2) Vd. *El Argos*, Buenos Aires, 22 de Outubro de 1825. Em Sarandí o comandante brasileiro, coronel Alencastre, foi aprisionado, com mais de 500 homens, mas conseguiu livrar-se, apoderando-se do navio que o conduzia pelo rio Paraná, ALVARO ALENCASTRE, *As Missões Orientais do Uruguai e o coronel Joaquim Antonio de Alencastre*, p. 25, Porto Alegre 1933.

que adviria da proteção pedida (1). Disto notificou o Imperador, em 4 de Novembro (2). Equivalia à declaração de guerra. Declarou-a D. Pedro I, em 10 de Dezembro. E mandou bloquear o estuário de Prata pela esquadra do almirante Rodrigo Lobo — com navios grandes demais para aquelas águas rasas — enquanto aprestava as tropas que socorreriam Montevideo (3).

Correu infeliz essa campanha, a que faltava do lado do Império o que sobrava do outro lado: o entusiasmo guerreiro. Circunstancia notável: onde mais se atenuára essa vontade de lutar era na própria provincia ameaçada, o Rio Grande do Sul. As razões adivinham-se: a infiltração democratica dos povos sublevados contra “los portugueses” (como ainda aos brasileiros, confundindo os de 1825 com os de 1811, chamavam os chefes orientais e argentinos) (4); as ligações individuais de alguns fronteiriços poderosos com os caudilhos cisplatinos (5), a impopularidade do trono, a propaganda subtil das sociedades secretas... Numa minuta de officio — dias depois da ação de Passo

(1) O almirante Rodrigo Lobo, aparecendo com a esquadra de frente de Buenos Aires, pedira, em 5 de Julho, formais explicações do auxilio dado aos rebeldes. *El Argos*, do dia 16. Negou-lhe o ministro Garcia o caracter diplomatico, para a Interpelação, mas respondeu, que nada tinha o governo argent'no com a sublevação uruguaia. Em 1826 publicou-se no Rio pitoresco poema, *A Riverada*’, por um “cisplatino fiel e agradecido”, Museu Mitre, *Cat.*, p. 64.

(2) CALOGERAS, *Politica Exterior do Imperio*, II, 416, Rio 1928; docs. in *Assembléas Constituintes Argentinas* (ed. de E. Ravignani), Buenos Aires 1937; H. D., *Ensayo de História Patria*, p. 470, Montevideo 1923. *El Argos*, 26 de Out., deu as razões para a guerra, entre as quais a necessidade da anexação da Banda Oriental.

(3) Releva notar o episodio do assalto à Colonia pela flot'ha de Brown, repellido altivamente pelo coronel Manuel Jorge Rodrigues, que lhe respondeu, “o dito d'ito” — negando-se a capitular — e o forçou a retirar-se com a perda de 500 homens, *Rev. do Inst. Hist.*, XXX, 228.

(4) “Los portugueses enemigos nuestros...”, carta de Alvear a Lavalleja, *Archivo del General Lavalleja*, p. 238.

(5) Visconde de S. Leopoldo, *Memorias*, Alfredo Varela, cf. H. CANABARRO REICHARDT, *Bento Gonçalves*, p. 45, Porto Alegre 1932.

do Rosario, a que adiante nos referiremos — Barbacena diria com desalento: “Não conte porem v. ex. com a gente da provincia na próxima campanha sem muita disciplina, sem muito castigo (que esrá obra de muito tempo)” (1).

PASSO DO ROSÁRIO

Consumiu-se o ano de 1826 na concentração de pequeno exercito (2), em Sant’Ana do Livramento (3), cujas guerrilhas se empenharam em ações ligeiras no territorio oriental, como para ganhar tempo. Assumiu-lhe a chefia, em Setembro, o velho Lecór, substituído, logo depois, por Felisberto Caldeira (marquês de Barbacena), com o encargo de procurar o inimigo e batê-lo.

(1) MARTIM FRANCISCO, *Contribuindo*, p. 156, S. Paulo 1921.

(2) Na Bahia houve suficiente animação patriótica, informou o Imperador ao ministro Vilela (Paranaguá), em carta de 26 de Fev. de 1826: “...Quando se leu a minha fala á tropa, foi tal o entusiasmo que quasi todos se ofereceram para ir, e assim mesmo foram bastantes voluntarios. Consta-me que toda a tropa, que ultimamente tem saído da Bahia, monta a 2.300 homens”. (*Ms.* no arq. Brito Gorjão, Lisbôa, inéd.).

(3) 2.500 homens, cf. LUIZ MANUEL DE LIMA E SILVA, *Anals do Exército Brasileiro sobre a guerra com a republica das Provincias Unidas etc.*, p. 6 (ed. de Tasso Fragoso), Rio 1926. Compunha-se inicialmente de uma brigada de infantaria (cor. Leitão Bandeira) e 3 de cavalaria (Bento Manuel, Ortiz e João Egidio Calmon, este comandante do 1.º Reg., da corte), sob o comando geral do brigadeiro Rosado. A nomeação de Barbacena é de 12 de Set. de 1826. Partiu com os gen. Andréa e Cunha Matos a 9 de Nov., e o Imperador a 24. O efetivo, ao iniciar a marcha, 13 de Jan. de 27, era de 4.750 homens, dos quais 3.050 a cavalo (4.296, corrige TASSO FRAGOSO, *Anais cit.*, p. 22). O marechal Brown juntou-lhe em 3 de Fev. reforço de 1.572. Mas esse total era inferior ao apresentado por Alvear no Passo do Rosario. (os argentinos chamaram de Ituzaingó a batalha). Quanto aos mercenários, tínhamos ali o 27 de caçadores e um corpo de lanceiros alemães. Brown foi o primeiro chefe de estado maior que teve o exercito, mas invejava Barbacena, e não o ajudou devidamente, diz LADISLÁO DOS SANTOS TITÁRA, *Memórias do grande exercito allado Ilbertador etc.*, p. 119, Rio Grande 1852.

Visitou o Imperador o Rio Grande em Outubro, para inspecionar as tropas, mas teve de regressar precipitadamente à côrte, com a noticia da morte da imperatriz (1).

Barbacena cruzou a fronteira em 13 de Janeiro. Já a esse tempo o general argentino Carlos de Alvear, com 10 mil homens, invadia o Rio Grande (2), e marchava sobre Bagé e S. Gabriel, com o proposito aparente de romper até Porto Alegre (3). Correu o exercito imperial ao seu encontro, em São Gabriel. Enganou-se Barbacena, imaginando que Alvear se retirava, e indo-lhe ao encaço, com ele se chocou a 20 de Fevereiro, no Passo do Rosario. Levava a desvantagem de atacar em terreno escolhido pelo adversario, que acomodára as forças, mais numerosas, nas alturas, alem do arroio; e, a mais disto, fatigára os seus soldados em marchas forçadas por dias sucessivos. Ao despontar 20 de Fevereiro, os dois exer-

(1) Feleceu D. Leopoldina, em consequencia de parto prematuro, a 11 de Dez. de 1826. Jaz no convento de Santo Antonio (por demolição do d'Ajuda, onde esteve o túmulo, 1826-1912), no Rio. Muito soffreu com o desaparecimento da illustre princesa o prestigio do Imperador, minado pela importancia que adquiriu a marquêsa de Santos na vida da côrte. Vd. CARLOS SEIDLER, *História das guerras e revoluções do Brasil de 1825 a 1835*, trad. de Alfredo de Carvalho, p. 38, S. Paulo 1939. A "consideravel popularidade" da Imperatriz — que se objectivou no pagamento de suas dividas, 80 contos, pela Assemblêia Geral — diz ARMITAGE, *História do Brasil*, p. 128 (tambem al os detalhes de sua inadaptação ao temperamento do Imperador).

(2) O plano original era de Lavalieja, chefe da insurreição uruguáia, e tinha em vista estende-la ao Rio Grande, em contacto com os republicanos, como se disse em sessão reservada do Congresso em Buenos Aires, *Libro de Sesiones Reservadas de la Hon. Junta*, etc., intr. de Ricardo Levene, p. 227, la Plata 1936. Um dos agentes do chefe oriental era o brasileiro padre José Antonio Caldas, constituinte em 1823, partidario da Confederação do Equador, que se refugiára em Buenos Aires, e, mais tarde, acompanhou a sorte de "farrapos" na sua longa luta.

(3) Alvear comandava, em 20 de Fev. de 1827, 9.803 homens, contra 6.338, Rio Branco, *Efêmerides*, 2.^a ed., ps. 159-160. Sobre a falta de plano de Barbacena, e a critica que se lhe fez, *Reflexões sobre o generalato do conde de Caxias*, p. 16, 2.^a ed., Rio 1938 (a 1.^a é de Porto Alegre, 1846).

bitos se defrontaram. Os brasileiros estenderam-se em linha, à direita a primeira divisão (general Sebastião Barreto), à esquerda a 2.^a (general João Crisostomo Calhado), no centro a artilharia; e tomaram a iniciativa, avançando a infantaria. Mas o corpo de voluntarios do barão de Serro Largo (o heroico Abreu da campanha de 1816), em carga desfechada sobre a direita inimiga, recebeu de contra-golpe o impeto de sua cavalaria, e, de envolta com ela, se arrojou sobre a 2.^a divisão, que formára em quadrados e varreu à metralha a uns e outros. Tombou morto o barão, junto a esses quadrados; dispersou-se a sua gente; porém a *segunda divisão* permaneceu inabalavel. Também a *primeira* repeliu a cavalaria pesada, que procurou esmagar-lhe os quadrados (1), e se conservou no terreno. A batalha não se decidiu até uma da tarde. Então, os soldados com fome, os cavalos cançados, esgotada a munição na linha de fogo, e os campos à volta incendiados, deu Barbacena o sinal de retirada, que coincidiu com as primeiras mostras de desanimo nas linhas inimigas. Não se aproveitou Alvear da retirada para acometer-lhe a retaguarda; limitou-se a incomodá-la com tiroteio vago; e na mesma noite lhe perdeu o contacto, para abandonar, por seu turno, o sítio do combate. Vitoria! — festejou-se

(1) Vd. JOÃO MANUEL DE LIMA E SILVA, *Anals do Exercito*, p. 63; General Tasso Fragoso, *A Batalha do Passo do Rosario*, R'io 1928. Caiu à frente de seu regimento o coronel Brandzen, veterano francês, um dos principais auxiliares de Alvear. Os quadrados da 1.^a e 2.^a divisão brasileira não puderam ser desfeitos. Distinguiu-se particularmente o 1.^o de cavalaria da côrte, com o seu comandante e o major Francisco Xavier Calmon da Silva Cabral, depois barão de Itapagé, Rio Branco, *Efemerides*, 2.^a ed., p. 164. Foi fator importante na ordem de retirada o incendio dos campos, espontaneo, segundo uns, estratagemas de Alvear, segundo outros. Com a macéga em fogo, os beligerantes não poderiam prolongar o combate, suspenso a 1 da tarde, quando Barbacena mandou que se iniciasse a retirada, aliás sem pressão do adversario que a precipitasse, como documentou Titára.

em Buenos Aires (1). Batalha indecisa! — disse-se no Brasil (2)...

O fáto é que o exercito de Alvear retrocedeu para a Banda Oriental, Barbacena foi substituido por Lecór (1 de Maio) e o chefe do governo argentino, Rivadavia, sem meios de prolongar a luta, enviou ao Rio de Janeiro Manuel José Garcia, a tratar pazes com o Imperador.

As aberturas para um entendimento tinham sido feitas, a pedido dos beligrantes, pela Inglaterra, que disto incumbira lord Ponsonby (3). Recusava-se o Imperador, entretanto, a ceder a Cisplatina, mediante uma indenização em dinheiro; e até aí, insistira Buenos Aires pela anexação. Premido pela situação caótica do seu país, e desejoso de dar fim à guerra antes de peiores acontecimentos, conveiu Garcia (24 de Maio de 1827) em reconhecer a incorporação da Cisplatina (4). Negou-lhe Rivadavia a aprovação ao tratado e — impotente para conter os "caudilhos" rebelados — renunciou à presidencia (27

(1) Vd. carta de GUIDO a SAN MARTIN, JOSÉ PACIFICO OTERO, *História del Libertador Don José de San Martín*, IV, 163; TELMO MANACORDA, *El General Eugenio Garzón*, p. 266, Montevideo 1931 (com resumo de fontes).

(2) LADISLAO DOS SANTOS TITARA, *Memórias do grande exercito aliado libertador etc.*, p. 139, Rio Grande do Sul 1852, CARLOS SEIDLER, *História das revoluções etc.*, p. 158; MAX FLEIUSS, *A Batalha do Passo do Rosario* (com a coletanea bibliografica), p. 28 e segs., Rio 1924.

As perdas de 20 de Fevereiro não foram pesadas, senão equivalentes: brasileiros, 172 mortos; argentinos e orientais, 211.... Rio Branco, *Efêmerides*, 2.^a ed., p. 167. Canabarro então alferes, e testemunha da batalha, citando em 1865 a "rocha inabalavel" da infantaria, tirou disto o argumento para justificar não se ter lançado com a cavalaria sobre os paraguaios em marcha para Uruguaiana, officio em WALTER SPALDING, *A Invasão Paraguai no Brasil*, p. 391, S. Paulo 1940.

(3) Vd. LUIZ ALBERTO DE HERRERA, *La Mision Ponsonby*, I, 11 e segs. Montevideo 1930; SOUZA DOCCA, *A Missão Ponsonby e a Independência do Uruguai*, p. 10, Porto Alegre 1933.

(4) HERRERA, *op. cit.*, I, 363.

de Junho) (1). Sérias dificuldades impediram por sua vez D. Pedro I de aproveitar-se da crise vizinha para continuar a campanha.

BLOQUEIO E CORSARIOS

Depositára exagerada confiança na marinha, numerosa, muito superior à pequena esquadra argentina comandada pelo almirante Brown, mas composta de navios de alto mar, impróprios para a manobra nas aguas razas do Prata. Tríplice obstáculo teria de reduzir-lhe a eficiencia: a distancia das bases; o desgosto, senão a hostilidade, dos países neutros, em face do prolongado bloqueio; e o apêlo aos corsários, feito pelo governo de Buenos Aires, que assim respondeu à ação naval do Império. De fáto Brown recorreu sagazmente à tactica de sortidas, negaças e surpresas, que lhe valeram a vitória de Juncal (9 de Fevereiro de 27), compensada pelo revez que sofreu no combate de Monte Santiago (8 de Abril de 28) (2). Mais de quarenta corsários, de várias nacionalidades e acobertados pela autorização obtida em Buenos Aires, perturbaram gravemente a navegação mercante do Brasil (3). Como fosse Carmen de Patagones o

(1) A guerra custava às Provincias Unidas 600 mil pesos mensais, e para pagá-la tinham, segundo W. Parish, 1.200.000 por ano... CORREA LUNA, *Centenario de la convención de paz*, in *Boletín de la Junta de Hist. y Numismática*, V, 103, Buenos Aires 1928. Mas se sabia que era impopular no Brasil, onde tinham cessado os preparativos bélicos com a convenção de García, carta de Dorrego 27 de Agosto de 1827, *Archivo del General Juan A. Lavalleja*, p. 469.

(2) Vd. LUCAS BOITEUX, *A marinha de guerra brasileira nos reinados de D. João VI e D. Pedro I*, Rio 1913; HENRIQUE BOITEUX, *Nossos Almirantes*; também LUCAS BOITEUX, *As Façanhas de João das Bottas*, p. 158.

(3) Conhecem-se 42 corsários, que apresaram cerca de 500 embarcações, T. CAILLET-BOIS, *Boletín del Inst. de Invest. Hist.*, XIX, 65, Buenos Aires 1935.

seu ponto de reunião, mandou o almirante Pinto Guedes (1), (depois barão do Rio da Prata), comandante das forças marítimas do Império, que duas escunas, uma corveta e o seu contingente de desembarque, lá os fossem castigar. Malogrou-se a expedição (2). Prosseguiria, em todo caso, o domínio do Rio da Prata pela armada imperial, se não se chocasse o bloqueio com os interesses estrangeiros. Tinha de ser absoluto, para ser respeitado, alegavam; e, a despeito dele, continuavam a entrar em Buenos Aires navios de várias bandeiras, ao que se dizia, até com a tolerância do almirante brasileiro (3). Mesmo sem a complacência do almirante, os ingleses lá iam sempre, e não faltaram energicas representações sobre os seus prejuízos eventuais (4). Os americanos protestaram.

(1) Comandou a esquadra de início o almirante Rodrigo Lobo, afastado sob a acusação de inativo, para que o substituisse Rodrigo Pinto Guedes. As ações principais da armada foram: de Fev. de 26, Punta de Lara, quando Brown teve de retirar-se para o seu ancoradouro; 25 de Fev., ataque deste à Colonia, repellido pela força de terra sob o comando do brigadeiro Manuel Jorge Rodrigues; 9-11 de Abril, tentativa frustrada de Brown de apresar navios imperiais em Montevideo; 27 de Abril, a fragata "Imperatriz" rechaça o assalto da flotilha argentina; 29 de Julho, essa esquadra é acossada à vista de Buenos Aires pela divisão de Norton; enfim, os combates de Juncaí, Patagones e Monte Santiago.

(2) Morreu o chefe da expedição, o capitão inglês Shepperd, e caíram prisioneiros, com todos os seus homens, os comandantes dos barcos, Eyre, e Joaquim Marques Lisboa (futuro marquês de Tamandaré). Ao lado deste Joaquim José Inácio, futuro Inhaúma. Fugiram 93 dos presos a bordo do brigue *Ana*, em que iam de Patagones para o Salado, e se reincorporaram à esquadra imperial. Pouco depois Marques Lisboa, no comando da escuna "*Bela Maria*", apressou o brigue "*Ocho de Febrero*", comandado por Tomás Espora, vd. G. BARROSO, *Tamandaré*. p. 44., Rio 1939. Sobre a ação de 7 de Março de 1827, em Carmen, Rio Branco, *Efêmerides*, p. 212; HENRIQUE BOITEUX, *Nossos Almirantes*.

Vimos na matriz de Patagones (Novembro de 1941) duas bandeiras imperiais, provavelmente das escunas; e há, no sitio do combate, um marco que o celebra.

(3) C. SEIDELR, *dp. cit.*, p. 140, e *Dez Anos no Brasil*, trad. de B. Klinger e notas de F. de Paula Cidade.

(4) As reclamações americanas cifraram-se em 530 contos, cf. convenio de 27 de Janeiro de 1849, portanto vinte anos depois. As queixas inglesas culminaram na ameaça que, a 12 e 21 de Fev. de 1829, fez o ministro Gordon, de mandar apresar pela sua esquadra tantos navios

Os franceses excederam-se. Em 5 de Julho de 1828, exigiu o almirante barão de Roussin — no porto do Rio de Janeiro com uma esquadra francesa — que lhe fossem devolvidos os barcos de sua nação apresados no Prata. Não lhe resistiu o Imperador; nem podia enfrentar os poderes da Europa. Ao contrário, para acomodá-los, devia recuar nos seus planos de campanha. Ressentia-se sobretudo da inquietação interna. Provou-a a insurreição dos batalhões mercenários (irlandeses e alemães) na própria Côrte, em 9 de Junho de 1828 (1). Respirava-se a atmoféra revolucionária

brasileiros quantos fossem os de sua nacionalidade detidos no bloquelo. D'ante disto, foram satisfeitas as reclamações, que montavam, em globo, a 5.815:150\$433, em 1834, incluída neste total a exigencia francesa, do almirante Roussin, regulada pela convenção de 21 de Agosto de 1828. Clovis Bevilacqua, *Dir. Int.*, Rio 1942.

(1) Revoltaram-se a 9 de Junho, em consequencia dos mãos tratos que lhes infligiam os seus officiais, os soldados do 2.º de caçadores, alemães, a que se juntaram no dia seguinte o 28.º de caçadores (tambem alemães) e os irlandeses aquartelados na Praia Vermelha, CARLOS SEIDLER, *Hist. das guerras e revoluções*, p. 120. Tiveram por fim a adesão do 3.º de granadeiros, mixto de alemães e irlandeses, cuja caserna era no campo de Sant'Ana, e foram separadamente encurralados e reduzidos pelas forças brasileiras sob o comando do conde do Rio Pardo. Verificou-se posteriormente que havia entendimentos entre os mercenarios e o governo de Buenos Aires (general Dorrego). Vd. GUSTAVO BARROSO, *Hist. Secreta do Brasil*, I, 353, S. Paulo 1937. Está publicado o convênio secreto de 3 de Novembro de 1827, entre D. Manuel Dorrego e Frederico Bauer, representante dos mercenarios alemães, segundo o qual se retirariam estes do Rio para Santa Catarina, onde tratariam de separá-la do Império, para crearem uma republica independente... *Revista de la Biblioteca Nacional*, VII, Buenos Aires 1942. Um dos subscritores dessa espantosa convenção foi o mesmo Balcarce, plenipotenciario do ano seguinte. Em 1829 e 30, Bauer quiz obter de Buenos Aires uma indenização pela tentativa frustrada de levar o corpo de exercito alemão para a causa da Republica... *ibid.*, VII, 208. Acusa de negligencia o governo de Buenos Aires, que o não socorreu com navios, para a retrada dos sediciosos... Explica, em parte, o que há de misterioso no levante de 9 de Junho: a esperanca de engajamento no país vizinho. Mas não se refere a qualquer atentado contra o imperador.

Sobre o aliciamento na Alemanha daqueles soldados, vd. SEIDLER, *Dez anos no Brasil*, trad. de B. Klinger, p. 21, S. Paulo 1941; C. Schlichtert, *O Rio de Janeiro como é* (trad. de E. Dodt e Gustavo Barroso), p. 258, Rio 1943; Th. Bosche, *Quadros Alternados*, trad. de V. de Souza Queiroz, S. Paulo 1929; SEWELOH, *Reminiscencias* (trad. de Klinger e notas de F. de Paula Cidade, Rio 1936, FREDERICH GUILHERME KLOSS, *Historia do mestre de minha permanencia no Brasil* (vd. TAUNAY, *An. do Mus. Paul.*,

de quatro anos antes. Generalizá-ra-se, agora que voltara a ter voz no parlamento a oposição à política de D. Pedro I. Carecia de solidez o trono. Tinha contra si a opinião liberal. Faltava-lhe dinheiro. Por ultimo, a Inglaterra, impaciente, queria obrigá-lo a suspender de vez o bloqueio de Buenos Aires — até então a sua arma —, mostrando o dâno que lhe causava (1)... Em 12 de Julho, Ponsobony e dois plenipotenciarios argentinos, os generais Balcarce e Guido, seguiram para o Rio de Janeiro, a contratar a pacificação. O Imperador queria, pura e simples, a independencia da Banda Oriental. Depois do levante dos mercenários, pensou o governo portenho em resitir a essa fórmula, inclinado a pleitear de novo a reanexação (2). Venceu, porém, a solução equitativa da completa independencia uruguaia, com a dupla garantia, brasileira e argentina, que se consignou na convenção preliminar de '27 de Agosto (1828) (3).

III, (103). Seweloh é autor do mapa da batalha de Ituzaingó publicado por TITARA, *op. cit.*

(1) Officio do ministro inglês Gordon (Ponsonby estava em Buenos Aires) ao marquês de Aracati, 4 de Junho de 1828, HERRERA, *ibid.*, 298.

(2) ADOLFO J. BAEZ, *Convencion Preliminar de Paz*, p. 90, Buenos Aires 1929, CORREA LUNA, *Boletin de la junta de Hist. y Num.*, V. 108. Entre os motivos de seu optimismo, não se refere o general Rondeau, ministro do exterior, á invasão das Missões, em Maio do mesmo ano, por Frutuoso Rivera, que o fizera por conta propria, e diante de cuja "razzia" se retiraram as guarnições, deixando-o com liberdade de movimentos. Em 18 de Novembro (tambem de 1828) submeteu-se o caudilho ao novo governo uruguaio e se retirou das Missões, com o que poudo levar. Aquelas velhas povoações ficaram em ruínas, reduzidas a trezentos e poucos habitantes... Vd. JOÃO PEDRO GAY, *Hist. da Rep. Jesuitica*, p. 388, TELMO MANACORDA, *Frutuoso Rivera*, p. 133, PEDRO RIVA-ZUCHELLI, *Historia de la Independencia de la Republica Oriental del Uruguay*, p. 171, Montevideo 1934.

(3) Assinaram o tratado, pelo Imperio, Aracati, José Clemente e Oliveira Alvares; por Buenos Aires, os generais Juan Ramon Balcarce e Tomás Guido, este secretario de San Martin no exercito dos Andes e depois ministro de Rosas no Rio de Janeiro, notavel pela sensatez de sua diplomacia.

PAZ DE 1828

Graças ao tratado — que levava o poderoso beneplacito britânico — ficou para traz a história cáptica da Cisplatina; desprendeuse o Império da incômoda herança, que representava aquela “conquista”; e se estabeleceu no Prata um equilíbrio razoavel (1). O remoto legado de prevenções e represalias, que vinha da colonia do Sacramento, terminára sem vencidos nem vencedores, pois da semente lançada pelos antigos colonos castelhanos e portuguezes brotára um Estado soberano, equidistante deles na sua liberdade bem ganha. A criação do Uruguai, como país que nenhum poder estranho jamais oprimiria, foi o epilogo feliz e lógico da guerra de 1825-28 (2).

(1) O equilibrio — diga-se desde logo — consistia, para o Império, no “statu quo”, da independencia do Uruguai (convenção de 1828) e do Paraguai (1844), contidos os tres paises do Prata nos limites da soberania ordeira... A não-intervenção no Rio Grande foi outra preocupação, resultante da guerra civil de 1835-45. Devia outrossim garantir a conservação do Uruguai investido pelas forças ro-sistas, razão da campanha de 1851, cujos encargos se refletiram nos tratados desse anno, e nos incidentes de 1864, de modo que a guerra do Paraguai, 1864-70, constitúe em ultima análse o desfecho da crise, latente desde o inicio do século. (Vd. nossa *Hist. Social do Brasil*, II, 45).

(2) As tropas brasileiras deixaram Montevidéo em 23 de Abril de 1829, quando o barão de la Cañera (Don Tomaz Garcia de Zuñiga), que, em nome do Imperador, governava a praça, entregou as chaves aos representantes do novo Estado, Magarinos e Oribe. (TELMO MANACORDA, *El General Eugenio Garzon*, p. 290). Este, o exito final, CARLOS ONETO Y VIANA, *La Diplomacia del Brasil en el Rio de la Plata*, p. 9, Montevidéo 1903.

D: PEDRO I E OS LIBERAIS

O reinado de D. Pedro I, que começou sob o signo da luta entre o poder monárquico e as idéias do seculo, transcorreu e terminou na mesma atmosphera.

Dissolvidos em Outubro de 1822 os extremados, tentaram reagrupar-se na Constituinte, voltaram a tomar armas em 1824 nas provincias do norte, silenciaram em 1825, apresentaram-se timidamente em 1826 na Assembléa Geral, e a partir de 1827 mediram forças com a politica violenta do Imperador, derrotado afinal em 1831.

A ASSEMBLÉIA

Eleitos em Julho de 1824, os membros da Assembléa foram convocados para 3 de Maio de 26, quando se instalou a primeira legislatura do Império.

Em 22 de Janeiro escolheu o Imperador, entre os nomes apresentados, em listas triplices, pelas provincias, os 50 Senadores vitalicios (1). Estes, foram

(1) O numero de senadores era de metade dos deputados por provincia, eleitos juntamente com estes, em lista triplice oferecida á imperial escolha. Aconteceu que alguns nomes apareceram em listas de duas ou mais provincias, donde terem sido nomeados suplentes, que as preencheram, pois o proposito do governo era fazer uma camara de pessoas insuspeitas á ordem monárquica e ao Imperador. Vd. AFONSO TAUNAY, *O Senado do Império*, p. 25, S. Paulo 1942. A balbúrdia foi maior no caso de 10 senadores tirados entre os contemplados pelas camaras apuradoras e as listas suplementares, *ibid.*, p. 26, muitos desconhecidos das provincias que passavam a representar, e recomendados apenas pela confianca do soberano, como o marquês de Jacarepaguá (por Goiaz), Maciel da Costa (pelo Pará), Felisberto Caldeira (pelo Amazonas)... Não admira que em 1831 a Camara Municipal de S. Paulo representasse que os senadores Bispo capelão-mór e visconde de S. Leopoldo não tinham sido nomeados pelos eleitores daquela provincia, *Atas*, XXVI, 135, numa tentativa

conservadores leais, amigos do monarca, tirados da roda de confidentes e servidões (notáveis, alguns, pela austeridade e prestígio pessoal) (1), enquanto predominavam na Câmara os espíritos liberais.

A todos oprimia, é certo, a experiência de 1823.

Estava-se em guerra, no sul; a insurreição de Pernambuco e do Ceará fôra cruelmente punida; e perdurava a insegurança na confusão das tendências e dos projetos. Só com o tempo os oradores se venceriam de sua autoridade, o parlamento adquiriria a sua importância, as correntes se definiriam, separando-se em forças opostas, e o poder imperial se habituaria a respeitá-las. Foi o que se viu em 1827.

PARLAMENTARISMO

Em 1826, Câmara e Senado se resentiram daquela indeterminação (2). Ainda em Janeiro do ano seguinte, demitia o Imperador o ministério, num impulso de

de demissão dos dois "retrogradados". Veremos que o Imperador, criando o Senado a modo dum conselho de Estado, de pessoas tranquilas, fiéis à corôa, agradecidas ao seu patrocínio e hostilizadas pelos liberais, equilibrou o aparelho parlamentar, e legou à crise de 1831 um poderoso instrumento de reorganização política. Sem ele provavelmente não se sustentaria o regime no dia imediato à abdicação de D. Pedro I, pois a Câmara dos deputados, na sua maioria federalista ou republicana, pouco trabalho teria em substituí-lo.

(1) "Em suma, exceto pequeno numero de injustiças, foram boas, e por vezes muito boas, as escolhas imperiais que collocaram na Câmara Alta, largo núcleo de homens de valor e renome, como Queiluz, Barbacena, Maricá, Cairú, S. Leopoldo, Caravelas, Baependi, Alcantara, Pedra Branca, Valença, Caeté, Nazareth, Ferreira da Câmara, Paranaguá, Congonhas do Campo, Costa Barros, Sabará, Inhambupe, D. José Caetano da Silva Coutinho, etc.," TAUNAY, *op. cit.*, p. 30.

Para o Senado comprou o governo o palácio do conde dos Arcos, na esquina da rua do Areal com o Campo de Sant'Ana, em 1824 (MORREIRA DE AZEVEDO, *O Rio de Janeiro*, I, 406), onde se alojou a Câmara Alta durante mais de cem anos. Era nesse recinto que se realizavam as sessões de assembléa geral, de que são documentos magníficos os quadros de Tirone, 1862 (Museu Histórico Nacional), de Victor Melrelles, 1871 (Museu de Belas Artes), uma aquarela de Henrique Fleiuss, 1859 (Instituto Histórico).

(2) MENEZES DRUMMOND, *A. da B. N.*, XIII, 139.

cólera, sem atender a mais nada. Não podia entretanto tardar o choque, entre os deputados, incompatíveis com os "aulicos", e estes, assustados de sua popularidade. Ameudaram-se as criticas. Censuras ásperas, diatribes e acusações, atingiram os ministros; e o Imperador, para recobrar as graças da opinião, achou melhor apegar-se ao proprio parlamento, renunciando ao arbitrio de nomeá-los livremente. Em 25 de Agosto de 26 propoz Bernardo Pereira de Vasconcelos, um dos tribunos infensos ao ministério, fosse este convidado a assistir às discussões da Assembléia (1). A indicação foi atendida em 9 de Agosto do ano seguinte. Instifuiu-se com isto a prática do comparecimento dos ministros às Camaras, para as explicações, requeridas ou necessárias. Suportariam o debate velhos magistrados ou cortezãos, alheios aos estilos parlamentares, serão por eles intimidados? Ficára para traz a epoca dos secretários feitos à imagem do marquês de Aguiar e de Tomaz Antonio. Precisava o Imperador de quem se defendesse, e o defendesse. Naturalmente não devia procurar longe da Camara, que reunia os valôres mais em evidencia do regime. Em 20 de Novembro (1827) organizou o seu primeiro ministério com dois deputados, Miguel Calmon, na pasta da fazenda, e Pedro de Araujo Lima, na do Império (2).

(1) BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELOS, *Carta aos srs. eleitores da provincia de Minas Gerais, Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano IX, p. 188. Este notavel tribuno se tornou naturalmente o chefe da opposição. Era ele com a palavra e Evaristo da Veiga com a pena, Nabuco, *Um Estadista do Império*, 1, 11. Que em 1828 ainda não desejava o parlamentarismo se vê de sua frase, "a pratica inglesa não deve ser adotada no Brasil". Limitava-se a querer a presença dos ministros para a discussão orçamentaria. *Carta cit.*

(2) P. CALMON, *O Marquês de Abrantes*, p. 95. Demais ministros: Estrangeiros, Oyenhausen, Justiça, Lucio Soares Teixeira de Gouvêa, marinha, almirante Diogo Jorge de Brito, guerra, Bento Barroso Pereira.

À sombra desta política de concórdia quiz D. Pedro I rehabilitar-se em face da Nação: apartou-se da marquês de Santos (1), mandou negociar na Europa o seu casamento com virtuosa princesa (2), contratou a paz no Prata; e resolveu temporariamente o problema português, resultante da sucessão da corôa, que lhe coube por morte de D. João VI (3), renunciando-a em favor da filha, D. Maria da Gloria, que se casaria com o infante D. Miguel, seu tio.

LEIS IMPORTANTES

São desse periodo algumas leis transcendentales: a começar pela de 11 de Agosto de 27, que creára os cursos jurídicos em São Paulo e Olinda (4), e a culminar na de 1 de Outubro de 28, que reorganizou os municipios, em proveito da autoridade central (5).

(1) O primeiro rompimento com a favorita foi em Maio de 1828; mas voltou em Abril de 29, para ser finalmente despedida em Agosto, com a noticia do contrato nupcial do Imperador. Vd. nossa *Vida de D. Pedro I*, ps. 176 e 201; e ALBERTO RANGEL, *D. Pedro I e a marquês de Santos*, p. 268, S. Paulo 1914.

(2) Opoz-se Metternich, por meios indirectos, ao casamento de D. Pedro I, contratado afinal na côrte da Baviera, por intermedio do coronel Brack, Dumoulin e visconde de Pedra Branca.

Recaiu a escolha na bela princesa Amelia de Leuchtenberg, filha do principe Eugenio, enteado de Napoleão, e de Luiza da Baviera.

(3) Faleceu D. João VI em 10 de Março de 1826.

(4) Discutira-se na Constituinte de 23 a criação dos cursos jurídicos; em 1825 estabelecera-os o ministro Estevão de Rezende no Rio de Janeiro; e afinal em 1827 foram localizados em Olinda e em S. Paulo, onde, segundo Aires do Casal, se premeditava situar a Universidade, em 1817, *op. cit.*, I, 163. Já era sensível em 1830 a influencia desses centros de cultura nos sucessos políticos, a despeito da severidade dos lentes, que vinham duma atmosfera "legitimista", e do pequeno numero dos estudantes. Vd. SPENCER VAMPRE, *Memórias para a Historia da Academia de S. Paulo*, 2 vols., S. Paulo 1924; CLOVIS BEVILAQUA, *História da Faculdade de Direito do Recife*, 2 vols., Rio 1927. Aliás trouxeram de Coimbra "os costumes, os ditos chistosos ou cabalísticos, até as denominações...", Penedo, in Nabuco, *op. cit.*, I, 14.

(5) Foi a lei da uniformidade municipal (leia-se TAVARES BASTOS, *A Provincia*, 2.a ed., p. 145, S. Paulo 1937), que fez as Camaras "corporações meramente administrativas" (art. 24), sem caracter politico,

Complementares da Constituição, a lei de 27 de Agosto de 28 dêra regimento aos Conselhos gerais de provincia, que funcionariam como corpos de consulta (1), e a de 18 de Setembro instituiria o Supremo Tribunal de Justiça (2).

A Caixa de Amortização (Lei de 15 de Novembro de 27) aparelhou-se para atender à divida fundada, cujo grande Livro se abriu com a inscrição do capital de 12 mil contos, sendo 6 mil destinados ao resgate das notas do Banco. A lei de 24 de Setembro de 1828 a este encampou, determinando igualmente o resgate anual de 5% do papel circulante. Eram assim possiveis orçamentos sinceros, que definissem os encargos e as posses do Estado — a debater-se na sua grande penúria. Élo entre as provincias, foi o serviço completo de Correios, que se organizou em 5 de Março de 29 (3). Instalada finalmente em 1826, três anos depois a Academia de belas artes oferecia à ad-

Cortines Laxe, *Comentário à lei de 1 de Out.*; LEVI CARNEIRO, *Problemas Municipais*, p. 27, Rio 1931. Foi fundado nessa lei, que o governo de 1842 mandou processar a Camara de Barbacena, com a observação de que não era política.

(1) Diz Drummond, anot. à biogr. *A. da N.*, XIII, 91, que os conselhos provinciais foram a novidade acrescentada ao projeto de Constituição dos Andradas. O primeiro que funcionou foi, em 1825, o de Minas Gerais, logo censurado pelo governo, tal a desenvoltura com que pediu a revogação do decr. sobre a navegação do Rio Doce VASCONCELOS, *Carta aos electores*, 1828, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano IX, p. 182.

(2) Vd. LAURENIO LAGO, *Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Militar*, p. 9, Rio 1940. Instalou-se o Tribunal a 9 de Janeiro de 1829, sob a presidencia do conselheiro José Albano Fragoso (1768-1843), ouvidor no Rio desde 1789, juiz das diligencias em Pernambuco em 1817, juiz em 1820 no processo sobre o assassinato de D. Gertrudes Angelica Pinto, desembargador do Paço no ano seguinte.

(3) ERNESTO SENNA, *Perfis e Rascunhos*, p. 97. Os Correios foram regulamentados novamente em 1844. Ocupava a Repartição a casa da rua Direita que fôra dos governadores, Dec. de 20 de Nov. de 42 adotou a reforma iniciada na Inglaterra em 1840 (com a selagem das cartas), e os primeiros selos brasileiros foram emitidos ("olhos de boi") em 1843. Descreve pitorescamente o serviço postal no Rio em 1862, CHARLES EXPILLY, *Mulheres e costumes do Brasil*, trad. de Gastão Penalva, p. 81, S. Paulo 1935.

miração pública a sua primeira Exposição de pintura. Cousa parisiense: um “salão”.

Preponderava “a escola liberal francesa...” (1). Não podia faltar-lhes a questão religiosa.

O Conselho Geral de São Paulo propoz à Câmara a abolição do celibato clerical, e o defendeu o padre Diogo Antonio Feijó, secundado pela ilustração e veemencia de outros sacerdotes, Drs. Antonio Maria de Moura e Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, possuídos da mesma intenção, de fazer acompanhar da reforma da Igreja a reforma do Estado (2).

“O Brasil não pôde já retrogradar — dizia em 1831 o orador sacro. A criação dos conselhos provinciais, a organização das camaras municipais, a instituição dos jurados, o estabelecimento dos juizes de paz afiançam ao Brasil uma estabilidade tão solida, e tão duradoura, que frustraria os ardis de todos os seus inimigos” (3).

Era a estrutura do Império, na ordem pública: em cada freguezia, à maneira inglêsa, juizes de paz, com funções judiciais, administrativas e de policia (Lei de 15 de Outubro de 1827 (4); para a generalidade

(1) JUSTINIANO DA ROCHA, art. “O Marquês do Paraná”, *Jornal do Comercio*, 13 de Set. de 1856, in *Rev. do Inst. Hist.*, Anais do 3.º Congr., II, 550.

(2) *Rev. do Inst. Hist.*, LIV, 2.ª parte, 139.

(3) MONTE ALVERNE, *Obras Oratorias*, IV, 120.

(4) Julgavam pequenas demandas, até 16\$, prendiam, havendo “evdencia”, com entrega do preso ao juiz criminal... AURELINO LEAL, *Hist. Judiciaria, Dic. do Inst. Hist.*, I, 1130 e 1179. Eram eleitos pela Camara municipal, com obrigação de servir. Tornaram-se, através das vereações, agentes do governo, para manter a ordem local, em vez dos antigos capitães-móres, tanto que o dec. de 12 de Fev. de 1830 mandou que os officia's de justiça fizessem as diligencias autorizadas pelos juizes de paz, independentemente de precatória. Sobre a evolução do conceito no Império, vd. J. M. P. DE VASCONCELOS, *Consultor Juridico*, ps. 140-5, Rio 1862. Praticamente elaboravam as eleições, pois tinham o privilegio de nomear as mesas, e estas manipulavam as listas como queriam, na confusão própria dos pleitos da época, JUSTINIANO

dos crimes, o tribunal popular (1); nimamente liberal, o código repressivo (sancionado a 16 de Dezembro de 1830)... Este substituiu enfim o sistema atroz das Ordenações (2). Exemplo da nova benevolencia: tentativa de destronamento ou atentado contra o Imperador seria punida com 5 a 15 anos de prisão... Por menos mandára Pombal supliciar os Távoras no cães da Junqueira!

MAS FINANÇAS

O peor eram as finanças.

Devorado o produto do empréstimo de 1824 pelas necessidades do Tesouro, sobrecarregada a sua divida com os 2 milhões dados a Portugal, quando, em 1829, mandou o Imperador pedir mais dinheiro a Rothschild, conseguiu sómente 400 mil libras, mas ao tipo de 52, ou 280.000... Este, era o clima da falen-

JOSÉ DA ROCHA, *Ação, Reação, Transação, Duas palavras sobre a atualidade politica do Brasil*, p. 40, Rio 1855.

Veremos que em 1841 foram arredados, para que lhes fizessem as vezes os delegados de policia, em nome da centralização politica.

A liberal instituição dos *juizes de paz* ajudou a pronta derrubada do primeiro reinado.

(1) Leia-se o que do jurl disse RUY BARBOSA, *Coment. à Const. Fed. Brasileira*, VI, 132, S. Paulo 1934 (publ. por Homero Pires); e ALFREDO PINTO, *O Juri*, p. 15, S. Paulo 1893. Aparecera, para os crimes de imprensa, dec. de 18 de Julho de 1822. Previu-o a *Constituição*, art. 151. Regulou-o a lei de 20 de Set. de 1830 e o consagrou o *Código do Processo Criminal*, de 1832, a que aludiremos. VASCONCELOS, *Carta aos eleitores*, 1828, enumerou os casos de delitos de Imprensa subtraídos ao jurl pela prepotencia do governo, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano IX, p. 180.

(2) Os projéto de Código Criminal foram de José Clemente e Bernardo Pereira de Vasconcelos, mas a comissão mixta preferiu o deste, aprovado pela Camara e pelo Senado, entre Junho e Novembro de 1830, AURELINO LEAL, *op. cit.*, p. 1137. Portanto "evoca a excelsa figura do estadista" que tantos serviços prestára já à organização do Estado, A. J. DA COSTA E SILVA, *Código Penal*, I, 5, S. Paulo 1943; também TOMAZ ALVES, *Anot. Teóricas e práticas ao Cod. Crim.*, I, 31, Rio 1886, e CANDIDO DE OLIVEIRA, *Curso de Legislação Comparada*, p. 196, Rio 1903.

cia. Não se tratava, talvez, de desconfiança internacional. O estado das finanças brasileiras era caótico, na interdependência de seus erros. Agravava-o a singularidade do meio circulante. Isto vinha de 1809. O valor excessivo da prata espanhola e do cobre levava o governo a tirar da recunhagem uma renda que, finalmente, lesava o comércio, obrigado a aceitar pelo valor oficial moedas que custavam, no troco externo, menos 28% e 30% (1). Era natural que os particulares se associassem à "indústria", estimulados, na falsificação do cobre, pela fabricação de grande massa de moeda desse metal em Cachoeira, na Bahia, em 1823, incorporada no meio circulante e notável pela imperfeição dos cunhos. Pelo Rio Grande entrou, contrabandeada, enorme quantidade de prata; na Bahia (2) e no estrangeiro (3), proliferaram fábricas de cobre falso, que correu livremente aos olhos atônitos da administração — incapaz de o distinguir do verdadeiro. Conhecia-se pelo ruído: o "chen-chen".

A moeda má expelira a boa. Era inevitável. Baladamente se proibiu a exportação do dinheiro metálico (3 de Março de 1827). A emissão de notas do Banco de baixo valor (4 de Julho de 28) não corrigiu a crise. A repressão dos falsários equiparou-se aos arreganhos do absolutismo, nem faltou quem lhes atribuisse o assassinato do visconde de Camamú, presidente da Bahia, em 1830. Pôde-se dizer que a moeda falsa foi mais forte que o reinado de D. Pedro I, pois sómente em 1833 logrou a Regência arrancá-la ao comércio provincial, com a lei razoável que limitou o troco em cobre a 1\$. Derramaram-se no mer-

(1) ARMITAGE, *op. cit.*, p. 182.

(2) B. DO AMARAL, *Hist. da Baía do Império à República*, p. 39.

(3) ARMITAGE, *obd.*, p. 246 (transcrevendo a referência da "Aurora", 24 de Set. de 1834, a quatro fábricas norte-americanas de cobre falso).

cado, para substituí-lo, as notas inconvertíveis do Tesouro (1). O que não pôde a policia, conseguiu a emissão. Como a prata vencera o ouro e o cobre vencera a prata, o papel venceu o cobre. Desapareceu o "chen-chen". Antes, porém, acabou o reinado.

A SUCESSÃO PORTUGUESA

A "questão portuguesa" agravou a impopularidade de D. Pedro, obrigado agora a interessar-se pelo que ocorria em além-mar, e também acusado de comprometer nisso os créditos do Brasil (2). Tudo o que então recordasse Reino "unido" era suspeito à

(1) AGENOR DE ROURE, in *Diccionario do Instituto Histórico*, p. 1090, Rio 1922 (*História Economica e Financeira*).

(2) D. Pedro I abdicou a corôa portuguesa — reconhecendo a legitimidade da successão, o que era fundamental — em 2 de Maio de 1826, em favor de D. Maria da Gloria, que havia de sublr ao trono com o nome de D. Maria II (1819-1853). Portanto, entre 24 de Abril, quando lhe chegou a noticia do falecimento do pae, e aquella data, se achou "legitimo rei de Portugal" (não temeu dizer na *Fala do Trono* do dia 3). Em 29 de Abril, nessa categoria, outorgou a *Carta Constitucional* que passaria a reger Portugal, imitada da brasileira, com a particularidade de estabelecer, em vez do Senado eletivo, o "parlamento" hereditário, proprio da monarchia velha. A "dação" da Carta definia-o liberal, contra a corrente absolutista, que prevalecera em 1823, e seria por chefe o infante D. Miguel, pretendente da corôa pelo mesmo argumento, de haver o irmão abandonado a nacionalidade e de sua ideologia contrária aos conservadores. Levou sir Charles Stuart Carta e decretos. (Vd. CARLOS DE PASSOS, *D. Pedro I e D. Miguel I*, p. 32, Porto 1936). Sobrevieram as insurreições absolutistas apoiadas pelo governo espanhol; nomeou D. Pedro o irmão regente do Reino; aceitou este a aclamação que os seus partidários promoveram, como rei legitimo; os liberais emigraram; formou-se, na ilha Terceira, o governo de resistencia à "invasão"; enviou o Imperador a filha, em companhia de Barbacena (e sob os cuidados da condessa de Itapagipe), para pessoalmente apresentar-se à corte d'Austria, afim de reaver a simpatia das potencias; preferiu Barbacena pedir o auxilio inglês; e com isto, rompeu a luta, que terminaria com a reconquista do Reino pelo primogenito de D. João VI. Luta profunda e terrivel, vd. JULIO DE CASTILHO, *Memórias de Castilho*, II, 145, pelejada do lado de D. Miguel, pelo absolutismo que não mudava desde o seculo XVIII, CARLOS OLAVO, *A vida turbulenta do P. José Agostinho de Macedo*, p. 252, Lisboa. Os liberais portugueses, entretanto, se queixavam da indiferença de D. Pedro, que, até 1831, se limitara a mandar 12 mil esterlinos de seu bolso e a querer casar a filha com o duque de Nemours, filho do novo rei dos francezes. CONDE DE LAVRADIO, *Memórias*, I, 346-8, Coimbra

exaltação nativista, da Independência, complicada com as iras liberais, de tantas agitações sufocadas. Quando tivessem estas a direção, duma imprensa opinativa, o Imperador se acharia de novo a braços com a revolução.

O aparecimento da "Aurora Fluminense", jornal logo dominado pelos talentos de Evaristo Ferreira da Veiga (1) — em 21 de Dezembro de 1827 — assinalou o início dessa marcha, da quiétação, subsequente às lutas do norte, para o formal combate ao trôno, três anos depois. Não deixa de ser significativa a acusação preliminar, que lhe fez a "Gazeta do Rio", dando-a por órgão de Januario da Cunha Barbosa, "com toda a súcia do Pessôa, Ledo, Sousa França, etc." (2). De fáto, representava o retôrno dos "moderados", que se batiam pelos "direitos do homem" — e pela monarquia constitucional, com o ministério responsavel, asseguradas as garantias dos cidadãos. Dessa doutrina serena para a denuncia calorosa dos abusos do poder, foi um passo. A desen-

1932. Para a diplomacia da questão, vd. memorial do marquês de Rezende, *Rev. do Inst. Hist.*, v. 80, p. 299 e segs.

Um curioso ms. no arq. de Homem de Mello (hoje com o Dr. David Carneiro, Curitiba) informa que o Imperador ouviu o seu ministro Clemente Ferreira França sobre a possibilidade de continuar rei de Portugal, governando o Brasil. Perguntava: "Se é util, ou poderá vir a ser, que do Brasil seja governada uma Nação europeia e sendo esta a Portuguesa?" O ministro achava que sim.

(1) Havia vários periodicos em 1826, vd. MAX FLEIUSS, *Hist. da Imprensa, Dic. do Inst. Hist.*, p. 1556, porém "A Astrée", de José Joaquim Vieira Souto, era o unico em condições de substituir os de 1822. Em 1824 fundou o francês Pedro Plancher a sua tipografia e nesse ano imprimiu "O Spectador Brasileiro", extinto em 1827, mezes antes da publicação do "Jornal do Comércio", pelo mesmo editor, em 1 de Outubro. (FELIX PACHECO, *Un Français-brésilien*, p. 198, Rio 1924). Na *Carta aos eleitores* de 1828, assina'a Bernardo de Vasconcelos o resurgimento da imprensa, ainda tão perigoso, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano IX, p. 180. De 1827 foi igualmente o primeiro periodico de S. Paulo (de José da Costa Carvalho), que levava a epigrafe, "La Liberté est une enclume qui usera tous les marteaux".

(2) OCTAVIO TARQUINIO DE SOUSA, *Evaristo da Veiga*, p. 64, S Paulo 1939.

voltura da "Aurora" e da "Astréa", na côrte, deu o modelo para as fôlhas que logo proliferaram nas províncias (1). Assentaram as convicções, até então hesitantes: queria-se menos arbitrio... As dificuldades militares no Prata, com o fracasso de Barbacena, em Fevereiro de 1827, pareciam justificar o apêlo aos mercenários, que viessem aumentar os efetivos do Império, na guerra e na paz. Vimos que irlandêses e alemães, enfurecidos pelos máos tratos, se rebelaram no Rio, de 9 a 11 de Junho de 28. Não perdoou D. Pedro ao gabinete — organizado em 20 de Novembro — a imprevidencia revelada naquela crise, e o demitiu (2). Só a circumstancia de não ter o parlamento concorrido para a substituição dos ministros, condenaria os seus sucessores: mas José Clemente Pereira, na pasta da Justiça, tinha ainda contra si a condição de português, pósta à prova no momento mais árduo da "questão de Portugal" (3). Reacendeu-se,

(1) Em 1828 havia no país 31 jornais, sendo nove no Rio e 22 nas províncias, FLEIUSS, *op. cit.*, p. 1557. "O jornalismo brasileiro tomara uma feição nova com o aparecimento da "Aurora Fluminense" em 1827, NABUCO, *Um Estadista do Imperio*, I, 11. CAIRU, por exemplo, de Abril a Agosto de 1828, publicou 31 numeros de "Honra do Brasil desafrentada de insultos da Astréa espadachina" (assinando "Escandalizado"). Diz João Lisboa na biografia de Odorico Mendes: "Da Astréa foi fundador com Vergueiro, Feijó, Costa Carvalho e outros. Obras, II, 499. Em 1830, para não atacarem pessoalmente o Imperador, os jornais atacavam o Poder. Era anagrama de Pedro, revelou João Loureiro, em carta para Lisboa, de 20 de Novembro daquele ano, ms. no Arq. Hist. Col., inéd. Para não citarem o monarca, falavam do Poder...

(2) Dada a demissão ao ministro da guerra Bento Barroso Pereira (15 de Junho), se exoneraram os demais ministros, com exceção do marquês de Aracati, sendo que Miguel Calmon voltou em 25 de Setembro á pasta da fazenda.

(3) José Clemente tornou-se chefe do "partido português" (DRUMMOND, *A. da B. N.*, XIII, 141). Agravou a impopularidade do Imperador e o comprometeu aos olhos do nacionalismo exaltado. Depois se diria, houve "manejos" em 1828 e 29 "para se proclamar o absolutismo debaixo das formas de uma mudança na Constituição..." (Manifesto, em 1842, de José Feliciano Pinto Coelho, Martins de Andrade, *A Revolução de 1842*, p. 176, Rio 1942). "Sou também arguido de ser o protetor da Sociedade das Colunas de Pernambuco..." defendeu-se José Clemente em 1827, *Rev. do Inst. do Ceará*, XXVII, 283. Havia de confirmar, no segundo Reinado, essa fidelidade ao trono.

em 1829, a flama da opposição. A nomeação duma comissão militar para Pernambuco quasi levou ao banco dos réos os ministros Lucio de Gouvêa e general Oliveira Alvares, cuja accusação caíu na Camara por 39 votos contra 32. Empenhou-se o Imperador em salvar os ministros (1). “E’ sem duvida este o primeiro dia constitucional que o Brasil vai presenciar”, disse o padre Feijó. Ou pelo menos, a experiencia do sistema, ousando a assembléia desafiar o trôno. O Imperador encerrou-lhe os trabalhos em 3 de Setembro — fim da primeira legislatura —, sem discurso, e com estas palavras bruscas: “Augustos e dignissimos representantes da Nação Brasileira. Está fechada a sessão”.

BARBACENA

Mas não lhe faltavam promessas amáveis de conciliação. O casamento com a princêsa D. Amelia de Leuchtenberg, foi celebrado em 17 de Outubro (e assinalado pela creação da *Ordem da Rosa*, nova condecoração do Império) (2). Em 4 de Dezembro Barbacena — cheio de importancia porque bem se desempenhára de suas grâves funções diplomaticas — teve o encargo de organizar ministério, ficando com a pasta da fazenda. Governo de congraçamento (3), justificava-se ainda pela impressão que na côrte fize-

(1) DRUMMOND, *op. cit.*, 146; MARQUÊS DE SANTA CRUZ, *Memórias*, p. 65; *Anals da Camara*, v. IV, 124, 1829; JOÃO LISBOA, *Obras*, II, 500.

(2) As pequenas rosas da insignia referiam-se ás do vestido de noiva da linda princêsa, filha do principe Eugenio, enteado de Napoleão, embora ‘se pudesse tambem ver na *ordem da Rosa* uma reminiscencia maçonica, das *ordens* com este nome creadas em 1778 por Chaumont, Alex. de Saint-Albin, *op. cit.*, 196.

(3) ARMITAGE, *op. cit.*, 189. Pela primeira vez um estadista formava gabinete, Indicando os ministros ao Imperador.

ram as eleições de 1828 para a seguinte legislatura, desfavoráveis ao trono nas grandes províncias (1).

O livreiro Plancher previu na sua folhinha para 1830 grandes tempestades... políticas (2). Era fácil profetizá-las. Em Minas Gerais Vasconcelos não sómente se elegera, como a Martim Francisco, Evaristo e Vieira Souto, estes os intrépidos jornalistas do Rio. Se antes das eleições havia a expectativa de um progresso democrático, depois delas houve a certêza de uma profunda reforma do país, com a corôa, se a adotasse, ou contra a corôa, esmagando-a, se a repelisse. Para principio de opposição servia o caso do "gabinete secreto", que se reduzia à impopularidade do secretario privado de D. Pedro I, o temivel "Chalacha" (3). Barbacena, para prevenir o temporal que se avizinhava, induziu o Imperador a despedi-lo, juntamente com o valido João da Rocha Pinto. Foram mandados para a Europa. Vingou-se o "Chalacha" intri-

(1) E' característica a moção da Camaça de S. Paulo à assembléia geral na inauguração da 2.^a legislatura, *Atas da Camara Municipal de S. Paulo*, XXV, 151.

O "*Jornal do Comercio*", de 14 de Maio de 1830, registou: "Uma tal união entre os Representantes da Nação e os Ministros do Governo nos augura um futuro bem diferente daquele que nos ameaçava no ano passado".

(2) *Farol Paulistano*, n. 272, 1830. Previa, por exemplo, "grande receio para o Paço dos srs. Deputados..." Só faltava dizer que a Camara seria dissolvida.

(3) Francisco Gomes da Silva, o "Chalacha", fôra nomeado secretario particular em 4 de Abril de 1825, "este o principio do gabinete particular... chamado pelos inimigos de S. M. ...gabinete secreto", *Memorias do cons. Francisco Gomes da Silva*, 2.^a ed., p. 98. Em 1836 contou Calmon (Abrantes) na Camara: "no passado governo houve um homem corajoso que perguntou ao Imperador D. Pedro I: Tanta importancia dá V. M. I. a F. (um dos seus validos) que o queria pôr em uma concha da balança e na outra o Imperio do Brasil?" (P. CALMON, *O Marquês de Abrantes*, p. 128). Rocha Pinto fôra em 1827 incumbido de trazer ao Rio o infante D. Miguel, conde de Lavradio, *Memorias*, I, 182. Quanto ao "Chalacha", tinha a intimidade e os segredos do amo, tanto que a baronêsa de Sorocaba, irmã da marquêsa de Santos e tambem favorita de S. M. I., dizia ser ele a pessoa a quem mais obrigações devia na vida, *An. da Bibl. Nac.*, LIV, v. 1.^o, p. 447.

gando, na correspondência que nunca deixou de manter com o amo, o ministro que o expulsára do Paço: acusou-o de ter gerido mal as despesas feitas com a viagem da sra. D. Maria da Gloria. Ouvidos abertos à intriga, D. Pedro exigiu abruptamente de Barbacena a prestação de contas e, para que a fizesse, demitiu-o em 2 de Outubro de 1830 (1). A injúria importou a adesão de Barbacena aos liberais, exatamente quando a queda da monarquia legitimista em França dava o sinal para o deliquio e a extinção dos governos omnipotentes!

Soube-se no Rio da revolução de Paris — de Julho de 1830 — em 14 de Setembro. E' imaginar a emoção que despertou (2). Em 1823 arrimára-se o trono às doutrinas da Santa Aliança: estava em moda o poder absoluto. Em 1825, podia o intendente de policia apavorar a cidade com o "toque do Aragão", porque era crime insurgir-se alguém contra a situação reinante. Agora, desfraldada a bandeira da Revolução francesa, crime havia de ser a fidelidade, anacrônica, ao Imperador bifronte — muito liberal para os portugueses, tirânico para os brasileiros... (3).

(1) Em carta de 15 de Dez. de 30, ao Imperador, Barbacena atribuiu a manobra ao partido de José Clemente, ou reaccionario, *O Marquês de Abrantes*, p. 141. "...E' evidente que eu não pedi demissão", garantiu em carta ao sucessor, 1 de Outubro, ms. An. da Bibl. Nac., LIV, v. 1.º, p. 368. Ligou-se então a Evaristo da Veiga, como revelou o visconde de Barbacena, seu filho, nas declarações que se lêem no *Atmanach Garnier*, Rio 1907.

(2) ARMITAGE, *op. cit.*, p. 194.

(3) Ignorava-se no Rio, por exemplo, que o marquês de Santo Amaro fôra à Europa em missão especial para monarquizar... a América, P. CALMON, *O Marquês de Abrantes*, p. 132, instruções in Calogeras, *A Política Exterior do Império*, II, 477-8. Foram conhecidas em Buenos Aires por informação do *Foreign Office*, em 1841. Chateaubriand — note-se bem — considerara a idéa de dividir a America em monarquias uma grande idéa, *Voyages et melanges litteraires*, p. 219, Paris 1862, e, apesar de sua aparente extravagancia, tinha adeptos em todos os países americanos de lingua espanhola, sinceros ou eventuais, desde San Martin ou Manuel José Garcia, à geração que assistiu a aventura mexicana de Maximiliano, fim de série.

"COLUNAS" E "JARDINEIRA"

Chocavam-se de novo conservadores irredutíveis (os "colunas") (1) e a maçonaria liberal (a "jardineira"), que se reorganizara, ramificando-se na corte e nas províncias. Do lado dessa difusa agremiação

(1) ARMITAGE, *op. cit.*, p. 186. No manifesto de 1867, Borges da Fonseca, o "Republico", disse que, em 1828, a sociedade secreta "Coluna do Trono" (cuja dissolução em 1823 noticiamos) era combatida na corte pela "Jardineira", ou "Carpinteiros de S. José", sendo ele um dos organizadores da filial na Paraíba, ocasião em que fundou o seu primeiro jornal, "Gazeta Paraibana". HELIO VIANA, in *Cultura Política*, n. 40, p. 152. (Maio de 1944). Confessou José Clemente em 1827 que a Sociedade dos Colunas de Pernambuco pedira licença para funcionar; foi negada. A "Sociedade dos Colunas está intacta" escrevia o *Farol Paulistano*, em 19 de janeiro de 1830. Assim do "Club dos Amigos Unidos", de que falaremos, originariamente proveiu o Grande Oriente do Passeio Público", e do qual foi um dos presidentes honorários Cipriano Barata, TEOFILO OTTONI, *Circular dedicada aos srs. eleitores*, ps. 10-6, 2.^a ed., Em 1831-32 esse Grande Oriente jurou a Constituição Maçônica Brasileira (vd. v. g. *prancha* de 4 de Out. de 32, *Rev. do Inst. Hist.*, n. 77, parte 1.^a, p. 128, com os Ottoni, João Mendes Viana e outros, *Ano Biográfico, Suplemento*, p. 260). Da atividade maçônica na Bahia deu notícia ao imperador o marquês de Barbacena, carta de 4 de Set. de 1827, A. A. AGUIAR, *op. cit.*, referindo-se talvez ao Gr. Oriente Carbonario da Bahia, denunciado de Buenos Aires em 1823, *Arq. Diplomático da Indep.*, V. 266. O nome era coimbrão. "Durante a época do governo constitucional havia uma sociedade secreta de *jardineiros*, estabelecida em umas casas grandes na rua do Cabido...", JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO, *Apontamentos para a História Contemporânea*, p. 56 Coimbra 1868. Adverte TEOFILO BRAGA, *História da Universidade de Coimbra*, IV, 327, Lisboa 1902, fundadora Garrett em 1820 a sociedade *Keoporatica*, do grego *Keoporos, jardim*, renovada ou fundada com a dos *Jardinelros*, em 1821, tendo pertencido à primeira Francisco Gê Acayaba de Montezuma, *propugnador das lojas maçônicas no Brasil*". É fácil induzir que a designação genérica, *jardineiros*, vinda da Universidade com Montezuma e outros bachareis, perdurasse aqui, na acepção de maçonaria liberal, que tivera em 1820-21. A soc. da "*Jardineira*" era principalmente organizada por bachareis novos e estudantes de Coimbra, doc. de Funchal, 18 de Out. de 1825, *An. da Bibl. Nac., de Mar. e Ultr.*, II, 181. Já na Constituinte se referia Nogueira da Gama (Baependi) a "seitas de carbonarios, de *jardinelros* e de outras..." A. DE ROURE, *Rev. do Inst. Hist., Congr. de Hist. da amer.*, VI, 464. O fato é que — lembrou na Câmara Tristão de Araripe, em 24 de Maio de 1873 — "tudo quanto foi ilustre no Brasil ha pertencido á maçonaria, politicos, clerigos, militares... até a "questão religiosa", que estabeleceu a separação, entre ella e a Igreja, no Brasil. E Justiniano José da Rocha: "entregue (o país) á ação de sociedades secretas..." (art. "*O Marquês de Paraná*", *cit.*).

ção estava a juventude. As idéias sobrepuzaram-se à moderação e à prudência, que tinham prevalecido depois da dissolução da Constituinte. As notícias de Paris sugeriam violência, barricadas, nacionalismo fulgurante. Para a explosão, bastava um pretexto. Dois crimes misteriosos agravaram, por esse tempo, o mal estar geral. Na Bahia, foi assassinado por um desconhecido, jamais apanhado pela justiça, o presidente, visconde de Camamu. Perdeu com ele o Imperador um adépto intransigente. O jornalista Libero Badaró, que em São Paulo se distinguira na defesa dos princípios democraticos, tombou mortalmente ferido em plena rua, por três sicarios, que também desapareceram (1). Num caso, o crime foi atribuído aos inimigos do trôno; no outro, a seus asséclas. De fáto, indicavam os dois que a tempestade se aproximava.

(1) Já em 1828 denunciava o visconde os planos revolucionarios que se concertavam na Bahia (Folheto na Bibl. Nac., IV, 318, 6, 9 n. 16). Foi assassinado em 28 de Fev. de 1830, por um homem a cavalo, talvez a soldo de moedeiros falsos, ali perseguidos; e Badaró em 20 de Outubro. Este, medico italiano, grangeára fama pelos artigos no *Observador Constitucional*, que fundára em 1829, com o auxilio de Costa Carvalho. Podemos admitir que esse jornal, como no ano seguinte o *Republico*, obedecia ao programa dos "jardineiros". Não faltou quem attribuisse o crime a ordens do Imperador, inocente (Vd. S. VAMPRE, *Memorias para a Historia da Academia de S. Paulo*, I, 191, S. Paulo 1924, PAULO CURSINO DE MOURA, *S. Paulo no tempo de outr'ora*, p. 60, S. Paulo 1943). Aliás a vereação paulista acusou o ouvidor des. Candido Ladisláo Japiassú, *Registo da Camara de S. Paulo*, XX, 558, que mandára abrir insolita devassa, porque, em 5 de Outubro, varias pessoas iluminaram as janelas, festejando a queda do absolutismo em França, *Registo cit.*, p. 482. *O Farol Paulistano*, 8 de Fev. de 31, considerava-o culpado. A denunciá da Camara de S. Paulo, 20 de Dez. de 1830, *Rev. do Inst. Hist. da Bahia*, n. 54, p. 208. Nem faltará, em 10 de Outubro, quem, com o pseudonimo "um brasileiro", lembrasse ao Imperador a dissolução da Academia de Direito de S. Paulo, ms. no arq. do castelo d'Eu, *An. da Bibl. Nac.*, LIV, v. I.º, p. 368. Ao enterro de Badaró compareceram 5 mil pessoas e mais de 800 tochas, noticiou o *Observador Constitucional*, de 26 de Nov., cf. O. TARQUINIO DE SOUSA, *Diogo Antonio Fetjó*, p. 102.

Japiassú defendeu mais tarde José Bonifacio (1833), e o alegou apresentando-se ao eleitorado da Bahia, *Correio Mercantil*, 21 de Out. de 1847. Era filho do velho patriota João Ladisláo de Figueiredo e Melo, vd. EVARISTO LADISLÁO E SILVA, *Memorias etc.*, p. 140.

TURBULENCIA

Quiz D. Pedro recuperar o seu prestígio indo a Minas Gerais, com a intenção, além disto, de auxiliar a reeleição do ministro José Antonio da Silva Maia. Encontrou, por toda parte, frieza, indisposição, animos hostis. Não ocultou, de volta, o desengano (1). Como para compensar a impopularidade do Imperador, tiveram os seus adeptos na corte a idéia de recebê-lo festivamente — em 13 de Março de 31. À frente da comemoração estavam naturalmente os portugueses do comércio: iluminaram as casas, dêram às ruas centrais um aspecto de júbilo público... A facção liberal, tomando por desafio o espetáculo, correu naquela noite sobre os armazens e lojas, numa grande assuada, e o conflito se generalizou. Foi a “noite das garrafadas”, porque, com elas, se defenderam os caixeiros... (2). Não passou duma arruaça, entre civis, a cacête e vidros, com prejuizo das lumi-

(1) O padre Manuel Rodrigues da Costa (antigo inconfidente, de 1789), lembrou a D. Pedro II, em 1842, que D. Pedro I fora seu hóspede em Minas, e, desanimado, o abraçara, dizendo, com lágrimas: “Padre Manuel Rodrigues, a Deus, até o outro mundo”. Banhado em lagrimas, perguntel-lhe, se não era possível evitar as apreensões que o cercavam, ele chorou também, e não me respondeu...”

Ao jovem deputado Manuel Antonio Galvão, a quem encontrou no caminho de Ouro Preto, disse confidencialmente que abdicaria... ARAUJO PORTO ALEGRE, discurso, *Rev. do Inst. Hist.*, v. 15, p. 533.

“Nessas mesmas cidades onde em 1822 fora ele objeto de toda as afeições, celebravam-se diante de seus olhos exequias em honra de Badaró. Em muitas delas era a saída ou entrada de S.S. M. M. seguida do lúgubre som dos sinos, que soavam nos campanários”, JOSÉ ANTONIO MARINHO, *Historia do movimento político que no ano de 1842 teve na provincia de Minas Gerais*, p. 32, ed., com. Lafayette 1939.

(2) Os conflitos prolongaram-se de 11 a 13, exacerbados por Indiscretos “vivas a Pedro IV e D. Maria II, e aos portugueses”, como extranhiaram vereadores mineiros, *Astôr de Minas*, 14 de Abril de 1831, in Alfredo Valladão, *Campanha da Princesa*, II, 77, Rio 1940.

No dia 20, conta Boesche, *Quadros Alternados*, D. Pedro foi friamente recebido pelo povo quando passou em revista a tropa, e correu a chicote um grupo de andrajosos, que deram vivas... (TAUNAY, *An. do Mus. Paul.*, III, 99). Sobre o ambiente, cartas de Pontois, cf. ALBERTO RANGEL, *A Educação do Príncipe*, p. 54.

nárias póstas em honra do Imperador; porém este percebeu que perdera a segurança, sentiu fugir-lhe o apoio da guarnição militar, com o retraimento dos oficiais, e no dia 19 mudou de ministerio. Apelava para os moderados. Deu o comando das armas ao general Francisco de Lima e Silva.

D. Pedro I já não contava com o exercito. Em 1823, as altas patentes e parte da tropa dependiam dele, contra a excitação nativista, que os investia. Em sete anos, tinham subido de posto muitos oficiais brasileiros; formára-se, nos quartéis, uma consciência politica, feita das ressonancias da imprensa democratica, das desconfianças, que provinham do imperial lusitanismo; e em breve os mesmos tumultos do espirito civil agitavam os batalhões impacientes. Ofuscára-se a reputação dos chefes severos, quasi todos portuguezes. A despeito da sua participação na campanha de 1824, Francisco de Lima e Silva, nascido no país e de patriotismo insuspeito, passára ao primeiro plano, dos nomes do dia. Era uma esperança! (1).

Julgava o Imperador que, entregando o governo a brasileiros de boa fama, pacificaría a cidade.

Iludia-se, ou era tarde.

Um grupo de parlamentares destacara-se em 17 de Março para representar-lhe sobre a necessidade de desagrar os brios nacionais. Reuniam-se em casa do padre José Custodio Dias (2). Formaram o núcleo politico da revolução, latente. O seu núcleo

(1) No comando das armas de S. Paulo consolidára o conceito ganho no norte pela moderação e pelo at'lamento. A Camara Municipal de 1829, cujo tom oposicion'ista era acêrbo, designou-o para dar os cumprimentos ao Imperador por seu casamento (*Registo da Camara de S. Paulo*, XX, 270).

(2) 23 deputados e o senador Vergueiro, que assignaram a representação de 17 de Março, foram os que, em 6 de Abril, se puzeram à frente da revolução. A casa do padre era a *Chacara da Floresta*, ao sopé do morro do Castelo. Evaristo redigiu o documento. Ha de datar-se desta manifestação a "abrilada". Vergueiro era virtualmente

intelectual era a redação d'A *Aurora Fluminense* muito ligada à academia militar, cujos professores e estudantes desempenharam papel saliente em 7 de Abril. A sociedade secreta que os articulava chamou-se "Club dos Amigos Unidos" (2).

Pouco fizeram os novos ministros. Faltava-lhes confiança, ou a firmêza necessaria, donde o acto de 5 de Abril, que os substituiu subitamente por um gabinete de amigos certos (2). Foi o "dos marquêses", bons em 1824, agora intoleraveis, pela incondicional fidelidade ao Imperador — escôlha provocante, que poz por terra o primeiro Reinado.

O mez começara aliás sob o signo da insurreição nativista (3). Como que havia uma palavra de ordem

o chefe, embora o posto competisse a Vasconcelos, então em Minas; "o segundo na preponderancia era Evaristo", decido à revolta depois da "noite das garrafadas", ARMITAGE, *op. cit.*, p. 215). Não falavam em república. Pereira Pinto diz ter ouvido a pessoa da familia de Vergueiro, que este diz'a: "Se o Sr. D. Pedro I abandonar a corôa, viva o Sr. D. Pedro II", (*Rev. do Inst. Hist.*, XXIX, parte 2.^a, p. 50).

(1) T. OTTONI, *Circular*, p. 10, 2.a (vd. nota anterior sobre a maçonaria em 1830).

(2) Imperio, marquês de Inhambupe; estrangeiros, Aracati, fazenda, Baependi; guerra, Lages; marinha, Paranaguá; Justiça, visconde de Alcantara.

(3) Em 3 de Abril Minas começara a levantar-se, TEÓFILO OTTONI, *Circular*, 2.^a ed., p. 13. No dia 4, na Bahia, os nativistas se armaram no forte do Barbalho e marcharam sobre o de S. Pedro onde estava o comandante das armas, general João Crisostomo Callado, exigindo a demissão deste, que foi logo dada pelo govno, como propôs Antonio Pereira Rebouças, que o diz nas *Recordações da Vida Parlamentar*, I, I, R'º 1870. Substituiu-o o visconde de Pirajá, P. CALMON, *Hist. da Casa da Torre*, p. 166. *Publ. do Arq. Publ. da Bahia, A Revolução de 7 de Novembro*, II, 297. Em 18 de Out. de 1830 na Camara de S. Paulo propunha-se a criação de guardas nacionais para a defesa da Constituição, *Actas*, XXV, 238. Recusaram-se os professores de Direito a festejar com a oração de costume o aniversario do Imperador, naquele ano, SPENCER VAMPRE, *Memorias para a Historia da Academia de S. Paulo*, I, 190. Para o "Te Deum" de 25 de Março, no Rio, comemorativo da Constituição, não fo' convidado o Imperador, que todavia compareceu, para dizer: "Tudo para o povo, nada pelo povo". Fez o sermão do dia frei Monte Ailverne, *Obras Oratorias*, IV, III e segs. Em 1 de Abril começou a agitação na corte, com o boato de que seria desarmada a arti-

para as províncias, um plano maduro de revolução (1), a que se tinham filiado — depois da “noite das garrafadas” — todos os liberais. Na côrte, estrugiu o tumulto ao cair a tarde de 6 de Abril. Circulará a noticia da volta do absolutismo. Logo — atendendo à convocação dos “clubs” — se encheu de povo o campo de Sant’Ana, em frente ao quartel da infantaria: estavam ali os deputados liberais, com Evaristo à frente, Borges da Fonseca, panfletário do “Repúblico” (2), estudantes armados (3), de três a quatro mil pessoas. Vendo aquilo, o governador das armas achou melhor secundar os esforços dos juizes de paz, que nada tinham conseguido do Imperador, indo dizer-lhe que a multidão pedia a volta dos ministros demitidos. Às 9 da noite foi à Quinta da Bôa Vista. D. Pedro teimou, que não atendia. O mais que podia fazer era reorganizar o ministério. De regresso ao Campo, encontrou os soldados no meio do povo, confra-

Iharia, no quartel do largo do Moura... Os acontecimentos de 1889 repetiram neste detalhe os de 1831.

Em 6 de Abril subievou-se a vila do Príncipe, em Minas, OTTONI, *op. cit.*, 12-3.

(1) Barata fôra solto em Outubro de 1880 e a 17 de Novembro partira para a Bahia, naturalmente como um dos emissarios da conjura. “*O Republico*” estampou-lhe as despedidas. Publicou na Bahia “*Sentinelas da Liberdade na guarita do forte de S. Pedro*” HELIO VIANA, *op. cit.*, p. 481. Remetido para o Rio, insuflou a revolta da artilharia da marinha em 7 de Out. de 1831. Libertado em 1833, passou a viver em Recife, afinal, e pobremente, em Natal, onde morreu a 1 de Junho de 1838, CAMARA CASCUDO, *O Doutor Barata*, p. 62.

(2) Ardente jornalista pernambucano, Borges da Fonseca, com outro “*Republico*”, editado em Recife, figurou nos acontecimentos de 1848, como exaltado nacionalista, vd. NABUCO, *Um Estadista do Império*, 1, 379 e segs. Em 1859-60 — completamos — por ocasião da viagem de Pedro II a Pernambuco, declarou afinal a sua conciliação com o trono. De fato o combatera desde 1828, quando na Paraíba, se iniciou no jornalismo, HELIO VIANA, in *Cultura Política*, v. 40, p. 152.

(3) Na sua autobiographia, disse Borges da Fonseca que fôra designado pelo “diretorio jardineiro” (isto é, pela maçonaria liberal) de Pernambuco, para redigir na côrte o seu “*Republico*”, cujo primeiro numero é de 2 de Outubro de 1830.

ternizando (1). As 11 e meia o *batalhão do Imperador*, comandado pelo irmão do governador das armas, e que guardava o palácio de São Cristovão, fez a sua entrada no Campo, solidário com o que ali se passava. Obedecera a um sinal de Lima e Silva... (2). Expediu este o major Miguel de Frias e Vasconcelos, a avisar o monarca de que não era só a massa, mas a tropa, que queria outro ministério, que fôsse liberal. Desta vez concordou em chamar o senador Vergueiro. Mas mudou de pensar. Preferiu abandonar o trôno a ceder.

A idéia da abdicação não lhe ocorreu de improviso nessa hora difícil. Envelhecera-lhe no espirito. Data, talvez, de 1827, quando, viuvo, o trôno da filha em perigo, as monarquias européias indiferentes à sorte do Império, minutára um "Plano, que Eu entendo ser necessario" "e do qual não posso despersuadir-me". O plano era então uma viagem à Europa que, se lhe fosse negada, o levaria a abdicar: "não m'a concedendo, Abdico infalivelmente" (3). Palmela disséra-lhe em 1828: "A perspectiva que a Europa oferece a V. Magestade é mais vasta..." Os diplomatas ouviram-lhe — que, em vez de lamentar a per-

(1) Prmeiro foram o 1.º e 2.º corpos de artilharia do brigadeiro Francisco de Paula e Vasconcelos; em seguida o 1.º de granadeiros, o Batalhão do Imperador e alguns soldados da guarda de honra. RIO BRANCO, *Efemérides*, 2.ª ed., p. 276). Se o Imperador pretendesse resistir, teria, alem da marinha, a artilharia montada, a guarda militar da policia, e talvez os tres batalhões de caçadores, o que se deduz da attitude cautelosa dessas unidades na noite de 6 para 7 de Abril. Quanto ao batalhão do Imperador, o seu segundo comandante, o major Luiz Alves de Lima (o futuro Caxias), chegou a propôr a D. Pedro I que se retirasse para Santa Cruz e ele chefiaria os milicianos. Conego PINTO DE CAMPOS, *Vida do grande cidadão... duque de Caxias*, p. 40, Rio 1939. Note-se que o major era filho do chefe militar da revolta, o brigadeiro Lima e Silva: o seu batalhão foi dos ultimos a chegarem ao Campo.

(2) Pontois, cf. A. RANGEL, *op. cit.*, 56.

(3) ALBERTO RANGEL, *A Educação do Príncipe*, p. 48.

da da corôa, estava satisfeito, por poder realizar um antigo projéto. A oportunidade era aquela (1).

O major Frias voltou sem ter encontrado Vergueiro. Eram 3 e meia da manhã de 7 de Abril. D. Pedro I escreveu então a renúncia (2).

“Usando do direito que a Constituição me concede, Declaro que Hei mui voluntariamente abdicado na pessoa do meu muito amado e prezado filho, o Sr. D. Pedro de Alcantara. Bôa Vista, 7 de Abril de 1831. 10.º da Independencia e do Império”.

“Aqui tem a abdição, disse ao major, entregando-a; estimo que sejam felizes; eu me retiro para a Europa e deixo um país que tanto amei e ainda amo”.

Para tutor de D. Pedro II — nomeou José Bonifácio, seu “verdadeiro amigo”, e o convenceu a

(1) A. RANGEL, *op. cit.*, p. 49. Barbacena dissera a Evaristo, segundo Armitage, seria facil levar o Imperador a abdicar. Ele mesmo disse ao ministro Pontois: “Não querem mais saber de m.m porque sou português. De há mu to esperava isso, e anunciei-o após a minha viagem a Minas. Meu filho tem sobre mim a vantagem de ser brasileiro”. Que se dispuzera a abdicar para defender de espada em punho a corôa da filha, retomando-a ao usurpador, era o que pensava o visconde de Go'ana, confirmando o que S. Leopoldo ouviu a Caravelas, NABUCO *op. cit.*, I, 24, nota. A correspondencia íntima não o desmente. Em c. de 14 de Março de 1828 para a pequena Rainha D. Maria da Gloria, na Inglaterra: “Recebe a benção que te delta teu Pai que muito te estima, e que de todos os modos trabalharel por te colocar sobre o trôno. Pedro”. (Ms. in arq. da condessa de Itapagipe, inéd.).

Na *biografia de D. Pedro I*, que publicamos em 1933, sustentávamos que era antiga a idéia de abdicar. Os documentos v o surgimento para a demonstração desta verdade. Os ultimos, são os divulgados por A. RANGEL. Explicam, em parte, a desasthada politica de Março e Abril de 31.

As sugestões vinham tambem da Europa, onde, era natural, os portugueses liberaes queriam ter o auxilio direto, senão o comando pessoal de D. Pedro. José Bonifácio, na sessão da Camara de 10 de Set. de 1831, se referiu ao club H spano-Luso, que quizera tirar do Brasil o Imperador, para que “fosse servir de cabeça de páo para se pôr à testa da peninsula...”.

(2) E' notar a letra firme do documento, escrito na madrugada do dia 7, cf. original no arq. do Senado, Rio.

aceitar o cargo na emoção dum apêlo cívico (1). "Confie V. M. em mim que nunca enganei ninguém..."", respondeu o "Patriarca" (2).

Antes de amanhecer o dia, 7 de Abril, o Imperador, a imperatriz, a jóven rainha de Portugal (3) deixaram o palacio, de carruagem, e na praia de S. Cristovão tomaram o batel que os conduziu para bordo da náó inglêsa "Warspite" (4). Passaram a 11 para a fragata "Volage", da mesma nacionalidade, e seguiram no dia seguinte para a Europa (5) — lar-

(1) "Amicus certus in re incerta cernitur". E' chegada a occasião de dar mais uma prova de amizade, tomando conta da educação do meu muito amado f'ho, seu Imperador. Eu desejo em tão patriótico cidadão a tutor'a do meu querido filho e espero que, educando-o naque's sentimentos de honra e de patriotismo com que devem ser educados todos os soberanos para serem dignos de reinar, ele venha um dia a fazer a fortuna do Brasil, de que me retiro saudoso. Eu espero que me faça este obsequio, que, a não m'o fazer, eu viverêi sempre atormentado.

Seu amigo constante Pedro." Em carta de 28 de Dez. de 1832, lembrou D. Pedro "...Não se esqueça de que me disse a bordo da náó: Quando a Assembléa não aprove a nomeação, esteja certo que como brasileiro lhe hel de defender seus f'hos e que se quizerem atentar contra eles já lhos levarei". (JOSÉ BONIFACIO, *O Patriarca da Indep.*, p. 154). De fato, a regencia impugnou a nomeação, contra o que protestou José Bonifácio, em 17 de Junho, mas a assembléa geral o elegeu para a função em 30 do mesmo mez. Foi ella regulada em 12 de Agosto, e no dia 24 assumiu o tutor o seu cargo. (MAX FLEIUSS, *Contribuições para a biografia de D. Pedro II*, ps. 64-5, Rio 1925). Por decr. de 14 de Abril fóra pela regencia nomeado o marquês de Itanhaen, que haveria de substituir, em 1833, o velho Andrada.

(2) *An. da Bibl. Nac.*, LIV, v. 1.º, p. 372.

(3) Embarcaram tambem o duque de Leuchtenberg, irmão da imperatriz, que seria depois o primeiro marido de D. Maria II, e os duques de Loulé (a duqueza era irmã do imperador), o marquês de Cantagalo, o conde de Sabugal...

(4) Os diplomatas estrangeiros reuniram-se na casa do Internúncio Apostólico, e resolveram, incorporados, ouvir do Imperador a declaração de que abdicara. A reunião não compareceu o encarregado de negocios dos Estados Unidos, DANIEL P. KIDDER, *Reminiscencias de viagens e permanencia no Brasil — Ria de Janeiro e prov. do Sul*, trad. de Moacir N. Vasconcelos, p. 37, S. Paulo 1940 e ARMITAGE, *op. cit.*, p. 249. Sobre os pormenores dados pelo ministro francês A. RANGEL, *op. cit.*, p. 58.

(5) Dirigiu D. Pedro uma carta aos amigos, publicada em *fac-símile*, da litografia de Steinmann, rua do Carmo n. 85 e ass'nada "Bordo da náó inglêsa Warspite 1-12 de Abril de 1831. D. Pedro de Alcantara de Bragança e Bourbon". "Eu me retiro para a Europa, saudoso da Patria, dos filhos, e de todos os meus verdadeiros amigos. Deixar objétoes tão caros é sumamente sensível, ainda ao coração

gando ao seu destino o Império, o pequenino D. Pedro II (1) e a revolução, cortada bruscamente por aquela serena renúncia.

mais duro; mas deixá-los para sustentar a honra, não pôde haver maior glória. A Deus Patria, a Deus amigos e Adeus para sempre." (Ms. no arq. do A.). Desta carta, de certo a seus antigos servidores, não há notícia nos comentários da época. Reproduz ARMITAGE, *ibid.*, p. 250, a comovida mensagem que a D. Pedro II enviou o pai, na mesma ocasião: "Meu querido filho, e meu Imperador."

A regência anunciou a partida do Imperador — no dia seguinte — e que um navio de guerra "o acompanha até largar as águas do Brasil". (PEREIRA DA SILVA, *Hstoria do Brasil de 1831 a 1840*, p. 7, Rio 1878).

(1) Nasceria D. Pedro II no palacio de S. Crístovão, a 2 de Dezembro de 1825. Fizemos-lhe a biografia, *O Rei Filósofo* (2.ª ed. S. Paulo 1939) e indicamos a vasta bibliografia que se lhe refere, principalmente: HEITOR LIRA, *Hstoria de Dom Pedro II*, 3 vols. S. Paulo 1938-40, *Contribuições para a biografia de D. Pedro II* (Inst. Hist. Bras.), Rio 1925, visconde de Taunay, *O grande Imperador*, S. Paulo 1932 e *D. Pedro II*, S. Paulo 1933, MUCIO TEIXEIRA, *O Imperador visto de perto*, Rio 1917, BENJAMIN MOSSÉ, *D. Pedro*, Paris 1889 (o autor é o barão do Rio Branco); AFONSO CELSO, *O Imperador no exílio* (2.ª ed.), GEORGES RAEDERS, *D. Pedro II e o conde de Gobineau*, S. Paulo 1938 e *D. Pedro II e os sáblos francêses*, Rio 1944; MARY W. WILLIAMS, *Dom Pedro the Magnanimous*, Chapel Hill 1937.

A REGENCIA

OS EQUIVOCOS

A revolução de 7 de Abril, chamada por Teófilo Ottoni de “*journalée des dupes*”, por não ter contentado a ninguém, fôra extemporânea e incompleta.

Os manifestantes do campo de Sant’Ana não imaginavam que o trôno caísse assim; nem os politicos, que os dirigiam, contavam tão cêdo com o poder.

O Imperador, com o ministério impopular do dia 5, antecipára o desfecho, lógico depois da inauguração da legislatura, em 3 de Maio, quando medissem forças os deputados liberais, mas, um mez antes, oportunista e indeciso.

Não estavam então na côrte muitos dos chefes do partido extremado; a adesão do brigadeiro Francisco de Lima e Silva deslocára para o elemento brasileiro do exercito o comando da situação; e como urgisse a nomeação da regencia triplice — prevista pela Constituição na menoridade do monarca, o sr. D. Pedro II — teve de ser eleita por apressado acôrdo, com o titulo de “provisoria”, à espera da definitiva decisão do parlamento. Reuniram-se ainda a 7 de Abril senadores e deputados, e designaram para essa regencia provisoria o marquês de Cara-

velas, conservador, Vergueiro, liberal (1) e Lima e Silva, equidistante deles. Voltaram os ministros de 20 de Março (menos Albuquerque)... A acomodação, neste caso, era o fracasso da insurreição radical.

RECÚO

Porque não se fez então a república?

Evaristo, Vergueiro, Odorico Mendes (2), representaram em 7 de Abril, para a conservação da monarquia, o papel que em 1822 tivera José Bonifácio, para fundá-la. Viram que a república desuniria as províncias; tiveram medo de mais intenso abalo; receiaram uma comoção social de efeitos imprevisíveis; e voltaram

(1) Sabemos por CRISTIANO OTTONI, *Advento da Republica no Brasil*, p. 68, Rio 1876, que Vergueiro aconselhára, mesmo antes da abdicação, que se reconhecesse D. Pedro II como Imperador em menoridade. Que foi ele o chefe do movimento político de 7 de Abril, disse Armitage, apoiado em 1839 por S. Leonóido, vd. DJALMA FORZAZ, *O Senador Vergueiro*, I, 399, S. Paulo 1924.

A Constituição, art. 124, mandava que enquanto não fosse eleita a regencia (arts. 122 e 123) seria exercida pelos ministros do Imperio e da justiça e dois conselheiros de Estado mais antigos. Os ministros, eram os depositos pela revolução... Daí se decidir a nomeação duma regencia trina provisoria. (embora coubesse ao Senado nomeá-la), que se obrigava a entregar o cargo à permanente, eleita em 18 de Junho. Caravelas teve 40 votos, Lima e Silva 35, Vergueiro 30, *Registo Geral da Camara da cidade de S. Paulo*, XXI, 103.

(2) Sobre o segredo dos planos antes de 7 de Abril pouco se sabe. Vimos a parte de Vergueiro, Odorico Mendes "com Evaristo e outros opinou pela conservação da monarquia, salvo que a ocasião e a menoridade se deviam aproveitar para fazer na constituição as reformas indispensaveis, mórmente as que tendessem a alargar as franquias provinciaes". JOÃO LISBOA, *Obras*, II, 501. Evaristo desde aquella data advorou pela preservaçã do trôno. e em 1834 teve a coragem de louvar D. Pedro I: "se existimos como corpo de nação livre, se a nossa terra não foi retalhada em pequenas republicas inimigas, onde só dominasse a anarquia e o espirito militar, devemos-lo muito à resolução que ele tomou de ficar entre nós..." *Aurora Fluminense*, n. 987, cf. O. TARQUINIO, DE SOUSA, *Evaristo da Veiga*, p. 247.

O brigadeiro José Joaquim de Lima e Silva declarou, no dia immediato á Abdicação: "Abracemo-nos portanto com a Constituição... e enquanto tivermos vida ninguem se atreva a tocar-lhe nem levemente". RAFFARD, *Pessôas e cousas do Brasil*, Rev. do Inst. Hist., LXI, 284.

atrás, na hora em que dependia deles o trôno desocupado. D. Pedro II, sendo apenas uma promessa, era um símbolo: menos do que o poder, era a continuidade. Aqueles trêfegos oposicionistas passaram, sem transição, de agitadores a contra-revolucionários: exigiram ordem.

Concordavam os exaltados, isto sim, com a perseguição aos portugueses.

Abriu-se uma época de lusofobia raivosa e pitoresca, que ensanguentou as ruas da Bahia em 1831 (1), Mato Grosso em 1834, Pernambuco, o Maranhão e o Pará. E não bastava, para resolver a crise das instituições.

CORRENTES

No dia seguinte à eleição da regencia provisória fixavam-se as correntes (2). Iria prevalecer na Câmara, com os que reivindicavam a mudança de regime, o *liberalismo* federalista. No Senado, fariam finca-pé os *retrógrados*, que transferiam para a defesa da Carta, de 1824, a dedicação ao soberano abdicatário. Em torno de Lima e Silva juntavam-se os mi-

(1) Essa lusofobia tinha o caracter duma luta social, de pobres contra ricos, dado o virtual monopólio do commercio nas mãos dos portugueses. Que se nacionalizasse, era a exigencia dos liberais, que abriram os trabalhos parlamentares de 1831 com várias projéto neste sentido.

Na Bahia, a população, armada, exigiu do presidente, João Gonçalves Cezimbra, autorização para expulsar, ou exterminar, os portugueses... O partido legalista reuniu-se no quartel da Palma, sendo um de seus chefes o bacharel Francisco Gonçalves Martins, depois visconde de S. Lourenço, vd. deste *Simplex e breve exposição*, 1835. (*Rev. do Inst. Hist. da Bahia*, n. 52, p. 218).

(2) Tres partidos, moderado (liberal), exaltado (federalista) e reacionário ou restaurador, formaram-se naturalmente depois de 7 de Abril, porém somente o primeiro se manteve, dividido em partido *liberal* (Evaristo, Vergueiro, Ottoni) e *conservador* (Vasconcelos, Carneiro Leão, Araujo Lima), como veremos em 1834. Leia-se T. OTTONI, *Circular aos electores*, p. 16, Rio, 1860; Nabuco, *Um Estadista do Imperio*, I, 28.

litares, que procuravam manter o “espírito” de 7 de Abril, com a lamina de dois gumes, do combate à reacção (que assumiu em 1833 o caracter de movimento “restaurador”, a propugnar a volta de D. Pedro I) e da resistencia à desordem. Os elementos “de centro”, cujo patriotismo, “jacobino”, florira em ruidoso entusiasmo a 7 de Abril, mas cujo instinto de segurança se enchêra de sustos na semana seguinte, com as ameaças duma vasta subversão social — estes apoiavam o governo, na sua consolidação difficil.

No dia da Abdicação, o problema era a Liberdade; a 8 de Abril, era a Ordem.

Todo o periodo regencial, de nove anos, significou a luta dos dois principios. Ordem e liberdade. Daí a impressão, de que a independencia começára em 1831, com a retirada do Imperador e a explosão das idéias, por ele oprimidas. Entregue a Nação a si mesma. Livre a imprensa. Os partidos açulados por um frenesí de ação, que não excluia os mais desvairados projéto. Pelas provincias, a perseguição politica, dos vencedores do dia a “absolutistas”, “colunas”, “restauradores”. E os motins, a intranquilidade, a desunião, a anarquia.

AS SOCIEDADES

- As facções tiveram nomes de guerra (1); adotaram as gazetas epítetos furiosos (2); desmanda-

(1) Nativistas ou *liberais*, *conservadores* ou conciliadores, chamaram-se no Pará *Filantropicos* (isto é, abolicionistas) e *Caramurus*; no Maranhão *Bemtevis* e *Cabanos* (aquele, nome da gazeta liberal, este, sarcasmo lançado peos adversários); no Rio de Janeiro, *chimangos* (moderados), *jurujubas* ou *farroupilhas* (exaltados), e *caramurus* (conservadores); no Ceará, *carangueijos* (conservadores) e *chimangos* (liberais); no Rio Grande do Sul, *Caramurus* e *Farrapos* ou *Farroupilhas*; em S. Paulo, *casquados* e *liberais*; em Pernambuco, *chimangos* (depois *praieiros*) e *marinheiros*...

Dez anos depois, alteraram-se os apellidos, mais pitorescos: em Alagoas, *Lisos* e *Cabeíudos*; na corte, *Luzias* e *Saquaremas*...

(2) Contra os portuguezes do comercio, apresentou Lino Coutinho, em 9 de Maio de 1831, um projéto, que exigia licença para as lojas

ram-se os jornalistas em discussões arrazadôras; e a demagogia invadiu o parlamento... (1).

Mirabeau dissêra, em 1789: "Quand on se mêle de diriger une révolution, la difficulté n'est pas de la faire aller, c'est de la retenir".

D. Pedro II, aos cinco anos, representava mais do que a continuação, a unidade do Império. Fôra muito aclamado, após o "Te Deum" em S. Francisco de Paula, no dia 8 de Abril. A Nação tomava-o a seu cargo, para educá-lo. Se chegasse a reinar...

O essencial era *organizar* a revolução. Evaristo, que a doutrinára no seu jornal, mostrou-se, nessa primeira fase da Regencia, o homem capaz de disciplinar os intranquilos correligionários. Pensou num grande partido: pela primeira vez, a agremiação, sob a mesma bandeira, de quantos quizessem sustentar o novo governo, combatendo, com igual decisão, os exagerados e os retrógrados. E fundou a *Sociedade Defensora da Independencia* — em 19 de Maio de 1831 —, a que se filiaram, nas provincias e na côrte (1), so-

de valor acima de 3 contos, sendo condição indispensavel terem caixeiros brasileiros... A Camara Municipal da côrte, em 18 de Maio, indicou á dos Deputados a expulsão em massa dos portugueses (VIEIRA FAZENDA, *Rev. do Inst. Hist.*, v. 147, 297). Ferreira França propoz, em 16 de Junho, fosse D. Pedro II elevado a governo vitalício, findo o qual, se entraria em republica federativa. O mesmo Lino afirmava na revolução um ato *legítimo* de soberania... (*Anals da Camara*, 181, *passim*).

O prestígio de Cipriano Barata estendeu-se ao partido. Simbolizava a inconformidade, a revolta sem treguas... Na sessão de 20 de Maio de 1833, o ministro da guerra, perante a Camara, declarou: quando esteve na Bahia, observara que certas pessoas, para não serem incomodadas, tinham posto por cima das portas o letreiro: *Barata*, "designando-se assim os *Baratistas*..." (*Jornal do Comercio*, Rio, 21 de Maio de 1833).

No Rio, em 1831, falou-se de uma "sociedade gregoriana" (do nome do abade Gregoire) que revoltaria negros e mulatos contra os brancos... (VIEIRA FAZENDA, *Rev. do Inst. Hist.*, v. 147, p. 286). Estaria ligada a Barata (que o negou) e Sabino Vieira.

(1) O ciclo da *Sociedade*, de Evaristo, iniciando-se com a fundação da primeira, em 19 de Maio de 1831, termina em 1836, quando se dissolveram as suas ultimas fillais.

"...Governou o Brasil pelo espaço de quatro anos; foi em realidade outro Estado no Estado, porque a sua influencia era a que predominava no gabinete e nas Camaras; e sua ação mais poderosa que a do governo,

ciudades congêneres. Poderia intitular-se, o partido democratico da ordem. A sua imagem, não tardaram exaltados e reacionários em crear as suas sociedades: a *Federal*, que pretendia derrubar aquele governo de transação, e, sobre os seus destróços, faria talvez a República, com a federação das provincias; e a conservadora, ou *Militar*, que tomou corpo em 1833, feita para acolher os "caramurús", ou restauradôres (1).

FEIJÓ NO GOVERNO

Passou a lei regulando as funções da regencia (feita por Honorio Hermeto, Costa Carvalho e Paula Souza): tirou-lhe as do poder moderador, e, com isto, estabeleceu a sua inferioridade em face da Camara, que não podia ser dissolvida, e ficava com o arbitrio de suspender ou não garantias constitucionais, em caso de revolução. Queriam os parlamentares governo fraco, porque democratico. Corrigiram na eleição da regencia permanente, em 23 de Junho, o

se estendia por todos os angulos do Imperio". ABREU E LIMA, *Hist. do Brasil*, 271. cf. O. TARQUINIO DE SOUSA, *Evaristo da Veiga*, ps. 164-5.

Em Santa Catarina chamou-se *Sociedade Patriótica* (4 de Out. de 1831) (resumo do livro de atas, OSVALDO R. CABRAL, *Laguna e outros ensaios*, p. 130 e segs. Florianopolis 1939), a quem a congênera, *Sociedade Filantrópica Defensora da Constituição*, de Sabará, em Jan. de 1833, pedia vigiasse, que não fossem eleitos "representantes do partido retrogrado", *op. cit.*, 149. Soc. *Defensora da Villa de Campanha, Defensora da Liberdade e Independencia Nacional da vila de Rezende...* Igual titulo tinha a de Valença, da qual foi 1.º secretario N. A. N. V. da Gama, que nos dá noticia da correspondencia com Evaristo, Visconde de NOGUEIRA DA GAMA, *Minhas Memorias*, p. 123, Rio 1893. Ainda em Minas, em 1833: *Sociedade Defensora da Liberdade e Independencia Nacional de Pouso Alegre*, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, XVIII, 252, *Sociedade Patriótica Marianense, Sociedade Reformista Defensora da Constituição* de MATEUS LEME, *ibid.*, p. 186. Por apontamentos manuscritos do conde de Baependi, sabemos que a de Valença foi fundada a 17 de Nov. de 31 e dissolvida a 7 de Set. de 33. E' indispensavel relacionar o exito de Feijó, na defesa da ordem, com o apoio da Sociedade, de Evaristo.

(1) JUSTINIANO JOSÉ DA ROCHA, *Ação, Reação, Transação, Duas palavras acerca da atualidade politica do Brasil*, p. 20, Rio 1855.

equivoco de 7 de Abril, substituindo os dois senadores, Caravelas e Vergueiro, por dois deputados, um do sul, o outro do norte, Costa Carvalho e João Braulio Muniz (1). A Camara era o poder irresistível (2). Mas continuava Lima e Silva chefe da situação. Depois, e progressivamente, os regentes civis se alheiarão dos cargos, cuja responsabilidade caiu, toda, nos ombros do general, bastante sagaz para dividi-la com o partido (ou a *Sociedade*) de Evaristo. Precisava dum ministro da justiça — tirado desse grupo — que fosse desabusado e influente. Tanto para reprimir os motins, que se sucediam, como para impôr-se à Camara. O padre Diogo Antonio Feijó aceitou a pasta, com a condição, escrita, de tudo resolver o governo coletivamente, em consêlho, e lhe dar mãos livres para agir (3).

Esse acôrdo original, que equiparava o ministro ao chefe do Estado, correspondia à indole da regencia em 1831, tornada subalterna da representação nacional, e ao sentimento triunfante, da preservação da ordem a todo custo.

(1) Honorio Hermeto "...um dos que fizeram triunfar essa combinação, que ao general da revolução de Abril, aceito para satisfazer ao exercito, associou o deputado de S. Paulo Costa Carvalho e o deputado do Maranhão Braulio Muniz, assim concillando a bem da unidade do Império, as pretensões e as influencias do sul e do norte". JUSTINIANO JOSÉ DA ROCHA, art. *O Marquês do Paraná*.

(2) "Durante a maioridade... cre'o que verdadeiramente só houve um poder no Imperio... era o da Camara dos Deputados". Discurso de Paulino, 7 de Fev. de 1843, JOSÉ ANTONIO SOARES DE SOUZA, *op. cit.*, p. 159.

(3) Vd. O. TARQUINIO DE SOUSA, *op. cit.*, p. 123. Apoiavam-no as provincias de Minas Gerais (vd. ALFREDO VALLADÃO, *Campanha da Princesa*, II, 85) e S. Paulo, cuja Camara municipal, em 12 de Junho de 31, oferecerá á regencia os "braços de seus compatriotas", contra os "anarquistas", *Registo Geral*, XXI, 143, e não faltou ao compromisso, em face dos successos de Julho, *ibid.*, ps. 176-8. Os mineiros quizeram formar um Corpo de Voluntarios em 25 de Julho, *Rev. do Arg. Publ. Min.*, ano XVIII, 109.

Desempenhou-se Feijó da missão com admirável eficiência, sem temer, sem transigir, sem recuar.

Esse inimigo dos Andradas fez em 1831 e 32, no Rio de Janeiro, o que, no ano da Independência, fizera o Patriarca: firmou a unidade e o respeito à ação do governo na fôrça e na lei; e enfrentou com intrepidez os sediciosos, que pretendiam a federação, a expulsão ou o processo dos servidôres do Imperador, o expurgo da administração, talvez a República, que seria acompanhada, a esse tempo, do desmembramento das províncias...

CONTRA A DESORDEM

Sublevou-se, em 12 de Julho, o batalhão 26, de infantaria, no quartel de S. Bento: foi forçado a render-se a 600 "guardas municipais" e, dois dias depois, removido para a Bahia. Os elementos militares, indisciplinados desde 7 de Abril (1), viram nisso um desafio. E, com o Corpo de Polícia à frente, acorreram ao Campo de Sant'Ana (agora, "da Honra") (2), na noite de 14. Outros batalhões lá se reuniram. "A tropa toda da capital", anunciou Feijó à Camara.

(1) Vd. General J. J. DE ABREU E LIMA, *Compendio de História do Brasil*, I, 84, Rio 1843. A Guarda Municipal acabava de ser constituída, de cidadãos armados: foi substituída por um corpo regular, a Guarda Municipal Permanente, a que nos referiremos. O governo, preventivamente, mandou desmontar as fortalezas, *O Novo Farol*, 25 de Abril de 1832. "... O exercito se acha aniquilado...", P. DE A. BELLEGARDE, *Noticia historica, politica, civil e natural do Imperio do Brasil em 1833*, p. 14, Rio 1833.

(2) Alusivos ao novo nome do Campo, "da Honra" desde 7 de Abril, correram versos:

Da Honra ful campo outr'ora
Muito que ver ainda temos;
Tudo serei, mas agora
Sou campo do — Nós queremos
E campo do Fora — Fóra.

(MOREIRA DE AZEVEDO, *O Rio de Janeiro*, I, 405, Rio 1877).

Como se pretendesse reproduzir o 7 de Abril. Mas sem o mesmo comando! Privado da soldadesca, o duro ministro apelou para as patentes superiores. Era uma desesperada medida, de salvação publica. E restabeleceu a confiança do governo em si mesmo. Ceder, então, seria legalizar a "anarquia" (que de "anarquistas" eram chamados, pelos jornais legalistas, os insurrectos). E Feijó ali estava, para reprimi-la! Foi feliz.

No Paço da Cidade juntaram-se deputados, senadores, ministros e regentes, para deliberar. O exercito amotinado pretendia, nas suas "representações", com a dissolução do parlamento, a convocação duma constituinte, a substituição do governo, naturalmente a mudança do regime... A firmêza do governo impressionou os manifestantes. Cindiram-se. O 5.º de caçadores, a artilharia de marinha, "varios cidadãos militares e paisanos", se apresentaram para debelar a desordem (17 de Julho). Improvizou-se o *Batalhão dos Officiais Soldados Voluntarios da Pátria* (ou *Batalhão Sagrado*), em que se alistaram mais de 400 officiais de todas as patentes (1). Os estudantes de medicina dispuzeram-se à igual tarefa, da "liberdade com ordem". Os revoltosos dispersaram. Foi extinto o Corpo de Policia (17 de Julho). A 23 de Julho, ouvia a Assembléia a "Exposição de principios (2) do Ministério", escrita por Vasconcelos, que assumira a

(1) O comandante foi o coronel João Paulo dos Santos Barreto, segundo comandante, o major Luiz Alves de Lima e Silva, aquele general e ministro em 1835, o outro, a principal figura do exercito, a quem se deve a iniciativa desse "batalhão sagrado", PINTO DE CAMPOS, *op. cit.*, p. 42, que foi dissolvido em 1833.

(2) A "Exposição" de 23 de Julho contem a interpretação official de 7 de Abril: proclama a permanencia das instituições, a fidelidade à monarchia, o repudio às sedições, a unidade do governo e os seus propositos de ordem. E', enfim, um formal programa administrativo. (Diário Fluminense, vol. 18, n. 21, transcr. por O. TARQUINIO DE SOUZA, *Bernardo Pereira de Vasconcellos*, doc. n. VII.). A popularidade, porém, continuava com a opposição. "Chosé étrangel... per-

pasta da Fazenda. Eram seus companheiros, além de Feijó, Lino Coutinho, Francisco Carneiro de Campos, Manuel da Fonseca Lima e Silva e José Manuel de Almeida. Os incendiários, do ano anterior, agora abafavam o fogo... Se não podiam contar com os batalhões insubordinados, ou já não havia exercido, deviam apelar para o povo. A lei de 18 de Agosto criou a Guarda Nacional, "para defender a Constituição, a Liberdade, Independencia e Integridade do Império..."

(1). Lembrada em 1830, arma contra o pretorianismo do Imperador, servia à regencia, para esmagar a revolução. O corpo de *Municipais Permanentes* — organizado pelo major Luiz Alves de Lima — substituiu o antigo, de *Pedestres* (9 de Novembro de 1831) (2).

sonne ne peut passer pour ministeriel", reparava o ministro francês St. Pr'est, em 15 de Ag. de 1834 (ALBERTO RANGEL, *No Rolar do Tempo*, p. 15).

(1) A ideia foi lançada pelo Dr. Candido Gonçalves Gomide, veedor paulista, em sessão de 18 de Outubro de 1830, *Atas da Camara Municipal de S. Paulo*, XXV, 328. "...Da precisão que há de organizar-se no Brasil *guardas nacionals* ou civicas, como um dos mais eficazes meios de manter-se a Constituição contra as insidiosas trammas ou golpes de qualquer facção liberticida, que por ventura ainda possa apparecer". O deputado paulista que se interessou diretamente pela proposta foi Feijó: "Dito do padre Diogo Antonio Feijó em resposta do que se lhe dirigiu sobre a creação de guardas nacionals...", sessão de 16 de Junho de 1831, *Atas*, XXVI, 96. Ao senador Bispo capelão-mór fizera a vereação o mesmo apêlo, com data de 17 de Março, *Registo Geral da Camara da Cidade de S. Paulo*, XXI, 86. A requerimento do padre Ferreira de Mello, em sessão de 4 de Maio, uma comissão foi encarregada do respectivo projeto, apresentado no dia 9.

Surgiu a *Guarda Nacional* em 14 de Julho de 1789, em Paris, creada por Ba'lly, comandada por La Fayette, destinada, na frase de Joseph Prudhomme, "à soutenir nos institutions et, au besoin, à les combattre". (LOUIS MADELIN, *Les Hommes de la Révolution*, p. 15, Paris 1928). De fato, Feijó dispoz da *guarda nacional* para vencer os restauradores, em 17 de Abril, e para a sua tentativa de dissolver o Senado em 30 de Julho de 1832... "Briosas guardas nacionais", diz'a-se em Minas, em 1833, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, XI, 348. Era contra D. Pedro II...

(2) Circular de Tobias de Aguiar, em S. Paulo, 2 de Julho de 1833. PINTO DE CAMPOS, *op. cit.*, p. 43. A Guarda Municipal Permanente foi creada por L. de 16 de Out. de 1831, com 640 praças. CUNHA MATTOS, *Repertorio da Legislação Militar*, I, 317, Rio 1834. Despedindo-se de Feijó, em 3 de Agosto de 1832, diriam os Permanentes: "Mal ouvistes o grito ameaçador da restauração..."

A 13 de outubro a Camara aprovou o programa dos liberais, que era como a fundação da monarquia federativa.

O problema era saber se o cumpriram. Veremos porque não o cumpriram.

OS AFRICANOS

Grande lei sempre fez a legislatura de 1831: a de 7 de Novembro, que declarou livres os escravos vindos de fóra do Império, cominando severas penas para os que insistissem no trafico africano (1). Abolia o infame comercio. Como Pombal, no seculo anterior, o extinguiu quanto à metropole: considerando fôrros os negros desembarcados, e, extensivamente, relegando à condição de contrabandistas, os negociantes dáquele trato... se cumprida a lei. Veremos, que não foi.

RESTAURADÔRES

A Regencia teve pela frente — entre Setembro de 1831 e Abril de 32 — os partidos extremados, tanto os *liberais*, cuja figura de prôa era o major Miguel de Frias e Vasconcelos, como os *restauradôres* (pessoagens da côrte, militares portugueses, os “colunas”,

(1) A convenção anglo-brasileira de 27 de Nov. de 1826, prohibia o trafico ao norte do Equador a partir de 23 de Março de 1830. E' ler no *Jornal do Comercio*, dos anos anteriores, as noticias constantes da chegada de navios negreiros, com o numero de escravos e os portos de procedencia. Clandestino o trafico depois de 1831, tornou-se naturalmente mais cruel, “em porões fechados”, os navios construidos de maneira a escapar à vigilancia...”, HENRIQUE JORGE RABELLO, *Memoria*, 1834, in *Rev. do Inst. Hist.*, XXX, 33. A lei de 1831 tinha de ser ineficaz, REBOUÇAS, *Recordações da Vida Parlamentar*, I, 359, mas é certo que continuou em vigor, revitalizada por actos e sentenças, como indicou Antonio Joaquim Macedo Soares, em 1883 (*Campanha juridica pela libertação dos escravos*, ps. 68-9, Rio 1938). No capitulo proprio, a informação sobre essa revivescência.

de novo unidos), cujo diretor devia ser José Bonifácio. Não lhe foi difícil abater os primeiros, com a prisão de Miguel de Frias em 28 de Setembro, em virtude dum motim que estalou no Teatro (1) e o pronto castigo da rebelião dos artilheiros navais, a 7 de Outubro, na ilha das Cobras (2).

Os restauradores cobraram animo com o insucesso dos *jacobinos*. Estimularam-se, com a possibilidade da volta de D. Pedro I, agora que a sorte lhe corria adversa em Portugal. Em oposição à *sociedade*, fundada por Evaristo, crearam a *Conservadora*, com "senadores, deputados, capitalistas, negociantes, officiais generais e grande numero de brasileiros adotivos..." Foram alcunhados de "caramurús", do nome do jornal que os sustentava (3). Contavam com a maioria do Senado. E urdiram, por sua vez, uma sedição — sob o inépto comando do barão de Bulow (4).

(1) Efetuou a prisão o juiz de paz Saturnino de Souza e Oliveira, com a guarda municipal comandada por Sebastião do Rego Barros.

(2) A revolta da ilha das Cobras foi promovida por Cipriano Barata, lá encarcerado. Por essa ocasião pediu Feijó á Camara, num officio irritado, a decretação de medidas excepcionais, a modo de estado de sitio (art. 179, § 35 da Constituição). Acusava quatro jornais, como porta-vozes da revolta, dizia que 6 mil proprietarios defendiam a ordem, e responsabilizava a Assembléia, na sua inércia .. A comissão incumbida de opinar sobre o pedido o considerou "ofensivo á dignidade da Representação nacional", e lhe foi contraria. (Do opusculo "A opposição de 1831 a 1832 justificada", Rio 1832, e *An. da Camara*, vol. cit.).

Ao mesmo tempo, Feijó se valeu de José Buschental, genro do barão de Sorocaba e hábil aventureiro, para obter uma declaração de D. Pedro, mostrando ser contrario ás agitações restauradoras, doc. in ARGEU GUIMARÃES, *Em torno do casamento de Pedro II*, p. 87, Rio.

(3) *O Caramurú*, de David da Fonseca Pinto, 1832-33.

(4) Era um aventureiro hanoveriano de nome Hoiser, e não tinha titulo, diz C. SEIDELER, *Historia das Guerras e Revoluções do Brasil de 1825 a 1835*, p. 220. A conspiração dos partidarios do imperador renunciatorio se referiu Feijó, em carta de 9 de Março de 1832 para a provincia da Bahia (BRAZ DO AMARAL, *Recordações Historicas*, p. 21, Porto 1921). Em 3 de Abril os revoltosos perderam 10 mortos e 90 presos, e os legais um morto e 3 feridos.

A fortaleza de Villegaignon rendeu-se na tarde seguinte. A de Santa Cruz foi tomada na mesma noite.

Antecipou-a, em 3 de Abril (1), a reaparição de Miguel de Frias, que levantou a guarnição de Villegagnon, onde estava preso, desembarcou em lanchas na praia de Botafogo, correu ao Campo de Sant'Ana, e proclamou aos *patriotas* — que a regencia ficava substituída por um triumvirato, (Antonio Carlos, Mainard, Paes de Andrade), a Camara dissolvida, extinto o Senado, convocada a Constituinte... Faltou-lhe apoio popular. Os *municipais permanentes* puzeram-no em fuga. Bastou uma carga de baioneta para dissipar-se a revolução extemporanea.

Foi analogo o fracasso do Barão de Bulow, em 17 de Abril. Marchou dos portões da Quinta da Boa Vista para a cidade, com quatrocentos soldados e paisanos armados. Antes de alcançar o Rocío, encontrou a força legal, do general Pinto Peixoto, não lhe resistiu, e retrocedeu em debandada.

Vale dizer que nesse dia, desvanecido o perigo da "anarquia", demolira o governo o ajuntamento "caramuru". Ganhára a batalha da ordem. Só precisava consolidar o triunfo, investindo a fortaleza da opposição, que era o Senado.

Um detalhe dessa liquidação de contas foi o caso do tutor.

Feijó não podia governar com José Bonifacio na Quinta da Boa Vista e o Senado intransigente.

O levante de 17 de Abril exigia um desfêcho: a reação, ou o ministério!

O SENADO

O problema simplificára-se. Finda a sessão legislativa de 1831, a Assembléia submetera ao elei-

(1) *Farroupilhas* ou *jurujubas*, foi o nome desses exaltados. Vd. VIEIRA FAZENDA, *Rev. do Inst. Hist.*, v. 142, p. 53, isto porque, a 7 de Abril, muitos populares tenham vindo da praia de Jurujuba para o Campo de Sant'Ana.

torado (13 de Outubro), para a legislatura seguinte, as bases da reforma constitucional — dependentes do voto dos senadores —, que creavam a “monarquia federativa”, suprimiam o poder moderador, extinguíam o Senado vitalício, substituíam os conselhos gerais das províncias por assembleias legislativas, unificavam a regencia. Não as aprovaria certamente o Senado vitalício. Já revelára a sua disposição de lutar, absolvendo José Clemente, acusado pela Camara. Em 1832 persistiu na sua attitude corajosa. Facilitaria a acomodação, se aprovasse o projéto governamental, apoiado pela Camara, (47 votos contra 21) que destituía o tutor (1). Caiu o projéto por maioria de um voto (22 de Julho). Dai o “impasse”; e o desesperado apêlo de Feijó ao “golpe de Estado”, que o resolvesse — removendo de vez o grosso obstaculo daquelle Senado fiel ao passado. O pior era a incoerencia, desta feita o governo a promover o tumulto, que poderosamente abafára em várias jornadas sangrentas... Revestiu-se do aspecto duma comedia parlamentar. Se tivesse exito, surgiria renovado o Império, em transição para a República autoritária; mas se falhasse, tombaria a situação escorada pela intollerancia de Feijó. Foi a crise de 30 de Julho de 1832, complemento do 7 de Abril, como definição dos destinos nacionais.

O FRACASSADO GOLPE DE ESTADO

A 30 de Julho (1832) os regentes se dêram por demittidos, alegando a impossibilidade de achar outros ministros que, com eles, continuassem a obra de go-

(1) Em carta de 28 de Set. de 1832, D. Pedro escreveu a José Bonifacio, indignado pelo voto da Camara e certo de que o Senado o acompanharia, destituindo o tutor.

verno. Era o "golpe". Combinára-se que, lida a mensagem, que declarava a acefalia do Estado, seria designada uma comissão para lavrar o competente parecer, e este concluiria pedindo a transformação da Camara em *Assemblêia Nacional*. Tudo se faria rapidamente. Já estava pronta, impressa em Pouso Alegre, na tipografia do jornal do conego José Bento, a *Constituição* (incorporando a reforma impugnada pelo Senado) da "monarquia federativa" (1)... Não contavam, porém, Feijó e os regentes, com o sentimento conservador dalguns de seus amigos, receiosos, à última hora, da aventura revolucionária.

O parecer da comissão foi atacado e defendido.

De súbito, a desequilibrar a balança em favôr da opposição, tomou a palavra Honorio Hermeto, e com fortes argumentos, próprios da indole ordeira dos mineiros e da sua formação jurídica, negou o voto à subversão do regime, dizendo que tudo se podia conseguir com o respeito à Constituição. O jeito foi adiar para o dia seguinte a discussão, o que deu tempo para se revêr o projéto, retirando a comissão o parecer, substituído por outro, que solicitava a conservação da regencia, na certeza de que lhe não faltaria o ministério indicado para a conciliação (2).

(1) Sobre a "Constituição de Pouso Alegre", barão Homem de Mello (VIEIRA FAZENDA, *Rev. do Inst. Hist.*, v. 147, p. 435) e ALFREDO VALIADÃO. *Da Aclamação à Maioridade*, p. 182, Rio 1934 e *Campanha da Princesa*, II, 91. A regencia pagou a José Bento a sua divida de reconhecimento, fazendo-o senador em 1834, com preterição de Vasconcelos e Melo e Souza. O jornal do padre era o "*Pregoeiro Constitucional*", fundado em 1830. Aliás o "golpe" foi premeditado na "chacara da Floresta", casa do padre José Dias e centro das confabulações liberais desde as vésperas da Abdicação. Vd. O. TARQUINIO DE SOUZA, *Hist. de dois golpes de Estado*, p. 122. O deputado Miranda Ribeiro publicou no mesmo ano *Exposição justificativa do seu procedimento no golpe de Estado* de 30 de Julho.

(2) Vd. nosso *O Marquês de Abrantes*, p. 164-7. — Costa Carvalho comunicou ao conde de Valença, 28 de Julho, que acompanhava na demissão Braulio Muniz, porque não se podia organizar ministério com Vergueiro e Barroso, A. DE REZENDE MARTINS, *Um Idealista Realizador*, p. 46.

OS "CARAMURÚS" DOMINADOS

Feijó, vencido, retirou-se para São Paulo. Holanda Cavalcanti (seu adversário no ano anterior) (1) e Pedro de Araujo Lima (2) assumiram as pastas do Império e Justiça, Fazenda e Estrangeiros. Nas de guerra e marinha ficou o general Bento Barroso Pereira. Esse governo de minoria durou quarenta dias (3 de Agosto — 13 de Setembro de 32). Sucedeu-lhe enfim um gabinete sólido, com Vergueiro, Honório Hermeto, Bento Lisboa, o general Antero José Ferreira de Brito. O motim que irrompeu em Ouro Preto (no mez de Março de 33) comprometeu, como se verá adiante, a situação de Honório (3). Demitiu-se, para melhor se defender na Camara, e foi substituído por Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, disposto a realizar vigorosa politica de combate aos "caramurús" (4).

(1) Holanda chegara a prever, pessimista, a separação das provincias (que Feijó, aliás, não considerava impossivel, nas condições que fez para aceitar o ministerio, em 1832) e disto falou ao ministro de França, mezes antes da Abdicação, ALBERTO RANGEL, *Textos e Pretextos*, p. 15 e segs. Irmão do visconde de Suassuna, do barão de Muribeca e do visconde de Camaragibe, "significou o maior poderio eleitoral e economico que Pernambuco possuiu numa só familia", CAMARA CASCUDO, *O Marquês de Olinda*, p. 142, S. Paulo 1938. Em 14 de Set. de 1833 o proprio regente Lima apreciava uma "proposta de federação do norte do Brasil tendo por centro Pernambuco", *An. da Bibl. Nac.*, LIV, 429.

(2) O futuro marquês de Olinda, 1793-1870, ministro em 1827, a essa epoca "estava desligado de todos os partidos esboçados", C. CASCUDO, *op. cit.*, p. 144. "O Caramurú" reapareceu em 25 de Agosto de 1832. Vencera o Senado!

(3) JUSTINIANO JOSÉ DA ROCHA, art. *O Marquês do Paraná* (com observação critica de HENRIQUE LEÃO TEIXEIRA, *Rev. do Inst. Hist., Anals do 3.º Congr.*, II, 555).

(4) PEREIRA DA SILVA, *Historia do Brasil de 1831 a 1840*, p. 118. Era "o dominio omnipotente da famosa sociedade Conservadora", Justiniano, art. citado.

O CODIGO DO PROCESSO

Respirava-se liberdade!

O *Código de Processo Criminal* (29 de Novembro de 1832) dá ao cidadão as grandes garantias: recurso de “habeas corpus” (1), julgamento pelo júri, o juiz de paz eletivo e elevado a autoridade criminal, publicidade na formação da culpa, a fiança (2)... Acabavam-se as devassas presididas pela justiça ferrenha, o excesso de autoridade, (ou quasi se acabava a autoridade) de que tanto se tinham queixado as populações do norte. Como que havia uma convocação geral, para as atividades cívicas, sob o amparo da lei indulgente (3).

A experiência é que havia de mostrar os erros do *Código*, na sua aplicação, pelo país a-dentro: a eletividade do juiz de paz, armado com a sua autoridade criminal, dando-lhe a força impertinente de um órgão político, a serviço das facções locais; o municipalismo desse “processo” subordinado às alternativas partidárias; “mais políticas do que judiciais”, as tais autoridades (como bradou Paulino José Soares de Souza em 1841); com isto, “o desencadeamento de

(1) *Cod. do Proc. Crim.*, art. 344. A Lei de 3 de Dez. de 1841 deu competência para conceder ordem de habeas-corpus á autoridade superior (art. 69 § 7). Vd. CARLOS ANTONIO CORDEIRO, *Formulario de todas as ações criminaes*, p. 131, Rio 1888. A Lei da reforma judiciária de 20 de Set. de 1871 aperfeiçoou este instituto, dando-lhe amplitude. Vd. TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE, *Consolidação do Processo Criminal do Brasil*, p. 476, Rio 1876.

(2) CANDIDO DE OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 197.

(3) Vd. a crítica de JUSTINIANO DA ROCHA, *Ação, Reação, Transação*, p. 22.

Pertence a este período a Lei de 3 de Outubro de 1832, que reformou o ensino medico, creando as Academias da Bahia e do Rio de Janeiro: a iniciativa foi do ministro José Lino Coutinho.

todas as paixões" (afirmava Limpo de Abreu, em 1836)... (1).

Tratava-se de lei benigna.

Em 1832 parecia o ideal da vida brasileira.

Veremos que desde 1839 até 1841 só se pensou em mudá-la por uma legislação fortemente centralizadora.

Mesmo em 1832 revelou o *Código* o imenso perigo daquela diluição judiciária.

Foi esse um agitado período em que se extremou a violência dos jornais, a linguagem feroz dos panfletos... O exemplo baixou dos altos do Estado. O regente Lima e Silva foi rudemente atacado pelo "*Brasil Aflito*". Para vingar o pae, o tenente Carlos Miguel de Lima e Silva foi ao encontro do jornalista e o feriu de morte com uma estocada (2). Levado a júri, não lhe conheceram o crime, por falta de testemunhas; e saiu livre. Daí a ironia do viajante: à liberdade de imprensa se contrapunha a da faca... (3).

Reagruparam-se os restauradores. Fundaram no Rio (11 de Agosto de 33) a *Sociedade Militar*, cons-

(1) JOSÉ ANTONIO SOARES DE SOUZA, *A Vida do Visconde do Uruguai*, ps. 107-9, S. Paulo 1944. Veja-se o capítulo XIX. Pela lei de 3 de Dez. de 1841, o juiz municipal e o promotor passaram a ser nomeados pelo governo central.

(2) VIEIRA FAZENDA, *Antiquilhas e memórias*, II, 333; e conferência sobre aspectos dos períodos regenciais, *Rev. do Inst. Hist.*, v. 77, parte I.a, p. 56. Os principais jornalistas reacionários eram João Batista de Queiroz e David da Fonseca Pinto, e o maior defensor da Regência, Evaristo, na *Aurora*.

(3) Narrativa da viagem de um naturalista inglês, notas de R. GARCIA, *An. da Bibl. Nac.*, LXII, 38. Na Bahia ocorreu fato parecido nesse mesmo ano de 1833. Em 31 de Outubro, o Dr. Sabino Vieira (o homem da Sabinada) chicoteou o jornalista Vicente Ribeiro Moreira, cujo irmão, o alferes José Joaquim Ribeiro Moreira, tentou por sua vez açoitá-lo, em 7 de Novembro. O agredido matou-o com certo golpe de faca de cirurgião, que levava num estojo... LUIZ VIANA FILHO, *A Sabinada*, p. 86, Rio 1938, e foi condenado a seis anos de prisão, vd. in *Arq. Publ. do Est. da Bahia, A Rev. de 7 de Nov. de 1837*, I, 360. Apelou para a Regência, alegando o precedente, da absolvição do tenente Lima e Silva, e foi indultado, em 27 de Nov. de 1834.

tituida pela elite dos antigos servidôres de D. Pedro I. Também esta, como a de Evaristo, agora de cima, multiplicou, nas províncias, as suas filiais (1). Os seus mentôres ainda eram os Andradas, Antonio Carlos, em missão na Europa, para fazer regressar ao Brasil o Imperador abdicatário, e José Bonifacio, chefe ostensivo da parcialidade. Aureliano foi mais hábil do que Feijó. Valcu-se da irritação popular contra a Sociedade recém-fundada, para dispersar, ainda uma vez, os inimigos da Regencia e, sem mais hesitações, demittir o tutor, a quem substituiu pelo marquêz de Itanhaen, pessôa de sua confiança (2).

A quêda de José Bonifacio (3) poz por terra o grupo reacionário, que poderia aspirar à monarquia forte, com D. Pedro I, se quizesse voltar, como An-

(1) E' curioso notar que, em 13 de Dez. de 1833, a Camara de Mar'ana fazia responsavel a *Sociedade Militar* pelos motins havidos na provincia... *Rev. do Arq. Publ. Min.*, 247. Como diremos, a sedição de Ouro Preto, em 22 de Março, foi attribuida aos restauradores. A da Bahia era mais antiga, pois em 18 de Out. de 1832 escrevia ao visconde do Rio Vermelho, enviando um discurso impresso, doc. ms. no Instit. Hist. da Bahia.

Na sessão de 14 de Março de 1835, da Assembléia Provincial da Bahia, foi "recebida com especial agrado a felicitação dirigida pela *Sociedade Militar desta provincia*", *Atas*, v. 1, p. 28, Bahia 1937.

O consul português no Rio, entretanto, dizia que os brasileiros adotivos "ainda tem mais preponderancia" em Minas e no Rio Grande", c. de 27 de Agosto de 1831, ms. no *Arq. Hist. Col.*, Lisboa.

(2) Era sobrinho do bispo de Coimbra D. Francisco de Lemos, SANCHES DE BAENA, *Familias Titulares e Grandes de Portugal*, II, 59.

Preparando o terreno para a deposição, no "*Correto Mercantil*", de 28 de Set. de 1833, o ministro Araujo Viana contestou longamente os serviços de José Bonifacio á Independencia.

(3) A luta entre a regencia e o tutor, cujo desfecho em Julho de 1832 foi protelado, com a demissão de Feijó, se reacendeu no ano imediato, conduzida por Aureliano, auxiliado por Paulo Barbosa da Silva e D. Mariana de Verna. Esta fôra substituída, na delicada função de Camareira Mór, pela condessa de Itapagipe, por José Bonifacio nomeada em 7 de Janeiro de 1832. A Condessa deu ainda o tutor, em 24 de Março de 32, a incumbencia de distribuir as Pousadas no Paço. Por fim, em 6 de Agosto do mesmo ano, destituiu do exercicio no Paço a D. Mariana, com a declaração: "Ordeno á Condessa de Itapagipe que serve de Camareira Mór, em atenção ás suas virtudes, se queira

tonio Carlos lhe propoz (1), ou com um governo de união, enquanto menor D. Pedro II. Sem o espartalho do partido restaurador no paço imperial, fácil seria àquele governo equilibrado liquidar a crise legislativa, com a reforma da Constituição, e restabelecer a tranquilidade nas províncias (2), tomadas pela desordem.

encarregar do governo do Quarto S. M. I. . . ." (Ms. no arq. do A.). Precipitou a crise a *Sociedade Militar*, instalada na corte em 11 de Agosto de 1833, e que se destinava a promover — ao que corria — o regresso de D. Pedro I. Na conspiração estaria José Bonifácio, como chefe ostensivo, a par de pessoas da antiga situação, como Baependi, o general Moraes... (MAX FLEUSS, *Contribuições para a biogr. de D. Pedro II*, p. 73). Peças de arq. de família do A. abonam essa crença. Entre os da condessa de Itapagipe figura este bilhete sem data, que parece de 1833: "Os ministros estão em arranjos para fazer voltar D. Pedro ao Brasil, e tiveram conferências com Talleyrand e Lord Palmerston sobre estes arranjos. Os Agentes de D. Pedro do partido influente no Brasil chegaram aqui; e vão partir para Portugal encarregados de comissão para D. Pedro voltar ao Brasil a tornar a reassumir as funções Imperiais." &. &. & (ms. Inéd.) O fato é que em 5 de Dezembro de 33 a multidão, constituída de exaltados liberais pediu a demissão do tutor e da dissolução da *Sociedade*. Empastelou em seguida, as oficinas do "Caramuru" e de outros jornais restauradores. Acedeu o governo, em 6 de Dezembro, e, por decr. de 14, demitiu José Bonifácio, nomeando para suceder-lhe o marquês de Itanhaen. Replicou o "Patriarca", só cederia á força. Apresentou-se a força, com os brigadeiros José Joaquim de Lima e Silva e Cunha Matos, e um contingente de tropa. Só então se retirou, para ir passar o resto dos dias em activo silencio, na ilha de Paquetá. Faleceu aos 75 anos de idade em S. Domingos de Niterói, a 5 de Abril de 1838. Teve túmulo provisório na Igreja dos Terceiros do Carmo, do Rio de Janeiro. Jaz no "panteon" dos Andradas, em Santos, sua cidade natal. Sobre a sua quêda, vd. relato do ministro de França, cf. ALBERTO RANGEL, *No rolar do tempo*, ps. 119-120. Ajudaram a convencê-lo o ministro austriaco e monsenhor Fidalgo.

(1) D. Pedro respondeu a Antonio Carlos, em 14 de Setembro de 1833: "Art. 1.º A minha abdição está valiosa; jamais tive tenção de a declarar nula". ...Respecto sobremaneira o juramento que voluntariamente prestei á constituição brasileira, para ir emprender causas que não sejam legais e não sejam conformes com a vontade geral da Nação Brasileira a que pertenco". (Doc. no arq. do castelo d'Eu, *An. da Bibl. Nac.*, LIV, v. 1.º, p. 430). Da missão de Antonio Carlos fala PEREIRA DA SILVA, *Hist. do Bras. de 1831 a 1840*, p. 127. A resposta, na integra, in ALBERTO RANGEL, *op. cit.*, p. 126. O governo da Regencia (Aviso de 8 de Junho de 1833) estava a par das negociações, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, XVIII, 214-5.

(2) O regente Lima e Silva, em 14 de Setembro de 1833, pedia opiniões sobre uma "proposta de federação do norte do Brasil, tendo por centro Pernambuco", *An. da Bibl. Nac.*, LIV, 1.º, 429. Portanto, os "abrilistas" estavam dispostos a transigrir quanto a mudança de regimen, enquanto os reacionarios, com os Andradas, pugnavam pela conservação dele, mesmo sustentada por D. Pedro I de volta ao go-

DESAGREGAÇÃO

As agitações ocorridas obedeciam na côrte ao espirito politico: contendiam liberaes e conservadôres, com o nome de reformistas, *abrilistas* ou democratistas, e *caramurús*, retrógrados ou monárquicos. Nas provincias o tumulto que, intermitente, se declarou, no mesmo periodo, tinha razão mais simples, que o ministro francês, barão de Rouen, quiz definir em Agosto de 1840: "O Brasil apresenta, de verdade, no conjunto, alguma cousa de precário e inquietante: o seu principio governamental está em luta permanente com o espirito de republicanismo dos Estados que o cercam; chegaram-lhe as doutrinas insinuantes dos Estados Unidos; e cada uma de suas provincias contém um germen de vitalidade e independencia que lhes dá uma tendencia particular e natural para uma separação e uma emancipação mais ou menos completa" (1).

Fizera-se a Independencia, com a corôa, levada de vencida aquella tendencia centrifuga. O primeiro reinado comprimira-a, retivera-a, ora violento, ora persuasivo, até ser vencido por ela. O que na côrte foi vitória da opposição parlamentar, do nacionalismo do povo, nas provincias foi confirmação de autonomia, desafôgo, clamôr regionalista.

NAS PROVINCIAS

Não houve região do país onde não repercutissem os acontecimentos subsequentes ao 7 de Abril.

verno, como regente em nome do filho. O chefe militar ostensivo deste ultimo partido era o general José Manuel de Moraes ("le gal. Moraes chef du parti de D. Pedro", of. de St. Priest, 17 de Junho de 1834, cf. A. RANGEL, *op. cit.*, p. 48).

(1) A. RANGEL, *No rotar do tempo*, p. 90.

Na Bahia, dois presidentes depostos, seis molins em 1831, precederam a insurreição federalista de 19 de Fevereiro de 32, em Cachoeira (1). Lavrava também no seio da escravatura — ali a mais concentrada e numerosa — uma efervescência temível (2). Estava-se sobre um vulcão... Em 14 de Setembro de 31 rebelou-se a guarnição do Recife (presidia a província Manuel de Carvalho Paes de Andrade, o revolucionário de 1824) e tais excessos cometeu que milicianos e povo, umas 3 mil pessoas, a atacaram, matando mais de 300

(1) O capitão Bernardo Guanaes Mineiro proclamou a "federação imperial" em Cachoeira, mas foi preso e processado graças à pronta reação dos senhores territoriais. Mais uma vez os proprietários do Reconcavo fizeram valer a sua força. Em 27 de Abril de 33 revoltou-se o Forte do Mar (auxiliado, entre outros, pelo 2.º tenente Daniel Gomes de Freitas, que veremos ministro da guerra da "Sabinada", adepto, em Sorocaba, da rebelião liberal de 42 e emissário dos "farroupilhas" gaúchos em 43, portanto fiel ao sentimento republicano), também sem êxito, pois no dia 29 teve de render-se. (J. A. A., Efemerides, *Rev. do Inst. da Bahia*, n. 47, ps. 141-2). A propaganda era feita, em 1832-33, pelo semanário *O Federal* pela Constituição (BRAZ DO AMARAL, *Recordações Históricas*, p. 6, Porto 1921). O mesmo A. transcreve o esboço da Constituição de Cachoeira (18 de Fev de 32), que deve incluir-se na série de outras tentativas de reorganização política do país, como a Constituição de Pouso Alegre, também de 32. Arvorou-se bandeira azul e branca... Pôde-se encontrar neste movimento o eco da Confederação do Equador, com a singularidade de estar Manuel de Carvalho com a legalidade, em Pernambuco, e os Cavalcanti na oposição regionalista. Aqueles artigos de Constituição foram lidos pelo seu provável autor, Domingos Guedes Cabral, professor primário, natural do Rio Grande do Sul, depois, na Bahia, ardente jornalista liberal (A) MILTON, *Rev. do Inst. Hist. da Bahia*, ano IV, p. 376), também envolvido na "Sabinada" (*Publ. do Arq. do Est. da Bahia, A Rev. de 7 de Nov. de 1937*, III, 308).

(2) O mal estar causado pelas insurreições de escravos culminou com a dos "malês" (negros sudaneses de cultura mussulmana), de 24 para 25 de Janeiro de 1835 (que resumimos no livro "*Os Malês*", Petropolis 1933; cf. *Jornal do Comércio*, Rio, 10 de Fev. de 1835). Os negros insurrectos atacaram o quartel de cavalaria de Agua de Meninos, seguiram para o largo do Teatro e rua de Baixo, e chegaram a investir o quartel dos permanentes, mas foram acossados e dissolvidos por vários destacamentos militares e cidadãos armados. A lei numero 1, da Assembléa Provincial, cominou prevenções e graves castigos para esse tipo de sublevação, que tanto inquietou a cidade: julgava-se possível a repetição do que houve em Santo Domingo.

Sobre varias agitações da Bahia, até a de 25 de Outubro de 1836, ou "Cemiterada", que consistiu no ataque do povo ao cemitério que acabara de ser construído por uma empresa concessionária, FRANCISCO GONCALVES MARTINS, *Simplex e breve exposição*, Publ. do Arq. do Est. da Bahia, *A Rev. de 7 de Nov. de 1937*, II, 257.

soldados (1). A oposição federalista, mas autoritária, era encabeçada pelos Cavalcanti (2), presentes, sempre, o partido popular, de Recife, com a violência tradicional, e a autoridade orgulhosa dos senhores de engenho, um momento retraídos, porém invencíveis na sua influencia rural... Estes acabaram destroçando o adversario dispersivo: porém depois duma luta extensa e tenaz. Pude o presidente do Maranhão, Araujo Viana, dominar a revolta em S. Luiz (3). No Pará, encabeçou-a o conego Campos (3), favorecido pelo presidente Machado de Oliveira: tornou-se terrível quando Lobo da Silveira, seu sucessor, quiz contê-la. Correram às armas os liberais: começou aí a "cabanagem" (5).

No Ceará, chefiaram os "caramurús" Pinto Madeira e o vigario Souza, de Jardim (Junho de 31). Chegaram a apoderar-se do Crato, terra do presidente da

(1) PEREIRA DA SILVA, *op. cit.*, p. 51. Presidia a provincia o des. Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, depois visconde de Monserrate, que vimos em 1822 no conselho interino de governo da Bahia. (Vd. TEODORO SAMPAIO, in *Rev. do Inst. da Bahia*, n. 45, p. 125 e segs.)

(2) Carta de Buschental a Costa Carvalho, 24 de Abril de 1832, ARGEU GUITMARÃES, *Em torno do casamento de Pedro II*, p. 80. Rio. Presidiu depois a provincia Francisco de Carvalho, cujo irmão, Manuel, chefe do partido popular, amparava a situação com o seu prestigio: prevalecia, por essa ocasião, o grupo exaltado contra a aristocracia dos engenheiros, e os portugueses, tomados de terror, *doc. cit.*, p. 81.

(3) DUNSCHES DE ABRANCHES, *A Setembrada*, p. 394 e segs.

(4) Chefiava o *partido filantropico* (liberal) o conego Batista Campos, que se apoiou a Machado de Oliveira, ao clero, aos caboclos ou nativistas contra o grupo "caramurú" (conservador), composto pelos portugueses, grandes proprietários, senhores de escravos, maçons... Curiosa figura de agitador, o conego (1782-1835) redigira o *Paraense*, depois de Patroni, fôra democrata por ocasião da independencia, incorrera nas iras de Cochrane, estivera preso na fortaleza de Santa Cruz, no Rio, e ganhara na sua provincia popularidade analogá á de Cipriano Barata no sul: um caudilho inteligente e indomável.

(5) O nome vem das *cabanas*, onde moravam os sertanejos, partidarios do conego, ou de ridicula referenc'a às orelhas... de *cabano*, sulno, dessa gente, dobradas pelos chapéos largos que usavam... DILKE BARBOSA RODRIGUES, *Angelim*, p. 59, Rio 1936. Em Portugal, diz-se *cabaneiro*, LUIZ DE ALMEIDA BRAGA, *Paixão e Graça da Terra*, p. 38, Rio.

provincia, padre José Martiniano de Alencar (1), que contou, para desalojá-los, com a tropa de linha, do comando do general Labatut, e os capitães sertanejos da parcialidade "liberal" (2).

Contra os portugueses do comercio se desencadeou brutal oposição, do Pará a Pernambuco, à Bahia e a Mato Grosso, (3), com muitas mortes, injúrias e desatinos.

Por toda parte o conflito político se complicou com o assalto da patulêia aos negociantes europeus.

Uniram-se aos "liberais" os republicanos, os abolicionistas (que pediam a libertação da escravatura em nome das idéias do seculo), os nativistas "jacobinos", n'algumas provincias aliados de forças sediciosas latentes: pequenos fazendeiros ou "cabanos" do vale do Amazonas, populares de S. Luiz, do Recife e da Bahia, "capoeiras" do Rio de Janeiro, "gaúchos" do Rio Grande... Estes dêram mais que falar de si.

Nem as Minas Gerais, onde as inquietações partidárias eram mais discrêtas, se livraram do contágio revolucionário. Em 22 de Março de 1833 havia quartelada em Ouro Preto!

(1) Em 1838, George Gardner ainda encontrou no Crato o velho pae do presidente, que, por sua vez, o visitava, com a familia, *Via-gens no Brasil*, ed. cit., p. 154. Publicou-se no Rio, em 1837, *Memórias para a biografia do sr. Alencar*, em que há o discurso de Maciel Monteiro — entre outras acusações — dando-o como uma espécie de Donatario do norte...

(2) JOÃO BRIGIDO, *Rev. do Inst. do Ceará*, XVII, 312 (Fortaleza 1903).

(3) A "rusga" de Mato Grosso, em 30 de Maio de 1834, de que resultou a matança de muitos portugueses, teve como principal instrumento remanescentes do batalhão dos *Periquitos*, desterrado da Bahia em 1824. VISCONDE DE TAUNAY, *A Cidade do Ouro e das ruínas*, p. 119, São Paulo 1924. Os portugueses ali não passaram de cento e sessenta... que punham em perigo a Independencia, como lembrou ironicamente Honorio Hermeto, discurso de 20 de Agosto de 1836.

Leia-se o resumo dessas revoltas in Francisco Gonçalves Martins, *Suplemento á exposição, Publ. do Arq. Pub. da Bahia*, A rev. de 7 de Nov., II, 292. Sobre a "rusga", José de Mesquita, *João Poupino Caidas*, p. 21, Cuiabá 1934.

A REVOLTA DE OURO PRETO

Os "abrilistas" deram a sedição de Ouro Preto (em 22 de Março de 1833) como uma reparição dos restauradores, que recebiam ordens da "Sociedade Militar", e, derrubando o partido de Vasconcelos, então no governo da provincia, queriam com isto facilitar a volta a D. Pedro I... (1). Ausentára-se da capital o presidente, Manuel Inácio de Melo e Souza. Aproveitando a oportunidade, o proprio comandante das armas, coronel Toledo Ribas, o da guarda nacional, Manuel Soares do Couto, cunhado do ministro Honorio Hermeto, e outros officiaes, sublevaram a guarnição. Bernardo de Vasconcelos, vice-presidente, declarou assumir o poder, em palacio, e enfrentou os rebeldes: foi allí preso, e mandado para Queluz. O motim circuncreveu-se a Ouro Preto. Vasconcelos apelou para os correligionários, que lhe reconheceram a autoridade em Queluz, logo nas demais vilas. O governo do Rio en-

(1) Na mensagem inaugural da assembléa da provincia, em 1835, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, XVII, 59, o presidente Limpo de Abreu ajudou ao levante, em favor "do Príncipe estrangeiro que abdicara no dia 7 de Abril..." Agentes e emissarios da Sociedade Conservadora Militar do Rio de Janeiro..." (representação da Camara de Mariana, 1833, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, XVIII, 247). O presidente Manuel Inácio: "...as influencias que caíram depois da gloriosa regeneração operada no dia 7 de Abril de 1831"... "agentes do partido restaurador...", *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano VII, fasc. I e II, p. 78. O ouvidor Antonio José Monteiro de Barros servira de intermediario entre Vasconcelos e José Bento, encerrados no Palácio, e os insurgentes, *Rev. cit.*, vol. cit., p. 236. Vd. também A. DE QUEIROZ, *O Senador José Bento*, ps. 46 e segs., Belo Horizonte 1933. Os legais reduziram a resistencia a Santa Rita, Boa Vista e logar chamado de João Correa, "com artilharia, infantaria, cavalaria, fazendo mortos e ferimentos..." (*Ibd.*, loc. cit.) Vd. devassa e relação dos réos pronunciados, *Rev. cit.*, vol. cit., p. 253, sendo um dos principais cabeças João Reinaldo de Werna Belstein ("o mais influente dos cabeças", *ibid.*, vol. cit., p. 256), por sinal de família ligada ao Paço de S. Cristovão.

Em Pitangul foi preso o padre Belchior Pinheiro de Oliveira, da facção *caramurá*, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, XI, 353, ou dos "restauradores que na capital da Provincia ensalaram a revolta..." (Protesto dos estudantes mineiros, *Rev. cit.*, VII, 73).

viou sem demora o general Pinto Peixoto, com ordens energicas para debelar o levante. Levava também a nomeação de presidente, cargo em que se investiria, se necessário fosse. Honorio Hermeto, interessado na pacificação, queria isto mesmo. Os amotinados achavam excelente essa solução, que importaria a derrota de seus adversarios "abrilistas". Mas o general preferiu repôr no governo Manuel Inácio. Assim acabou o movimento, ganhando Vasconcelos maior notoriedade, enquanto Honorio, acusado de ter mantido correspondencia com o cunhado, deixava o ministério (1). O desfavor em que caiu esse chefe moderado era um sinal dos tempos. Vasconcelos, ao contrário, novamente na evidencia de sua autoridade liberal, podia lançar-se a outro trabalho hercúleo: o "Ato Adicional". Foi, em 1834, suficientemente forte para encaminhar-lhe a discussão numa atmosphera de concordia, onde não houve lugar para o Senado, que o aprovou afinal (2)!

O ATO ADICIONAL

Era Bernardo de Vasconcelos o deputado mais influente em 1834. E' certo que não conseguiu impedir a reeleição de Honorio Hermeto, sustentado, alem disto, pelo ministro Aureliano. Foi porém o mais vo-

(1) Veja-se a carta de Honorio ao marechal, sem data, *Rev. do Arq. Publ. Mln.*, ano VII, fasc. I e II, p. 167. Falava da necessidade de evitar a guerra civil, "creando nela (provincia) uma espécie de Vendéa". E mandava que apresentasse a sua carta de Presidente. Carta de Pinto Peixoto confirma: "disse-me (o juiz de paz de Ouro Preto), "que em virtude de uma carta do sr. Honorio Hermeto escrita a seu cunhado Manuel Soares, em que lhe dizia que eu era o Presidente, etc." (*Ibd.*, p. 115).

(2) Vd. F. FRANCO DE SA, *A Reforma da Constituição (Estudo de História Pátria e Direito Constitucional)*, p. 2, Rio 1880. Aí a expliação da attitude coerente do Senado.

Note-se que o "clima político" de 1834 foi sensivelmente mais tranquilo do que o de 1833. Em 17 de Março visitou o menino Imperador a esquadra, sendo festivamente acolhido (*Jornal do Comercio*,

tado para a comissão incumbida da reforma constitucional (47 votos; Limpo de Abreu e Paula Araujo, 40); e a redigiu, com agudo espirito de conciliação. Resolveu a Camara (pois só os deputados tinham sido pelos eleitores investidos do mandato especial para a reforma) que não subisse o projéto ao Senado; e, após nutridos debates, o enviou à sanção da Regencia: converteu-se no *Ato Adicional*, em 12 de Agosto daquele ano. As emendas ao texto (1), de Vasconcelos, não lhe quebraram as linhas originaes, de hábil adaptação dos principios federalistas à monarchia representativa (2).

“...O principio federal (disse Limpo de Abreu, ao entregar o projéto à Regencia), amplamente desenvolvido, recebe apenas na sua applicação aquelas modificações que são filhas do estudo e da experiencia das nações mais cultas; respeita-se enfim, religiosamente, a forma de governo que a nação adotou e que tem contribuido nas maiores crises para salvá-la do embate das paixões e dos partidos, e as prerogativas da corôa imperial adquirem novo esplendor e realce”.

21 de Março de 1834). Em 7 de Abril houve baile da *Sociedade Defensora*, a que compareceu a Familia Imperial, e outro ainda mais amado, porque de mascarar, comemorativo do aniversario dos Guardas Permanentes... (*Jornal do Comercio*, 8 de Abr.l).

(1) Sobre o caracter e prestígio de Vasconcelos em 1834, vd. depoimentos diplomaticos, A. RANGEL, *op. cit.*, p. 130 e segs. O núcleo moderado da Camara, que deu ganho de causa à reforma, e a que pertencia Honorio, foi apelidado de “maroma”, Justiniano, art. *O Marquês do Paraná*. Queixou-se Vasconcelos das emendas, “que o podem tornar... a carta da anarquia” (disc. de 29 de Maio de 1839). Corrigiu-se, com a lei de interpretação, de 12 de Maio de 1840, cujo projéto fora apresentado em 10 de Julho de 37, AURELINO LEAL, *Rev. do Inst. Hist.*, v. 77, 1.a parte, p. 335.

(2) AURELINO LEAL, *Do Ato Adicional á Maioridade*, p. 53, Rio 1915. Na mesma corrente liberal andou o projeto que extinguiu morgados e capelas, acabando com essa categoria de bens, e que se converteu na lei de 6 de Outubro de 1835, golpe vibrado na velha nobreza territorial em nome do Direito civil. (Vd. TEIXEIRA DE FREITAS, *Consolidação das leis civis*, p. 57 e nota, Rio 1862).

“...Vae ser uma realidade na America uma monarchia sustentada por instituições populares...” As provincias, presididas embora por um delegado do governo imperial, o presidente, teriam as suas assembleias legislativas, de mandato bienal, eleitas na fórma da assembleia geral. Competir-lhes-ia legislar sobre divisão civil, judiciaria e eclesiastica local, instrução publica (primária e secundária), desapropriações por utilidade municipal, despesas municipais e provinciais e impostos para cobri-las, orçamento, administração, obras publicas, navegação interior, regime penitenciario, empréstimos provinciais e municipais... Em vez de triplice, passava a ser una a Regencia (obviada a desarmonia entre os regentes, inevitavel no transcurso das agitações politicas); e eleita, pelo sistema da eleição dos deputados, por um periodo de quatro anos. Na falta do regente, governaria o ministro do Império (1). Suprimia-se o Conselho de Estado (2). Não menos importante era o artigo que constituia o “municipio neutro” (a côrte), determinando que noutro logar se reunisse a assembleia da provincia do Rio de Janeiro (3). Resolviam-se de

(1) Vd. AURELINO LEAL, *op. cit.*, p. 51 “Ainda no fim da sessão de 1835 aventava-se, sob o patrocínio do deputado pernambucano Luiz Cavalcanti, a idéia da regencia constitucional da sra. D. Januaria...”, JUSTINIANO, art. *O Marquês do Paraná*.

(2) Veremos que em 1841 foi novamente creado o Conselho. Quanto ao presidente da provincia, os seus poderes foram declarados em lei de 3 de Outubro de 1834 e ampliados pela lei de Interpretação de 12 de Maio de 1840, como diremos.

(3) O primeiro presidente da provincia foi Joaquim José Rodrigues Torres (amigo de Aureliano e um dos futuros conservadores), nomeado em 20 de Agosto de 1834. Instalou na vila da *Praia Grande* o governo, elevando-a (Lei n. 2, de 26 de Março de 36) a capital da provincia, e — 31 de Março — á categoria de cidade, com o nome de *Niterói*. (ANTONIO FIGUEIRA DE ALMEIDA, *História Fluminense*, p. 155, Rio 1930).

relance a questão da "capital do país" (1), separada da província onde residia o governo, como nas federações se requer (2).

O Senado, ofendido pela exclusão, achou melhor concordar com o *Ato Adicional* — indiretamente, na sua forma prudente, vitória dele. Podia-se prevê a estabilidade do Império. Tudo correria bem... se não empolgasse a política o problema, mais grave do que a reforma, que era a sucessão.

Vasconcelos, que não fôra chamado para o ministério (Aureliano substituiu Honório em caracter efetivo, a 10 de Outubro de 34), rompeu com o governo, já disposto a opôr-lhe novo partido, o "do ceintro" (3). O regente Lima e Silva, abandonado por

(1) Graças à providencia indicada no art. 5 do *Ato Adicional*, não teve o Brasil, quando adotou a forma federativa, em 1889, o grave problema da localização da capital, resolvido na America do Norte com a criação do Distrito de Columbia (Washington), exacerbado na Argentina com a opposição das provincias á de Buenos Aires, de que resultou, em 1880, a fundação de La Plata. (Vd. P. CALMON, *Direito Constitucional Brasileiro*, Rio 1936, e *Curso de Direito Publico*, 2.a ed., Rio 1942).

(2) Para ser federação, faltava a eleição do executivo provincial, em vez da nomeação pelo Imperador, e pouco mais. (Vd. RUY BARBOSA, *Coment. á Const.*, coligidos por Homero Pires, p. 52).

Jules Ferry disse uma vez, ao barão de Mamoré: "Mais c'est un empire federal, que le Brésil!" (B. MOSSÉ, *D. Pedro II*, p. 55, Paris 1889). O ministro Marques Lisboa teria ouvido a Wellington, em 1850, a proposito das pacificas reformas do Brasil: "Oui, vous... pouvez être fier de votre Constitution et de votre pays; je ne connais pas en Europe un seul Etat qui aurait resisté, à une pareille épreuve", *ibid.*, p. 59. (Tais citações, de Mossé, são de fato do barão do Rio Branco, autor do livro).

Veremos como a idéia federativa tornou a empolgar o país no fim do segundo reinado.

(3) *Doas palavras imparciais sobre o terceiro partido e o sr. Bernardo Pereira de Vasconcelos*, por J. S. G. (D. José de Saldanha da Gama), p. 4, Campos 1835. Neste opúsculo se noticia a elaboração do partido *conservador*. Vd. principalmente JOSÉ ANTONIO MARINHO, *Historia do movimento etc.*, p. 39. D. José disse: "...Podemos datar a apostasia do sr. Vasconcelos de fins da sessão de 1834. Uma administração se pretendeu compôr então, de que fizesse parte o illustre financeiro...", *ibid.*, p. 12. Mas não entrou; e rompeu.

Costa Carvalho, que se recolhera a São Paulo, e sem Braulio Muniz, que adocera gravemente (morreu a 20 de Setembro de 35), nomeou outro ministério em 16 de Janeiro. Indignado com a apresentação de vários adversários para a eleição regencial, ameaçava resistir-lhes, com a promessa de continuar no cargo, se algum deles fosse o escolhido (1). Só o transmitiria a um "abrilista"! As principais candidaturas foram de Costa Carvalho, alvitada pelos moderados, de Holanda Cavalcanti, sustentada pelos elementos do norte, e de Feijó, por Evaristo da Veiga e seu grupo. N'outras palavras: moderados, retrógrados, liberais, ou irredutíveis...

Não havia mais restauradôres. Ficára sem motivo o "sebastianismo", com o falecimento prematuro de D. Pedro I, depois de sua triunfante campanha em Portugal. (24 de Setembro de 1834) (2).

Mas cada uma daquelas correntes definia um destino. Carvalho era o meio termo (3); Holanda, o

(1) *Carta* de Francisco de Lima e Silva ao coronel Bento Gonçalves, no Rio Grande, de 20 de Janeiro de 1834: trata da cabala de Almeida Torres e Manuel Antonio Galvão em favor de Pedro de Araujo Lima para regente; acusa-o de traidor à regencia, no seu ministério de 1832. (*Doc. cm.* ao Inst Hist. por Sousa Docca, conf. de 20 de Set. de 1932). Em 15 de Dez. de 1835, ao conde de Valença: "O Padre Feijó descaradamente pretende; Vasconcelos solicita votos em Minas, e no Norte é Candidato Manuel de Carvalho e Barata; veja V. Ex. em que mãos irá cair isto, e o inocente Imperador..." O general insinuava a propria candidatura: "Não quero com esta exposição inculcar-me, ao contrario, tomara ver-me livre destes ingratos; porém não desejo ver o Brasil em republica, o que sucederá, se qualquer dos acima indicados empoiçar o mando". (A. DE REZENDE MARTINS, *op. cit.*, p. 47).

Vd. a declaração de Feijó para aceitar a regencia. PEREIRA DA SILVA, *Hist. do Bras. de 1831 a 1840*, doc. n. 10.

(2) Vd. P. CALMON, *Vida de D. Pedro I*, 7.a ed.

(3) Vd. doc. de Honorio Hermeto, cit. por H. Laço Teixeira *Canf. no Inst. Hist.*, 1932.

sentimento autonomista das províncias; Feijó, a autoridade, como em 1831... Este venceu a eleição (1); e empossou-se na regencia em 12 de Outubro de 1835.

(1) Aumentou a perplexidade a disposição do Ato Adicional que mandava haver dous candidatos, um dos quais seria sempre de outra provincia.

Pelo resultado geral do pleito se verifica que não houve acôrdo sério sobre eles. Foram votados, Feijó vencedor, com 2.826 votos; Holanda, 2.251; Costa Carvalho, 847; Araujo Lima, 760; o proprio Lima e Silva, 629; Paes de Andrade, 605; Vasconcelos, 595. Vale dizer que nenhum dos votados obteve sufficiente maioria para se intitular — eleito da Nação. Tanto assim que se cogitou de opôr á vitoria de Feijó o nome da princeza D. Januaria, a quem caberia a Regencia, se declarada maior... (Carta de José Martiniano de Alencar ao ministro da Fazenda, Castro e Silva, 10 de Out. de 1835, *Rev. do Inst. do Ceará*, XXII, 60, Fortaleza 1908). E recusaram os antigos "caramurus" participar do governo de Feijó. O TARQUINIO DE SOUZA. *op. cit.*, 220. Deu-se-lhes o apelido da facção "holandêsa", do nome de Holanda Cavalcanti. Lima e Silva, por seu lado, já em Dezembro de 1835 se voltava para o pequenino D. Pedro II como uma esperança... *An. da Bibl. Nac.*, LIV, 1.º, 442.

XVII

O PERIODO DE FEIJÓ

O REGENTE FORTE

A eleição de Feijó, que se destinava, na crença de Evaristo da Veiga, a reforçar a autoridade, de fato a enfraqueceu. Porque, sobrando ao Regente vigor e vontade, lhe faltava senso político: dividia, na hora propicia à união. Começava sem maioria no parlamento (em 97, podia contar com 44), o que era desanimador, a menos que demovesse alguns elementos preponderantes da oposição. Mas Feijó não tinha o temperamento astuto dos chefes de partido, capazes de aliciamento e comando suave. Quando — ao assumir a regencia — pretendeu fazer ministério de conciliação, nenhum dos adversários lhe atendeu ao convite. Estavam contra ele os Lima e Silva, os amigos de Holanda, Vasconcelos e Honorio. Até Evaristo, seu grande eleitor, dele se afastaria no fim (1). Em 30 de Dezembro publicou o ultimo numero da "Aurora Fluminense", a despedir-se dos leitores com o retrospecto de sua ação liberal, que concluia pedindo o favor popular para "o homem da confiança da maioria da Nação". Ensarilhára as armas,

(1) Vd. O. TARQUINIO DE SOUZA, *Evaristo da Veiga*, p. 286. — "A Camara dos Deputados — escrevera pouco antes Alvares a Costa Carvalho — conta em seu seio 97 deputados: destes, 53 fazem a maioria holandêsa, 44 são o núcleo da antiga moderação..." (LUIZ DA CAMARA CASCUDO, *O Marquês de Olinda e seu tempo*, p. 152, S. Paulo 1938). Evaristo, nos ultimos dias, afirmavam os parentes, se dispuzêra a romper com Feijó: far-se-ia conservador! FRANCISCO DE PAULA FERREIRA DE REZENDE, *Minhas Recordações*, p. 72, Rio. 1944.

exatamente quando as brandiam os rebeldes do Rio Grande do Sul.

A revolução, que explodiu em Porto Alegre a 20 de Setembro (1835), foi como uma fixação das angústias democráticas que, até aí, se tinham desdobrado em incertas manifestações de desgosto popular, de desavenças de classes, de ideais vagos: poz à prova a integridade do país. O nome de Feijó não logrou evitá-la. Nem a sua rude energia pôde abatê-la. Sucediã-se os acontecimentos numa lógica implacável. A debilidade do governo central tomára no Rio Grande a fôrma detestável duma opressão oligárquica: o protesto dos “farroupilhas” (1) — exacerbado pelo espirito militar da provincia (2) — foi-lhe a consequencia.

FARRAPOS!

No Rio Grande do Sul os acontecimentos de 1831 tiveram uma repercussão mais intensa, compreensível pelo sentimento democratico (ou antimonárquico) da gente campesina, pelo temperamento cavalheiresco dos fazendeiros dispostos à luta pela autonomia de sua região, pela proximidade do Rio da Prata, onde ardiã as idéias liberais. Os partidos que lá se formaram, não tinham o personalismo dos do norte: eram nada menos do que o monárquico (“caramurú”)

(1) Dois eram os partidos do Rio Grande, “caramurús” (monarquicos) e “farroupilhas” (republicanos), registou, em 1834, ARSÈNE ISABELLE, *Viage a Argentina, Uruguay y Brasil en 1830*, trad. de P. Palaut, p. 369, Buenos Aires 1943. A “farroupilha-mór” aludia José Bonifacio em 1829 (Cartas andradinas, *An. da Bibl. Nac.*, XIV, 47., occisão, prece, em que o vocabulo tomou corpo).

(2) Notara Saint-Hilaire, em 1820, tanto as diferenças como a tendencia revolucionária da provincia, *Viagem ao Rio Grande do Sul*, p. 197, a cujo estado social em 1833 se applica o que do Uruguai disse DARWIN, *Voyage d'un naturaliste autour du monde*, trad. de Barbier, Paris 1883.

e o republicano (“farroupilha”), divididos por uma nitida separação social. Com o primeiro estavam os aristocratas do primeiro reinado, portugueses, conservadores, estabelecidos nos centros populosos, que temiam a guerra civil; e com o segundo, os nativistas, os “estancieiros” que abominavam os preconceitos da côrte (por isso tratados de “farrapos”, “farroupilhas”, ralê), os jôvens idealistas doutrinados por agitadôres entusiastas, como era o jornalista Tito Livio Zambecari (1). A presença deste em Porto Alegre, em 1834-35, deu à conspiração “farroupilha” um colorido evidente: emprestou-lhe a fé revolucionária dos “carbonarios”. O coronel Bento Gonçalves da Silva chefiva o partido da rebelião. O regente Lima e Silva já o prevenira, em 1834, contra as intrigas “caramurús” do marechal Barreto, comandante das armas (2). A truculencia do presidente da provincia,

(1) “...Conde de Zambeccary, filantropo bolonhês, defensor em toda parte da causa comum, mas tão infortunado quanto ela”, disse dele, em 1835, ARSÈNE ISABELLE, *Viaje a Argentina etc.*, p. 40. Esclareceu Garibaldi: “era filho do famoso aeronauta perdido numa viagem na Sirla e de quem não se ouviu mais falar...”, *Mémoires de Garibaldi*, trad. sur le manuscrit original par Alexandre Dumas, I, 68, Paris 1860. Sobre o ilustre italiano, geografo e botânico, vd. mais, LINDOLFO COLLOR, *Garibaldi e a Guerra dos Farrapos*, p. 86, Rio 1938; ALFREDO VARELLA, *Revoluções Cisplatinas*, I, 306, Porto 1915; JESSIE MARIO, *Garibaldi e i suoi tempo*, p. 75, Milano 1884.

A ideologia de Zambecari é a de Mazzini. Sobre esta, vd. os excelentes resumos de G. MOSCA, *Histolre des Doctrines Politiques*, p. 260, Paris 1936.

Falando do seu engajamento na revolução rio-grandense, frizou Garibaldi, que acabava de lutar as ordens de Mazzini: “me d’pongo a nuova es’stenza, tendente ai nostri principii sempre...” (carta de 22 de Abril de 1837, J. MARIO, *op. cit.*, p. 72). E ao seu pequeno navio corsario deu o nome de “Mazzini”.

(2) Aliás desde 1832, era Bento Gonçalves indicado como adepto da separação da provincia, cf. correspondencia do encarregado de negocios em Montevidéo, *Anais do Itamarati*, I, 12, Rio 1936. Que nele confiava o regente Lima e Silva, indica a carta *cit.*, contra o marechal Barreto, e não o corrobora menos a aliança do major João Manuel, aliás casado no Rio Grande, MARIO TEIXEIRA DE CARVALHO, *Nobiliario Rio-Grandense*, p. 137. Essa circunstancia foi muito debatida na Camara, no Rio de Janeiro, em 1836, contra o ministro da guerra de Feijó, Manuel da Fonseca de Lima e Silva, irmão tambem do major rebelde.

Dr. Antonio Rodrigues Fernandes Braga, serviu de pretexto para o golpe — combinado entre o coronel e Zambecari, José Gomes Jardim, o major João Manuel de Lima e Silva, irmão do regente, Onofre Pires, o coronel Bento Manuel Ribeiro (1) e outros homens destemidos. Podia contar com forte apoio além da fronteira: as “guerrilhas” de Lavalleja, alçado em armas contra Rivera (1). Lá não lhe faltariam recursos de toda sorte, análogos aos que, reciprocamente, através da fronteira de que era guardião complacente, emprestava ao caudilho oriental... Ameaçado pelos adversários, entre a alternativa, de emigrar, humilhado, ou resistir, rebelde, resolveu tudo arriscar, indo depôr, com a tropa sublevada, o governo em Porto Alegre. Parecia simples. E assim fez na noite de 19 para 20 de Setembro de 1835. Surpreendidos pela

(1) Em 1831 foi dado Bento Manuel como elemento leal ao governo, em oposição a Bento Gonçalves (*Anais do Itamarati*, I 5), fácil de retornar à boa causa, como em 1834 repetiu o marechal Barreto. *Anais cit.*, p. 23. Vd. também H. CANABARRO REICHARDT, *Bento Gonçalves*, p. 57, Porto Alegre 1932 (e o histórico do conflito entre o caudilho e o governo legal).

As causas da revolução foram enumeradas por Bento Gonçalves no seu manifesto de 29 de Agosto de 1838, em que se dirigiu aos países estrangeiros comunicando a proclamação da República rio-grandense.

(2) A inquietação na Banda Oriental se refletia no Rio Grande, onde os caudilhos rivais tinham amigos, também desavindos entre si. Bento Gonçalves favorecia Lavalleja, contra Rivera. Em 1832, refugiara-se aquele na fronteira do Jaguarão. Auxiliou-o Bento Gonçalves a invadir o Uruguai. Voltou Lavalleja a valer-se dele em 1834. O comandante das armas, marechal Barreto, destituiu Bento Manuel do comando da fronteira para satisfazer a reclamação de Rivera (*Out. de 34*). (CALOGERAS, *A Política Exterior do Império*, III, 195, S. Paulo 1933). Em 1836, porém, na presidência do Uruguai o general Manuel Oribe, Rivera foi por sua vez despojado do cargo de comandante da campanha, que lhe dava o prestígio de dominador do país. Naturalmente o desafio o levaria a revoltar-se: foi o que fez, enfrentando Oribe, seu aliado Lavalleja, e o governo de Buenos Aires. Dessa época é a fixação dos partidos “blanco” (Oribe) e “colorado” (Rivera), com as suas tendências: o primeiro, ligado aos *federals* argentinos (Rosas), o segundo, inclinado ao Brasil (AQUILES B. ORIBE, *Brigadier General Don Manuel Oribe*, I, 128-130, Montevideo 1913; CALOGERAS, *op. cit.*, III, 203); H. D., *Ensayo de Historia Patria*, p. 551, e alí o histórico das divisões dos dois partidos orientais; DUARTE DA PONTE RIBEIRO, *As Relações do Brasil com as Repúblicas do Rio da Prata* (1844), p. 6, Rio 1936.

ocupação da cidade, o presidente e o comandante das armas fugiram, a bordo duma canhoneira, para a cidade do Rio Grande. Assumiu o governo o vice-presidente, Dr. Marciano Pereira Ribeiro, amigo de Bento Gonçalves, que acalmou o povo com uma proclamação em que prometia obedecer às leis, contanto que da côrte viessem ordens compatíveis com os sentimentos da provincia — ou esta se separaria (1)!

CABANOS!

A rebelião do Rio Grande encontrou o governo central despercebido para combatê-la, pois, por esse

(1) A tendencia federalista fôra enunciada pelo jornal "O Republicano", 29 de Abril de 1835, e convertida em solução política com o grito de Neto e a Republica de Piratini, vd. SOUSA DOCCA, *Rev. do Inst. Hist. e Geogr. do Rio Grande do Sul*, ano XV, 174. "Só a federação poderá livrar esta provincia das arpias que a Corte nos manda", escrevia Pedro Boticario — o panfletário "farrapo", no "Constitucional Rio-grandense", Maio de 1831. Lavallesja quiz explorá-la em 1832, propondo a aliança do Rio Grande com o Uruguai, e o governo de Rosas, a cujo projêto antepoz mais tarde o da confederação chamada de "quadrilatero", Uruguai, Piratini, Entre-Rios e Corrientes, DUARTE DA PONTE RIBEIRO, *As Relações do Brasil etc.*, p. 6.

E' fôra de duvida que duas correntes se chocaram no selo da revolução, separatista e anti-separatista, H. CANABARRO REICHARDT, *Idéias de Liberdade no Rio Grande do Sul a Guerra dos Farrapos*, p. 19, Rio 1928, sendo de ver que, ao contrário de ALFREDO VARELLA, *História da Grande Revolução*, VI, 7, 1933, sustentou Sousa Docca, com documentação convincente, que o ideal rio-grandense se limitava á federação, em concordancia com as doutrinas que então dominavam, *Rev. do Inst. Geogr. e Hist. do Rio Grande*, ano XV, ps. 176-7. Positiva é a inclinação de Bento Gonçalves para a republica federativa, em união com as demais provincias, nem cremos que proclamasse — sem os acontecimentos que se seguiram ao desastre de Fanfa, como veremos — a separação, patrocinada por Antonio Neto como recurso de guerra. Além dos testemunhos arrolados por Souza Docca, os mais veementes transcritos in *op. cit.*, ps. 182-3, invocamos as relações estabelecidas na Bahia entre o caudilho e a opposição extremada, de que resultou o movimento de 7 de Novembro de 1837 (a "Sabinada"), calcado nos principios da insurreição rio-grandense. A este aspecto, as revoluções de 1824, de 1835 se parecem, como antecipações regionais dum movimento que não podia ser geral. Cada uma das provincias esperava que as outras a acompanhassem.

"Não tínhamos então a idéia de mudar a forma de governo estabelecida, mas atrocidades e violencias praticadas pelo governo do Imperio, seus agentes e delegados, nos forçaram a proclamar a Independencia..." escrevia Bento Gonçalves, carta de 16 de Maio de 1840. (Vd. CANABARRO REICHARDT, *Bento Gonçalves*, ps. 124-5, Porto-Alegre 1932).

tempo, se declarára, ferroz, a insurreição popular no Pará,

Como na provincia do sul, prevaleceu no norte a idéia federalista. Que não fôsse governá-la autoridade extranha ao partido "cabano"! Mas o movimento teve outro character. Começou com o conego Batista de Campos, que, em nome dos sentimentos religiosos da gente simples ("*cabanos*") confundia na mesma accusação a maçonaria, os "restauradores", os adeptos da Regencia. Facil foi para o temivel sacerdote agitar a população, tomando o partido do bispo D. Romualdo, cuja *Pastoral* contra os mações irritára profundamente o presidente, Bernardo Lobo de Souza (1). O caso da *Pastoral* era um pretexto: de fato, o que queria o conego, com os seus amigos do interior, era derrubar o governo. Ligou-se ao fazendeiro Antonio Clemente Malcher, aos irmãos Vinagre, a Eduardo Angelim e outros homens de ação, e propagou a resistencia no Acará (2). Lobo de Souza pediu auxilio à flotilha fundeada em Belem, do comando de Inglis. Pequena força expedicionária destrouçou o agrupamento dos rebeldes e aprisionou alguns deles. Foragido, morreu o conego Campos, dum acidente que lhe sobreveiu. Antonio Vinagre e João Miguel de Souza Aranha, para vingá-lo, meteram na capital várias centenas de sertanejos armados, e a tomaram de surpresa na madrugada de 7 de Janeiro de 1835. Foram assassinados torpemente o presidente Lobo, o comandante das armas, tenente-coronel Silva Santiago, o comandante Inglis, que estava em ter-

(1) Vd. ARTUR C. F. REIS, *Sintese de História do Pará*, p. 63, Belem 1942.

(2) ERNESTO CRUZ, *Nos Bastidores da Cabanagem*, p. 50, Belem 1942.

ra (1), e os "cabanos" se apoderaram do governo, declarando não receber mais presidente vindo da côrte enquanto fosse menor D. Pedro II. Sem a presença dum politico de visão larga, o partido vencedor se dividiu, Vinagre contra Malcher, ambas as facções a se agredirem, em escaramuças e atentados. Refugiou-se Malcher a bordo dum navio, onde foram buscá-lo os adversários. Não lhes escapou à sanha sangüinária. Mas a presidencia de Vinagre se circunscreeveu à cidade de Belem. Em Cametá, assumiu o governo o vice-presidente Dr. Angelo Custodio Corrêa, que fôra o mais votado na eleição para a assembléia provincial. Estabelecida a dualidade de poder, os legais se entenderam com o Dr. Angelo, que resignou nas mãos do marechal Manuel Jorge Rodrigues (2), enviado pela Regencia a pacificar a provincia. Vinagre não lhe resistiu. Tratou com o marechal a entrega da cidade e este, por sua vez, suspendeu as projetadas operações contra os rebeldes. A trégoa manteve-se até 14 de Agosto, quando os "cabanos", de novo insurgidos, forçaram o marechal a asilar-se, com parte da população, nos navios da esquadra. Investiu-se então na presidencia o jóven Eduardo Angelim (3).

Foi o fracasso do seu representante, a que se juntou o espanto causado pela vitória da revolução em Belem, que advertiu a Regencia sobre a impor-

(1) Vd. os acontecimentos narrados por LUCAS ALEXANDRE BOITEUX, *Marinha Imperial versus Cabanagem*, ps. 137-8, Rio 1943.

Os assassinos foram agarrados em 1836, na expedição á ilha de Marajó, e morreram antes do castigo, carta de Andréa, *Jornal do Comercio*, Rio 10 de Janeiro de 1837.

(2) Depo's barão de Taquari, natural de Lisboa, 1777-1845, serviu na Cisplatina, de 1816 e 1829 e comandou as armas no Rio Grande do Sul em 1830. Vd. biografia in L. LAGO, *Brigadeiros e Generais*, p. 13. Vê-lo-emos, em seguida, dirigindo a ofensiva contra os "farrapos" em 1840. No ataque de 14 de Agosto perdeu o filho, capitão Jeronimo Herculano Rodrigues, *Rev. do Inst. Hist.*, XXX, 30.

(3) Vd. DILKE BARBOSA RODRIGUES, *A Vida singular do Angelim*, p. 125, Rio 1936.

tância desses acontecimentos, locais na aparência, ligados entretanto, por sua índole política e por seu tipo de guerrilha rural, às desordens generalizadas no país. Mandou contra ela um general resoluto e uma expedição respeitável, mas na ocasião em que lhe faltavam recursos para compelir à disciplina as milícias do Rio Grande do Sul. Tinha de escolher, entre a fronteira do norte e a fronteira do sul. Feijó preferiu ser intransigente no Pará e condescendente no Rio Grande. Essa política abreviou-lhe a carreira.

A FRONTEIRA DO NORTE

Fronteira do norte... Os franceses aproveitaram-se da anarquia do Pará para cobrar uma velha dívida: a dívida da Guiana. Em 1815 pretendiam que o reivindicado território de sua colônia limitasse ao sul pelo rio Araguari. O cabo Norte em vez do cabo Orange. Ficariam com toda a costa marítima, acima de Marajó, até o Oiapock, que era o rio de Vicente Pinzon do tratado de Utrecht. A diplomacia portuguesa soubera então resalvar este direito e se acertara a fronteira provisória no Oiapock. Não convinha aos homens de Caiena tal divisória. Cartógrafos, ensaístas, exploradores, começaram a produzir, em Paris, as supostas provas do erro, e pediam que o governo entrasse no litígio com a sua habilidade ou com a sua força. A habilidade escusava-se; serviu a força. E o "Journal de la Marine", em 31 de Dezembro de 1835, noticiou que o almirante Duperré levava ordem para ocupar aquele território. Cifrou-se a ocupação num fortim, estabelecido na margem direita do Oiapock. Era a título de observação: mas transgredia as convenções e tinha o aspecto de uma invasão.

O presidente do Pará, Andréa, protestou com dignidade (1). No Rio, essa violência ecoou com escândalo. Odorico Mendes, Aureliano Coutinho, propuzeram, em 1839, que se respondesse com a represália comercial — a que seriam muito sensíveis os franceses instalados, com as suas lojas, na rua do Ouvidor. O governo de Paris mostrou-se irresoluto; temeu outras complicações; estabilizou a aventura. Mas não tirou do Oiapock o fortim. Estudar-se-ia a questão...

A guerra civil tinha este perigo: abria a porta ao estrangeiro.

DECLINIO DA REVOLUÇÃO

A regencia — atirando sobre o Pará as forças disponíveis (2), tentou chamar à razão os rio-grandenses, nomeando presidente um hábil político, além disso parente e amigo do brigadeiro Bento Manuel — o Dr. José de Araujo Ribeiro (3). Levou instruções para governar de acôrdo com Bento Gonçalves, ou, pelo menos, foi como as tivesse, pois em Porto Alegre

(1) JOAQUIM CAETANO, *op. cit.*, e CALOGERAS, *A Política Exterior do Império*, III, 257. Os franceses, que tinham descido até o lago Amapá, o evacuaram em 1840. Mas em 43 continuavam a pedir a fronteira do Araguaari, CALOGERAS, *ibid.*, III, 296. Veremos o resultado da contenda com os incidentes que precederam à arbitragem, favorável ao Brasil, que, com o laudo do presidente da Suíça, ficou sempre com a linha do Oiapock, até as origens (como recomendára Humboldt), e daí para o oeste, as serras de Tumuc Humac e Açarái.

(2) Para mais fácil compreensão das dificuldades de regencia, devemos lembrar que Feijó apelou para as forças navais da França, Inglaterra e Portugal, pedindo aos representantes desses países que lhe facultassem tal auxílio. A. RANGEL, *op. cit.*, p. 147-8.

(3) Visconde do Rio Grande, filósofo materialista, homem de ciência, com tirocínio político na administração provincial, depois ministro em França, publicou em 1876 "O Fim da Creação", vd. SILVIO ROMERO, *A Filosofia no Brasil*, p. 94, e OLYNTHIO SANMARTIN, *O Visconde do Rio Grande* (Anais do III Congresso Sul-riograndense de História), p. 7, Porto Alegre 1940.

confabulou com o caudilho, quiz aliar-se ao partido dominante e espalhou promessas de paz. Não lhe deu posse, porém, a Assembléa Provincial, indignada com a noticia de que a regencia fizéa cassar o “exequatur” do vice-consul de Hamburgo, Antonio Gonçalves Pereira Duarte (1), que antes aconselhára os colonos alemães a não se alistarem na milicia do presidente Braga... Reavivaram-se os ódios. Recolheu-se Araujo Ribeiro à cidade do Rio Grande. Mas teve a habilidade de ligar-se a Bento Manuel — arrependido da attitude que assumira em Setembro —, e não lhe custou estender a sua influencia por grande parte da provincia, onde se temia a desordem revolucionária. A 15 de Junho de 36 os “conservadores” (na maioria portuguezes da navegação fluvial do Jacuí), em entendimento com os “legalistas” presos em Porto Alegre (o principal, o major Manuel Marques de Souza) (2), tomaram a cidade, onde voltou a instalar-se o presidente. Marchou Bento Manuel, chefe da contra-revolução, de Caçapava sobre Porto Alegre, para obstar a que Bento Gonçalves a reocupasse; e tão eficazmente, que, em 4 de Outubro, cercou os insurrectos na ilha do Fanfa e os aprisionou. Rendeu-se aí Bento Gonçalves, e foi enviado preso para a côrte (3).

(1) Vd. P. CALMON, *Figuras de Azulejo*, p. 146, Rio 1940. Em 1 de Julho de 1837, Pereira Duarte, então na Bahia — onde se estabelecera — entrou na maçonaria (arq. da loja “Fidelidade e Beneficencia”, ms.) dando-se como brasileiro adotivo (portuguez), 36 anos, negociante. Como na maçonaria partiu o auxilio que libertou Bento Gonçalves, e embarcou este num navio do mesmo Duarte, é fácil deduzir que continuava trabalhando, na Bahia, em favor da causa “farrroupilha”, a que se sacrificára no Rio Grande.

(2) Depois conde de Porto Alegre, neto e filho de homonimos, referidos no vol. anterior, marechal, senador, comandante em chefe, assim da divisão que figurou em Caseros, 1852, como do 2.º exercito na campanha do Paraguai, passou á história como heróe cavalheiresco, elegante e feliz. Vd. MARIO TEIXEIRA DE CARVALHO, *op. cit.*, p. 203. O barão de Caxias havia de distingui-lo com a incumbencia de levar a Imperador a noticia da pacificação do Rio Grande, em 1845.

(3) Vd. parte de Bento Manuel, PEREIRA DA SILVA, *op. cit.*, doc. n. 11.

A REPUBLICA DE PIRATINI

Na fronteira do Jaguarão operava o coronel Antonio Neto, que, sem as responsabilidades de Bento Gonçalves, se declarára republicano. Em 11 de Setembro — portanto um mez antes do revés de Fanfa — comemorou uma vitória sobre o contingente de Silva Tavares, proclamando “a independencia desta provincia”, com o titulo de “Republica Riograndense...” (1). O que então foi aproveitamento, com o infortúnio do chefe se tornou represália. Atraz de Neto estava Oribe (vale dizer, o “federalismo” de Rosas), a concitar os rebeldes a romperem os ultimos laços com o Império (2). A Camara de Piratini, seguindo o exemplo da de Jaguarão, aderiu à Republica em 5 de Novembro: e no dia immediato foi eleito presidente Bento Gonçalves, em cuja ausencia governaria José

(1) TASSO FRAGOSO, *A Revolução Farroupilha*, p. 76, Rio 1939.

(2) Oribe ajudava Neto, contra Silva Tavares, donde o Aviso do governo Imperial, de 10 de Nov. de 1836, dirigido ao presidente da provincia para que auxiliasse a gente de Frutuoso Rivera, batido na batalha de Carpintaria... DUARTE DA PONTE RIBEIRO, *As Relações do Brasil*, p. 8. Depois da defeecção de Bento Manuel, procurou o governo do Rio de Janeiro melhorar as relações com Oribe, imaginando que Rivera — a esse tempo de volta ao Uruguai — combinava as operações com os “farrapos”; mas disso se dissuadiu, quando Rivera apoiou o marechal Barreto, contra os rebeldes. Sobrevelu a intervenção franceza, que cortou o fio àque’a diplomacia vacillante, como se dirá. Vd. tambem LUIZ ALBERTO DE HERRERA, *Origenes de la Guerra Grande*, II, 156, Montevidéo 1941.

Sobre a pretensão de um emissario de Oribe em Piratini, para aconselhar o rompimento completo, com a proclamação da Republica, vd. ALFREDO VARELLA e VICTOR RUSSOMANO, *História Constitucional do Rio Grande do Sul*, p. 67, Pelotas 1932.

Para entabolar negociações com o Paraguai foi incumbido pelos rebeldes, em 1839, o antigo consul Antonio Manoel Corrêa da Camara; que aliás não foi aceito pelo governo do Dr. Francia. (A. PORTO, *Anais do Itamarati*, II, CXLII).

O tratado secreto dos “farrapos” com Rivera é de 21 de Agosto de 38, e de 29 de Agosto do mesmo ano o manifesto às nações sobre o qual, em 1881, os estudantes rio-grandenses em S. Paulo faziam o juramento republicano.

Gomes de Vasconcelos Jardim. Nôvos auxilios tiveram os "farrapos", de seus amigos platinos e da população rural, para continuar a luta com vigor maior. A ineptia do governo imperial ajudou-os muito, com a nomeação do general Antero para suceder a Araujo Ribeiro. Este fizera de Bento Manuel o braço direito. Mas o outro, militar severo, como que fatigado das guerrilhas e querendo de vez exterminar os caudilhos, achou de destituir o heróe de Fanfa. Prevenido a tempo, surpreendeu-o Bento Manuel no Passo de Itapeví, em 23 de Março (1837) e o prendeu, voltando assim às bandeiras da insurreição (1). Em 11 de Maio — resultado desse transtôrno — Neto e Bento Manuel cercavam Porto Alegre, pela segunda vez...

Golpe mais fundo sofreu a regencia: naquele mez de Maio perdeu, com Evaristo da Veiga, o principal apoio parlamentar. Como não bastassem tantos cõn-
tratempes, em 11 de Setembro Bento Gonçalves fugiu da fortaleza onde o tinham encarcerado, na Bahia: e reapareceu no Rio Grande, para prosseguir a obra interrompida!

O abalo produzido por essa evasão — que completava os desastres da legalidade — deu por terra com o descrente padre Feijó (2).

(1) Vd. WALTER SPALDING, *Farrapos*, I, 108.

(2) Vd. sua carta de 10 de Dez. de 1835, a Barbacena: "...Sem grande apoio interno, mui difícil seria a todo o Brasil conquistar o R'o Grande..." "...Que em Pernambuco trata-se de promover a separação e de que emissarios nesse sentido se tem enviado á Bahia... Lá se avenhã; Deus os ajude." A. A. DE AGUIAR, *Vida do Marquês Barbacena*, cit. Em 1842, em Sorocaba, Feijó insistiria nesse pessimismo, vd. TARQUINIO DE SOUZA, *op. cit.*, p. 301.

O governo foi acusado de ter favorecido a fuga de Bento Gonçalves, transferido para o Forte do Mar, e onde se lhe dêra licença para banhar-se, nas aguas proximas, vigiado por sentinelas descuidadas... Valeu-se disto a maçonaria, para preparar-lhe a evasão, num escaler, do qual desembarcou na barra da Vitoria, para ,depois, voltar ao Rio Grande a bordo dum patacho pertencente a Pereira Duarte. "O Brasil", de 21 de Janeiro de 1841, disse que Montezuma o mandára para a Bahia,, exatamente para que fugisse... Ha verosimilhança na

A QUÊDA DE FEIJÓ

Na sessão legislativa de 1836 extremou-se o dissídio entre o regente e a maioria parlamentar. Não podia governar em 1837. De um lado, faltava-lhe a prerrogativa de dissolver a assembléa, do outro, a sua intrepidez não permitia acôrdo ou trégoa com os conservadores, que o não poupavam.

Que forças sociais militavam em auxilio da opposição? Os moderados, que acompanhavam Vasconcelos, os reacionários, descontentes com as lutas internas, anti-“abrilistas”, que sonhavam com a volta ao equilibrio monarchico, adeptos de Holanda Cavalcanti no norte, o commercio e a aristocracia rural. Feijó não soube tranquilizar estas correntes. Ao contrário, alarmou-as, com a escandalosa contenda com a Santa Sé, a proposito da investidura do bispo do Rio de Janeiro, D. Antonio Maria de Moura (1), eleito pela Assembléa e recusado pelo Vaticano. A nota irritada que o ministro brasileiro entregou à chancelaria pontificia foi acerbamente censurada na Camara pelo arcebispo da Bahia, Calmon, Vasconcelos — que mostrou ser um plagio da que lord Strangford mandára ao sultão da Turquia (2)! Percebe-se a perplexidade

acusação, pois Montezuma era um dos chefes da loja maçonica que organizou aquele entremez, e em cujos arquivos encontramos os vestígios da Conspiração. (Vd. tambem nota de Alfredo Ferreira Rodrigues, cit. por W. Spalding, *op. cit.*, II, 75). Allás foi Montezuma quem leu na Camara uma carta do caudilho com a informação de sua aventura.

(1) O proprio Feijó e Moura foram eleitos bispos de Mariana e do Rio de Janeiro, o que era provocante, pois se tinham distinguido na Assembléa como advogados da abolição do celibato ecclesiastico e, dest'arte, não seriam aceitos pelo Papa. O segundo era desde 1829 professor da Academia de S. Paulo, que dirigiu em 1833, vd. VAMPRE, *Mem. para a Hist. da Acad. de S. Paulo*, I, 151.

(2) P. CALMON, *O Marquês de Abrantes*, p. 197. A Monsenhor Fabríni, nuncio nio Rio, deveu Vascancelos a revelação do plagio.

D. Romuaido Antonio de Seixas, deputado em 1834, fôra então cruelmente atacado pela imprensa “abrilista”, (vd. carta de St. Priest,

produzida nos meios católicos por tal diplomacia. Evaristo e Limpo de Abreu, defensores do regente, não puderam conter a onda, que avultava. Encerrou ele a sessão legislativa de 1836 com palavras ásperas, que lembravam D. Pedro I na despedida de 1829. Perdeu, em Maio, o insubstituível Evaristo. Estava sem apoio firme na Assembléa para os atos que lhe submetia. Só um belo sucesso de ordem geral poderia salva-lo: por exemplo, a pacificação do Rio Grande. Mas a fuga de Bento Gonçalves, longe de ser o epílogo da guerra-civil, era o seu reinício. Gritou-se, em vozes de motim, que o governo, de combinação com os rebeldes, os soltava. Porventura concebeu Feijó, de remédio à crise, a dissolução da Camara, num golpe de força, desde que a Regencia não tinha poder para isto. Se pensou neste recurso extremo, dele recuou — que seria mergulhar o país noutra onda de agitações sangrentas —, para dizer que desconhecia à Camara autoridade para cercear-lhe o governo. Viveriam apartados, como nos regimes presidenciais (1)... Em vão. Os deputados, seus adversarios, negavam-lhe as medidas solicitadas e o invectivavam com crescente violencia. Então, disposto a largar tudo em vez de humilhar-se perante a maioria inflexível, vibrou a ultima cartada. Escolheu o sucessor. Devia ser Vasconcelos, pela ascendencia que tinha no parlamento. Feijó (com a recusa de Limpo de Abreu e Alves Branco) nomeou Pedro de Araujo Lima. Já o preferira para senador, em 5 de Setembro de 1837, em lista triplice

A. RANGEL, *op. cit.*, p. 153). “O regente porem acastelava-se dentro de sua habitual obstinação, respondendo a tudo com a seguinte frase, — cumpra cada um com o seu dever...” MARINHO, *Hist. do movimento*, etc., p. 42.

(1) *Anais da Camara*, 1837, e O. TARQUINIO DE SOUSA, *op. cit.*, ps. 248-9. Em 1839, voltaria à sua tese: “O governo faça o seu dever, a Assembléa Geral, faça o seu, e a Nação saberá donde vêm os males que resultarem...” Gabava-se de não ter feito pressão sobre deputados ou vereadores, assim no ministerio e na Regencia, *ibid.*, p. 276.

com os irmãos Cavalcanti. Antes o sereno Lima do que os Cavalcanti — pensou Feijó. Ora, o substituto ao regente era o ministro do Império. Designou-o para esta pasta, em 18 de Setembro; e a 19 lhe passou o poder, dizendo, em carta para ele e em manifesto ao país, as razões da renúncia. Resumiam-se na frase que lhe atribuíram: “Não servia para rei constitucional” (1). Outros fossem mais felizes. Partiu no mesmo dia para São Paulo, a recolher-se, desanimado e silencioso, a Itú, onde pudesse viver em paz o resto da vida (2).

O abandono do governo pelo homem que em 1831 o consolidára, encerrava o tormentoso período da Regência, inspirada pelos sentimentos revolucionários de 7 de Abril. Esgotára-se na côrte o manancial das paixões. O calmo regente Araujo Lima subiu ao poder como um intermediário, entre a época de desordens, que chegára ao fim, e a recomposição autoritária, que pedia para os seus estandartes os lêmas imperiais, de união, autoridade, trôno e paz. Chamou-se de “reação monárquica” o governo que em 19 de Setembro de 1837 sucedeu a Feijó, com Vasconcelos à frente (3), não como chefe de Estado, porém como ministro da Justiça.

(1) Vd. CAMARA CASCUDO, *O Marquês de Olinda*, p. 168. Paula Souza dissera que Araujo Lima servia... VICTOR DE AZEVEDO, *Feijó*, p. 207.

Na Declaração, em que aceitava a Regência, Feijó tinha previsto a renúncia. Publicou manifesto, em 19 de Setembro de 1837: “Brasileiros! Por vós subi à primeira magistratura do Imperio; por vós desço hoje desse eminente posto”. Ao ministro de França, confessou, que “os juizes de paz tinham mais poder que o governo”, “que um general conscencioso, quando se reconhece inferior em face do inimigo, deve bater em retirada e resignar o comando...”, A RANGEL, *op. cit.*, ps. 151-2.

(2) Feijó foi eleito presidente do Senado em 1839. Em 1840 agravou-se-lhe a doença, a “velha tabes”, VICTOR DE AZEVEDO, *op. cit.*, p. 217, que era a mesma de Vasconcelos, seu inimigo triunfante.

(3) Lembrou Justiniano José da Rocha, no artigo *O Marquês do Paraná*, 1856. foi Honorio “quem organizou o famoso gabinete de 19 de Setembro, quem procurou vencer repugnancias, aplacar animosidades...”

OS DOIS PARTIDOS

De fáto, subira o partido conservador. Ia para a opposição o liberal. O do *centro*, de Vasconcelos, em 34 acoimado de regressista, tomava o nome definitivo de conservador, com Honorio, Rodrigues Torres, Calmon, Rego Barros. O outro, reunindo os velhos rebeldes, a juventude impaciente, resumia no rótulo a resistencia àquele retrocesso. Aparentemente eram os partidos da cautela e da precipitação. Na realidade ambos se jogavam para a frente: os conservadores, querendo restaurar o Império na sua centralização e na sua riqueza; os liberais, querendo-o democratico e federalista. O dissidio dessas forças, por vezes equilibradas, entrelaçadas ou irreconheciveis na ação prática, acompanhou a vida das instituições de 1837 a 89 (1).

(1) Da queda de Feijó à de Araujo Lima, predominou o partido conservador derrubado, na Maioridade, pelo liberal, que perdeu em 1841 o poder, para reobté-lo em 1843. Até 1848 nele se conservou, para dar logar aos adversarios, em 49, até 53, ano da *Conciliação*. Em 58 os liberais tornaram a prevalecer. Calram em 61, para subirem em 62 com o nome de "l'gueiros", ou "progressistas", e se conservarem no governo até 68. De 68 a 78 dominaram os conservadores. De 78 a 85, os liberais. De 85 a 89 os conservadores. Mandavam os liberais quando tombou a monarquia. Por essa rotação partidaria se vê que o *Moderador*, seu artifice, funcionou com habilidade e prudencia, fazendo do revezamento politico o processo de acomodação e de ordem.

A REAÇÃO MONARQUICA

MINISTÉRIO DAS CAPACIDADES

O governo de 19 de Setembro, conhecido por “ministério das capacidades” (Vasconcelos na pasta da Justiça, Calmon na da fazenda, Rodrigues Torres na da marinha, Maciel Monteiro na de Estrangeiros e Sebastião do Rego Barros na pasta da guerra) não podia pacificar o país; porém o encaminhou para a prosperidade ordeira a que aspiravam os conservadores. O principal problema ainda era o da repressão das rebeliões. Enfrentou-o sobretudo na Bahia, onde, logo a 7 de Novembro, irrompeu a “Sabinada”, no Maranhão, no Piauí, no Ceará, na Paraíba, nas Alagoas, no sul: e foi feliz na sua energia.

O que houve na Bahia, entre Novembro e Março de 1838, equivalia a uma convocação dos moderados, contra o mais recente character das revoltas, que era o ataque múltiplo à autoridade, à propriedade, à riqueza, aos estrangeiros, misturando-se aos odios políticos o descontentamento social — de “cabanos”, “balaaios”, “sabinos” (1)...

(1) Proclamou, em 21 de Nov. de 1837, o vice-presidente da “Sabinada”, dirigindo-se aos “habitantes do Reconcavo”, que “récoas de desprezíveis e fôfos aristocratas, que, á custa do vosso sangue e da vossa liberdade, só têm em vista a defesa dos seus lucros...” (Doc. in BRAZ DO AMARAL, p. 122, Bahia 1909). “Terá certamente o Reconcavo de reconhecer, que a Revolução de 7 de Novembro não tem outro essencial objeto que procurar — a Liberdade e Igualdade Sociais —, bases inseparáveis para a prosperidade da Patria...; verá o nosso Reconcavo por nossa Revolução que as Leis sejam justas e

Não admira que na eleição de 22 de Abril de 1838, para a regencia efetiva, Araujo Lima fôsse confirmado no cargo, com 4.308 votos, e em segundo logar viesse Holanda Cavalcanti, com 1.981 (1). Havia em seu favor o argumento do exito; e favorecia-o a confiança dos conservadôres.

A SABINADA

Deu o nome à "Sabinada" o medico Sabino Alvares da Rocha Vieira (2), intransigente liberal, que representava na sua provincia o espirito federalista, em opposição à aristocracia conservadôra. Não dependeu o movimento da queda de Feijó, pois nele figuraram os conspiradôres que dêram fuga a Bento Gonçalves, dispostos, desde muito, a reproduzirem no norte a insurreição do sul (3). Mas é inegavel a in-

uteis, igualmente para com o pobre, o pequeno e o desvalido, como podem ser para com os ricos, grandes e poderosos" — defeiniu o "general" Sergio José Velloso em proclamação de 10 de Março de 1838, *Publicações do Arquivo Publico do Estado da Bahia — A Revolta de 7 de Novembro de 1837*, II, 87, Bahia 1937. Das idéias igualitarias de Sabino nos diz Sacramento Blake, *A Sabinada*, in *Publ. do Arq. Publ.*, cit., I, 43.

(1) CAMARA CASCUDO, *op. cit.*, p. 172. José Martiniano de Alencar escreveu em 18 de Outubro: "...melhor seria convergirmos todos para a eleição de Araujo Lima, porque, ficando-nos obrigado, se lançaria para o nosso lado, logo que fizéssemos cair o ministério atual..."

(2) Cirurgião militar na guerra da Independencia, preparador da Faculdade de Medicina, jornalista, esteve em todas as agitações da provincia a partir de 1824. Em 1833, defendendo-se, assassinou na praça publica o alferes Moreira. Já lhe imputavam a morte da esposa. O processo-crime, que se guarda no Inst. Hist. da Bahia, contém abominaveis acusações a Sabino, cuja fama, entretanto, nos meios populares, continuou viva até 1837. (Vd. LUIZ VIANA FILHO, *A Sabinada e Publicações do Arquivo do Estado da Bahia, A Revolução de 7 de Novembro de 1837*, IV, 234 e segs).

(3) Detalhes da fuga de Bento Gonçalves e sua influencia na revolta de Sabino, in *Narrativa dos sucessos, etc.*, por um rebelde, *Publicações do Arquivo do Estado da Bahia, A Revolução de 7 de Novembro de 1837*, I, 336.

fluencia causada pela "reação monárquica" na terra onde se tinham definido, nitidas, as forças contrárias: com os exaltados, uma elite de políticos da cidade; com os conservadores, a nobreza do Reconcavo (1). Desiludida quanto ao futuro, a facção revolucionária apareceu em 7 de Novembro, sublevando o Corpo de Artilharia (historicamente nativista) (2), a guarda nacional e a policia, em cuja presença foi por Sabino e seus companheiros proclamada a República Bahiana enquanto menor o Imperador D. Pedro II (3). Recolheu-se o presidente deposto a bordo de um navio de guerra. As autoridades, com ele solidárias, se retiraram para o Reconcavo, ao abrigo das forças logo reunidas pelos comandantes da guarda nacional (4). Marcharam estas para Pirajá: era o

(1) P. CALMON, *Hist. Soc. do Bras.*, II, 72. Não é generalização apressada. Francisco Ramiro de Assis Coelho escrevia ao regente em 11 de Dez. de 1837 (*ms.* no arq. do Inst. Hist. Bras.): "... os homens que tem propriedade, intelligencia, ou moralidade, detestam a revolução, mas os proletarios, e os homens perdidos simpatizam todos com ella..." Em 12 de Dez., de 37 já, da parte dos rebeldes, se falava em "desesperação social", doc. in B. DO AMARAL, *A Sabinada*, p. 33, Bahia 1909. A insurreição foi chefiada por brancos, mas apoiada pela maioria da população negra, ouviu dizer GEORGE GARDNER, *Viagens no Brasil*, ed. cit., p. 63.

(2) Revoltaram-se primeiramente 70 praças do forte de S. Pedro, em seguida o 3.º batalhão e os guarda-nacionais. (Vd. a bibliografia do episódio in *Publ. do Arq. do Est. da Bahia, A Revolução de 7 de Nov. de 1837*, vol. 1.º, cit.). Os principais chefes militares: o major Sergio José Velloso, 1.º tenente Daniel Gomes de Freitas, 2.º tenente Bahiense...

(3) Em 13 de Novembro de 1836, o visconde de Pirajá denunciára, em manifesto, o plano "para separar esta Provincia da capital do Rio de Janeiro", ligando-o a manejos que datavam de tres anos... P. CALMON, *Hist. da Casa da Torre*, p. 169. A proclamação de João Carneiro, aclamado vice-presidente (na ausencia do presidente, que seria Innocencio de Rocha Galvão), em 7 de Novembro, falava de "independencia", mas foi retificada, por um requerimento coletivo do dia 9, para que constasse ser *emquanto menor* D. Pedro II, (VIANA FILHO, *op. cit.*, p. 108). No seu "*Novo Diario da Bahia*", antes e durante a revolução, Sabino exaltou as idéas republicanas, ufanando-se de ter a provincia condições para ser Nação, graças "aquele grão de civilização, riqueza, recursos de todo genero..." (*Publicações cit.*, IV, 399 *passim*).

(4) O animador da reacção foi o chefe de policia do governo deposto, o jovem Dr. Francisco Gonçalves Martins (depois visconde de S. Lourenço) que fugiu para o Reconcavo, reuniu os senhores de engenho,

cêrco. Novo presidente, Barreto Pedroso, estabeleceu-se em Itaparica. Para comandar as tropas legais chegou, em 21 de Fevereiro, o brigadeiro João Crisostomo Callado (1). O bloqueio marítimo impediu o aprovisionamento da cidade, onde havia em armas cinco mil homens aguerridos. Afluiram batalhões de Pernambuco (500 homens), da Côrte, das antigas milíciaes: quatro brigadas (2).

Ocorreu aos rebeldes distraír os sitiantes com uma expedição ao Reconcavo, de 600 homens, sob o comando do coronel Higino Pires Gomes (3). Na noite de 8 de Março, transportada em 14 baleeiras e um lanchão, desembarcou aquela gente no rio Cote-

Bulções, Argollos, Sá Barretos, Torre e Pirajá. A luta lembrou a da Independência, pela repetição das medidas militares de cêrco da cidade, aliás com alguns veteranos e talvez as mesmas armas. O princ. pal cabo de guerra foi ali o coronel Alexandre Gomes de Argollo Ferrão (1800-1870), senhor do engenho de Cajaíba, onde, de início, se concentraram os legais. Aristocrata de grande energia e prestígio, fizêra a campanha da Independência, e foi, por vinte anos, um dos vice-presidentes da provincia. Seu filho natural e homônimo foi o visconde de Itaparica, herói da guerra do Paraguai (1821-1870). — Vd. de Gonçalves Martins, *Nova edição da simples e breve exposição de motivos*, notas de A. P. Rebouças, 1838, *Rev. do Inst. da Bahia*, n. 52.

(1) O decreto de nomeação do brigadeiro saiu na côrte em 28 de Janeiro. Chegou á Bahia em 21 de Fevereiro, cf. MACHADO PORTELLA, *A Sabinada*, in *Publ. do Arq. Publ. da Bahia*, cit., 11, 11, e não em 21 de Janeiro, como por equívoco se disse. Em 8 de Março a ele se referiu o general rebelde, em proclamação, *op. cit.*, 11, 86. O proprio Callado, of. de 28 de Fev.: "No dia 21 do corrente entrei no porto da Bahia..."

(2) A 1.ª, do coronel Corrêa Seára, a 2.ª do coronel Alexandre Gomes de Argollo Ferrão (depois barão de Cajaíba) e organizada pelo visconde de Pirajá, a 3.ª, do coronel Bittencourt Camara; a 4.ª, de Pernambuco, coronel Coelho, tinham o efetivo de 4 mil homens, inferior aos dos rebeldes, uns 5 mil. A superioridade dos imperiais consistia na arrematada e no comando. Tentaram os revolucionários quebrar o cerco em 30 de Novembro, mas foram batidos em Campina e Cabrito, onde os outros se instalaram definitivamente em 6 de Janeiro. Foi ali que se travou o combate de 17 de Fevereiro, em que os legais gastaram 117 mil cartuchos. Dos comandantes da brigada se distinguio o coronel Coelho, que o viajante norte-americano Daniel P. Kidder, seu companheiro de viagem em 1839, apontou como principal chefe legalista, *Reminiscências de Viagens e permanência no Brasil*, trad. de M. N. Vasconcelos, p. 31, S. Paulo 1943.

(3) Do guerrilheiro, homem progressista, liberal cheio de imaginação, nos deu o perfil psicologico seu neto EDUARDO RAMOS, *Correspondência, notas e colloquios de Erasmo*, ps. 347-352, Rio 1944.

gipe e marchou, célere, para Feira de Sant'Ana. Talvez propagasse o movimento pelo interior da provincia... Não foi assim, que ao seu encalço correu o tenente coronel Moraes Cid com uma coluna tirada de Pirajá que aumentou no caminho com vários destacamentos de voluntarios, e antes que os exitos de Higiniu pudessem ser conhecidos na capital, e aí produzissem o esperado efeito, desfechou Callado o ataque geral em 13 de Março.

Iniciou-o a brigada pernambucana do coronel Coelho, que teve a iniciativa da batalha, para fazer silenciar a artilharia que a hostilizava de frente. Aproveitou-se disto o general para mandar avançar as outras brigadas com o apoio da esquadra que se puzera a bater os fortes da orla maritima; e com tal impeto arremeteram, que não houve mais ponto algum onde os insurrectos se agentassem. Debaixo de vivo fogo recuaram para o centro da cidade e foram mortos ou aprisionados no ultimo reduto, o forte de S. Pedro, no dia 15, quando, desvairados, ainda pretendiam pensar o infortúnio com o incendio e a devastação (1).

E' crer que o ataque intempestivo, que deu por terra com a revolta, impedisse a realização do plano, denunciado em 9 de Março ao general Callado, e que seria o incendio da cidade, ao tempo em que uns 6

(1) Mais de 60 casas foram queimadas, F. V. VIANA, *A Sablnada*, in *Publ. do Arq.*, 1, 234. Perderam os rebeldes desde o começo da luta 1091 mortos. Foram capturados 2.989. Os legais tiveram fóra de ação 172 homens, *Publ. do Arq.*, II 205. Renderam-se no forte 586 praças, 8 officiais e seu chefe. Sabino foi detido na casa do consul francês Degrievel, dentro de um guarda-roupa. Entre os outros rebeldes presos figurou o tenente Daniel Gomes de Freitas, o revoltoso de 1833, autor de uma Narrativa (WANDERLEY PINHO, in *Publ. do Arq.*, 1, 261 e segs.), que foi mandado para S. Paulo e esteve no levante de Sorocaba, em 1841 (A. J. R., *Discursos Parlamentares* do Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos, p. 25) indo depois unir-se aos Farrapos, do Rio Grande, cuja sorte seguiu até o final.

mil homens se lançariam para o Reconcavo, em procura da força de Pires Gomes e do sertão, onde todos se internariam (1)... Neste caso, a sedição, urbana e democratica, se converteria noutra guerra de *cabanos*. Mas, se áqueles valentes homens sobrava audacia, faltou ambiente para a aventura. O proprio Higino, desalojado de Feira de Sant'Ana, perseguido de perto, sem poder sublevar as vilas próximas, desistiu do combate e, fugindo para o interior, dispersou as suas guerrilhas.

A legalidade mantivera-se; e pacificou a provincia sem perdoar os "republicanos" (2).

RETROCESSO

O "ministério das capacidades", apesar da guerra civil no norte e no extremo sul, deu ao país uma confortavel impressão de ordem. Foi um governo de tranquilidade, em contraste com a ebulição da Regencia trina e o inquietante periodo de Feijó. Assinalou a transformação profunda a confiança que ob-

(1) Bilhete, assinado "Legalista", recebido pelo general Callado, e transcrito por Braz do Amaral, op. cit. (e Publ. do Arq. Publ., 1, 50). A informação era plausivel, pois, de fato, a ultima expedição de Higino Pires Gomes autoriza-nos a crer no projeto, duma evasão em massa para os sertões.

(2) Condenados à morte os principais personagens da Sabinada, os livros da pena e da prisão suplicante — a anistia geral de 22 de Julho de 1840. Mas alguns foram mandados para pontos distantes, entre estes o Dr. Sabino, confinado em Goiaz, finalmente em Mato Grosso, onde irreconciliavel, faleceu a 25 de Dezembro de 1846 (LUIZ VIANA FILHO, op. cit., p. 199). Entre os processados, estava o jovem bacharel Teixeira de Freitas, que aceitara o logar de promotor publico no governo rebelde; vd. SÁ VIANA, *Augusto Teixeira de Freitas*, p. 20, Rio 1905. Este, o futuro consolidador das leis civis.

Em 1841, quando da revolta de Minas Gerais, ainda se falou na hipotese de Sabino sublevar Goiaz... (JOSÉ ANTONIO SOARES DE SOUSA, op. cit., p. 142).

teve dos meios financeiros (1), dos proprietários, do comércio, unidos à aristocracia monárquica, que saudara a nova situação como se fôra a *volta* do Imperador (2). Não era ainda a volta; mas, decididamente, a redescoberta. Em 1837, o pequeno D. Pedro II continuava oculto no seu palácio, a estudar, sob as vistas do tutor, marquês de Itanhaen (3). Já em 1838 se falava na *maioridade* e recrudescia o movimento de opinião favorável às instituições de antigo feitio: passou pela côrte uma onda de fervoroso tradicionalismo. Alimentavam-no os ministros anti-revolucionários, do gabinete de Araujo Lima, e não lhe era inlenso Vasconcelos, então esquecido de suas idéias extremadas, de 1826 a 31, para dedicar-se a numerosas e úteis iniciativas. Estas déram relêvo especial ao "ministério das capacidades": e lhe justificaram a alcunha.

Creou-se o Imperial Colégio de D. Pedro II (em que se transformou o Seminário de S. Joaquim) (4), inaugurado em 25 de Março de 1838 (5). Fez-se, em

(1) Serve de índice a cotação de apólices, que de 35, a que caíram em 1832, estavam a 72 em 1838, PEREIRA DA SILVA, *Hist. do Brasil durante a menoridade de D. Pedro II*, Rio, 2.ª ed.

(2) O marquês de Baependi assumiu em 1838 a presidência do Senado, JUSTINIANO JOSÉ DA ROCHA, *Biografia*, p. 20. Desvanecido o anti-lusitanismo de 1831, podiam reunir-se alguns negociantes inteligentes para fundarem em 1837 o Real Gabinete Português de Leitura, destinado a perstgiosa vida.

(3) Vd. ALBETRO RANGEL, *A Educação do Príncipe*, p. 236 e segs.

(4) O Seminário de S. Joaquim foi extinto em 5 de Janeiro de 1818, instalando-se no edificio um batalhão de Portugal, e restabelecido em 1821. Passou a *Colégio de D. Pedro* por decreto de 2 de Dezembro de 1837. Vd. ESCRAGNOLLE DORIA, *Memória Histórica do Colégio de Pedro Segundo*, p. 14, Rio 1938. No corpo docente figuravam Joaquim Caetano, Justiniano José da Rocha, Silva Mala, os poetas Gonçalves de Magalhães e Porto Alegre... Leia-se JOAQUIM MANOEL DE MACEDO, *Um Passelo pela Cidade do Rio de Janeiro, II*, 47 e segs. Com Justiniano é que então se inicia no país a "primeira aula" de "história nacional", JOSÉ ANTONIO SOARES DE SOUZA, *A Vida do Visconde do Uruguai*, p. 93.

(5) O Rio de Janeiro, com 42.168 habitantes em 1789, 112.695 em 1821, apresentava em 1838 um total de 137.078. MAX FLEIUSS, *Hist. Administrativa*, p. 174.

10 de Janeiro desse ano, o recenseamento da Capital (1). Instituiu-se o Arquivo Publico (2). Da mesma época, o Instituto Historico e Geográfico Brasileiro (3), a reorganização da academia de belas artes...

A *reação* não podia transigir com os abusos cometidos pelas provincias à sombra do *Ato Adicional*. Vasconcelos, em 1839, tomou a ômbros convencer o parlamento da necessidade de *lei interpretativa*, que lhe cerceasse o exagero federalista — de decisões e leis provinciais ofensivas à Constituição, que por lá tumultuavam, muitas sem conhecimento da Assembléia Geral, que as anularia (4). Os liberais ficavam do lado da reforma de 1834; os conservadores, contra ela. Brigavam, nas escaramuças finais, os espiritos de vanguarda, que não queriam recuar, os do “regresso”, que voltavam, cheios de sustos cívicos, à antiga altitude. Nesta medida de forças definira-se o dissidio dos partidos. A *lei de interpretação*, vitória conservadora, foi assinada em 12 de Maio de 1840 (5). O

(1) Vd. *Anuario do Colegio Pedro II*, vol. X, p. 67 (Rio 1944), antologia de ensaios sobre o centenário.

(2) Regulamento de 2 de Janeiro de 1838. Vd. TAUTPHOEUS CASTELLO BRANCO, *Subsidios para a História do Arquivo Nacional*, p. 36, Rio 1937. Previa a fundação o art. 70 da Constituição do Imperio, de 1824.

(3) Foi em 18 de Agosto de 1838, que o 1.º secretario da *Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional*, marechal Raimundo José da Cunha Mattos, apresentou a proposta, também assinada pelo conego Januario Barbosa, para que fosse creado o *Instituto Historico*, de fato fundado em 21 de Outubro seguinte, no salão do Museu Nacional, com 27 cidadãos de prestigio, sob a presidencia do marechal Francisco Cordeiro da Silva Alvim (depois visconde de Jerumirim), entre estes José Clemente, Aureliano, Silva Maia, Montezuma, Ben o L sbô i, José Silvestre Rebello, Fernandes Pinheiro (S. Leopoldo)... Este, o 1.º presidente. A principal contribuição do Instituto para a cultura nacional consistiu na *Revista Trimensal*, cujo primeiro numero é de 1839. (Vd. sobre esta publicação, M. FLEIUS, *O Instituto Historico através de sua Revista*, p. 3 e segs., Rio 1938).

(4) CALOGERAS, *A Política Exterior do Imperio*, III, 82.

(5) O projeto fôra apresentado em 10 de Julho de 1837 pela comissão, Paulino, Honorio, Calmon, vd. JOSÉ ANTONIO SOARES DE SOUZA, *A Vida do Visconde do Urugual*, p. 80.

presidente da provincia (art. 16) ficava com o direito de véto sobre os projectos de lei das respectivas assembléias, que considerasse inconstitucionais... Bastaria esse poder vigilante para desmanchar todas as conspirações da legislatura regional contra a unidade da Nação. E' que esta se refizera sobre as suas bases; reforçára-se na sua estructura; achára os caminhos naturais do progresso na harmonia constitucional, embora constrangida e tímida nesses passos difíceis.

O fogo das revoluções continuava a abraçar o Rio Grande e o norte do Império.

RECRUDESCENCIA DA LUTA

A Regencia de Araujo Lima não conseguiu pôr fim à luta no sul. E' verdade que, por seu lado, os "farrapos" continuavam de posse do interior da provincia, sem posições no litoral, vigiado pela esquadra, que assegurava, além disto, as comunicações entre Porto Alegre e a cidade do Rio Grande. Só poderiam vencer se burlassem o bloqueio; mas, para este efeito, precisavam dos portos, e de navios, que não tinham. O seu exito, em 1838, foi a tomada de Rio Pardo (30 de Abril), onde perdeu o marechal Sebastião Barreto para cima de mil homens (1). Esse desastre induziu o governo imperial a mandar para o teatro das operações, o ministro da guerra, Se-

(1) Vd. W. SPALDING, *Farrapos*, II, 85. Rio Pardo foi retomada em 20 de Dezembro de 1839 pelo tenente coronel Francisco Pedro de Abreu. Naquela vila fôra aprisionado pelos rebeldes o mestre de musica Mendanha, que, em Maio, compoz o hino da Republica Rio-grandense, *Rev. do Inst. Hist. do Rio Grande*, ano XV, 2.º sem., p. 314. Teve morte heroica o coronel Guilherme José Lisboa, legalista, a quem Francisco Moniz Barreto dedicou belo soneto, *Clássicos e Românticos*, II, 38, Bahia 1855.

bastião do Rego Barros (1). Em Março e Abril de 39 concertou com o presidente Eliziário um plano geral de ação, que teve de interromper porque, nos entretimentos (16 de Abril), caiu o ministério a que pertencia.

A demissão do gabinete resultou da discordância de Vasconcelos quanto à eleição senatorial do Rio de Janeiro (2). Os novos ministros foram Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque, Candido Batista de Oliveira, o almirante Jacinto Roque de Sena Pereira.

O regresso de Rego Barros foi como o sinal para a ampliação da campanha "farroupilha". Mais sólido apoio ganhára no Prata, com a subida ao governo de Frutuoso Rivera. Enraizaram-se nesse problema de fronteira as mais agudas inquietações do Brasil durante um decênio (3). Para agravá-las, ha-

(1) TASSO FRAGOSO, *op. cit.*, p. 125.

(2) O regente preferiu, na lista triplice, Lopes Gama (Maranguapé), enquanto Vasconcelos queria a escolha de Miguel Caímon (Abrantes). Vd. nosso *O Marquês de Abrantes*, p. 216.

(3) Depois da derrota de Carpintaria, Rivera, refugiado no Rio Grande, negociára com os "farrapos" o auxilio com que voltou á guerra. TELMO MANACORDA, *Frutuoso Rivera*, p. 164. Subira ao governo, com a destituição de Oribe, em 1.º de Nov. de 1838, e logo passára a ajudar os rebeldes, PONTE RIBEIRO, *op. cit.*, 25. A vitória politica de D. Fructos resultou da intervenção francêsa, contra Rosas, e o seu aliado Oribe. Em 11 de Outubro daquele ano a esquadra francêsa surta no Prata tomou a ilha de Martin Garcia. Originára-se o conflito da exigencia de Rosas, do submeter os estrangeiros com dois anos de residencia no país ao serviço militar, contra o que reclamou o almirante Leblanc, e, recusada a queixa, estabeleceu o bloqueio de Buenos Aires em 28 de Março de 38. LEVENE, *Lecciones de Historia Argentina*, II, 409, Buenos Aires 1937; JOHN F. CADY, *La intervención extranjera en el Rio de La Plata, 1838-1850*, p. 77, Buenos Aires 1943. O governo imperial, fiel ao seu americanismo, não concordou com essa interferencia, embora dela se pudesse aproveitar, como não se conformou, também coerente com a sua diplomacia de 1828, com a entrada de tropas rosistas na Banda Oriental, e, num caso e noutro, protestou devidamente, PONTE RIBEIRO, *ibid.*, p. 27. Verdade, a sua politica platina decorria do problema interno, dos "farrapos", LUIZ ALBERTO DE HERRERA, *Origenes de la guerra grande*, p. 195 e passim, Montevideo, 1941. Quanto aos francêses, acomodaram-se em 1840, com o tratado assinado pelo almirante barão de Mackau e o governo argentino, que estipuiu a plena satisfa-

via a mudança de planos estrategicos da Revolução, com a marcha duma coluna (primeiro do coronel José Mariano de Matos, depois de Canabarro), para Santa Catarina, senão mesmo para São Paulo (1), desta vez com o auxilio duma flotilha: os lanchões de Garibaldi.

Conseguiu Garibaldi — e foi extraordinario! — transportar por terra, sobre rodas, dois lanchões, da foz do Capivari para o Tramandaí, e saiu ao mar (2). Perdeu um, capturou dois outros, que o substituiram, e entrou a barra de Laguna quando se acercavam os soldados de Canabarro, para tomar de assalto a povoação. Foi conquistada em 24 de Julho. Proclamou-se ali a “republica juliana”, com a “independencia do Estado”, a que se seguiu a eleição dum governo, identico ao de Piratini (3)... Coube ao general Soares de Andréa, nomeado presidente de Santa Catarina, reunir apressadamente, em Desterro, os elementos da reacção, que lançou sobre Laguna, ao tempo em que a investia a esquadra do comandante

ção das reclamações de seus nacionais, vd. A. THIERS, disc. de 26 de Maio de 1844, *Discours parlementaires*, publiés par M. Calmon, 362, Paris 1880.

(1) Vd. sobre as inquietações do governo em S. Paulo, F. CALLAGE, *Rev. do Inst. Hist. do Rio Grande do Sul*, ano XIV, 181-2.

(2) DUMAS, *Mémoires de Garibaldi*, I, 134; L. COLLOR, *Garibaldi e a guerra dos farrapos*, p. 242. Em Laguna ligou-se Garibaldi á mulher a quem deu o nome, Anita (Ana, filha de Bento Ribeiro da Silva, casada em 1835, com Manuel Duarte de Aguiar, cf. certidão do livro 5.º de casamentos da Laguna, 1832-44, fls. 83, v., cm. por José Boiteux, que a encontrou). O fato de ser casada explica a frase enigmatica do herói, nas *Memórias* “J'avais trouvé un trésor defendu, mais un trésor d'un très grand prix”. Ela acompanhou Garibaldi até 1849, quando morreu na Romagna. Os restos mortais estiveram em Ravena, depois, oitenta anos, em Nice, até que foram trasladados para o monumento que, em sua honra, levantou o governo italiano no Janiculo, em Roma (F. Cattaborda, *L'Eclaircur du soir*, Nice, 30 Dez. 1931, narrou-lhe a vida tormentosa em comovente artigo, da serie comemorativa do cinquentenario da morte do “condottiere”). Vd. tambem JOSÉ BOITEUX, *Arcaz de um barriga verde*, p. 65 e segs. Florianopolis 1930.

(3) COLLOR, *op. cit.*, 268 e segs.

Mariath (15 de Nov. de 1839) (1). A restauração da vila marcou o declínio do poder ofensivo da revolução. Desceu a serra, para expulsar os rebeldes de Lages e Curitibanos, a coluna do brigadeiro Cunha (2). Foi destroçada no registro de Santa Vitória.

O novo presidente do Rio Grande, Saturnino de Souza e Oliveira, concebeu um plano de conjunto para esmagar as forças de Bento Gonçalves. Falhou em parte, porque os legais (comandava as armas o velho marechal Manuel Jorge Rodrigues) não souberam tirar todo o partido da derrota infligida ao caudilho em Taquarí (3 de Março de 1840) (3); porém a coluna, comandada pelo general Pedro Labatut, que se seguiu à do brigadeiro Cunha na descida da serra, o forçou a levantar de vez o sítio de Porto Alegre. Voltou, pois, a revolução, à sua planície de origem, depois de ter esgotado, nos quartéis de Viamão, as melhores esperanças. Capitularia cedo ou tarde, se o governo central reunisse acolá maiores

(1) Duas divisões tinha o cap. de mar e guerra Francisco Mariath, a 1.^a, com 3 canhoneiras e 4 lanchões, e a 2.^a, com 2 briguescunas, 2 escunas e 2 patachos, todos comandados por ótimos oficiais. Dos tres navios de Garibaldi, com exceção deste, morreram todos os oficiais. Perderam os legais um terço da tripulação na passagem da barra (51 mortos e 12 feridos). O proprio Mariath descreveu o combate, *Correio Mercantil*, Rio, 29 de Nov. de 1860, *Rev. do Inst. Hist. de Santa Catarina*, VI, 21 e segs. Vd. GAMA ROSA, *Rev. cit.*, V, 110, GARCEZ PALHA, *Rev. cit.*, VI, 164 e segs.

(2) O brig. Francisco Xavier da Cunha teve o comando no Rio Negro, 25 de Nov. de 1839, e desceu até o rio Pelotas, sendo batido no registro de Santa Vitória pelas forças do coronel Teixeira (14 de Dez.) Morreu afogado naquele rio. Vingou-o o coronel Melo Albuquerque, que subiu de Cruz Alta com uma coluna legalista e derrotou os "farrapos" em Curitibanos (12 de Jan. de 1840), forçando-os a desocupar o território catarinense. TASSO FRAGOSO, *op. cit.* p. 154.

(3) Vd. TASSO FRAGOSO, *op. cit.*, p. 163. Antes do combate morreu de apoplexia o coronel Calderon, que marchára do sul, tomando, de passagem, Caçapava, capital da republica farroupilha, para um r-se, perto de Taquarí, ao grosso das tropas imperiais. Grave divergencia surgira entretanto, entre Saturnino e o marechal Rodrigues, sobre o plano de campanha, o que inutilizou a vitória de Taquarí, quanto à sua repercussão no curso dos acontecimentos. Vd. SATURNINO DE SOUZA E OLIVEIRA, *Bosquejo histórico e documentado das operações militares*, 2.^a ed., p. 4 e segs., R.º 1938 (sobre o que ocorreu na sua presidencia).

elementos de guerra. Mas o presidente e o marechal se desentenderam e foram substituídos pelo general Andréa, que concentrou nas mãos os dois poderes, civil e militar, na ocasião em que, na côrte, caía a Regencia e predominava um generoso pensamento de paz (1).

Rebentára no Maranhão outro movimento, de grandes proporções e rara violencia: a *Balaiada*.

BALAIADA

A "balaiada" deve o nome a um dos chefes ser-tanêjos que se rebelaram nos campos do Maranhão, Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, de alcunha o *Balaio*. Deu-lhe inicio o vaqueiro Raimundo Gomes, que arrombou a cadeia da vila de Manga para soltar um irmão encarcerado (13 de Dezembro de 1838). Este desatino conflagrou as regiões vizinhas. A forte oposição que, em S. Luiz, sofria o presidente da provincia, Vicente Camargo (2), insuflára a revolta, cujos

(1) O general Andréa foi surpreendido pela declaração da Maioridade. Em cumprimento das idéias conciliatórias do ministerio de 23 de Julho de 1840 e da Lei de 22 de Agosto, que concedeu anistia aos crimes politicos, entrou em negociações com Bento Gonçalves, continuadas pessoalmente pelo deputado Alvares Machado, portador das propostas de paz de Antonio Carlos. Mas não tiveram exito, TASSO, *op. cit.*, ps. 176-7. A elas voltou, nomeado presidente, o mesmo parlamentar, mas com igual insucesso. O caudilho queria o acordo com certas condições: o pagamento da divida da revolução, confirmação dos officiaes rebeldes nos seus postos, isenção do recrutamento, TASSO *ibid.*, p. 180. O governo imperial foi inabalavel no proposito de aceitar a deposição das armas sem quaisquer condições alem do perdão geral. Antonio Carlos, como diremos, já desde 1838 estava em communicação com Bento Gonçalves, no intuito patriótico de demovê-lo: mas a conciliação, tentada pelo partido liberal, só devia ser feita na situação conservadora, que a confiou á argúcia e á austeridade de Caxias.

(2) Degladiavam-se em S. Luiz os partidos *cabano* e *bemtevi*, cujos jornalistas eram Sotero dos Reis, lente de latinidade no Liceu Maranhense, e João Francisco Lisboa, escritor magnifico, que sobrepujou os do seu tempo peia pureza da prosa. Este, o "Timon", redigia em 1838 a "*Cronica*" e, desiludido, se retirou da arêna politica em 1840. Indignou aqz *bemtevis* a lei provincial que o presidente Camargo fez

materiais se depositavam no caudilhismo rural, na arrogancia dos fazendeiros, veteranos das lutas anteriores, na desordem, que se ramificára pelo nordeste, com os episodios sinistros que, desde 1831, constituíam um rosario de calamidades. O caso de *Pedra Bonita*, em Pernambuco, informa-nos sobre esse estado de excitação coletiva, e lhe documenta os horrôres (1). A subida dos conservadores (*cabanos*) no ano anterior fôra assinalada em Caxias pelo assassinato do chefe liberal (*bemtevi*) Raimundo Teixeira Mendes (2). Um crime era então sem-numero de outros. Pior: habituou às vinganças deshumanas. Se os *cabanos* matavam, bem podiam os *bemtevis*

passar em 1838, a de 26 de Julho, que dava poderes excessivos a prefeitos e sub-prefeitos, arvorando-os em déspotas locais ANTONIO BATISTA BARBOSA DE GODOIS, *Historia do Maranhão*, II, 488. Mas a revolução não sustentou, no interior, idéias ou princípios: foi instintiva, selvagem, terrível. Praticamente, começou com o assassinato, em Caxias, a 25 de Nov. de 1837, do chefe liberal Raimundo Teixeira Mendes. Vd. ALBERTO PIZARRO JACOBINA, *Dias Carneiro o Conservador*, p. 14, S. Paulo 1938, RODRIGO OTAVIO, *A Batalhada*, p. 12, Rio 1942; VIRIATO CORRÊA, *A Batalhada*, p. 10, S. Paulo.

(1) Em Pedra Bonita reponta o fanatismo da pobre gente numa forma arcaica e portugueza, o "sebastianismo". Um experto ou alucinado sujeito, João Antonio, convenceu os moradores do lugar, de que havia dentro dos dois rochedos de Pedra Bonita um reino encantado, de D. Sebastião. Outro delinquente, José Pereira, declarou que o desencantamento se daria com o sangue das vítimas imoladas, e passou a sacrificá-las com o consentimento do povilão. Um irmão de José Pereira poz fim á hecatombe matando o imolador. Soube das occurencias o comandante Manuel Pereira da Silva, e com um grupo de guarda-nacionais destroçou os fanaticos, acabou com 26 deles, e prendeu tres... (GEORGE GARDNER, *Viagens no Brasil*, ed. cit., ps. 179-181). O misticismo primário e a valentia tresloucada dos defensores de Pedra Bonita, em 1838, são do mesmo tipo da guerra de Canudos, sessenta anos mais tarde. Gritavam: "Não os tememos, porque estamos amparados nas tropas do nosso reino!".

(2) ANTONIO HENRIQUES LEAL (1864); *Academia Maranhense, João Lisboa*, p. 28, S. Luiz 1918. Raimundo Teixeira Mendes era pai do homônimo, que tanto se distinguiu na chefia do positivismo brasileiro, a par de Miguel Lemos. Foi o 2.º Teixeira Mendes que inspirou a Benjamim Constant nos primórdios da Republica a mudança da bandeira tal como está no decr. de 19 de Novembro de 89.

Os nomes dos partidos provinham, o conservador, dos *cabanos*, do Pará (D. J. Gonçalves de Magalhães, *Opusculos Historicos e Literarios*, Memoria Historica da Revolução da Provincia do Maranhão, p. 44, Rio 1865), e o liberal, de *O Bemtevi*, gazeta de Estevão Rafael de Carvalho.

responder-lhes pela bôca das escopêtas. Mas, por baixo desses ódios facciosos, latejava a barbárie. Continuava o ciclo dos "feudos". Sem originalidade, cruelmente, a "*Balaia*", como a "*cabanagem*", representa a explosão das forças nativas, insurgidas contra a legalidade fraca, desacreditada ou parcial. Depois da insolência do vaqueiro que libertou o preso, os cabecilhas se julgaram no direito de armar a sua gente e tomar de assalto vilas e cidades. Rastilhou a sedição pelo interior da provincia. Juntaram-se a Raimundo e *Balaio* numerosos chefetes, lévas de guerrilheiros. Caxias foi sitiada, como no tempo de Fidié, e rendeu-se (1). Os destacamentos de guarda-nacionais e tropa de linha, mandados ao encontro dos rebeldes, lograram dispersa-los, sem os destruir. Para aumentar o terror reinante no sertão, o negro Cosme Bento das Chagas amotinou uma multidão de escravos e, intitulado-se "tutor e imperador das liberdades bemtevís", cometou incríveis crueldades (1). Acudiu do Piauí, para batê-los, uma coluna, comandada pelo major Clementino de Souza Martins, que, em encarniçada batalha perto de Caxias, tombou morto à frente de seus soldados (2).

(1) 1.600 rebeldes cercaram a cidade, defendida por 400 homens do comando do prefeito coronel João Paulo Dias Carneiro. Caiu em 30 de Junho, mas foi retomada em 10 de Set. de 1838, pelos legais, chefiados pelo tenente coronel José Dias Carneiro. Novamente a investiu o *Balaio*, com 2 mil homens, e a ocupou em 9 de Outubro, porem para a abandonar no dia seguinte, ante a reação das tropas de José Dias Carneiro. PIZARRO JACOBINA, *op. cit.*, 23. "Túrbida reina a bacanal de sangue!", lamentou o poeta, Gonçalves D'as, *Obras*, ed. critica de Manuel Bandeira, I, 292, S. Pau'0 1944. Vd. tambem RODRIGO OCTAVIO, *A Balaia*, p. 19. (depoimento de Ricardo Leão Sabino).

(2) G. GARDNER, *op. cit.*, p. 226. Era sobrinho do barão de Paranaíba, irmão do deputado Francisco de Souza Martins. O mesmo autor inglês calcula em 5 mil o numero de vítimas da *Balaia*, *ibid.*, p. 227.

CAXIAS

Alarmado com os acontecimentos, o governo imperial designou para presidir o Maranhão, e comandar-lhe as armas, o coronel Luiz Alves de Lima e Silva, cujos créditos, de "oficial sem nódoa", tanto se tinham avantajado nos anos anteriores (1). Recorria assim ao expediente de confiar a pacificação a um oficial superior, obrigado igualmente a administrar a provincia acima dos partidos que a dividiam. Foi o desempenho feliz que o coronel Lima deu à sua comissão, que convenceu a Côrte da conveniência desse processo, e impoz à admiração do país o nobre militar que o utilizou com energia, justiça e prudencia.

Contando com a confiança geral, dispoz pessoalmente as forças que conseguiu reunir, de modo a isolar a provincia, fechando-lhe as fronteiras, e derrotou, por meio de colunas volantes, quantas partidas se lhe opuzeram, no Brejo, em Pastos Bons, no Piauí, em Miritiba, por toda parte. Subia e descia os rios a flotilha do comando do capitão de fragata Joaquim Marques Lisboa, incançavel nessa luta quoti-

(1) Nasceu em 25 de Agosto de 1803, no Rio de Janeiro, filho do que foi Regente do Imper'ò, e, como ele, general e senador. Cadete em 1808, matricu'ou-se na Academia Militar da Corte em 1808 e fez as primeiras armas, tenente, na guerra da Independencia na Bahia. Participou distintamente da campanha do Urugual, 1825-28, serviu no Batalhão do Imperador, no posto de major, ajudou a reprimir, em 1831-32, as sed'ções do Rio de Janeiro, mas só foi promovido a tenente-coronel em 1837. Acompanhou ao Rio Grande o ministro da guerra, em 1839. Promov'ido a coronel em 2 de Dezembro, foi em 12 do mesmo mez nomeado comandante das armas e presidente do Maranhão. Regressou ao Rio em 1841, e se tornou heróe nacional no ano seguinte, quando comandou as forças que pacificaram S. Paulo e Minas Gerais. (Vd. PADRE JOAQUIM PINTO DE CAMPOS *Vida do grande cidadão brasileiro Luiz Alves de Lima e Silva*, 2.^a ed., Rio 1939; E. VILHENA DE MORAES, *Novos Aspectos da Figura de Caxtas*, Rio 1942; AFONSO DE CARVALHO, *Caxtas*, 4.^a ed., acompanhada de bibliografia, Rio 1944).

diana (1). Surpreendido em Tocanguira, o preto Cosme foi preso e pagou na forca pelos crimes — sem numero — que cometera. Sobreveiu a “Maioridade” seis meses depois — quando já se desenhava o restabelecimento da ordem no Maranhão (2).

(1) GONZAGA DUQUE, *Revoluções Brasileiras*, p. 195; GUSTAVO BARROSO, *Tamandaré, o Nelson Brasileiro*, p. 89; Lucas Boiteux, *Jornal do Comercio, Mensario*, Abril de 1944, p. 93. Comandavam brigues Joaquim José Inácio (futuro Inhaúma), Barroso (futuro barão do Amazonas), Lamego Costa, Gomensoro...

(2) PINTO CAMPOS, *op. cit.*, ps. 66-9; ASTOLFO SERRA, *Caxias e o seu governo civil na provincia do Maranhão*, p. 55 e segs., Rio 1944. O plano do coronel-presidente tem analogia com o que, em 1842, empregou em S. Paulo: isolando a provincia, condenava-a á rendição. A historia do seu governo foi escrita por Gonçalves de Magalhães, o poeta da “Confederação dos Tamolos”, então seu secretario, *Opusculos Hist. e Lit.*, cit. a que não falta uma impressão realista do meio social. Sobre a prisão e morte de Cosme, RODRIGO OCTAVIO, *op. cit.* p. 49.

XIX

O INICIO DO 2.º REINADO

A MAIORIDADE

A antecipação da “maioridade” do Imperador foi um golpe de mestre, vibrado na regencia conservadora pela oposição liberal. Mas tinha uma significação maior. Correspondeu à profunda, inevitável descrença nas soluções caudilhescas da política. Subitamente enlaçou os espíritos mais descontraídos numa idéa monárquica e tradicionalista que, nove anos antes, parecia apanágio d’alguns servidôres retardatários do trôno impopular. As lutas da Regencia tinham desiludido os exaltados, ou — o que fôra decisivo — os inutilizára. Esgotada a resistencia dos intransigentes, restára aos moderados essa manobra de adesão em massa à corôa... contra o governo sólido que os incomodava. Um deles, José Bento, declarou no Senado, em 25 de Maio de 1840: “Sr. Presidente, na epoca presente, à vista das criticas circumstancias em que está o país, todos olham para o monarca... Se alguns brasileiros, pouco orientados, tiveram algumas idéias contra o regime monárquico — constitucional representativo, eles, como V. Ex. muito bem disse, aprenderam dos governos regenciais quais os males que lhes reserva um tal sistêma”. Era esta a palavra oracular — que vinha do “clube maiorista”, recém-fundado, ao jeito maçônico, por outro democrata, o padre José Martiniano de Alencar!

O projeto de precipitar-se a maioria — que seria a 2 de Dezembro de 1843, quando D. Pedro II completasse 18 anos — repontára em 1837, ao esboçar-se a regencia de Feijó. Disto falou Alencar, prevendo que era a “ancora”... (1). Antigo sócio do *Apostolado*, embora, em 1831, quasi-republicano, esse homem contraditorio chamou para a sua sociedade secreta os mais diversos temperamentos politicos, como Antonio Carlos (solidario com o monarquismo do “Patriarca”, que falecera em 1838), o jóven Ottoni, Montezuma, o senador José Bento (2), os Cavalcanti, a gente “da Joana” (3), ou de S. Cristovão (4), isto é, Aureliano e Paulo Barbosa, contrários ao Regente

(1) Correspondencia in *Rev. do Inst. do Ceará*, XXII, p. 97. Eram os maioristas, d'sse Vasconcelos, o “partido em m'oria desde 1836 até hoje” portanto o de Feijó, *Exposição de B. P. de Vasconcelos*, 28 de Julho de 1840, PEREIRA DA SILVA, *op. cit.*, apendice, p. 28. O governo reforçara-se — irritando-os — com a *lei interpretativa* do Ato Adicional, 12 de Maio de 40, restritiva das franquias provinciaes numa violenta ação centralizadora (por exemplo, o art. 7.º).

(2) ALFREDO VALLADÃO, *Campanha da Princesa*, IV, 110, S. Paulo 1945; TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE, in *Rev. do Inst. Hist.*, v. 44, parte 2.ª, p. 173 (1882).

(3) A referencia é à casa junto ao rio da Joana, nos fundos da Quinta Imperial, onde morava o mordomo Paulo Barbosa (e até a queda do Imperio morou o seu successor, Nogueira da Gama, que a enriqueceu com uma varanda mourisca). Dizia-se “club da Joana”. “Nele foi resolvida a elevação ao trono de D. Pedro II”. (VIEIRA FAZENDA, *Rev. do Inst. Hist.*, v. 143, p. 369.) E' uma das reliquias desse tempo, felizmente poupadas, hoje como residencia do comandante da 1.ª Região Militar.

Em 7 de Maio de 1838, Aureliano, Antonio Carlos e Montezuma tinham querido incluir no projeto de voto de graça a frase, “vendo com prazer aproximar-se a maioria de V. M. I...” Dias depois, no Senado, Holanda Cavalcanti apresentou um projeto declarando maior o Imperador. Os conservadores repellam as duas propostas: separavam-se os campos.

(4) O veador Vahia, depois barão de Suruhy, cf. T. Ottoni, levou ao Imperador o memorial dos conspiradores, e o recebera de volta com um “sim...”. Na sessão de 7 de Maio, José Feliciano Pinto Coelho informou ao “club” que seu primo, Itanhaen, ouvira a aprovação do Imperador ao plano. Vinte e cinco anos depois, elucidou D. Pedro II, “se não fosse aconselhado por diversas pessoas que me cercavam, teria dito que não queria”, *Rev. do Inst. Hist.*, XLIV, parte 2.ª. Evidentemente se referia a Aureliano, ao tutor, ao mordomo e ao aio, frei Pedro de Santa Mariana. Alás, a entrada do pri-

desde que este demitira Saturnino de Souza e Oliveira da presidência do Rio Grande...

Revelou-se a conspiração nos debates sobre a resposta à *Fala do Trono*.

O que se combinou no "club", fez-se no parlamento.

Em 13 de Maio de 1840, propoz Holanda Cavalcanti no Senado, que se proclamasse maior o Imperador: caiu o projeto, por 18 votos contra 16. Feria a Constituição! Contemporizador, sugeriu Honório Hermeto, no dia 18, que o assunto fosse tratado apenas pela nova legislatura: em 1842. Renovou-se o ministério a 23, com os amigos de Honório (1). Mas já não era possível a dilação. Praticamente, desde 17 de Julho até 22, quando se consumou o "golpe", viveu o Rio uma revolução branca. Saiu o povo para as ruas, encheu as galerias da Câmara, vitoriou os "maioristas" (isto é, liberais), cantou versos cívicos, ameaçou coagir a representação nacional, se esta se opuzesse àquela ilegalidade... Um episodio deploravel foi o incidente provocado pelo deputado Navarro, no dia 20, a insultar Honório (2). Decidiu-se afinal nomear uma comissão, que propuzesse alguma cousa. A 21 de Julho, Antonio Carlos cortou os debates com um projeto lacônico: "*O Sr. D. Pedro II é declarado maior desde já*". Seria votado de qualquer modo, no arrebatamento da discussão apaixonada, se, a este tempo, não cuidasse a Regencia de se defender: de-

meiro para o ministério de 23 de Julho, constitue uma prova, senão de participação, pelo menos de consonancia com o programa do "club" de Alencar. Diz porem Pereira da Silva, ter ouvido ao imperador que só se aconselhou, e em 2 de Julho, com Araujo Viana, *Memorias do meu tempo*, I, 12, Paris 1895.

(1) Lopes Gama, Rodrigues Torres, Paulino José Soares de Souza, Silva Maia, general Salvador José Maciel. Era governo nitidamente conservador.

(2) VIRGILIO CORRÊA FILHO, *Rev. do Inst. Hist., Anais do 3.º Congr. de Hist.*, II, 382.

fendeu-se tentando conter a torrente — com a chamada de Vasconcelos para o ministério. O energico estadista sobraçou a pasta para enfrentar a coligação dos liberais: e quasi os venceu, decretando de chôfre o adiamento da sessão legislativa para 20 de Novembro.

“QUERO JÁ!”

Inclinou-se a Camara a aceitar o adiamento. Foi quando irrompeu pela sala o senador José Bento, a convidar a opposição para acompanhá-lo ao Senado — que não podia ser dissolvido (1). Correram para lá os deputados. Verificou-se que a tropa estaria com eles (2). O povo encheu o Campo de Sant’Ana. Propagou-se o entusiasmo revolucionário; e se cantava:

Queremos Dom Pedro II
 Embora não tenha idade,
 A Nação dispensa a Lei,
 E Viva a Maioridade!

Confraternizaram senadores e deputados, e logo constituíram delegação, com Antonio Carlos, Martim Francisco, Vergueiro, Holanda, Alencar, Montezuma, Paula Cavalcanti, conde de Lages, para pedir ao Imperador o seu assentimento. Precedeu-a, no paço de S. Cristovão, Araujo Lima. À vista da comissão, perguntou respeitosamente a D. Pedro II: Quererá Vossa Majestade assumir o governo em 2 de Dezembro,

(1) JOSÉ ANTONIO MARINHO, *op. cit.*, p. 47.

(2) “Ao meio dia constou ao ministerio, reunido em casa do Regente, que o comandante das armas, Francisco de Paula Vasconcelos, estava de acordo com a reunião no Senado; que o comandante dos estudantes da academia militar havia marchado com eles armados para aquele ponto...” VASCONCELOS, *Exposição*, cit.

quando completa seus quinze anos, *ou quer já?* — Respondeu: “*Quero já*”.

De volta, anunciou Antonio Carlos que o Imperador acabára de assumir o governo (1).

Iniciára-se o segundo Reinado.

Iniciára-se inconstitucionalmente (2). Mas bendito e aclamado!

Às dez da manhã de 23 de Julho, juntos no Senado deputados e senadores, o presidente da assembléia, marquês de Paranaguá, proclamou a maioria do Imperador. À tarde desse dia compareceu D. Pedro II — freneticamente aplaudido pelo povo, recebido enternecidamente pelos parlamentares, e prestou o seu juramento. “*Juro manter a religião católica apostólica romana, a integridade e indivisibilidade do Império, observar e fazer observar a Constituição política da Nação brasileira, e mais leis do Império, e prover ao bem geral do Brasil, quanto em mim couber*”.

OS LIBERAIS DE CIMA

A *Maioridade* foi uma conquista dos “liberais”, que subiram ao governo, com o ministério organizado

(1) Vd. A. DE QUEIROZ, *O Senador José Bento*, p. 86, PEREIRA DA SILVA, *op. cit.*, p. 328, MOREIRA DE AZEVEDO, *O Rio de Janeiro*, I, 410, P. CALMON, *O Rei Filósofo*, p. 49, A. LEAL, *Do Ato Adicional à Maioridade*, p. 186, OTTONI, *Circular*, 2.^a ed., p. 75. Na sessão do Inst. Hist. de 3 de Julho de 1863, explicou D. Pedro II, consultado, não disséra “quero já”, e sim, se as circunstâncias do país o exigiam queria ser aclamado logo”. Positivou, porém, em nota escrita à margem do livro *Dados e factos relativos à história política e financeira do Brasil*, comentando a frase, “Se a proclamação da Maioridade foi feita de acordo com as disposições constitucionais”: “Não. Se não fosse inexperiente, e não tivesse de ceder aos conselhos dos que respeitava, não anuiria às solicitações”. *Kosmos*, Rio, Março de 1906. Quanto ao “quero já”, reiterou: “Não me exprimi assim...”

(2) Luiz Alves de Lima (Caxias) escreveu então a Miguel Calmon (Abrantes): “Muito estimei não estar na corte, no meio das novidades, porque decerto me comprometeria, pois sou cego escravo dos meus deveres”... ms. no arq. do A. Fôra a ilegalidade... TITO FRANCO DE ALMEIDA, *Biografia do Conselheiro Furtado*, p. 12, Rio 1878.

em 23 de Julho de 1840: mas lhes faltava, para completa vitória, o dominio do Paço imperial.

Quem tivesse a intimidade do Imperador de 14 anos, quem o aconselhasse, quem dirigisse, nos basti-dões da politica, as atitudes do mais jóven dos soberanos, seria — este sim — o chefe da situação.

Ora, naquele gabinete, em que entravam os dois Andradas (pastas do Império e da Fazenda), os dois Cavalcanti (Marinha e guerra) e Limpo de Abreu (Justiça), figurava, com a pasta dos negocios estrangeiros, Aureliano Coutinho, exatamente o “homem de S. Cristovão”. Competia-lhe (era implicito) a posição principal no governo: como se fôra o seu creador (1). Mas os Andradas não eram seus amigos, primeira razão para cindir-se o ministério; nem combinavam quanto ao mais árduo problema, que era o do Rio Grande do Sul (2).

Quizêra Antonio Carlos, em comunicação dirêta com Bento Gonçalves, desarmar os “farrapos”, pois a politica liberal começára com um forte sentimento pacificador. A lei de 22 de Agosto estendeu ampla anistia a todos os presos politicos e culpados das revoluções da Regencia. As cartas de Antonio Carlos (3) e a nomeação de Alvares Machado para presidente do Rio Grande não alcançaram, entretanto, o

(1) Dir'a D. Pedro II: “Dava-me com Aureliano, estimava-o por suas qualidades; porem não o impuz como ministro, nem, começando então a governar, com menos de 15 anos de idade, faria questão de ministros?”. Noutras palavras: fizera-se a si mesmo.

(2) Em 24 de Outubro de 1840, Calmon (Abrantes) escrevia a Lulz Alves de Lima (Caxias): “a divisão, embora negada pelo conselheiro Holanda... é já confessada por todos: ha Horacios contra Curiaçios: os primeiros são os irmãos Andrada e o Limpo, que não tem irmão...” P. CALMON, *O Marquês de Abrantes*, p. 229.

(3) Abrantes refere-se a essa correspondencia, *op. cit.*, p. 229. Já em 1838 Antonio Carlos concitava Bento Gonçalves a acabar com a guerra civil, doc. in *Anais do Itamarati*, 1, 144. Saturnino de Souza e Oliveira, em 11 de Outubro de 1840, esclareceu o Imperador sobre a impossibilidade da conciliação, *Bosquejo Historico*, 2.ª ed. p. 158.

apetecido designo. Os rebeldes ainda se sentiam fortes e não confiavam naqueles propositos conciliadôres. Desentenderam-se, além disto, o presidente Alvares Machado e o comandante das armas João Paulo dos Santos Barreto.

De paz era o governo "maiorista", quanto às antigas sedições; mas facioso e intempestivo quanto à politica interna. Foram nomeados para as provincias presidentes de sua parcialidade; queixaram-se os conservadôres de inclemente perseguição; as eleições de 13 de Outubro correram, em todo o país, oprimidas por essa intolerancia (1); e a imprensa de opposição (fortalecida pelo desgosto dos que tinham feito a "reação monárquica") criticou acerbamente os ministros. Foi nesse ambiente de paixões renovadas que se decompoz o gabinete. A demissão do general João Paulo dividiu-o (2). Em 23 de Março de 1841 o Imperador concedeu a exoneração do ministério, que importou a quêda dos liberaes; e Aureliano, continuando na pasta de Estrangeiros, formou com a "velha guarda" conservadora (a opposição chamou-lhe a "oligarquia") (3), o govêrno seguinte. Era mais do que o retorno à situação de 1837; parecia a volta à de 1830 (4), com José Clemente na pasta da guer-

(1) PEREIRA DA SILVA, *Memórias do meu tempo*, I, 32. Apesar disto, cerca de 25 conservadores foram eleitos na Bahia, no Rio de Janeiro, em Pernambuco, Alagoas e Piauí. No Ceará o presidente, Alencar, escapou de ser deposto, a 14 de Dez. de 1840, *Rev. do Inst. Hist. do Ceará*, XX, 292.

(2) PEREIRA DA SILVA, *Memórias c't.* I, 50; VISCONDE DE SOUZA CARVALHO, *A hist. das dissoluções da Camara dos Deputados*, p. 4, Rio 1885.

(3) Visconde do Uruguai (Paulino), *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, I, 240 e segs., citando Paula Souza e Vergueiro. "Paulino fora a alma do 23 de Março e realizara o pensamento politico de Vasconcelos...", NABUCO, *Um Estadista*, I, 58.

(4) Veja-se o caso da presidencia da Bahia, dada, em substituição a Garcia de Almeida, ao veador Paulo José de Mello de Azevedo e Brito, de quem disse MACEDO, *Ano Biográfico*, III, 315, "foi no seu tempo grande homem que se continou a afigurar-se pequeno na memória dos póstumos", bahiano (1779-1848), da roda de Bocage em Lisboa,

ra (1), Vilela Barbosa na da marinha, Calmon na da fazenda, Araujo Viana e Paulino José Soares de Sousa (este a figura politica mais saliente) nas pastas do império e da justiça.

A brusca mutação, depois das violencias perpetradas pelos liberais, agravou a crise, porque induziu o grupo vencido — e vencido pela influencia dos que privavam no Paço! — a desforrorar-se fóra da lei.

A *Maioridade* fóra um convite à paz. Falhára porém, em 1840, com a côm partidaria que lhe dera o gabinete; e continuava contraditória em 1841, com os excessos por ele praticados. O que a presença do Imperador pudesse significar, de concordia, a intransigencia dos adversarios prejudicou, tanto numa como noutra situação: à máquina do Estado faltava a peça delicada do poder "moderador", na sua acepção legitima. D. Pedro II só poderia exercê-lo quando tivesse idade para compreender os fatos e os homens. Deferia-se, para o futuro, esse equilibrio. Voltou-se, em 1841, ao *clima* das insurreições e dos atentados (2), os dominadôres a esmagarem, com a perseguição desabalada, os decaídos... Era como uma liquidação de contas: sem perdão nem complacencia.

DAMASCENO VIEIRA, *Mem. Hist. Bras.*, II, 83, Bahia 1903, membro da junta local, em 1823, acusado de ter seguido até o ultimo momento a causa portugueza, contra os seus patricios, de que se defendeu em 1828 (pbl. por seu sobrinho, Antonio Joaquim Rodrigues da Costa, o inspirado poeta dos "*Cantos patrioticos ao dia 2 de Julho*"). Paulo José propuzera em 1816 a abollção da escravatura, CALDAS BRITO, *Rev. do Inst. Hist. da Bahia*, n. 29, p. 89; mas era impopular, por esse passado lusófilo e reaccionário. De fáto, a correspondencia da Junta da Bahia em 1823 que se guarda no *Arq. Hist. Col.* tem o seu nome até o fim da resistencia portuguesa.

(1) Em carta ao Chalaça, que estava em Lisboa, de 10 de Julho de 1849, diria José Clemente: "Tenho dado exuberantes provas de ser o amigo por excellencia do Imortal Senhor D. Pedro I, de sua Augusta Família e dos seus verdadeiros amigos... Nesta fé hei de morrer..." (Ms. cm. por Angelo Pereira, inéd.).

(2) Exemplo: o assassinato do coronel João Facundo no Ceará, em 8 de Dezembro de 1841, G. STUART, *Familia Castro*, p. 29, Ceará 1883.

COROAÇÃO DO IMPERADOR

Houve, nessa agitação política, um momento de festa: a coroação do Imperador, em 18 de Julho de 1841.

Foi um espetáculo ainda mais brilhante do que o da coroação de D. João VI.

Construiu Araujo Porto Alegre pavilhão monumental — a exemplo do que se fizera em 1818 —, com a sua vistosa galeria clássica (1). O desfile de coches vindos de S. Cristovão, a riqueza dos uniformes, a imponencia do conjunto, a sagração, na capela imperial, pelo arcebispo da Bahia, D. Romualdo, o sermão que se lhe seguiu (sôbre o tema, “Sacerdos unxit Salomonen”), a recepção dada às representações de todas as classes, que obedeciam a rigorosa ordem de precedencia (2), por fim a proclamação, duma das janelas do Paço, pelo alferes-mór, conde de Lages — assinalaram o esplendor do reinado, que começára. E começára tão monárquico nos seus estilos, que o general Tomás Guido, ministro da Confederação Argentina, não foi então condécorado, como se lhe avisou, por ser seu país uma República (3)...

(1) HELIO LOBO, *Manuel de Araujo Porto Alegre*, p. 18, 1938. Do artista temos o esbôço de grande têla, mostrando a varanda da coroação, o Imperador e a côrte, presentemente na *sala Varnhagen*, do Instituto Histórico. Os uniformes de D. Pedro II (notaveis pela riqueza e dimensões infantis) acham-se no *Museu de Mariano Procopio*, em Juiz de Fôra, adquiridos em 1926 por Ferreira Lage, fundador do estabelecimento, aos herdeiros de Paulo Barbosa. D. Pedro II cingia a espada que o pai trazia quando do grito do Ipiranga e o pesado manto, com a murça de papos de tucano, guardado hoje no *Museu Imperial de Petropolis*. A corôa, com os grandes diamantes, conserva-se no *Museu Imperial*, adjudicada pelo governo, que dela indenizou os descendentes do Imperador. Descrição das cerimônias, in *Rev. do Inst. Hist.*, vol. 39, parte 2.a. Decreto de 20 de Agosto de 1840 regularizára o uso dos uniformes. Iluminações do Passeio Público, baile a 22, no Quartel de Permanentes, grande baile em S. Cristovão a 24...

(2) *Jornal do Comércio*, 17 de Julho de 1841.

(3) *Diario* de Guido, 17 de Julho de 1841, ms. in Archivo General de la Nacion, Buenos Aires.

O povo parecia feliz, apesar de tudo. Nem só o povo da Capital. Generalizou-se a impressão de que raiára uma época de justiça, dignidade e ordem. Ao apêlo de José Clemente Pereira, os comerciantes do Rio de Janeiro, com o nome de "D. Pedro II", doaram ao Estado o grande hospital da Praia Vermelha (1). Ao lado do Hospital da Misericórdia, que se construía então, era bem um emblema de cultura e humanidade: iniciavam-se com isto as obras sociais! O maestro Francisco Manuel da Silva compoz para a "coroação" o "hino nacional", a cujos acordes vibrou o país, comovido por uma musica exultante, patriótica e admiravel (2). Acima dos regimes e das vicissitudes politicas, nos largos periodos pacificos e nos campos de batalha, na bôa e na má hora, seria o "hino" do Brasil!

(1) Com o fruto da subscrição da praça do commercio da Côte pósta à disposição do Imperador, foi a primeira pedra do *Hospício de Pedro II* lançada em 3 de Setembro de 1842. Concluíram-se as obras em 1855. A planta foi do engenheiro Domingos Monteiro, o portico, do engenheiro Guillobel, e a modificação do plano primitivo, do engenheiro José Maria Jacinto Rabelo, MOREIRA DE AZEVEDO, *O Rio de Janeiro*, I, 389. A planta do Hospital de Misericórdia foi do engenheiro Monteiro, em 1839, a primeira pedra colocada em 2 de Julho de 1840, e inaugurado o edificio em 1852, MOREIRA DE AZEVEDO, *ibid.*, p. 359.

(2) ERNESTO SENNA, *Rascunhos e perfis*, p. 556. Discipulo do padre José Mauricio, mas sem o seu talento, foi Francisco Manuel professor de música (1795-1865), fundador da Sociedade Musical Beneficente (1834-1890), mestre da Capela Imperial e do Conservatorio. Compoz numerosas musicas, nenhuma, porém, comparavel ao "Hino", que o immortalizou. Sobrevinda a República, conta ERNESTO SENNA, *ibid.*, p. 568, obteve o povo — em 15 de Novembro de 1890 — que o chefe do Governo Provisorio mantivesse o *Hino Nacional*, tão unido à história da monarchia. Respondeu o marechal Deodoro: "Fiquemos com o velho". E logo as bandas militares o tocaram com inexprimivel alegria da multidão. A letra, de João José de Souza e Silva (1841), tinha o estribilho:

No solio augusto
do novo mundo
Impera o grande
Pedro segundo.

AS LEIS REACIONÁRIAS

A tempestuosa sessão legislativa de 1841 produziu afinal duas leis — exigidas pelo governo, combatidas pelos liberais —: a de 23 de Novembro, que creou um conselho de Estado, abolido pelo Ato Adicional, e a de 3 de Dezembro, que reformou o *Código de Processo Criminal*, reforçando a autoridade.

A oposição considerou-as despóticas: a primeira lei, porque eventualmente cercaria o Imperador dum camarilha; a outra, porque, infringindo o Ato Adicional, daria ao poder público irresistível ingerencia nas eleições... Exagerava. Foram boas as nomeações para o Conselho de Estado, órgão de consulta inatacável, enquanto durou, pela austera conduta que sempre seguiu (1). E a reforma do *Código* não foi revogada pelos liberais, quando, em 1844, voltaram ao governo: acharam-na eficaz e ordeira (2).

(1) "Não atendeu o governo a partidos e nem a opiniões políticas. Ao lado de Honorio Hermeio, Vasconcelos, Araujo Lima e José da Costa Carvalho, genuínos conservadores, colocou Manuel Alves Branco, Caetano Maria Lopes Gama e o marechal José Joaquim de Lima e Silva, conhecidos por suas tendências e adesões mais ou menos liberais; e Francisco Cordeiro da Silva Torres, José Antonio da Silva Maia e D. frei Peuro de Santa Mariana, arrebuados inerentemente dos partidos, respeitavos porém por seus conhecimentos especiais nas questões militares, financeiras e eclesiásticas". PEREIRA DA SILVA, *Memórias*, I, 63. Leia-se VISCONDE DO URUGUAI, *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, I, 240, Rio 1862; e JOSÉ ANTONIO SOARES DE SOUZA, *op. cit.*, p. 111.

(2) O projeto deve-se a Paulo José Soares de Souza, depois visconde do Uruguai. Substituiu a ampla autoridade, dada pela lei de 15 de Out. de 1827 aos juizes de paz, eletivos, pela dos chefes de polícia, na corte e provincias, que, por sua vez, nomeavam seus delegados, nos distritos. Os sub-delegados e os inspectores de quartelão — descentralizando ainda mais a autoridade — auxiliavam os delegados a cumprir o complexo dever, que abrangia prevenção, vigilância, repressão, de modo a serem os fiscaes da segurança pública. Dexara-se de lado, pois, o romanismo dos magistrados da *eleição popular*, responsáveis pela tranquilidade geral, para que retomassem o governo local os funcionários designados, através dos presidentes de provincia, pelo partido instalado no poder: estruturou-se a autoridade forte. "Durante 40 anos, disse Joaquim Nabuco, a lei de 3 de Dezembro manterá a solidez do Império..." (MAX FLEIUS, *Hist. Administrativa*, p. 209, NABUCO,

O gabinete de 23 de Março designou presidentes de conhecida energia para as provincias (Costa Carvalho para São Paulo, Honorio Hermeto para o Rio de Janeiro, Carlos Carneiro de Campos para Minas Gerais, o general José Joaquim Coelho para o Ceará, Pinheiro de Vasconcelos para a Bahia). Da crise aberta em torno da situação no sul, a consequencia fôra a nomeação de Saturnino de Souza e do velho conde do Rio Pardo para substituirem Alvares Machado e João Paulo (1). Julgava-se possível, com uma administração vigorosa, restaurar a tranquillidade. Mas os liberaes paulistas e mineiros, vexados pela politica partidária do governo e resolvidos a pôr abaixo as duas leis, apelaram para a violencia. Entraram a conspirar. A modo da maçonaria de 1822, de 1831, de 1840, crearam no Rio um club central, "dos Patriarcas Inviziveis", que disseminou as suas "lojas" pelas provincias: chefiava-o Limpo de Abreu (2), cujo braço direito era Teófilo Ottoni. Tomariam armas, possivelmente se ligariam aos rebeldes do Rio Grande (3), se não houvesse outro meio de reacção... Ao

Um Estadista do Imperio, 1, 58.). Mas a emoção causada pela nomeação dos delegados de policia foi enorme: vd. o exemplo dado por FRANCISCO DE PAULA FERREIRA REZENDE, *Minhas Recordações*, p. 145, historiando o movimento de 1842 em Campanha, Minas. Bem resumiu Nabuco: "O Codigo do Processo havia feito dos juizes de paz o elemento ativo da justiça criminal; a reacção conservadora substituiu esse mecanismo eletivo popular pela policia... unificada nas mãos do ministro da justiça", *ib.*, 1, 192.

(1) Sobre a inercia do conde do Rio Pardo, TASSO FRAGOSO, *op. cit.*, ps. 202-3. Reacionário, amigo de D. Pedro I, portanto "caramuru" da velha guarda, Tomaz Joaquim Pereira Valente, barão (1825) e conde (1827) do Rio Pardo nascera no Porto, em 1790 e era genro do marquês de Santo Amaro, M. FERREIRA DE CARVALHO, *Nobiliario Sul-Riograndense*, p. 213, cuja estancia Saint-Hilaire visitou.

(2) ALUISIO DE ALMEIDA, *A Revolução Liberal de 1842*, p. 32, Rio 1944, BRUNO DE ALMEIDA MAGALHÃES, *O Visconde de Abaeté*, p. 156. Eram os principais, senadores José Bento T Alencar, deputados José Antonio Marinho, Ottoni, Francisco de Salles Torres Homem...

(3) No energico discurso de 9 de Julho de 1841, Ottoni sustentou a tese de que se o governo dissolvesse previamente a Camara seria governo de fato, tão legitimo como o de Piratini... (P. PINHEIRO CHAGAS, *op. cit.*, p. 91).

contrario, o governo pareceu desdenhar a ameaça (1) e antecipou ou precipitou a revolta, golpeando em primeiro logar (2). Não cedeu; e ganhou a partida. Ganhou-a, como nos anos anteriores, no campo de batalha!

A corôa tornou-se parcial. Impediu que se reunisse o parlamento antes de manifestar as suas tendencias: preventivamente (3)... Os liberais receberam o ato como formal provocação. E revoltaram-se.

(1) Note-se que, em S. Paulo, houve um movimento de opinião, para que o coronel Rafael Tobias de Aguiar continuasse na presidencia apesar de derrubado o ministerio que o nomeara. (Vereação de 6 de Abril de 1841, *Atas da Camara da cidade de S. Paulo*, XXXIII, 126. A despeito disto foi substituido pelo chefe de esquadra Miguel de Souza Melo e Alvim (15 de Julho), que por sua vez, passou o cargo ao ex-regente Costa Carvalho, *Atas*, *ibid.*, p. 189.

(2) E' exemplo desta intransigencia — repetimos — o que ocorreu no Ceará, onde, a 8 de Dezembro de 1841, foi assassinado o chefe liberal (da parcialidade de Alencar) major José Facundo, sem que isto motivasse a destituição do presidente José Joaquim Coelho, como pediram os correligionarios da vltima (*Rev. do Inst. do Ceará*, XIX, 32 e segs., STUART (G. S.), *Familia Castro*, p. 29, Ceará 1883), que o acusavam "como autor mandante dum tal atentado" (MARINHO, *op. cit.*, p. 54).

(3) A dissolução da Camara era da competencia do Poder Moderador (exercido pelo Imperador), *Const. do Império*, art. 101, n. 5, "nos casos em que o exigir a salvação do Estado, convocando immediatamente outra que a substitua..." Por onze vezes usou daquela autorização: 1 de Maio de 1842, 24 de Março de 49, 19 de Fevereiro de 44, 12 de Maio de 63, 18 de Julho de 68, 22 de Maio de 72, 11 de Abril de 78, 30 de Junho de 81, 3 de Setembro de 84, 26 de Setembro de 85 e 17 de Junho de 89.

AS AGITAÇÕES LIBERAIS

O ERRO DE 1842

A nomeação de Costa Carvalho para presidente de São Paulo, lembrava os tempos da “bernarda” de Francisco Inácio... Caíam os Andradas, derrubados pelo mesmo antigo ouvidor... Chefiada por Vergueiro, uma comissão da assembléia provincial foi representar ao Imperador a necessidade de adiar a execução das leis de 1841. Tal foi a linguagem da representação, que não logrou ser recebida (1). Pronunciaram-se várias Camaras municipais de Minas. Mandou o governo responder aos vereadores de Barbacena, com a nota, de que a lei de 1828 as reduzira a “corporações meramente administrativas”, e não politicas (2)... Este pensamento completava o da lei de 3 de Dezembro: a autoridade forte abolira as tradicionais manifestações do liberalismo local, responsáveis pelos movimentos de 1821 e de 1831.

Para a opposição, a perspectiva de reforma era a abertura do parlamento em 3 de Maio de 1842. As eleições irregulares do ano anterior davam-lhe indis-

(1) Carta de M. Calmon ao visconde do Rio Vermelho, 7 de Fev. de 1842: “...Em face da representação ou mensagem dirigida pelo despellido Antonio Carlos e trazida para aqui por uma deputação da Assembléia de S. Paulo, á testa da qual veiu o insolente e mil vezes maior Vergueiro”, *Rev. do Inst. Hist. da Bahia*, n. 11, ps. 298-302. Em nota ao livro de Tito Franco, disse o Imperador que a recusa da audiência foi devida á linguagem da representação.

(2) Decreto de 16 de Dez. de 1841, referendado por ARAUJO VIANA (Sapucaí), *Rev. do Arq. Publ. Min.*, XV, 182.

putavel maioria. Com esse numero, e o impeto combativo dos liberais eleitos, seria esmagado o ministério. Este objetou que não podiam ser tomadas a sério aquelas eleições de terrôr e tumulto: e argumentando com o que fôra notório, mas estava nos costumes do país (1), obteve em 1 de Maio o decreto da prévia dissolução da Camara. Antes que começasse os trabalhos! Retumbou isto pelas provincias como uma iniquidade. Foi um erro, talvez o maior do reinado, diria D. Pedro II.

LEVANTE EM SOROCABA

A recusa da audiencia pedida pelos emissarios da provincia ao Imperador precipitou as hostilidades, segundo o plano traçado pelos "Patriarcas". Rafael Tobias, entretanto, chefe natural do movimento em São Paulo, nele não confiava e quiz preveni-lo, numa paz de compromisso: os liberais se acalmariam se não entrassem na provincia as tropas pedidas pelo presidente (2). A dissolução da Camara quebrou o acôrdo,

(1) Foi o que inspirou o decreto de 4 de Maio de 1842, que exigiu qualificação prévia dos eleitores e estabeleceu, como junta apuradora, o *triumvirato* de juiz da paz, o v'gario e sub-delegado de policia. Até as eleições se faziam tumultuariamente. Sem qualificação de votantes, estes eram aceitos, ou rejeitados, por aciamação, vencendo, pois, a violencia, do grupo mais forte. De ordinario o partido dominante, que tinha o auxilio das autoridades, afugentava os adversarios, e as eleições do primeiro grão, que constituíam o corpo leitoral, corram viciosas e ferozes. (FRANCISCO BELISARIO, *O Sistema Eleitoral no Brasil*, e A. TAVARES DE LYRA, *Regime Eleitoral*, in *Dicionário do Instituto Histórico*, I, 334, Rio 1922). A este sistema de sufragio, abominado pela prática, succedeu, em série longa, uma experiencia crescente de processos destinados a atenuarem a coação do governo nos pleitos, e as perturbações de ordem que neles havia. Veremos, com a *lei dos circulos*, de 1855, a *do terço*, de 1877, a *eleição diréta*, de 1881, como se desenvolveu no Império, a idéa do voto livre.

(2) VILHENA DE MORAES, *Caxias em S. Paulo*, p. 24 e segs., Rio 1933. Prevaleceu o voto de José Clemente, no ministério, contra a remessa de tropas: não se queria melindrar a provincia, superexcitada. O "clube" da revolução espalhára armamento em S. Paulo ... ALUISIO DE ALMEIDA, *op. tit.*, p. 32, nota.

e no dia 10 de Maio se declarou a revolta em Sorocaba. Tobias foi ali aclamado presidente no dia 16. Assumiu a secretaria da presidencia o dr. Gabriel José Ribeiro dos Santos (1). O velho padre Feijó, que estava em Campinas, correu a Sorocaba, para auxiliar a rebelião, que se propagou às vilas próximas. Mas, avisado prontamente, Costa Carvalho despachou o vapor "Ipiranga", surto no porto de Santos, com a noticia para a côrte, e, sem perda de tempo, o governo confiou ao brigadeiro Luiz Alves de Lima, agora barão de Caxias, o comando do "exercito pacificador". Partiu com quatrocentos homens a 19 de Maio (2), e a 21 desembarcou em Santos.

A prèssa com que foram expedidos os contingentes legalistas desorientou os rebeldes. As rápidas medidas adotadas pelo barão de Caxias — com o descortino e a estrategia que tão bons resultados lhe déra no Maranhão — cortaram-lhes as esperanças dum auxilio extranho, do norte (Minas Gerais) ou do sul (Rio Grande): Destacamentos postos nas fronteiras isolaram a provincia. De Curitiba não podia esperar ajuda, pois se aquiétara a comarca, com a promessa de que seria separada de São Paulo, como

(1) Vd. Dr. A. I. R., *Discursos Parlamentares do Dr. Gabriel José Ribeiro dos Santos*, p. 20, Rio 1863. Diz uma testemunha, que Tobias foi forçado a aceitar a presidencia a contragosto, lamentando-se, e se mostrava desesperado, senão espoliado, autobiografia in C. MAUL, *Vida da Condessa de Iguassú*, p. 123, Rio 1942. Na vespera de abandonar Sorocaba, casou-se com a marquêsa de Santos, de quem tinha vários filhos: destas nupcias ha a narrativa da filha da marquêsa e de D. Pedro I, a condessa de Iguassú *op. cit.* A musa popular comemora:

Tobias quando fugiu
 Numa hora de incerteza
 Abraçou os seus lilhinhos,
 E casou com a Marquêsa.

(2) PINTO DE CAMPOS, *Vida do grande cidadão... duque de Caxias*, 2.^a ed., p. 73.

pediam os seus moradões (1). Restaria à revolução a iniciativa dos combates. Mas se retardou em marchas inúteis, não ousou atacar a capital, nem chegou a alcançar Campinas, foi rechassada, em 6 de Junho, no encontro de Venda Grande (2), e, finalmente, dissipada em Sorocaba, sobre a qual marchou Caxias com três colunas. Debandaram os insurgentes. Fugiu Tobias, a cavalo (3), para pôr-se a salvo no Rio Grande. Indomável na sua coragem de atitudes, doente e resignado, Feijó se deixou prender — depois dum apelo vão dirigido a Caxias (4). Encerrava a carreira política como cabeça de rebelião, aquele estadista destemido que salvára a integridade do Império nos peiores dias da Regencia!

REVOLUÇÃO EM MINAS

Os liberais de Minas tinham-se comprometido a auxiliar o movimento de São Paulo. A iniciativa seria dos paulistas, enquanto que o mineiros dariam

(1) Da promessa de Costa Carvalho e Caxias, tratou o *Jornal do Comércio*, de 25 de Julho de 1850. Vd. também MARTINS DE ANDRADE, *A Revolução de 42*, ps. 143-4, Rio 1942.

(2) ALUISIO DE ALMEIDA, *A Revolução Liberal de 1842*, p. 108.

(3) Ao que se crê, chama-se no sul, e também nos países vizinhos, "tobiano", o cavalo "pampa", de Tobias, (J. ROMAGUERA CORRÊA, *Vocabulário Sul-riograndense*, p. 203, Porto Alegre 1898) que fugiu num desses, perpetuado pelo "folk-lore". Foi preso na Vacaria, antes de se unir aos "farroupilhas". Bento Gonçalves, aliás, em proclamação de 13 de Julho, festejára: "já as falanges paulistanas marcham sobre o inimigo comum..." Na fuga Tobias e Gabriel José Rodrigues dos Santos foram auxiliados pelos fazendeiros do sul (leia-se S. J. R., *Discursos Parlamentares do Dr. G. J. R. dos S.*, p. 23), entre os quais David dos Santos Pacheco, depois barão de Campos Gerais, e João da Silva Machado (barão de Antonina).

(4) Caxias respondeu a Feijó: "As ordens que recebi de S. M. O Imperador são em tudo semelhantes ás que me deu o Ministro da Justiça em nome da Regencia, nos dias 3 e 17 de Abril de 1832, isto é, que levasse a ferro e fogo todos os grupos armados que encontrasse, e da mesma maneira que então as cumprí, as cumprirei agora". (VILHENA DE MORAES, *Caxias em S. Paulo*, p. 90). Em carta de 23 de Junho, para o presidente da provincia, disse Caxias: "O Feijó continúa guardado

apoio e repercussão ao levante, generalizando-o, a modo de convite ao Imperador para demitir o ministério. Explica-se, por isto, a demora da revolução naquela provincia, decidida quando se conheceu a abertura de hostilidades em Sorocaba. Foi a 10 de Junho que a guarda nacional e a Camara de Barbacena se insurgiram e aclamaram presidente interino o tenente-coronel José Feliciano Pinto Coelho, dando por destituído o presidente Bernardo Jacinto da Veiga, que, em Ouro Preto, parecia não acreditar muito na tormenta que se preparava (1). Logo as localidades adjacentes aderiram aos rebeldes (2), que, cheios de entusiasmo, se prepararam para a guerra de verdade. Tomou-lhes o comando o coronel Antonio Nunes Galvão. Teófilo Ottoni — chefe ostensivo — a eles se uniu depois de arriscada viagem, vindo da côrte, onde, no dia 15, soubera da insurreição (3). Lançaram-se sobre Queluz, e a tomaram após renhido combate. Queria Ottoni que marchassem sobre a capital da provincia. Era também urgente

por um official, e já diversas visitas me tem feito, e pelos disparates que diz est'ou capacitado que sofre desarranjo mental, tanto que me declarou que projéta declarar na Assembléia Provincial que não é mais paulista nem representaute de semelhantes canalhas”.

Quando o pai're ape'lava para o ant'co maior de Permanentes, queria por certo lembrar a mensagem destes, de 3 de Agosto de 1832, em que lhe fazavam da “construção da mais fiel amizade”...

(1) Docs. in *Rev. do Arq. Publ. Min.*, XV, 182 e segs.

(2) “...Em parte, parecia quasi eclesiastica essa insurreição, capitaneada por diversos padres...”, PINTO DE CAMPOS, *op. cil.*, p. 77.

(3) PINHEIRO CHAGAS, *Teófilo Ottoni*, p. 100 e segs. E' de 20 de Junho o decreto mandando observar as Le's Militares em S. Paulo e Minas, suspenso pelo de 30 de Setembro seguinte. Em 14, 17 e 18 de Junho aderiram à revolução S. João del Rei, vila de S. José e Lavras. No dia 18 já guarneciam a ponte do Rio Preto os guarda-nacionais da 2.^a Legião de Barbacena, l'el à legalidade, sob o comando do importante fazendeiro N'coláo Antonio Nogueira da Gama e de seu pr mo o visconde de Baependi, doc. in *Rev. do Arq. Publ. Min.*, XV, 214. A estes serviços se refere o visconde de NOGUEIRA DA GAMA, *Minhas Memorias*, p. 127, Rio 1893.

estabelecer a ligação com São Paulo (1). Mas o desanimo começou a lavrar nas suas fileiras. As rapidas medidas repressivas adotadas pelo governo e a noticia da rendição dos paulistas atordoaram José Feliciano e os espiritos moderados, que previram, inevitavel, o fracasso final. Faltava-lhes, de um lado, o estimulo guerreiro, alheio à prudencia tradicional de sua gente, e, do outro, se ressentiam da ausencia de officiais experimentados, que fizessem frente à tropa. Se Ottoni fosse atendido, e, de surpresa, caissem sobre Ouro Preto, mais difficil lhes seria a derrota: mas, desde os primeiros dias, uma grande hesitação invadiu o seu pequeno exercito de guarda-nacionais e recrutas (2). O governo, este não perdeu tempo. O presidente da provincia do Rio, Honorio Hermeto, estabeleceu-se, como num quartel-general, em Paraíba do Sul. O barão de Caxias foi nomeado comandante geral (em 13 de Julho, em Guaratinguetá, voltando de São Paulo, foi que soube da nomeação), e, com setecentos homens, irrompeu afoitamente pela estrada de Barbacena. Os rebeldes deslocaram-se para Sabará, e Santa Luzia. Correu ele a Ouro Preto, a reforçar a guarnição, e, já ciênte de que, por toda parte, declinava o movimento, foi desalojar de Santa Luzia o grosso dos insurrectos, allí, todavia, bem defendidos.

A ação que se feriu (20 de Agosto de 1842) por pouco não foi fatal a Caxias. Destacára uma coluna

(1) "*Despertador Mineiro*", S. João del Rio, 28 de Junho, in *Rev. do Arq. Publ. Min.*, XV, 241.

(2) Além do livro, clássico, do padre José Antonio Marinho, secretario do governo rebelde, que temos citado, *História da Revolução de Minas Gerais em 1842*, com retrato de Caxias, Rio 1843: Vd. sobre o movimento e seus episodios. MARTINS DE ANDRADE, *A Revolução de 1842*, p. 161 e segs. P. PINHEIRO CHAGAS, *op. cit.*, p. 95 e segs. Documentam a situação mineira em 1842. FRANCISCO DE PAULA FERREIRA DE REZENDE, *Minhas Recordações*, p. 128 e segs. R'o 1944. Cite-se, como uma apreclação risonha das rivalidades municipais, VISCONDE DE ARAXÁ, *Reminiscencias e Fantasias*, II, 76, Vassouras 1884.

(ten. coronel Ataíde) para cortar-lhes a retirada, com a sua coluna os investiu de frente, e mandou a do irmão (coronel José Joaquim de Lima e Silva, depois conde de Tocantins) (1), em marcha de flanco, para lhes surpreender a retaguarda. Mas os rebeldes, vendo aproximar-se a coluna de Caxias (800 homens) saem-lhe ao encontro (eram 3 mil) e a fazem recuar. O choque se transformaria em desastre, não fôra a súbita presença de José Joaquim de Lima e Silva, à retaguarda, como se planejára (2). Metidos assim entre dois fogos, esmoreceram, quasi vitoriosos, os soldados de Galvão e Ottoni, e se precipitaram em fuga, para a ponte do rio das Velhas. Lograram rechassar, na travessia da ponte, a coluna do tenente coronel Ataíde: mas, pouco adiante, em Lagôa Santa, depuzeram as armas (3). Estava restaurada a ordem em Minas Gerais.

A PACIFICAÇÃO DO RIO GRANDE

O insucesso da rebelião liberal tinha uma consequencia a mais: iria desanimar de vez os republicanos do Rio Grande, encorajados, em Julho de 1842,

(1) Fazendeiro na provincia do Rio, junto á fronteira de Minas, o coronel levou consigo a guarda nacional do Rio Preto e tropa de primeira linha daquela provincia, PINTO DE CAMPOS, *op. cit.*, p. 78. Commandou em Santa Luzia o 8.º batalhão de 1.ª linha e um de provisórios.

(2) OTTONI, na *Circular*, imitou Napoleão, dizendo que tudo se perdeu, quando tudo estava ganho... Sobre a batalha, AFONSO DE CARVALHO, *Caxias*, 3.ª ed., p. 115. Os rebeldes tiveram 59 mortos, muitos feridos, 200 prisioneiros; os legais, 18 mortos e 74 feridos, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, XV, 365. O plano, do ataque de flanco em coordenação com o de frente, faz honra á estrategia de Caxias e não justifica a allusão ao *Destino*, de Ottoni a dizer que foi casual a victoria. Percebe-se que, mesmo destroçada a coluna de Caxias, não suportariam as revolucionários, exaustos, a luta que lhes offerceria, instantes depois, a de José Joaquim de Lima e Silva, quando, por outro lado, a estrada, por onde podiam retirar, fôra cortada pela gente de Ataíde.

(3) Deixaram-se prender em Santa Luzia Ottoni, José Pedro Dias de Carvalho, e outros chefes.

pelas tremendas dificuldades que embaraçavam o poder central (1).

O desempenho dado pelo barão de Caxias à missão pacificadora em São Paulo e Minas Gerais, o indicou para pôr fim à “guerra dos farrapos”. Desta vez, e a exemplo do que fizera em 1839, o governo o investiu da dupla função, de presidente e comandante das armas. Evitava a repetição da desavença entre as duas autoridades, de que se tinham queixado os presidentes anteriores, e lhe engrandecia o prestígio, para a decisiva tarefa, assim de política ou diplomacia como de combate.

Nomeado a 8 de Agosto, chegou a Porto Alegre a 9 de Novembro (1842). Organizou, com a habitual precaução, os elementos necessários para a ofensiva, que desalojasse os rebeldes da linha da fronteira, onde renovavam a cavahada e o armamento; como no Maranhão e em São Paulo, distribuiu as suas forças de modo a isolar a provincia; mandou reunir os cavalos indispensaveis à remonta dos destacamentos volantes; espalhou entre os conservadôres a confiança na sua ação e no seu espirito conciliatório, a acentuar os propositos de paz que animavam o governo;

(1) A Republica rio-grandense organizára-se. Primeiramente convocara o Conselho de Procuradores Gerais dos Municipios (18 de Set. de 38), instalado em 21 de Dez. de 9. Em Out. de 40, procederam á eleição dos deputados á Assembléa constituinte, que se reuniu em Alegrete ,a 1.º de Dez. de 42. O projeto de Constituição tem a data de 8 de Fev. de 43. (Vd. VICTOR RUSSOMANO, *Hist. Constitucional do Rio Grande do Sul*, p. 154 e segs.).

Abriu-se em 42 o dissidio entre Bento Gonçalves e o ministro da fazenda Antonio Vicente de Fontoura. Em Agosto de 43 deixou o primeiro a presidencia, em que foi investido José Gomes Jardim. Seguiu-se ao assassinato de Paulino da Fontoura, por motivos desconhecidos, uma atmosfera de tal irritação entre as duas correntes, que em 27 de Fevereiro de 44 se mediram em duelo Bento Gonçalves e o coronel Onofre Pires. A luta foi á espada e morreu Onofre do ferimento recebido. O retraimento, subsequente, do chefe da revolução, permitiu que Antonio Vicente levasse por diante a politica de apaziguamento, suggestionada pela magnanimidade de Caxias.

e chamou para o seu lado Bento Manuel, de quem precisava para sair a campo (1).

Em 12 de Fevereiro (1843) dividiu em três divisões o exercito de 7 mil homens (brigadeiro Felipe Nery de Oliveira, coronel Jacinto Pinto d'Araujo Corrêa e João da Silva Tavares) (2), e, em Março, rompeu para o acampamento de S. Lourenço, Alegrete e a fronteira do Uruguai.

Os republicanos não o esperaram: internaram-se no país vizinho, para resurgir em Sant'Ana do Livramento. E, surpreendendo a divisão do coronel Jacinto que ficára em S. Gabriel, dispersaram-lhe a cavallhada, tomando de assalto a povoação. Caxias reconquistou-a sem luta e, para melhor utilizar as suas tropas, as desmembrou em duas colunas. Ficou com o comando da primeira e deu o da segunda a Bento Manuel. Em 26 de Maio novamente os "farrapos" se lançaram à batalha: foi em Ponche Verde, onde julgaram desprevenido, e em inferioridade numerica, o velho e odiado inimigo de Fanfa, Bento Manuel. Perderam a partida, desfechando inutilmente as suas cargas sobre os quadrados da infantaria, que não cederam: e se retiraram, deixando no campo uma centena de mortos. Debalde tentaram tomar Alegrete. O tenente coronel Marques de Souza apoderou-se de Piratini e Pelotas. Caxias entrou em Caçapava e marchou sobre Jaguarão. Os "farrapos" já não dispunham de nenhuma localidade importante, e, de carreta, a cavalo, em horda pela planicie, procuraram em vão a oportunidade de replicar-lhe aos golpes. Volveu-se a pensar num acôrdo honroso, e Caxias o desejou, apelando para o patriotismo dos rio-gran-

(1) Vd. a interessante apologia de sua estrategia in *Reflexões sobre o generalato do conde de Caxias*, (Porto Alegre 1846, 2.^a ed., Rio 1938), p. 12 e segs.

(2) Vd. ordens do dia, *An. da Bibl. Nac.*, LXIII, 64-5.

denses. Falou-lhes uma linguagem incisiva, a descrever as suas apreensões: teriam de bater-se com o estrangeiro. “Não pôde tardar (proclamou em 17 de Março de 43) que nos meçamos com os soldados de Rosas e de Oribe”...

ORIBE E ROSAS

Porque a referencia a Oribe? Era justa e hábil. Tanto daria a Rivera — apartando-o dos rebeldes (1) — uma esperança de entendimento, contra Rosas, como apaziguaria os “farrapos” interessados na sua causa.

Processava-se na côrte, entretanto, em aparente contradição com essa diplomacia de guerra, uma espécie de revisão dos problemas do Prata, como se fôra possível resolvê-los por bem.

Consistiu no tratado de 24 de Março de 43, assinado pelo Imperador a 27 e, em seguida... rejeitado por D. Juan Manuel de Rosas (2).

(1) O tratado entre farrapos e Rivera chegou a ser feito, em 5 de Março de 1843, nas pontas do Cuaraim, representando aqueles o coronel Daniel Gomes de Freitas, que fôra m'n'stro da Sabinada (ANTONIO PEREIRA PINTO, *Apontamentos para o Direito Internacional*, III, 139, Rio 1866). Os respectivos papéis caíram em mãos dos legais na batalha de Porongos. Aliás Caxias afastou, mezes depois, a mediação de Rivera, que quiz interessá-lo no accordo com os rebeldes, TASSO FRAGOSO, *A Revolução Farroupillha*, p. 265, embora o entretivesse com acênos de cordialidade (veja-se o caso de Corrêa da Camara, 1843, AURELIO PORTO, *Anais do Itamarati*, II, CL). O fato é que, em 13 de Jan. de 1842, se queixava Aranda, chanceler de Rosas, da *neutralidade do Brasil* em relação a Rivera, “con severidad escrupulosa...”, arq. de Rosas, ms. no *Archivo Gen. de la Nacion*, Buenos Aires.

(2) O tratado reconhecia a independencia do Uruguai e assegurava o concurso economico — no fornecimento de cavalhadas — para a extinção do movimento no Rio Grande, mas não falava em Oribe, como queria Rosas, empenhado em pô-lo no governo de Montevidéu. Guido, o negociador argentino, estava no leal proposito de conciliar o seu governo com o Impero, e se queixou da incompreensão do ditador, carta a Aranda, 18 de Abril de 1843, doc. no *Archivo General de La Nacion*, Buenos Aires, que publicamos na *História Social do*

O ministro argentino, general Tomaz Guido, logrou, com essas negociações, prolongar um periodo de desconfiança e intranquilidade, que alguns achavam necessário à paz, desejada, e outros, mais realistas, consideravam apenas útil ao ditador de Buenos Aires, para que completasse os preparativos bélicos (1). Iludiram-se os políticos conservadores, não, nos acampamentos do sul, os veteranos da luta fratricida (2).

A PACIFICAÇÃO

A batalha de Porongos, onde Francisco Pedro, com mil homens, apanhou de surpresa David Canabarro e destroçou-lhe as forças desprevenidas (14 de Novembro), tirou aos rebeldes a última ilusão de exito (3). Era o epilogo. Bento Gonçalves conversou secretamente com Caxias. Foi Antonio Vicente da Fontoura destacado para tratar na côrte, impregnado das idéias pacifistas do comandante imperial, que, na

Brasil, II, 36, S. Paulo 1937. A nomeação de Sinimbu para ministro em Montevidéo, em Junho seguinte, correspondeu à necessidade de melhor observar o Brasil a situação, de tanto perigo para a independencia do Uruguai, de que era fiador.

(1) Da habilidade de Guido fala o visconde de MAUÁ, *Autobiografia* (Exposição aos credores), p. 115, notas de Claudio Ganns, 2.ª ed., Rio 1943. Dissentiu aliás, de Rosas, e foi quem recebeu em Buenos Aires o general Urquiza, depois do Caseros... Seu filho, o poeta Carlos Guido y Spano, tomou o partido do Paraguai, na guerra de 1865, e cantou, em *nenla* celebre, o infortunio deste:

"Llora, llora urutaú — en las ramas de jatai — já no existe el Paraguay — donde nací como tú..."

(2) Sinimbu, na Camara, em 1855: "Foi ainda a probabilidade de uma guerra do Imperio contra o Ditador de Buenos Aires, que aplinou, que preparou o espirito dos dissidentes do Rio Grande, para a grande obra da pacificação da Provincia". Cit. por FERNANDO OSORIO, *Historia do General Osorio*, I, 412.

(3) Os rebeldes perderam 333 prisioneiros, entre estes 25 officiaes e o ministro da fazenda, a bagagem, cavallhada e armamento... Vd. H. CANABARRO REICHARDT, *David Canabarro*, p. 116, Rio 1934.

frase do biografo, venceu e convenceu (1). Preparára-lhe o terreno um emissário de Canabarro, que ouviu Teófilo Ottoni sôbre a possibilidade da "federação com o Império" ou, em caso extremo, a continuação da luta em Minas, com os melhores oficiais rio-grandenses. A resposta foi que nenhum auxilio poderiam esperar de Minas e São Paulo; nem admitiriam o desmembramento da pátria (2). Os valentes "farrapos" cederam finalmente. A acta da pacificação foi assinada em 25 de Fevereiro de 1845. Dava-lhes anistia geral; a isenção do serviço militar para quantos tivessem militado na revolução; os postos que tinham os chefes; e a adjudicação ao Estado dos antigos escravos, engajados no exercito republicano.

(1) PINTO DE CAMPOS, *op. cit.*, p. 262; DANTE DE LAYTANO, *História da Republica Rio-Grandense*, p. 65, Porto Alegre 1936; TASSO FRAGOSO, *A Revolução Farrroupilha*, p. 262, WALTER SPALDING, *A Revolução Farrroupilha*, p. 359, S. Paulo 1939.

(2) TEÓFILO OTTONI, *Circular*, e PAULO PINHEIRO CHAGAS, *Teófilo Ottoni*, p. 143.

O PODER PESSOAL

O DOMINIO CONSERVADOR

1843 foi um ano de regozijo monárquico. O governo conservador achou-se poderoso. Instalára-se. Por toda parte, descoroçoados, os liberais se recolhiam a uma oposição desesperançada. A grandêza economica da provincia do Rio reforçara notavelmente a importancia da "oligarquia" — como teimavam os "luzias" em chamar os "saquaremas". Nenhum bloco eleitoral era mais consideravel do que o de Rodrigues Torres e seu cunhado Paulino, aliados a Honorio Hermeto, e apoiados pelo espirito moderado da Côrte, que confiava na sua prudencia e no seu equilibrio. Não saíriam tão cêdo das posições se o "grupo da Joana" não lhes faltasse. Com Aureliano (e Paulo Barbosa) somavam o prestigio necessário para um longo periodo de dominação. Mas a liga era insincera. Aureliano não pensava como os chefes conservadôres no caso do tratado com a Inglaterra e no problema da ordem interna. Não queriam eles a renovação do tratado — escudados na opinião geral, que o repudiava: contrariado, demitiu-se Aureliano. Em 20 de Janeiro formou Honorio gabinete com os nomes mais destacados do partido (1).

(1) Estrangeiros, Paulino; Justiça, Honorio; Marinha, Rodrigues Torres (que no parlamento lhe definiu a politica), Imperio, Silva Mala; Guerra, Salvador José Maciel... NABUCO, *Um Estadista do Imperio*, I, 57. Derrubou Aureliano a virtual hostilidade da maioria da Camara,

A sombra dessa forte situação floresceu o trôno com os imperiais matrimonios, tanto do Imperador (1) como das princêsas suas irmãs (2).

As festas publicas que então se celebraram valiam pela confiança, que às instituições votou a Nação. Mas, para serem completas, precisavam de tolerancia politica. D. Pedro II não podia ser o soberano duma facção. Deixou-se impressionar pelo bom senso dos que lhe reclamavam a anistia ampla. Paulo Barbosa era o seu amigo mais influente: nesse mesmo ano lançou os fundamentos de Petropolis — sua

PLREIRA DA SILVA, *Memórias do meu tempo*, I, 107, Paris, de cujas desconianças se fizera éco Antonio Pereira Barreto Pedroso. O *Jornal do Comércio*, de 24 de Janeiro, explicára a crise: “desconfianças recprocas, relativas e pontos de lealdade...” “Manifestamente o ministerio de 20 de Janeiro de 1843 foi organizado pelo energico e ilustrado sr. Carneiro Leão”, dizia OTTONI, *Circular*, p. 192.

(1) Casou-se D. Pedro II com a filha do Rei Francisco II das Duas Sicilias, Tereza Cristina de Bourbon, nascida em Napoles a 14 de Março de 1822. Sobre as conversações diplomaticas, ARGEU GUIMARÃES, *Em torno do casamento de Pedro II*, Rio; nosso *O Rei Filósofo*, p. 71; HEITOR LYRA, *Hist. de D. Pedro II*, I, 218-35, S. Paulo 1938; EUGENIO RODRIGUEZ, *A Viagem da Imperatriz*, trad. e notas de G. Penalva, Rio 1936; FRANCISCO MARQUES DOS SANTOS, *Estudos Brasileiros*, ns. 29-30 (Rio 1943), ps. 166-222; DANIEL P. KIDDER, *Reminiscencias de viagens, Provincias do Norte*, trad. de Moacir N. Vasconcelos, p. 240. O tratado foi celebrado em Viena, pelos plenipotenciarios Bento da Silva Lisboa e Don Vicente Ramires, a 20 de Maio de 1842, levando de dote a noiva 120 mil ducados, a que correspondia o contra-dote, dado pelo Imperador, de 100 contos de réis, ou 150 mil ducados; e desistia de qualquer herança da casa de Napoles, chefiada pelo rei Fernando, seu irmão. Chegou ao Rio de Janeiro (casada por procuração em Napoles) a 3 de Setembro de 1843, a bordo da não “Constituição”. Beio quadro de Eduardo da Martino (Museu Historico Nacional) fixou a cena magnifica da chegada da Imperatriz. Não exerceu ela sensivel influencia politica na vida nacional. Orangeou, pela delicadeza, discreção e dignidade de seus atos, o respeito unanime do povo.

(2) Em 1.º de Maio de 1843 casou-se em S. Cristovão a princêsa D. Francisca com o principe de Joinville, filho do rei Luiz Felipe (Prince de Joinville, *Vieux Souvenirs*, p. 215, Paris 1894; COMTESSE DE BOIGNE, *Mémoires*, III, Paris 1909; JOSEFINA NEUVILLE, *Memorias de minha vida*, p. 60, Lisboa 1864). D. Januarina desposou em 28 de Abril de 1844 a D. Luiz, conde d’Aquila, irmão da Imperatriz Tereza Cristina. Deste ha descendencia resultante de casamentos morganaticos, enquanto que D. Francisca deixou herdeiros de vários titulos da casa de França, PERRY VIDAL, *Descendencia de S. M. El Rei o Senhor D. João VI*, ps. 57 e segs., Lisboa 1923.

cidade (1) — e do palacio de verão, que lá quiz ter. Devêra falar-lhe das razões de Aureliano... A eleição senatorial para a vaga de Feijó extremou a crise. Saturnino de Souza e Oliveira hostilizou de publico o governo: era inspector da Alfandega, e Honorio desejou demiti-lo (1). A demissão seria o golpe de graça no “grupo da Joana...” (3). A vitória eleitoral do gabinete foi esmagadôra. Mas o Imperador resistiu àquela proposta: não via por que devesse ser despedido o inspector... Para um ministro da têmpera de Honorio, a recusa equivalia a uma desfeita. Viu que Aureliano estava de novo implantado no valimento do Paço: e, indignado, se exonerou em 31 de Janeiro de 44.

O gabinete seguinte não podia ser conservador: tinha de receber o influxo da mordomia; e voltar-se-ia contra os que acabavam de renunciar. Por isso Costa Carvalho não lhe aceitou a direção, que foi para Almeida Torres — sem nitidez partidária —

(1) Decr. de 16 de Março de 1843. Vd. LEÃO TEIXEIRA FILHO, *A Fundação de Petropolis*, e AMÉRICO JACOBINA LACOMBE, *Paulo Barbosa e a Fundação de Petropolis, Centenario de Petropolis, Trabalhos da Comissão*, II, 9 e 30, Petropolis 1939. Escreveu Paulo Barbosa: “Creei Petropolis, ab ovo, e deve-se ter o Brasil mais uma cidade e uma retirada aos habitantes desta calmosa côrte”, *ibid.*, p. 35. O Imperador foi a Petropolis, pela primeira vez em Abril de 1845, diz-nos o conde de Baependi nos seus *apontamentos* ms.

(2) NABUCO, *op. cit.*, I, 75, fala de um pacto entre os liberais e Aureliano, semelhante ao que este fizera em 1841 com os conservadores. Observe-se aí o personalismo da politica, a cujo arrefecimento ideologico se aplica a frase de Cicero, “Uteraque regnare vult, regnandi contentio est.” E’ o que diz de França Saint-Girons, *Essai sur la separation des pouverls*, p. 152, Paris 1881.

(3) Publicára Saturnino um folheto, *Projêto de supressão de alguns impostos*, contrário às idéas do governo, e candidatara-se na eleição senatorial. Foi esse “estranhavel procedimento” (biografia de Honorio, *Rev. do Arq. Publ. Mln.*, ano I, fasc. 4.º, p. 828) alegado para a demissão. “Entendi que a demissão era injusta (anotou D. Pedro II ao livro de Tito Franco, sobre o *Conselhelro Furtado*) e pelo modo por que o Carneiro Leão insistiu entendi que se cedesse me reputariam fraco. Ninguem influuiu no meu espirito para assim proceder...” Honorio explicou a “questão pessoal”, descrita.

disposto a conceder a anistia que chamasse ao poder os *luzias* menos comprometidos.

Conservador embora (lembra, nos *apontamentos biográficos*, o conde de Baependi), chamou Almeida Torres para o ministério alguns liberais, “entre eles o senador Manuel Alves Branco, depois visconde de Caravelas, que procurou dar ao gabinete uma feição contrária à do anterior, que tinha o apoio da maioria das duas Camaras legislativas” (1). A nomeação de Aureliano para a presidencia da provincia do Rio emprestou-lhe o colorido “aulico” (2). A Camara foi dissolvida em 24 de Maio. Respiraram os “luzias”: se não era a sua volta em massa, era pelo menos a reconciliação. E a confusão dos “saquaremas” (3)...

O TRADO INGLÊS

Extinguiu-se, em 1845, o prazo de quinze años, do tratado com a Grã-Bretanha, de 1827, e nenhuma das partes estava satisfeita. Queria o Brasil a revo-

(1) *Ms.* no arq. do A. O gabinete de 2 de Fev. de 44 governou até 26 de Maio de 45. Na sessão da Camara, de 17 de Maio de 44, o ministro da marinha, Jeronimo Francisco Coelho, explicou: “o fáto mais proeminente e característico do gabinete actual é a anistia...” Alves Branco resumiu o programa, citando Virgílio, mas de modo decisivo: “Parcere subjectis et debellare superbos”, NABUCO, *op. cit.*, 1, 75. Honório estaria incluído entre os soberbos...

Continúa Baependi: “As provincias tiveram novos presidentes e chefes de policia, escolhidos para o fim de conseguir-se a eleição de uma Camara de deputados contrária á dos conservadores, não se permitindo a eleição dos chefes deste partido, principalmente na provincia do Rio de Janeiro, cuja administração foi entregue a Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho (depois visconde de Sepetiba), que tinha de desforrar-se da derrota de seu irmão Saturnino de Souza e Oliveira na ultima eleição para senador por esta provincia”. Realmente, na eleição de 27 de Outubro foram excluídos Paulino, Eusebio, Joaquim Francisco Viana e outros daqueles chefes. (*Ms.* clt.).

(2) TEÓFILO OTTONI, *Circular*, 2.^a ed., ps. 195 e 255.

(3) Em Saquarema, onde dominava Rodrigues Torres, os eleitores destes foram espancados ou corridos pelos liberais, e daí o apelido, *saquarema*, que se estendeu ao partido conservador, contra os *luzias* (da batalha de Santa Luzia).

gação pura e simples desse convênio asfíxiante; e a Inglaterra, com ou sem ele, acabar de uma vez com o *tráfico* negreiro, que desde 1833 abolira para as suas colônias. Considerava-se que a prorrogação do tratado — pleiteada em 1842 pelo embaixador Ellis — submetia a intolerável subordinação o Império. De fato, fixados em 15% “ad valorem”, no máximo, os direitos de entrada dos produtos britânicos, nem era possível melhorar as rendas, com a agravação desse imposto vital, nem se podia contar com a indústria no país, dependente de favôr aduaneiro, que lhe permitisse competir com a estrangeira... Condenava-se o Tesouro à escassez de recursos, de que desde 1835 se queixavam os governos, lamentando a inferioridade a que os reduzira o tratado inglês, e à sombra deste desgosto lavrava, simultânea, a indignação dos comerciantes de escravos, ofendidos pela actividade provocante dos cruzeiros em policiamento nos mares d’Africa (1).

Conveiu-se em prorogar o tratado por um ano. Findo este, em 9 de Novembro de 1844, o ministério do Rio de Janeiro se recusou a renová-lo. Deu-lhe resposta o “bill” Aberdeen, de 8 de Agosto de 1845: o governo britânico, na repressão do *tráfico*, se

(1) A conservação do tráfico, depois de 1833, constituiria um favor á lavoura do Brasil, contra a das colônias inglesas... Daí requererem a redução do imposto de entrada do açúcar, contra o do Brasil. JOHN F. CARDY, *La Intervencion extranjera en el Rio de LaPlata*, p. 148. Sobre a vitória da “liga de Manchester” e do livre-cambismo em 1845, PAUL CAUWÈS, *Cours d’Économie Politique*, II, 332, Paris 1893, e BERTRAND RUSSELL, *Histoire des Idées au XIXe siècle*, p. 130, Paris 1938.

Em 1835, incumbira Feijó a Barbacena de obter em Londres a modificação do tratado, para que pudesse elevar os impostos de importação, AGUIAR, *Vida do Marquês de Barbacena*, p. 890.

Quanto ao tráfico, reparou Daniel P. Kidder: “O que geralmente não se sabe é que apesar dos accentuados esforços feitos no sentido de cercá-lo, o grande esteio desse tráfico tem sido o próprio capital inglês”, *Reminiscencias do Brasil (Provincias do Norte)*, p. 52, trad. de M. N. Vasconcelos. Dele vivia a Africa... MARQUÊS DE LAVRADIO, *Portugal em Africa depois de 1851*, p. 24, Lisboa 1936.

reservava o direito de visita aos navios suspeitos, detê-los-ia, para libertar os escravos e justificar, como piratas, os tripulantes, culpados do contrabando! A represália era drástica e perigosa, pois, investindo as águas territoriais, viria chocar-se, à vista dos portos, com os melindres da nossa população, as susceptibilidades da soberania e os privilégios que a definem. Fecharam os ingleses os olhos a essas consequências e encetaram a guerra de morte ao nefando comércio, de um lado censurados pela imprensa conservadora (1), que lhes extranhava o excesso, do outro justificados pela opinião liberal, incompatível com os sórdidos interesses dos mercadores. Logo se divisou a solução, que seria — sem voltar atrás na política de independência — colaborar o governo imperial com a Inglaterra, na extinção do tráfico. Até porque, enquanto durasse, não podia o Brasil realizar a sua “política do Prata”. Vétava-a a Inglaterra. O insucesso da “missão” Abrantes teve este motivo: Aberdeen, em 1845, lembrava Strangford em 1812. Lucrava Rosas...

A crescente importação de escravos justificava a teimosia dos “saquaremas” (2). Outros fatores auto-

(1) Sr Richard Burton (Cf. OLIVEIRA LIMA, *O Império Brasileiro*, p. 118, S. Paulo 1927), qualificou de “um dos maiores insultos” o bill Aberdeen. Anatematizou-o Justiniano José da Rocha, *Inglaterra e Brasil, trafico de escravos, por um Deputado*, enfileirando incidentes havidos, p. 82, Rio 1845. O governo brasileiro iria ao extremo de, se necessario, pôr a sua navegação e comércio sob a proteção doutra potencia naval, como os Estados Unidos... *Relatorio do Ministerio de Estrangeiros*, 1849, e PERDIGÃO MALHEIRO, *A Escravidão no Brasil*, 2.^a ed., II, 55. Entre os casos pitorescos derivados da situação, conta-se o do ministro inglês lord Howden, em 1847, JACQUES DUPREY, *Un fils de Napoléon I dans le pays de la Plata, au temps de Rosas*, p. 197, Montevideo 1937.

Quanto ao tratado inglês, o proprio Armitage, citando a opposição que lhe fizera Vasconcelos em 1828, reconheceu a sua injustiça, *op. cit.*, p. 165. Podia-se falar (como falara Ramalho Ortigão a proposito de Portugal), do “entorpecimento parasitico de todo o ser protegido e tutelado...”

(2) A importação era, em média, de 40 mil por ano. Segundo Walsh, seria de 30.251 em média. Estamos com os numeros calculados por Afonso Taunay: de 1820 a 1850, 1.289. 724 africanos (*Sub-*

rizavam as esperanças dos que pugnavam por uma civilização moderna e industrial.

A TARIFA DE 1843

Nada mais natural do que, denunciado o tratado inglês, encorajar o governo uma industria indispensavel. Não importava o que houvesse de represalia nesse pensamento: tinhamos algodão, justo era que o tecessemos; tinhamos ferro, era conveniente que o forjássemos; tinhamos inúmeras materias primas: que as aproveitássemos, como faziam os que nô-las reenviavam, transformadas e caras... Obteve o ministro Alves Brânco que o parlamento lhe aprovasse as *tarifas* (decreto de 17 de Maio de 1843) que, deixando de lado os direitos maximos de 15% do tratado de 1810, elevavam de 30 a 60% os que recaiam sobre os artefactos estrangeiros nas alfandegas do país (1). Tecidos ingleses grosseiros pagariam 60%,

sidlos para a história do tráfico africano no Brasil, p. 293, S. Paulo 1941). A estatística apresenta-nos, surpreendentemente, uma curva ascendencial a partir de 1845, até o ano final, 1850: 50.324 em 46, 56.172 em 47, 60 mil em 48, 54 mil em 49... AUGUSTIN COCHIN, *L'abolition de l'esclavage*, II, 228, Paris 1861. Como explicar isto? Temos que o incremento se deu em virtude do desacordo entre os governos inglês e brasileiro, ficando a repressão apenas com aquele. 634 navios negreiros foram apresados pelo "cruzeiro" inglês, entre 1837 e 47. Pertenciam ao commercio do Brasil e de Cuba, COCHIN, *op. cit.*, II, 311.

Os principais importadores eram Manuel Pinto da Fonseca, cuja feitoria de Cabinda uma fragata inglesa destruiu em 1841, cf. JUSTINIANO JOSÉ DA ROCHA, *Inglaterra e Brasil*, p. 55, opulento negociante estabelecido no Rio de Janeiro, de quem se escreveu, "o mundo apelidava o Monte Cristo português", sacrificado pelos amigos, JOSEFINA NEUVILLE, *Memórias da minha vida*, II, 100, Lisboa 1864; Freire de Carvalho e Cruz Rios na Bahia; Guimarães em Paranaguá; José Bernardino de Sá, Joaquim Pinto da Fonseca, Amaral & Bastos, Manuel Ferreira Gomes, na Côte, ERNESTO SENNA, *op. cit.*, p. 680.

(1) A doutrina da proteção ás industrias incipientes fôra defendida em 1841 por List, na Alemanha, em opposição á escola de Manchester, e contrariava o liberalismo economico dos fisiocratas que, como Vasconcelos, *Carta aos Eleitores*, 1828, se batiam pela abstenção do Estado no dominio economico. Lutava, é certo, com o sentimento

e os finos, de 40 a 50% (1). Havia margem, portanto, para o surto das fabricas nacionais, cujas máquinas entrariam livres de direitos... Enfim, a "proteção", modesta, mas declarada, de que surgiria a nova riqueza — de usinas e arsenais!

Logo a extinção do trafico libertaria importantes capitais para essa montagem de equipamentos básicos. Ia devagar; mas começava (2)!

Ordenou-se, além disto, a finança pública, com a fixação do padrão (ouro a par de 27) e o compromisso de manter o papel circulante a par do ouro (3).

A REPRESALIA

Repellido pelo ditador de Buenos Aires o tratado de 24 de Março, o governo brasileiro só tinha diante de si um caminho: o da aproximação com Rivera para o combate a Oribe e Rosas.

1843 fôra um ano terrível para os riveristas. Baido por Urquiza, que Rosas mandára em socorro a Oribe, perdera o caudilho "colorado" o auxilio fran-

conservador da agricultura, que inspirou a Itaboraí, em 1849, a proposta de abolição do imposto de exportação, CASTRO CARREIRA, *Historia Financeira do Brasil*, p. 270, Rio 1889. Sobre o problema, vd. HUMBERTO BASTOS, *A marcha do capitalismo no Brasil*, p. 111, S. Paulo 1944.

(1) Estava a proteção, no Brasil, em harmonia com a da Inglaterra em favor do açúcar de suas colonias, 24 sh. contra 63, que em 1844 sir Robert Peel reduziu e 4 sh... mas para o açúcar estrangeiro fabricado pelo trabalho livre (*free-grown sugar*), vd. FRÉDERIC BASTIAT, *Oeuvres complètes*, III, 352, Paris 1864.

(2) São precursôres da era industrial atos esparsos, e ineficazes, mais relacionados com a história das idéias do que com a solução dos problemas: em 1835, a autorização do parlamento para que se construísse rede ferroviária, ligando a corte a S. Paulo, Minas e... Bahia; em 1840, concessão a Tomaz Cochrane para a construção da linha ferrea de Pavuna a Rezende, através da Serra do Mar (sem que o concessionário conseguisse o dinheiro para o empreendimento, de que aliás mofavam os cépticos)...; a navegação de vapor, em 1835, entre o Rio e Niterói.

(3) LEOPOLDO DE BULHÕES, *Os Financistas do Brasil*, p. 20, Rio 1914.

co-britânico, dispostas as potencias a reconhecerem o bloqueio de Montevidéo pela armada portenha. Para representar ai o Império — nessa fase de estrategia nova — mandára Aureliano um politico sagaz e conhecido, Cansanção de Sinimbú. Ficou a depender dele a sorte da praça. Se reconhecesse a legitimidade do bloqueio, cairia ela, desamparadamente. As suas instruções, porém, não eram tão anôlas que previssem o conflicto — com a esquadra argentina. Guiou-se por sua fina intuição. O Brasil não poderia permitir que as forças conjuntas, que assediavam Montevidéo, a tomassem, quebrando-lhe as defesas, diante de sua complacencia imprevidente. Devia garantir a independencia do país. Sinimbú — atrevidamente, declarou que continuaria a opôr-se ao bloqueio, e deu ao comandante dos navios brasileiros no porto as ordens necessarias para fazer respeitada a sua neutralidade. Desistiu Brown, diante disto, das operações em frente à capital, que festejou, aliviada, o apoio do Brasil. Tomou-o Rosas como uma intervenção, e, protestando, cobriu de objurgatorias o diplomata. O governo imperial desautorizou-lhe o procedimento — que realmente fôra para ele uma surprêsa — mas o conservou no posto. Foi Sinimbú quem preferiu demitir-se. Quarenta anos depois explicaria, no Senado, o pensamento que o inspirára naqueles dias ansiosos: salvara a independencia uruguaia (1)!

(1) Discurso em 1883 e resumo de sua ação in CRAVEIRO COSTA, *O Visconde de Sinimbú*, ps. 99-108, S. Paulo 1937. Sobre a situação em Montevideo general Cesar Diaz, *Memórias*, p. 43, Buenos Aires 1943. Por ocasião do falecimento de Sinimbú, o barão do Rio Branco telegrafou ao conselheiro Lourenço de Albuquerque: "...em 1843 por ato de corajosa *iniciativa sua*, salvou a Independencia do Uruguai..." Que a iniciativa foi sua, está provado. O proprio Paulino, nas instruções a Pimenta Bueno, 16 de Outubro de 1843, dava como fato consumado o bloqueio. a ele não se opunha, e o considerava "a queda do nérfido Fructo Rivera..." E' que na côrte a politica interna, de combate aos "farrapos", continuava a primar sobre a externa, de resistencia a Rosas. A atitude de Sinimbú assinala a reviravolta diplomatica, e marca-lhe o "climax".

O governo brasileiro achou preferível um acôrdo geral das nações interessadas na intervenção no Prata e, como preliminar, o reconhecimento da Independencia do Paraguai (ratificada em Assunção pelo governo que sucedera a Francia, em 25 de Novembro de 1842). Para este efeito foi comissionado um embaixador junto aos vários governos europeus, o visconde de Abrantes (Miguel Calmon) (1), e mandado para Assunção Pimenta Bueno (depois marquês de S. Vicente) — que ali reconheceu a independencia da República (14 de Setembro de 1844) e com ella firmou um tratado amplo de commercio e navegação (7 de Outubro) que teria como complemento outro, de aliança offensiva e defensiva, evidentemente contra Rosas (2).

(1) VISCONDE DE ABRANTES, *A Missão Especial*, 2 vols., Rio 1852, e nosso *O Marquês de Abrantes*, cap. XVII, Rio 1933. Com lord Aberdeen acertou uma solução das divergencias anglo-basileiras, de que falaremos. Os francezes não queriam intervir militarmente. A missão foi pouco produttiva quanto aos resultados me'todos, mas valiosa, no que se referia ao reconhecimento da independencia do Paraguai, e pelo material informativo que apresentou com muito prestígio para a diplomacia do Imperio (A. LOPES DE MENDONÇA, *Memórias de Literatura contemporanea*, ps. 343-7, Lisboa 1855). Mostra a transição da expectat'va para o desfecho, *A Política brasileira na Republica Oriental do Urugual, por um brasileiro*, p. 26, Rio 1854. Ing'êses e francezes acabaram fazendo sós a intervenção, que, méra exhibição naval, redundou em fracasso. O Brasil reservou-se para agir com os proprios recursos, e, potencialmente, contra a politica britânica de Palmerston, como se dirá. Em 28 de Fev. de 1845 explicou Limpo de Abreu na Camara, o Brasil não aderiu, por es'crinho à intervenção anglo-francêsa, CALOGERAS, *A Política Exterior*, III, 519-20.

(2) Sobre as *instruções* de Paul'no, José Antonio Soares de Souza, *op. cit.*, p. 166. Vd. HELIO LOBO, *Revista Americana*, n. 1, ano VI, p. 86 (Rio, Outubro de 1916). Os originaes da *Acta da ratificação da Independencia*, de 1842, e dos *tratados*, estão na *Bibl. Nac.*, Rio, coleção Rio Branco. Devem ser devolvidos ao Paraguai.

As *instruções* de Pimenta Bueno foram de 16 de Outubro, mas o general Guado só soube disto em 31 de Janeiro de 44.

O veemente, e já inútil protesto de Rosas, data de 7 de Janeiro de 45. (R. An'on'o Ramos, art. in *A Manhã*, Rio, 7 de Abril de 1946).

O general Paz (que ajudaria os entendimentos com Urquiza) levava o aux'l'io de 20 contos para comprar cavalos para o barão de Caxias no Rio Grande e passaporte do ministro da guerra. Tambem foi aux'l'io financielro para Montevideo, cf. carta de Ponte Ribeiro, JOSÉ ANTONIO SOARES DE SOUZA, *op. cit.*, p. 174.

Pimenta Bueno exerceu notável influencia sobre os sucessos que se seguiram: a aliança do Paraguai com a dissidente provincia de Corrientes, a declaração de guerra a Buenos Aires, a remessa de um corpo de exercito, comandado pelo filho do presidente Carlos Antonio López (Francisco Solano López) em auxilio ao general Paz, que chefiava os correntinos (1)... Recuou o Império, porém, no compromisso d'armas que era a aliança, negando-se a aprovar o projeto em estudos, e também deixou suspenso, com a não ratificação do tratado de 7 de Outubro, o caso dos limites. Por este tempo as forças rosistas, que já tinham batido Rivera em India Muerta, derrotavam a vanguarda de Paz e, com o subsequente acôrdo entre Urquiza (presidente de Entre-Rios e heróe da luta) e o governador de Corrientes, voltava a quartéis a expedição paraguaia. O êxito de Urquiza seria fatal a Rosas, que o teria por inimigo principal: e enquanto não se esclarecia a situação platina, com as articula-

§ (1) *El Paraguay Independiente*, 3.^a ed., Asuncion 1930 (1845-1852). A arma de Rosas que desencadeou a reação foi a clausura do rio, bloqueando o Paraguai, que lhe respondeu com a mobilização e a guerra (*proclamações* de 7 de Dez. 1845, ps. 290-1). A rejeição do tratado Pimenta-Lopez deve-se ao problema dos limites, que requeria reexame (HILDEBRANDO ACCIOLI, *Limites do Brasil, A Fronteira com o Paraguai*, p. 60, S. Paulo 1938). Em of. a Pimenta Bueno, 14 de Nov. de 1845, disse o ministro Limpo de Abreu, que o parecer do Conselho do Estado lhe fôra entregue depois de esgotado o prazo de ratificação, e era unanime contra o tratado. Não convinha ao Brasil pelo art. 35, que mandava nomear comissões para examinar e reconhecer os limites indicados no Tratado de 1777, o que renovaria as questões insolúveis, motivo outr'ora de tantos debates, e prejudicaria os interesses territoriais em outras Provincias do Imperio. (Doc. in arq. do Min. das Rel. Ext., inéd.). Quanto ao projeto de aliança (of. de Limpo a Pimenta, 3 de Fev. de 1846), o governo brasileiro não podia atender ao pedido de garantia, que pretendiam fazer-lhe o Paraguai e Corrientes, "porque assim o aconselham a dignidade da Corôa imperial e os interesses do País" (Arq. do Min. das Rel. Ext., inéd.) Noutras palavras: levaria o Imperio a uma guerra intempestiva.

O tratado entre Lopez e Corrientes, aliás, fôra patrocinado pelo plenipotenciario brasileiro, que obteve fôsse ao Rio Gelly y Obes, o diligente diplomata paraguaio, para cuidar da aliança — afinal pactuada em Assunção pelo ministro Pedro de Alcantara Bellegarde, mas em 25 de Dezembro de 1850, na iminencia da guerra de verdade.

ções indispensáveis para a derrubada do ditador portenho, a diplomacia brasileira entrou num calmo período de desinteresse. Mascara as baterias.

“ATRAZ DA CORTINA...”

O período de 1844 a 48 passa por ser o da “política pessoal” do Imperador.

De fato, com a queda de Honório, voltara a situação a subordinar-se ao “grupo da Joana”, e a oposição (os conservadores) não escondia as suas queixas do soberano, em cujo palácio estava o segredo do poder. “Atraz da cortina” (1), ou em cêna aberta, agitavam-se os responsáveis, que eram os irmãos Aureliano e Saturnino, o mordomo, os “aulicos”, como lhes chamavam os adversários, lembrando o “gabinete secreto” de D. Pedro I.

O pior é que os liberais, que se tinham aliado aos “aulicos”, desavinham-se, desacreditados e irresolutos (2)...

O prestígio do Imperador elevou-se, com a viagem que fez em 1845 às províncias do Sul, recebido, mesmo no Rio Grande, com alegria e ternura (3).

(1) O conceito é de Wanderley em 1843, WANDERLEY PINHO, *Cotegipe e seu tempo*, primeira, fase, p. 76, S. Paulo 1937. Firmino Rodrigues da Silva escreveu em 1846 o panfleto, que correu anônimo, “A dissolução do gabinete de 5 de Maio ou a facção aulica”. Recordou Cristiano Ottoni, na *Autobiografia*: “Durou de 1844 a 48 uma situação que se disse liberal mas em que o Imperador reinou, governou e administrou...”, como Itaborahí diria mas tarde no Senado.

(2) Porque caíram os vários ministerios? Vimos que o de Honório tombara pelo apoio do Imperador a Saturnino. O de 2 de Fevereiro de 44 (Almeida Torres) foi remodelado em 26 de Maio de 45, com a inclusão de Limpo de Abreu e Holanda, e se demitiu porque não lhe agradou a escolha senatorial dos liberais de Pernambuco, Chichorro e França, NABUCO, *op. cit.*, I, 90. A escolha fora atribuída ao imperial capricho, JUSTINIANO JOSÉ DA ROCHA, *Ação, Reação, Transação*, p. 40.

(3) *Jornal do Comércio*, Rio 9 de Janeiro de 1846: deu o Imperador de esmolas a casas piás e outras, o total de 45:523\$. Numerosos despachos de títulos e comendas foram por S. M. assinados no Rio Grande durante a viagem.

Para atenuar as censuras atiradas à “política pessoal”, sacrificou Paulo Barbosa, nomeando-o ministro na Rússia, o que era um doirado exílio (1). Mas a sizânia partidária ameaçava subverter de novo o Império (2). Intervinha o ministério nas eleições (o de 2 de Fevereiro nisto semelhante ao dos “maioristas”), demitia, nas massiças “derrubadas”, os funcionários que não lhe tinham a confiança, desdenhava da crítica áspera ou conceituosa da imprensa moderada... Imaginou-se um meio parlamentar de resguardo da pessoa do imperante — com grande aprovação deste. Deu-o Paula Souza, no governo em 20 de Julho de 1847, com o decreto desta data, crando a *presidencia do consêlho*, para a qual foi elevado Manuel Alves Branco, ministro desde 22 de Maio, com Vergueiro, Saturnino, Candido Batista, Antonio Manuel de Melo (3).

OS LIBERAIS DIVIDIDOS

Os liberais, perseguidos em 1842, usufruíam então a autoridade que, áquele tempo, parecera apa-

(1) Tramou-se contra a vida de Paulo Barbosa em Novembro de 1845. Em 13 de Dezembro o Imperador, como para ataxar o pergo que corria o mordomo, o nomeou para a missão diplomatica na Rússia. O passaporte, porém, foi por ele tirado a 24 de Junho de 1846. Partiu dias depois (*docs.* cm. por Américo Jacobina Lacombe), quando, de fáto, entrára em dissolução o “grupo da Joana”. A queda de Aureliano sobreveu como outra satisfação dada aos liberais.

(2) Foram violencias características desse periodo de grandes rancôres o assassinato do senador José Bento em Pouso Alegre, em 8 de Fevereiro de 1844, A. DE QUEIROZ, *op. cit.*, p. 138.

Desagregou-se o ministerio de Almeida Torres após o discurso de Francisco Gonçalves Martins (S. Lourenço) sobre o voto de graça, em Maio de 45. Era que o tinham demitido de chefe de policia na Bahia, ao irmão de juiz em Santo Amaro... *A derrubada!*

(3) O primeiro pres dente do conselho foi Alves Branco, cujo título de nomeação, assinado pelo Imperador, está, ms. no *Inst. Hist. da Bahia*. Acumulou com a presidencia ,a pasta da Fazenda, que tinha desde 22 de Maio de 1847.

De parte o figurino inglês, o tipo adotado foi o de França da Restauração, segundo o conceito de Luiz XVIII: “Ce n'est pas le Roi

nagio dos conservadores: porém, igualmente lhes faltava união, mostravam-se fatigados, e tropeçavam na impopularidade dos "aulicos", que os sustentavam. As eleições de 1847 provocaram em toda parte uma violenta excitação cívica, com o recrudescimento das idéias republicanas (1), "jacobinas" e revolucionárias.

Caiu o gabinete de Alves Branco ainda por desentendimento com Saturnino, ministro de estrangeiros (cujo poderoso irmão, desde 1844, presidia a província do Rio). Manifestou-se na reabertura de negociações com o embaixador inglês, lord Howden, contra a opinião do presidente do consêlho, que queria antes a revogação do "bill" Aberdeen, e terminou na escôlha pelo corôa dum novo senador por São Paulo, que não o de sua preferência (2).

Por esse tempo, repercutiu no país a revolução de Fevereiro, que dêra por terra com a monarquia francesa.

Imenso foi o efeito dessa tempestade distante, que varreu a Europa, e, passando o oceano, enervou os povos da America (3).

E' compreensível que o ministério, presidido por Almeida Torres (visconde de Macahé), nomeado em

qui est le clef de voûte. C'est le *President du Conseil*", JOSEPH BARTHÉLEMY, *Traité de Droit Constitutionnel*, p. 664, Paris 1933.

Em nota ao livro de Tito Franco, D. Pedro II disse ter aprovado muito aquela criação, "sobretudo se se tivesse adotado o regulamento que un camente, o pensamento politico do Ministerio no seu presente".

(1) Foi agitada a propaganda na Bahia, onde reaparecera Montezuma, a disputar a eleição senatorial, e homens da responsabilidade do marquês de Santa Cruz, deitavam manifesto, pranteando a decadencia das instituições e chamando a atenção para a democracia norte-americana. *Correio Mercantil*, Bahia, 6 de outubro de 1847.

Por esta ocasião, escrevia um viajante francês: "A provincia da Bahia considera-se completamente independente do governo do Império...", *Rev. do Inst. Hist. da Bahia*, n. 57, p. 541.

(2) PEREIRA DA SILVA, *Memórias do meu tempo*, I, 160.

(3) WANDERLEY PINHO, *op. cit.*, p. 140.

8 de Março, se demitisse, vencido pela hostilidade de parte da Camara recém-eleita, em 31 de Maio de 1848.

Julgou-se Paula Souza capaz de dominar a situação, restabelecendo a confiança no regime, e aceitou a presidencia do gabinete (de 31 de Maio a 29 de Setembro), agora nitidamente liberal. Já Almeida Torres tinha exonerado Aureliano e Chichorro das presidencias que exerciam. Importava conciliar, abrandar, governar constitucionalmente, que tais eram as idéias de Paula Souza, contrariadas pela onda de violencia que se espraizou pela politica, assim na côrte como em Pernambuco, a despeito de suas promessas de justiça e imparcialidade. Segunda anulação das eleições para o Senado, ganhas em Pernambuco por Chichorro da Gama, e as desordens que rebentaram no Rio, em 8 e 9 de Setembro, à roda das eleições para juizes de paz e vereadôres, exaltaram os animos até o delirio (1). Irrompeu, como nos primeiros dias da Regencia, a lusofobia (2), em que se extremavam, atacando as casas portuguezas, magotes de populares. Em Julho começára a correr sangue no Recife. Abatido e descrente, sem real apoio parlamentar, renunciou Paula Sousa, e, com ele, apeiou-se do poder o partido liberal.

(1) O imperador é quem diz: "A falta de energia contra os amotinados de Setembro tambem concorreu para a retirada desse ministerio", nota ao livro de Tito Franco, p. 39, 2.^a ed. Realmente, inerte o governo em face do tumulto, Rodrigues Torres e Honorio o censuraram, seguidos de Eusebio de Queiroz e outro conservadores. A cabeça do motim fôra o deputado pernambucano Nunes Machado, que levantára as iras da população contra o "português" José Clemente, candidato á presidencia da municipalidade, PEREIRA DA SILVA, *Memorias*, I, 174. O ministerio foi batido dias depois, a proposito dum pedido de adiamento, *ibid.*, p. 177, "os chefes liberais tinham caido do poder mortalmente desalentados..." NABUCO, *op. cit.*, I, 98.

(2) Documenta-a, v. g., FERNANDES GAMA, *Memorias Historicas da Provincia de Pernambuco*, I, 1, Recife 1844. Da prevençao dos trabalhadores nacionais contra os portugueses diz CARVALHO DE OLIVEIRA, *A defesa dos portuguezes*, etc., p. 48. A saída de muitos destes de Pernambuco favoreceu o desenvolvimento de Mossamedes, em 1849, BRITO ARANHA, *Memorias Historico-Estatisticas*, p. 328, Lisboa 1871.

A ASCENSÃO DOS CONSERVADORES

Com o fracasso dos liberais, a pujança do partido conservador se tornara irresistível. Costa Carvalho aceitou o encargo de organizar a nova situação, com Araujo Lima (visconde de Olinda) na presidência do conselho e pasta de estrangeiros, ele na do Império, Eusebio de Queiroz — o mais combativo desse grupo “saquarema” — na da justiça, e o general Manuel Felizardo nas pastas militares. (29 de Setembro de 1848). Indignaram-se os deputados que, em maioria, achavam contrária à índole do regime a reviravolta. Irrompeu a 2 de Outubro violenta oposição, que o ministério atalhou com o decreto de 5, adiando para 23 de Abril a Assembléia. Mas, sem esperar por esse novo encontro, que lhe seria fatal, dissolveu a Camara em 19 de Fevereiro, para que as eleições subseqüentes a reconstituíssem com uma quasi unanimidade de deputados conservadores.

A perturbação causada pela ufana subida do partido da *reação* (1), acompanhada do desmonte sistemático das autoridades nomeadas pelo governo anterior, não foi de ordem a desencorajar os homens energicos que agora tinham a sua oportunidade. Contavam com as classes ricas, a confiança imperial, o apoio das forças armadas, principalmente a tendencia do seu tempo, que já agora, passada a onda demagogica de 1848, popularizava a politica de intervenção no exterior, de medidas heroicas e reformas radicais.

(1) Indice da irritação produzida, foi o poema satírico do poeta bahiano Manuel Pessoa da Silva, contra o *ministério de 29 Setembro*, “obra espontanea do monarca”, segundo JERONIMO MARTINIANO FIGUEIRA DE MELO, *Crônica da Revolução Praieira*, p. 17, Rio 1850. Leia-se PEREIRA DA SILVA, *op. cit.*, p. 177.

A semelhança do ministério das capacidades, de 1837, o de 1849 foi um governo decisivo na história do Brasil. Teve coesão e solidez para extinguir o *tráfico* e fazer no Rio da Prata a arriscada manobra de que resultou a queda de Rosas. Deu à monarquia, combatida ainda pelas campanhas liberais, a sua firmeza estrutural, sobreposta, em Pernambuco, ao sacrifício da "Praia" (1), que abateu com forte pulso; e assinalou o apogeu das instituições que, desde 1837, se vinham definindo e robustecendo na própria trama das lutas de campanário.

A REVOLTA PRAIEIRA

A dissolução da Camara consequente à subida dos conservadores, produziu no partido liberal de Pernambuco a mesma reação que as leis de 1841 tinham suscitado em São Paulo e Minas Gerais (2). A prolongada agitação desfez-se ali em revolta armada. Enfrentou-a com fria coragem o presidente, desembargador Manuel Vieira Tosta (depois marquês de Muritiba). Era tardio, e prontamente se malogrou, esse movimento de desespero, em que se coligaram políticos de talento, como Nunes Machado, jornalistas flamejantes, como Borges da Fonseca, militares idealistas, como Pedro Ivo Veloso da Silveira, chefes sertanejos como Teixeira de Moraes, contra forças de terra e mar comandadas pelo general José Joaquim Coelho (barão da Vitória) e pelo chefe de esquadra Joaquim José Inácio (depois visconde de Inhaúma).

Apenas tomou posse o presidente Tosta, organizou-se em Iguarassú uma coluna rebelde, para marchar sobre Recife. Outra — com Nunes Machado à

(1) O jornal dos liberais exaltados imprimia-se à rua da Praia, no Recife, donde a alcunha do partido, e da revolta de 1848.

(2) NABUCO, *Um Estadista do Império*, 1, 93.

frente — se formou no sul. Deitaram manifesto a 13 de Janeiro de 1849. Agua Preta tornou-se o centro de operações. Dali se deslocaram em 27 de Janeiro, e, segundo o belo plano estrategico de Pedro Ivo, foram contornar as defesas da capital em 1 de Fevereiro, juntando-se para o ataque frontal. Poderiam ter levado de assalto as posições da Soledade, se os legalistas por sua vez não emprendessem manobra paralela, para apertá-los, envolvendo-os, em dois fogos, de que resultou, não só a derrota, como o aniquilamento, do pequeno exercito “praieiro” (1). Nunes Machado caiu morto na ação, com uma bala na testa. Nos paúes de Afogados perderam a vida numerosos soldados de sua guerrilha. Ficaram nas mãos dos vencedores alguns de seus officiaes. João Roma, Borges da Fonseca, e o tenaz Pedro Ivo, tiveram seguidamente a mesma sorte (2). Nesse desbarato se apagou a fogueira da “Praia”, acêsa em Pernambuco pelo espirito republicano, e que de fáto queimava desde 1817. A anistia (3 de Maio de 1850) fez esquecer a sedição. Mas os conservadores consolidaram o poder — sobre as cinzas da extinta revolução — e o exerceram até 1864!

(1) Segundo Figueira de Mello, os legalistas tiveram 10 officiaes mortos e 21 feridos, 303 soldados mortos e 492 feridos; e os rebeldes, 502 mortos e 1188 feridos.

(2) Pedro Ivo foi o mais popular desses caudilhos. Vd. NABUCO, *op. cit.*, I, 142. Capitão da 1.^a classe em 1841 (*An. da Bibl. Nac.*, LXIII, 37), bravo e instruido, poderia contínuar a luta no sertão, mas preferiu apresentar-se ao presidente da Bahia, que o remeteu preso para a fortaleza da Lage, donde fugiu para um navio estrangeiro. Morreu na viagem, em 2 de Março de 1852. SENA, *Rascunhos e Perfis*, p. 443. Imortalizou-o a litteratura. Alvares de Azevedo e Castro Alves dele fizeram um simbolo.

Descreveram o levante, Figueira de Mello (conservador), *Crônica da Revolta Praieira*, e Urbano Sabino Pessoa de Mello (liberal), *Appreciação da Revolta Praieira*, Rio 1849. Resume NABUCO, *op. cit.*, I, 98: “os Praieiros só tinham um programa conhecido de todo o país: a idéla retrograda da nacionalização do comércio”. Mas reconhece: a partir de 1846 (com a invasão pela policia dos engenhos de açúcar), se modificara o “character feudal da grande propriedade açucareira...”

O APOGEU DO IMPERIO

A grande diplomacia só pôde ser feita por um governo forte. Este, cuja figura partidária por excelencia era Eusebio de Queiróz, agiu com método e crescente energia, resolvendo sucessivamente os problemas vitais da extinção do tráfico — que, além de tudo, desarmaria a prevenção britânica — e da pacificação do Prata, sem a qual não teria ordem o Império. Se insistisse em intervir no Prata antes de cortar pela raiz daquele commercio ilícito, que nos puzera à mercê da repressão naval inglêsa, certamente não contaria com a neutralidade benevola das potencias européias. Mas, para completar a sua ação ao longo da fronteira meridional, precisava dispôr livremente da frota de guerra, afirmar à Inglaterra os propositos civilizados de sua politica (1) e consolidar, em bases novas, a economia nacional. Na complexidade desses problemas sobresaíu o tino civico do ministério de 28 de Setembro; e as soluções encontradas lhe honram a

(1) A Inglaterra, para completar a pressão sobre o Imperio, acabava de fortalecer Rosas com o tratado celebrado pelo ministro Southern, que a habilitava (disse Paulino à Camara em 15 de Julho de 1850) “para tirar, dali alguns vasos de guerra, e collocá-los sobre a costa do Brasil”. O ministro de estrangeiros foi claro, attribuindo a esta razão “o aumento e recrudescencia dos cruzeiros”. Carta do nosso ministro em Montevideo, Rodrigo de Souza da Silva Pontes, de 14 de Março de 1850, conta que era então corrente a idéia de que a Inglaterra, favorecendo Rosas, lhe dava meios para fazer a guerra ao Brasil, que lhe seria vantajosa, JOSÉ ANTONIO SOARES DE SOUZA, *A Vida do Visconde do Urugual*, p. 220. Confirma-se a tendencia rosista da diplomacia britânica a esse tempo, pelos fornecimentos copiosos de que dá noticia, nos documentos do *Archivo General de la Nacion*, Buenos Aires, o registo aduaneiro (que ali extractamos, *ms.* inédit).

perspicácia, constituindo uma famosa lição de habilidade, audácia e cálculo.

EXTINÇÃO DO TRÁFICO

Os navios ingleses, entre 1849 e 51, apresaram 90 embarcações tidas como negreiras (1). Era uma espécie de guerra não declarada... Em 30 de Junho de 1850, a fortaleza de Paranaguá abriu fogo sobre o cruzador "Cormorant", que saía com dois brigues brasileiros a reboque (2). Começava-se, com isto, a repelir, pela força, a violencia. Por toda parte se agravara o problema, com os protestos, do patriotismo ofendido. Só um governo poderoso o resolveria, desafiando, além de tudo, a desconfiança nacionalista, de que assim agisse de medo ao estrangeiro. Os ministros de estrangeiros, Paulino, e da justiça Eusebio de Queiroz, tiveram este destemor (3). O Brasil assumiria a responsabilidade, usurpada pela Inglaterra, de extinguir ele mesmo o tráfico! Passou no parlamento a lei n.º 708, que tomou a data de 4 de Setembro, regulamentada pelos decretos de 14 de Outubro de 14 de Novembro de 1850. A esquadra brasileira impediria novos desembarques de africanos; seriam estes apre-

(1) PERDIGÃO MALHEIRO, *op. cit.*, II, 55.

(2) ROMÁRIO MARTINS, *Historia do Paraná*, p. 336.

(3) A iniciativa da lei de extinção do tráfico no conselho de ministros, foi de Eusebio de Queiroz, PEREIRA DA SILVA, *op. cit.*, I, 219. Paulino, porém, demonstrara já em conselho de ministros a sua necessidade, JOSÉ ANTONIO SOARES DE SOUZA, *op. cit.*, p. 208, e este foi o voto do Conselho de Estado, relatado por Lopes Gama, provocado pelos quesitos do ministro de Estrangeiros. A alternativa era brigar com a Inglaterra ou extinguir o tráfico, sem a humilhação de aceitar o Império, como paliativo, o tratado que ela quizerá impôr-lhe. Ficou memorável o discurso de Paulino mostrando à Camara a urgencia da lei, em 15 de Julho de 1850. O Imperador chegou a dizer em despacho, preferia perder a corôa a consentir na continuação do Tráfico, JOAQUIM NABUCO, *O Abolicionismo*, p. 3, 2.ª ed., Rio 1938.

endidos; sofreriam os infratores pezado castigo, o mais leve dos quais a perda de seus barcos, correndo o processo em fôro especial; e seriam imediatamente libertados quantos escravos daí por diante viessem do continente negro. O principal, na lei, não era o que nela se escrevera, senão a vontade de cumprí-la, para que não se justificasse a intervenção britânica — assim, e definitivamente, arredada e dispensada.

Fez-se o que se declarou.

Em 1851 consta que ainda desembarcaram 3.287 escravos; em 1852, somente 700. De 1853 a 56, dos desembarques tentados, em Serinhaen e S. Mateus, resultou a prisão de todos (1). A Inglaterra então reconheceu que se extinguiu no Brasil a infame navegação (2).

Era natural que os espiritos liberais fossem além, e quizessem a abolição da escravatura. Um deputado, pelo menos, o poeta Pedro Pereira, surgiu em 22 de Março de 1850 com o primeiro projeto que disto cuidava, não desanimou com a unanime reprovação de seus pares, insistiu, em nova investida, a 2 de Agosto do mesmo ano, e por fim emocionou a Camara, em 4 de Junho de 52, com uma proposta formal de emancipação dos cativos — que também não foi considerada objeto de deliberação (3). A voz solitária profetizava a derrocada do cativo.

(1) PERDIGÃO MALHEIRO, *op. cit.*, II, 63. Sobre outros apresamentos feitos na Bahia, W. PINHO, *Cotegipe e seu tempo*, I, 204 e segs.; e questões resultantes da lei de extinção, JOSÉ ANTONIO SOARES DE SOUZA, *op. cit.*, p. 216-9.

(2) Recapitulemos: fôro extinto o trafico para os Estados Unidos em 1808; Dinamarca, Portugal e Chile 1811; Suecia 1813; Holanda 1814; França 1815; Espanha 1822; em 1839 fulminara-o Gregorio XVI com a sua formal condenação...

(3) ALVARO GURGEL DE ALENCAR, *Esboço biográfico do bacharel Pedro Pereira da Silva Guimarães*, p. 23, Ceará 1885.

Pode-se considerar como o principal clamor contra a escravatura a publicação, em 1840, da memoria escrita em Paris, quinze anos an-

FEBRE AMARELA

Em 1850, recebeu o Rio de Janeiro a visita dum sinistro hóspede que aí morou mais de meio seculo: a *febre amarela*. Epidemia reinante no golfo do Mexico, trouxe-a, ao que se crê, um navio de New Orleães, e em Janeiro alarmou a cidade com as primeiras vitimas. “Difieria dos males ordinarios, e quasi nenhum facultativo acertava na cura; poucos doentes lograram, ao principio, salvar a vida” (1). Bernardo de Vasconcelos, na sessão de 17 daquele mez, ainda quiz rebater o “terror demasiado”, dizendo-se persuadido de que “não é a febre amarela a que reina” (2). Desenganou-o a molestia, de que morreu em 1 de Maio. Numerosas pessôas da nobreza e da politica tombaram fulminadas pela peste (3). “Melancolico espetaculo apresentavam as ruas da cidade...” “Para Petropolis, Friburgo, Terezopolis e vilas sobre ou alem das montanhas, retiraram-se quantos dispunham de recursos e ausentaram-se de seus afazeres quotidianos”. Houve dia de mais de duzentos obitos. Só com a friagem do inverno declinou o flagelo; mas para re-

tes por José Bonifacio, e a que se deu o indevido titulo de *Representação à Assemblêla Geral e Legislativa do Imperio do Brasil* (tem a data, Paris, 4 de Outubro de 1825).

(1) PEREIRA DA SILVA, *op. cit.*, p. 215.

(2) O. TARQUINIO DE SOUZA, *Bernardo Peretra de Vasconcelos*, p. 257.

(3) Vasconcelos, Galvão, Almêda Torres, o almirante Pereira Pinto, o brigadeiro Inacio Gabriel Monteiro de Barros..., P. DA SILVA, *ibid.*, 1, 216. O pai de Nabuco de Araujo, NABUCO, *op. cit.*, 1, 124, o intendente de marinha Régis, o secretario americano Morgan, carta de Lamas, JOSÉ ANTONIO SOARES DE SOUZA, *op. cit.*, p. 267, foram outras vitimas. José Clemente, provedor da Misericordia, prestou excellentes serviços à população. Por esse tempo pensou chamar as irmãs de caridade para os hospita's, o que se fez em 1852, VIEIRA FAZENDA, *Os Provedores da Santa Casa*, p. 309, Rio 1912.

surgir, entre virulento e brando, na estação seguinte. Foi a epidemia, a inimiga da capital (1)!

“CALIFORNIAS”

O “clima” para a guerra em 1849-50, foi o choque, previsto aliás desde 1843, entre os brasileiros da fronteira uruguáia e as forças do general Oribe. Incursões de “estancieros” gaúchos no país vizinho, e seus encontros armados com patrulhas “blancas”, tiveram então o nome de “californias”, pois lembravam as violentas cênas da expansão norte-americana para o oeste. Nelas se destacou o barão de Jacuí. Protestaram os governos de Oribe e Rosas, contra a “invasão”, e o general Tomaz Guido recebeu instruções para romper, se satisfações não fossem dadas, segundo a gravidade do caso. . . . Em Setembro, poderia obtê-las, pois Olinda era propenso à conciliação. Mas o Imperador deu outro curso ao assunto, de acordo com a opinião conservadora, a que já dificilmente poderia resistir (2).

PLANO DE GUERRA

Reformou-se o ministério em 6 de Outubro de 1849, com a saída de Olinda, substituído na presidência do Conselho por Monte Alegre e na pasta de Estran-

(1) Arrastou-se a febre amarela de Dezembro de 1849 ao verão de 1861. Como que se extinguiu até 1869, quando reapareceu, intensa, para só terminar o ciclo mortífero com o expurgo da cidade, que Osvaldo Cruz empreendeu, em 1903. Estava dominada em 1904 e extinta em 1905.

(2) Em Maio de 1847 trancara o Conselho de Estado a política que foi executada em 1851, RAMON J. CÁRCANO, *Del sitio de Buenos Aires al campo de Cepeda*, p. 21, Buenos Aires 1922. As californias consistiram na represália contra os atentados cometidos pelos *orbistas* contra os fazendeiros brasileiros do Cuaraim, que tiveram prejuízos colossais, FERNANDO OSORIO, *Historia do General Osorio*, 1, 455. O

geiros por Paulino José Soares de Souza. Varias foram as razões da mudança, nenhuma, porém, mais vizível, do que as intenções pacifistas de Olinda, em oposição à logica dos acontecimentos (1).

Paulino, pode-se dizer, assumiu a direção da política externa, para intervir no Prata.

Agravára — como dissemos — a situação de Montevideo, e, por conseguinte, do Brasil em face de Rosas, a aproximação deste com a Inglaterra, havendo quem acreditasse na interferencia de lord Palmerston em seu favor (2). Por outro lado, suspendera a França os subsídios, com que sustentava a resistencia dos sitiados, e, à mingua deles, era iminente a capitulação de Montevideo. Para resolver ambos os problemas, da pressão sobre Buenos Aires e do apoio aos “colorados”, traçou Paulino um plano sábio. Consistiu em procurar a aliança do Paraguai e das provincias argentinas hostís a Rosas (Entre-Rios e Corrientes) e financiar a defesa por intermedio de um particular, que encobrisse por algum tempo o governo. Este foi

governo imperial mandou deter o barão de Jacuí pelo tenente-coronel Manuel Luiz Osorio, que, todavia, não pode impedir os sangrentos choques de fronteira. Com a chegada do presidente Pimenta Bueno, abandonou o barão a sua campanha já longa e desnecessaria. A Fala do Trono, de 3 de Maio 1851, foi explicita: “Quaisquer que sejam os desejos do governo de conservar a paz, não deixarei contudo de prestar aos brasileiros a proteção que lhes devo e de manter intactos o decoro e dignidade da nação e da corôa”. Rosas ameaçava o Rio Grande, Angel Floro Costa, cf. ONETO Y VIANA, *La Diplomacia del Brasil en el Rio de la Plata*, p. 181, Montevideo 1903.

(1) Prejudicaram Olinda as intimas relações com o general Guido a quem, ainda em 21 de Setembro, dizia ser possível um tratado de apaziguamento (carta ms. no *Archivo Geral de la Nacion*, Buenos Aires, papels de Guido). Em 9 de Outubro, este, escrevendo a Olinda, manifestava a sua “penosa surpresa por la inesperada demission...” (P. CALMON, *Hist. Social do Brasil*, II, 9). PEREIRA DA SILVA, *op. cit.*, p. 207, robustece aquela convicção. Aliás em carta a Oribe, de 28 de Abril de 49, falava Guido da promessa de Olinda de “ocuparse inmediatamente en el restablecimiento de las relaciones...”, *Diario* ms. no cit. Arq.

(2) Vd. ANTONIO DELLEPIANE, *Rosas en el destierro*, p. 128, Buenos Aires 1936; EUGENIO GARZON, *La Tragedia del Plata*, p. 85, Montevideo 1937.

o negociante Irenêo Evangelista de Souza (depois visconde de Mauá), em comunicação com Andres Lamas, o jôven e inteligente representante de Montevideo então no Rio, em busca de apoio e reconhecimento (1). Em 20 de Junho de 1850 teve Irenêo o primeiro encontro com Lamas, em 7 de Agosto combinou dar à praça cercada 12 mil pesos mensais, e os acordos respectivos foram assinados em 6 de Setembro, com a garantia de Rodrigues Torres, ministro da fazenda. A 23 de Setembro, desiludido, pediu o general Guido os passaportes. Passou-lhe Paulino nota memoravel — em 23 de Novembro — encadeiando em cerrada argumentação as queixas brasileiras (2) e — delineado o choque militar — tratou de concluir as previstas alianças, com o Paraguai (pactuada em 23 de Dezembro de 1850) e os governos Oriental, de Entre-rios e Corrientes, rebelados estes contra Rosas (29 de Maio de 51) (2).

A diplomacia imperial, fixado o convenio, ainda em character secreto, tratou de precipitar a abertura de hostilidades, antès que prevalecesse, na Europa, a

(1) ALBERTO DE FARIA, *Mauá*, p. 296, Rio 1926; MAUÁ, *Autobiografia*, 2.ª ed., p. 116; e carta de Lamas, LIDIA BESOUCHET, *Correspondencia politica de Mauá no Rio da Prata*, p. 33, 1943. Vid. JOSÉ ANTONIO SOARES DE SOUZA, *A vida do Visconde do Urugual*, p. 270 e segs.

(2) No Rio, podia responder pelas intenções de Urquiza, governador de Entre-rios, e e'xo da combinação, o general José Maria Paz, illustre exilado, JUAN B. TERÁN, *José Maria Paz*, p. 143, Buenos Aires 1936, P. CALMON, *O Rei Filosofo*, 2.ª ed., p. 144, *Memorias Postumas del Gen. José Maia Paz*, III, 220, Buenos Aires 1926, DOMINGO F. SARMIENTO, *Obras*, XIV, 291, Buenos Aires 1898. Vd. ainda EUGENIO GARZON, *La Tragedia del Plata*, p. 93, Montevideo 1937; CALOGERAS, *Politica Exterior do Imperio*, III, 576, S. Paulo 1933. A colaboração com Urquiza foi obtida por intermedio dos homens de Montevideo General JOSÉ MARIA SAROBE, *El General Urquiza y la campaña de Caseros*, I, 240, Buenos Aires 1941, mas não tem razão este autor, quando pretende isolar da diplomacia imperial a attitude do seu biografado *op. cit.*, I, 248. O acordo de 29 de Maio de 51 foi em Montevideo assinado pelo ministro brasileiro Silva Pontes, Manuel Herrera y Obes pelo Urugual e Cujas y Sempre pelo Entre-rios, e "explanado e posto em condições de se aplicar", pelo tratado do Rio de Janeiro, de 12 de Outubro seguinte.

propalada mediação anglo-francêsa, em favor de Rosas (1). A articulação entre os exercitos (2), foi feita pelo emissário do presidente do Rio Grande do Sul, coronel Manuel Luís Osorio, e marcado o dia 20 de Julho para a passagem do rio Uruguai, com o que se poria fóra de combate, mediante uma marcha convergente, a força de Oribe, que, no Cerrito, sustentava o cerco de Montevidéo. Eliminada esta vanguarda de Rosas, seria ele investido na margem direita do Paraná, e tão rapidamente, que os governos estrangeiros não teriam tempo para intervir na contenda. Assim se praticou.

As operações combinadas dividiram-se em duas secções. Avançaram sobre Montevidéo, dum lado o exercito de Urquiza, doutro as tropas brasileiras, cujo comando assumira o conde de Caxias (3). Antes da chegada deste, e sem o ouvir, aceitou Urquiza' a ren-

(1) Contrariamente à tese do general Sarobe, de que Urquiza faria sóz'inho a guerra, temos a clara attitude do Brasil, comunicada por Lamas ao governo de Montevidéo: "se tieme aqui por cierto que Rosas ha aceptado la mediación inglesa". O exercito brasileiro, se demorasse Urquiza, passsar'a á campanha "antes o fuera de tiempo" (cartas de Lamas, 9 de Julho, e Herrera y Obes, 14 de Julho de 1851, *Correspondencia del doctor Manuel Herrera y Obes*, IV, 5-8, Buenos Aires 1919). A ligação com Urquiza, de que resultou a passagem do Rio Uruguai em 20 de Julho, data então combinada, foi feita pelo coronel Manuel Luiz Osorio, comandante do 2.º regimento de cavalaria, para isto credenciado pelo presidente da provincia do Rio Grande (FERNANDO OSORIO, *Historia do General Osorio*, I, p. 496). A premencia das operações, como o general Garzón explicou a Herrera y Obes, era mesmo devida ás "maquinaciones de Lord Palmerston en Paris...", carta de (287) de Julho de 1851, EUGENIO GARZON, *La Tragedia del Plata*, p. 72.

(2) A divisão naval de Grenfell partia para o Prata em 16 de Abril de 51, a cumprir o prometido, que era impedir-se a tomada de Montevidéo por Oribe. Ordens ao presidente do Rio Grande, Pimenta Bueno, foram dadas, em 28 de Abril, para aprestar as tropas. E em 20 de Junho partiu para aquela provincia o conde de Caxias, que transpoz a fronteira em 4 de Setembro. A declaração de guerra de Rosas ao Brasil é de 18 de Agosto de 1851.

(3) Caxias reuniu na Colonia do Sacramento 20 mil homens, dos quais destacou para a campanha a 1.ª divisão, PINTO DE CAMPOS, *Vida do grande cidadão*, etc., p. 139. Coube o comando desta ao brigadeiro Manuel Marques de Souza, depois conde de Porto

dição de Oribe, como em 1812 ali mesmo se dá, entre portenhos e espanhóis à aproximação dos portugueses. Doeu-se Caxias dessa infração do convenio que o aliára ao Império. Poderia quebrar-se a aliança. Mas o interesse maior, da causa, sobrelevou à queixa, dessa precipitação. Antes de tudo, havia Rosas, com 40 mil homens em armas, arrogante e poderoso nos seus domínios!

OS TRATADOS URUGUAIOS

Quatro dias depois da rendição de Oribe, os plenipotenciários brasileiros Honorio Hermeto e Limpo de Abreu, e o representante uruguáio subscreveram os quatro tratados, de 12 de Outubro de 1851, que tanta importancia iam ter nos acontecimentos políticos do Prata. Por eles se confirmava a fronteira assegurada pelo "uti possidetis", desde 1812, e bem distinta da linha de Santo Ildefonso (1). Mantinha o Império a nevegação exclusiva da lagôa Mirim e do rio Jaguarão. Prometia amparar a independencia da Re-

Alegre, *op. cit.*, p. 140. Diz-nos o biografo, Honorio Hermeto tinha candidato, que seria o chefe do estado maior Miguel de Frias, o revolucionário de 1832, a que contestara Caxias com os méritos do futuro Porto Alegre. Não se enganou.

(1) A conquista de 1801 anulára tacitamente o tratado de 1777, quanto á fronteira meridional. Mas os orientais continuavam a pretender a zona entre os rios Ibicuí e Cuareim. O "uti possidetis" datava de 1812, quanto a essa linha do Cuareim-cóchilhas de Sant'Ana-Jaguarão, proclamada em 1819 e em 1821 pelas autoridades de Montevidéo, nos acêrtos com a occupação portuguesa. Repelira-os a Assembléa da Flórida (1825), porém o reconhecimento da independencia do Uruguá, em 1828, omitira a questão, deferida para um tratado especial, que o Império pactuou com Don Andrés Lamas em 1851. (Vd. resumo do problema in H. D., *Ensayo de Historia Patria*, p. 607, PEREIRA PINTO, *Rev. do Inst. Hist.*, XXX, 2.^a parte, 233), depois de ter sido negociado em 1845, em caracter secreto, por D. Francisco Magariños, delegado uruguáio, e Ernesto Ferreira França, ministro de Estrangeiros (VICENTE G. QUE-SADA, *Historia Diplomatica Latino-Americana*, II, 175, Buenos Aires 1919).

pública Oriental, e as suas instituições, mesmo à força das armas, se lhe requeresse a intervenção protetora. E estipulava o pagamento das dividas contraídas.

Honorio Hermeto (levando como secretario o joven Silva Paranhos) (1), foi em missão especial a Montevidéo, para ajustar com Urquiza o prosseguimento da campanha.

"...O principal fim dessa missão (diria em 1854, defendendo-se das acusações de Ferraz) era fazer-se uma convenção com o governador de Entre-rios afim de que esse governador pudesse levar a guerra à margem direita do Rio da Prata e fazer desaparecer o governo do ditador Rosas. Essa parte da minha missão foi concluida e terminada com feliz exito (2)...". De fáto, a esquadra brasileira de sete navios, comandada pelo vice-almirante Grenfell, conduziu Paraná acima a divisão de 4 mil homens das três armas que, sob o comando do brigadeiro Manuel Marques de Souza, se incorporou no exercito aliado. Transpoz o *passo de Toneleros* (17 de Dezembro) defendido pela artilharia rosista (3) e foi receber na ponta de Diamante as forças de Urquiza, para a tra-

(1) Futuro visconde do Rio Branco, lembrado para a missão ao Prata por Eusebio de Queiroz, que o iniciou na carreira diplomática, PINTO DE CAMPOS, *op. cit.*, p. 137. Como Limpo de Abreu, era liberal.

Isto não o impediu de ser a alma da missão, BARÃO DO RIO BRANCO, *O Visconde do Rio Branco*, nota de Renato de Mendonça, p. 32. Partiram em 23 de Outubro. A 21 de Novembro foi assinado em Montevidéo o convenio de allança. Voltaria Paranhos ao Prata em 1865, para completar a intervenção no Uruguai, e em 1868, para orientar a fase final da guerra do Paraguai.

(2) NABUCO, *op. cit.*, 1, 181. "Mas por zelo do serviço tambem quiz tratar da aceitação e reconhecimento dos tratados de 12 de Outubro de 1851 e não quis ausentar-me antes do Rio da Prata. Tambem me glorio de haver conseguido isso".

(3) Cerca de 450 balas choveram sobre a esquadra, que praticamente nenhum dano sofreu, RIO BRANCO, *Efemerides, Rev. do Inst. Hist.*, n. 168, p. 683. Os navios formavam a divisão do capitão de mar e guerra Parker.

vessia do rio em Espinillo (1). Completa-se o plano com o projetado desembarque do exercito de reserva, chefiado pelo conde de Caxias, à retaguarda das linhas rosistas, em Buenos Aires. Mas ruiu o edificio da defêsa antes deste ultimo movimento. Numa só batalha — em Caseros — deixou Rosas por terra os seus estandartes e o seu poder. Num dia — 3 de Fevereiro de 1852 — tudo arriscou e perdeu tudo.

CASEROS

A linha de batalha tinha ao centro duas casas de sotêa, cuja posse daria a vitória aos atacantes. Ocupou Urquiza a direita, com a cavalaria, que era a sua principal força; ao centro ficou a divisão brasileira; e os orientais à esquerda. Às dez horas da manhã engajou-se o combate, a principio em fôrma clássica, as tropas com o uniforme de parada, todos ciêntes da importancia da ação e da majestade do espetaculo, mas, em seguida, confuso e desastroso para os *rosistas*, que se bateram pouco e mal. Desfechou o comandante em chefe a carga geral, que meteu a desordem no flanco esquerdo do inimigo. Prontamente brasileiros e orientais avançaram, deslocando-se com isto toda a linha. De súbito, o sítio mais sangrento da peleja foi o que tomaram os imperiais, lançando-se para o "Palomar" (edificio circular e artilhado que era a melhor defêsa adversaria) e daí desalojando os bisonhos atiradôres que o guar-

(1) CALOGERAS, *op. cit.*, III, 583. Descreveu Sarmiento em página celebre: "El sol de ayer (24 de Dezembro) ha ilum'nado uno de los espetaculos más grandiosos que la naturaleza y los hombres pueden ofrecer: el pasaje de un gran r'ío por un gran ejército" (*Sarmiento, cincuentenario*, Páginas selectas, III, 267, Buenos Aires 1938). Leia-se, de Cesar Diaz, cujo contingente uruguaio acompanhou a divisão brasileira, *Memorias*, Buenos Aires 1943.

neciam. A outra casa de Caseros caiu simultaneamente em mãos dos uruguais (1). Com isto começaram a depôr as armas os *rosistas*; raros conseguiram fugir à rendição em massa; o proprio Rosas, apenas pressentiu a derrota, correu para Buenos Aires, a antecipar-se às notícias, que poriam em revolta a cidade; e ao pôr-se o sol, naquele dia inolvidavel (2), caiu a ditadura do "Protector de las leyes" (3).

A cooperação das armas brasileiras para o successo de Caseros fôra consideravel e brilhante. A divisão de Marques de Souza era a mais disciplinada e regular; comportou-se, nas penosas marchas e na luta, como um exercito de elite; e voltou à pátria — depois do festivo desfile pelas ruas de Buenos Aires — com grandes elogios do povo argentino (4). Seria este mais feliz, com as instituições liberais implantadas na República em consecuencia da volta dos exi-

(1) General CESAR DIAZ, *Memorias*, p. 256, CALOGERAS, *A Política Exterior do Imperio*, III, 587.

(2) "...Es un evento tan grande como la revolución de Mayo...", J. B. ALBERDI, *Las Bases*, p. 35, ed. de B. Aires 1915.

(3) Rosas, disfarçado em marinheiro inglês, asilou-se a bordo do "*Conflict*", que o levou para a Inglaterra (onde morreu em 1877). De passagem pela Bahia — e em sinal de tolerancia da nossa gente — fundeou o navio e até se mandou dizer a Rosas, que poderia desembarcar e visitar a cidade. O presidente ter'a o'erecido a Manuelita o carro para esse passeio... *Jornal do Comercio*, Rio 11 de Março de 1852. Vd. tambem CARLOS IBARGUREN, *Juan Manuel de Rosas*, p. 358, Buenos Aires 1933. "Hay que julgar a Rosas con humanidad..." pede um apologista, DARDO CORVALAN MENDILAHARSIL, *Rosas* p. 248, Buenos Aires 1929. Seria ocioso citar a biographia que se lhe refere, na Argentina, a começar por ANTONIO DELLEPIANE, *Rosas en el destierro*, Buenos Aires 1936.

(4) A los brasileiros les hiso una ovación en la que habia un propósito de desagravio". ABEL CHANETON, *História de vélez Sársfield*, I, 189, Buenos Aires 1937. "Venian enfim tropas decentes es la palabra...", SARMIENTO, *Campaña en el ejército grande aliado*. (Vd. doc. in GUSTAVO BARROSO, *A Guerra de Rosas*, ps. 205-6, S. Paulo 1929), RIO BRANCO, *Efemerides*. 18 de Julho, cita SARMIENTO: "Os Brasileiros queixavam-se e o povo quis dar-lhes satisfação. A todos os navios surtos no porto tinham sido pedidas bandeiras brasileiras, que foram colocadas nas ruas, e a aparição do general Marques de Souza, tão joven, tão culto, tão simpatico, foi o sinal de nova recrudescencia de entusiasmo." Nova manifestação lhe foi feita vinte dias depois, quando embarcou a Divisão.

lados, da queda de Rosas, da civilização arejada e democratica que penetrou então o estuário do Prata.

Recolheu o Brasil ténues recompensas da sua entrada marcial no turbilhão dos problemas platinos.

Agradeciam-lhe os “colorados” a liberdade. Não lhe perdoaram os “oribistas” a intervenção (1). Muito menos o dever contraído, de não se desinteressar da sorte da República...

Complicou-se, com a intolerância e a paixão dum das lutas partidárias mais ásperas da História sul-americana (2). Nela se originou a Guerra Grande, a que seria logicamente arrastado o Império, como factor ativo dum equilíbrio já essencial ao seu prestígio e à sua conservação.

(1) Disse Lamas em 1855, que, mesmo que os uruguaios quizessem a incorporação do seu país ao Brasil, “ela no se verificaría mientras se sentase en el trono del Brasil el Sr. D. Pedro II”. ARIOSTO D. GONZALEZ, *El Manifiesto de Lamas en 1855*, p. 20, Montevideo 1937. O fato é que, tendo falecido o general Garzon, candidato á presidencia do Uruguai, que conciliaria os partidos, venceu o partido oribista, com Juan Francisco Giró, que logo declarou a intenção de não aceitar os tratados de 1851, com o pretexto de não haverem sido ratificados pelo Congresso... aliás inexistente áquele tempo. Honorio considerou “casus belli” tal receio, e os tratados foram aceitos em 15 de Maio de 52, BARÃO DO RIO BRANCO, *op. cit.*, p. 38. Ficou, como diremos, o fermento duma luta constante.

(2) Os subsídios dados pelo Imperio ao Uruguai foram de 45 mil a 84 mil pesos (empréstimos de 16 de Jan. de 1852 e 9 de Maio de 53), 50 mil patações mensais (ajuste de 31 de Jan. de 54), 60 mil patações mensais (1 de Junho de 54), 110 mil (protocolo de 29 de Jan. de 58). Depois da guerra de Flores, 600 mil pesos (empréstimo de 8 de Maio de 65), 200 mil (22 de Nov.), 30 mil pesos mensais (15 de Jan. de 67) durante a guerra do Paraguai. O Tratado de 22 de Julho de 1918 mandou aplicar essa divida a “obra de mutuo beneficio”. Daí a ponte internacional, sobre o Jaguarão, justamente chamada de ponte “Mauá”.

ECONOMIA, CIVILIZAÇÃO E PROGRESSO

QUADRO GERAL

A transformação da economia brasileira processa-se no sentido da grande lavoura, do proteccionismo industrial, da substituição do braço escravo pelo trabalho livre.

No norte, entre 1828 e 30, perde a cultura algodoeira a importancia adquirida de 1800 a 1822. Declinam, suprimem-se as exportações, vencidas, na concorrência internacional, pelos Estados do sul da União americana, onde "cotton is king" (David Christy). Quando se sublevaram estes, em 1861, e o bloqueio lhes fechou os portos, a Inglaterra se voltou de novo para o velho freguêz, que a abastecera nos primeiros dias do seu surto fabril. A grande epoca do algodão no Império, 1861-70 (1), lembra a fase de eclosão agricola, de 1774 a 85. Normalizadas, porém, as relações entre os povos de lingua inglesa (2), a queda dos preços, com o desânimo dos lavradôres, reduziu a produção às quantidades necessarias para o consumo da industria local — que repona, instala-se, desdobra-se, a partir de 1843.

(1) ANDRÉ REBOUÇAS, *Agricultura Nacional, Estudos Economicos*, p. 212, Rio 1883; CUNHA VASCO, *A industria do algodão no Brasil*, p. 11, Rio 1905.

(2) Ha nos Estados Unidos, uma relação direta entre o escravo e o algodão. De 1820 a 53, o numero de escravos subiu de 1.538.098 para 3.296 mil, e a exportação, de 127.800 mil libras para 3.111.570 mil (AUGUSTE CORBIER, *De l'Esclavage dans ses rapports avec l'union américaine*, p. 393; Paris 1862).

Mantem o açúcar o primado da riqueza estavel, aristocratica, fiel às tradições conservadoras da monarquia, nas suas zonas historicas. Mas nos domínios dessa cultura rotineira a transfiguração se opera pelo maquinismo. E' o capital, representado pela máquina, que destroça a ordem antiga, desmancha-lhe a harmonia, rompe o anel das dependencias sociais, abate o prestígio dos senhores de engenho (aquele titulo consideravel de que falou d'Orbigny, como em 1618 o autor dos "Dialogos das Grandezas") e absorve as propriedades hereditárias. A lei civil, a organização politica, extinguindo o morgadio, acabando com os privilegios ligados àquela senhoriagem, nivelando as actividades no campo das obrigações, apressaram a liquidação do sistema colonial do fabrico do açúcar e das condições de vida que lhe correspondiam. As primeiras máquinas fazem reflorescer a indústria do Reconcavo; mas, atrás da aparelhagem rudimentar vem, complexa e cara, a dos "engenhos centrais" (com juros garantidos pela lei de 6 de Novembro de 75); e montam-se afinal as usinas, financiadas pelas sociedades comerciais, tentaculares na concentração economia, ávidas de plantações subsidiarias, irresistiveis na competição com as fábricas obsoletas. Essa destruição metódica de um regime de exploração rural que formára a elite dirigente, influiria sobretudo no desgaste das classes mais interessadas na conservação das instituições imperiais. Ia passando a éra dos barões. Coincidiu-lhe o declínio, no norte, com o apogeu, no sul, das fazendas de café (2), em cuja prosperidade se desenham a hegemonia paulista —

(1) 1884: The Central Sugar Factories of Brasil L^{td}. (usinas Santo Inacio, em Pernambuco); 1887: The North Brazilian Sugar Factories (S. Lourenço...), PEREIRA DA COSTA, *op. cit.*, p. XXXII.

(2) 1872: exportação de café, 115.295 contos; de açúcar 27.725, REBOUÇAS, *op. cit.*, p. 17.

na balança das forças provinciais — e a mentalidade republicana.

O fenomeno do café recorda o do algodão e contrasta com o do açúcar.

Enquanto os engenhos fixavam, enobreciam o homem, que se deixava envelhecer à beira das fornalhas e dos caldeirões de cobre, os cafezais o convidavam à marcha, rompiam com ele para o oeste, emprestavam-lhe a possante energia dos pioneiros, na luta com a natureza inhospita. E, ampliando as áreas de sua ocupação triunfante, o enriqueciam depressa, levando, na rapidez da penetração, o segredo do seu êxito, o orgulho de sua fortuna, de sua irradiação. O senhor do engenho batia-se pela preservação de um ambiente; o fazendeiro pelejava por sua mudança. Queria liberdade comercial, aquisição de trabalhadores, crédito generoso, individualismo democratico, politica distante e talvez indifferente, que lhe não perturbasse a lavoura. Na provincia do Rio sustentara ela a suntuosidade do segundo Reinado. Adquiriu outra feição em São Paulo, depois da estrada de ferro (1868), da imigração estrangeira (1873), da industria aliada aos novos meios de transporte, à fundação dos Bancos, à regeneração do commercio que se seguiu à extinção do trafico, à tarifa de 1843 (1). A evolução dos métodos economicos insere-se no deslocamento do Império, de suas influencias centralizadoras (a Inde-

(1) A lei atrazára-se. Assim a das sociedades anonimas (22 de Agosto de 1860) de autorização official, tornando-se de simples responsabilidade dos socios apenas em 82.

A protecção aduaneira nunca seria concedida francamente por um parlamento dominado pelos votos do norte, interessados nas boas relações com os mercados importadores. A reforma de 57 abateu muitas das razões da pauta de Alves Branco. As de 74 e 84 perseveraram na conservação desses d'reitos reduzidos contra a orientação de Ferraz e Itaboraí. Foi em 1888 que se mudou de rumo: já então prevalecia a "atmosfera" do mercantilismo que a Republica respirou ruidosamente nos seus primeiros dias.

pendencia orientada pelos Andradas, a Regencia libertando-se da anarquia federalista, as leis de 1841, a monotonia da ordem no cauto reinado de D. Pedro II) para a ebulição ideologica de 1870 a 89: a propaganda das instituições populares, o sufrágio universal, a abolição da escravatura, a laicização do Estado, o predomínio da grande cidade, o mercantilismo, a democracia, decantada e exigida nos seus vários tons, de monarquia representativa (José de Alencar ou Ferreira Viana), de república descentralizada (manifesto de 70), de federação com a corôa ou sem ela (Ruy Barbosa), de república positivista (Lemos e Benjamin Constant), de governo de opinião e livre voto (Nabuco e Silveira Martins), em cujo vigôr executivo se conciliassem as debilidades do parlamentarismo, esgotado nas escaramuças do decênio, de 79 a 89, com as urgencias do progresso!

Entre o ciclo do café (adstrito às provincias do sul e à Bahia, onde foi sensível a sua função renovadora entre 1877 e 97) e o do açúcar, cabem a aventura dos diamantes — a que se deve o povoamento da Chapada, em 44 (1), e a incursão no vale do Amazonas dos cearenses expulsos de sua terra pela sêca de 77, que foram arrebatados aos *tapuios* dos seringais a imprevista riqueza da borracha.

Não cessam os movimentos de população no territorio vasto, quasi deserto, com as imensas distancias a separarem os ralos núcleos de civilização itinerante. Completam-se, porém, as comunicações; a orientação geral é o oeste; e o novo “bandeirante” continúa a semear cidades no seu caminho. Estrutura-se, no litoral, a vida organizada. Conhece surpresas e maravilhas que chegam pelo vapor da Europa; fami-

(1) INACIO ACCIOLI, *Mem. Hist.*, notas de B. do Amaral e Gonçalo de Atalde Pereira, VI, 222-4.

liariza-se com o comboio; habitúa-se à carruagem e ao trem de ferro; apercebe-se da necessidade de bancos, companhias industriais, correios e telegrafos, urbanização confortavel, que lhe traz o decôro das côrtes, com o seu esplendôr amavel; cultiva-se.

BANCOS

Liquidado em 1829 o primeiro Banco do Brasil, a iniciativa particular tratou de suprir-lhe a falta, abrindo, em 1842, o Banco Comercial do Rio de Janeiro (capital de 5 mil contos), a que se seguiram o da Bahia (2 mil contos) em 1845, o do Maranhão em 49, a Caixa Comercial da Bahia, e enfim, com 30 mil contos de capital, em 2 de Julho de 1852, o do Brasil na sua segunda fase. Mauá instalou o seu Banco, o mais importante do país depois daquele, em 53. O poder emissor dado a esses estabelecimentos foi abolido em 53, restaurado em 57, extinto em 66. Em 57 passou o governo a fazer os depositos no Banco do Brasil, cuja carteira hipotecaria, de 25 mil contos, data de 66, acompanhada, em 88, de outra de credito agricola (12 mil), quando o capital do instituto ia elevar-se a 100 mil contos (9 de Outubro de 89).

FINANÇAS DO ESTADO

Os negocios das várias praças apresentavam um volume apreciavel. Mas o Estado era pobre. Rendia em 1831 11.795 contos; em 1839 15.947 contos; em 1840, 16.310... Compreende-se que a penúria do Tesouro público em contacto com a fortuna privada estimulasse o abuso do emprestimo interno, em apolices de 6%,

preferível, em todo caso, ao empréstimo externo, tão oneroso, e, em regra, sobrecarregado de vexames políticos. Em 1844 havia 43.196 contos de apolices em circulação, a maioria dos credôres residindo no Rio (1). Três anos depois, concorriam com as melhores letras no giro comercial (2).

Os banqueiros europeus continuavam a oferecer dinheiro caro e apetecido. Não se pode dizer que deles se valeu imoderadamente o Império. Ao contrário, a curva do crédito coincide com a trajetória das instituições, do desprestígio de 1829 (empréstimo ao tipo de 52) ao apogeu em 1859 (tipo 95 ½) (2). O ouro dos Rothschild tinha aliás uma utilidade específica: o equipamento ferro-viario (empréstimos de 1858, 59 e 60), o custeio da guerra com o Paraguai, os melhoramentos públicos (3).

TRABALHO E COLONIZAÇÃO

A melhoria do trabalho rural com o cultivo dos cereais, a pequena industria e o aumento da produção

(1) CASTRO CARREIRA, *op. cit.*, p. 250.

(2) CASTRO CARREIRA, *ibid.*, p. 264. Em 1868 Itaboraí, para não renovar o pedido de dinheiro a Rothschild feito em 1865 (5 milhões) lançou um empréstimo interno de 30 mil contos, prontamente coberto, A. REBOUÇAS, *op. cit.*, p. 280. A receita nacional em 1850 estava em 32.696 contos; em 1860, em 50.051; em 1870, em 95.885; em 1880, em 128.364; em 1889, em 160.840 contos. O "deficit" foi constante, de 1837 por diante.

(3) Depois do lamentável empréstimo de 1828, contrahu o Império os seguintes: 1839 (com Samuel & Phillips), £ 312.500, tipo 76; 1852 (Rothschild), £ 1.040.000, tipo 95; 1858, £ 1.526.000, tipo 95 ½; 1859, £ 508.000, ao par; 1860, £ 1.210.000, tipo 90; 1863, £ 2.300.000, tipo 88 (4 ½ de juros, enquanto os anteriores tinham sido de 5%). Para a guerra: também a Rothschild, £ 5.000.000 (valor real), das quais recebemos £ 3.700.000 ou 44.444 contos de réis. (1865). Em 1871, ainda a Rothschild, £ 3.000.000, tipo 89. Em 1875, £ 5.301.191, tipo 96 ½. 1883, £ 4.000.000, tipo 89. 1886, £ 6.000.000; 1888, £ 6.000.000, tipo 97; 1889, £ 17.213.500, tipo 90, juros de 4% (empregado na conversão dos empréstimos de 65,71, 75, 88), a última operação da monarquia, encampada pelo regime republicano. Dívida transmitida do Império à República: £ 30.282.200 de capital (AMARO CAVALCANTI, *Resenha Financieira etc.*, cf. GUSTAVO BARROSO, *Brasil-Colônia de banqueiros*, p. 84,

já se mostrava em São Paulo, em 1836 (1). Retinha a propaganda, tão cara ao período anterior, da poesia dos campos, do encorajamento agrícola pelos incentivos técnicos: e florescem as sociedades que pretendiam promovê-lo, a *Auxiliadora*, no Rio, que paradoxalmente se desdobra em Instituto Histórico, a da *Agricultura* da Bahia (2)... Mas o problema do braço livre é o da riqueza. Vasconcelos resume-o: a civilização nos vem d'Africa... Tentativas de conciliação do artesanato com o sistema servil (como fez o barão da Bôa Vista no Recife) (3) não podiam generalizar-se. A propria imigração só se enraizaria em terras novas, longe dos centros escravocratas, e protegida pela promessa de não poderem eles estender-se até lá. A escravidão contaminava tudo. Limitou-a, porém, a força economica, espontanea e irremediavel. E graças a essa limitação, ao abolir-se o cativeiro já havia no país densa massa de colonos.

Foi o senador Vergueiro quem inaugurou, em 1840, o sistema da *cooperação* com os imigrantes europeus, atraíndo-os para São Paulo. Estabeleceu na fazenda de Ibiacaba oitenta portugueses, com a garantia de um ano de subsistencia e metade das colheitas (4). Em dez (de 1847 a 57) "só a iniciativa particular creou em São Paulo mais de 60 colonias, localizando mais de 60 mil imigrantes" (5).

S. Paulo 1935). Em 1882 — dizia Rebouças — iam anualmente 59 mil contos para o exterior.

(1) HENRIQUE JOSÉ RABELLO, *Memória*, 1836, *Rev. do Inst. Hist.*, XXX, 38. Cita, como consequencia da colonização, a cultura da batata, o fabrico de carvão, o uso do carro sobre eixos, puxado por dois bois, quando antes exigiam quatro ou seis.

(2) Instalou-se em 10 de Março de 1832, *Rev. do Inst. Hist. da Bahia*, n. 17, p. 387. Publicou interessante *Jornal*.

(3) FERNANDES GAMA, *Memórias Hist.*, 1, 5.

(4) Sobre o "sistema Vergueiro", vd. DJALMA FORJAZ, *O Senador Vergueiro*, p. 48.

(5) F. DE SOUZA LOBO, *S. Paulo na Federação*, p. 118, S. Paulo 1924.

Contribuiu a “missão do visconde de Abrantes”, em 1844, para que se desfizessem na Europa central as prevenções causadas pelos anteriores fracassos da instalação de alemães no Brasil (1). Honestos e diligentes pioneiros, como o Dr. Blumenau, estenderam a colonização pelo vale do Itajaí (2). No Rio Grande, no Paraná, em São Paulo, prosperaram os núcleos situados em zonas depuradas de escravidão negra, onde a divisão da propriedade, a liberdade de commercio, a tolerancia religiosa, o clima favoravel ajudaram a desenvolver-se a nova população loira.

Em 1858 decide-se afinal o governo a crear a Associação Central de Colonização, que se propõe a engajar o imigrante, dando-lhe a viagem e pondo-o no lugar do trabalho. Com um milhar de alemães, em 1855-58, reforçou Ottoni a *Companhia do Mucuri* — que fracassou por falta de apoio official, socorrida tardiamente por um emprestimo de juros garantidos (3). Outros particulares cáem no equivoco de Ottoni, que consiste em situar a colonização de gente nórdica nas regiões quentes, insalubres ou bravias, até ha pouco inçadas de gentio feroz. Foram por isso frustradas as belas tentativas de Egas Moniz em Comandatuba, de Higino Pires Gomes (4)... Nas serras do Espírito Santo ainda era possivel a “Chanaan”, dos lavradôres pomeranios, a exemplo dos quadros rurais, felizes e simbólicos (5), de Petropolis e Nova Friburgo. O grande exito, liga-se à lavoura do café em S. Paulo.

(1) Visconde de ABRANTES, *Memória sobre os melos de promover a colonização*, Bahia 1846 (2.ª ed., Bahia 1926).

(2) J. FERREIRA DA SILVA, *O Dr. Blumenau*, p. 39, Rio 1933.

(3) PAULO PINHEIRO CHAGAS, op. cit., p. 220.

(4) EDUARDO RAMOS, *Correspondencia, notas e colóquios de Erasmo*, p. 352.

(5) Vd. Visconde de TAUNAY, *Visões do sertão*, p. 82, S. Paulo, 2.ª ed. (a proposito das *colonias* no Paraná). Sobre a mesma provincia, Thomas P. Rigg-Wither, *Pioneering in South America*, London 1878.

E' a provincia mais beneficiada pelas lévas de imigrantes. Até 1870 dois terços eram ainda portuguezes. São depois de 1870 italianos e alemães. Em 1882 chegam 28.493 (1). Decae para 19.608, em 1884, esse affluxo de colonos, para reanimar-se, a vespéras da abolição, e atingir em 1888 uma cifra admiravel: 92.086. Destes, 80.749 eram de Italia!

O C A F E'

A grande imigração soma-se ao surto agricola de São Paulo. São numeros que se auxiliam. O problema era essencialmente de braços úteis. Como na fase inicial do açúcar; como no período aurifero; como na época dos algodoais. Em 1882 — para ficarmos na data em que se refaz a politica imigrantista — Minas Gerais e a provincia do Rio produziam em tresdôbro o café de São Paulo. Abre-se então a luta entre o trabalho livre e a rotina escravocrata. Além disto, os fazendeiros paulistas mandam comprar ao norte quantos escravos pudessem aumentar a população trabalhadora. Em 1884, para 3.897.113 sacos do Rio de Janeiro e Minas, ha 2.106.740 de São Paulo. Em 1888 a diferença é de menos de um milhão. Em 1890, São Paulo toma a dianteira (2.874.900 para 2.733.600) que não mais abandonará.

Coloca-se o Brasil à frente do mercado. Abarrota com o café os portos norte-americanos. Atira-o às

(1) A imigração Italiana acentua-se em 1877; e dez anos depois alcança o numero de 27 mil, F. DE SOUZA LOBO, *op. cit.*, p. 124.

Em 1881, o conde de Parnaíba é em S. Paulo o successor de Vergeiro no incentivo à grande imigração. Constrôe-se, graças a esse novo espirito, o *Palacio da Imigração*, *ibid.*, p. 123.

Em 1888, para 100 mil escravos, libertados, havia 200 a 300 mil colonos em S. Paulo, HELIO B. FIORI, in *Anais do IX Congr. Bras. de Geografia*, IV, 344 (1944), enquanto a provincia do Rio (139 mil escravos) e Minas (182 mil) não dispunham desse suprimento humano. (Vd. quadros comparativos, MANUEL DIEGUES JUNIOR, in *Revista Brasileira de Estatística*, n. 1., p. 119 (Rio, 1940).

praças européias rechassando a concorrência colonial (1). Dá-lhe a importância de coluna mestra de sua economia, de índice de sua civilização — e de sua finança. É a monocultura.

MAUÁ

A história da indústria por quarenta anos é a de um homem — que, se não empreendeu tudo, pelo menos tudo imaginou, no domínio das iniciativas econômicas: Irenêo Evangelista de Souza (visconde de Mauá). A sua “Exposição aos credores” (1878) equivale a um breviário das realizações do período, que, em 1846, se inicia com a fundição de Ponta de Areia (Niterói) e completa-se com as grandes ligações ferroviárias (2). Como todo creador de civilização, aquele negociante de gênio principiou a carreira meditando sobre o que faltava ao seu país. Faltava-lhe a indústria mãe das outras, que é a metalúrgica. Viu em 1840 os fornos ingleses. Interessou os governantes em 1844, quando o rompimento comercial com a Inglaterra e a extinção do tráfico punham em ordem do dia os empregos de dinheiro, o equipamento fabril, a independência do consumo: e se lançou à produção de encanamentos de ferro, sustentado pelas encomendas do Estado (3). A fundição desdobrou-se

(1) Em 1861, o Brasil, 173 mil toneladas de café, o resto do mundo, 338 mil, A. COCHIN, *Abolition de l'esclavage*, I, 214. De 40 % da produção mundial em 1850, o Brasil alcançava 50 % em 1875, 57 % em 1890. “La dittadura del Brasile...”, H. E. JACOB, *Biografia del Caffé*, p. 295, Milano 1936. Leia-se principalmente AFONSO D’E. TAUNAY, *Pequena Historia do Caffé no Brasil*, ps. 231-3, Rio 1945.

(2) *Exposição aos credores*, 1878; ALBERTO DE FARIA, *Mauá*, p. 134, Rio 1926. CLAUDIO GANNS, prefácio à *Autobiografia, do visconde de Mauá*, 2.^a ed., Rio 1943.

(3) Deixamos para o volume seguinte a apreciação dos factores complementares da economia imperial, sobretudo sensíveis no período republicano, que foram o cacão (a partir, porém, de 1886), a borracha amazônica (depois de 1880), as exportações menores.

em estaleiro, e progrediu enquanto a apoiou a profeção aduaneira, praticamente eliminada em 1860. Irenêo, porém, alçara vôo, da fábrica de canos para a instituição bancária (1853), da companhia de rebocadores para o Rio Grande (1847) para a iluminação a gaz do Rio de Janeiro (1851), da estrada de ferro de Mauá (1852) para a navegação do Amazonas (1852), da companhia de diques flutuantes (1852) para a de cortumes (1865), da luz esteárica (1854) para a de mineração maranhense (1857), das estradas de ferro de Santos a Jundai (1855) para as de *D. Pedro II*, da Bahia, de Pernambuco, aviventadas por sua assistencia financeira, do caminho de ferro da Tijuca para o do Jardim Botânico (1866), da estrada de ferro Paraná a Mato Grosso para a de Antonina a Curitiba, do cabo submarino (1872) para o abastecimento d'água da côrte (1864), dos negocios tímidos para as ousadias do crédito largo... Todas essas realizações têm a ajuda da técnica estrangeira, sacodem o meio nacional, e modificam rapidamente a fisionomia do Império.

E' o periodo em que se renovam as cidades. Abrem-se estradas. Sobrevem a éra dos transportes baratos. Surgem as fábricas de tecidos (1), os "engenhos centrais". Desata-se o fluxo imigratório. Estrutura-se a fortuna do país na sua prosperidade agrária; a terra exerce a sua força de atração sobre o capital internacional; e o crepusculo da monarquia vai coincidir com o tumulto, a moda, a febre das idéias mercantilistas.

(1) Assim a de Valença, na Bahia, do americano J. S. Gillmer, associado a Antonio Francisco de Lacerda, em 1848 (*Revista Americana*, t. 1, parte 3.ª Bahia 1848).

Note-se que apenas em 1883 tivemos uma pequena central termica, e em 1889 se inaugurou em Juiz de Fóra a primeira usina hidro-eletrica do Brasil (Ministerio da Agricultura, *Utilização de energia eletrica no Brasil*, boletim n. 1, p. 11, Rio 1935).

RENOVAÇÃO URBANA

A renovação das cidades começa naturalmente pelo aparato architectônico — do Rio de D. João VI — e ameúda-se em construções faustosas, desse austero estilo Império por Grandjean de Montigny, contemporaneo do gosto inglês com que se constróe na Bahia do conde dos Arcos, da linha francêsa do teatro de Recife, ao tempo do conde da Bôa Vista (1), da réplica da “Madeleine”, que é a matriz da Glória, na côrte (2)... Mas as fachadas não bastavam. Os engenheiros contratados no Rio e nas provincias têm de resolver com urgencia os problemas do abastecimento d’água (para o qual improvisa Mauá a sua fabrica de manilhas), de hospitais e prisões (3), de ruas largas, de pontes e túneis (4), de “tramways” e elevadôres.

O transporte urbano está intimamente ligado à evolução da cidade. Até a inauguração da primeira

(1) Vd. GILBERTO FREYRE, prefacio ao *Diário intimo do engenheiro Vauthier*, 1840-46, Rio, 1940. Os engenheiros francêses que começaram a remodelar Recife eram Boullitreau, Millet, Buessard, Morel, Portier: dirigia-os Vauthier, a quem se deve o teatro de Santa Isabel. A presidencia do conde da Bôa Vista (Rego Barros) faz mais em cinco anos do que os antecessores desde 1822... FERNANDES GAMA, *Memórias Historicas da Provincia de Pernambuco*, 1, 15, Recife 1844.

(2) Engenheiros Koehler e Rivière, MOREIRA DE AZEVEDO, *O Rio de Janeiro*, 1, 190. Os engenheiros, a quem se deve o melhor do estilo Império desse tempo, depois de Grandjean, foram Domingos Monteiro, José Maria Jacinto Rabelo e Guillobbi, seguidos por Bethencourt da Silva e Porto Alegre. Ai estão, para atestá-lo, no Rio, os hospitais da Misericórdia e de D. Pedro II, a Casa da Moeda, o remodelado paço de S. Cristovão, o Itamarati.

(3) Por exemplo, o alemão Carlos Augusto Weyell (projetou na Bahia o hospital de Santa Isabel e a Penitenciaria inspirada pelo Panopticon, de Bentham), o polonês Andre Przewodowski e o italiano João Batista Ferrari (autor da “Engenheda”, 1855), contratados pela provincia, o primeiro com 1:800\$ anuais, os outros, 1:200\$ (*Almanach para o ano de 1845*, Bahia).

(4) A ponte da Bôa Vista, Recife, foi obra do engenheiro coronel Moraes Ancora, tambem architecto do palacio do governo. Merecem referencia especial a de ferro sobre o Paraíba, em Campos, com 253 metros, de 1875, FEYDIT, *Historia de Campos*, p. 427; a de S. Felix-Cachoeira, na Bahia, a de Plataforma, na mesma provincia.

linha de "tramways" no Rio de Janeiro, a *Botanical Garden*, em 1868 (os "bondes", como seriam chamados, do nome dos "coupons" ou bonds, do empréstimo então lançado), o perímetro desta era acanhado, circunscrito às zonas já povoadas em 1820, separada de seus arrabaldes por largos espaços incultos. Redundára em fracasso a *empresa de ferro-carris da Tijuca*, de Tomaz Cochrane (a despeito de prender a grupos de ações lótes de terreno, que seduzissem o subscritor, em 1856). Mas os americanos, que compraram a concessão da *Botanical Garden*, tiveram grande lucro com a linha da rua de Gonçalves Dias ao Largo do Machado (1), o que levou os concorrentes a estenderem dois anos depois os trilhos do centro da cidade a S. Cristovão e Rio Comprido (1870), a Vila Isabel, a Santa Tereza. O aumento das passagens podia causar uma revolta do povo, em 1880. Serviços semelhantes beneficiaram por esse tempo as grandes cidades do Império, a principiar pela Bahia, que continuava à dianteira desses melhoramentos (2). Nenhum foi tão admirado como o elevador hidráulico, com que o engenheiro Antonio de Lacerda uniu a cidade baixa à cidade alta em 1872, símbolo da nova época de maquinismos revolucionários (3).

O "bond de burro", o conseqüente nivelamento e retificação das ruas, sobretudo a incorporação dos subúrbios, graças a esse tipo de transporte, nos cen-

(1) Inaugurou-se a 9 de Outubro de 1868. A mesma empresa primeiro inaugurou a electricidade em seu trafego, em 1892.

(2) Cronologia de trilhos urbanos: Bahia, Recife, S. Paulo, 1870; Belém, 1871; Niterói e Campos, 1872; Porto Alegre, 1873; S. Luiz, 1875; Niterói e Campos, 1872; Porto Alegre, 1873; S. Luiz, 1875; Taubaté, Campinas, 1879... NORONHA SANTOS, *Meios de transporte no Rio de Janeiro*, I, 297, Rio 1934. A *Botanical Garden* devia-se ao engenheiro americano Charles B. Greenough, em 1866, antigo gerente da Bieker Street Horse Car Company, de New York, NORONHA SANTOS, *op. cit.*, I, 259, mas é preciso dar a Candido Batista de Oliveira, como fez Mauá, as honras da primazia na iniciativa (1862).

(3) BRAZ DO AMARAL, *Hist. da Bahia do Império à Republica*, p. 278.

tros urbanos, que se descongestionam, são fatos que de 1870 a 82 se sucedem, criando aspectos até aí imprevisíveis de vida coletiva, de interesse social, de costumes burgueses. Enriquece-se o Rio com a “descoberta” dos arredores pitorescos e longínquos, pelos quais se derramam as sóbras da população, e alinham os bairros decentes e populares.

O urbanismo pôde-se dizer nascera com Petrópolis, em 1843. Ali, pela primeira vez, o traçado retilíneo, aproveitando a graça de um vale verdejante, antecede ao povoamento, e cria-se uma cidade disciplinada pela arte, ao gosto europeu, do engenheiro Koehler (1). É amena localidade de veraneio: e não deixa de ser uma das portas do sertão. Sugere a comunicação ferro-viária (1854); apresenta as melhores estalagens do país; ostenta a galanteria em uso na Europa, os hábitos estrangeiros que se lhe ajustam ao feitio exótico: e serve de modelo, nessa cultura arrivista.

Cidades, porém, não se civilizam apenas com veículos, chafarizes, avenidas: requerem iluminação. Mauá preconizou a de gaz, que enfim, com capital e técnica inglesa, inundou de luz as ruas centrais do Rio de Janeiro, em 25 de Março de 1854. Parecia prodigioso! Os candieiros de azeite de peixe amorteciam-se no ciarão triste (resumiu o *Jornal do Comercio*, a noticiar a maravilha) junto àqueles bicos de gaz fulgurante, pouco mais de 600, para começar.

TELEGRAFO

Eusebio de Queiroz precisava de rápidas comunicações com o litoral, para mobilizar as patru-

(1) Vd. *Centenario de Petrópolis, Trabalhos da comissão*, 8 vols., Rio 1938-1943. Sobre a cidade e os viajantes estrangeiros, A TAUNAY, *op. cit.*, 1, 29-87.

ilhas que impediriam o desembarque de negros — extinto que fôra o trafico. Pediu aos professores de fisica Paula Candido e Guilherme Schuch de Capanema que estudassem o telegrafo electrico (1). Este ultimo deu-se inteiramente ao empreendimento. Dirigiu-lhe a Repartição Central até a queda do Império. Em 11 de Maio de 1854 estava inaugurada a primeira linha, entre o Paço de S. Cristovão, o ministério da guerra e as povoações maritimas mais próximas. Não devia parar o desdobramento dos fios, que alcançavam Petropolis em 1855 (2), Victoria em 1845, Natal em 1878, Fortaleza em 1881, Belém em 1886, na direção do norte, e na do sul, a fronteira com o Uruguai em 1883. Havia, em 1889, 18.925 kilometros de linhas.

RODOVIAS

A epoca rodoviária começa com a subida de Petropolis. “A nova estrada da serra da Estrela como uma serpente sinuosa elevou-se soberbamente desde a raiz até o pincaro da altiva cordilheira, que submissa dobrou o seu colo” (3). Mariano Procopio fez melhor: com a “União e Industria”, obteve em 7 de Agosto de 52 privilegio de 50 anos para a magnifica estrada que devia comunicar a Raiz da Serra a Juiz de Fôra — onde de fâto chegou em 23 de Junho de 61. Considerou-a Agassiz uma das melhores do mundo, louvando, não só os engenheiros francêses que a fizeram, como o seu idealizador, que viajára pela Eu-

(1) Vd. NABUCO, *op. cit.*, I, 339.

(2) A guerra do Paraguai apressou esse desenvolvimento. Em 1883 o telegrafo chegava a Jaguarão comunicando-se com o serviço platino.

(3) Joaquim Norberto, elogio de Aurellano Coutinho, 1855, *Rev. do Inst. Hist.*, XVIII, 459.

ropa e pelos Estados Unidos a estudar o que havia de mais novo no assunto (1). A viagem de carro, o mac-adam, o sistêma de mudas para as equipagens, em bonitas estações, a facilidade do escoamento economico por esse régio caminho (2), consagraram o feliz successo do empreendimento. Reproduziu-se, em 1873, na estrada da Graciosa, de Antonina a Curitiba, antecipando-se à via férrea, de Paranaguá para o planalto.

ESTRADAS DE FERRO

A idéia das comunicações ferroviarias ganhára os espiritos em 1835, quando foram publicadas as primeiras leis mandando conceder a construção das linhas entre a côrte e São Paulo. Seria um sonho, sem a decidida ajuda do Estado. Tomaz Cochrane, concessionario, em 1840, de uma linha de Pavuna a Rezende, varando a serra do Mar, que era o principal obstaculo para a penetração, regateou sem resultado o favôr publico. Queria garantia de juros. Como se fez na Alemanha e na Russia, em vez da liberdade de iniciativa, reinante na Inglaterra, ou da construção pelo Estado, como sucedera na Belgica. Negou-lha o parlamento em 1848. Coube ao governo em 1852, com a lei de 26 de Junho, abrir a éra ferroviaria, assegurando a garantia de juros de 5% para o capital empregado e ampliando para 90 anos o privilegio de exploração. Naufragou ainda aí o projéto de Cochrane, porque, afluindo os concurrentes, dispostos até a levantar a concessão sem garantia de juros, se lhe deu prazo para oferecer os estudos nesta base. Não poude

(1) AGASSIZ, *Vlagem ao Brasil*, trad. cit., p. 94.

(2) P. CALMON, *Hist. Social do Brasil*, II, 209. Outras estradas equivalentes foram as de Santo Amaro a Feira de Snt-Ana, na Bahia, de S. João Marcos a Mangaratiba, na provincia do Rio...

fazê-lo. Nova concorrência ficou sem licitantes. Resolveu então o governo tomar a si a obra, contratando-a em Londres com o engenheiro Edward Price, a preço fixo, custeados os trabalhos pela companhia nacional que se organizasse. A garantia seria de 5% durante a construção e, pronta a linha, de 7%, que tal foi o limite mínimo arbitrado para os futuros dividendos. Assinado o contrato em 9 de Maio de 1855, os primeiros 48 quilômetros da *Estrada de Ferro de D. Pedro II* foram inaugurados em 29 de Março de 58.

A primazia do assentamento dos trilhos no Império coube a Irenêo Evangelista de Souza, que teve suficiente coragem para assumir, com alguns amigos, a responsabilidade de construir sem garantia de juros a linha de *Mauá* a Raiz da Serra, trêcho inicial da estrada que, transpondo as montanhas, iria estender-se pelos vales de Minas. Autorizou-o a provincia a construir a estrada, amparando-a com o privilegio de zona (27 de Abril e 23 de Setembro de 52). O capital de 2 mil contos foi em duas terças partes subscrito por acionistas confiantes na intuição de Irenêo, ficando ele com o terço restante. Os estudos técnicos foram executados por engenheiros ingleses (1), em 29 de Agosto daquele ano tinham começo os serviços, e a 30 de Abril de 1854 a "estrada de ferro de Petropolis" — entre a estação maritima de Mauá e a Raiz da Serra — era solenemente inaugurada (2). Pela primeira

(1) Engenheiros Guilherme Bragge e Roberto Milligan, Visconde de MAUÁ, *Autobiotografia*, notas de Claudio Ganns, ps. 123-4.

(2) Mauá requereu garantia de juros por dez anos, 1856, que não lhe foi concedida, e podia dispensar, como declarou aos acionistas tres anos depois. Desgostou-se, porém, com o contrato que a *União e Industria* fez com a *Estrada de D. Pedro II*, para o transporte das cargas que descem de Minas, e passou a outros proprietários a companhia. Revigorou-a a construção do prolongamento, em cremalheira, até Petropolis, que o engenheiro Francisco Pereira Passos fôra ver na Suissa, MAUÁ, *op. cit.*, p. 134, e se inaugurou em 20 de Fevereiro de 1883.

vez a locomotiva silvava nos descampados... O exito de Mauá (que o pioneiro recebeu o titulo, barão de Mauá, de prêmio ao merito) foi de ordem a estimular as iniciativas e entusiasmar as imaginações, que tinham agora o modelo e a experiencia duma linha férrea de verdade. As provincias dêram-se pressa em acompanhar nisso a côrte. Saíu-se a Bahia, com o exemplo de acrescentar 2%, dos cofres provinciaes, aos 5%, do goveno central, para a garantia de juros. As demais adotaram esse tipo de retribuição. Em 10 de Fevereiro de 1858 — simultaneamente com a inauguração da *Pedro II* — abriu-se ao trafego o primeiro trêcho da linha da Bahia a Alagoinhas (1). Entre 58 e 62 construiu-se o caminho de ferro de Recife à estação de Una. Formou-se em Londres (aprovada por decreto de 6 de Junho de 60) a Companhia de Estrada de ferro de Santos-Jundiaí (2). Gaças aos planos inclinados pelo sistêma funicular, resolveu o problema da comunicação da marinha com o planalto por entre as grimpas do Cubatão (aberta ao tráfego em 16 de Fevereiro de 68). Não tardaria em lançar-se para oêste: a Companhia Paulista de Estrada de Ferro de Jundiaí a Campinas (1870-72).

A técnica ferroviaria não tinha mais segredos para o Brasil em 1860 (3), quando os norte-americanos Gar-

(1) A concessão da linha da Bahia ao S. Francisco é de 1852, a Central da Bahia, 1860, a de Nazareth, 1877, Bahia e Minas, 1879. ELPIDIO DE MESQUITA, *Viação Ferrea da Bahia*, p. 5, Rio 1910, os dec. de 1877 e 88 concederam garantias de juros de 7% e 6% para o prolongamento da Central da Bahia, que em 1888 chegou à estação de Machado Portela.

(2) Os trabalhos foram dirigidos pelo engenheiro James Brunless, que ainda em 1890 realizou os estudos do prolongamento da Central da Bahia. ELPIDIO DE MESQUITA, *op. cit.*, p. 15. As vicissitudes da construção melhor se apreciam no *Processo entre o Exm. Visconde de Mauá... Companhia de estrada de ferro de Santos a Jundiaí* (Ramalho e Crispiniano), S. Paulo 1875.

(3) CRISTIANO OTTONI, *Autobiografia*, p. 95.

nett e Elison iniciaram os estudos dos tuneis da Mantiqueira (1).

Na ponta dos trilhos a “D. Pedro II”, através dos tuneis que, em sete anos, furaram a cordilheira (2), levou a nova civilização para os campos de São Paulo. Abateram-se juntamente os dois grandes embaraços opostos à circulação da riqueza: a barreira fluminense das serras entre o Paraíba e os contrafortes da Guanabara; e a muranilha da costa meridional. O progresso neutralizava a geografia hostil e protetora. Corrigiam-se as tendencias economicas do pais. Deixava o interior de ser o mistério da fortuna nacional, para receber o alento do seculo, nessa metódica invasão da máquina. A Central da Bahia, as estradas de Campos a S. Sebastião, de Macaé a Campos, de Porto Alegre a Novo Hamburgo, de Recife a Beberibe, a Leopoldina, se seguiram a esse surto de prosperidade. Compreende-se que tomasse o governo a dianteira, encampando a “D. Pedro II, já em construção o prolongamento de Vassouras a Cachoeira. A Paulista obteve em 72 a concessão da linha de São Paulo a Guaratinguetá, necessaria para a ligação com a “D. Pedro II”, que se concluiu — unindo a côrte à capital da provincia — em 8 de Julho de 77 (1).

A lei de 24 de Setmbro de 1874 (do gabinete Rio Branco), marcou outra epoca na politica dos transpor-

(1) O maior dos quatorze tunels foi perfurado por 300 trabalhadores em turmas que se revezavam noite e dia por sete anos, AGASSIZ, *Viagem ao Brasil*, trad. do E. Sussekind de Mendonça, p. 83, S. Paulo 1938.

(2) A Sorocabana resultou da concessão para a linha de S. Paulo a Ipanema, em 1871.

De 1878 são os primordios da Madeira-Mamoré e da E. de F. de Sobral (Ceará); de 1880, Natal a Nova Cruz e da Paraíba; 1883, Belem a Bragança (Pará).

Em 1883 ligava-se a côrte a Ouro Preto.

Em 1884 havia em construção, no imperio, 2.402 quilometros de linhas ferreas.

tes (1), determinando a garantia de juros (geralmente de 7 %) para o capital utilizado em novas construções — que se desdobraram em todos os sentidos (2).

Em 1885, finalmente, esse amplo quadro de trabalho se adorna com a maravilha de engenharia que é a estrada de Paranaguá a Curitiba, que três anos depois atingia o altiplano, nas abas da serra, as obras d'arte suspensas sobre os abismos (3).

NAVEGAÇÃO

A navegação a vapor amparava-se ao privilegio da cabotagem nacional, mas, apesar disto, era em 1863 pobre e má (4). A companhia brasileira de paquetes a vapor tinha navios grandes e pontuais, mas velhos e insuficientes para o tráfego. Mauá vira a vantagem de crear uma empresa de vapores no Amazonas (1870) e a incorporou em Londres, Amazon Steam Navigation Company. A Companhia Bahiana atendeu a partir de 1866 aos portos do Recôncavo. O primeiro vapor para o rio de S. Francisco foi encomendado a esse tempo pelo presidente Souza Dantas aos estaleiros da Ponta da Areia (5).

(1) ELPIDIO DE MESQUITA, *op. cit.*, p. 40.

(2) Barão do RIO BRANCO, *O Visconde do Rio Branco*, notas de Renato Mendonça, p. 216, Rio 1944.

(3) *Livro do Cinquentenario da E. F. do Paraná*, ps. 38 e 66, Curitiba 1935. Resume o visconde de Mauá na *Exposição aos Credôres* a luta entre Antonina (como queriam os irmãos Rebouças) e Paranaguá (família Corrêa) para o início da estrada.

(4) TAVARES BASTOS, *Cartas do Solitário*, p. 282, 3.ª ed. O ardente liberal foi profeta infeliz nesses capitulos sobre a marinha, pois negava a existencia de uma força naval apreciavel (Riachuelo havia de desmentir-lo), não acreditava em guerra (um ano antes da que durou cinco anos!), e preferia dar aos estrangeiros liberdade para fazer a cabotagem, que, neste caso, seria inteiramente deise.

(5) BRAZ DO AMARAL, *História da Bahia*, p. 254.

PROJEÇÃO COMERCIAL

Síntese desses valôres produzidos e movimentados, o commercio exterior do Brasil, modestamente reduzido, em 1833, a 36 mil contos de importação e 33 mil de exportação, saltára em 1889 para 255 mil contos desta, e 217 mil contos daquela. O excesso, porém, da exportação sobre a importação, que aparecia em 1835, para acentuar-se em 1847, voltando nos anos seguintes ao desequilibrio anterior, firmou-se a partir de 1861. O saldo favoravel, de 10 mil contos em 1861, em 1871 de 40 mil, em 1880 de 51 mil, em 1886-87 de 56 mil — seu mais alto nivel então — correspondia ao surto do café. A abolição é responsavel pela quêda das exportações em 1888 e 89 (com a baixa do saldo da balança comercial para 21 e 37 mil contos, respectivamente). Mas o Império lega à República, ao finidar este ultimo ano, uma situação economica em franco progresso, sendo as cifras de 1890 as maiores dessa estatistica (1).

(1) Vd. Diretoria Geral de Estatistica, *Anuario*, 1908-1912, p. 98, Rio 1917.

XXIV

A CONCILIAÇÃO

PODER PROVIDENCIAL

A transformação política subsequente à situação conservadora de 1849, foi no sentido duma “conciliação” que desarmasse os partidos hostis, refundido-os numa outra ordem de idéias.

O exito do governo na administração, na economia, na guerra, com a dissolução do núcleo liberal de Pernambuco, tirára a “luzias” e “praieiros” a esperança duma breve recuperação de logares. A opposição, em 1852, esteve a cargo dum só deputado, Souza Franco. Silenciaram as vózes mais eloquentes do partido liberal, afastadas da Camara, ou entretidas nas atividades particulares as grandes reputações que os serviam. Crescêra o prestígio do trôno. Passado o periodo de desconfiança, ganhára o Imperador as proporções dum poder providencial, inclinado à intervenção direta nos negocios, e disposto a tranquilizar com a sua moderação os adversarios do governo. Cedera em 1847 à irritação dos que lhe atribuiam uma escusa cumplicidade com a “oligarquia”. Deixára desfazer-se o ministério liberal, pelo esgotamento e pela descrença. Déra mão forte aos conservadores para acabar com o tráfico, derrubar Rosas, promover as urgentes medidas do progresso material. Atendia agora a outro sentimento, que se generalizára, invadindo o campo político, como uma imposição de cultura e paz.

a conciliação. Um governo que renunciasse ao programa dum partido, e reunisse sob a sua bandeira os dois, conciliados numa *liga*, para a realização calma dos grandes melhoramentos!

A IDEIA DA CONCILIAÇÃO

Decompoz-se o gabinete de 1849 com a saída de Eusebio, Monte Alegre e Tosta, aborrecidos com a recusa do Imperador a varias providencias que exigiam, mas alegando cansaco. Rodrigues Torres elevou-se à presidencia do conselho. Entraram para as pastas vagas Goncalves Martins, Souza Ramos e Zacarias de Góes. De fáto, não podiam prolongar muito tempo esse governo rigido. Honorio Hermeto, vindo de Montevidéo, era o estadista naturalmente apontado para suceder-lhe, em nome da desejada *alianca*. Causa nova. Imperial inspiração. Uma tentativa ampla de apaziguamento, de reeducação dos espiritos, de supremacia do interesse publico, acima dos velhos odios. Seria possivel, com a debilidade dos liberais — sem forças para se recomporem — e o desmonte dos conservadores — que tinham começado a cair com Eusébio. As proprias adesões recebidas em 1851 e 52 pela situação dominante, assim na apparencia inexpugavel, lhe anteciparam a ruina. Os jôvens “saquaremas” pediam larguêza de vistas e união dos brasileiros. Conciliação em vez de predominio (1)!

(1) Falava-se de conciliação desde 1844, P. CALMON, *O Rei Filósofo*, p. 160. “Os partidos estavam preparados para fazer e receber propostas de concordia...”, NABUCO, *op. cit.*, I, 173. Em 1847 Honorio blasonava a força dos conservadores, chamados ainda em Minas *caramurús*, JOSÉ ANTONIO SOARES DE SOUZA, *A Vida do Visconde do Uruguai*, p. 181. Portanto a evolução se precipitou depois de 1849, extinta a *Prata* e a *oligarquia* sem mais razão de ser.

Salles Torres Homem, com a mesma pena com que escrevera o "Libelo do Povo" (1), tornara-se no jornalismo o paladino da conciliação. Chamaram de "ponte de ouro" o discurso de Nabuco de Araujo (6 de Julho de 53), que a preconizou, mas promovida pelo governo, sem confusão dos principios (2). Creada a mística, era suficiente o pronunciamento do "pensamento augusto". Pronunciou-se na hora propicia.

NOVAS PROVINCIAS

O governo conservador atendeu ainda em 1850 e 53 ao voto das populações do alto Amazonas (comarca do Rio Negro) e da quinta comarca de São Paulo (Curitiba), creando as novas provincias do Amazonas (lei n.º 582, de 5 de Setembro de 1850) e do Paraná (n.º 704, de 29 de Agosto de 53). Desligando-as, respectivamente, das provincias do Pará e de São Paulo, atendia a uma reivindicação histórica, levada insistentemente aos conselhos da corôa pelas queixas dos moradores, que alegavam a distancia em que se achavam da capital da provincia; a antiguidade de suas pretensões à autonomia, as diferenças economicas, os seus interesses próprios, como zonas de fronteira (3). Honorio Hermeto, que

(1) A influencia na literatura liberal foi enorme.

Da frota o segundo cabo
Lia o Libelo do Povo;
Lia o piloto mais novo
A "Escola do Diabo".

(FRANCISCO MONIZ BARRETO, *Classicos e Romanticos*, II, 195, Bahia 1855).

(2) NABUCO, *op. cit.*, I, 151.

(3) Vd. ROMARIO MARTINS, *História do Paraná*, ps. 395-401; RÔCHA POMBO, *Historia do Paraná*, p. 68, S. Paulo 1929; ARTUR CESAR FERREIRA REIS, *História do Amazonas*, ps. 178-184. Os primeiros presidentes foram, do Paraná, Zacarias de Góes, do Amazonas, Tenreiro Aranha.

se destacou, no Senado, a defender a separação do Paraná, teria no seu título nobiliárquico a recordação desta atitude: visconde e marquês do Paraná.

MINISTÉRIO DE PARANÁ'

Organizou Honório (agora marquês do Paraná) o seu ministério em 6 de Setembro de 1853, com Pedreira (depois visconde de Bom Retiro), Nabuco de Araujo, Limpo de Abreu (substituído, na pasta de estrangeiros, em 1855, por Silva Paranhos), general Bellegarde (1). É importante notar que para ele redigiu o Imperador especiais instruções, que coligiam os seus desejos quanto aos vários problemas do Estado, políticos, económicos, diplomaticos, jurisdicionais (2). Pela primeira vez dava o seu pensamento integral ao governo, apresentando-o num conjunto de conselhos, a que não faltava um agudo senso de realidades: e se associavam os ministros ao trôno, para executarem essa politica uniforme. Somente em 1871 voltaria a realizar-se tal harmonia. As leis da *conciliação* fazem honra às imperiais intenções: a reforma do ensino, a melhor do Império (3), estatutos da estrada de ferro central, reforma eleitoral por circulos de um deputado, com o que se quebraria, afinal, a unanimidade das Camaras, restabelecida a representação das influencias regionais...

(1) NABUCO, *op. cit.*, I, livro 2.º, cap. 1.º

(2) Ms. na Biblioteca Nacional, de letra do Imperador. Vd. *O Rei Filósofo*, p. 165-7. Anotando o livro "Dados e fatos relativos à história política e financeira do Brasil", 1885, D. Pedro II escreveu, em resposta á frase, "Se a Corôa tem o direito de impôr programa aos ministerios": "Não e jamais o fiz". (*Kosmos*, Rio, Março de 1906).

(3) Reforma do ministro Luiz Pedreira do Couto Ferraz (visconde do Bom Retiro): escolas primárias de dois grãos, curso secundário de sete anos, vd. PRIMITIVO MOACYR, *A Instrução e o Imperio*, III, 14, S. Paulo 1938.

Foi um governo reformista, na acepção mais ilustre: de trabalho e intelligencia. Importava dignificar a justiça, moderando os efeitos da lei de 3 de Dezembro de '41, para dar aos juizes municipais a autoridade que tinham os delegados de policia. O plano de Nabuco "foi substituir a policia pelo poder judicial, e portanto crear uma magistratura omnipotente..." (1). Completou-se (Lei de 5 de Junho de 54) a legislação repressiva do tráfico. O ultimo desembarque, que se não reproduziu, deu-se em Outubro de 55. Proibiu-se a entrada de noviços nos conventos, enquanto a *Concordata* não decidisse o assunto da disciplina eclesiastica (2). Foram instituidos tribunais de comercio. Por 54 votos contra 36 aprovou a Camara a "lei dos circulos" (3). Reforma hipotecaria, revisão das leis sobre comanditas no comercio, foram outras preocupações do ministério, sólido no parlamento, forte na politica exterior como o de Monte Alegre, capaz de resolver — com a ajuda sincera do Imperador — as grandes questões que lhe desafiavam o tino.

O CÓLERA

Uma calamidade desabou em 1855 sobre o país: a epidemia do "cólera". Ainda não se tinham refeito os espiritos depois do surto de febre amarela,

(1) NABUCO, *op. cit.*, I, 196. Correu a frase irônica: "Era capaz de reformar a Biblia..." *ibid.*, I, 339.

(2) NABUCO, *ibid.*, I, 307. Reforçando essa disciplina o decr. de 28 de Março de 57 declarou não haver recurso das suspeições ou interdições dos Bispos impostas aos clerigos, o que afirmou a autoridade prelatia. De fato, desde 1651 havia legislação neste sentido, como recordara a Prov. Régia de 2 de Abril de 1732, *Livro Velho do Tombo de S. Bento*, p. 452, Bahia 1945.

(3) NABUCO, *ibid.*, I, 215. O Imperador anotou: "Daí por diante não houve só patrulhas, mas m'norias". (TITO FRANCO DE ALMEIDA, *O Conselheiro Francisco José Furtado*, 2.^a ed., p. 74, S. Paulo 1944).

de 1850, quando a nova peste, que traçara no mapa da Europa o itinerario implacavel, do oriente para o ocidente, se declarou no Pará, saltou à Bahia (1), dizimou-lhe o reconcavo, devastando sobretudo a escravatura, passou às províncias vizinhas, contagiou o Rio de Janeiro, e infundiu profundo terror às populações. Era razoavel o terror, se nenhuma medicina pudéra debelar o flagelo, que seguiu livremente a sua marcha. Fracassou a ciência, mas sobrelevou a filantropia (2). O Imperador foi admiravel de dedicação e estoicismo, permanecendo na côrte infestada, e pessoalmente animando as providencias de socôrro aos coléricos.

A LIGA

A *Conciliação* durou mais do que pudéra prever-se. Quiz québrá-la Angelo Muniz da Silva Ferraz em 1854, chamando-lhe "compra de adesões". Eleito senador pela Bahia, a Camara alta amorteceu-lhe a voz rebelde Elevou-se então a de marquês de Olinda. Paraná estava no apogeu da autoridade em 1856, respeitado pelos liberais, que lhe agradeciam a brécha rasgada no sistêma eleitoral para a

(1) Os primeiros casos foram no Rio Vermelho, na Bahia, em 21 de julho de 55, mas um mês antes já repontára o cólera morbus no Pará, donde, parece, o trouxe o vapor Imperatriz, chegado no dia 20, (BRAZ DO AMARAL, *História da Bahia do Império à República*, p. 195). O pavor foi tal em Santo Amaro que fugiram os médicos, indo da capital o Dr. Cipriano Barbosa Betamio, "que não era funcionario", para socorrer os doentes: morreu nesse sacerdocio, e amigos lhe erigiram, no Campo Sante da Bahia, mausoleo, com lápide expressiva, historiando o caso. O numero de vitimas na provincia é calculado em 29.600.

(2) Em 1833, o Dr. Manuel Maria Rebouças dizia ser impossivel a entrada do colera no Brasil. José de Alencar, a proposito das primeiras medidas contra a epidemia, lembra... "até foram bolir com a gramatica... se o colera era masculino ou feminino", *Páginas avulsas*, p. 51, ed. do Rio, 1938.

respiração das minorias, e seguido pelos conservadores, que ainda o consideravam chefe. Faleceu em 3 de Setembro. Essa inesperada morte teve a repercussão doutra catastrophe (1). *

Herdou-lhe a presidência do consêlho o ministro da guerra, marquês de Caxias. As eleições, porém, dêram aos liberais um terço da representação, impedindo virtualmente a continuação do governo que as assegurára num ambiente revolvido pelas esperanças juvenis, impacientes por sua oportunidade. Encontrou-se a solução da crise, antecipando-se à legislatura a demissão do gabinete: e em 4 de Maio organizou Olinda o novo governo, com os liberais Souza Franco e José Antonio Saraiva.

No ministério de 4 de Maio aliaram-se os homens e não as idéias (2). Ficou Olinda com a parte política e deu a financeira a Souza Franco (3). Libertou assim o chefe liberal da censura conservadora, que lhe combatia o afoito programa bancário, e permitiu — com a crescente oposição do Senado — que tentasse reduzir a crise de 1857 com o seu plano da pluralidade de emissões.

A QUESTÃO BANCARIA

Por esse tempo invadiu o país a mania das fórmulas financeiras (4). A questão era o desdobramento do meio circulante. Dinheiro e credito! Souza

(1) NABUCO, *ibid.*, 1, 395. O poeta Pessoa da Silva, que hostilizara tremendamente o ministério de 29 de Setembro, dedicou à memória de Paraná um longo poema, Bahia 1856. Caberá a Tito Franco de Almeida retomar a acusação de Ferraz, *O Conselheiro Francisco José Furtado*, p. 73, 2.^a ed., em livro (1867) que o Imperador esclareceu, anotando à margem os seus reparos (reproduzidos naquela 2.^a edição).

(2) NABUCO, *op. cit.*, II, 2.

(3) TITO FRANCO, *op. cit.*, ps. 76 e 81.

(4) NABUCO, *ibid.*, II, 22. A crise de 1857 se refere MAUÁ, *Exposição aos credôres*, cap. V.

Franco (à semelhança de Nabuco no ministério anterior) queria reforma, novidade, medidas nunca antes tomadas, lembrando o que se fazia ou pensava na Europa. Identificou o mal estar da praça como resultado da escassez de numerario, que do Banco do Brasil se evadia para as províncias, caro e insuficiente. O remedio estava em crear outros bancos emissôres, cujos bilhêtes atendessem à procura, estimulando a riqueza. Ofendia a prudencia dos "velhos"; e lisonjeava a teória dos audazes. Emitir, parecia milagroso; era racional. Não hesitou esse destemido estadista.

No interregno das sessões parlamentares de 1857 para 58, autorizou o governo o funcionamento de seis bancos emissôres, além do Banco do Brasil, não no regime de concurencia, porém segundo o critério por ele determinado. A baixa cambial, consequente, a opposição a essa politica pelos conservadores dirigidos por Itaboraí (puro representante da corrente contraria àquela pluralidade bancaria), sobretudo os artigos de Salles Torres Homem, que, com isto, se habilitava a colaborar com a prudencia dos "velhos", acharam éco no espirito imperial. D. Pedro II não concordava com a aventura! (1). Hostilizado pelos senadores do antigo núcleo "saquarema", Souza Franco teve de demitir-se, e caiu o gabinete — que não pudéra harmonizar as tendencias que o dividiam — cedendo o logar a outro mais conservador, feito de liberais que tinham abandonado os principios de 1842, como Abaeté, agora presidente do conselho, Torres Homem, ministro da Fazenda... A presença no

(1) O Imperador, em nota ao livro de Tito Franco, attribuiu a queda do ministério a opposição do Senado, NABUCO, *ibid.*, II, II, 20, mas não é menos certo que esta refletia, ou pensava refletir, o seu pensamento "contrario às idéas financeiras de Souza Franco".

governo de “Timandro”, o panfletario de 1848, correspondia a uma satisfação dada às forças militantes da opinião, e reforçava o prestígio da corôa.

EPILOGO DA CONCILIAÇÃO

Nabuco, ministro da justiça, contrata com Teixeira de Freitas a codificação das leis civis, que se não conclúe, apesar dos formidaveis esforços do jurista (1). Torres Homem, na linha réta de sua orientação anti-pluralista, investe contra o direito de emissão, liberalizado pelo antecessor, e compele os bancos a trocarem em ouro, no prazo de três anos, as notas emitidas nos quatro mezes precedentes... Os interesses jogados na discussão, cindindo a Camara, abalaram o ministério. Quiz este, enfraquecido com a saída de Nabuco, substituído por Muritiba, adiar a sessão legislativa. Faltou-lhe a aquiescencia do Imperador, que preferiu dar-lhe a demissão, encarregando o combativo Angelo Muniz — o primeiro adversario da *Conciliação* — de formar governo com um grupo de conservadores que podiam dizer, como ele disse, “não serem continuadores de politica alguma” (2).

(1) Demonstrada em 1845 por F. I. de Carvalho Moreira a necessidade da codificação, propuzera Eusebio de Queiroz em 1851 que se adotasse o D'gesto Português, de Corrêa Telles, idéia que o Instituto dos Advogados Impugnou, dando assim ensejo a que o governo encomendasse a Teixeira de Freitas a consolidação das leis civis por ele apresentada um ano depois, com 1.333 artigos, SA VIANNA, *Augusto Teixeira de Freitas*, p. 102, Rio 1905. Em virtude da presteza com que fora feito o trabalho, o encarregou Nabuco, em contrato de 11 de Janeiro de 1859, de elaborar o projeto do Código, submetido em 1865 a uma douta comissão especial.

(2) NABUCO, *op. cit.*, 11, 55.

1860

O país fatigava-se com a “oligarquia”, isto é, com essa politica fechada que prolongava, para além da expectativa geral, o dominio “saquarema”.

As eleições de 1860 serviram para derrui-lo, como uma explosão de impaciencias recalçadas.

Até aí tinha faltado aos liberais menos um chefe, do que o vigor e o desafio de uma campanha de idéias. Teófilo Ottoni, retraído doze anos, reocupou de subito o posto de comando, agrupando em torno de sua bandeira os liberais historicos, ou “luzias”, a mocidade, fremente de idealismo revolucionario, as populações, ha muito indiferentes na sua costumeira apatia. Entrou na competição eleitoral com um manifesto que lembrava o tom oracular da Carta de Vasconcelos aos mineiros em 1828, tambem a estes dirigido, em forma de “Circular” (1), que pôde resumir-se como uma recapitulação de sua vida, austero exame dos erros e das incoerências da evolução politica desde o 7 de Abril, ataque vivo ao “poder pessoal”, ao sistema, ou à interpertração dada pelos ministros à Constituição, com a sua dependencia, macia e cortezã, à vontade do Imperador... O que queria era a reivindicacão dos principios de 1831, a democracia de figurino inglês, rei que reinasse e não governasse, apurada a vontade popular nas eleições livres, e realizada no parlamento, superior aos caprichos palacianos — ou seja, acima das ocultas manobras que, a seu ver, corrompiam o regime, e o iludiam.

(1) A *Circular aos eleitores mineiros*, Rio 1860, foi reimpressa e comentada por Basilio de Magalhães, 2.^a ed.

A “Circular” era o testamento de uma geração, o plano reformista de um partido, o grito de guerra de um candidato, e nesta triplice forma, de autobiografia, de programa e de luva lançada à “oligarquia”, foi recebida pelo povo. Candidatou-se Ottoni por Minas Gerais e pela Côrte, aqui com Saldanha Marinho e Francisco Otaviano, que o secundaram na imprensa diária (1). Feriu-se o pleito em 30 de Dezembro de 1860, com a vitória dos três candidatos liberais do Rio de Janeiro e a entrada, na Camara, de 25 deputados da opposição, que traziam apòs si o éco dos motins e festêjos daquelle dia memoravel.

A comoção popular que então se produzira nas ruas centrais da cidade, o êxito de Ottoni, a debilitade do governo ante essa investida do espirito democratico da Nação, induziram Ferraz a demittir-se sem aguardar a nova Assemblêia. A 2 de Março de 61 confiou D. Pedro II a Caxias — com a sua autoridade conservadora — a presidencia do Conselho, numa tentativa de antepôr à hostilidade da minoria um gabinete menos comprometido.

Esta circumstancia é um contratempo.

De fâto o ministério não tem programa: valia por seus nomes, valeria por seus atos. Derruba-o o voto de desconfiança, ou melhor, a negativa da Corôa, ao pedir dissolução da Camara. Zacarias de Góes faz governo liberal, em 27 de Março de 62, cõe três dias depois, à falta de maioria que o apoie (2). De-

(1) PAULO PINHEIRO CHAGAS, *Teófilo Ottoni*, p. 299.

(2) Cafu o gabinete de Caxias pela maioria de um voto e o de Zacarias pela de seis, TITO FRANCO, *O Conselheiro Francisco José Furtado*, p. 152. Queixa-se este do Imperador, que, tendo negado àqueles presidentes de Conselho a dissolução, com a qual ficariam no poder, deu-a entretanto aos “velhos”, um ano depois. A verdade é que Olinda não teve contra si, no resto da sessão de 1862, voto de desconfiança, e se fortaleceu na opinião nacional com a firmeza do

cide-se o Imperador por um “ministério dos velhos”, com Olinda à testa, solução contemporizadôra, equidistante dos extremos partidários, que subsiste graças à dissolução da Camara em 12 de Maio de 63, e antecede a subida dos “progressistas” (nova “liga” liberal) com Zacarias e os “conservadores moderados”, já senhores do parlamento.

1862

A inauguração do monumento a D. Pedro I no Rocio — em 30 de Março de 62 — era como uma revisão histórica, ou um julgamento solêne. Na gloria do fundador do Império não haveria a consagração da monarquia? Ottoni chamou-lhe “mentira de bronze”; Pedro Luís evocou em versos vingativos a sombra de Tiradentes e o apelidou de “bronze vil”... (1). Estabelecera-se, é certo, o clima de paz, para a evolução do regime: porem era evidente que as ousadias liberais, definidas em 1860, já não toleravam o “regresso”. Afirmar-se-iam as instituições com o sentido nacional da defesa publica (questão de Christie), com o prestígio externo e a guerra prolongada (1864-70), a sua posição arriscada e definida à frente das reformas liberais (1871).

governo na *questão de Christie*, durante o interregno parlamentar. O programa dos “progressistas” (ao contrario dos liberais) condescendia com a autoridade do Imperador, que reinava... (Vd. critica de Silveira da Motta, discurso no Senado, 6 de Junho de 1864), mas foi devidamente fixado em 1864.

(1) *A sombra de Tiradentes*, in *Dispersos* (ed. da Academia Brasileira), ps. 45-52. A estatua devida a Luiz Rochet, tambem autor da de José Bonifacio, que figura no largo de S. Francisco, esteve para ser derrubada quando da proclamação da Republica. Salvou-a, conta Rodrigo Octavio, o desinteresse com que o Congresso Nacional recebeu curioso requerimento, feito a 5 de Maio de 1894, por alguns escritores jacobinos, Lúcio de Mendonça, ele, Pompéa, João Ribeiro, *Minhas Memórias dos outros*, 1.ª série, p. 42, Rio 1934. Queriam, em má hora, que se destruísse aquelle admiravel monumento.

QUESTÕES INTERNACIONAIS

Três crises sucessivas marcaram fundamente o decênio inaugurado sob a égide da campanha liberal; a *questão inglesa*, de Christie; a ação contra o governo uruguaio; a guerra da *Triplíce Aliança*, que havia de ser a mais prolongada e sangrenta de quantas se travaram, entre nações, no continente americano.

A QUESTÃO DE CHRISTIE

Na questão de Christie englobam-se incidentes novos, que a pretextaram, e razões antigas, que a agravaram, latente, em 1861, as prevenções anti-britânicas de 1844 e de 1850. William Dougal Christie era o ministro menos recomendavel para orientar, no Rio de Janeiro, os interesses ingleses, dada a violencia do seu temperamento fátuo, impulsivo e desigual. Varios problemas pendentés faziam-lhe particularmente difficil a missão. Dizia-se que, de qualquer modo, queria afinal impôr novamente ao Império um tratado de commercio do velho estilo... (1). Começou a atritar-se com o governo — que também o acolhêra com indisfarçada desconfiança — a proposito dos africanos *libertos*, que não podiam continuar escravos, se tinham sido tomados durante o agudo periodo da re-

(1) RENATO MENDONÇA, *Um diplomata na côrte inglesa* — O barão de Penedo e sua época, p. 178, S. Paulo 1942.

pressão do trafico. O caso do naufragio da fragata *Prince of Walles* na costa rio-grandense extremou-lhe a irritação. Houve pilhagem de salvados, e foi facil attribuí-la à desidia das autoridades. Estipulou uma indenização arbitrária, com a intervenção de agentes inglêses no processo, o que era inadmissivel, e equivalia à abertura do conflito com a chancelaria imperial, a cargo do marquês de Abrantes. Isto em 17 de Março de 1862. Peiôr foi o incidente com três officiais da fragata "*Fort*", em 17 de Junho. A paizana, talvez embriagados, promoveram um tumulto na Tijuca e foram presos pela policia, que os não reconheceu. Christie considerou este equivoco uma injuria, não se contentou com as explicações que lhe deu o ministro de Estrangeiros, teve de Lord Russell, chefe do seu governo, instruções energicas, para agir firmemente (1), sem fechar a porta, entretanto, à solução arbitral do litigio — e surpreendeu a côrte, em 5 de Dezembro, com um "ultimatum" em regra. Se em 15 dias não lhe satisfizessem as reclamações (indenização, castigo dos policiaes envolvidos no incidente, censura ao chefe de policia!) usaria medidas extremas... O efeito foi contrario à sua expectativa. O Imperador disse, com altivez, que perderia a corôa mas não se humilharia ao estrangeiro. Brotou de todas as classes sociais um protesto severo e corajoso. Respondeu Abrantes — em 18 de Dezembro — que deixava de tratar com Christie, para entender-se directamente com o governo de Londres. A resposta desagravava o pundonor brasileiro e desorientou o diplomata, que, a 20, furioso, notificou que não permitia dilações, e, não sendo atendido, mandaria que

(1) W. D. CHRISTIE, *Notes on Brasil questions*, p. 176, London 1865. O *Daily News*, Fev. de 63, observou, Christie "preferred the abuse to the use of those instructions".

o chefe da estação naval britânica empregasse a força para obter as reparações exigidas.

O "LENÇO BRANCO"

O momento internacional não era propício à causa brasileira, dividida a América do Norte nos horrores da guerra civil, a França empenhada em estender ao México o seu imperial prestígio, a Espanha a navegar nestas águas, trovejantes, por toda parte, as vózes militares em meio da insegurança geral. Ainda assim, replicou D. Pedro II, com arrogância, antes perderia a corôa do que aceitaria as imposições da intervenção estrangeira (1), e elucidou Abrantes: "por muito que deplorasse os males que de sua deliberação poderiam resultar, julgava preferível e mais honroso sofrê-los do que sacrificar o decôro e a dignidade nacional". E apelava para o julgamento das nações civilizadas! Agitou-se a cidade, no entusiasmo que lhe despertou a intransigência do governo. Mais se moveu no dia 30, quando Christie, cumprindo a ameaça, mandou que o almirante Warren começasse as represalias, apreendendo à entrada da barra, alguns navios mercantes... A 31, levantando ferros, a flotilha inglesa rumou para o mar alto, e tomou cinco vapores de navegação costeira. Julgaria Christie que essa demonstração armada intimidaria o Imperador, induzindo-o a satisfazer, sem mais palavra, ao "ultimatum" de 5 de Dezembro? Parece que este era o seu intuito, porém dele se desenganou, porque o Imperador recebeu friamente o desafio, fizeram-se preparativos militares (2) e, em caudalosas manifestações de brio

(1) Sobre a firme atitude do Imperador, ANFRISIO FIALHO, *Don Pedro II, notice biographique*, p. 38, Bruxelles 1876.

(2) Falou-se de bombardeio... SUETONIO, *O Antigo Regimen*, p. 56, Rio 1893; nosso *O Marquês de Abrantes*, ps. 284-5. Das conversas militares diz VILHENA DE MORAES, *Novos Aspectos da figura de Caxias*, p. 55.

ofendido, saiu para as ruas a população. Recuou Christie nestas perspectivas de guerra intempestiva, lembrou a arbitragem, no dia 1.º, e pediu a Abrantes uma audiência em 3 de Janeiro. À ultima hora escusou-se; também o ministro declarou não poder procurá-lo, e os entendimentos passaram a fazer-se entre Christie e o secretario do ministério, João Batista Calogeras. Resultou o acôrdo, que entregava a questão a um juizo arbitral, menos no caso da fragata, em que o governo preferia pagar 3.200 libras; nem admitia que se discutisse a applicação ao dissidio das leis do país, resguardada assim, e em qualquer hipotese, a honra nacional. No dia 6, indo o Imperador à igreja, "foi cercado pelo povo que o felicitava com entusiasmo pela resistencia oposta à Inglaterra. Ele falou ao povo para o acalmar, assegurando que seu governo não trataria, em qualquer caso, senão de uma maneira honrada e digna" (1). No dia seguinte era Christie que procurava Abrantes, para pedir providencias que acautelassem a segurança de seus compatriotas do commercio, ameaçado pelo povo (2)... À dianteira, acenava Ottoni o "lenço branco", mantendo a vibração patriótica, que já era começo de luta. Mas a decisão arbitral resolveu pacificamente a contenda. O arbitro escolhido, o rei dos belgas, declarou em 18 de Julho que o governo imperial se houvera corretamente em todos os trâmites da querela. Restava pedir à Inglaterra as satisfações devidas, que Lord Russell não se mostrou disposto a dar, com o que, rompendo as relações diplomaticas, abandonou o ministro

(1) Doc. cit. por HEITOR LYRA, *História de D. Pedro II*, 1, 386.

(2) Carta ms. no arq. do Autor; e nosso *O Rei Filosofo*, 2.ª ed., p. 189.

Carvalho Moreira a legação em Londres (1). Mereceu por isto o título de barão de Penedo. As relações entre os dois países só voltaram a reatar-se, e por iniciativa do governo britânico, em 1865.

Da questão de Christie um benefício resultou: o clamor geral pela defesa do país. Entrou em ordem dia o aprêsto militar. Sentiu-se a necessidade de armar o Império (2). Nas subscrições então abertas, para a compra de artilharia moderna, vibrou um patriotismo desiludido, prático, exultante.

CRISE URUGUAIA

Com o ministério de Zacarias de Góes (15 de Janeiro de 1864) se estabilizou o governo imperial. Podia fazer frente às dificuldades internacionais que o convidavam, no Rio da Prata, a quebrar a sua cautelosa política, e descarregar na crise que ali se formara um golpe valente.

A questão tinha o character de uma liquidação de contas.

O governo "blanco", do presidente Bernardo P. Berro, afastara o Uruguai da colaboração do Império e molestava a Argentina, onde, depois da batalha de Pavón, dominava Mitre. Este presidente

(1) RENATO MENDONÇA, *op. cit.*, p. 182. Tivera Carvalho Moreira os passaportes em 28 de Maio de 1863 e foi elevado a barão de Penedo — recompensa pela atitude irrepreensível — em 29 de Julho de 1864. Christie retirou-se sem despedidas oficiais, e na recepção ao corpo diplomatico dada pelo Imperador em Maio, foi sensível o "tom glacial" com que falou ao encarregado de negocios de Inglaterra..., H. LYRA, *ibid.*, I, 391. Na Belgica distinguuiu-se pela finura com que acompanhou a arbitragem o encarregado de negocios Joaquim Tomaz do Amaral (depois visconde do Cabo Frig). Sobre o "caso", HILDEBRANDO ACCIOLY, *Tratado de Derecho Internacional Publico*, III, 51, Rio 1946, e *Relat. do Min. de Est.*, 1863, anexo 1.º

(2) ANFRISIO FIALHO, *Don Pedro II*, p. 39.

auxiliou o general Venancio Flores, chefe “colorado”, nos seus planos de sublevar o país, e correu consequentemente os riscos dessa aliança. A revolução de 1863 — que de novo ensanguentou os campos orientais — tinha de ferir os melindres do Brasil e alertá-lo para uma luta punitiva. Milhares de brasileiros, “estancieiros”, “colorados”, na zona fronteiriça, queixaram-se das tropelias e das injustiças que os afligiam, e para repará-las correu ao Rio de Janeiro, vibrando de cólera, a pedir urgente intervenção, o velho brigadeiro Antonio de Souza Neto (1). Os meios oficiais, a imprensa, as classes cultas, Felix da Cunha, Ferreira Vianna, Pimenta Bueno, numa época em que se tinha por ponto d’honra a proteção diplomatica de seus nacionais, à maneira inglêsa (como no “caso Constatt”, com o Paraguai) — bradaram, que era indispensavel pôr termo à injúria. E em missão especial foi a Montevidéo, exigir o desagravo e impôr o devido respeito aos interesses do Imperio, o conselheiro José Antonio Saraiva, cuja prudencia, a serviço duma honesta consciencia liberal, parecia pouco indicada para essa arrogante embaixada.

De fáto não ia Saraiva (com Tavares Bastos por secretario) com idéias de guerra, senão de apaziguamento, ressalvada a rigorosa defesa dos brasi-

(1) Tratam das reclamações os *Relatorios do Ministerio de Estrangeiros de 1859 a 62*, TASSO FRAGOSO, *Historia da Guerra da Triplíce Aliança*, I, 107, Rio 1934. Flores interceptara, e fez publicar no Rio, uma ordem de Berro ao general Molina para Invadir o Rio Grande se os rio-grandenses incurs’onassem, armados, pelo Urugual. EDUARDO ACEVEDO, *Anales Historicos del Uruguay* III, 300, Montevideo 1933.

“Ou o Brasil intervem no Urugual ou o Rio Grande do Sul entra em guerra com este...” foi o dilema.

A propaganda adversa, porem, fazia constar que o Brasil queria anexar o Urugual. Th. Hannequin, *Journal des Economistes*, Julho-Set. 1866, I, 232 (Paris).

leiros no Uruguai (1), que só se julgava possível com a vitória dos “colorados”; e como pacificador (mãos dadas aos ministros da Inglaterra e da Argentina) tentou conciliar os beligerantes com a promessa de um governo de transição, que presidisse a eleições livres. Aguirre, sucessor de Berro, não concordou com a fórmula, que derrubaria o seu partido. Fracassada a missão, entendeu Saraiva de acertar em Buenos Aires a cooperação íntima para as operações militares (2) que se seguiriam a um “ultimatum”, e, de acôrdo com Mitre, o entregou em 4 de Agosto ao governo de Montevidéo. Não lhe fôssem atendidas as reclamações, ordenaria às forças de terra e mar as represalias que se fizessem necessarias!

“CASUS BELLI”

O governo de Aguirre, estimulado pela certeza de que o Paraguai o ajudaria a repelir a intervenção imperial, confiando nos próprios recursos, ou em desespero de causa, respondeu ao “ultimatum” devolvendo-o, para que — foi a sua severa frase — não ficasse nos arquivos da República... No dia 9, pretendendo

(1) O pensamento do Imperador fixado no seu diário íntimo não era outro: 1.º, abstenção na luta interna do Uruguai; 2.º, energética reclamação em favor dos brasileiros ali domiciliados; 3.º, emprego da força “para nos fazermos justiça”, mas “no caso de desprezo” daquelas queixas (H. LYRA, *op. cit.*, I, 423). Mitre enviou ao Rio o ministro José Marmol para concertar com o governo imperial o reconhecimento, em qualquer hipótese, da independência e soberania do Uruguai, o que era uma prévia declaração anti-anexionista, por sinal firmemente apoiada pelo Brasil. PELHAM HORTON BOX, *Los Orígenes de la guerra del Paraguay*, p. 112.

(2) Salientou Saraiva que a intervenção no Uruguai só se deu com o perfeito assentimento da Argentina; nem ha dúvidas sobre esta concordancia, dizendo com razão Marmol: “La alianza con el Brasil no proviene de Abril del 65, sino de Mayo del 64” (J. NATALICIO GONZALEZ, prólogo a *Cartas Polémicas sobre la Guerra del Paraguay*, p. 115, Asuncion-Buenos Aires 1940. E ler os depoimentos de Marmol, Elizalde, Saraiva, Paranhos, a que se referem essas cartas).

o ministro Herrera retomar as negociações com uma tardia proposta de arbitramento, quem lha devolveu foi Saraiva: e, ato continuo, deixou Montevidéo, encarregando ao almirante barão de Tamandaré, que lá estava, com alguns navios de guerra, a execução das represálias e o cumprimento das ameaças (11 de Agosto). Não se demorou o almirante. No Rio Negro, uma sua canhoneira deteve o vapôr oriental “Vila del Salto”, ao tempo em que, reanimado por esse poderoso auxilio, caía Flores sobre a cidade de Mercedes. A réplica de Aguirre foi o rompimento de relações com a despedida da representação diplomática do Brasil em Montevidéo (3 de Setembro), a que deu Saraiva a competente resposta (a 7, de Buenos Aires) mandando passar a fronteira o exercito de observação que a vigiava. Era friamente, impetuosamente, a guerra, que Mauá temêra, pelos seus terriveis encargos (1) e o Império, e Mitre, consideravam, com altaneria e imprevidencia, um episodio, quando na realidade seria um imenso drama — e o sacrificio da quarta Nação nele envolvida na sua cegueira: o holocausto do Paraguai.

PRÓDROMOS DA “GUERRA GRANDE”

O almirante barão de Tamandaré notificou aos navios estrangeiros surtos nos portos do Uruguai o rigoroso bloqueio a que dava inicio, e subindo o rio,

(1) ALBERTO DE FARIA, *Mauá*, p. 369. Comprometera-se com o governo de Berro sustentando-o financeiramente no empenho de auxiliar o Uruguai acima das paixões, e considerara impatriótica a revolução de Flores, LIDIA BESOUCHET, *Correspondencia Política de Mauá*, carta de 29 de Julho de 1863, p. 189. Retifique-se neste ponto o livro de A. DE FARIA, *ibid.*, p. 362. O grande erro de Berro fôra desaprovár o acôrdo Lamas-E'izalde que constitu'a arbitro das divergencias urugua'õ-argentina o Imperador, A. DE FARIA, *ibid.*, p. 335, e que seria, segundo Lamas, o mais importante que ainda se assinára na America do Sull

foi apresentar-se defronte das praças de Salto e Paysandú. Capitulou a primeira. Os canhões dos barcos brasileiros martelaram a segunda enquanto a gente de Flores lhe experimentava a resistencia, que, heroica e tenaz, se prolongou de 2 de Dezembro a 1.º de Janeiro de 1865. A divisão imperial, de 5 mil homens, comandada pelo general João Propício de Mena Barreto, passára apressadamente a fronteira para operar em junção com aquelas forças; a 19 de Dezembro surgiu nas linhas do assédio; e venceu a 1.º de Janeiro os desesperados esforços do coronel Leandro Gómez e de seus comandados, tomando de assalto a cidade. Este revêz das armas legalistas, epilogo do regime que a elas se apoiava, abriu o caminho de Montevideo ao general Flores: mas não antes de se perpetrar ali um crime terrível. Na confusão das primeiras horas, o ódio politico se extremou no martírio dos prisioneiros, tombando, fuzilados por patriotas seus, o bravo Gómez e alguns officiaes (1). Bastava de sangue — bradaram os politicos da capital. Aguirre cedeu a Tomaz Vilalba a presidencia (2). Ao cerco da capital pelas vanguardas "coloradas" se juntou a ameaça da esquadra de Tamandaré pronta para romper fogo. Fôra entretanto nomeado Silva Paranhos para concluir, em missão especial, o

(1) A responsabilidade foi atribuída ao chefe oriental Goyo Suárez, a quem Mena Barreto entregou os prisioneiros, a pedido do proprio Leandro Gómez, que disséra preferir "ser prisioneiro de sus propios compatriotas", E. ACEVEDO, *Anales Historicos del Uruguay*, III, 284. O coronel Goyo Suárez confessou a Tamandaré o seu odio a Leandro. O governo imperial pediu a Flores a sua punição (nota de 22 de Janeiro de 1865). Indignado, Tamandaré deu liberdade aos demais. Os brasileiros tiveram 519 homens fóra de combate, Venancio Flores 150 e Leandro Gomez 400.

(2) A noticia do bombardeio de Paysandú decretou Aguirre fosse queimados em praça pública os tratados de 1851..., E. ACEVEDO *op. cit.*, III, 274. A cerimonia — seguida de outras injurias à bandeira imperial — realzou-se em 18 de Dezembro. A 25 de Janeiro de 65 uma força uruguaia do general Basilio Muñoz, com 1500 homens, atacou Jaguarão, mas desistiu da luta e repassou o rio no dia 28.

que começara Saraiva: a política da intervenção. Legalizou o auxílio prestado aos "colorados" proclamando, em circular ao corpo diplomático, o reconhecimento de sua beligerância; e, tomando o fio às preliminares do acôrdo, firmou a convenção de 20 de Fevereiro, com Hèrrera, representante de Vilalba, e o general Flores, que a este abria as portas de Montevideo, assegurava plena satisfação a todas as exigências do Brasil, ajustava as suas relações de paz com o novo governo, e lhe cobrava a participação na guerra, já então declarada, com o Paraguai (1).

E' que o presidente Francisco Solano Lopez, na sua delirante idéia de grandêza (2), julgando chegado o momento de intervir, fizêra o jogo dos "blancos",

(1) A Convenção de 20 de Fevereiro foi por Tamandaré recebida como um ato infeliz, por não vir acompanhada das Clausulas habituais da capitulação, revestindo-se da fórma tolerante de um acôrdo. De fato doeu-lhe ser arredado da direção política pelo plenipotenciário para ela expressamente nomeado, e aí a razão principal do seu desgosto, BARÃO DO RIO BRANCO, *op. cit.*, p. 132, notas de Renato Mendonça, Rio de Janeiro, Em 3 de Março soube-se no Rio, com a chegada do vapor *Recife*, a que se seguiu a decisão do governo, de dar demissão a Paranhos, no dia 4, afrontosa medida que inspirou ao diplomata o seu *discurso de oito horas*, a 5 de Junho de 1865. Defendeu-se com a perfeição da verdade. O seu biografo, porém, esquece que Tamandaré por seu turno forçara a intervenção do Imperador no caso, escrevendo-lhe diretamente a pedir demissão... do serviço da armada (Ms. no arquivo do castelo d'Eu; e P. CALMON, *O Rei Filósofo*, p. 199). Que fôra pressão de Tamandaré reconheceu Paranhos, ANDRÉ REBOUÇAS, *Diário e Notas Auto-biograficas*, p. 66, Rio 1938. Francisco Octaviano, sucessor daquele, nas negociações da Triplíce Aliança, prevenia ao Almirante: á sua sombra, seria como um Secretário... Almirante Artur de Jacuay, *Reminiscencias da Guerra do Paraguai*, pref. de Raul Tavares, p. 85, Rio 1935.

Não é de crêr que a Convenção de 20 de Fevereiro evitasse o bombardeio de Montevideo e, com isto, uma reviravolta nos acontecimentos do Prata. Em primeiro lugar, não seria plausível o bombardeio com a derrocada, desde 14 de Fevereiro, do regime "blanco", que em tanto importara a substituição de Aguirre, na iminencia da rendição; nem M tre, allado de Flores e do Imperio nos tramites dramaticos dá intervenção, abandonaria nesta altura os seus proprios interesses.

(2) Sustenta o barão do Rio Branco que a idéia de Lopez era conquistar as provincias argentinas de Corrientes e Entre-Rios e não agredir o Imperio, cuja simpatia requestava para o seu sonho imperial, *O Visconde do Rio Branco*, p. 98. Deste falam os depoimentos estrangeiros — eivados, é certo, da má vontade provocada pelo isolamento paraguaio, impenetravel: o ministro americano (Nathan L.

arremessára-se contra o Império, lançara-lhe um in-tempestivo "ultimatum", para que não ousasse invadir o Uruguai, e, ao começo das represálias no rio Negro, fizéa apreender na altura de Assunção o vapôr "Marquês de Olinda".

Desencadeára a "guerra grande".

Ferris, in *The Hispanic American Historical Review*, February, 1941, p. 68, Duke University); o consul francês alarmado com his imperial des'gns", de "López dynasty"; Thornton, que chegou a veicular o boato de que aspirára à mão de uma princesa brasileira... Devéras Lopez voltára de Paris fascnado pela pompa de Napoleão III e imbu'do das idéias da época. Mas nenhum vestígio existe da sua pretensão ao casamento na Casa reinante do Brasil.

GUERRA DO PARAGUAI

OS ANTECEDENTES

- Apesar de ilógica, dada a natural simpatia entre os dois povos, até inconsequente, pela atitude que o Império assumira em defesa de sua independencia, a guerra com o Paraguai estava dante-mão prevista. O ditador Francia nunca lhe tomara a responsabilidade. Mas o seu sucessor, Carlos Antonio Lopez, e o filho deste, Francisco Solano Lopez, ajuizavam diferentemente a questão externa. O conflito latente foi, como vimos, a dupla incompreensão das chancelarias acerca da navegação do Paraná e dos limites territoriais (1). A politica do primeiro Lopez ligou ao problema da fronteira o da navegação: como o Brasil precisava do livre

(1) A convenção de aliança defensiva de 1850 estipulara a liberdade para a bandeira do Brasil nos rios Paraná (25 de Dezembro). Mandou depois o governo imperial que o encarregado de negocios Felipe José Pereira Leal propuzesse a delimitação do territorio pelo Salto Grande-Rio Apa. Como insistisse na clausula da franquia da navegação, desagradou, foi mandado sair da Republica, e consequentemente ficou sem effeito a convenção de 1850, o que determinou a viagem quasi repressiva, ou, pelo menos, de intimidación, do chefe de esquadra Pedro Ferreira de Oliveira, em 1855, "para satisfações" e "que o simples transitio pelos rios Paraguai e Paraná" fosse aberto aos navios e suditos brasileiros, celebrando, se possível, os ajustes de limites e navegação, HILDEBRANDO ACCIOLI, *Limites do Brasil, A Fronteira com o Paraguai*, p. 68. Essa viagem foi infeliz. Alvorotou-se toda a região do Prata. O governo paraguaio recebeu-a mal, exigindo que os navios de guerra esperassem abaixo das fortalezas que fechavam o rio o resultado das conversações, e estas se limitaram a adiar por um ano a solução dos problemas pendentes: vantagem, mas de ordem strategica, foi revelar a impossibilidade de uma ação militar e fluvial com os fracos recursos de uma frota de madeira. O Paraguai passava a impôr-se por sua força.

trânsito para Mato Grosso, isto é, do centro para a província mais ocidental, devia ceder quanto às exigências da linha limitrofe... Nisto a divergência era irreduzível, o Paraguai a pretender a região do Apa ao Invinheima, o Império a detê-lo no Iguaré, até o rio Branco. Enquanto não se puzessem de acordo, haveria ameaça de guerra; e tanto que durasse a controvérsia, a intriga internacional faria do governo de Assunção um dos fatores do equilíbrio instável do Prata, pela vigilância armada, que o dominava... Atmosfêra de hostilidade iminente! A diplomacia imperial tinha de separar as questões, para resolvê-las. Primeiro, a franquia dos rios. Depois, a demarcação da fronteira. Silva Paranhos fez prevalecer esta fórmula com a convenção de 12 de Fevereiro de 1858, que foi assinar a Assunção (1). A missão do visconde de Abaeté, junto ao governo da Confederação argentina — no ano anterior — fixára a colaboração entre os dois vizinhos (2). Tranquilizada deste lado a situação no Prata (3), a política do Brasil — como

(1) Fracassada a missão de Pedro Ferreira de Oliveira, José Berges, embaixador de López, foi ao Rio de Janeiro, e subscreveu a convenção de 6 de Abril de 1856, que dilatou para mais seis anos a lixação da linha divisória. Paranhos, que negociara com Berges, fixou em Assunção no ano seguinte, a abertura dos rios à bandeira do Império, ficando a questão territorial para ser reestudada no prazo de seis anos, Barão do RIO BRANCO, *op. cit.*, p. 71. A hábil negociação de Paranhos removera o "casus belli", mas o governo paraguaio continuava árbitro da navegação. Curioso documento dessa situação são as instruções dadas por Paranhos na cidade do Paraná, em 4 de Dez. de 1857, ao comandante do vapor "Maracanã", explicando-lhe como proceder na subida do rio, uma vez que o tratado de 6 de Abril, art. 18, autorizava o acesso a apenas dois navios de guerra brasileiros, mas com tonelagem inferior a 600 e até 8 bocas de fogo..., cm. por HELIO LOBO, *Jornal do Comercio*, Rio, 4 de Nov. de 1934.

(2) RAMON J. CARCANO, in *História de la Nación Argentina*, VIII, 642, Buenos Aires 1946 (com docs. inéd. de Urquiza); BRUNO DE ALMEIDA MAGALHÃES, *O Visconde de Abaeté*, p. 240.

(3) O Império, por intermédio de Paranhos, emprestou 300 mil patações ao presidente Urquiza, 27 de Nov. de 1857, e Mauá instalou em 2 de Jan. de 1858 o seu banco emissor na cidade de Rosario, CARCANO, *op. cit.*, VIII, 648. Auxiliava assim a Confederação (Urquiza)

dissemos no capítulo precedente — podia orientar-se para o resguardo de seus interesses no Uruguai, favorecer os “colorados”, aliar-se, por força das circunstancias, ao governo de Buenos Aires, que perfilhára a causa de Flores, e adiantar-se, nesse perigoso caminho, até a demonstração armada. Ficava de fóra o Paraguai com a sua inquietação e a sua sobrançeria. Ficava poderosamente isolado pelas fortalezas que, trancando o rio, interceptavam o tráfego para Cuiabá, que era como estarem em mãos estrangeiras as chaves do nosso proprio territorio (1). Ficava de sobreaviso nos seus apressados preparativos militares: e com um presidente disposto a ocupar na história do continente um lugar imenso.

O 2.º LÓPEZ

Francisco Solano López fôra em 1853 à França quebrando a tradição de isolamento do seu país, para inteirar-se do progresso universal, e comprar material de guerra. Veiu no vapôr “Tacuari” (o primeiro navio de guerra que teve o Paraguai), fascinado pelo recente Império de Napoleão III, e ligado a *madame Lynch*, que teria tão grande influencia na sua vida (2).

em divergencia com a provincia de Buenos Aires, por ela vencida na batalha de Cepeda (23 de Out. de 59) e derrotada na de Pavón (17 de Set. de 61). Mitre, porem, que succedeu a Derqui (este sucessor de Urquiza) na presidencia da Republica, continuou a politica de boas relações com o Brasil, rigorosamente neutro durante a guerra civil. E’ pena que à sua ação na Argentina poucas palavras dedicasse o proprio Mauá, *Exposição aos credores*, p. 164, A. DE FARIA, op. cit., p. 314.

(1) RAMON J. CÁRCANO, *Guerra del Paraguay*, p. 184, Buenos Aires 1939.

(2) A bela sra. Elisa Lynch, irlandêsa, educada em França, separara-se do médico francês Quatrefages (não confundir com o sábio do mesmo apelido) e foi vista por Lopez na “gare” de Paris, onde começou esse amor famoso, para tantos considerado funesto, na vida do jóven estadista. Tiveram vários filhos, sendo que o mais velho, Fran-

O seu "napoleonismo" (1) foi fecundo para a civilização paraguaia, que lucrou o rápido equipamento industrial, promovido com entusiasmo irresistível por Francisco Solano López desde que sucedeu, na presidência, a seu pai, em 1862. Mas levava consigo a fatalidade da guerra, porque lhe era implícito o "prestígio", o trovejante prestígio peculiar aos regimes de esplendôr cesarista.

Magoára-se López com a recusa, em Junho de 1864, de sua mediação para apaziguar a luta iminente. Descuidára-se o governo imperial (2) de neutralizar junto dele a intriga de Carreras, emissário dos "blancos", que o convencera, tanto das intenções de conquista (o mito sempre repetido!) que o Brasil teria, associado a Mitre, como da oportunidade, agora que se metera a fundo nas complicações platinas, de esmagá-las, com grande gol-

cisco, foi morto em Cerro-Corá, aos 16 anos, Enrique chegou a senador, Carlos, foi professor secundário, Frederico, ficou na Inglaterra... Lopez fôra pelo Congresso designado sucessor do pai, Carlos Antonio, em 16 de Outubro de 62. Veja-se a noticia do seu governo in Justo Pastor Benitez, v. V de *História de America* (ed. Jackson, dirigida por Ricardo Levene, ps. 318 e segs., Buenos Aires), e Jorge Frederico Masterman, *Siete años de aventuras en el Paraguay*, trad. de David Lewis, p. 22 e segs., Buenos Aires 1870.

(1) Que Lopez queria ser rei ou imperador... dizia o ministro americano em Buenos Aires para o seu governo, 21 de Nov. de 1863, NATHAN L. FERRIS, in *The Hispanic American Historical Review*, February 1941, p. 68. O caso, porém, da corôa destinada ao Paraguai, foi esclarecido por Gregorio Benitez, *Anales Diplomaticos e Militares*, como sendo para a Virgem de Assunção. O problema do "regalismo" de Lopez continua méra hipótese. Que era madame Lynch, que lho inspirava..., MASTERMAN, *op. cit.*, p. 43.

(2) Acha Rio Branco que o erro do Imperio foi não neutralizar a Intriga dos "blancos", nota a L. SCHNEIDER, *A Guerra da Triptice Aliança contra o governo da Republica do Paraguai*, 1, 75, Rio 1902. E o barão de Jaceguai opina que Saraiva desprezou o governo de Assunção, por ignorar a sua força naval, *Reminiscencias da Guerra do Paraguai*, p. 287, Rio 1935. Havia nisso a euforia causada pela missão de Abseté (1857) e a certeza de que, com o apoio de Buenos Aires, que a completára, facilmente seriam arredados os demais obstaculos...

pe (1)... López deixou-se levar por essas ponderações. Devia ver no futuro próximo o seu "momento": o momento da ação histórica. Se derrotasse o duplo "imperialismo", de Saraiva e Mitre, tendo por aliados as dissidências argentina (Urquiza) e oriental (os "blancos"), ditaria a lei... Começou a ditá-la, — considerando a intervenção do Brasil um perigo para a sua própria segurança —, em nota de protesto veemente que enviou em 30 de Agosto ao ministro brasileiro em Assunção. Não consentiria! O ministro, Viana de Lima (barão de Jaurú), explicou, no dia seguinte, que nada deteria o seu governo. Insistiu López a 3 e a 14 de Setembro. A notícia, porém, das represalias iniciadas por Tamarandaré contra os portos uruguaios, desfechou a nota de 14 de Novembro, em que rompia as relações com o Império e lhe proibía a navegação nas águas da República...

Antes desta efetiva declaração de guerra, no dia 11, o *Tacuarí* interceptou acima de Assunção o vapôr brasileiro *Marquês de Olinda*, que transportava para Mato Grosso o presidente da provincia coronel Frederico Carneiro de Campos, funcionarios e valôres (2), e o obrigou a fundear. Foram internados os passageiros e o barco incorporado na frota paraguaia.

(1) O ministro brasileiro em Assunção, Viana de Lima, viera as côrtes européias, desconhecendo naturalmente as cousas e os homens do Prata, enquanto Vasquez de Segastume e Antonio de las Carreras eram claros espiritos terríveis na sua dialética interesseira...

(2) Depoimentos dos passageiros, cit. de WALTER SPALDING, *A Invasão paraguaia no Brasil*, p. XXXIX, S. Paulo 1940, sendo falsa a informação de Juan E. O'Leary, de que em "el mismo día" (14) foi capturado o navio brasileiro, *Nuestra Epopeya*, p. 21, Asunción 1919. Conta MASTERMNN, *op. cit.*, p. 86, que Lopez quis aproveitar-se do ensejo, que evidentemente não se repeteria, para aprisionar um navio, que lhe fazia falta. Mas impediu durante varios dias as comunicações rio abaixo, para que ficasse em segredo. Os 400 contos de réis que levava o presidente de Mato Grosso eram em papel moeda...

A violencia era suficiente para desencadear o conflito sem mais esperanças de conciliação arbitral. Na expectativa de forçar a retirada dos contingentes imperiais que passavam a fronteira uruguaia e assim auxiliar a resistencia de Paisandú, López se lançou sem mais demora a uma campanha absurda. Atirou sobre Mato Grosso, como para um passeio até Cuiabá, duas colunas, às ordens dos coroneis Barrios e Resquin, e desorientadamente, invadiu de um lado a Argentina pela provincia de Corrientes, e do outro se preparou para investir e talar o Rio Grande do Sul!

INVASÃO DE MATO GROSSO

Fácil parecia a primeira daquelas conquistas, com cinco vapores, três goletas, duas canhoneiras, a força de desembarque, 12 bocas de fogo (1), contra o solitario forte de Coimbra que tinha 120 praças, as povoações marginaes, até Corumbá, sem obras especiais de defesa, e a capital desprevenida e aberta. Três dias resistiu no forte de Coimbra o coronel Portocarrero (2) e logrou evadir-se, quando já era impossivel continuar, embarcando com toda a sua gente no vapor *Anhambahi*. Miranda, Corumbá, Albuquerque, não puderam conter o inimigo, que se retardou em Dourados, onde fincára pé o tenente Antonio João

(1) C. C. JOURDAN, *Guerra do Paraguay*, p. 9, Rio 1871. Do general Francisco Isidoro Resquin, vd. *Datos Historicos de la Guerra del Paraguay*, 1875, publ. por Angel M. Veneroso, Buenos Aires 1896.

(2) Depois barão do Forte de Coimbra, pernambucano, Hermenegildo de Albuquerque Portocarrero adquiriu na resistencia e na retirada grande e justa fama (vd. LAURENIO LAGO, *Os Generais do Exercito Brasileiro de 1865 a 1889*, p. 219, Rio 1942, RIO BRANCO, *Efemerides*, 2.^a ed., p. 702.

com 18 companheiros (1). A imolação desses bravos e a noticia de que, irresistivel, a onda paraguaia iria em breve bater as barrancas de Cuiabá, estenderam um clamor panico rio acima (2). O velho almirante e hidrografo Augusto Leverger assume então a responsabilidade da defesa e corre a estabelecer em Malgaço, 20 legoas a juzante, o campo entrincheirado, que repelirá o invasor: é o antemural (3).

IMPROVIZAÇÃO MILITAR

Declarada a guerra, viu-se que para ela estava bem equipado o Paraguai (4) e — tirando a marinha — sem nenhum preparo coerente o Brasil (5). Fal-

(1) GENSERICO DE VASCONCELOS, *A Guerra do Paraguai no teatro de Mato Grosso*, p. 32, Rio 1921.

(2) Visconde de TAUNAY, *Augusto Leverger*, p. 114, S. Paulo 1931. Sobre a presa de guerra feita pelos paraguaios, L. SCHNEIDER, *A Guerra da Triplíce Aliança*, notas de José Maria da Silva Paranhos (barão do Rio Branco), I, 128-9, Rio 1876. Estimou-a Masterman em 70 canhões, 3 vapores, 500 prisioneiros, material vário, *op. cit.*, p. 88.

(3) V. DE TAUNAY, *op. cit.*, p. 120. O bravo francês foi agraciado, em 7 de julho de 1865, com o titulo de barão de Melgaço. Assumra o comando da guarda nacional e preveniu a subida do rio peio Inimigo até que a vazante afastou por algum tempo este perigo. Naturalizado e vice-presidente, ocupou em seguida a presidencia da provincia.

(4) López, diz Centurión, seu general, em principios de 1864 formára em Cerro Leon um exercito suplementar, que chegou a 30 mil homens, apresentando no inicio da campanha — somadas as forças — um efetivo de 65 a 70 mil. Eram 80 mil segundo Thompson, quasi dois terços de infantaria e artilharia e o restante a cavallo (TASSO FRAGOSO, *Historia da Guerra entre a Triplíce Aliança e o Paraguai*, II, 46). E' possivel que durante a guerra, somados todos os paraguaios que a fizeram, chegasse aquele efetivo a 150 mil (conforme o general Resquin). Destes tinha apenas 470 homens em Cerro Corá, no derradeiro ato do drama. Vapores dispunha de 18, 2 escunas, 3 patachos e 3 lanchões, a que incorporou 5 vapores tomados aos aliados, que, em Abril de 1865 (conta Jaceguai) ignoravam fosse tão importante a sua frota, *Reminiscencias da Guerra do Paraguai*, p. 287, Rio 1935. Ler tambem MASTERMAN, *op. cit.*, p. 44, enumera os técnicos estrangeiros a serviço do Paraguai.

(5) Igual incuria notava-se nos serviços médicos. Vai sobressair nos improvisados hospitais de Corrientes, Humaitá e Assunção, nas diversas etapas da guerra, a abnegada Ana Justina Ferreira Nery, irmã do tenente coronel Joaquim Mauricio Ferreira (da Bahia) que

tava-lhe um exercito numeroso, de que pudesse destacar os corpos expedicionarios. As comunicações terrestres faziam-se com a demora, a despêsa, os meios primitivos das "monções" bandeirantes. A longa paz desarmára o Rio Grande, onde mais depressa se atearia a flama guerreira. E todo o material tinha de ser importado da Europa. E pago à vista pelas débeis finanças do Império. Numa epoca em que, fóra dos transportes maritimos, o deslocamento das tropas oferecia incriveis obstaculos. Sem os serviços auxiliares de abastecimento, de industrias bélicas, de saúde. O terreno, no teatro de operações, desconhecido ainda dos engenheiros e, em muitos trechos, deserto, misterioso, palustre, mais difficil de vencer do que o inimigo, a ele agarrado. Para suprir essas deficiencias a técnica de uma officialidade de escól, formada na dignidade da carreira das armas, e o entusiasmo com que marcharam os batalhões de *voluntarios*, o primeiro deles formado na Bahia, sob o seu hábil comando — bandeiras ao vento, ao som dos hinos. 100 mil homens arregimentaram-se (1), no estilo dos velhos exercitos, e seguiram confiantemente para os

acompanhou tres filhos ao cenário da luta, um dos quais o Dr. Justiniano de Castro Rebello, medico do encouraçado *Tamandaré*, que all faleceu. Ana Nery de tal sorte se distinguiu na sua grande piedade que se tornaria o símbolo da enfermeira do Brasil.

(1) O exercito em 1864 não ia alem de 16 mil homens. O quadro administrativo enriquecera-se em 1853 com a Repartição do Quartel-Mestre (incumbida dos aprovisionamentos), em 1858 com Repartição do Ajudante General (depois Estado Maior). Chamaram-se Deputados do Quartel Mestre e do Ajudante General os delegados junto dos corpos em operações. O decreto n.3.371, de 7 de Janeiro de 1865 — mal conhecida a invasão — creou os Corpos de *Voluntarios da Pátria*, dos quais, em Abril de 1866, já havia em armas 49 batalhões, alem de 18 mil guardas-nacionais (TASSO FRAGOSO, *op. cit.*, 11, 38). Nesta data dispunha o Impero de 67.365 soldados, elevando-se o efetivo a 71.039 no ano seguinte. A marinha representava-se no Prata em 1865 por 17 vapores e 2 veleiros que montavam 102 canhões e transportavam 2.384 praças. Mas a sua força era realmente de 45 navios armados (33 a vapor e 12 a vela, com 609 officiais e 3.627 praças), Visconde de OURO PRETO, *A Marinha de Outrora*, 2.^a ed., *Rev. do Inst. Hist.*, vol. 166, p. 31.

campos do sul. O país compreendera que a invasão devêra ser castigada e levantára-se massivamente, para rebatê-la (1).

POLÍTICA PARLAMENTAR

O fraco governo parlamentar, é certo, não convocaria tão sólidos elementos de luta sem a vontade, que se tornou o nexó oculto e superior da defesa nacional, de D. Pedro II, que não admitiu vacilações, transações, descuidos funestos, tomando-lhe a direção com exultante vigôr (2).

Prestigiára-se a corôa com a ascensão do partido liberal, a intervenção no Uruguai, o casamento das princêsas, que era mais um laço que a prendia ao esplendor das côrtes européias (3).

O gabinete do conselheiro Francisco José Furtado, que sucedera a Zacarias, aturou a crise bancária, que se abateu sobre o Rio em 10 de Setembro de

(1) O primeiro batalhão de Voluntários foi da Bahia, J. M. DE MACEDO, *Notions de Chorographie du Brésil*, p. 305, Leipzig 1873.

Vd., v. g. *Relatorio do Presidente da Prov. da Bahia*, cons Souza Dantas, 1865. Tal foi o afluxo de voluntários que o Aviso de 21 de Out. daquele ano mandou sustar a organização de novos corpos.

Aquela provincia enviou cerca de 20 mil homens da policia, de *Voluntários* e corpos de linha. O efetivo enviado pela mesma provincia subia a 18.725 em Março de 1870, *An. do Arq. Publ. da Bahia*, III, 152.

(2) Disse um autor que, como na guerra franco-prussiana se mediram os sistemas da *nação armada*, de serviço militar obrigatorio, e o voluntariado, Cap. GENSERICO DE VASCONCELOS, *A Guerra do Paraguai no teatro de Mato Grosso*, p. 15, Rio 1921. Deve-se acrescentar que se mediram o sistema constitucional-monárquico e o regime autocratico, aquele porem suficientemente autoritario para permitir o que se chamou o "capricho imperial", ou a continuação metódica, inflexivel da luta para além do que os proprios chefes consideravam razoavel, afim de ser exterminado do Paraguai o marechal López.

(3) Casou-se a princêsa imperial D. Isabel com o conde d'Eu, Gaston de Orléans, filho do duque de Nemours, neto do rei Luiz Filipe, associando-se com isto à do Brasil a casa de França (15 de Outubro de 1864); e a princêsa D. Leopoldina, com o duque de Saxe, da familia dos Coburgos a que pertenciam os principes-corsortes de Portugal, da Inglaterra, a mãe da rainha Vitória, a duqueza de Nemours, o rei da Belgica (15 de Dezembro). PEDRO CALMON, *A Princêsa Isabel*, p. 38, S. Paulo 1941.

1864, com a quêbra de Souto & Cia. (1). Não resistiu, porém, à opposição com que o recebeu a Camara, e coube a 12 de Maio de 65 a presidencia do Conselho ao marquês de Olinda.

AS ALIANÇAS

Caxias seria naturalmente o comandante das forças em operações. Limitára-se a apresentar ao ministro Beaurepaire Rohan um lúcido plano — que seria o roteiro geral da guerra (2), escusando-se da comissão por não ter a confiança politica do gabinete. O principal, no momento, era chamar à aliança militar a Argentina e expedir apressadamente para Mato Grosso uma coluna que o libertasse. A grande tarefa diplomatica foi desempenhada por Francisco Octaviano (3). Por ele trabalhou a truculencia de Lépez. Com a invasão de Corrientes jogou nos braços do Império a Argentina, febricitante de igual cólera

(1) TITO FRANCO DE ALMEIDA, *O Conselheiro Francisco José Furtado*, p. 176, S. Pau'o 1944.

Pouco antes definira uma comissão do partido liberal, Nabuco, D'as Vieira e Zacarias o seu programa, que estipulava a conservação da Constituição, a eleição indireta, a centralização, mas exigia divisão de poderes, a separação de justiça e policia, maior liberdade... (AMÉRICO BRASILIENSE, *Os Programas dos partidos e o 2.º imperio*, p. 21, S. Paulo 1878).

(2) GENSERICO DE VASCONCELOS, *op. cit.*, p. 8. Recomendava a Invasão do Paraguai por Passo da Pátria no Paraná, com direção a Humaitá e daí a Assunção, em combinação de movimentos com o corpo expedicionario de Mato Grosso que esperaria na linha do Apa. Veremos que, removido o obstaculo de Uruguaiana, aquele foi o itinerario do 1.º exercito de Osorio, cujas operações haviam de articular-se com a esquadra, vitoriosa em R'achuelo, e o 2.º exercito transportado rio acima para a captura das fortificações. TASSO FRAGOSO, *op. cit.*, 11, 276.

(3) Conta Marmol a resistencia que Octaviano achou em Buenos Aires, quando chegou em Março, um mez antes da invasão de Corrientes: a Argentina queria manter-se neutra, apezar das sedutoras propostas do Imperio sem esquecer a definitiva delimitação de fronteiras (Bartolomé Mitre y Carlos Gómez, *Cartas polemicas sobre la Guerra al Paraguay*, prologo de J. Natalicio Gonzalez, p. 321). Em Abril, com a invasão, tudo mudou (RAMON J. CÁRCANO, *op. cit.*, p. 12).

patriótica — de modo que o tratado de 1.º de Maio oficializou uma conjunção de destinos (1).

A diplomacia do Império, que falhára em Assunção, quando pudéra evitar o conflito, não teve dificuldades, na Europa, em atraír a simpatia dos governos conservadores. Não lhe faltou sequer o apoio interesseiro da alta finança, na epoca em que Rothschild era o melhor dos aliados. Sábia medida foi, pouco depois, a abertura do rio Amazonas ao commercio internacional (7 de Dezembro de 66) (2). O Brasil, é certo, déra aos ribeirinhos, no rio-mar, o livre acesso que, para si, exigia no Paraná: A sua doutrina era coerente (3). Mas não bastára. Os grandes cursos d'agua não podiam encerrar-se, como dominio privado, atraz duma barreira legal. Franqueado a todas as bandeiras o Amazonas, como que retirava o Império a penultima de suas travas ao progresso do século. A ultima, era a escravidão (4).

Já não se tratava do interesse de um, mas da defesa dos dois. O Uruguai prendera-se à causa do Imperio pelo convenio a que Flores devia o governo.

O tratado de 1.º de Maio, art. 16, determinou os limites do Brasil e da Argentina com o Paraguaal, fixando afinal a linha do Igurel, em vez do Iguatemi: "alcançei que o Brasil ficasse *exclusivo senhor do Alto Paraná*", disse Octaviano em carta de 4 de Maio, JOAQUIM NABUCO, op. cit., V. CORRÊA FILHO, *As Raldas de Mato Grosso*, III, 203, S. Paulo 1925. Houve, porém, o tremendo equívoco acerca dos limites com a Argentina, que ficaria com o Chaco até Bahia Negra (art. 16)... razão da grande desinteligencia do fim da guerra, de que diremos.

(1) JOAQUIM V. GONZALEZ, *Mitre*, p. 74, Buenos Aires 1932. Deste "casus foederis" tratou CARLO CALVO, *Le Droit International Théorique et pratique*, IV, 117, Paris 1896.

(2) Leia-se CARLOS PONTES, *Tavares Bastos*, p. 223, (em destaque a campanha do tribuno e ensaista para a abertura do Amazonas, a sua grande causa; e sobre o problema diplomático, assim resolvido, FERNANDO SABOIA DE MEDEIROS, *A Liberdade de navegação do Amazonas*, S. Paulo 1938.

(3) PEREIRA DA SILVA, *Escritos políticos e discursos parlamentares*, p. 66, Rio 1862.

(4) Acabava Perdígão Malheiro de dedicar-lhe o livro formidável, *A Escravidão no Brasil*, 2 vols., Rio 1866 (2.ª ed., S. Paulo 1944) e ANTONIO DA SILVA NETO o opusculo *Estudos sobre a emancipação dos escravos no Brasil*, Rio 1866.

Bem ajustadas, pois, as relações com os aliados no Prata, e com as potencias fóra da America, podia fazer intensamente aquela guerra difficil.

LAGUNA

Quanto à coluna, sob o comando do coronel Drago, depois do coronel Fonseca Galvão, rumou de Uberaba (uns 3 mil homens) em lenta marcha, não para Cuiabá, como seria prudente, porém para o distrito militar de Miranda. De Abril a Dezembro foi essa interminavel jornada (1) até o Coxim. Prosseguiu depois para os flancos da serra de Maracajú, rompendo o "pantano" do rio Negro, a insalubre região do Tabôco, o vale de Miranda onde chegou em 1.º de Janeiro de 1867. O *beri-beri*, já então, lhe devastara as fileiras, e por morte do Galvão a comandava o coronel Carlos de Moraes Camisão, que se socorreu dos préstimos do guia José Francisco Lopes para, num ultimo arranco, atingir o rio Apa. Sempre topou com as vanguardas paraguaias, porém quando não tinha mais provisões, nem recursos para perseguí-las internando-se naquele mortifero territorio. A 8 de Maio decidiu retroceder da fazenda da Laguna para Corumbá e Alegre. O inimigo acossou-a nessa retirada sem precedentes, os restos da coluna dilacerados pela guerrilha, assaltados pelo cólera, os homens válidos ocupados em transportar os doentes, nas suas pégadas as patrulhas paraguaias dia e noite ao seu encalço, o caminho assinalado pelas cruces tôscas, condenados todos à morte na padiola dos empestados ou nos tiroteios da retaguarda... A *retirada*

(1) Vd. VISCONDE DE TAUNAY, *Cartas da Campanha de Mato Grosso, 1865-1866*, ed. da Biblioteca Militar, Rio 1944. E sua crítica in *Augusto Leverger*, p. 143.

da Laguna! (1). O invicto guia, o coronel Camisão, o tenente coronel Juvencio seu substituto, não resistiram à enfermidade e à fadiga. José Tomaz Gonçalves conduziu a coluna de Miranda a Nioac (sobreviviam 700, em 35 dias tinham tombado 980) (2) — e teve a honra de reintegrá-la no exercito quando o presidente Couto de Magalhães dava o golpe final para a recuperação do sul de Mato Grosso, com a tomada de Corumbá (Junho de 1867).

Desse lado fracassára a estratégia de López.

A desastrada invasão de Corrientes teve por efeito imediato a entrada da Argentina na guerra.

Arremessou López do acampamento de San Carlos para a provincia do Rio Grande, pelo Passo de S. Borja, 9 mil homens ao mando do tenente coronel Antonio de la Cruz Estigarribia que, a 10 de Junho de 1865, pisou com pé conquistador o solo brasileiro, enquanto o sargento-mór Pedro Duarte, com 3 mil, seguia marginando o Uruguai para garantir-lhe a retirada. O objetivo era dúbio: devastar a zona fronteiriça e ir restabelecer na República Oriental o partido “blanco”. Mas a oportunidade era a piór possível para as suas armas. Em 10 de Junho tinha López no rio Paraná uma bela frota de vapores armados; em 11 de Junho, o dominio fluvial pertencia à esquadra do Império (3).

RIACHUELO

A batalha de Riachuelo selou a sorte da jóven marinha paraguaia. As nove da manhã, na curva do

(1) Celebrou-a o 1.º tenente de engenheiros Alfredo de Escagnolle Taunay, valoroso official da columna, com o livro clássico *La Retraite de Laguna*, Paris 1871.

(2) GENSERICO DE VASCONCELOS, *op. cit.*, p. 60.

(3) Entre outros docs., carta do cap. Pacheco de Rezende, W. SPALDING, *op. cit.*, p. 282. Mas não se sabe com certeza qual o plano inteiro de Lopez, senão que pretendia ir ao encontro de Estigarribia, TASSO FRAGOSO, *op. cit.*, II, 256.

rio, artilhadas as barrancas, donde nutrido fogo iria molestar a frota brasileira do comando do chefe Francisco Manuel Barroso, ao encontro desta, que fundeava em pouca água, surgiram em linha de ataque 8 vapores e 6 baterias flutuantes. A tactica do inimigo consistiu em cair sobre os navios brasileiros, despedaçá-los em bombardeio raso ou, imobilizados, tomá-los de abordagem. Barroso içou no mastro grande da *Amazonas* o sinal — *o Brasil espera que cada um cumpra o seu dever* (1) e tem a iniciativa do contra-golpe. Encalhada a *Jequitinhonha*, abordada a *Paranaíba* por quatro navios que lhe despejam os soldados no convés — onde se batem como leões Pedro Afonso, o guarda-marinha Greenhalgh, o marinheiro Marcilio Dias (2) —, parecendo sorrir a vitória ao inimigo, decide-se a destruí-lo à maneira romana, do choque de prôa; e lança para diante a sua fragata a todo poder de máquinas. Afundou o primeiro barco, cortado ao meio, o segundo, do mesmo modo posto a pique, afinal o terceiro. Toda a frota de López teria este fim se os demais não retrocedessem, avariados, arrastando-se rio acima, de fáto imprestaveis para outra ação de conjunto.

(1) Adotára a marinha o sinal de Nelson em Trafalgar, representado na bandeira enxadrezada, última ordem depois de engajado o combate. Barroso armára a prôa da "Amazonas" com um aríete de ferro (conserva-se no Museu Historico Nacional, Rio) e usou em 1865 da manobra que empregou em 22 de julho de 1866 o almirante austriaco Tegethof na batalha de Lissa, contra a frota italiana do almirante Persano.

(2) Sobre a morte do bravo marujo, que seria o patrono dos marinheiros do Brasil, EDGAR FONTOURA, *Marcilio Dias*, p. 188, Rio 1930. A *Paranaíba* foi salva pela *Maricá* e pela *Belmente*. Não há melhor narrativa da ação do que a do visconde de Ouro Preto, A Marinha de Otrora, 2.a ed., p. 122, *Rev. do Inst. Hist.*, v. 166. MASTERMAN, *Sete años de aventuras en el Paraguai*, p. 94, esclarece, que o plano concebido pelo engenheiro Watts era engarrifar a esquadra imperial fechando o rio à retaguarda, mas não pôde ser realizado pelo chefe Meza, aliás mortalmente ferido na ação; e a descreve do ângulo paraguaio.

Desaparecera, em Riachuelo, a ameaça naval que ainda poderia inquietar a Triplice Aliança. Mais do que isto: ficava o Paraguai engarrafado nos seus redutos, sem saída para o mar, na impossibilidade de renovar o seu material, isolado daquela simpatia hispano-americana suscitada pela propaganda anti-imperial de seus amigos no estrangeiro (1), e portanto derrotado. Neste ensejo, em vez de interromper a aventura (2), dilatou-a López, com a inútil incursão de Estigarribia pelo Rio Grande.

URUGUIANA

O exercito paraguaio tomou de surpresa S. Borja entre 11 e 12 de Junho, acolhido à beira-rio pelo 1.º de voluntarios do coronel João Manuel de Mena Barreto e esparsos pelotões da guarda nacional, que tentaram em vão tolher-lhe o passo. A 14 — depois de pilhada a vila deserta — seguiu para Itaqui, saqueando-a com igual ferocidade. Chocou-se à margem do Botuhl com os varios batalhões que apressadamente tinham saído ao seu encontro, e rompeu, já sem comunicações com o Paraguai, cavalaria e infantaria brasileira a escoltá-lo à distancia, para Uruguiana, onde, como numa armadilha, se encerrou, vencido antecipadamente pela inaudita imprevidencia.

Um vapôr e duas lanchas, sob o comando do 1.º tenente Floriano Vieira Peixoto, cortaram, no rio Uruguai, as ligações entre Estigarribia e Duarte, mettendo no fundo as suas canôas.

Todas as forças disponiveis da provincia, mandadas para o cêrco pelo general Caldwell, governa-

(1) O principal foi, na Europa, J. B. ALBERDI, secundado por uma pleiade de poetas e jornalistas, que J. NATALICIO GONZALEZ evoca no prefacio a *Cartas Polémicas*, p. 17.

(2) Vd. a critica de ARTURO BRAY, *Hombres y Epocas del Paraguay*, p. 82, Buenos Aires 1943.

dor das armas, e pelo general Canabarro, comandante da fronteira (que não quizera arriscar a sua gente numa batalha campal) apertaram em torno de Uruguaiana um anel de aço.

E para desagrar com lustrosa solenidade a honra da nação, fazendo daquele malôgro de conquista um grande espetáculo, foi do Rio de Janeiro o Imperador, acompanhado dos genros, para ser pessoalmente quem recebesse a espada do general inimigo, na cerimonia da rendição (1).

A coluna de Duarte foi dizimada em Iataí pelo "exercito aliado de vanguarda" (2.400 orientais, 1.450 brasileiros, 4.500 argentinos) em 17 de Julho (2). Recusou-se Estigarribia a capitular às mãos de Canabarro, tentou uma fraca sortida para aliviar o sitio, não soube, como queria López, contra-marchar para S. Borja, e se viu rodeado, não só de um vistoso exercito, como de suas principais figuras, a que se juntou D. Pedro II em 11 de Setembro: Mitre, Flores, Porto Alegre, Tamandaré, o ministro Ferraz, Caxias, Itapagipe (3). E — em 18 de Setembro — mal essas forças se deslocaram para o ataque, rendeu-se, com 5.486 homens (4).

(1) Os ministros acharam imprudente, mas insistiu, antes abdicaria, e como voluntario, iria para a guerra, do que desistiria da viagem que considerava um dever de honra, REBOUCAS, *Diario*, p. 92. Caxias acompanhou-o, juntamente com o barão de Itapagipe (Francisco Xavier Calmon da Silva Cabral) como ajudante de ordens. Da jornada nos deu o conde d'Eu, *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul* (edição de Max Fleuss), S. Paulo 1936.

(2) OCTAVIANO PEREIRA DE SOUZA, *História da Guerra do Paraguai*, *Rev. do Inst. Hist.*, vol. 156, p. 129.

(3) Eram 17.400 homens. Comandou a investida a 18 de Setembro o conde de Porto Alegre, chegando a 300 metros das trincheiras, quando intimou Estigarribia à rendição. Aceitou-a este e entregou a Ferraz a espada, que o ministro (elevado a barão de Uruguaiana) foi levar ao Imperador na sua barraca. O que foi a capitulação, vd. REBOUCAS, *Diario*, ps. 93 e 99, P. CALMON, *O Rei Filósofo*, p. 216.

(4) Foi imenso o furor de Lopez, que acusou Estigarribia, 1.º de não proteger a coluna de Duarte, 2.º de não recuar, quando aquela foi desbaratada, 3.º, de desobedecer as suas ordens na marcha e na

Como para dar à cerimonia um acréscimo de prestígio, apresentou-se em Uruguiana, a visitar o Imperador, o ministro inglês Thornton. A 23 de Setembro, com esta cortezia, reataram-se as relações entre os dois países, cortadas em 1863.

A CAMPANHA

Ciente da derrota de Estigarribia e Duarte, desistiu López da progressão Paraná abaixo, retirou de Corrientes as avançadas, e recolheu defensivamente na confluencia dos dois rios, fechada pelo forte de Itapirú e pelas trincheiras de Passo da Patria. Aí seria a porta da invasão. Mudando de estratégia — e caíndo em guarda nas ribanceiras do “seu” rio, concentrava todos os recursos para uma guerra de usura que, mesmo lhe correndo infeliz, exigiria dos aliados tal esforço, gente, material e tempo, que bem poderia converter-se em revés e humilhação de suas armas.

Adiante e atrás não faltavam esperanças para o ditador, que fôra pessoalmente assumir alí a chefia de exercito. Contava com a sublevação de Urquiza em Entre-rios e a revolta dos “blancos” no Uruguai; e apoiava-se às fortalezas (1) que, em três pontos, barravam o rio com a sua cortina de fogo. À direita e à esquerda, a terra pantanosa, desconhecida, letal, protegia-lhe os flancos; e podia receber de frente o ataque por Passo da Patria, retirando se necessario sobre o

Incrível apatia de Uruguiana, TASSO FRAGOSO, *op. cit.*, II, 262. Quanto ao primeiro ponto, esquecia a intervenção dos barcos armados, que tinham dominado o rio e dividido as duas forças paraguaias, frustrando-lhe o plano de campanha. O encarregado de negocios inglês Gould, escrevendo a lord Stanley, em 1867, disse que se a esquadra Imperial tivesse acorrido a Corrientes, depois de Riachuelo, o exercito de Resquin estaria aniquilado, MASTERMAN, *op. cit.*, p. 91.

(1) O principal engenheiro de López foi o húngaro engenheiro Wisner de Morgenstern, e não Thompson, protegido de madame Lynch, Rio Branco, nota a Schneider, *op. cit.*, II, 102. Oferecera Wisner como artilheiro os seus serviços aos revolucionários minei-

quadrilátero de Humaitá, onde a sua resistência zombaria das extenuadas forças que lograssem quebrar-lhe as linhas estendidas entre as baterias de Itapirú e o *Estero Bellaco*.

A campanha — previra Caxias — desenvolver-se-ia em três escalões: a passagem do Paraná para a *marcha de flanco* sobre Humaitá; a redução destas posições culminantes; e, desimpedido o caminho, a investida para Assunção. Em todo caso, López e os aliados não se enganaram sobre a importancia da batalha que se ferisse nas planícies entre Passo da Pátria e o *Estero*. Somente nesse terreno enxuto, balizado de alagadiços, que cobria o acampamento de Humaitá com as dez legoas de circuito, podiam manobrar as cavalarias, desdobrar-se a infantaria, chocarem-se os grandes efetivos numa ação total. Fóra daí a guerra se restringiria às sortidas, ao entrincheiramento, às infiltrações, sem a magnificencia do embate de massas — e o seu caracter decisivo.

PASSO DA PÁTRIA

Osorio — no comando do exercito que de Uruguaina se deslocou para Corrientes (1) —, Mitre e Flores, seguiram em perseguição à coluna retirante

ros em 1842, CONEGO MARINHO, *op. cit.*, 2.^a ed., p. 218, sendo aprisionado pelo mesmo general, Caxias, que havia de capturá-lo em Angostura. Foi ao sul com o general Paz, alistou-se no exercito paraguaio, casou-se com uma paraguaia, e lhe ficaram descendentes em Araguá. Escreveu um livro sobre o Dr. Francia, por indicação de Solano López (publ. em 1923). Foi depois administrador do ferro-carril central e fez o melhor mapa do Paraguai. Foi o engenheiro de Humaitá e Curupaiti. Os Engos Fischer, Thomason, Trojillo, Watts, Whythead, devem ser mencionados, como outros tecnicos de López.

(1) O exercito de Osorio subdividia-se em 6 divisões (de 2 e 3 brigadas), sob o comando dos generais Argollo, Andréa, Sampaio, Guilherme de Souza, Andrade Neves, Vitorino Monteiro, mais a artilharia do general Mello, a brigada Igelra do general Neto, a brigada do general Bruce embarcada na esquadra: 32.868 homens (TASSO FRAGOSO, *op. cit.*, II, 333); eram 20 batalhões de linha, 28 de Voluntarios da Pátria, 10 da Guarda Nacional.

e em Dezembro de 65 estavam naquele bifurcamento de rios olhando a terra paraguaia. Eram 65.730 homens — o exercito aliado (1) pronto para invadi-la através das grossas aguas dominadas pela esquadra de Tamandaré.

As operações de aproximação foram pacientes. Para neutralizar os canhões de Itapirú tomou o coronel Vilagran Cabrita com 900 homens o banco de areia que lhe ficava em frente, rechassou um desembarque do inimigo e ali morreu de uma bala de artilharia quando se punha a escrever a parte da vitória (10 de Abril (2)). Em seguida, no dia 16, a esquadra bombardeou intensamente o forte e as suas imediações para cobrir a travessia do exercito, que se fez em chatas e batelões que tinham sido fabricados em Corrientes e nos vapores da armada, sem que o inimigo pudesse embaraçá-lo.

O primeiro a pôr o pé no Paraguai foi o general Osório.

Escolheu-se para o massiço desembarque a encosta, no rio Paraguai, à retaguarda do Itapirú, que não fôra fortificada. Quando se atiraram para esse lado as patrulhas inimigas já os primeiros batalhões o defendiam, e alargavam com rapidez o espaço necessário para a instalação de todas as forças invasoras. López não se atreve a disputá-lo e *abandona*

(1) Os argentinos somavam 25 mil, em 2 divisões (Paunero e Emilio Mitre) de 4 brigadas, de infantaria, cavalaria e artilharia correspondentes, e mais a cavalaria de vanguarda. O exercito oriental não passava de 2.860 homens, ou uma divisão de cavalaria e 2 brigadas de infantaria. Em resumo: 37.870 brasileiros, 25.000 argentinos e 2.860 uruguayos, total de 65.730 homens, TASSO FRAGOSO, *ibid.*, II, 337.

(2) Já a 27 de Março uma bala do Itapirú, explodira na casa-mata do couraçado "Tamandaré", matando 5 officais (entre estes o valoroso 1.º tenente Mariz e Barros, filho do visconde de Inhaúma) e 14 praças. Atribue-se à pontaria de Briguez, que fôra discípulo paraguaio de Cabrita, instrutor, algum tempo, do exercito de López, o tiro que o prostrou, TASSO FRAGOSO, *op. cit.*, II, 322.

Passo da Patria em astuto recúo. Osório vai-lhe no rasto, tacteando o terreno que não conhece, e a 2 de Maio se julga em segurança no acampamento de *Estero Bellaco*. E' falsa a posição, pois de subito irrompem os paraguaios do macegal à esquerda, ensanhadamente investem as baterias desguarnecidas, levam de vencida os soldados dispersos, até que uma divisão, com Osório à frente, os detem e repele. Não fôra esta oportuna intervenção e ganhariam a partida (1).

A advertencia era grave.

Com a cautela exigida pelo mistério da paizagem retomou o exercito a marcha a 20 de Maio, varou o *Estero*, achou um terreno elevado entre o pantanal a leste, o *Potreiro Pires* a oeste, e o "estero" Rojas, e aí acampou, numa situação terrivelmente desfavoravel. Estava na estrada de Humaitá, defronte dum mato hirsuto, rasteiro e espêso, de fáto diante das trincheiras de Sauce que, com o fôssos, os obstaculos, a artilharia e a tropa que a povoava, fechavam a passagem. Ladea-las seria transpôr a encharcada planície invadeavel para carros e canhões. Forçá-las seria desafiar a peito descoberto o fogo concentrado. Nem se decidiria a batalha com a conquista dos parapeitos de Sauce, atraz dos quais vagueavam as reservas de López. Em resumo: sabia ele onde os aliados se achavam, sem que estes soubessem o perigo que corriam. Procuraram conhecê-lo a 22 e 23. A 24 de Maio foram surpreendidos pelo ataque geral: enfim, a grande batalha! Chamou-se de *Tuiuti*, pela lagôa deste nome que, duma banda, limita o

(1) Conforme Centurion, as perdas paraguais em mortos e feridos a 2 de Maio foram de 2.300, incluindo o comandante do ataque. As baixas alladas subiram a 1.551 homens (brasileiros 1.102). O 40.º de Vol., da Bahia (comandado pelo futuro barão de Sergi) cerrando fileiras ao pé de Osório, foi elemento decisivo da victoria.

campo. Nenhuma devia supera-la nos efetivos jogados à luta, nas perdas sofridas, na fúria do entrelchoque, medindo-se pela primeira vez os contentores com todas as suas forças.

T U I U T I

Reconheceu Mitre que a sábia providencia de Osório, mandando colocar em posição fortificada a artilharia do coronel Emilio Luiz Mallet, “salvou-nos da derrota” (1).

O plano de López honra-lhe a intuição, porque dividiu o exercito (24 mil de sua melhor gente) em três corpos, e coordenou os movimentos, de modo que Diaz e Marcó avançaram pelo centro, Resquin, com a cavalaria, pelo flanco direito e Barrios pelo esquerda (Potreiro Pires) afim de sair à retaguarda.

As 11 e meia de 24 de Maio emergiram dos bosques as avançadas da primeira coluna, que, parte a pé, parte a cavalo, se precipitou sobre a artilharia de Mallet. Este deixou que se acercassem e os varreu a metralha. Desviou-se Diaz para flanquear-lhe as baterias e esmagar a 3.^a divisão, do general Sampaio, que as defendia à esquerda. Tombou Sampaio, ferido de morte, e as suas fileiras foram dizimadas, mas a divisão se aguentou no terreno, ao tempo em que Osório a socorria com as unidades de reserva. Rechassado no contra-ataque, recuou o inimigo, sem lograr penetrar no perimetro do acampamento, resguardado, à direita, pela tenacidade com que os argentinos se opuzeram a Resquin, protegido, nas bocainas do Potreiro, pela infantaria brasileira que destroçou a coluna de Barrios. A derrota inflingida aos

(1) TASSO FRAGOSO, *op. cit.*, II, 400.

atacantes foi dura e completa (1). Só não foi decisiva porque López continuava senhor das suas opacas linhas de Sauce e das fortalezas onde entri-ncheirára o resto de seu exercíto.

Os generais combinam o adiamento das operações subseqüentes. Osório deseja mais cavalaria, para dominar o terreno em *marcha de flanco* (2). Sugere Tamandaré que o 2.º corpo, sob o comando de Porto Alegre, que cobria a fronteira, siga, embarcado nos seus navios, para tomar as fortalezas do rio Paraguai — o que é a renúncia àquela difícil marcha de flanco (3). Esta estratégia tem a seu favor a simplicidade; a outra contra si a topografia. Vence a solução mais fácil, embora aventureosa: os navios pe-
 jados de tropa arrebantariam na subida o escôlho de três baluartes e, três vezes triunfantes, largariam em Assunção a carga... O problema consistia em eli-

(1) As perdas: brasileiros, 3.011, argentinos 606 e orientais 296. Só a 3.ª divisão sofreu 1.033 baixas. Os paraguaios deixaram no campo cerca de 6 mil mortos e recolheram 7 mil feridos! (TASSO FRAGOSO, *op. cit.*, II, 402). *Uma catástrofe!* Sobre o general brasileiro, que morreu, de seus ferimentos, a 6 de Julho, EUSEBIO DE SOUSA, *Sampaio, Patrono da infantaria*, p. 105, Fortaleza 1938. Diz Masterman, que a fina flôr do Paraguai desapareceu na batalha, *op. cit.*, p. 126. "...Los valientes paraguayos en Tuyuty perdieron, no ya una batalla ni dos, sino toda la guerra", ADOLFO I. BAEZ, *Tuyuty*, p. 11, Buenos Aires 1929. E informa o inglês: "Puede decirse que en dicha batalla... quedó aniquilada la raza española en el Paraguay", *ibid.*, p. 92.

(2) Mitre insistia na conferencia dos generais em 30 de Maio, nessa *marcha de contorno*, TASSO FRAGOSO, *op. cit.*, II, 412, considerada geralmente a unica solução, mas prejudicada pela necessidade de aguardar-se o reforço de cavallhada e material indispensavel para se ir adiante. Na angustia desse retardamento a estratégia anfibia, que agradava a Tamandaré, pareceu a mais recomendavel: não se perderia tempo e, aproveitando-se o concurso da armada, punha-se em ação o 2.º corpo (Porto Alegre) que tigrar a como torça de choque. Era tambem o pensamento do Imperador (carta de 21 de Julho de 1866, ms. no arq. do castelo d'Eu, n. 6690).

(3) Diz da iniciativa pessoal, predominancia e illusão do almirante ("será muito facil destruir, arrazar e dominar todos os pontos fortificados do litoral do Paraguai...") a carta a Porto Alegre de 3 de Junho, dando-lhe parte do novo plano, HENRIQUE BOITEUX, *O Marquês de Tamandaré*, p. 477.

minar aqueles redutos cuja defesa em profundidade, cuja potencia de fogo, cuja solidez, exageradas nas noticias internacionais, ninguem conhecia ao certo. A nova fase da campanha, agora fluvial, imobilizado o 1.º corpo em Tuiuti, se reduziria a essa arrojada tentativa — que havia de esbarrar no traiçoeiro cenário de Curupaití.

CURUPAITÍ

Tudo se passou como idealizara Tamandaré e a despeito das objeções de Mitre, sempre partidario da marcha de contorno do *quadrilatero*. Embarcado o 2.º corpo, irrompeu com ele a esquadra para reconhecer à viva força a posição de Curuzú, protegida por uma linha de torpedos, poderosa artilharia e estacada de navios a pique (2 de Setembro de 1866). Afundou o couraçado *Rio de Janeiro*, varios barcos estiveram na iminencia de naufragar, mas na manhã de 3 de Setembro Porto Alegre saltou em terra com os seus batalhões, e em menos de uma hora de vertiginoso assalto arrebatou ao inimigo os parapeitos da fortaleza. Valia a pena insistir e tomar-lhe de enfiada Curupaití e Humaitá...

Algumá cousa imprevista sucedeu então, e foi o reajustamento dos planos de López, que, forte nas linhas de Sauce, concentrou acolá os melhores elementos de combate.

Precisava, sobretudo, de tempo, e este se lhe deu, com a entrevista de Iataí-Corá.

Pedida por êle, aceita pelos aliados, realizou-se em 12 de Setembro no Passo daquele nome, entre os presidentes do Paraguai e da Argentina, e durou cinco horas. Foi nulo o resultado, pois se cingiu a

uma proposta de conciliação, que Mitre deferiu corretamente para o conhecimento e decisão dos governos interessados "sem fazer modificação alguma na situação dos beligerantes" (1).

O fato é que a entrevista permitiu a López completar a fortificação de Curupaití (2), no flanco em que confinava com o campo de Curuzú. O coronel Díaz era o comandante em chefe de 5 a 6 mil homens, ali entrincheirados, atrás de duas poderosas linhas, um fôssco largo, engenhosos obstáculos, e em dominante situação, bôa tanto para metralhar os navios que se aproximassem como para destroçar o ataque por terra. Apesar destas desvantagens as tropas aliadas, a 22 de Setembro, sob a chefia geral de Mitre, e em combinação com o breve bombardeio naval, se precipitaram sobre a fortaleza, investindo os brasileiros à esquerda e os argentinos à direita. 18 mil homens adiantaram-se com entusiasmo e aparato, transpuzeram a primeira trincheira, que mascarava o terreno escabroso, e entraram de escantilhão na área varrida pela fuzilaria, onde os abatizes, as arvores derrubadas, o matagal, lhes impediu o avanço. O essencial era atingir o fosso, atravessá-lo, e galgar a trincheira principal, de cujos anteparos rolava certo fogo. Recuou a coluna argentina, e a brasileira, depois de se ter exposto inutilmente ao morticínio, foi compelida por sua vez a retirar (3).

(1) TASSO FRAGOSO, *op. cit.*, III, 98.

(2) A 7 de Setembro chegára a Curupaití o engenheiro Wisner para completar-lhe a fortificação, JOURDAN, *op. cit.* p. 39.

(3) Ninguém descreveu mais cruamente o revés de Curupaití do que o tenente coronel Landulfo da Rocha Medrado, cujo diário, inédito, divulgámos em série de artigos no *Jornal do Comercio*, R. o, 1933. Brasileiros e argentinos tiveram fóra de combate 4.093 homens. Perderam os brasileiros 6 comandantes de batalhão, TASSO FRAGOSO, *op. cit.*, III, 121. O coronel José A. Díaz, heróe de Curupaití, nasceu em 1833 e faleceu de seus ferimentos em Fevereiro de 1867, J. P. BENITEZ, in *Hist. de Amer.*, V, 324.

Era o revés.

Não um insucesso militar reparavel em curto prazo, mas o revés politico da guerra — dando momentanea razão aos pacifistas do Prata (à sua frente Urquiza), aos pessimistas do Império, aos adversarios do governo, aos criticos, aos que temiam pela sorte do exercito no arrôjo das ações “de prestigio”, e às potencias (os Estados Unidos a primeira delas) desejosas de que acabasse aquilo do melhor modo.

DE NOVO CAXIAS

A resposta de D. Pedro II a esse clamôr foi a nomeação do marquês de Caxias para comandar o exercito — sacrificando embora o ministério liberal (1). Não deixou que tomassem corpo as idéias de paz (propagadas na Argentina) e de mediação (sugeridas pelos Estados Unidos) (2). Deu ao seu general tudo o que lhe pediu, inclusive a substituição de Tamandaré por Joaquim José Inacio no comando da esquadra. Positivou a sua vontade de só tratar com o governo que sucedesse a López. De qualquer fórma teria este de abandonar o país. Ou continuaria a guerra, sem quartel nem moderação... (3). A palavra imperial cumpriu-se no seu grande rigor.

(1) Ferraz, adversario de Caxias, demittiu-se a 7 de Outubro, e a 10 foi nomeado o novo chefe do exercito, P. CALMON, *O Rei Filosofo*, p. 231, REBOUÇAS, *Diario*, p. 137.

(2) P. CALMON, *O Rei Filosofo*, p. 233: ai a bibliografia. Revela Martim Francisco (o 3.º) que Zacarias discutiu muito com o imperador querendo convence-lo a fazer a paz, art. in *Jornal do Brasil*, Rio, 4 de Fev. de 1922.

(3) Vd. instruções a Paranhos dadas pelo imperador em 1 de Fevereiro de 1868, P. CALMON, *ibid.*, p. 243. Preferia abdicar a desistir da continuação da guerra, como demonstrou depois do regresso de Caxias. A este deu o comando, mas não lhe aprovaria “relações e ajuste de paz provisória com o inimigo” carta a Paranaguá, 22 de Outubro de 1865. Foi infeliz na sua tentativa de mediação o ministro americano Washburn, que, com a canhoneira *Wasp*, rompeu o bloqueio e foi a Assunção, em 1867, MASTERMAN, *op. cit.*, p. 162. Ler, sobre o periodo, Wanderley, Pinho, *Cartas do Imperador D. Pedro II ao barão de Cotegipe*, S. Paulo 1933.

Dilatou-se, porém, o penoso período da reorganização das forças que assestariam no inimigo o golpe final. Não se pensasse em cega arremetida, tanto pelo rio (agora pedia Mitre) como por terra (segundo o plano inicial). A vantagem da surpresa anulára-se com a grossa preparação do inimigo, que estava a exigir armas superiores: a engenharia, que esclarecesse a marcha de flanco, ao largo do Estero Bellaco; um 3.º corpo de exercito capaz de abrir-lhe caminho com a cavalaria rio-grandense; navios de ferro para transporem os fortes de Curupaití e Humaitá. Chegou de fato Osório com aquele reforço, que seria a vanguarda da marcha de contorno. Dois aerostatos (31 de Maio) habilitaram os engenheiros a explorarem o horizonte para além do Estero Bellaco e das "linhas negras", que o general Argollo estendera de proteção ao campo aliado. Reagrupou Caxias as tropas, lutando mais com o imprevisto das epidemias, as comunicações precárias, os fornecimentos deficientes, a escassez de cavalhada e transportes, do que com os piquetes paraguaios que nunca deixaram de incomodar-lhe as linhas expostas (1). Afinal, resolutivo, iniciou com 20 mil homens, em 21 de Julho de 1867, a famosa marcha de flanqueamento, rompendo pelo *Estero Bellaco*, para Tuiú-Ciê, onde aquartelou, a meio caminho entre Passo da Patria e o Paraguai acima de Humaitá, e de modo a fechar, pelo leste, o "quadrilátero". Se continuasse com o semi-circulo envolvente para o norte, até o Tají, teria isolado as fortificações, obrigando os que as guar-

(1) Os sofrimentos do exercito em Tuluítí foram inenarráveis, avultando o cólera, que, no verão de 1868, lhe roubou mais de 4 mil, conta JOURDAN, *op. cit.*, p. 47. O *diario* de Landulfo Medrado narra miudamente esses tormentos.

Note-se que em 10 de Fevereiro se retirou M'tre para a Argentina, a atender à sua política interna, passando a Caxias o comando supremo. Em 1 de Fevereiro recolhera-se ao Brasil o conde de Porto Alegre, ficando o general Argollo no seu lugar.

neciam a procurar pelo Chaco, na outra margem do rio, os meios de comunicação com a sua capital e a possibilidade de fuga. Verificou-se, com a ocupação de Tuiú-Cué, que a linha de Sauce se prolongava por ali encerrando os campos de Humaitá, e bastava uma estrada de três legoas para ligar o novo acampamento a Tuiutí, isto é, à base de operações de Passo da Patria. A estrada foi logo aberta e equipada com os competentes postes telegraficos. Por ela passaram a circular os comboios, defendidos dia e noite por fortes escoltas: era a linha vital da guerra. Prosseguiu entretanto para San Solano e — rumo ao norte — para o Taji, a vanguarda que ali chegou a 9 de Outubro. Pressentida, repeliu de pronto o contingente paraguaio que desembarcou para combata-la. Completou com isto o cêrco ao “quadrilatero”. A López ficava a alternativa, de desfazê-lo numa contra-ofensiva, ou de retirar-se, através do Chaco, para as terras altas. Preferiu a primeira solução e quasi acertou nos seus calculos.

3 DE NOVEMBRO

O acampamento de Tuiutí crescera, como uma improvisada e pitoresca vila, onde se estabelecera um nutrido comercio, a par das barracas da soldadesca se ajeitava uma pequena população ambulante, e reinava naturalmente a confiança, como se não pudesse mais irromper por ali o inimigo acuado. Este bem instruido andava sobre a situação. Não lhe faltavam sequer os estímulos da provincia de Entre-rios, na sua rivalidade com a politica de Mitre (1), para adver-

(1) A difícil situação na Argentina encorajou López em 1868. Diz Landolfo Medrado que em muitas armas tomadas aos paraguayos havia a marca de Entre-rios... Agitava a Argentina a sucessão presidencial, agravada pela ambição de Urquiza, que se declarou can-

tí-lo da oportunidade de arriscar uma batalha surpreendente. Valeu-se do descuido que havia em Tuiuti e, ao amanhecer de 3 de Novembro, mandou arrazá-lo por Barrios com 8 mil homens. Literalmente esta era a ordem. Em duas colunas os atacantes surgiram no acampamento, incendiaram logo as instalações argentinas, destroçaram a coluna que retrocedera de *Estero Bellaco* para enfrentá-las, quando ia em caminho para Tuiui-Cué (ocasião em que morreu heroicamente o tenente-coronel Medrado, do 32.º) e cercaram no reduto central o conde de Porto Alegre e o seu estado-maior. A bravura do velho general, que combateu a pé, a presença de espírito dos comandantes dos corpos, a presteza com que estes se reorganizaram debaixo do fogo, contrapuzeram-se ao estupor da arancada, e às 9 da manhã já se desmanchava esta, e refluiu, nos primórdios da debandada. Ainda uma vez eram rechassados os atacantes, que deixaram 2.734 cadáveres. As perdas aliadas subiram a 1.731 mortos, feridos e extraviados (1).

HUMAITA'

Por esse tempo o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro completava a construção dos navios de ferro indispensáveis para a subida do rio Paraguai (2).

didato, ante a imparcialidade de Mitre e a aura popular de Sarmiento, finalmente eleito (ALBERTO PALCOS, *Sarmiento*, p. 220).

O que em Entre Rios se pensava contra o Imperio, pode ver-se em DIEGARIO V. ANDRADE, *Articulos historico-politicos* (1863-68), publ. por Felix E. Etchegoyen, p. 71, Buenos Aires 1919.

(1) JOURDAN, *op. cit.*, p. 61.

(2) Ouro Preto, o diligente ministro, diz que em tres anos o Arsenal fabricou uma corveta de madeira, tres encouraçados, seis monitores, duas bombardeiras, e reconstituiu uma fragata e duas canhoneiras, AFONSO CELSO, *Visconde de Ouro Preto*, p. 16. O tipo novo era o *monitor*, que provára bem na guerra civil dos Estados Unidos, de borda rasa, fechado, montando peça de grosso calibre, sufficientemente couraçado para resistir à artilharia antiquada, como se vê nas chapas do *Atagôas*, amolgadas, que se guardam no Museu Historico Nacional (Rio).

A 10 de Fevereiro incorporaram-se na esquadra os monitores *Alagoas*, *Pará*, e *Rio Grande*. Com os couraçados *Barroso*, *Tamandaré* e *Bahia*, podriam tentar a passagem de Humaitá, que se combinou para a ante-manhã de 19, precedida de um simulado ataque desde Tuiuti e Tuiu-Cué ao reduto do *Estabelecimento*, que ficava no ângulo norte do “quadrilatero”. Assim se fez. Caiu o *Estabelecimento* em poder dos brasileiros, estendeu-se a fuzilaria por toda a “frente”, e o rio se iluminou com o súbito clarão da artilharia. Sob o comando do capitão de mar e guerra Delfim Carlos de Carvalho (por isto agraciado com o titulo de barão de *Passagem*), a frota destacada para a grande proeza se deslocou em direção a Humaitá — antes de raiar o dia, e lhe recebeu a salva de todos os seus canhões quando os primeiros laivos da madrugada empalideceram as estrelas. Os barcos poderosos levavam jungidos, e em proteção, os menos resistentes, e a todo vapor, quebrando a tiro de peça as correntes que fechavam o rio, ou passando por cima graças à enchente, transpuzeram as baterias e foram arriar ancoras, seis horas depois, no Tají. O monitor *Alagoas* (comandado pelo 1.º tenente Mauriti) desgarrrou-se porém do reboque que lhe dava o *Bahia*, e retrocedeu, desgovernado, rio abaixo. Teve ordem para desistir da subida: mas, desobedecendo-a, o valoroso comandante o reconduziu ao combate, e passou finalmente sob a mesma tempestade de fogo e ferro. O glorioso feito de 19 de Fevereiro — honrando a armada do barão de Inhaúma e o seu espirito militar (1) — concluia a ação de Riachuelo com o seu

(1) Inhaúma, com os couraçados *Brasil*, *Lima Barros*, *Silvado*, *Colombo* e *Herval*, manobrou para colocar-se o mais perto possível de Humaitá, hostilizando-a, para que, dividido o fogo, passasse mais facilmente a flotilha de Delfim Carlos.

fêcho logico. Esta aniquilára o poder ofensivo da esquadilha inimiga; a passagem de Humaitá inutilizou-lhe a estrategia defensiva, abrindo o Paraguai até Assunção (onde a 24 de Fevereiro três navios brasileiros se apresentaram impunemente, em exploração audaz). As fortificações de López deixavam de ser as barreiras do país, para se converterem em suas prisões. Cortadas, como estavam, as comunicações com o interior da República, render-se-iam pela fome, se antes não se rendessem pela força. E um assalto de surpresa aos couraçados, na calada da noite, ocultos em silenciosas canôas centenas de soldados? Falhou esse curioso ataque ao *Lima Barros* e ao *Cabral*, em 2 de Março; falaria outra abordagem do *Barroso* e do *Rio Grande*, em 10 de Julho... (1).

As operações paraguaias, depois de tantos revêses, limitaram-se ao retraimento das linhas para a concentração em Humaitá de sua defesa pertinaz e à conservação dos caminhos de fuga pelo Chaco. Mas, em 2 de Maio, argentinos e brasileiros desembarcaram na margem oposta para cortar-lhes aquela comunicação, o que fizeram, a despeito de muitas sortidas e emboscadas, e tudo estava pronto, em 16 de Julho, para o reconhecimento, senão o ataque frontal à fortaleza. Curupaití, no entanto, tinha sido abandonada pela guarnição, e fôra ocupada pelo 2.º corpo. O 3.º, de Osório, tomou a si a responsabilidade principal da ação, lançando-se de Pare-cué, para o sul, sobre o flanco direito de Humaitá. Ignorava, porém, a natureza dos entrincheiramentos, atravessou a passo

(1) JOURDAN, *op. cit.*, p. 66. Comandou o ataque a 2 de Março Inácio Gomes. As canôas deviam abordar ambos os flancos dos navios. No *Lima Barros* foi morto o capitão de mar e guerra Rodrigues da Costa. As guarnições recolheram-se às torres, metralhando os convêses, ocupapos pelos invasôies, que foram afinal dominados pelos outros navios chamados ao auxilio dos dois couraçados, OURO PRETO, *op. cit.*, e TASSO FRAGOSO, *ibd.*, III, 384.

acelerado os primeiros obstáculos, arrostou o fogo direto e teve de desistir do avanço às bordas do fosso cheio d'água que o separava das baterias. A retirada de Osório adiou de alguns dias a queda da praça, mas tirou a López a ilusão de mantê-la. No dia 23 os paraguaios a abandonaram, passando o rio. Era tarde para a evasão. Imprensados, na península fronteira, pelas forças que ocupavam o Chaco, poucos puderam escapar: em 5 de Agosto capitularam, com as honras devidas, o coronel Francisco Martinez e 1.327 homens, literalmente mortos de fome. No mesmo dia os aliados entraram em Humaitá.

Censurou-se Caxias de ter perdido tanto tempo na redução de Humaitá, quando seria facil, deixando-a de parte, irromper em Assunção e pôr fim à guerra (1). Leve-se em consideração, para justificá-lhe a estratégia, o completo desconhecimento, assim do terreno como dos recursos do inimigo. A progressão, para lá do *quadrilatero*, intacto este com a sua guarnição, poderia ser desastrosa para o exercito, que, em todos os movimentos, obedecia ao critério da prudencia, não aos conselhos da vangloria e do arrebatamento. A ciência da guerra apegava-se ainda àqueles conceitos de cerco, envolvimento, combates conjugados, concedendo importancia excessiva a estes métodos. Mas não era só a teoria clássica que moderava as impaciencias do general. Não dispunha de efetivos nem de material para dividir as forças em colunas de assédio e marcha, afim de abreviar a luta com o golpe de través que lhe exigiam os criticos da imprensa, a despeitada politica partidaria, o cepticismo das capitais...

(1) ALBERTO RANGEL, *Gastão de Orléans*, p. 184. Falou-se tambem da possibilidade de assalto à fortaleza... TASSO FRAOSO, *op. cit.*, III, 415.

BATALHAS DE DEZEMBRO

Caxias precipitou-se para o norte com o 1.º e o 3.º corpos, para surpreender, na retirada, o exercito que abandonava San Fernando, no Tebiquarí (1). Este apoiou-se ao arroio Pequisserí e às baterias de Angustura — ultima tentativa de ainda fechar o rio abaixo de Assunção, e com isto as terras elevadas do país. O plano do general brasileiro desorientou-o mais uma vez. Mandou abrir pelo 2.º corpo (general Argollo) uma estrada pelo Chaco, que em 22 dias estava pronta, e por ela encaminhou a vanguarda e o material de guerra, enquanto a esquadra lhe transportava as demais unidades para desembarcá-las na guarda de Santo Antonio, entre Angustura e Assunção (5 de Dezembro). À frente de 17 mil homens, atirou-se Caxias para o sul em duas colunas, a de Osorio, em marcha de flanco, e a principal, sob o seu comando, pelo caminho mais curto, sobre o arroio de Itororó para sair nos campos de Avahí e nas cochilhas de Vilêta. Tomaria pela retaguarda as posições do Pequissirí!

A falta de prévio reconhecimento ameaçou ali a sorte dessa manobra, que, por pouco, não redundou numa catastrophe. Dissimulou o inimigo na mata que margina o arroio a sua infantaria e 10 bocas de fogo, recebendo com um ralo tiroteio a vanguarda do 2.º

(1) No acampamento de San Fernando imolára López numerosos prisioneiros e desafetos, subindo a 358 o total dos mortos ali achados. E' que, em 1868, mudara de mentalidade, abandonando, não se sabe bem porque, o legalismo anterior... ARTURO BRAY, *Hombres y Epocas del Paraguay*, p. 83. Sobre a conspiração em que se teriam envolvido, com a família do marechal, o bispo de Assunção e vários officiais, e a correspondência de Benigno Lopez com Caxias, que se disse fora aprendida, motivando aquelas atrocidades, vd. RESQUIN, *Datos historicos de la Guerra del Paraguay*, p. 100 (Buenos Aires 1896).

corpo, que se preparava para passar a ponte. Mas, metido este no desfiladeiro, compelido a varar por escalões a verêda, foi acolhido pelo fogo de milhares de espingardas e das peças assestadas a queimadura (1). Tombaram mortos ou feridos, no afan de recompôr-lhe as linhas, alguns dos melhores oficiais brasileiros (Argollo, Fernando Machado, Gurjão) (2); três vezes recuaram e voltaram ao fogo os paraguaios; e tudo terminou com a intervenção pessoal de Caxias que, espada em punho, lançou ao combate o 1.º corpo do exercito.

A batalha de Itororó bem dizia da importancia das que se lhe seguiriam, neste Dezembro de 1868. O inimigo espera o exercito aliado ao longo do arroio Avahí. Chocam-se em 11 de Dezembro, o 1.º e o 2.º corpo à sua direita, a cavalaria à esquerda. Depois de Tuiutí, é a ação mais sangrenta da guerra. Osório é ferido. Com as reservas, Caxias ultima o triunfo, e se apodera da cobiçada planicie (3). Restavam as baterias de Angustura e, em Lomas Valentinas, ao redor da casa de López, o reduto onde ofereceria a resistencia do desespero. Vilêta passava a ser a base de operações. Mas os paraguaios não desanimam. Québra-se diante das duas trincheiras que defendiam as Lomas o ataque de 21 de Dezembro e Caxias tem de reagrupar as forças para arrebatá-lhas no

(1) Os brasileiros tiveram 2.416 baixas, sendo 39 oficiais mortos e 95 feridos, JOURDAN, *op. cit.*, p. 88. Já aí comandava a vanguarda paraguaia o general, Bernardino Caballero, uma das nobres figuras da reconstrução do país (1839-1912).

(2) ANTONIO AGOSTINHO DE ANDRADE FIGUEIRA, *Necrologia de Hilario Maximiano Antunes Gurjão*, p. 30, S. Luiz 1869.

(3) As perdas paraguaias foram em Avahí de 4 mil mortos, 1.200 prisioneiros, 18 canhões e copioso material. O exercito de López dissipou-se, depois dos sete dias terrive's. Em Cerro León conseguiria López refazê-lo com 14 mil homens. A 21 de Dezembro foi mortalmente ferido, à frente de sua cavalaria, o barão do Triunfo (Andrade Neves).

assalto final, a 27. Antecipou-o com um solêne convite para a rendição, altivamente repellido (1). Naquele dia, 6.000 homens flanquearam as trincheiras, investiram-nas por todos os lados e as escalaram. Com alguns oficiais apenas, fugiu López para Cerro León. Perdera o seu quarto exercito (2) e a esperança de os vingar: mas ia persistir nos socalcos da serra, agarrar-se ao mistério do sertão, e lutar até a morte.

Em 5 de Janeiro de 1869 entrou Caxias em Asunción.

O CONDE D'EU

Para ele, exausto e veletudinário, estava ganha a guerra. O Imperador pensava diferentemente. Para o governo imperial a guerra estaria ganha com a total deposição das armas. Doente, recolheu-se Caxias ao Rio de Janeiro. Precisava-se de um general de alto prestígio para substituí-lo na fase melancólica da campanha de perseguição e aniquilamento de López: nomeou D. Pedro II o genro, conde d'Eu. Mostrava assim o seu interesse pelo fim da guerra — como a entendia — e a vinculava aos créditos da Casa reinante (3).

(1) O original da carta dos chefes aliados, Caxias, Gelly e Obes e Castro, ao marechal López, datada de Dezembro, em frente a Lomas Valentinas, sem declaração do dia, em que lhe exigiam a rendição, pertencia ao arquivo do general Agustín P. Justo, que a ofereceu ao ministro Orlando Leite Ribeiro. Foi a 24 de Dezembro, TASSO FRAGOSO, *op. cit.*, IV, 123, que cita Centurion e respeito de López, mas transcreve a carta com incorrecções.

(2) Os exercitos de López sucessivamente perdidos foram o de Estigarrib'a-Duarte, o aniquilado em Tuiuti, o de Humaitá e então o de Angostura. Os brasileiros tiveram, nas batalhas de Dezembro de 1868, 8.816 baixas; os paraguaios, mais de 8 mil mortos, e 2 mil prisioneiros, além dos 1.200 que, com o tenente-coronel Thompson, se renderam em Angostura, depois da queda de Lomas Valentinas.

(3) Disse-se que a nomeação do príncipe fôra um ardil, para popularizá-lo, dando-se-lhe a gloria de terminar com facilidade o que arduamente começara Caxias... Os documentos publicados desmancham a idéa dessa pequena política. Em carta a Penedo, reconheceu

O FIM DA GUERRA

López mudára-se de Cerro León para Peribebúi com o resto de suas forças. Instalara-se nas abas da cordilheira, trancando-lhe as passagens com todos os recursos de que dispunha, e, de costas voltadas para o norte, donde recebia ainda provisões abundantes, estava preparado para uma longa resistencia. O príncipe deu-lhe tempo para isto, tratando com paciência e tacto de reorganizar o exercito, restaurar a linha férrea de Assunção a Pirajú (agora seu ponto de partida para a luta das montanhas) e esperar por Osório, que, convalescente, veiu retomar o comando do 1.º corpo. Esta lentidão era necessaria e perigosa. O proprio conde d'Eu duvidava do exito final daquilo, se podia López, de repente, refugiar-se na Bolivia, ou, incognito, internar-se no territorio brasileiro... Em Agosto de 69 atirou-se resolutamente para a frente. O exercito passou por Paraguarí, Cerro León, as escarpas do Ascurra, desfazendo, na escalada, as trincheiras, as emboscadas e os núcleos de defesa por ali distribuidos. O ataque a Peribebúi foi a 12 de Agosto. A praça não resistiu ao brilhante assalto que lhe deu o 1.º corpo com Osório à testa (1). Perdida a sua improvisada capital, López já não pensa em conservar-se em Caacupé ou Ascurra e retrocede para o norte, na estrada de Caraguatahi. Segue-lhe no

Cotegeipe: "Mandamos o conde d'Eu, o unico que podia conter aquela gente", H. LYRA, *op. cit.*, 1, 521. Debalde pedira ele para ir, como compridamente nos conta ALBERTO RANGEL, *Gastão de Orléans*, p. 142 e segs., S. Paulo 1935. Agora quem não queria era a princesa Isabel, em carta patética que dirigiu ao Imperador, e em que tinha esta frase: "Alem disso, papai quer matar o meu Gaston..." (P. CALMON, *A Princesa Isabel*, ps. 78-9, S. Paulo 1941).

(1) Os paraguaios perderam 683 mortos e 1.117 prisioneiros. Morreu no assalto o brigadeiro João Manuel de Mena Barreto. As baixas brasileiras foram 326 homens.

rasto o 2.º corpo, levando adiante a cavalaria (divisão Camara) e consegue tomar-lhe o passo em Campo Grande (16 de Agosto). Os paraguaios desenvolvem as suas linhas de atiradores e aceitam o combate. Decide-o a cavalaria e termina noutra vitória do exercito aliado, mais sensível e significativa do que a anterior (1). Está assim livre a estrada de Caraguatahí a S. Estanisláo, para onde se retira López. Não o abandona a perseguição. Do Rosario transfere-se o conde d'Eu para S. Estanisláo. Dirige habilmente as operações de busca e descoberta do inimigo que lhe foge. A estrategia consiste em fechar-lhe as passagens para o Mato Grosso e a Bolívia. Comanda a cavalaria e a infantaria disto incumbida o brigadeiro Camara. Sabe que López passou por Ponta Poran e acampou em Cerro Corá, junto ao Aquidabanigui. Reúne, para capturá-lo, os contingentes que para ali confluem e quer surpreendê-lo a 1.º de Março de 1870. O 9.º de infantaria (major Floriano Peixoto) faz calar as ultimas peças que defendem o acampamento, enquanto o investe o coronel Joca Tavares com um grupo de lanceiros (2).

O marechal Francisco Solano López, que podia safar-se, ao estrelejar a fuzilaria, desta feita retardada-se, enfrenta o adversario, é alcançado, a pé, na barranca do rio, por um lançaço, que lhe vara o peito, e brande a espada quando se aproximam soldados, para prendê-lo. "Muero con mi Patria", foram suas palavras. Matou-o um tiro de clavina (3). Não era o

(1) O sacrificio paragua'o fo' então de 2 mil mortos e 2.300 prisioneiros, contra 431 homens postos fóra de combate. JOURDAN, *op. cit.*, p. 31.

(2) Carta de Floriano, 14 de Março, in *Biografia* (por ARTUR VIEIRA PEIXOTO), *Floriano, Memórias e Documentos*, 1, 82-3, Rio 1939.

(3) O Imperador reprovou o excesso da morte, em vez da captura do destemido adversario (P. CALMON. *O Rei Filósofo*, p. 264). Vd. a descrição do combate in TASSO FRAGOSO, *op. cit.*, V, 165-9, resu-

fim do Paraguai, que resurgia sob novo regime (1): mas o fim da guerra que, por cinco anos, lhe esgotára as heroicas energias!

mundo os varios depoimentos. Entre os prisioneiros Madame Lynch, tres filhos (o primogenito, Pancho, preferiu morrer pelejando), a mãe e as irmãs de López, estas condenadas a morte por ele... Quem o matou foi o cabo Chico Diabo: "Ao cabo Chico não quer o Imperador consentir que se dêem honras militares ao menos enquanto não desaparecerem as suspeitas a que já me referi", escreveu o barão de Muritiba ao conde d'Eu, PINHEIRO GUIMARÃES, *Um Voluntario da Pátria*, p. 178. Repugnava-lhe a impiedade: e não a honrava com recompensa militar.

(1) Sob os auspícios de Paranhos, representante político do Imperio em Assunção, entregara-se aos paraguaios o governo do país, em 22 de julho de 1869, elegendo as pessoas que se reuniram no Teatro 21 eleitores, que, por sua vez, escolheram uma comissão de 5, e esta um triumvirato, aclamado em 5 de Agosto (Loyzaaga, Rivarola e Bedoya). Empossou-se na catedral no dia 15.

Resume Justo Pastor Benitez: de 1864 a 1870, perdeu o Paraguai 500 mil habitantes e todo o resultado de um trabalho construtivo de 50 anos. O país ficou em ruínas.

XXVII

PAZ E LIMITES

O PROBLEMA DA PAZ

Quasi sempre é mais fácil fazer a guerra do que a paz. O tratado da *tríplice aliança* viêra com o que chamariamos uma bomba de retardamento: a delimitação argentino-paraguaia pela Bahia Negra, com o que o Chaco Boreal ficaria pertencendo à República aliada. Fôra uma concessão excessiva, opinou em 1866 o governo imperial (nas *instruções* de Saraiva a Octaviano, conformes com os pareceres do Conselho de Estado) (1), impressionado com as 740 milhas de costa no rio Paraguai que, pela letra do tratado de 1865, caberiam à Argentina. Preferia reconhecer desde logo o direito da Bolívia à parte do Gran Chaco que ia do Pilcomaio à Bahia Negra... O que era porém, debate temerario no peor ano da guerra, tornou-se problema grave em 1869, quando, instituido o governo provisório em Assunção, o general Emilio Mitre se instalou em Vila Ocidental (30 milhas acima) dizendo que ocupava territorio pertencente a seu país. Discutir-se-ia a seu tempo, foi, reticente, a resposta ambígua de Paranhos, advertido, além disto, por Co

(1) JOAQUIM NABUCO, *op. cit.* II, TASSO FRAGOSO, *A Paz com o Paraguai*, p. 25, Rio 1941. O tratado de 1853, dera à Argentina apenas o territorio até o rio Bermejo, mas não foi ratificado, porque — entre outras razões — López queria a faixa marginal at a foz do rio Paraguai, para fortificá-la. Ficava também a Argentina com as Missões orientais, entrega que se tornou efetiva pelo tratado de 1876.

tegipe (ministro de estrangeiros por essa ocasião) para preservar as boas relações da aliança até o fim da luta. Mariano Varela (ministro de estrangeiros da Argentina) proclamára pouco antes, “a vitória não dá direitos” (1). Mas dava — no seu raciocínio complacente: “reivindicado esse territorio pela vitória das armas aliadas, foi a sua ocupação um fato material e lógico...” (2). Evidentemente, o governo estabelecido no Paraguai com a ajuda do Império — que começava a contrariar a política portenha fazendo eleger o presidente Cirilo Rivarola, enquanto preferia ela nomeação de autoridades militares (3) — cumpriria as ordens do exercito dominante. Cifrava-se a questão entre o Brasil e a Argentina. Não se chegando a acôrdo (dissera Paranhos a Varela, em Assunção) o Império trataria *separadamente* com o Paraguai (4). A idéia da negociação separada equivalia a um “veto”: seria o ultimo recurso.

OS TRATADOS DE 1872

Agora na presidencia, Sarmiento não tinha nem a convicção, nem a plasticidade de Mitre, na interpretação do diploma de 1865. Queria antes de tudo o tratado de paz. Escusou-se Mitre de ir a Assunção elaborá-lo com o sucessor de Paranhos, o barão de Cotegipe. A designação deste para a embaixada (Paranhos então na presidencia do Conselho), mostra o empenho do Imperador em terminar depressa a querela, cuja evolução custaria ao Brasil enormes encar-

(1) TASSO FRAGOSO, *op. cit.*, p. 58.

(2) Nota de Varela a Paranhos, 27 de Dezembro de 1869, TASSO FRAGOSO, *ibid.*

(3) TASSO FRAGOSO, *ibid.*, p. 37.

(4) TASSO FRAGOSO, *ibid.*, p. 65.

gos. Realmente, as despesas de uma guarnição no Paraguai, o auxílio financeiro ao governo ali instituído, a prontidão de tropas de cobertura, o orçamento militar e naval onerado com os aprestos para o que dêsse e viêsse, representavam despesas graves e impopulares que havia urgencia em sobrestar. Sentia-se no Império, por outro lado, uma impaciencia vibrante pela paz, pelas reformas que deixassem distante o amargo periodo passado. A pressão deste pensamento não pôde desarticular-se da diplomacia rija de Cotegipe, superior, no jogo politico, a Manuel Quitana, nomeado pelo ministro Tejedor para defender, em Assunção, as pretensões argentinas. Queixou-se este, é claro, da absoluta preponderancia do Brasil na capital ocupada, o governo "fantoche", a ele enfeudado, os seus soldados, a tudo presentes, o seu dinheiro, em circulação por moéda corrente, ditada a sua lei, com delicadeza e vigor (1). Divergiram. Opunha-se Quintana à prohibição de reequipar o Paraguai as fortalezas sobre o rio. Negava-lhe Cotegipe a anexação do Chaco. Do "impasse" ao rompimento, foi um salto. Suspendeu Quintana a negociação, retirando-se para Buenos Aires. Cotegipe, que falára em celebrar separadamente a paz se não houvesse o desejado acôrdo, achou-se portanto sozinho em campo (2), e rapidamente concertou com o governo paraguaio quatro tratados (9-18 de Janeiro de 1872), o definitivo de paz, de limites (pela linha

(1) RAMÓN J. CARCANO, *Guerra del Paraguay*, II, 455 (carta de Quintana a Tejedor), Buenos Aires, 1941.

(2) Cotegipe estava disposto a tratar em separado, se os obstaculos fossem de ordem a aconselhar-lhe este passo, porém (escreveu ao ministro de Estrangeiros, cons. Corrêa, em 17 de Dezembro), a attitude de Quintana, por "feliz casualidade", o levou a isto muito naturalmente, J. F. de ARAUJO PINHO, *O Barão de Cotegipe no Rio da Prata. O grande Estadista na intimidade*, p. 35, Bahia 1916 (o melhor estudo, acrescentamos, ainda feito sobre a missão).

fixada em 1865), de extradição e de amizade, commercio e navegação, ratificados pelo Congresso, em Assunção, a 20 de Janeiro, e no Rio de Janeiro, a 27 de Março (1).

ENTENDIMENTOS E CONCORDIA

Recebe Sarmiento de má sombra a dissolução da Triplice Aliança, consagrada na paz separada. Tenta um ato de força, annunciando a decisão de assenhorear-se do Chaco, para o qual nomeia governador o general Julio Védia (31 de Janeiro). Protesta o Paraguai. Por sua vez o Império declara a necessidade de ocupar ainda por algum tempo a ilha do Atajo, na foz do Paraguai. Ha ameaça de choque armado. Insiste o governo de Buenos Aires (nota de Tejedor a 15 de Fevereiro) para que o do Rio de Janeiro não aprove os tratados. Cotegipe, de passagem por Buenos Aires, atenúa-lhe a irritação, mostrando que os interesses argentinos não tinham sido tocados. Mas a ratificação acirra de novo os animos. Para reajustar a situação serve-se Sarmiento de Mitre e o nomeia ministro, em missão especial, ao Rio de Janeiro (4 de Junho de 1872). Ninguem melhor indicado para o apaziguamento. Contrata-o com dignidade e tolerancia (notas de 25 de Setembro 2 de Outubro). O acôrdo foi assinado em 19 de Novembro de 72: restabelecia a Aliança, aprovava os quatro tratados, previa o entendimento diréto entre a Argentina e o Paraguai, determinava a retirada das tropas de occupação, reassegurava a integridade do país vencido.

(1) TASSO FRAGOSO, *op. cit.*, p. 142.

A sensatez elimina a violência (1).

Sobre a discordia baixaria a palavra final da justiça, através do arbitramento, que foi a melhor consequência do demorado litígio.

Os balsamos da conciliação espiritual seguir-se-iam aos remédios do direito das gentes (2).

(1) A Argentina representou-se por Mitre em Assunção para negociar os tratados. Acompanhou as conversações o ministro brasileiro visconde de Araguaia (Conçalves Magalhães). Não ha acordo. O Brasil firma a doutrina de que o limite no Chaco deve ser o do Pilcomayo, e concede a Argentina o arbitramento para o resto do territorio *contestado* (16 de Outubro de 73). Menos indicado estava Tejedor para ministro no Rio de Janeiro, onde a negociação continuou, representando o Paraguai Jaime Sosa. A sua proposta foi do limite no Pilcomayo, mas incluindo Vila Occidental, e o arbitramento. Não proseguu o debate. Secretamente Tejedor e Sosa combinaram (20 de Maio de 75) um tratado de limites, que dava à Argentina o Chaco até ao norte da Vila Occidental: produziu a admiração, ou o estupor, que se poe e prever. O tratado, a em diss), tinha um aspecto de compra: o governo argentino renunciava à dívida... O governo paraguaio reprovou-o (17 de Junho), demitindo Sosa. Afinal Irigoyen (Argentina) e Facundo Machain (Paraguai) firmaram em Buenos Aires, 3 de Fevereiro de 76, os tratados de paz, limites e amizade, também aprovados pelo representante brasileiro Aguiar d'Andrada: que estabeleciam a fronteira do Chaco no Pilcomayo, restituam a ilha de Atajo à Argentina, integravam o Paraguai definitivamente com o territorio entre Bahia Negra e Rio Verde, e submetiam a arbitramento o que medea entre Rio Verde e o Pilcomayo, incluindo Vila Occidental. O arbitro, presidente dos Estados Unidos, Hayes (cujo nome foi dado à Vila Occidental), em sentença de 12 de Novembro de 78, adjudicou ao Paraguai a parte do territorio em litígio. Terminou com isto o periodo agudo, quasi-belcoso, das relações de "post-guerra", com a razão reconhecida à diplomacia do Brasil.

(2) A pequena corrida armamentista entre a Argentina e o Brasil at'vára-se em 1873, chegara ao "climax" em 75, atenuou-se em 78 com a sentença de Hayes. Mas a des'intel'gencia entre os dois países resist'a à convicção dos juizos formais. Havia uma desconfiança minaz, persistente. Começou a des'spá-la a visita de Nicolás Avellaneda a Pedro II, em 1882 (AVELLANEDA, *Escritos y Discursos*, IV, 308, Buenos Aires 1910). Exemplo, porem, daquela desintelligencia, foi o apoio que tivera da Camara argentina o tratado secreto peruano-boliviano, de 1873, e a simpat'a do Imperio pelo Chile em 1878, BALMACEDA VALDÉS, *Del Presente y del Pasado*. p. 194, Santiago 1941, impedindo que a guerra do Pacifico se estendesse, em razão da querela fronteira com a Argentina, ao Atlantico. Ao convite norte-americano para a primeira Conferencia Pan-Americana em 1882, mas com a nota previa de não autor'zar anexações na America do Sul, que se chocava com a do deserto de Atacama pelo Chile, oblet'ara o Imperio, manifestando a vontade de não desamparar este ultimo, BALMACEDA VALDÉS, *Ibid.*, p. 27, EDUARDO PRADO, *A Ilusão Americana*, 2.ª ed., p. 118, e segs., PEDRO CALMON, *Brasil e America*, 2.ª ed., p. 71. Sobreveiu a "questão de Missões", em cuja solução se empenhou, em inteligente

OS LIMITES DO BRASIL

A política exterior do Império realizára a sua grande tarefa de liquidar a herança colonial com a delimitação do país. Podia orgulhar-se, em 1872, da obra feita, desde 1851, período em que se iniciára e completava o ciclo propriamente territorial do seu trabalho arguto. A resenha dos tratados que tinham fixado as linhas gerais de contacto do Brasil com os Estados vizinhos, define a importancia e marca o sistema das negociações levadas a bom termo. Com o Uruguai, os tratados de 12 de Outubro de 1851 e 15 de Maio de 52. Não ratificara a Argentina, é certo, o de 14 de Dezembro de 57: o arbitramento, porém, apaziguaria o conflito, cujo resumo apontámos. Graças a Ponte Ribeiro aceitou o Perú (8 de Julho de 41), em tratado que não deve seguimento. e afinal no que foi aprovado por ambas as partes (23 de Outubro de 51), o principio do "util possidetis" para a demarcação da fronteira, já, em seus principais acidentes, assinalada pelos engenheiros portugueses. O Javari, o Japorá, Tabatinga, dividiam os dois países. Não ratificou a Colombia o tratado celebrado com o Império em 1853 (25 de Julho) (1). A Venezuela

atividade confidencial, Vicente G. Quesada, em 1885, *Mis Memorias*, p. 419, Buenos Aires 1907, sem nada conseguir de pratico.

A questão de Missões derivava do tratado de 14 de Dez. de 1857, não ratificado allás pela Argentina, e pelo de 1876, que fixava no Pepiri-Guassu os limites com o Brasil, pretendendo ella fossem entendidos como sendo aquele, os r'os Jangada e Chapecó. O governo imperial, é claro, fez guarnecer a região contestada (territorio de Palmas), fundando duas colonias militares, e custou a aceitar o arbitramento para este litigio. que renutava infundado Veremos que a elle aquiesceu no final (7 de Setembro de 1889). Está exaustivamente definido na memoria do barão do Rio Branco, *Exposição ao Presidente dos Estados Unidos*, 1894 (Obras, I, ed. do M. n. das Rel. Exteriores).

(1) Exposição do barão do Rio Branco ao Presidente da Republica quanto ao tratado de 1907, e DUNSHEE DE ABRANCHES, *Rio Branco e a Política exterior do Brasil*, I, 20 (Obras Completas), Rio 1945.

conveio no tratado de 5 de Maio de 59 (missão de Miguel Maria Lisboa), que fixava os limites incontestados, e, do mesmo modo, a Bolívia (tratado de 27 de Março de 1867), mas com o recurso da linha geodesica oblíqua ao equador, que havia de desaparecer, quebrada pela occupação dos seringueiros e a incorporação no Brasil do territorio do Acre. O Paraguai, vimos que nesse anno de 72 deixou de ser um problema para essa diplomacia geográfica. Restavam as Guianas, de mais grave estudo — e as questões conexas, locais e miúdas, que ficariam para depois. Esperavam outros e diréto entendimentos; o reconhecimento das regiões contestadas; a explosão dos interesses confinados nessas divisórias; a complicação deles com a politica de diferentes governos; a ultima instancia da justiça arbitral, que os dirimiu a partir de 1895.

O fáto é que a *Carta Geral do Império*, de 1883 (Prof. Laurindo José Martins Penha) já o apresentava com a sua configuração nitida, balizado fortemente, pelos traços incisivos que lhe descreviam uma fronteira inconfundível (1).

(1) Vd. J. E. WAPPOEUS, *A Geografia Física do Brasil*, Rio 1884 (citando os principais autores). As questões substanciais resolvidas por arbitramento foram (além da questão do Uruguai, que já sumariamos), a da Argentina (laudo de Cleveland, 1895, que revelou os merecimentos do barão do Rio Branco como advogado do Brasil); a da Guiana Francesa em 1899 (laudo do presidente da Suíça); a da Guiana Inglesa (laudo do rei da Italia).

XXVIII

EVOLUÇÃO E REVOLUÇÃO

SÓBEM OS CONSERVADORES

Importantes acontecimentos tinham ocorrido no Império depois da nomeação de Caxias para comandar o exercito. Zacarias não pôde governar em opposição ao general de quem tudo se esperava. Incompatíveis, entre eles corria a paixão partidária, que era exigente. Ferido pelos doêstos de jornais ligados ao ministério, Caxias — em 4 de Fevereiro de 1868 — fez o que lhe cumpria: pediu demissão (1). As explicações dadas e novas provas de confiança do governo induziram-no a não insistir. Foi o Imperador que agiu por ele. Os debates parlamentares acabavam de revelar a força do partido conservador. Sentia-se oportuna a mutação. Dependia, já agora, não de uma causa, mas de um pretexto. Este foi a escolha de Salles Torres Homem para senador, contra a indicação de Zacarias, que, descoroçoado, largou o poder. O Imperador entregou-o a Itaboraí (16 de Julho) — chefe dos conservadores, ha quarenta anos, ao lado de Paulino, a figura clássica do partido, senão o seu simbolo.

(1) WANDERLEY PINHO, *Politica e Politicos do Imperio*, p. 66. Os conservadores, dada a situação externa, aplainaram então a crise, *op. cit.*, p. 75.

Note-se — para o estudo da evolução ideologica — que o programa liberal de 1864 inspirava, em 1866, a *Opinião Liberal*, jornal de um grupo de moços, Rangel Pestana, Monteiro de Souza, Henrique Limpo de Abreu..., que, em 1869, se tornaram radicais (AMÉRICO BRASILIENSE, *Os Programas dos partidos*, p. 24).

SURGEM OS REPUBLICANOS

A queda do partido liberal pela *vontade augusta*, aproximando 1868 de 1841, — produziu o efeito imediato de unir progressistas e liberais, que logo se cindiram em duas forças, notáveis pela coragem das idéias: radicais, que marcharam para a *República*, e reformistas, que — no seu protesto contra o abuso duma dissolução parlamentar apenas constituída a Câmara, e esta massivamente liberal! — se contentavam em reafirmar a confiança nos princípios, convocar para a ação futura os correligionários, (“concentração das forças democraticas para resistir à ditadura” na frase de Nabuco, em 25 de Julho), abster-se das eleições e desdenhar a violencia. O Club *Radical* e o da *Reforma* polarizaram essas tendencias, de *revolução* e *evolução*. O manifesto do segundo, as conferencias do primeiro, a ebulição cívica disto resultante — e cuja expressão lírica, por assim dizer, fôra a recepção dos estudantes, em São Paulo, a José Bonifácio, o mûço (1) — desbravaram o terreno para a primeira manifestação formal do *partido republicano*, que se organizou com a ala avançada dos *radicais*. Deitou manifesto, da lavra de Quintino Bocaiúva, em 3 de Dezembro de 1870 — lastreado de assinaturas illustres (2) — rememorando, como Ottoni na *Circular*, os erros do regime, sériando os ataques

(1) E' a estré'a de Ruy Barbosa, que o lembrou em 1918 (*discurso do jubileu cívico*) "...a datar do brinde a José Bonifácio, em 13 de Agosto de 1868..." "Logo em 1869 alcel o estandarte abolicionista... redigi o "*Radical Paullstino*"..."

A moção de José Bonifácio contra o novo minister'io t'vera 85 votos liberais em opposição a 9 conservadores e um progressista.

(2) O chefe, como primeiro s'gnatario, Joaquim Saldanha Marinho, completava assim a sua separação do partido l'beral; segu'am-se Aristides Lobo, Cristiano Ottoni, Flavio Farnese, Lafa'ete Rodrigues Pereira, Rangel Pestana, Quintino, Moreira Pinto, Salvador de Mendonça, Lopes Trovão, os Limpo de Abreu.

feitos pelos partidos monárquicos à corôa irresponsável, destacando a vocação federalista e americana do Brasil e, sem falar em abolição, apelando para a "solidariedade democrática com o continente". "A República", foi o seu jornal (1).

Enlanguesceu o partido, reanimou-se em 18 de Abril de 1873 com a convenção de Itú, que creou o *partido republicano paulista* (2), para novamente se retrair, em hibernação longa, quando desapareceu *A República*, no ano seguinte (28 de Fevereiro de 74).

OPOSIÇÃO LIBERAL

Punha em perigo a monarquia? Significava o termo da evolução constitucional, às vésperas duma subversão completa da ordem estatuida? Ou era, como das outras vezes (1842, 1848, 1860, 1868) a apresentação de um programa de reivindicações extremas, a ser reduzido e reajustado, na idade madura, pelos jovens idealistas — parecidos, em 1870, com os velhos adversários quando tinham trinta anos menos? Assim pensaram os dois partidos poderosos e, do liberal, a elite da "Reforma", que, renunciando às eleições de 1868, havia de reaparecer, mais combativa do que nunca, em 1872, levando à frente um tribuno flamejante, Gaspar da Silveira Martins (3).

(1) Vd. EVARISTO DE MORAIS, *Da Monarquia para a Republica*, ps. 29-66, Rio 1936.

David Moreira Caldas, no Piauí, publicou a partir de 1868, seu jornal republicano *Amigo do Povo*, que, em 1873, se chamou *Oitenta e Nove*. Profeticamente...

(2) A primeira reunião para formar-se o partido foi em S. Paulo, 17 de Jan. de 72: Americo Brasiliense, José de Vasconcelos de Almeida Prado, Bernardino de Campos, Camões Salles, o abolicionista Luiz Gama, Americo de Campos, Azevedo Marques..., JOSÉ MARIA DOS SANTOS, *Os Republicanos paulistas e a abolição*, ps. 114-5, S. Paulo 1942.

(3) Distinguiu-se o tribuno rio-grandense em famosa conferência a 16 de Maio de 69 na Fen'x Dramática, e, na sua provincia, conseguiu unir liberais progressistas e historicos, creando "A Reforma", jornal do partido, JOSÉ JULIO SILVEIRA MARTINS, *Silveira Martins*, ps. 38-9, Rio 1929.

A QUESTÃO ABOLICIONISTA

O gabinete de Itaboraí ilustrou-se com a administração financeira, mas não sobreviveu à luta das idéias. Fulminou-o a política do Imperador na questão abolicionista, que abriu.

Terminada a guerra civil nos Estados Unidos, o problema da extinção de escravatura devia decidir-se no Brasil. Em 1843, Vasconcelos podia teimar: a África tem civilizado a América (1). Em 1865 já não era possível sustenta-la. Deve-se a Montezuma o primeiro projeto formal de abolição, em 1865 (2). Pimenta Bueno (provavelmente a mando do Imperador, insinúa Nabuco) (3), apresentou no ano seguinte ao Conselho de Estado cinco projetos com as várias modalidades da abolição, como a quizesse o governo. A secção do Conselho recebeu-os sem entusiasmo e os guardou com prudência: esperassem... A Junta Francêsa de Emancipação, com os seus nomes gloriosos, apelou, a esse tempo, para D. Pedro II. Caíra o gabinete de Olinda e governava Zacarias. O monarca incumbiu o ministro Martim Francisco de responder — corajosamente — que isso era questão de “forma e oportunidade” (22 de Agosto de 1867). Mais palavras não precisava dizer, para a sentença de morte à escravidão — lavrada pela corôa.

Verdade, a situação do Império não era a mesma dos Estados Unidos antes da guerra civil. Aqui, a

(1) OCTAVIO TARQUINIO DE SOUSA, *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, p. 241.

(2) OSORIO DUQUE-ESTRADA, *A Abolição* (esboço historico), p. 43, Rio 1918.

(3) *Um Estadista do Império*, II, 388.

partir de 1850, ia decaído o numero de escravos; crescera ali, depois de 1820, com a área economica dos Estados do sul (1). Tanto o algodão aumentára, condensando, a população cativa na America do Norte, quanto o açúcar do reconcavo e o café da serra a diluíam no Brasil. A exportação, acolá, acompanhára a progressão da escravatura; no Brasil, não se relacionava diretamente com ela. Para 1.700.000 escravos em 1847, havia 1.400.000 em 1866 (escrevia Tauxay para o "Journal des Économistes") (2). O tempo, neste caso, era o aliado do negro. Foi maior a corôa; antecipando-se à solução normal. Não, enquanto durasse a guerra — objetou, irredutível, o partido conservador, impedindo, com a sua resoluta attitude, que Zacarias incluísse o problema na *Fala do Trôno* (3). O proprio Paranhos — em 1871 o apóstolo da redenção dos nascituros — o considerou em 1867 inoportuno, e perigoso. Ficou o Imperador praticamente isolado, com a sua promessa. Tombada, porém, a situação liberal, os "radicais", no seu desgosto, bateram com força a técla abolicionista. De novo prevaleceu o "pensamento augusto".

Vencera-se a guerra: que se fizessem as reformas!

Em 1 de Maio de 70, o Imperador escreveu a Itaboraí, "seria um grande erro o não dizer o governo alguma cousa sobre a questão da emancipação na

(1) Vd. CHARLES A. and MAURY R. BEARD, *The rise of American civilization*, I, 654, New York 1940. As justificativas da escravidão, o conde de Gasparin chamou, em 1861, de "teologia algodoeira..."

(2) *Journal des Économistes*, 3.^a série, III, 382, Maio 1867.

(3) Cotegipe, diz-se, alegou que resistiria com uma espingarda... Negou tivesse avançado tal ameaça (WANDERLEY PINHO, *Politica e Politicos do Império* p. 138), mas foi dos que discordaram do imperial abolicionismo a vespers da queda de Itaboraí, *ibid.*, p. 137. Nenhuma "evolução" fóra mais completa que a de Paranhos, entre 67 e 70.

Fala do trôno" (1). O presidente do conselho não se submeteu: e caiu.

O "após guerra" transportava, nos ares renovados, uma revolução. O proprio partido conservador, com S. Vicente e Paranhos, dela se apercebeu e orientou-a nos primeiros passos.

(1) WANDERLEY PINHO, *op. cit.*, p. 133 (com os docs. do arq. de Cotegipe sobre o episodio), TAVARES BASTOS, *cadernos* ms. na Bibl. Nac. O Imperador antec'pou-se, fazendo libertar a 24 de Maio de 70 os filhos dos escravos da fazenda imperial.

O LIBERALISMO IMPERIAL

APÓS GUERRA

O “após guerra”, de 1870, apresentara à prudência dos estadistas do Império uma série de graves problemas. Todo “após guerra” traz consigo essa ebulição revolucionária. Em 1828, voltando do Prata, as tropas descontentes estavam disponíveis para derubar o regime.. Em 1870, repatriando-se em desfiles magníficos estavam preparadas para uma intervenção formal na luta política. Antepoz-lhes o Imperador a autoridade tolerante. Viu que as grandes queixas recaíam no ministério. Soube que a infiltração republicana atingira as camadas inferiores do exercito (1). Apurou que os liberais ofereciam as suas simpatias ao conde d’Eu. E promoveu o deslocamento do poder — capaz de contornar a crise — dos “saquaremas” intransigentes para a ala avançada do mesmo partido, chefiada por Paranhos (visconde do Rio Branco). A primeira das leis abolicionistas ser-

↓ (1) Foi o caso do capitão Pompílio de Albuquerque, diria mais tarde Salvador de Mendonça, Artur Vieira Peixoto, *Floriano*, p. 125, Rio 1939. A quas-sublevação da noite de 17 de Julho, quando militares deram vivas à família imperial e morras a Muritiba. (ministro da guerra), foi descrita pelo coronel Tiburcio em carta a João Brigido, Eusebio de Sousa, *Tiburcio*, p. 77, Fortaleza 1937. Resolveu por isso o Imperador que o conde d’Eu fosse viajar pela Europa, o que fez inesperadamente em 23 de Agosto, para voltar no ano seguinte, P. CALMON, *A Princesa Isabel*, p. 99. E. DE SOUSA, *ibid.*, p. 75, A. RANGEL, *Gastão de Orléans*, p. 305.

viu de bandeira a essa evolução, que situou o trôno à frente das idéias, e o revigorou em 1871. Os homens eram conservadores, as medidas, liberais... (1).

OS ESCRAVOS

No continente (resumira Stuart Mill) restavam o Brasil e Cuba... Já Karl Marx ensinava, que da tragédia norte-americana se desdobrara a onda socialista, sua consequencia irreprimivel. O poeta presentira:

Ao grito do Niagara,
Sem escravos Guanabara...

Em 1867 escrevia outro poeta: "O que é a abolição para o Brasil? E' a revolução" (2). A literatura tinha o direito de promovê-la, antes da politica: foi a prioridade do sentimento. E' dificil isolar os precursôres, porque, se Luiz Gama, em São Paulo, se antecipou à corrente lírica, cujo interprete supremo foi Castro Alves (3), pela mesma epoca, em prosa e verso, um pouco por toda parte, esfuziaram as mensagens abolicionistas. Pedro Pereira — que em 1850 profetizára na Camara a redenção dos escravos — vinha depois de Antonio Ferreira-França, que soltára o mesmo brado em 1834; este, por sua vez, sucedia a José Bonifácio, o Patriarca... A idéia, suspensa à cultura liberal como uma reivindicação cristã, um pro-

(1) Disraeli: "Tory men, Whig measures..." (ESMÉ WINGFIELD-STRAFORD, *The History of British Civilization*, p. 679, London 1942.

(2) PEDRO LUIS, *Dispersos*, p. 202 (ed. da Academia Brasileira, Rio 1934.

(3) Vd. SUD MENUCCI, *O Precursor do abolicionismo no Brasil* (Luiz Gama) p. 132, S. Paulo 1938. Em 1861, no colégio do Dr. Abilio, o menino Castro Alves promete ser o "poeta dos escravos":

Ah, não pode ser escravo,
Quem nasceu no solo bravo
Da brasileira nação.

testo jurídico ou um remorso da sociedade, que se utilizava do escravo envergonhando-se da escravidão, não pertencia a um grupo ou a um momento histórico, porque rolava dos antigos tempos como um problema insolúvel. Levára-o Montezuma para o Senado em 1865 — como um éco dos acontecimentos norte-americanos; e Perdigão Malheiro, em 1866, no seu copioso livro, para o pretório e a academia (1). A *Fala do Trono*, em que se patenteou, a respeito, o imperial capricho, em 1867, ambientou definitivamente a questão na política oficial. Ufanou-se Teixeira de Freitas, na Consolidação das Leis Civis: “Cumpre advertir que não ha um só logar do nosso texto, onde se trate de escravos” (2).

VISCONDE DO RIO BRANCO

Vimos que o gabinete de Itaboraí resistira à imperial vontade desde 1868. Não foi difícil à dissidência conservadora derrubá-lo explorando o silencio, aquele silencio absurdo, da *Fala do Trono*, de 70, a proposito da abolição. Uma vitória dos ministros sobre a “vontade irresponsavel”, escreveu José de Alencar no “*Dezeseis de Julho*”.

Na Camara, Teixeira Junior rompeu o fogo em 14 de Maio. Declarou o visconde do Rio Branco, descobrindo o pensamento do Imperador — que em Maio do ano seguinte o governo apresentaria um projeto sobre o elemento servil (3). Itaboraí devia resignar,

(1) *A Escravidão no Brasil, Ensaio histórico-jurídico-social*, 2 vols. Rio 1866 (2.^a ed., S. Paulo 1944).

(2) *Consolidação*, p. VIII, Rio 1862. A comissão revisora censurou-o por isso, mas preferiu o codificador relegar as normas relativas à escravidão para um “Codigo”.. negro (nota à mesma p.).

(3) *Discussão da reforma do elemento servil*, I, 41, Rio 1871. Caiu o gabinete quando o Imperador apolou a emenda de Nabuco que creava o fundo de emancipação, JOAQUIM NABUCO, *op. cit.*, III, 557.

vencido: resignou em 29 de Setembro, substituído pelo marquês de S. Vicente, com a sua aureola de autor das cinco propostas abolicionistas de 1866. O jurisconsulto não era capitão para a tormenta. O presidente do conselho para o momento era Rio Branco, que lhe sucedeu em 7 de Março de 71, mas — de muito indicado para o cargo — já em 25 de Janeiro tratava de organizar gabinete. Revigorou-lhe a importância a situação singular da monarquia nessa época intranquila.

Em 7 de Fevereiro de 71 falecera em Viena d'Austria a princesa Leopoldina. Abalado pela dôr, fatigado pelo trabalho sem férias com que arcára, absorvente, durante a guerra, veletudinário e impaciente, queria o Imperador ir à Europa em longa viagem; e disse que, se não lhe déssem a lei que libertaria os filhos das escravas, preferia não voltar (1). Para arrancá-la a um parlamento dominado pelos sólidos interesses da grande propriedade, habituada a todas as contemplações da lei, se necessitava de um forte temperamento de chefe: talento oratorio, energia subtil, persistencia heroica. Foram as qualidades que mostrou Rio Branco na tremenda refrega.

A LEI DE 28 DE SETEMBRO

A princesa Isabel assumiu a Regencia, prestando no Senado o respectivo juramento, em 20 de Maio. O Imperador só regressou da Europa (vitoriosa a causa do governo) em 31 de Março de 72 (2). Estava

(1) P. CALMON, *op. cit.*, p. 104.

(2) Vd. *Diario de viagem do Imperador à Europa, 1871-2*, ms. no Inst. Hist., Rio (resumidos in *O Rei Filósofo*, 2.ª ed., cap. XXVII). Sobre a passagem em Portugal: EÇA DE QUEIROZ e RAMALHO ORTIGÃO, *As Farpas*, vols. 2.º e 10.º. Na França: RENÉ VALLERY-RADOT, *La Vie*

entregue o Império à inexperiencia da princêsa assistida pela firme autoridade de um governo de confiança nacional.

A ausencia do soberano dar-lhe-ia este caracter, se a popularidade do programa não o recomendasse por si só ao respeito do país.

O Parlamento cindiu-se, como era natural, mas com a circumstancia de ficarem contra o projeto que extinguiu a escravidão para os nascituros (lei do "ventre livre"), lúcidos espiritos como Alencar, Perdigão Malheiro, Antonio Prado, Ferreira Viana... Somavam-se à bancada fluminense dirigida por Paulino José Soares de Souza (filho do visconde do Uruguai), e cuja voz mais alta era então Andrade Figueira — contra a maioria inabalavel. Presidia às sessões Teixeira Junior (1). Para obviar à obstrução adoptou Rio Branco um processo antipático, mas decisivo: o encerramento da discussão (59 votos contra 39) esmagando, com o numero, a resistencia. Acharam-no oppressivo; e ele vencia. Venceu dentro e fóra da assembléia. Debalde os escravocratas de todas as facções e a sua imprensa cobriram de injúrias essa politica, e, alem dela o Imperador (dado por Alencar e Ferreira Viana como responsavel pela imposição). Atraz do presidente do conselho estava a consciencia da sociedade. As forças sentimentais da côrte. A mocidade das escolas, o liberalismo das elites, a opinião das ruas. Ainda não era o movimento subterraneo e insurrecional, que se desencadearia em 1882, pela alforria dos escravos, mas uma aprovação severa e geral da filantropia do Estado.

de Pasteur, p. 643, Paris 1919; GEORGES RAEDERS, *Pedro II e os sábios francezes*, p. 19 e segs., R'ô 1944 (e as informações recolhidas por HEITOR LYRA, *op. cit.*).

(1) Vd. MOREIRA DE AZEVEDO, *Curiosidades*, p. 151.

A ultima das sessões em que se debateu o projeto ficou historica, porque das galerias caíram flôres sobre os senadores, e o ministro dos Estados Unidos, presente, desceu ao recinto, recolheu algumas, e disse que as mandaria para o seu país, afim de que vissem lá que faziamos sob chuva de pétalas o que tanto sangue lhes custára. . . Tinha razão. Tomara ares de impertinencia a demonstração estatistica dos prejuizos causados à economia. Prevalencia a idéia de que, embora todos a reconhecessem, a escravidão não se justificava. Tolerava-se, como um estado de necessidade. Por enquanto. Para não perturbar a produção nas suas fontes latifundiarias. A prazo certo. A Princesa sancionou em 28 de Setembro a lei do “ventre livre”. Não nasceriam escravos no Brasil! O problema, decaia de importancia. Com os existentes, cessaria a instituição maldita. A corôa triunfára na sua generosidade; mas superára ao mesmo tempo a confusão do “após guerra”.

Em 1871 adiantára-se, usurpando aos liberais o programa emancipacionista, assim realizado pela dissidencia conservadora. Em 72 estava suficientemente forte para revestir o ministério — bem plântado na sua vitoria — de um mandato inquestionavel. Permittiu-lhe o Imperador a dissolução da Camara (20 de Maio), e as eleições subsequentes lhe déram uma quasi unanimidade. O vicio das eleições! Por toda parte, a exclusão dos adversarios, a “derrubada”, o monopolio ministerial. “Ou polvora e bala, ou abstenção”, sintetizou Nabuco. Sómente no Rio Grande, onde Osório, Porto Alegre e Silveira Martins tinham nas mãos o eleitorado, e em Minas, onde Martinho Campos e Assis Martins lograram eleger-se, não foi total o exito do gabinete. 7 oposicionistas, isolados

num parlamento disciplinado! A patrulha, no caso, valia um exercito (1).

O Imperador achiára em Rio Branco o ministro ideal (2). Quasi o perdera em 1865, para ficar com Tamandaré. O estadista perdoara-lhe a preferencia. Entre o homem de partido e o almirante, em plena guerra o soberano não hesitára. Saldadas as contas, fôra o civil, com o seu tino politico, o diplomata da ultima fase da campanha, e ninguem, melhor do que ele, faria as vezes de tutor da corôa na ausencia de Sua Majestade. Percebe-se que houvesse um entendimento intimo entre essas duas almas aparentemente opóstas. A frieza, a intransigencia discreta, a autoridade imperiosa e dissimulada de D. Pedro II, combinavam-se — no complemento das qualidades — com a energia, o aticismo parlamentar, o senso de ordem, a cultura expansiva de Paranhos, neste caso o mais inteligente de seus interpretes. Em 1871, na luta pela “lei do ventre livre”, o presidente do conselho estava com o Imperador. Em 1872, na “questão religiosa”, foi o Imperador que esteve com o presidente do conselho. Nesta seródia “questão religiosa” ha outro sin-

(1) Vd. sobre a estreia de Silveira Martins, JOSÉ JULIO SILVEIRA MARIINS, *op. cit.*, ps. 52-3, visconde de TAUNAY, *reminiscencias*, ps. 20-22, S. Paulo 1923. “Sansao do imperio”, chama-lhe Nabuco... Mauá, deputado da mesma bancada, revida ao ataque feito pelo tribuno naquele discurso de estréia (27 de Dez. de 72) ao governo do visconde do Rio Branco, seu amigo, e recorreram ambos ao eleitorado do 2.º distrito do Rio Grande, que se pronunciou contra o deputado dissidente. Assim renunciou Mauá a sua cadeira, JOSÉ JULIO, *ibid.*, p. 65. Rio Branco, porém, soube neutralizar a opposição de Silveira Martins, com ele transigindo, pela necessidade de governar o Rio Grande a assembléa provincial que era toda do seu partido. Ganhou com isto a provincia importantes melhoramentos: uma trégua útil. Outro laço entre os dois foi a questão religiosa, tomando Gaspar a defesa do governo, contra a “rebeidia dos b.spos”.

(2) “E’ o meu homem, em quem deposito toda a confiança”, dissera o Imperador, na Europa, ao visconde de Itaúna, cit. de HEITOR LYRA, *Hist. de D. Pedro II*, II, 15. O visconde de Taunay cita o que o Imperador escreveu à margem de um livro, sobre Rio Branco: “Ainda não conheci pessoa mais inteligente e perspicaz...”, *Homens e Cousas do Imperio*, p. 118, S. Paulo 1924.

tôma do mal-estar de “após guerra”: mas com a variante das atitudes filosoficas.

O trono, contrariando o seu velho interesse, passou-se para o outro lado, isto é, para o lado da Revolução. O governo continuava à frente das idéias, como se temesse cair deixando-as ir adiante. Como tomára as guias ao abolicionismo, sobrepondo-se, no ano anterior, aos conservadores, aceitou o desafio do clero, lisonjeando o liberalismo radical. Rio Branco representou em 71 o papel de redentor de uma raça, em nome da monarquia, magnânima; mas em 72 era o livre-exame, a maçonaria, o laicismo, a esquerda, contra o episcopado e Roma. D. Pedro II era catolico, obedecia com uma correção minuciosa às exigencias do culto, e o praticava, mas, de formação “voltairreana”, encarnava o Estado nas suas “regalias”. Foi bem o filho do rei que demolira em Portugal a ordem histórica...

QUESTÃO DOS BISPOS

Declarou-se o conflito — que, de facto, andava no ar — no dia em que, insubmisso às admoestações do bispo do Rio de Janeiro, o padre Almeida Martins foi falar ao Grande Oriente do Lavradio em festa dedicada a Rio Branco. Este era o grão-mestre. A homenagem referia-se à Lei de 28 de Setembro. Mas nenhum sacerdote podia infringir tão de publico as cominações papais contra a maçonaria sem graves penas. O bispo antecipou-se a outros julgamentos, suspendendo de ordens o padre-orador. A Igreja apresentava-se para a batalha! Os maçons uniram-se, indignados, em torno do seu chefe. Saíram a lume as objurgatorias. Os jornais em curso, e outros que então apareceram, atiraram-se eloquentemente ao tema

das liberdades espirituais. Dir-se-ia que de repente explodiam os recalques dum longo silencio, e vinham desferrar-se das velhas queixas todos os materialistas do Império. Não ficaram atraz os catholicos na defesa e no ataque.

A pendencia, porém, morreria na côrte, como um prélio de opinião, se o bispo de Olinda, jóven e illustre, D. frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, não entrasse nele com a sua sinceridade apostolica. Acabava de empossar-se da diocese (22 de Maio), agradecido aliás ao governo que o indicara (1), e deparou com o problema: as lojas maçonicas misturadas às irmandades do Recife. Proibiu a missa que uma delas encomendára para 29 de Junho, data de sua fundação. Este ato do prelado foi o principio da contenda, que havia de agitar dois anos a politica nacional, as relações entre o Estado e a Igreja, a diplomacia e o pontificado.

Os jornais, que acharam impertinente os zelos de D. fr. Vital, lhe exhibiram, irônicos, os nomes dos membros das irmandades que tinham cargos maçônicos. E os padres filiados às lojas... Fácil foi ao bispo afastar desses compromissos os padres. Quanto às confrarias, usou de outro recurso: intimou-as solenemente, e por três vezes, segundo a regra canônica, a eliminarem tais irmãos... Extrema e severa medida, derivou para o fôro politico a questão religiosa. Interditadas em consequencia, as irmandades recorreram para a corôa (10 de Maio de 73): associações isentas,

(1) Em 14 de Set. de 71 escrevera a João Alfredo: "Como brasileiro e como catolico, na pessoa de V. Ex. felicito igualmente e do Intimo d'alma todo o ministerio, do qual V. Ex., é incontestavelmente uma das glorias, e que immortalizou-se dotando a cara Pátria com essa tel sumamente humanitaria..." (Ms. no arq. João Alfredo; vd. nosso *A Princesa Isabel*, p. 115). Em 28 de Fev. de 73, porem, lamentava, "sendo V. Ex. catolico, fazer parte de um Ministerio, cujo presidente é Grão Mestre de uma das facções maçonicas..." (*Ibd.*).

titulares de suas capelas, amparadas por lei... O ministro do Império era o mais proprio para tratar com D. fr. Vital, seu comprovinciano, e protegido. Além disto, fino politico, João Alfredo, antes de usar dos rigôres do processo ordinario, apelou para que, suasoriamente, levantando a interdição, envereciasse pelo caminho das conciliações... Que não; que estava em jogo a Igreja; que era Pio IX quem mandava proceder com "a severidade das leis canonicas" contra as irmandades "que tão torpemente viciaram a sua indole"! O Imperador irritou-se (1). O poder espiritual tomava o pulso ao poder temporal. Quantas vezes sucedera isto na História! A querela tinha a fatigada configuração dos mais antigos dramas, lembrando D. Pedro II todos os reis, Pio IX todos os papas, nos seus conflitos jurisdicionais. Apesar disto, ou por isto, a questão apaixonou o Brasil inteiro.

A mocidade liberal, a maçonaria, no parlamento os oradores dos dois partidos (2), multidões trabalhadas pelos velhos preconceitos anti-clericaes, combateram com violencia não só os padres, como as manifestações externas do culto. Fortalecido por este apoio, mandou logo o Imperador a Roma o seu melhor diplomata, o barão de Penedo, a indispôr o Pontifice contra o bispo. Simultaneamente, ordenou que corresse perante o Supremo Tribunal de Justiça o processo por crime de resistencia à lei.

(1) E' prova desta irritação o bilhete de D. Pedro II a João Alfredo, in *arg.* deste: "Já li o aviso mandando proceder contra o Bispo de Pernambuco, e entendo, como o Ministerio, que cumpre fazer respeitar as leis com toda a energia". Rio Branco fizera disto questão de confiança e trabalhára o Tribunal... (*A Princesa Isabel*, p. 116, cf. docs. do mesmo *arg.*).

(2) Silveira Martins, partidario da "Igreja livre no Estado livre"; rompera o debate a 31 de julho de 73: informasse o governo sobre as providencias tomadas em face da desobediencia dos bispos. Rio Branco, logo depois na tribuna, verberou o procedimento dos preiados...

Por esse tempo o bispo do Pará, D. Antonio de Macedo Costa, pondo-se ao lado de D. fr. Vital, cominou as mesmas penas às irmadades ligadas aos mações. Abrangeu-o o processo instaurado. O bispo pernambucano foi preso em 2 de Janeiro de 74, chegou ao Rio a 19, compareceu ao Tribunal em 21 de Fevereiro, e desdenhou replicar à acusação, dizendo — “Jesus autem tacebat”. Também Jesus silenciára... Grande sensação foi a que percorreu o mundo cristão com esse julgamento escandaloso, insensível o Estado às preeminencias ecclesiasticas, obstinado e leigo... Os jornais catholicos das provincias queixaram-se da monarchia. Republicanos e liberais, Saldanha Maranhão (com o anti-jesuitico pseudônimo de Ganganelli), Quintino Bocayuva, Tavares Bastos, o jôven Ruy Barbosa, correram em auxilio do trôno, contra a clerezia, que por sua vez agrupou nas linhas de defesa notaveis polemistas: Zacarias, Ferreira Viana, Candido Mendes, Silveira Lobo...

Faltava logica ao conflito. Mais o complicou a diplomacia em Roma. Para ajudar a missão de Penedo mandou Rio Branco, em discreta visita à Santa Sé, o conego Pinto de Campos. Inicialmente o cardinal Antonelli, Secretario de Estado, recebera favoravelmente as razões do governo e achára exagerado o zelo dos bispos (1). As communicações do conego e do barão tranquilizaram o ministério, como a João Alfredo, em 15 de Janeiro de 74, informou Rio Branco: “O Barão de Penedo foi muito recebido!... O Santo Padre censura e reprova o procedimento do Bispo de Pernambuco, que não interpretou bem as pias intenções...” A carta alviçareira de Pinto de

(1) Confidência de D. João Esberand recolhida pelo P. Gonzague, Monseigneur Vital, p. 190; SOLIDONIO LEITE, *Uma Figura do Imperio*, p. 102, Rio 1925.

Campos é de 28 de Janeiro (1). Sim, o cardeal Antonelli não queria desgostar o governo imperial. Mas o Papa não sabia do processo, muito menos da prisão dos prelados!

Sobreveiu ao ministério de Rio Branco a crise que o derrotou. Foi a falencia do banco Mauá (2). A 17 de Maio o banco suspendeu pagamentos, sem fundos em Londres para atender aos saques do Tesouro que subiam a 7 mil contos. Recusou-se o Banco do Brasil a socorrer-lo. Ferido pelo révé, desgostoso com a divisão de seu partido e sem força para comandá-lo, Rio Branco achou de bom aviso demitir-se (22 de Junho).

CAXIAS NO GOVERNO

Conseguiu o Imperador que o duque de Caxias, relutante e veletudinario, aceitasse a presidencia do conselho (25 de Junho de 1875). Cotegipe, na pasta da fazenda, foi o seu braço direito. Esse governo era conservador. Mas na trama intima contrastava com o que caíra. Tinha por fim refazer a união do partido, quebrada em 1871, resistir aos liberais, que se quei-

(1) Docs. do arq. de João Alfredo.

(2) Cesario Alvim, 27 de Abril de 1877, na Camara, dila: "Ilustre homem de Estado vergou aqui a fronte sob o peso de imenso desastre por haver confiado, sem garantias, 7 ou 8 mil contos de dinheiro do Tesouro a um banqueiro então quasi fallido". JOSÉ JULIO, *op. cit.*, p. 88. "Não foram aceitos em Londres os saques remetidos pelo governo, e a casa bancar a se viu coagida a suspender pagamento", PEREIRA DA SILVA, *Memorias do meu tempo*, II, 165. Allás' des'le 1873 se falava da quasi falencia da poderosa casa, ALBERTO FARIA, *Mauá*, p. 542, que entretanto se ter'a salvo, se o Banco do Brasil lhe emprestasse 3 mil contos, fartamente garantidos, MAUÁ. *Exposição aos credores*, e CLAUDIO GANNS, *Autobiografia*, cit. A directoria do Banco foi implacavel, abriu-se a falencia, a que se seguiu a concordata, e a honrosa reabilitação do illustre financista. Que foi aquela a causa da queda do ministro, disse o conde d'Eu em carta ao pai: "...mais li para t probable qu'il a succombé sous le poids accumulé du scandale des 7.000 contos perdus dans l'affaire Mauá..." A. RANGEL, *Gastão de Orléans*, p. 318.

xavam do longo ostracismo e exigiam a regeneração do regime eleitoral, pacificar politicamente a Nação. Numa palavra (resumiu um politico da opposição), “não para realizar idéias”, mas “para impedir a ascensão dos liberais, argamassando em um só corpo todos os elementos dispersos e antagônicos do partido conservador”... (1). Inicialmente impoz à corôa a anistia dos bispos, decretada — com muitos júbilos da população catolica — em 17 de Setembro.

A QUESTÃO ELEITORAL

Novamente confiante na solidez da situação, empreendeu D. Pedro II no ano immediato uma viagem aos Estados Unidos, para ver-lhes o progresso nas festas centenarias da Independência, e à Europa, até o Oriente (2). Assumiu a Princesa Isabel a regencia em 26 de Março de 76 (3). A questão que dominava o parlamento e a imprensa era então a reforma eleitoral. Os conservadores agora no poder se tinham comprometido com a revisão do sistêma. Queria-se que as viciadas eleições de 72 fossem as ultimas do Império sem o amparo às minorias, a leal consulta ao povo. Os liberais pediam o *sufragio universal*, na sua fórmula dirêta. Por toda parte essa conquista democratica invadia os Estados. A eleição indireta ou de dois grãos — listas, no primeiro, manipuladas pe-

(1) PINHEIRO GUIMARÃES, *Na Esfera do Pensamento brasileiro* (Carta de Francisco Pinheiro Guimarães, de 17 de Março de 77), p. 258, Rio 1937). Caxias aceitou forçado pelo Imperador, como diz PEREIRA DA SILVA, *op. cit.*, p. 167, e ele escreveu em carta publ. por VILHENA DE MORAES, *O Duque de Ferro* e H. LYRA, *op. cit.*, I, 473.

(2) Sobre a viagem à Amer'ca, MARY W. WILLIAMS, *Don Pedro the Magnanimous*, cap. X, Chapel Hill, 1937; H. LYRA, *op. cit.*, II, cap. IX; P. CALMON, *O Rei Filosofo*, cap. XXIX (e a respectiva bibliografia).

(3) Vd. Instruções do Imperador à filha, HEITOR LYRA, in *Jornal do Comercio*, 18 de Agosto de 1935.

las mesas paroquais constituídas à feição dos delegados do governo — confirmaria sempre o domínio do ministério onnipotente. Mas este, em 75, já pensava diferentemente. Pareceu-lhe excessiva a reforma radical e ficou no meio termo: o paliativo da lei do “terço”, proposta pelo gabinete anterior. Considerava-se que o *sufragio universal* implicaria a reforma da Constituição, em que se não devia bolir; que mais valia tentar o sistema de representação das minorias (um terço) do que subverter nas linhas clássicas as instituições... A reforma não contentou a nenhum dos partidos. Caxias, idoso e céptico, não levaria longe o fardo. Com a volta do Imperador subiria a oposição: e já se lhe indigitava o chefe, Sinumbú. Foi um ato feliz da regencia a escolha de senador, na lista triplice do Rio Grande, do general Osório — acolhido no Rio (onde continuava a falar-se de revolução rio-grandense) com retumbantes homenagens (1). Em 26 de Setembro de 77 — quando D. Pedro II retomou o governo — havia paz, pelo menos, na politica nacional: porém paz insincera e precaria. A que precede às grandes transformações; uma trégoa.

(1) Crônica de MACHADO DE ASSIS, cf. MAX FLEIUSS, *Páginas de História*, p. 697, Rio 1930; FERNANDO OSÓRIO, *História do General Osório*, II, 695-701.

SOB O SIGNO DA ELEIÇÃO DIRETA

Os conservadores aceitavam a eleição diréta; contanto que a fizessem. Dependia do Imperador mante-los no poder, com este compromisso, ou chamar os liberais, que o exigiam, como verdadeiros donos da idéia. D. Pedro II ponderou isto mesmo a Caxias. Sendo dos liberais a primazia da idéia, considerava indispensavel que deles fôsse o governo, para realizá-la: e convocou Sinumbú para a conferencia decisiva (1). Como faria a reforma?

O MINISTÉRIO DE SINIMBÚ

O encontro deu-se a 3 de Janeiro de 1878. Sinumbú resolveria tudo com a consulta ao eleitorado, que dêsse poderes constituintes à Camara. Objetava o Imperador, que os poderes se limitassem ao regime eleitoral, e de nenhum modo se dispensasse a colaboração do Senado. Concordaram: e a 5 de Janeiro estava organizado — depois de dez anos de opposição — o ministério liberal. Na presidencia ficava Sinumbú. Entravam, Osório, na pasta da guerra, Lafaiete, egresso do partido republicano, Vila Bela, Leoncio de Carvalho, Andrade Pinto, Gaspar da Sil-

(1) Carta de D. Pedro II a Caxias: "Portanto, ambos os partidos a desejam, e eu não tenho senão que achá-la oportuna, entendendo que deve ser o partido liberal, que primeiro, e constantemente tem pugnado por ella, que a faça".

veira Martins: vale dizer, os expoentes da corrente democratica que, desde 1868, alagára a cultura nacional com as suas aguas tempestuosas. Governo de confiança pública, se recrutava algumas das figuras mais populares do país; sobretudo de ação e autoridade (1)!

Era evidente que se reproduzira — em sentido contrário — o arbitrio imperial, apeiando inopinadamente uma situação, de que se fizera juiz. Como em 1868 falára Nabuco de ditadura, em 1878 eram os conservadores que disto se queixavam. Exorbitára o trôno... Mas se o trôno não exorbitasse (convinham os liberais) o prolongamento indefinido do governo levaria o país à revolução. Ruy Barbosa (jôven deputado pela Bahia na sessão de 1879) justificaria, com abundantes exemplos inglêses, esse direito da corôa, de derrubar o partido dominante sempre que o adversario tivesse as "simpatias nacionais" (2)! Mas o gabinete de Sinimbú pecou, como os anteriores, pelo abuso eleitoral, que lhe deu Camara unânime. A opposição estava no Senado. Começou mal, se o problema era a reabilitação do voto, e, para o discutir acolá, não havia um só representante do partido derrubado. Sucedeu o inevitavel: os proprios liberais se cindiram quanto à fórma da futura lei de eleição diréta. Obstinava-se o governo em "constituente constituída", isto é, a outorga à assembléia de poderes constituintes limitados ao objéto, enquanto um grupo de deputados (José Bonifácio, Ruy Barbosa na primeira li-

(1) P. CALMON, *O Rei Filosofo*, p. 336.

(2) *Discurso* de 17 de Março de 1879, in *Obras Completas* (edição do Ministério da Educação), v. VI, tomo 1, p. 68. E' curioso comparar-lhe a doutrina com a dos liberais em 68: reforma (isto é, impossibilidade do imperial arbitrio) ou revolução.

nha) a queria na plenitude destas funções (1). Apresentado o projeto a 13 de Fevereiro de 79, passou na Camara a despeito da incriminação, porém para cair no Senado, onde Cotegipe levantára a bandeira da reforma por simples lei ordinaria.

Tropeçou o ministério nas proprias discrepâncias. Antecipára-se, na dissolução da Camara anterior, para contentar a Gaspar Martins (2). Não o pôde porém satisfazer, no voto aos acatólicos, que exigia. Demitiram-se (8 de Fevereiro de 79) Gaspar e Vila Bela. Foi o primeiro substituído por Afonso Celso (futuro visconde de Ouro Preto), seu antagonista em idéias financeiras (3). O falecimento de Osório abateu o principal arrimo desse governo debilitado pela desunião. Não foi mais feliz Leoncio de Carvalho com

(1) Ficou sobretudo memoravel a oração de José Bonifácio em que, apelando para o governo, empregou algumas das mais belas imagens que se contém nos anais da oratoria parlamentar. Ficou na lembrança de muitos, e ainda hoje repetimos, por exemplo, aquella apóstrofe ao ministro da marinha: "heroína hercúlea dos seios titânicos... eu sou a Bahia!" (JOSÉ CEZAR DE FARIA, *José Bonifácio — o moço*, p. 274, S. Paulo 1944). A tésede de Ruy consistia na competência parlamentar da reforma constitucional, como na Inglaterra. Limitou-se a não assinar o projeto (*Discurso* de 10 de Julho de 79).

(2) Para as despesas urgentes, entre estas o auxilio aos itageados da séca do Ceará, Gaspar da Silveira Martins queria emitir 60 mil contos, concessão que não lhe faria a Camara conservadora. Obteve pois que fosse dissolvida, 11 de Abril, PEREIRA DA SILVA, *op. cit.*, II, 191, e emittiu 28 mil contos. Voltou à praxe do lançamento de apolices ante a queda do cambio: mas apolices de 5% (não de 6%). Estreou mai na nova Camara (eleita sob a desabalada pressão do poder, PEREIRA DA SILVA, *ibid.*, II, 192-3, apezar da lei que garantia a representação das minorias) pedindo-lhe altivamente um *bill de Indenidade*. Gritou que o poder é o poder (frase de Gambetta). Do outro lado ficaram os mineiros (Martinho Campos, os amigos de Silveira Lobo). A saída de Gaspar, pela discussão sobre os acatólicos, aliviou o ministério, como uma solução.

(3) Afonso Celso queria amortizar o papel moeda (em vez de emitir), reformar a burocracia, extinguir o "deficit" orçamentario, reduzir as despesas, aumentar a receita... inclusive com o imposto de vintem sobre as passagens dos vehiculos urbanos, que passou sem discussão no parlamento. A 16 de Abril Silveira Martins interpe'ou asperamente o governo, que acabára de deixar, respondendo-lhe, entre outros, Ruy Barbosa, com vigoroso discurso, vd. LUIZ VIANA FILHO, *A Vida de Ruy Barbosa*, p. 66, Bahia 1941.

a liberdade de ensino (1). Logo em seguida, era Gaspar que arremetia contra Sinumbú. A sorte do projeto da eleição diréta no Senado morcou o final da crise. Deu-lhe um caracter popular, de sedição e intolerancia, a desastrosa cobrança do imposto de vintem sobre as passagens de "bonde", em 1 de Janeiro de 1880.

Foram dois dias de tumulto, arruaças, efusão de sangue, a tropa contra o povo, em cênas de violencia que se não viam desde 1832 (2).

MINISTÉRIO DE SARAIVA

O Imperador não concordou com esses excessos. Achou razoavel o voto do Senado. Negou a dissolução parlamentar pedida por Sinimbú e convidou Saraiva para suceder-lhe e fazer a lei da eleição diréta como entendesse. Saraiva, que estava na Bahia, adofára a fórmula mais simples, da lei ordinaria, incumbiu Ruy Barbosa de redigi-la (3), e constituiu

(1) O decreto de 19 de Abril de 79 reformou o ensino nos seus tres grãos, mas sem aprovação legislativa. A proposito, Ruy Barbosa, relator do projeto na Camara, escreveu o seu exaustivo *Parecer e Projeto, Reforma do Ensino Secundário e Superior*, Rio 1882 (*Obras Completas*, pref. de Thiers Martins Moreira, v. IX, Rio 1942).

Leoncio preconizára a liberdade de ensino em 1870. Em 1882 um grupo de juristas, fiado do decreto de 19 de Abril, fundou no Rio a Faculdade de Ciências Juridicas e Soc.ais. Mas, sobrestada a execução da lei, só a revigorou o governo republicano, em 2 de Janeiro de 1891 (lei de Benjam.n Constant), de cuja reforma datam as Faculdades "livres" do país.

(2) A "*Gazeta de Noticias*" foi a grande adversaria do imposto, e Lopes Trovão o tribuno que levou o povo à revolta. Ao meio dia de 1 de Janeiro, no largo do Paço, propoz a resistencia, e encabeçou a multidão que saiu a depredar os carros. Impotente a policia para restaurar a ordem, interveiu um batalhão de infantaria, que carregou na rua Uruguaiana. Houve ai tres mortos. No dia 3 estava restabelecida a tranquillidade, AFONSO CELSO, *Visconde de Ouro Preto*, p. 40, JOSÉ CARLOS DE CARVALHO, *O Livro de minha vida*, p. 49, Rio 1912.

(3) "...Fui o autor principal da lei apontada como a regeneradora do sistema eleitoral entre nós...", disse Ruy em 1896. (Vd. FERNANDO NERY, in *Obras Completas*, de Ruy Barbosa, v. VII, tomo I, p. 4; MARIO DE LIMA BARBOSA, p. 29, Rio 1914).

governo a 25 de Março de 1880, com Souza Dantas, Homem de Melo, Pedro Luís, Buarque de Macedo, Lima Duarte. Governo conciliador, porque transitório: feito para dar ao país a reforma eleitoral segundo as opiniões, coincidentes, do partido conservador e da dissidência liberal. Ser-lhe-ia fácil impô-la nestes termos. Apresentado o projeto a 29 de Abril, entrou em discussão a 1.º de Junho, passou na Câmara, e foi homologado pelo Senado. Enfim, estava feita a lei (9 de Janeiro de 1881). (1). Saldanha Maranhão criticara-a, pelo censo alta, que excluía do direito de voto os que não tivessem determinada renda; e pedira o sufrágio universal. Não era possível, respondera-lhe Saraiva. Bastava o cumprimento rigoroso da lei para que o país tivesse, pela primeira vez, a sua representação autêntica.

Quem a cumpriria?

Apresentou ao Imperador a sua demissão, para que outro ministério disto se incumbisse. O Imperador reatirmou-lhe a confiança, e Saraiva a honrou, nomeando uma comissão mixta, dos dois partidos, para a regulamentação da lei, designando para as províncias presidentes isentos de paixão política, proclamando que o governo não apresentaria candidatos, deixando-os ao critério das respectivas facções, e recusando-se a intervir no pleito. Teriu-se este a 31 de Outubro de 81. O resultado mostrou a correção... e a fraqueza do governo: foram eleitos 68 liberais e 54 conservadores (1). Não era preciso mais, para revelar o vício das eleições anteriores, de cuja confusão saíam as Camaras unânimes: praticamente dentro do parlamento se equivaliam as forças adversárias! Dois

(1) PEREIRA DA SILVA, *Memorias*, II, 225. O Imperio dividira-se em 122 distritos de um deputado; alistaram-se 150 mil eleitores; votaram 96.411. A verificação de poderes, dominada pelos liberais, reduziu a 48 o numero dos deputados conservadores.

ministros foram derrotados nas suas províncias: Homem de Melo e Pedro Luís... Fâto inédito no Reinado, cedera o Poder à verdade das urnas!

MINISTÉRIO DE MARTINHO CAMPOS

Saraiva, apenas constituída a nova Camara, reiterou ao Imperador o pedido de demissão. A Martinho Campos, de fâto "leader" da maioria nesse ministério, coube naturalmente a presidencia do que lhe sucedeu. Mas confessou de entrada (24 de Janeiro de 1882) que não tinha programa, e, com a sua linguagem pitorêscã, salpicada de sinceridade e graça, se mostrou reacionário inabalavel. E' certo que procurou para ministros jôvens personagens do partido liberal (Rodolfo Dantas, Afonso Pena, Alves de Araujo, Franco de Sá). Dir-se-ia disposto a transigir com as impaciencias da mocidade que estuavam na bancada governista. Esta, porém, quiz forçá-lo a pronunciar-se pelas reformas, que desde 1868 eram a bandeira do partido. Martim Francisco, presidente da Camara, exonerou-se da função, acusando o ministério de ter abandonado o velho programa. Inacio Martins desfechou-lhe um requerimento, sobre a melhoria da lei eleitoral, convertido em moção de confiança a 30 de Junho; 63 deputados (conservadores e dissidencia) contra 46 se declararam em opposição a Martinho, que, sem demora, resignou a presidencia do Conselho.

Estava, pois, em funcionamento normal, o parlamentarismo. A maioria dispunha da autoridade, e a deslocava a seu talante. Ao tipo inglêz de governo (tão do agrado dos liberais) só faltava uma circunstancia essencial: a divisão partidária. Desde 1881 as fronteiras entre conservadores e liberais tendiam a apa-

gar-se desmanchadas pelos interesses emergentes: e nenhum era mais forte que o dos senhores de escravos contra a onda abolicionista, comum e superior aos dois grupos.

MINISTÉRIO DE PARANAGUA

O substituto de Martinho foi o visconde de Paranaguá. Paulino, chefe conservador, dissêra a D. Pedro II, que o sustentaria, comtanto que evitasse as reformas precipitadas ou radicais. Definiam-se as posições. A maioria passou a ser a da resistencia; eram dissidentes os exaltados; e, como fiel da balança, a opposição, poderosa, se somava aos moderados, para aguentar o governo na sua prudencia. Este tinha de ser cauteloso, inerte ou transigente: para viver, precisava da lealdade dos correligionarios menos idealistas e da condescendencia dos adversarios mais práticos. A fórmula conciliatória que assim vigorou, dilatou-se, em acôrdo interesseiro, até o fim da agitada fase dos ministérios liberais desajudados do parlamento (Martinho, Paranaguá, Lafayette, Dantas), que é o periodo tempetuoso da propaganda abolicionista.

Paranaguá fez um governo hábil, o que vale dizer, indeciso, e levou-o de 3 de Julho de 82 a 24 de Maio de 83. Não succumbiu à crise abolicionista, mas à crise financeira. Retiradas às provincias certas rendas, dadas por inconstitucionais, liberais dissidentes exigiram fossem elas auxiliadas, e porque o ministério entendesse inoportuna a questão, caiu por 53 votos contra 40...

MINISTÉRIO DE LAFAYETTE

Lafayette parecia indicado para contentar essa maioria fluida. Organizou governo (24 de Maio de

83, fiando-se da cisão aberta nos dois partidos; tropeçou na censura dos republicanos e dos "conservadores" irreductíveis, que lhe chamavam de transfuga do partido anti-monárquico; abalou-se com as ameaças da "questão militar"; e assistiu aos prenúncios da inquietação dos quartéis que fazia prever a subversão, mais cedo ou mais tarde, do regime, a que aparentemente dêra vida nova.

Decompoz-se o ministério com a demissão dada a Rodrigues Junior, titular da pasta da guerra, que a Lafayette parecera inferior ao cargo (1). O escandaloso assassinato do jornalista Apulco de Castro por oficiais do 1.º de cavalaria, agravou-lhe a impopularidade (2). A moção de desconfiança, apresentada pelo deputado Cesar Zama, deu-lhe uma vitória escassa: 60 votos contra 56. Quem poderia governar com tão reduzida maioria? O Imperador aceitou a retirada de Lafayette e chamou Saraiva. As conversas de estilo terminaram com a nomeação de Souza Dantas para formar gabinete (6 de Julho de 1884), com uma energia doutrinária, uma coragem de afirmação e de luta, que só podiam ter os ministérios imbuídos de um programa popular.

MINISTÉRIO DANTAS

Realmente o do ministério Dantas era o programa de 68 (baldadamente pedido a Martinho Campos por Martim Francisco) aplicado sobretudo à regeneração financeira e à prudente abolição da escravatura. Resumiu o seu plano de ação: "não parar, não retroceder,

(1) Atonso Pena leu na sessão de 5 de Maio de 1884 a carta de Lafayette a Rodrigues Junior, dizendo francamente, tivera "pasta alheia seus estudos e hábitos...". PEREIRA DA SILVA, *op. cit.*, II, 268. Feru-se viva discussão no dia 14 e Andrade Figueira atacou de rijo o governo, apresentando Cesar Zama, que era liberal, a moção de desconfiança, que o poz por terra.

não precipitar". Não retrocedendo e não parando, assegurava-se da dedicação dos correligionários; não precipitando, atraía os conservadores. A solução intermédia foi o projeto de emancipação dos sexagenários (com outras medidas, tendentes a facilitar e apressar a manumissão geral), que Rodolfo Dantas apresentou à Camara em 15 de Julho. Foi recebido com irritados protestos dos adversarios, inflamada e eloquente defesa dos amigos. Já então a luta, entre a corrente abolicionista, que se desdobrava em lenta inundação, e os interesses ligados à escravatura, empolgára o país desbordando de seu primitivo leito doutrinário: transformára-se em ação, desafio, rebeldia, incendio. Se, nas crises precedentes, as quedas ministeriais tinham resultado de manobras partidarias indiretamente relacionadas com o problema dos escravos, no governo Dantas se tingiu dessa côr fixa: começou-se a viver o drama da *abolição*.

O resumo do que até aí sucedera, nesse palpitante capitulo de história parlamentar, dar-nos-á a idéia da questão — e o seu relêvo nacional. Havia finalmente uma questão pendente que feria as instituições com as pontas do dilêma: a resistencia, com a conservação do Império, ou a reforma, à sua custa. A corôa, porém (cômo Ferreira Viana afirmou na Camara, retomando o fio às censuras de 1871) a corôa estava com a reforma; e exigia-a!

O ABOLICIONISMO

MOVIMENTO DE IDÉIAS

Abolicionismo, chamára Joaquim Nabuco ao movimento, não só abolicionista, mas de progresso social, no livro a que deu este titulo, em 1883 (1). Invadira a Camara em 1879, pela voz do deputado bahiano Jeronimo Sodré, e, em seguida, pela de Nabuco (2), depois disto o principal orador parlamentar da causa. Debatiam-se então três correntes de pensamento: os que pugnavam pela espera, se a lei de 28 de Setembro condenára a escravidão a desaparecer, com os ultimos negros cativos; os que tendiam à reforma gradual, tanto pela applicação da lei de 1831 (libertos os africanos importados depois dela) como por novas medidas de restrição ao elemento servil; e os abolicionistas radicais, isto é, que queriam para já a extinção do cativo. Os conservadores e os liberais cautelosos filiavam-se ao primeiro grupo e, sem eles, nenhum governo se sustentaria. Os liberais adiantados (Dantas, Lafayette, os "doutôres" do partido) pertenciam ao segundo grupo, e se apoiavam à magistratura, independente e generosa, que começára a libertar quantos africanos conseguiam convencê-la de terem sido contrabandeados pelos traficantes. Mace-

(1) *O Abolitionismo* (2.^a ed., Rio 1938) p. 7

(2) *Minha formação*, p. 231, Rio 1900: "Reconheço que a minha inscrição vem na ordem do tempo depois da de Jeronimo Sodré... As outras, porem, vieram depois da minha..."

do Soares, Anfilofio de Carvalho, engrandeceram-se nessa jurisprudência corretiva, a que Lafayette, na presidência do conselho, deu o prestígio de seu aplauso, escusando-se de intervir nela, por ser função privativa do poder judiciário... (1). Abriu-se, em consequência, o período da propaganda demagógica, arrogante, quasi revolucionária, que em 1881 assumiu as proporções de uma cruzada (2). Digá-se, porém, o que se dissér, desencadeára o movimento a patrulha liberal que, na Camara, lhe arcára com as responsabilidades, antes que subissem das ruas os alaridos da campanha — e as suas imposições (3). Funda-se a Confederação Abolicionista na côrte (12 de Maio de 83) (4), cream-se "clubs" em todas as provincias, os estudantes entusiasmam-se pela idéia, na conferencia de elogio a Castro Alves, proclama Ruy Barbosa o crime, que era continuarem escravos os negros importados depois de 1831, finalmente o partido liberal, com o conselheiro Dantas, rompe as

(1) Conselheiro Macedo Soares (ANTONIO JOAQUIM), *Campanha jurídica pela libertação dos escravos* (1867-1888), p. 66, Rio 1938. A questão fôra decidida pelo Conselho do Estado, que em 1854 (relator, Abrantes) declarava em vigor a lei de 1831, e em 1873 (Nabuco de Araujo) revogada ou inapplicavel. A resposta dos julzes liberais foi que faltava ao Conselho competencia para esta conclusão, attribuida antes ao Supremo Tribunal. Vd. tambem ELPIDIO MESQUITA, *Africanos livres*, p. 4 Rio 1887.

(2) A *Gazeta da Tarde*, em 1879, com Ferreira de Menezes, começou a prégacao abolicionista. A fase das conferencias publicas tem o seu inicio a 3 de Agosto de 80, com a primeira de José do Patrocínio no teatro de S. Luiz (OSVALDO ORICO, *Patrocínio*, p. 73, Rio 1935). Patrocínio entra para a *Gazeta* em successão a Menezes. São dois grupos que se defrontam, disse Joaquim Nabuco, o seu (André Rebouças, Gusmão Lobo, Joaquin Serra) e o da "Confederação Abolicionista (Patrocínio, Menezes, Vicente de Souza, Nicoláo Moreira, Ciapp...), *Minha Formação*, p. 230.

(3) NABUCO, *Minha Formação*, p. 231. "E' reivindicar para a Camara, para o parlamento, a incliativa que se lhe tem querido tirar..." A *Sociedade Brasileira contra a Escravidão* foi fundada por Nabuco em 7 de Setembro de 1880: a primeira de longa série.

(4) Deitou manifesto ao parlamento (Patrocínio, Aristides Lobo, Rebouças) l'do em sessão solene no teatro de D. Pedro II, a 26 de Agosto de 83.

amarras da timidez, que até aí tinham jungido os governos hesitantes, e desfralda a bandeira da emancipação: “não parar...” Precede-o a iniciativa filantrópica. São os “clubs” que alforriam os últimos escravos no Ceará (25 de Março de 84), varrendo assim de uma provincia inteira a “hedionda chaga” (1). Segue-lhe o Amazonás, com o decreto legislativo de 24 de Abril do mesmo ano, que dava 300 contos para o resto das alforrias na provincia. Começam as “libertações” dos bairros do Rio de Janeiro (11 de Abril), dos municipios, no Rio Grande do Sul, do largo de S. Francisco, em São Paulo — reduto inabalável do “escravagismo”. Este tinha a palavra nas eleições de censo alto, da lei Saraiva: e disse-a temivelmente em 84. Não se deixou matar; reagiu poderosamente. Enquanto a arma dos abolicionistas era o verbo, a sua clava era o voto.

SEXAGENARIOS

A corôa aliára-se ao abolicionismo. D. Pedro II concedeu a Dantas a dissolução da Camara (2), que não lhe valeu. Saíram eleitos em primeiro escrutinio 48 liberais e 40 conservadores, e no segundo, 12 li-

(1) Como Silveira Martins imitára Gambetta, “o poder é o poder”, Patrocínio parodiara Proudhon, “a escravidão é um roubo”. O presidente do Amazonas, Teodoro Souto, fo demittido pelo ministério Lafayette. O do conselheiro Dantas vinha com diferente proposito: encorajar a abolição, sem a precipitar...

(2) Opondo-se ao projeto dos sexagenarios, o presidente da Camara, Moreira de Barros, se demittiu, e a demissão foi aceita pela maioria de tres votos. O gabinete não pod'a governar! Realmente, a 28 de Julho a moção de desconfiança oferecida por João Penido o derrotou, por 59 vontos contra 52 (42 conservadores e 17 liberais). O problema numerico estava pois na recomposição do partido liberal. Só podia dar-se com a consulta ás urnas. A dissolução foi decretada a 3 de Setembro de 84. Sobre as impaciencias abolicionistas do Imperador, que em 1883 o general Tiburcio comunicava a João Brígido, P. CALMON; *O Rei Filosofo*, p. 361. Em 1884 contribuiu para os fundos da caixa abolicionista, na côrte, e a simpatia que declarou à comissão

berais, 15 conservadores e— pela primeira vez — três deputados republicanos (Prudente de Moraes, Campos Salles, Alvaro Botelho). Esta Camara definiu logo de entrada a sua politica: não aceitava o sistema de resolver sem indenização o problema do elemento servil... Dividiu-se o plenário, em partes iguais. Pronunciaram, porem, contra o gabinete, 52 votos contra 50, a 4 de Maio. Caíra aquele hábil governo, e foi Saraiva quem lhe recolheu a sucessão, tanto para que não passasse aos conservadores, como para levar a bom termo o projeto dos sexagenários.

O ministério de 6 de Maio de 1885 limitou-se praticamente a concluir a obra encetada pelo anterior, forte, um momento, pela confiança dos correligionarios, a adesão popular, o apoio imperial, os três votos republicanos. Novo projeto que foi apresentado a 12 de Maio, estipulando a matricula dos escravos, em garantia aos senhores, os preços segundo as idades, penalidades para a violencia, que perturbasse o trabalho agricola, obteve naturalmente o bafêjo de todas as correntes e se converteu em lei. Mas houvera uma transação, demasiadamente complacente, e ao ministério faltaria "quorum" para sustentar-se em seguida a esse exito mediocre. Saraiva achou acertado demittir-se a 15 de Julho; e se absteve de indicar substituto.

OS CONSERVADORES DE CIMA

Chegára a vez dos conservadores. Estes tinham mudado de tactica em fins de 1884. João Alfredo conseguira que Cotegipe fosse ao banquete de 28 de

promotora de homenagens ao Ceará levou à tribuna Andrade Figueira, para dizer que "estava cheffando..." Dantas confessou, que tinha não somente a sua confiança, como toda a sua confiança; que não era ministério de combate, mas de debate...

Setembro, e aí dissésse, “o partido conservador, quer, pode e deve realizar a reforma do elemento servil” (1). Fracassando os liberais, era evidente que a seus adversarios cabia o governo, e ninguem o situaria melhor no campo eleitoral do que o senador bahiano. Nabuco chamou a esta mutação de cêna o “erro do Imperador”. Tornou-se inevitavel; e Cotegipe encarregou-se de justificá-lo — fazendo ministerio a 20 de Agosto —, e respondendo à desconfiança (63 deputados contra 49) com a dissolução da Camara. As eleições aguentaram-no: afinal uma sólida maioria disciplinada (a unica moção de confiança discutida em 1885 deu-lhe 70 votos contra 14) ali estava para estabilizar a administração. E estabilizou-a.

Mas era tarde para recuar. O conflito transferiu-se de zonas. Saltou dos comícios abolicionistas — agora mais dificeis e inquietos — para a agitação dos quarteis. Acirraram-se as paixões açuladas pelo desmonte do partido liberal, que caíra abraçado à sua bandeira; e na vasta intriga colaborou, crescendo, a propaganda republicana, que lhe cobitava os resultados. A questão militar que vinha do gabinete Lafayette dissolveu-se então, numa composição que deixou o governo “arranhado”.

Que era a questão militar?

Era o protesto do Exército contra as incertezas e contradições do poder civil; principalmente, a sua decisão de intervir nos grandes acontecimentos sociais.

(1) Nota do diário de João Alfredo, ms. (P. CALMON, *O Rei Filósofo*, p. 364). O Imperador falára a João Alfredo (TOBIAS MONTEIRO, *Pesquisas e depoimentos*, p. 184, Rio 1913), sobre a união dos conservadores, para levarem a termo a reforma, se a não suportassem os liberais. O banquete de 28 de Setembro de 84 marca a mudança de rumo do partido reaccionário e a sua candidatura ao poder, para completar — ou dirigir moderadamente — a obra de Rio Branco.

Começou pela revolta individual, contra o castigo imposto à liberdade de pensamento, e acabou num movimento largo de solidariedade de classe, que teve o condão de descobrir e salientar um chefe. Descobriu o marechal Manuel Deodoro da Fonseca.

A QUESTÃO MILITAR

A “questão militar” interpoz-se na agitação abolicionista como um factor de desempate, além de imprevisto, ingovernável.

Em 1883, quando se declarou, traduzia um estado de espirito, que se não limitava ao meio brasileiro, porque era geral. Os officiaes, desgostosos, dizendo ousadamente as opiniões, devolviam ao povo as inspirações dele recebidas. Senna Madureira, veterano do Paraguai, liberal ardente, deu um passo fóra da fileira, dizendo pela imprensa os seus ideaes abolicionistas. O caso não era singular. O exercito imbuira-se de concepções politicas. Incompatibilizava-se com o civilismo do parlamento. A sua indisposição não era contra a monarchia; era contra a mole, discursiva e ondulante politica liberal, desacreditada pelo positivismo, decadente, ao que parecia, na propria França, onde o general Boulanger acabava de reavivar o nacionalismo autoritário (1). A influencia do “boulangismo” — fenomeno peculiarmente francês, como um santelmo de gloria bonapartista na “débacle”, de que resurgiu a República — complicava-se, nos paises novos, com a reação da

(1) Na correspondencia particular do general Floriano Peixoto, por exemplo, transparece o ideal do “governo forte”, ou “de espada”, em periodos como estes: o “pobre pais... necessita da ditadura militar para expurgá-lo”, ARTUR VIEIRA PEIXOTO, *Biografia In Floriano, Memorias e Documentos*, I, 126.

classe média contra a instabilidade das administrações. A volubilidade dos oradores parlamentares ofendia o senso ordeiro do exercito. Os generais do passado legavam às patentes mais jôvens um grande desprezo pelos “casacas”, cheios de preconceitos anti-militares, e ainda por cima, segundo a tradição do regime, encarregados de gerir as pastas da guerra e da marinha. Ministros civis ditando leis a militares que os taxavam de ignorantes, inimigos, ou politiqueiros, evidentemente eram os menos indicados para a crise — provocada por Senna Madureira.

Proibida aos oficiais, pelo ministro da guerra, a manifestação publica de suas opiniões sem o consentimento da autoridade superior, Senna Madureira, comandante da Escola de Tiro de Campo Grande, infringiu a ordem, recebendo com aparato o jangadeiro cearense Francisco do Nascimento, herôe humilde da abolição em sua provincia. Foi demittido do comando. No Senado, achou Franco de Sá (ministro da guerra em 83) de rememorar os motivos dessa demissão. O official interessado dirigia então a Escola de Tiro do Rio Pardo. Saiu veementemente pela *Federação* (orgão republicano de Porto Alegre, que Júlio de Castilhos e alguns companheiros acabavam de fundar) — a rebater as acusações. Reprendido, exonerou-se da comissão, mas protestou, apelando para o direito que tinham os cidadãos, com ou sem farda, de se defenderem pelos meios que julgassem adequados; e communicou telegraficamente às guarnições do Rio Grande o protesto. Comandava-as em chefe o marechal de campo Manuel Deodoro da Fonseca. Homem de sua classe, afeiçoado ao partido conservador, mais inclinado à solidariedade com os camaradas do que à co-

nivencia com a politica (1), aprovou a atitude do seu subordinado. O visconde de Pelotas — este, senador liberal — foi além, e estampou na mesma gazeta republicana o seu apoio. Estava, pois, o Rio Grande ao lado do oficial ofendido, contra o governo reacionario!

A mudança de gabinete desanuviou esses ares sombrios. Propalava-se, que Deodoro “era o Caxias dos conservadores”. Respeitaria os correligionarios, no poder com Cotegeipe. Uma trégoa, nas paixões flutuantes... Rompeu-a o “caso” de Cunha Matos. Este veterano do Paraguai, acusado em desabrida linguagem na Camara, por ter punido um official subalterno no Piauí, se defendeu côm artigos violentos, sem poupar, na revide, o ministro da guerra, Alfredo Chaves. Preso por 24 horas, foi ainda o visconde de Pelotas quem tomou a palavra no Senado para desagrává-lo, clamando que a “honra militar” estava acíma de tudo.

A questão estourou na côrte em 2 de Fevereiro de 87, quando, no teatro Recreio Dramatico, cerca de duzentos officiais, sob a presidencia de Deodoro, se reuniram para exigir a anulação dos “avisos inconstitucionais” — que tinham melindrado a corporação. Cheirava a pólvora. Como ainda hesitasse o governo, a 14 de Maio Pelotas e Deodoro desfecharam manifesto “ao parlamento e à nação” (2): diziam “não conhecer o caminho por onde se recúa sem honra”. A revolução? Menos: a imposição. Os militares queriam outro

(1) Carta de Sena Madureira (EVARISTO DE MORAES, *Da Monarquia para a Republica*, p. 81): “...No intuito de unir a classe, para a defesa dos nossos interesses comuns, e prepararmos para a luta que teremos de sustentar contra as “becas”. A ebulição espirital de Sena Madureira já se revelava no seu *Estudo da organização militar dos principais Estados da Europa*, p. 15, Londres 1874, em que allás preconizava a revitalização do exercito, *ibid.*, p. 223.

(2) Redigiu-o Quintino, cf. SUETONIO, *Biografia de Quintino Bocayuva*, p. 18, Rio 1900.

governo, que lhes desse as satisfações pedidas. João Alfredo nega-se a abrir a cisão no seu partido; e grita Silveira Martins (desafêto de Deodoro): "Subirmos apoiados nas baionetas do Exército? Nunca!" (1). O Imperador reclama ordem; Cotegipe quer paz; estadistas dos dois partidos procuram uma solução, embora "arranhasse" o governo, e é Silveira Martins (em combinação com Pelotas) que a apresenta ao Senado, convidando o governo a fazer cessar os efeitos das penas disciplinares impostas a Cunha Matos e Senna Madureira (2). O governo cedeu. E cedeu a tempo.

O IMPERADOR E O PAÍS

Adoecera o Imperador em 17 de Fevereiro de 1887 (3). Nunca mais recuperaria por completo a saúde. Era preciso retirá-lo do trabalho. Um cataclismo: em tal emergência, a invalidez do soberano, que personificava a moralidade política.

Só então, pode-se dizer, o país o julgou devidamente.

Até aí fôra o tolerante e modesto monarca duma côrte discreta, tranquila e avelhentada, sem as pompas da realêza como se usavam na Europa, nem a sua distancia do povo— que o amava. A sua vida simples, o seu temperamento pacifico, a audiencia que dava a toda gente no paço de S. Cristovão, aos sábados, a moderação em todos os atos, a falta de ênfase, a caridade, a identificação com as grandes questões nacionais, a experiencia do poder, a formação politica aos

(1) JOSÉ JULIO SILVEIRA MARTINS, *op. cit.*, p. 295.

(2) OLIVEIRA LIMA, *O Império Brasileiro*, p. 160.

(3) P. CALMON, *op. cit.*, p. 380.

cuidados da Nação, o caracter popular da “maioridade”, a honradez pessoal, na pobreza que lhe reconheciam (1); a vigilancia, a pontualidade, a austeridade, que se chamou da magistratura moral, nas suas intransigencias proverbiais; o amôr dos livros, a afaabilidade, a esplêndida memória, o gosto das conversas scientificas, a vocação de professor; o seu senso de justiça, a permanente fiscalização do governo pela leitura dos jornais, que o atacavam, e o quotidiano pedido de informações aos ministros; a atividade, incançavel, a paciencia, o silencio, esquecendo, sem rancor, as injúrias, de modo a não ter incompatibilidades entre os homens públicos; o estoicismo, afinal, do Imperador, o tornára indispensavel à paz interna, no Brasil. E a princêsa? Com a regencia, desencadear-se-iam as forças reprimidas pela moderação daquele partido resistente e daquela coroada serenidade. Não haveria pulso, para as transformações vertiginosas!

A TERCEIRA REGENCIA

Os processos contemporizadôres do gabinete serenariam mais tempo o país, se esse acontecimento não lhe abreviasse a vida. Enfermando D. Pedro II, de balde tentou a cura nos ares do campo: teve de ir procurá-la à Europa, para onde embarcou em 30 de Junho.

A terceira regencia da Princêsa Isabel não podia ser tranquila como as anteriores, porque a empolgára a idéia abolicionista (2) e irritou a resistencia

(1) CARL VON KOSERITZ, *Imagens do Brasil* (trad. de Afonso Arinos de Melo Franco), p. 39, S. Paulo 1943. Sobre o julgamento do Imperador nos reportamos à bibliografia citada in *O Rei Filosofo e Hist. Social do Brasil*, v. II (*O Espírito da sociedade imperial*).

(2) O abolicionismo da Princêsa tornara-se mais corajoso em 1886, quando do episodio das camelias do Leblon, impedindo subtilmente que se atacasse o “quillombao” all mantido pelo negociante

metódica de Cotegipe às agitações liberais. Em 71, Rio Branco representára junto dela o pensamento do pai; em 76 Caxias lhe lembrava o proprio regime, encarnado no *Condestavel*. Mas em 87, a habilidade com que o governo conservador rebatia os golpes da opposição desaçaimada lhe parecia o sacrificio das instituições a desdenharem a popularidade, afrontando-a com uma coragem suicida. Essa luta de mentalidades separou do ministério a regente, inclinando-a para a dissidencia do partido dominante (chefiada por João Alfredo e Antônio Prado) que passou a competir com o partido liberal no seu ardor abolicionista. A Princesa deixou-se levar pelas tendencias da opinião. Contribuia para isto o conde d'Eu, com o seu sêso "orléanista" das idéias avançadas. Quando as atoardas das ruas encontraram abertas as portas do Paço, estavam contados os dias do governo. E da monarchia...

Os tumultos sucediam-se na cidade. Implacavel, o chefe de policia, Coelho Bastos, reprimia por toda parte a desordem. Foi um mês particularmente agitado, Agosto de 87. No dia 8 dissolveu a policia o "meeting" abolicionista defronte do Quartel General; e carregou contra o povo na rua do Ouvidor (1). Anotou a Princesa, nos seus apontamentos: "...Chamei a atenção do sr. Barão de Cotegipe para a questão; faltou dizer-lhe que devia retirar-se" (2). Ruy Barbosa falava no Politeama no dia 28, apelando para o exercito: "No exercito e no abolicionismo está condensada e intensificada a vitalidade nacional..."

Seixas Magalhães, com os negros fugidos. Ao regressar da Europa em Junho para assumir a regencia, recebera em Recife, na Bahia e na cõrte manifestações populares em que primava a nota abolicionista. Dela se fazia a suprema esperança da causa, P. CALMON, *op. cit.*, p. 1-2.

(1) ANDRÉ REBOUÇAS, *Dirio*, p. 309.

(2) Cf. HEITOR LYRA, *op. cit.*, III, 33.

(1). Fundára-se em 26 de Junho — como uma cristalização da crise passada — o *Club Militar*, Deodoro na presidencia, com Senna Madureira, Benjamin Constant. Organizava-se a classe para tirar as consequencias logicas à sua reacção triunfante. Começava a falar alto — depois do longo silencio. Falou respeitosamente a 23 de Outubro: num pedido, “que é antes uma súplica”, requeria à regencia que não empregasse a tropa de linha na perseguição aos escravos fugidos! E Deodoro, explicando ao ministro da guerra — a 25 — a attitude coletiva: “O Exercito é para a guerra leal...; para outros afazeres que necessitem força armada há a policia...” (2). Preci-sava-se de mais para conjecturar sobre a revolta iminente? Do Rio Grande partiu a centêlha que afoguearia o país: a camara de S. Borja a reclamar um plebiscito sobre a *fôrma de governo*. Porque a prevenção contra o “terceiro reinado” (temendo-se a morte do Imperador na Europa) se juntava aos freneticos protestos contra a insensibilidade conservadora do gabinete. Diatribes e sarcasmos cobriam a discreção do conde d’Eu, o “principe estrangeiro”; as folhas republicanas atacavam a devoção, ou o “fanatismo”, da Princesa; e os escravocratas, indignados pela orientação abolicionista do trôno, já o maldiziam vingativamente...

A PRINCESA À FRENTE DA ABOLIÇÃO

No intervalo das sessões legislativas a Princesa fixára o seu plano. Em 12 de Fevereiro punha-se à frente, em Petropolis, a uma batalha de flôres em be-

(1) *Discurso no meeting convocado pela Confederação Abolicionista*, ps. 33-4, Rio 1887 (Publ. pelos alunos da Escola Militar).

(2) LEONCIO CORRÊA, *A verdade histórica sobre o 15 de Novembro*, p. 178, Rio 1939.

nefício da abolição. Conviéra Cotegipe em apresentar às Camaras, quando abrissem em Maio, “um projeto com uma fôrma prudente de abolição”, ouvidas as varias correntes... (1). Um incidente banal arrabattou-lhe das mãos o poder em 7 de Março de 1888.

Maltratado pela policia um official de marinha à paisana, marinheiros, populares, alunos da Escola Militar e aspirantes da Escola Naval encheram a rua do Ouvidor, em assuadas e provocações. Dando-lhes satisfação, Coelho Bastos demitiu o comandante da estação policial. A Princesa achou que o chefe de policia tinha culpa desses excessos — e o disse ao ministro do Império. Resolveu então Cotegipe replicar à desconfiança com a exoneração do gabinete. Imediatamente a Princesa mandou chamar João Alfredo (2).

A dissidencia que, em 1871, forjára a “lei do ventre livre”, sentia-se em condições de — passando por cima da opposição — completar em 88 a obra iniciada. Teve para tanto liberdade de ação. Entraram para o ministério Antonio Prado (que encabeçava a dissidencia em São Paulo), Ferreira Viana (apezar dos agravos que dele tinha o Imperador), Tomaz Coelho (desligando-se de Paulino), Rodrigo Silva... (3). Assim organizado em 10 de Março, o governo concentrou subitamente em torno do seu programa o entusiasmo de todos os abolicionistas (a começar por Pa-

(1) *Discurso* de Cotegipe no Senado em resposta a João Alfredo; TOBIAS MONTEIRO, *Pesquisas e Depolmentos*, p. 186.

(2) Já em Fevereiro se lhe indagava do programa, T. MONTEIRO, *Ibd.*, p. 187, sendo que em Março do ano anterior corria que, com Antonio Prado, “estava decidido até a fazer a abolição imediata” carta de LUIZ ANDRADE, *Catalogo da exposição realizada no Teatro Santa Isabel de 13 a 21 de Maio de 1938*, p. 64, Pernambuco 1939.

(3) P. CALMON, *A Princesa Isabel*, p. 191 (docs. do arq. de João Alfredo). Considera Nabuco como um dos factores decisivos da abolição a retirada de Antonio Prado, das hostes escravagistas, para aderir à corrente triunfante: caiu, com ele, o veto de S. Paulo. Ailás a grande imigração o tornára desarrazoado. Em todo caso, em 1887 havia no país 723.419 escravos.

trocinio, que então se tomou duma veneração comovente pela Princesa), de todos os exaltados, de todos os insubmissos. Afinal, a emancipação dos escravos! Mas de repente; sem indenização; sem cortezias à Propriedade nem receios subalternos; revolucionariamente! A Princesa, em Março e Abril, timbrou em dirigir o movimento com a sua gentil presença, animando as comissões abolicionistas, incentivando a libertação progressiva, que se processava na corte, de bairro em bairro; presidindo à da cidade de Petrópolis, onde, em 1 de Abril, foram alforriados festivamente todos os cativos. Os republicanos, que naturalmente pendiam para a corrente mais ofendida pela imperial munificência, logo perceberam que o seu aliado seria a ala escravocrata do partido conservador. Desmanchava-se a olhos vistos a estrutura do regime. Não havia quem tivesse mão à revolta, que descia do governo para o povo, de fato estrugia na praça publica, e unia nos seus écos a demagogia, o idealismo, a manobra partidária, a impaciência duma elite cançada das instituições e o gosto popular dos novos símbolos. Desabara o temporal...

LEI AUREA

A abertura das Camaras, em 3 de Maio, foi uma apoteose. Dantas, Nabuco e Patrocínio falaram à multidão das janelas do Senado. O Rio em festa (1)! A 4 de Maio, no palacio em Petrópolis, tiveram a graça de almoçar sob os tectos da família imperial 14 africanos foragidos... (2). Redigiu Ferreira Viana o projeto da "lei aurea" num artigo unico: "E' declarada extinta a escravidão no Brasil". Apresentou-o ao parlamento, no

(1) REBOUÇAS, *Diario*, p. 312.

(2) REBOUÇAS, *op. cit.*, loc. cit.

dia 8, o ministro Rodrigo Silva (1). O povo invadira as galerias, donde, a bem dizer, não saiu mais, até 13 de Maio. A Camara votou tumultuariamente o projeto, levando de vencida a “junta do coice”, isto é, a intrépida resistencia da bancada fluminense com Andrade Figueira à frente. No Senado — sob os mesmos aplausos das galerias, a discussão correu acêsa e agitada. Paulino falou por ultimo. Mas desistiu de “obstruir”, já no dia 13, porque os jornais tinham anunciado que a Princesa descera de Petrópolis para receber, a uma da tarde, a delegação parlamentar que lhe ofereceria à assinatura o projéto, e, neste caso, — tendo cumprido o seu dever de senador, passava a cumprir o de cavalheiro, “não fazendo esperar senhora de tão alta jerarquia”.

A cerimonia da assinatura, no Paço da Cidade, foi indescritivel nos seus tons emocionantes, o povo a vitoriar a “Redentôra”, oradores deslumbrados pela belêza do espetaculo, a circular pelas ruas uma onda sonora, de festa desfeita (2). Embriaguez de regozijo, na candura das manifestações generosas; a Confederação Abolicionista dirigindo tudo, com a sua aura popular; Patrocínio, de joelhos, a querer beijar os pés da Regente, e retórico, transfigurado: “Minha alma sóbe de joelhos nestes Paços”!

Pelos mesmos degrãos desceria a dinastia no ano seguinte.

Passada a apoteóse de 13 de Maio, os acontecimentos, precipitando-se, assumiram o character de uma liquidação politica. Os que na véspera pareciam con-

(1) AFONSO CELSO, *Oito Anos de Parlamento*, 2.a ed., p. 134. Foi o conselheiro Macedo Soares que, em 1883, preconizou a lei que dissêsse apenas: “Está abolida a escravidão no Imperio” (*Campanha jurídica pela libertação dos escravos*, p. 58). Atribúe-se-lhe tambem o titulo dado à Princesa: a *Redentora*, *ibid.*, p. 15.

(2) COELHO NETO, *A Conquista*, 4.a ed., p. 429; AFONSO CELSO, *O Imperador no exilio*, p. LXXXVI; MACHADO DE ASSIS, *A Semana*, p.; 84; BRICIO FILHO, in *Correio da Manhã*, Rio, 29 de Julho de 1946.

tentar-se com a abolição, pediam, no dia imediato, a Republica. Perdera o trôno o velho apoio da grande propriedade, por ele desamparada. Os liberais atraídos pela vertigem das reformas, hesitavam entre as idéias extremas. Fixavam-se na *federação* das provincias. Faltava ao partido conservador o golpe do alto, que o despedisse, para lançar-se nos braços da República — propagada com tenaz veemencia. O religiosismo da Princesa repugnava aos espiritos irreverentes que, em 1873, parodiavam Gambetta, fazendo do clero o inimigo. Mas o senso de equilibrio do Imperador já não aproveitaria às instituições: o partido que caísse seria o aliado natural da revolução, que borbulhava nas suas ocultas nascentes da Escola Militar, do apostolado *positivista*, dos “clubs” republicanos, da maçonaria, prestes a desatar-se, caudalosa, com o impeto das cousas inevitaveis.

Reparou Nabuco que a Princesa era muito popular “mas as classes fogem dela e a lavoura está republicana” (1). Patrocínio viu nessa metamorfose a represalia dos escravocratas e desfraldou o estandarte da “guarda negra”. Anotou Rebouças, no “diario”, a 28 de Setembro de 88: “Iniciação da Guarda Negra da Redentôra” (2). Eram os antigos escravos, e outros de sua raça, que juravam dar o sangue pela monarquia... Por outro lado, começára Silva Jardim a viagem incendiaria pelas cidades do interior, a combater em linguagem enfurecida o trôno, a família imperial, a perspectiva do “terceiro reinado” e a rotina parlamentar (3). Com a jornada civica do tribuno se sentiu iminente a quêda do Imperio. A auto-

(1) Carta a Penedo, 23 de Maio de 88, HEITOR LYRA, *op. cit.* III, 60.

(2) *Diario*, p. 217.

(3) De SILVA JARDIM, *Memórias e viagens*; e JOÃO DORNAS FILHO, *Silva Jardim*, p. 115, S. Paulo 1936.

ridade não podia conter a “propaganda”. Chocavam-se agora os negros, fiéis à *Redentôra*, e os estudantes, que vitoriavam os oradores republicanos. A *federação* era, nesse horizonte sombrio, um lampêjo de esperança, e assim a saudou Nabuco (1). A chegada do Imperador, aparentemente restabelecido, em 22 de Agosto, alargou momentaneamente essa nêsga azul no céu dos partidos: o povo o recebeu com emoção e contentamento. Dir-se-ia conciliada a corôa com as massas. Homens de privilegiada sensibilidade política como Silveira Martins, consideraram possível a salvação da monarquia com o reinado *liberal* de Isabel I. Contanto que se lhes dêsse a responsabilidade da readaptação... O congresso do partido liberal em São Paulo, sob a presidência de Saraiva, teve esse character. Salientaram-se na defesa da federação os que, como Ruy Barbosa, Saraiva, Manuel Vitorino, não a tomavam por uma fórmula acomodaticia, senão por um reatamento de destinos. Retornaria o sentido americano da evolução do Estado, na linha doutrinaria que lhe profetizára Tavares Bastos! A essa ebulição ideologica respondiam os republicanos com a trama revolucionaria. No dia em que entrassem os quarteis, cessaria o longo reinado de D. Pedro II. João Alfredo quanto a isto era um obstaculo; a sua demissão libertaria as mãos de Deodoro, comissionado então no Mato Grosso; e com o estrondo duma revira-volta, se apresentaria, irresistivel, o novo partido.

A côrte teve ainda esplendidas festas em continuação de 13 de Maio: assim, a 28 de Setembro, a solenidade da entrega à Princesa da “rosa de ouro”, com que a agraciára o Papa (2). O internúncio, que

(1) CAROLINA NABUCO, *A Vida de Joaquim Nabuco*, p. 250.

(2) A rosa de ouro, foi pelo principe D. Pedro Henrique, neto da princesa Isabel, doada solenemente à Catedral do Rio de Janeiro em 29 de Julho de 1946, centenario da “Redentora”.

lha deu, fazia-se acompanhar do episcopado, feliz em significar-lhe adesão e reconhecimento. Orou na cerimonia o bispo D. Antonio de Macedo Costa. Apagava, com o sermão de graças, os ressentimentos da "questão religiosa".

OITENTA E NOVE

1889 era um ano simbólico. Os estudantes promoviam acintosos festejos em comemoração do centenário da queda da Bastilha. Os republicanos faziam-se anunciar com "*A Marselhêsa*". Replicavam-lhes os monarquicos com o *hino nacional*. Fôra retombante o congresso do partido liberal, em Abril. Avolumara-se a corrente federalista, com o apoio de Saraiva. Para continuar a governar, pretendia João Alfredo usar o remédio heroico da dissolução. O Imperador negou-lho, preferindo chamar outro chefe conservador para a recomposição ministerial. O senador Corrêa, Teixeira Junior (visconde do Cruzeiro), Vieira da Silva, escusaram-se ou não conseguiram fazer governo. A gravidade da situação continha-se no pensamento que o segundo deles não quizera então definir: a *ditadura*, "sem a qual não é mais possível governar-se este país, ou a união e o acôrdo sincero dos dois partidos constitucionais" (1). A fusão dos partidos, ou a ditadura, importaria igualmente o fim do reinado, que ganharia tempo, isto sim, com um gabinete de *coalisão*.

O geito foi voltar-se o Imperador para os liberais.

Saraiva alegou a conveniencia de promover-se a federação, porém em termos gerais; mostrou a impor-

(1) HENRIQUE LEÃO TEIXEIRA, *O Centenário natalício do visconde do Cruzeiro*, p. 41, Rio 1931. Sem o apoio de Paulino, Vieira da Silva, diz Taunay, mostrou ao Imperador que os chefes conservadores não se conciliavam, *D. Pedro II* (diário), p. 79, S. Paulo 1933.

tancia das reformas, que obviariam à agitação; e recusou-se (1). Lembrou o visconde de Ouro Preto. Este era um dos mais fortes políticos de sua geração. Jurista de profundo saber, vigoroso e inamolgável, reunia as qualidades necessárias para enfrentar a crise das instituições sem temôr nem pusilanimidade. Aceitou a presidência do conselho, fez gabinete coêso — embora ficasse de fóra, com Ruy Barbosa, a patrulha federalista — e compareceu ao parlamento em 11 de Junho (2).

MINISTÉRIO DE OURO PRETO

Foi uma sessão dramática, aquela em que, desdenhando a cólera dos adversários, Ouro Preto informou à Camara tanto a organização do gabinete como a dissolução dela. O padre João Manuel, exaltando-se, proferiu um “viva à República”, que reboou pelas galerias. “Viva a monarquia”, contestou-lhe o presi-

(2) Leia-se RUY BARBOSA, *Finanças e política da Republica*, ps. 40, Rio 1892. Diria Campos Salles, *Da Propaganda à Presidencia*, S. Paulo 1908, que nessa entrevista Saraiva aconselhára ao Imperador que “ao findar este reinado” entregasse à nação a corôa... ao absurdo é manifesto. Ao findar, isto, é, por sua morte, entregaria a corôa à nação!! Elucidam o segredo as proprias palavras do chefe liberal ditas no Senado em 11 de Junho de 89: estava de acordo com o voto em separado do congresso do seu partido (a federação), *Anais do Senado*, 1889, I, 172. O Imperador não lhe reprovou a attitude. Tanto que Ruy, no artigo do *Diario de Noticias* de 15 de Novembro do mesmo anno, sob o titulo “Bôas vindas”, havia de exprobar-lhe ter “deixado cair das mãos” o poder quando a corôa” lho offercia “sem condições...” (Vd. tambem cartas de Saraiva, in P. CALMON, *A Princesa Isabel*, p. 236.

(1) O ultimo gabinete da monarquia ficou constituído: presidente do conselho e fazenda, Ouro Preto; estrangeiros (indicado por Silveira Martins) Jasé Francisco Diana; Justiça, Candido de Oliveira; agricultura, Lourenço Cavalcanti de Albuquerque; guerra, visconde de Maracajú; marinha, barão de Ladario; imperio, barão de Loreto (agradavel à Princesa Isabel). Ruy Barbosa não entrou, porque Ouro Preto persistiu em recusar o apoio ao seu programa federalista. Ficava de fóra, com a ala avançada do partido, a que pertencia Manuel Victorino. Este, no congresso liberal, em Abril, fôra o primeiro (diria depois) a interrogar os chefes: se o terceiro reinado não seria “o inicio de uma reacção...” (*Manifesto Politico. O Dr. Manuel Victorino, vice-presidente da Republica, à Nação*, p. 19, S. Paulo 1898.

dente do conselho, com os aplausos de seus partidários. E, explicada à Nação os seus propositos, deixou de cabeça erguida o recinto, como se o tivesse galvanizado, com a bravura, a autoridade. De fato, em torno dele, para as eleições que se feriram, em seguida, no país, os liberais se congregaram confiantemente. A nomeação de Gaspar da Silveira Martins para presidente do Rio Grande era uma garantia da situação: onde mais visivelmente ardia o entusiasmo republicano, a sua presença tinha a importancia de um contra-golpe. Nem ousariam os "clubs" subverter a ordem numa epoca de normalidade próspera, qual a que vivia o Império com as finanças florescentes, a economia robusta, o commercio feliz.

Ouro Preto, realmente, não se mostrára impressionado com a opposição ensanhada que contra ele se levantara. Os artigos de Ruy Barbosa no "Diario de Noticias", os de Aristides Lobo em São Paulo e de Quintino Bocayuva no "O País", inquietavam-no menos do que a intriga que tecia de novo, entre as guarnições, a "questão militar". E a esta contrapunha o seu optimismo, ligado à confiança que, nas forças sob o seu comando, depunham os ministros militares e, em particular, o ajudante general do exercito, Floriano Peixoto. O chefe provavel da insurreição, Deodoro, voltára enfermo de sua comissão em Mato Grosso. Leis fazendárias, saneamento do meio circulante, revisão das pautas aduaneiras em favor da produção, proteção à lavoura e apoio ao commercio, pareciam a Ouro Preto medidas mais urgentes do que as policiais, de receio aos republicanos. Além disto, cria, com a crença de homem educado nas tradições constitucionais, na estabilidade do sistema; e achava-o resistente.

AMBIENTE ECONOMICO

De resto, o país ia bem. Aguentára-se a lavoura, senão no nordeste e na provincia do Rio, fundamente golpeada pela abolição, pelo menos em São Paulo, para onde afluíu, ainda em 1888, a mais densa onda imigratória que viéra ao Brasil. Tinha a provincia, no fim, menos de 100 mil escravos, e entraram então 80 mil colonos! A exportação de café, é certo, caíu, em 1888, de 40%. Houve, porém, a transferencia de zonas de prosperidade. São Paulo, que produzira em 1887 a terça parte da provincia do Rio e Minas Gerais, quasi as alcançou em 1889; ultrapassou-as em 1890 (1): servira-lhe, a liberdade do braço. Antonio Prado, abandonando o escravagismo, interpretaria a realidade economica de sua região: nada lhe deteria o progresso! O governo central, por sua vez, adotára a politica de amenizar a crise — resultante da “lei aurea” — com a liberalização do crédito, de modo a suprir, com dinheiro acessivel, as necessidades mais prementes da lavoura. Ouro Preto utilizou a sua capacidade de financista em regenerar o meio circulante com o Banco Nacional, que poz no mercado o triplo do capital em moeda metalica, elevando o cambio ao par, ao tempo em que facultava às companhias com capital de 5 a 10 mil contos a emissão devidamente garantida. No primeiro caso, era a conversão, do papel em ouro, de que se cogitára em 1833 e em 1853 (2); no segundo, ainda uma vez a pluralidade emis-

(1) 1887, provincia do Rio e Minas, 3.330.815 sacas; S. Paulo, 1.202.681. 1889, as duas provincias, 2.810.325; S. Paulo, 1.972.691. 1890, S. Paulo, mais do que elas, 162 mil. 1895, queda, em relação a ambas, de 34 %, subida de 137 % para S. Paulo (T. DE SOUZA LOBO, *S. Paulo na federação*, p. 124, Rio 1924).

(2) Lela-se RUY BARBOSA, *Finanças e politica da Republica*, ps. 12-5, Rio 1892. O fato é que ao cair o Imperio, “o cambio estava acima do par, circulando a libra esterlina, mas dando-se a preferencia ao papel moeda nacional...” OLIVEIRA LIMA, *O Imperio Brasileiro*, p. 197.

sionista. O lastro ouro, entretanto, limitava a aventura bancária. Reduzira-se, pela conversão simultânea da dívida externa, o juro, de 5% para 4%. Diria — já no regime republicano — um jornalista estrangeiro: "...muito poucos países se hão de vangloriar de uma dívida consolidada em tão favoráveis condições" (1). A confiança dos círculos financeiros da Europa bafejava-lhe naturalmente a política de deflação, saldo orçamentário, negócios claros e boas contas. Como por essa ocasião se reunisse em Washington — com a solidariedade do Império — a primeira Conferência Pan-americana, não lhe faltava sequer a confiança da grande república do norte (2). Não bastava...

DE JUNHO A NOVEMBRO

O conde d'Eu empreendeu em Junho uma viagem ao norte, que serviu para disiludi-lo: por toda parte, lavrava a propaganda republicana. Silva Jardim meteu-se no mesmo vapor, para fazer por sua vez a prédica revolucionária. Foi a "guarda negra" que, na Bahia, dissolveu a passeata em honra do agitador (3). A 14 de Julho, na corte, a mocidade das escolas exibiu impunemente o entusiasmo democrático: o grande centenario (4)! Na noite seguinte

(1) MAX LECLERC, *Cartas do Brasil*, trad. de Sergio Milliet, p. 39, S. Paulo 1942.

(2) Representava o Brasil Lafayette Rodrigues Pereira, que deixou a missão, passando-a a Salvador de Mendonça, quando caiu o regime. Como obstara o Império, em 1882, a convocação da Conferência, para não agravar as relações, difíceis então, entre os Estados Unidos e o Chile, fora, antes dos outros países, consultado sobre a sua oportunidade em 1889, e lhe dera o apoio preliminar. A forma de governo não lóra impecilho ao americanismo em marcha.

(3) BRAZ DO AMARAL, *Discursos e conferencias*, p. 207, Porto 1921; SILVA JARDIM, *Memorias e Viagens*, p. 339, Lisboa 1891.

(4) Os clubs republicanos subiam a 56 em Minas, 48 em S. Paulo, 32 no Rio Grande, 30 na provincia do Rio, apenas 6 em Pernambuco, 5 no Pará, 3 na Bahia, 2 no Ceará, um em Alagoas... EVARISTO DE MORAES, *Da Monarquia para a Republica*, p. 75, Rio 1936.

— consequencia dessa exaltação — um rapaz des-assizado alvejou com o revolver a carruagem do Imperador, à saída do teatro. Nem por ser desatino dum paranoico, deixou o crime frustrado de impressionar a cidade. Acirravam-se os animos, entre os môços. Recomeçavam — como no gabinete de Cotegipe — os entrechoques, de acadêmicos e policiais. A imprensa, amarga, explorava as predileções de Ouro Preto pela Guarda Nacional. Assoalhava-se que, temendo as classes armadas, estaria disposto a dissolvê-las, substituindo-as pela Guarda Nacional: uma especie de 7 de Abril às avéssas. A 12 de Outubro chegou ao Rio o capitão Adolfo Mena Barreto para tratar com Deodoro. Data desse dia a precipitação dos acontecimentos, cujo desfêcho foi — em 15 de Novembro — a derrocada do Império.

Magoado com o ministério, irreconciliavel, Deodoro parecia distante da conspiração: mas virtualmente nela continuava — tanto que, antes de seguir para Mato Grosso, o irmão João Severiano lhe dissera: “O futuro é seu”! Sómente ele, coerente com as definições da “questão militar”, poderia lançar na balança o pêso do exercito. Dispoz-se a fazê-lo — concordando com Mena Barreto — em 30 de Outubro. Por esse tempo visitava o Rio de Janeiro o couraçado chileno “Almirante Cochrane”. A Escola Militar, pela palavra de Benjamin Constant, acolhêra os chilenos dizendo mal das instituições, insistindo nos desgostos da juventude brasileira. Desdenhava as penas disciplinares, já, de fáto, superior a elas, na sua determinação, de imolar-se pela “causa”. 9 de Novembro foi um dia duplamente historico. Pelo baile na Ilha Fiscal, festa resplandecente que o Imperador ofereceu aos officiais do Chile, com a assistencia, o regozijo, a adesão galante da sociedade, toda, assim, aparente-

mente, abraçada às instituições; e pela sessão do Club Militar, em que os juvenis militares, resolutamente, confiaram a Benjamin a chefia do movimento, prometendo segui-lo até a morte. Ruy Barbosa, advertido do que se tramava, punha-se de acordo com Deodoro e Quintino. No dia 11 acertavam os conjurados o seu ministerio. Floriano, até aí descrente de qualquer alteração de ordem, tranquilizava Ouro Preto, no dia 13: tramava-se, sim; mas não desse importancia, confiando “na lealdade dos chefes, que já estão alertas” (1). Em Petrópolis, o Imperador descansava, sereno; e se desceu a 14, foi para assistir, no Colegio de seu nome, a um concurso de inglês.

Teriam os conspiradores decidido pôr abaixo, além do ministério, por eles condenado, o trôno imperial?

Sim. Foi a consequencia da inclusão, no projectado movimento, dos republicanos (2), a começar por Benjamin Constant, que, a partir de 19 de Outubro, visitou assiduamente o marechal Deodoro, e passou a entender-se com Aristides Lobo — no dia 20 — e

(1) AFONSO CELSO, *Visconde de Ouro Preto*, p. 296, Porto Alegre 1933. Os acontecimentos, que surpreenderam os republicanos historicos (como disse o tenente Sebastião Bandeira, ERNESTO SENA, *op. cit.*, 165), foram bem resumidos para LEONCIO CORREIA, *A Verdade historica sobre o 15 de Novembro*, Rio 1939, AFONSO CELSO, *op. cit.*, principalmente Ouro Preto, manifesto, datado de Tenerife, 9 de Dezembro de 1889. Regista o visconde: “Confesso, torno a dizê-lo, a minha ingenuidade. Não acreditei nunca em uma conspiração militar”.

(2) No seu desgosto, Deodoro já se voltava para os republicanos, falando deles com simpatia, ao passar por Santos, em Julho de 89, LEONCIO CORREIA, *A Verdade historica sobre o 15 de Novembro*, p. 202, Rio 1939. A morte livrara-o de certos compromissos que o prendiam às instituições, a morte de seu irmão Severiano, do barão de Cotegipe, em Fevereiro... Por ultimo, a queda de João Alfredo com a subida de Ouro Preto e, no Rio Grande, de seu velho desafêto, Silveira Martins, o deixára decepcionado, e pronto para a luta politica. Antonio Adolfo da F. Mena Barreto e Sebastião Bandeira declararam, em 1891 e em 98, que a 30 de Outubro Deodoro aderira à conspiração que tinha fundo republicano.

Quintino Bocaiuva, a 26. A apresentação formal desses chefes republicanos ao marechal, foi naquela noite de 11 de Novembro (acompanhados por Benjamin, Quintino, Glicério, que viêra de São Paulo, o major Solon, e Ruy Barbosa) (1). Quintino recebeu então a incumbencia de organizar como achasse melhor o futuro ministério (evidentemente republicano), a ser chefiado por Deodoro — que indicava Benjamin — com este ultimo ao seu lado (2). Ruy haveria de informar em 1921: "...Quando ali compareci, a convite dele, sendo seu intermediario Benjamin Constant, já encontrei adotada, pelo conselho unanime de todos, a forma republicana" (3). Restava a ação militar. E um unico homem poderia neutralizá-la: o ajudante general do exercito, Floriano Peixoto. Decidir-se-ia a combater os companheiros d'armas? Não. Embora a Ouro Preto afirmasse inalteravel e calma solidariedade, com a minúcia, de pô-lo ao corrente dos rumôres, que não deviam intranquilizá-lo ("confie na leal-

(1) Depoimento do general Clodoaldo da Fonseca, in LEONCIO CORREIA, *op. cit.*, p. 253. A 5 de Novembro, falando a Solon, Deodoro se resolvera a fazer a Republica: "tenho tido afeição pelo Imperador", era "seu amigo", mas... "se é forçoso, paciencial... sacrifique-se tudo e contem comigo" (Cf. L. CORREIA, *op. cit.*, p. f33). A 10, quando Benjamin e outros officiais foram comunicar a Deodoro o resultado da sessão do Club Militar, teria ele proferido uma frase áspera, no mesmo sentido (LAURO SODRÉ, entrevista a "A Noite", Rio, 31 de Outubro de 1939). Medeiros e Albuquerque foi convidado a 7 de Novembro por Aristides Lobo, para levar a noticia a Campos Salles e Francisco Glicério, em S. Paulo. Este chegou a 8. A 9 tambem ali se reuniam os chefes republicanos e Mena Barreto, da corte, telegrafara a um sobrinho militar, para estender a conjura à guarnição, apresentando-se a Campos Salles. A 11, porem, pela manhã, o marechal ainda relutava em chefiar o movimento para derrubar o Império, L. CORREIA, *ibid.*, p. 135. No dia 12, confesava a Jacques Ouirique: "com a monarquia não há salvação possivel...", *ibid.*, p. 135.

(2) Carta de Quintino, 1902, L. CORREIA, *ibid.*, p. 41.

(3) No Club Militar, 26 de Junho de 1921, cf. L. CORREIA, *ibid.*, p. 94.

dade dos chefes, que já estão alerta”), ao tenente-coronel João Teles, seu amigo, disséra — apoiassé os camaradas, “se se tratasse de um movimento sério, pois que em tal caso estariam todos unidos” (1). Foi o que se viu.

(1) R. TEIXEIRA MENDES (cf. informações de Tasso Fragoso), *Esboço biográfico de Benjamim Constant*, ps. 340-6. O problema da *intencionalidade* da revolução republicana tornou-se interessante pela irresolução, ou falta da formalidade da *proclamação*, no Campo de Sant'Ana, em 15 de Novembro. Daí o debate — se Deodoro queria ou não derrubar a monarquia — que se esclarece com a documentação arrolada. Não é demais recorrer a Ruy: “Nunca advoguei a República. Antes a declarei sempre intempestiva” (Discurso a José Carlos Rodrigues, 1895, *Orações do apóstolo*, p. 122, Rio 1923).

A REPUBLICA

Marcada a demonstração de força, que derrubaria o regime, para a noite de 17, antecipou-a a resolução de Quintino Bocaiuva e major Solon, de fechá-la ainda a 14 para 15 de Novembro, antes que o governo, apercebido da conspiração, adotasse as contra-medidas que temiam. O ardil de que se valeu Solon para sublevar desde logo a tropa, foi o boato, que espalhou pela cidade, de que outros batalhões iam ser deportados para as províncias, e havia ordem de prisão para Deodoro e Benjamin.

A esta voz, às primeiras horas da noite de 14, o 1.º e o 9.º de cavalaria, em S. Cristovão, se declararam em revolta, e a eles se aliou o regimento de artilharia. Circularam instruções, para que o movimento se produzisse em combinação com as demais unidades sédiadas na capital, e Deodoro, apesar de sua enfermidade, que o prendia ao leito, foi tomar-lhe o comando ao raiar o dia.

Avisado Ouro Preto, correu ao ministerio da justiça, depois ao Arsenal de Marinha, donde enviou ao Imperador um telegrama, comunicando-lhe o surto revolucionário, e seguiu para o Quartel General, afim de orientar a resistencia, cujo núcleo, ali, era 1.ª brigada de infantaria. Não tardou em verificar que eram tardias, e já inúteis, as energicas providencias que propunha. O segundo telegrama ao Imperador foi dramaticamente lacônico: "Ministério sitiado na secre-

taria da guerra tropa revoltada, é obrigado a pedir de-missão" (1).

Com efeito, aos primeiros clarões do dia Deodoro fôra encontrar-se, nos quartéis de S. Cristovão, com a tropa rebelada, e, acompanhado de Benjamin e Quintino, descera com ela — e 16 canhões municia-dos — para atacar o ministério da Guerra. Aperce-bido dessa aproximação, Ouro Preto fizera vir para o pátio do ministério a policia, os bombeiros, a infan-taria da 1.^a brigada, postos sob o comando do general Almeida Barreto. O ajudante general do exercito, Flo-riano Peixoto, ali estava, para determinar o contra-ataque. Queira o presidente do consêlho que a infan-taria, contornando a coluna que avançava, a investisse a meio caminho, rechassando-a. Notou, porém, que não eram belicosas as disposições dos oficiais a quem falava. Estranhou que o 10.^o batalhão, tido por mais seguro, fosse desviado para a praia da Lapa, a tomar o passo aos alunos da Escola Militar, se por ali viés-sem. Almeida Barreto, que saiu afinal, para comandar a ação, quando os primeiros piquetes desembocavam no campo de Sant'Ana, se dirigiu a Deodoro, e ofe-receu-lhe a mão de companheiro d'armas: confrater-nizava! Rapidamente os canhões foram alinhados con-tra a frontaria do ministério. Ouro Preto, interpelando Floriano, ainda sugeriu, que os capturassem; e lem-brou, que no Paraguai, varias vezes, a artilharia fôra aprisionada, a braço. Fleugmatico — e descobrindo a intenção de nada fazer de temerario, ou trágico — Floriano respondeu-lhe: — Agora, era diferente; eram todos brasileiros... Com esta advertencia, sentiu o estadista que caíra o regime. Não havia quem mor-

(1) Vd. MANUEL A. VELHO DA MOTA MAIA, *Mota Mala*, ps. 276-9, Rio 1937; e MAX FLEIUSS, *História Administrativa do Brasil*, ps. 427-9, S. Paulo 1925

resse por ele! E acabava-se sob aclamações, lá fóra, Deodoro no seu belo cavalo a dominar o Campo, sem que um tiro sequer mostrasse que aquilo não era um desfile, mas uma revolução...

Franqueado a Deodoro o portão do Quartel general, entrou, por entre aclamações, dos soldados que o recebiam como chefe triunfante, e intimou a Ouro Preto — numa cêna rápida e áspera — a deposição do governo. “Vivas à República” reboavam no Campo. Dela, porém, o marechal nada disse, quando declarou a deposição do ministério, tendo até uma frase ambígua, de quem não estivesse convencido do irremediável, nas consequências naturais do seu golpe de força: “que se organizaria outro, de acôrdo com as indicações que iria levar ao Imperador”. Mas acrescentou — o que seria escusado, se à Republica não se referisse: “Quanto ao Imperador, tem a minha dedicação, sou seu amigo, devo-lhe favores. Seus direitos serão respeitados e garantidos” (1).

Os ministros — menos Ouro Preto e seu colega da Justiça — tiveram licença para retirar-se. Por esse tempo um breve tiroteio alarmava a rua Larga: soube-se que fôra o ministro da marinha, o barão de Lardario, que respondera, detonando o revolver, à escolta que lhe parára o carro. Esta disparára as armas, e o ferira.

Deodoro montou novamente a cavalo, mas para levar em passo de parada a tropa, através da rua do Ouvidor, até o arsenal da marinha, entre alas de povo que não percebia a significação disto. Republicanos da estatura de Silva Jardim, foram surpreendidos, na rua, pelo desfile, que era o fim do espetáculo. Aristides Lobo honestamente informou para São Paulo, no mesmo

(1) Depoimento de Ouro Preto, *manifesto*, de Tenerife, 9 de Dezembro de 1889, cf. AFONSO CELSO, *op. cit.*, p. 314.

dia: "O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada" (1). E recolheu-se o exercito sem um ato formal de proclamação da República— que fôra esquecido, ou adiado para mais tarde, no desdobramento vertiginoso desses fatos.

O Imperador chegára a meio dia ao Paço da Cidade (2). Mandou chamar Ouro Preto, que se apresentou às 4 da tarde. Nenhum dos dois considerou a monarquia derrubada. Depois de relatar as occurencias da manhã, o duro chefe liberal se limitou a aconselhar, para as circunstancias, um presidente de conselho que não deixasse cair a bandeira do partido. Indicou Silveira Martins. O Imperador aceitou. Mas Silveira Martins era inimigo de Deodoro (3)...

Uma hora antes, às 3, José do Patrocínio, com alguns republicanos, assomando às janelas da Camara Municipal, declarára fundada a República. Não bastava! Foi a noticia da nomeação de Silveira Martins que dissipou as ultimas hesitações de Deodoro. Às 7 da noite recebeu de Patrocínio e seus amigos a moção popular, comunicando-lhe a cerimonia da Camara Municipal. A sua casa encheu-se de correligionarios, que o incitavam a assumir o governo, decretando, de inicio, as nóvas instituições. Enquanto isto, no Paço da

(1) MORENO BRANDÃO, *Artstides Lobo*, p. 108, Rio 1938. Note-se que da janela da Camara dos deputados, Cesar Zama levantara vivas à monarquia, AFONSO CELSO, *Oito Anos de parlamento*, p. 164.

(2) A princesa Isabel e o conde d'Eu só souberam dos acontecimentos às 10 da manhã, *Diario da princesa*, ms. no Inst. Hist., que publ. in *A Princesa Isabel*, p. 255. Taunay e Rebouças propunham que o Imperador ficasse em Petropolis, ou fosse para o interior, *ibid.*, p. 256. O Imperador ignorava ainda a gravidade dos factos occorridos, como disse, em viagem, ao comandante do "Alagoas", TOBIAS MONTEIRO, *Pesquisas e Depoimentos*, p. 3-2.

(3) Ouro Preto disse depois, não se lembrar da Inimizade, de Gaspar e Deodoro.

Cidade era a princêsa Isabel que observava a necessidade de se fazer alguma cousa. Convocou-se urgentemente, em seu nome, o Conselho de Estado. Comparceram onze conselheiros. Concordaram na indicação de Saraiva para presidente do conselho — pois Silveira Martins, além de sua incompatibilidade, vinha do Rio Grande em vapôr, e chegaria tarde —, ficando o velho chefe incumbido de escrever a Deodoro (1), Procurado na sua casa de Santa Tereza, não se negou Saraiva a aceitar, mas teve a prudencia de escrever a carta, em que o convocava para decidir o “impasse” (2.) Não teve resposta; ou antes, a resposta foi a publicação, no “Diario Oficial”, e nos demais, de 16 de Novembro, da noticia de estar organizado o governo provisório, sob a presidencia do marechal, de ter sido proclamada a República (pelo decreto numero um, da lavra de Ruy Barbosa) (3), e, assim, vitoriosa na côrte e nas provincias a incruenta revolução.

Também nas provincias — por toda parte, a revolução vencera sem atoardas de guerra. Às 10 da manhã de 15, o tenente Vinhais se apoderara do telegrafo, e, em telegramas sucessivos, para as autoridades provinciais, avisára, não somente a destituição do ministério pelo movimento unanime, das forças de terra e mar no Rio de Janeiro, como a implantação do novo regime. Os presidentes receberam essas noticias com estupôr e incredulidade. Houve vislumbres de resistencia na Bahia (4), ameaças de contra-revolução,

(1) *Diario da princêsa*, in *op. cit.*, p. 259, completado por A. RANGEL, *O Conde d'Eu*, p. 399; V. de TAUNAY, *D. Pedro II*, p. 100 e *Império e Republica*, p. 32.

(2) Declarações de Saraiva, 18 de Novembro, cf. A. CELSO, *op. cit.*, p. 158.

(3) Deste decreto não há o original no Arquivo Nacional.

(4) “Em nenhuma parte houve reacção”, disse EVARISTO DE MORAES, *op. cit.*, p. 186. Engano. O presidente da Bahia, Almeida Couto, telegrafou, que ficava fiel à monarquia, e as manifestações republica-

o assombro produzido por tão extraordinários sucessos, mas, à voz de que não se derramara sangue na côrte, e o Imperador cedêra, resignado, uma grande conformidade abafou as exaltações desorientadas.

Ao amanhecer 16 de Novembro, realmente, D. Pedro II se inteirou de que fôra destronado.

Recusou o oferecimento, para asilar-se a bordo de um navio estrangeiro. Tamandaré (ouviram pessoas que ali estavam), levantaria a marinha, se ele quizesse (1). Não queria, por nada deste mundo, o derramamento de sangue. Às 10 da manhã foi o palacio interdito, para que não entrasse mais ninguém; e às três horas apareceu, com alguns oficiais, o major Solon, para entregar ao Imperador a mensagem do governo provisório que o mandava sair do país. Perturbou-se o emissário, principiando por trata-lo de "vossa excellencia", depois, "vossa alteza", e, finalmente, rendido à serenidade com que o acolheu, "vossa majestade"... Ditou a resposta ao barão de Loreto, que lha escreveu: "À vista da representação escrita que me foi entregue hoje, às 3 horas da tarde, resolvo, cedendo ao império das circunstancias, partir, com

nas a 16, acabaram dissolvidas pela "guarda negra", BRAZ DO AMARAL, *Discursos e Conferencias*, p. 218. Falou-se em resistencia armada. O comandante das armas, general Hermes Ernesto, irmão mais velho de Deodoro, só aderiu à Republica a 17, quando soube do embarque do Imperador. O coronel Cristiano Buys, comandante do 9.º, no Forte de S. Pedro, assumiu, na tarde de 16, a direção do movimento republicano, que, todav'a, esperou, para declarar-se triunfante, o dia seguinte, a uma da tarde. O primeiro governador, indicado logo a 15 de Novembro, por Aristides Lobo e Quintino, foi MANUEL VICTORINO, (*Manifesto Político*, cit.).

O telegrama de Vinhals chegou a Ouro Preto às 6 da tarde, dirigido ao republicano Antonio Olinto: "o povo, o exercito e a armada havlam proclamado a Republica". O presidente, visconde de Ibituruna, não acreditou. JOÃO DORNAS, *Apontamentos para a Historia da Republica*, p. 146, Rio 1941.

(1) Tradição oral. De fato, não foi facil convencer, na manhã de 16, os imperiaes marinheiros, atelhos, nos navios, nos acontecimentos políticos, da mudança de regime e, com ella, da bandeira, que deviam arrilar. A ausencia da marinha, nos fatos de 15 de Novembro, a predispoz, para a reação, de 1893.

toda a minha família, para a Europa, amanhã, deixando esta pátria, de nós tão estremecida, à qual me esforcei por dar constantes testemunhos de entranhado amor e dedicação, durante quasi meio século em que desempenhei o cargo de chefe do Estado. Ausentando-me, pois, com todas as pessoas da minha família, conservarei do Brasil a mais saudosa lembrança, fazendo os mais ardentes votos por sua grandeza e prosperidade. Rio de Janeiro, 16 de Novembro de 1889. D. Pedro de Alcantara”.

O Imperador embarcou, com a família imperial, na ante-manhã de 17 de Novembro. Tomou a corveta “Parnaíba”, que o trasladou na Ilha Grande para o vapor “Alagoas”, em que seguiu para o exílio (1).

A retirada do soberano, marcava a extinção da monarquia. Deixava sem sentido a resistencia dos que — civis e militares — nas regiões apartadas, não acreditavam em sedições felizes. Dava liberdade de ação áquele esperançoso governo, que, imposto ao país pela revolução, começava a administrar com a adesão franca e geral, das forças vivas do Brasil.

O decreto numero um anticipara-se à discussão sobre a forma do Estado, creando a República fede-

(1) Ao partir, recebeu o Imperador o decreto em que o governo provisório lhe concedia o auxilio de 5 mil contos para a sua subsistencia na Europa. De Cabo Verde, telegrafou ao visconde de Nogueira da Gama, que fora seu mordomo-mór, recusando, e ordenando que recusasse por ele. No Porto, a 28 de Dezembro, faleceu a Imperatriz Tereza Crist'na. O Imperador, resignado na sua pobreza e activo na sua dôr, passou o resto de seus dias em França, procurando, no contacto dos sábios, dos poetas, dos esc'tores, as consolações para a sua mel'ancolia. Morreu no hotel Bedford, em Paris, a 5 de Dezembro de 1891 e teve funerais de rei, decretados pelo governo da Republica france'sa. Transferidos os seus restos mortais para junto da Imperatriz no panteon de S. Vicente de Fóra em Lisboa, aí jazeu até 1921, quando, relevado pelo governo brasileiro (presidencia de Epitacio Pessoa) o banimento da família Imperial, o repatriou o couraçado “S. Paulo”. Jazem D. Pedro II e D. Tereza Cristina em mausoléu sing'lo e cond'gno na cathedral de Petropolis. As bênçãos da Nação — “justiça de Deus na voz da história” — disséram a última palavra no “processo” instaurado pela posteridade a proposito de sua vida e de seus serviços.

rativa à semelhança dos Estados Unidos. Nascia de súbito, surpreendentemente. Revestia-se do prestígio ideal que lhe davam as velhas aspirações nacionais, ligando-se aos projétoes históricos, 1789, 1817, 1824, 1835, por uma continuidade lógica. Tiradentes era o seu símbolo; a Revolução francesa, o seu exemplo; o positivismo, a doutrina de alguns de seus próceres; o sentimento da organização jurídica, a impaciência dos demais; e para que não desandasse em tumulto, contavam todos com a disciplina das armas que a tinham fundado, comandadas em chefe pelo marechal-presidente (1).

(1) MAX LECLERC, *Cartas do Brasil*, p. 17: "E ha atualmente na America um presidente de republica à força". "Deo Joro desejava apenas derrubar um minister.o hostile". O regime... "ele foi uma surpresa e um logro...", MEDEIROS E ALBUQUERQUE, *O Regime presidencial no Brasil*, p. 5, Rio 1914.

XXXIII

A CULTURA NO IMPERIO

A cultura brasileira no século XIX atravessa três fases distintas: a influencia colonial, que, em declínio, se transfunde no "iluminismo" legado pelo século anterior, de "filósofos" "economistas" (poderíamos chamar-lhe, a *fase de Cairú*); a ebulição nacionalista, da arrogante diferenciação, em contraste com a primeira (a *fase de Gonçalves Dias*); e a fase positivista (se quizermos incluir neste titulo todas as manifestações realistas, científicas e experimentais, ou objectivistas, dos conhecimentos e dos processos literários sistematizados no Brasil).

A EPOCA DE CAIRU'

O "iluminismo" recalçara-se no ultimo quartel do século XVIII com a opressão, escondera-se, nos arcanos da cultura individual, até a transmigração da côrte, e aflorára na cautelosa publicidade de 1808 a 1821, como uma reivindicação inocente dos direitos do espirito. Até a revolução liberal, que rompe as cadeias ao pensamento discursivo, a economia de Silva Lisbôa (Cairú), a filosofia moral, ensinada, em aulas publicas, por Silvestre Pinheiro Ferreira e no seminario de S. José, por Monte Alverne (1), as letras

(1) O proprio Monte Alverne alista-se no grupo de "S. Carlos, e S. Paio, Monsenhor Neto e o conego Januario da Cunha Barbosa", que começaram oito anos antes, ou em 1808, Fr. FRANCISCO DE MONTE ALVERNE, *Obras Oratorias, Discurso preliminar*, I,

clássicas, não sómente respeitam o Estado inviolável, como recomendam a submissão à ordem estabelecida (1). Não é lícito classificar tais mestres de cortesãos: fingiam indiferença pelo problema do poder, exatamente para não lhes ofenderem a majestade. A sua discreção, o seu silêncio ou o forte ataque à "anarquia", que era a sùmula dos "direitos do homem", provam a sua intimidação, mostram o "clima" em que respiravam com timidez. Foi a revolução liberal que lhes abriu os pulmões para outra sorte de atmosfera: a mística dos "princípios". Liberdade (2), Constituição (3), Opinião Pública, soberano Povo, descendente do "livre Índio", filho da livre America, como diziam os poétas da "escola mineira"...

Pertencem ao periodo ambíguo em que novas e antigas idéias se entrelaçam, ofuscado o esplendor daquelas pela tradição ou pelo ranço destas, o moralismo de Cairú (4), a pedagogia das "*Cartas de Ame-*

VII, Porto 1867. Falando de suas lições, diz que o extenuaram, roubando-lhe a vista o muito estudo. Delas em 1828 nos diz Nogueira da Gama, *Minhas Memórias*, p. 116. Sampaio atulhara-se de autores franceses, no depoimento de Louis de Freycinet, *Voyage autour du monde*, I, 35, talvez em contraste com a orientação inglesa de Silva Lisboa (Smith, Burke, Bentham...)

(1) Achava Cairú, como Mably, recomendavel a pobreza privada, e reconhecia, com Adam Smith, que só na pobreza ha igualdade... Um revolucionario, o advogado José Luis de Mendonça, em Pernambuco, em 1817, contentava-se com a liberdade na monarquia, porque Republica presume riqueza, cultura, trabalho livre, industria, igualdade...

(2) Em 1820, em Coimbra, Manuel Alves Branco:

...soberbo
O hino sonoro
Cantei da Liberdade.

(*Revista Americana*, p. 243, Bahia 1847).

(3) "...A nossa paz, a nossa prosperidade e a nossa grandeza pendendo da pratica exatissima da Constituição", *Jornal do Comercio*, Rio, 14 de Maio de 1830.

(4) JOSÉ SOARES DUTRA, *Calrú*, p. 97.

ricus" (1), ou das "*Cartas a Cora*" de Lino Coutinho, a doutrina da reação de 1823, que se cristalizou na anti-maçonaria do *Apostolado*, as concepções políticas de José Bonifácio, dos conselheiros de D. Pedro I, dos "ministeriais" de 1827. A revolução clarifica as tendências filosóficas depurando-as da primitiva transação, com o jornalismo de 1824, a idéia monarquico-federativa de Evaristo (2), o anti-classicismo que prevaleceu na criação dos cursos jurídicos (3), a evolução do combate partidário para os extremos de 1830 (4). O Seminário de Olinda fôra, para a nova corrente, o que o de Mariana para a antecedente: o brazeiro que aqueceu, até as mais longínquas regiões do país, a alma inquiéta do religioso (5).

Lê-se na *Idade de Ouro*, de 27 de Março de 1822, este anúncio: "Quem quizer ouvir lições de língua latina, retórica e poética, filosofia racional e moral; história natural e geometria; procure ao P. M. Fr. Joaquim do Amôr Divino Rabello e Caneca, assistente no Hospício do Pilar" (6).

(1) Londres, 1825, tip. de R. Greenlaw. Aceitamos a atribuição que Sacramento Blake faz a Miguel Calmon, com a circunstância de se referir este mais de uma vez no *Ensaio sobre o fabrico do açúcar*, a cousas e logares naquele livro tratados, P. CALMON, *O Marquês de Abrantes*, ps. 73-4.

(2) OCTAVIO TARQUINIO DE SOUZA, *Evaristo da Veiga*, p. 93.

(3) Achou-se bastar uma cadeira de D'reiro Romano, superfluo o estudo prolixo que dele se fazia em Coimbra..., *Publ. do Arg. Nac.*, XVII, 211.

(4) "*O Repúblico*", de Borges da Fonseca, é típico, incluindo, na sua ira jacobina e na sua bandeira de guerra, a ortografia fonética, para mais separar do português a cultura brasileira...

(5) Vd. exposição do conego Antonio Joaquim das Mercês sobre professores de filosofia e a sua missão na Paraíba em 1824, por ser "liberal, bem liberal", ms. no *Inst. Hist. da Bahia*. Note-se que o conego havia de fazer o sermão cívico pela maioria de D. Pedro II, em 9 de Agosto de 1840, *O Despertador*, Bahia, 19 de Agosto de 1840.

(6) *Idade de Ouro*, *Suplemento extraordinario*, n. 46 (27 de Março de 1822, exemplar existente no *Arg. Hist. Col.*, L'sbõa). Esta passagem da vida do ilustre frade é desconhecida de seus biografos.

Quem quizesse... O arauto da revolução contra o trono abriu, na Bahia, o seu curso de idéias, que no Recife o levariam ao cadafalso: e prégava-as.

O que foi antecipaçaõ, com Silvestre Pinheiro, no seminário de S. Joaquim, foi catequese no hospício do Pilar — pela palavra incendiária de frei Caneca.

Filosofia chamava-se Liberdade.

Independencia é rompimento. Independencia politica, pareceu pouco. A cisão era também intelectual e sugeria outras fórmulas nacionalistas: a mudança dos nomes, a reação contra a literatura portugueza e os velhos tipos, a opposiçaõ da cultura nascente à cultura consagrada, até a guerrilha gramatical, do modo *brasileiro* de falar, contra a Língua aprendida nas escolas... (1). Deviam alternar-se, a fase de demolição, do que fôsse antigo, luso, arraigado, com a construção autônoma, já libertada do espirito beligerante (2). Fechava-se uma janela a Portugal, abria-se outra à França: por onde entrou o dogmatismo liberal tão duramente perseguido outrora. Esse choque de intolerancias prolonga-se pelo primeiro Reinado e lhe constitui o drama. De um lado, a tradiçaõ, impopular e persistente; do outro, a moda, com os seus imperativos. Os versos de fé republicana; as primeiras impressões dos escritores da nova era; como

(1) Em 1825, Borges de Barros (Pedra Branca) esclarece em Paris a Adrien Balbi sobre as divergências vocabulares entre o português da Europa e o português do Brasil, JOÃO RIBEIRO, *A Língua Nacional*, p. 30, Rio 1933. Os jornais jacobinos de 1830, como *O Republico*, adotam uma ortografia revolucionária, que é a fonética, no mesmo ano em que Marle fazia o "Apel o Fransé", MICHEL BRÉAL, *La Réforme de l'orthographe française, Revue des Deux Mondes*, 1890, p. 600.

(2) "É evidente o progresso intelectual e constitucional dos nossos compatriotas desde a Constituinte (1823) até a Legislativa (1835). O espirito expansivo dos brasileiros tem-se desenvolvido em todo esse período com tanto maior assombro, quanto eram sujeitos a rígidas censuras..." J. S. G., *Doas palavras impaetals sobre o terceiro partido*, p. 10, Campos 1835.

que o encontro do Brasil com a *Revolução* — exatamente quando não se lhe dava guarida na terra natal...

IMPRESA

O jornalismo devia ser a forma predilétta dessa revelação. A imprensa desprende-se do seu ar conservador (Cairú, José Bonifácio) quando a seiva demagógica lhe inspira o panflêto, a idéia liberal impõe-lhe a campanha de 1830 (Evaristo), ou as lutas da Regencia a desvairam, na procura instintiva de uma "causa nacional". Depois do articulista da "*Aurora Fluminense*", o maior dessas letras vivazes é Justiniano José da Rocha. Exatamente porque (e foi o caso de Torres Homem, João Lisbôa, Paranhos, Alencar, Tavares Bastos, Francisco Octaviano) não se limitou ao jornal. O "ensaio" completava o artigo; e lançava-o ao grande cenário. Justiniano, a arrazoar contra os ingleses na questão do tratado, a resumir os períodos políticos do Império, a biográfá-lo o marquês de Baependi (1851), era jornalista confiante no poder das azas para mais altos vôos. Justificava a regra, de serem as redações, com a imponencia do editorial, o início da carreira, para o parlamento, o governo, a diplomacia, ou, simplesmente, a gloria. Poucos ficariam agarrados à volubilidade do officio, como José do Patrocínio.

HISTÓRIA

O genero historico emancipa-se com as monografias do *Instituto* (1838) e, em 54, a síntese de Frederico Adolfo de Varnhagen (*História Geral do Brasil*,

Madrid) (1). Depura-se lentamente da literatura estrangeira, em que se envolvera com os Southey, os Beauchamp, os Dénis, os Monglave. O vôo é rasteiro nas *memorias* e nos *anais*, Pizarro (1820-22) (2), Luiz Gonçalves dos Santos (1821) (3), Baltazar da Silva Lisbôa (4). Antes das linhas de conjunto, firmam-se os traços particulares: é a crônica provincial que toma o lugar às velhas *crônicas del-rei*: Accioli na Bahia (35-43) (5), Fernandes Pinheiro no Rio Grande (19-22), Fernandes Gama em Pernambuco (44), Ladisláo Baena e Domingos Antonio Rayol no Pará, Candido Mendes no Maranhão, Moreira de Azevedo na côrte, Machado de Oliveira em São Paulo... O Instituto Histórico, começando, com a *Revista trimensal*, a publicar papeis raros, graças à proteção do Imperador, que, no seu reinado, presidiu a mais de quinhentas sessões, se transformou numa academia de tertúlias literarias, com uma influencia evidente sobre os estudos sérios, prósperos à sombra

(1) Rodolfo Garcia, nota à 3.^a edição, integral, da *Historia Geral do Brasil* do visconde de Porto Seguro (Varnhagen), II, 443. Esta em 5 vols., edição da Companhia Melhoramentos de S. Paulo, o 1.^o anotado pelos historiadores Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, os demais pelo segundo, conservam a sua actualidade graças aos sábios comentários. Varnhagen foi realmente um escritor luso-brasileiro, porque estendeu a sua imensa curiosidade a Portugal e suas cousas. Creou a palavra "manuelino", para o estilo dos Jerónimos; redescobriu na Torre do Tombo, com tantos outros papeis, o original da carta de Caminha; avivou o culto da arquitectura luso-gótica, preconizado por Garrett, da geografia dos descobrimentos, das prioridades portuguesas; ombreou-se com o visconde de Santarem, creador da "cartografia"... (*Correspondencia científica e litteraria do 2.^o visconde de Santarem*, VI, 75, Lisbôa 1919).

(2) Nova edição, pelo Instituto Nacional do Livro, Rio 1944-6.

(3) Edição anotada por NORONHA SANTOS, 2 vols., Rio 1943.

(4) A Prefeitura do Distrito Federal começou a reeditar-lhe a obra, 1.^o vol., Rio 1941.

(5) Veja-se a edição de BRAZ DO AMARAL em 6 tomos, Bahia 1919-1940, enriquecida de notas, que a actualizam. Ao anotador devemos as *Cartas Seteropoittanas*, de Luiz dos Santos Vilhena (1802) igualmente comentadas.

desse presigio (1). Varnhagen (favorecido pela carreira diplomática, que lhe permitiu fecundas viagens, e expoente de sua geração no Instituto), teve sobre os contemporâneos a vantagem das investigações pacíficas: pela primeira vez, ligou a narrativa ao arquivo para fazer do documento a eloquência da verdade. Por 1860 escreveria Mello Moraes (que o seguiu nos passos, mas para a publicação desordenada de preciosos inéditos) que só tinham visitado até então o Arquivo Nacional, fundado em 1838, quatro pesquisadores, dos quais três estrangeiros... (2). Soube porém João Francisco Lisboa interpretar as instituições coloniais — como o fazia Herculano; atirou-se Pereira da Silva ao trabalho prolixo de historiar a *fundação do Império*; e não tardaram os retrospectos políticos, Luiz Francisco de Veiga (contra o *primeiro Reinado*), Tito Franco de Almeida (a propósito do *Senador Furtado*), Homem de Mello (contando os episódios de 1823); Gonçalves de Magalhães, nos *ensaios históricos*, Pereira Pinto, na *coleção dos tratados*, com as expansas reminiscências (3). Ajuntariam à obra de Varnhagen,

(1) A copia dos documentos na *Torre do Tombo* e as grandes iniciativas patrocinadas pelo governo. Varnhagen, Joaquim Caetano, Gonçalves Dias, José Higino, João Lisboa, Odorico Mendes, incorporaram com isto nos arquivos brasileiros considerável documentação, recolhida em parte ao Instituto, considerado o depositário natural desses tesouros.

(2) TAUTPHOEOS CASTELO BRANCO, *Subsídios para a Historia do Arquivo Nacional*, p. 165, Rio 1937.

(3) As autobiografias, que esclarecem a história social e política, não fizeram moda. Citamos *Memórias do marquês de SANTA CRUZ* (1861), *Recordações Patrióticas* de ANTONIO PEREIRA REBOUÇAS (1864), de Evaristo Ladislão e Silva, do visconde de Taunay, do barão de Jaceguai, do visconde de Nogueira da Gama (1893), de Cristiano Ottoni (1908), do general Dionísio Cerqueira, do padre João Manuel (1894); modelo da espécie, *Minha Formação*, de NABUCO (1900); *Memórias de meu tempo*, de PEREIRA DA SILVA (1896), as paginas testimoniais da *Circular*, de OTTONI (1860); apontamentos de Salvador de Mendonça, Ernesto Senna, Afonso Celso; ultimamente divulgadas, *memórias* de FERREIRA DE REZENDE, do conselheiro Albino, de Custódio José de Melo, de José Carlos de Carvalho, de André Rebouças... De um senhor do engenho, Julio Bello. De um diplomata, Oliveira Lima.

à única grande obra desse tempo, um abundante material complementar: mas ficaria isolada, no panorama da cultura, como um esboço fisionômico — até aí o mais perfeito — da evolução e do destino da terra.

Cada século tivera o seu historiador. Gabriel Soares o I; Simão de Vasconcelos o II; o gongórico Rocha Pitta o III. O IV, teve Varnhagen. A revisão científica, antropogeográfica (com a sua pressurosa influencia de Ratzel), documental, de Capistrano de Abreu — o maior da ultima geração; o modelo de história politica, que daria Joaquim Nabuco com a do “estadista do Império”; a formidável indagação das fontes paleográficas em que se embebiam os direitos do Brasil aos territorios contestados, nas questões de limites, em que a palma dos triunfos coube sucessivamente a Ponte Ribeiro, Joaquim Caetano, barão do Rio Branco, iriam inserir-se no metodo expositivo, nos processos de busca e verdade, na limpidez narrativa que fizeram escola depois da “*História Geral*”.

G E O G R A F I A

Os litigios de fronteira — e era assim desde o século XVII! — levavam consigo a geographia, as ciências naturais, as observações astronomicas, os velhos mapas, a pesquisa de todas as provas no balanço febril de todas as informações. A demarcação, no século anterior, devassára a Amazonia, redescobriu os lindes de Mato Grosso, puzêra a nú a topographia rio-grandense. Agora, a querela com a França, em torno do Oiapock, com a Inglaterra, a proposito de sua Guiana, com os vizinhos de lingua espanhola, exigia os estudos de Joaquim Caetano da Silva (que

virtualmente ganhou a questão do Amapá com o seu "L'Oyapock et l'Amazone", 1861); as pesquisas de Varnhagen, Pimenta Bueno, Bellegarde; os *atlás* de Candido Mendes de Almeida; as correções que a eles ofereceu Ponte Ribeiro. Felizes problemas! Não fôra a ambição estrangeira, e não teríamos palmilhado, com aquela minúcia erudita — cotejando profusos elementos documentais — os rincões ignotos da Pátria — muito ferida quando nô-los disputavam, do cabo Orange, do Rupumani ao Tacutú...

Engenheiros e naturalistas, simultaneamente, québram o monopólio da ciência forasteira, nas expedições úteis. Alternam-se os nomes: Agassiz e Barbosa Rodrigues (1); Roberts, Teodoro Sampaio e Albuquerque Lima, (2), Burmeister e Silva Coutinho (3), a "comissão das borboletas" (1857) (4) e Castelnau, Ehenreich, von den Steinen... (5).

CIENCIAS NATURAIS

O país ilustra-se com o concurso estrangeiro e a iniciativa nacional. Não se excluem. As ciencias naturais podem fazer-se com frei Custódio Alves Serrão,

(1) DILKE BARBOSA RODRIGUES SALGADO, *Barbosa Rodrigues*, p. 69, Rio 1945. Sobre os serviços dos brasileiros, emulos dos exploradores estrangeiros. vd. TEIVE E ARGOLLO, in *Rev. do Inst. da Bahia*, n. 18, p. 526 (1898).

(2) *O Rio de S. Francisco*, Rio 1881, nova ed., pref. de Luiz Viana Filho, Bahia 1939.

(3) RICHARD F. BURTON, *Viagens aos planaltos do Brasil*, trad. de Americo Lacombe, p. 20, S. Paulo 1941.

(4) Gonçalves Dias, Freire Alemão, Ferreira Lagos, Schuch de Capanema... Da comissão ficou principalmente Flora Cearense, de F. Alemão, C. DE MELLO-LEITÃO, *Hist. das expedições científicas no Brasil*, p. 241.

(5) Burton, em 1868, citava: Expilly, Blard, Ewbank, Kidder e Fletcher, Halfield, De Ponthez, Agassiz... Hartt popularizou Agassiz, *Scientific results of Agassiz Journey to Brasil*.

director do Museu Imperial de 1828 a 47, Francisco Freire Alemão, que teve o mesmo cargo de 66 a 74, e cuja "Palestra Científica" era como a continuação da "velosiana", Joaquim Monteiro Caminhoá, autor da "Botânica Médica e Geral" (1877), Barbosa Rodrigues; mas lhe dêram notáveis estímulos os Peckotl, os Schwake, os Goeldi (fundador do Museu Paraiense em 1885), os Glaziou (a quem se deve a paisagem, com a arborização, da Quinta da Boa Vista, do Campo de Sant'Ana), Loefgren, Fritz Müller, adepto de Darwin, contendor de Bates, louvado por Haeckel... (1). Não fôra no Brasil que Wallace e Bates, se tinham convencido dos n6vos dogmas sobre a evoluç6o das esp6cies? Este paraíso dos naturalistas precisava ser conhecido dos brasileiros. A guerra do Paraguai abriu-lhes os olhos. No s6culo anterior foi a demarcaç6o. Agora, a marcha. "A Viagem ao Araguaia" de Couto de Magalh6es (2) (1863) precedeu a literatura descritiva e sertaneja a que o visconde de Taunay deu a novidade romantica de *A Inocencia* e o realismo de *A Retirada da Laguna* (1871). Entre este livro pungente e o *Rio S. Francisco e a Chapada Diamantina*, de Teodoro Sampaio (1879) (3) a distancia n6o é grande. Palpitam nas paginas literarias do engenheiro da expediç6o de Roberts as emoç6es, a linguagem t6cnica, as afinidades sociais que, vinte anos depois, surpreenderiam o país no quadro homerico de *Os Sert6es* (1902).

(1) FERNANDO DE AZEVEDO, *A Cultura Brasileira*, 217. Sobre Mulier E. ROQUETTE PINTO, *Ensaos Brasileiros*, p. 27, S. Paulo. De HENRY WALTER BATES, *O Naturalista no Rio Amazonas*, 2 vols., trad. e notas de C. Mello-Leit6o, S. Paulo 1944.

(2) 4.ª ed., S. Paulo 1938 (Col. *Brasiliana*), com a noticia biogr6fica do autor.

(3) O livro de Euclides antecipa-se "no contraste com a planicie circunjacente donde ressumbra uma serenidade triste...", TH. SAMPAIO, *O Rio de S. Francisco*, 2.ª ed., p. 120.

Os organismos oficiais de cultura promovem a renovação, desconexa, mas intensa, de estudos e idéias. O Museu Nacional faz etnografia e prestigia-se com os *Anais* (1876), dirigido por Ladisláo de Souza Neto, depois por João Batista de Lacerda, o primeiro antropólogo da casa. Destacado da Escola Militar (1870), o Observatorio Imperial permite que, pela primeira vez, se estude o céu do hemisfério e pôde patrocinar, em 1883, expedições científicas como a da Patagonia (1). A Biblioteca Nacional valoriza-se com a *Revista* e a *Exposição* de documentos. de 1882. A Escola Central transforma-se em Politécnica. Crea-se a de Minas, em Ouro Preto, sob a direção de Henri Gorceix (1876-91) (2). Para a formação de professores abrem-se as Escolas Normais (3). O ensino vocacional é tarefa dos Liceus de Artes, e Ofícios (1856) (4). Já se repete, que a escola, como na Alemanha, é o alicerce da civilização, e democracia sem instrução, burla e fraude... (5).

Dos companheiros de Agassiz, particularmente se distinguiram William James, creador do pragmatismo

(1) Já em 1874, para observar a passagem de Venus pelo disco solar, fôra ao Oriente o Dr. Francisco Antonio de Almeida, *Da França ao Japão*, Rio 1879. Para ver o fenómeno em 1883, destacou o governo a fragata Parnaíba, do comando de Luiz Filipe de Saldanha da Gama, com a missão chefiada pelo diretor do Observatorio, EMANUEL LIAIS. Vd. *Annales de l'Observatoire Impérial de Rio de Janeiro*, 3 vols., Rio 1882 (sobre a historia do instituto) e o relatório de Saldanha.

(2) FRANCISCO LOPES, *A Escola de Minas*, p. 10, Ouro Preto 1931.

(3) A primeira foi em 1835 a de Niterói, mas só em 1859 se especializou em escola para professoras, LACERDA NOGUEIRA, *op. cit.*, p. 51. A da Bahia, a melhor do país então, fundada em 1836, abriu-se em 42, ALIPIO FRANCA, *A Escola Normal da Bahia*, p. 5, Bahia 1936.

(4) Leia-se RUY BARBOSA, *Orações do apóstolo*, discurso no Liceu de Artes e Ofícios, 1882, p. 112, Rio 1923: "O nome de Bethencourt da Silva pertence ao numero dos Benemeritos cuja condecoração incumbe à história".

(5) JOAQUIM INÁCIO DA SILVEIRA MOTTA, *Conferencias oficiais sobre Instrução Pública* (salvação pela escola, ensino obrigatorio...), Rio 1878.

(1), Charles Frederick Hartt, patriarca da geologia no Brasil (2). Encaregado pelo governo de organizar o serviço geológico (1873), trouxe Hartt dois grandes discípulos, John Caspar Branner (3) e Orville Derby (4). A física, nos estudos de Candido Batista de Oliveira e Schuch de Capanema; a astronomia, as matematicas (tratadas genialmente em 1855 por Joaquim Gomes de Souza), na exposição ou no ensino de Antonio Ferrão Moniz, o primeiro positivista (5), Pereira Reis, Benjamin Constant; a engenharia aplicada às soluções de todos os problemas da viação — (6), apresentam aos sábios adventícios um consideravel núcleo de mestres brasileiros, que se impregnou da técnica moderna.

(1) CARLOS PONTES, *Tavares Bastos*, p. 271.

(2) *Geologia e Geografia Fisica no Brasil*, trad. de Edgar Sussekind e Elias Dollaniti, p. 17, pref., S. Paulo 1941 (vol. 200 da "Braziliânica"). Faleceu Hartt no Rio, em 1878, deixando *Notas da Lingua geral*, 1872, in *An. da Bibl. Nac.*, LI, 307.

(3) Branner, depois presidente de Stanford University, San Francisco, que lhe conserva a biblioteca, começou em 74 a colêta de dados para o mapa geral e publicou *Resumo da Geologia do Brasil*, com a respectiva carta, *Geological Society of America*, v. 30, n. 2, Junho de 1919.

(4) Suspenso em 77, o Serviço geológico foi restaurado em 1907 pelo ministro Miguel Calmon que o confiou à direção de Derby, que, por sua vez, tinha colaboradores da altura de Francisco de Paula e Oliveira e Gonzaga de Campos, sucessores da obra científica de Hartt e Branner.

(5) *Elementos de matematicas*, 1.º vol., 1859. Do mesmo autor, *Classificação metodica e enciclopedia dos conhecimentos humanos*, Bahia 1878 (como *Intr. ao Catalogo Geral* da Bibl. Publ. da Bahia, que dirigiu de 1865 a 85.)

Como esclarecimento prévio lê-se de GARÇÃO STOCKLER, *Ensaio historico sobre a origem e progressos das matematicas em Portugal*, Paris 1819.

(6) Cristiano Ottoni, André e Antonio Rebouças, Francisco Pereira Passos, Teixeira Soares, Paulo de Frontin...

M E D I C I N A

A medicina atingiu a sua dignidade espiritual na cõrte com a Academia que, em 1829, fundaram alguns médicos, que tinham estudado em França (1), exatamente para arrebatá-la à rotina cirurgica ou à tradição colonial, a que se agarrava. A fundação dos dois cursos em 1808 e a sua elevação a Faculdades em 1832 não podia produzir o prodigio de arejá-la, como desejavam os impacientes. A ciência vinha de fóra; e ainda, com prejuizo de sua orientação prática, dos livros francêses, seguidos com religioso respeito pelos lentes fluminenses e bahianos. Dizer-se que as aulas eram teóricas e acrescentar que lhes sobrava literatura, faltando experiencia, é repetir a censura das sucessivas gerações escolares que, entre 1832 e 1881, confessaram a confusão em face de todos os problemas da medicina (2). Não podia ser maior na fase das epidemias (3), que ainda zombam das prevenções da hygiene (1850) (4), a mais constante a febre amarela, cuja etiologia (5) Domingos Freire (1880), Luiz Pe-

(1) Vd. *Livro do centenario do Jornal do Comercio*, p. 637, Rio 1928. Soares deMeirelles, 1.º pensionario do Estado em França, com Cruz Jobim, José Mariano Freyre, José Francisco Sigaud, Luiz Vicente de Simoni. A Academia foi aprovada por decr. de 17 de Fev. de 1830.

(2) FERNANDO DE MAGALHÃES, *O Centenario da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*, p. 7, Rio 1932; PACIFICO PEREIRA, *Memoria Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia*, Bahia 1923. A reforma de que se encarregou o visconde de Saboia em 1879, foi o ponto de partida para a aparelhagem técnica das Faculdades, enriquecidas de laboratorios e mais oito cadeiras indispensaveis, SOUZA REIS, in *Dic. do Inst. Hist.*, ed. do Centenario, I, 1290. Em 1881 (reforma Saboia) cream-se as clinicas. Francisco de Castro, pouco depois, introduzia as idéias alemães na ciencia médica, e preparava a reforma de 1891.

(3) Observe-se que já em 1831 a Academia de Medicina lembava o perigo do colera, atacava o entrudo, propunha que cessasse o enterramento nas igrejas...

(4) AFRANIO PEIXOTO, *Um seculo de cultura sanitaria*, p. 38, ed. d'O Estado de S. Paulo, 1923.

(5) JOSÉ ED. TEIXEIRA DE SOUZA e A. J. DE SOUZA LIMA, *As Ciencias Médico-Farmacêuticas, O Livro do Centenario*, I, 140, Rio 1909.

reira Barreto (1887), João Batista de Lacerda, estudaram ao mesmo tempo que Pasteur (1). Não se quizessem milagres! Refletia o Brasil a inquietação, as conquistas, o espirito do século. Os revêzes da ciência experimental, naqueles periodos lamentaveis, iriam advertir os mais jôvens para a cruzada do saneamento, com Osvaldo Cruz à frente. Em 1888 a esperança de D. Pedro II era Pasteur. Mas a medicina brasileira, teria a honra de debelar sózinha a endemia: para ella, a grande epoca surgiu com o século XX.

DIREITO

Como a cultura médica, dependia a juridica tanto dos estímulos do ensino autônomo — que tivemos com as Faculdades de Direito de São Paulo e Olinda, em 1828 — como da separação das leis pátrias do seu tronco português (2). De começo, lutaram aqueles institutos com a falta de professores e recrutaram bachareis recém-formados, ou às vespéras da formatura, para a regencia das aulas. Com o rodar do tempo se fixaram as vocações, surgiram os mestres. Logo à

(1) O Instituto Pasteur foi instalado na côrte, sob os auspícios da Santa Casa (na provedoria do barão de Cotegipe, em 1887), SOUZA LIMA, *Ibid.*, 1, 121. O Instituto Bacteriologico do Dr. Domingos Freire é de 1891. Preconizou as *Poltclinicas* o Dr. Pacifico Pereira em artigo na *Gazeta Medica* da Bahia, em 1877. A primeira inaugurou-a o Dr. Moncorvo de Figueiredo em 1882, no Rio de Janeiro. A ciência experimental iniciou-se, pode-se dizer, com o Dr. João Batista de Lacerda, em 1877.

(2) A fidelidade à litteratura juridica portugueza ia ao extremo de se dar força de lei á doutrina de Mello Freire (foi o caso de Veiga Cabral em S. Paulo, SPENCER VAMPRE, *Memórias*, I, 159), de extrair dela Trigo Loureiro as *Instituições de Direito Civil Brasileiro*, Recife 1853, e de propôr Carvalho Moreira, no Instituto da Ordem dos Advogados, que se adoptasse o *Digesto*, de Corrêa Telles, como *Código Civil do Império*. Aliás José Maria Frederico de Souza Pinto adaptára ao fóro nacional a *Doutrina das Ações* do mesmo Telles. CANDIDO MENDES, *Direito Ecclesiastico*, III, p. 1294, Rio 1866, deu-se ao trabalho de enumerar os autores portuguezes que estavam no *Index* e eram correntes no Brasil, entre estes, com as *Instituições*, MELO FREIRE.

sua volta se estabeleceu a ebulição legislativa, com a ênfase doutrinária mais avançada e remozante. À fase do *direito mercantil* de Cayrú, do *Compendio de direito natural* de Pedro Autran (1832), da *análise da Constituição* de Lourenço Ribeiro (1829), se segue o período de emancipação, em que resplandece Augusto Teixeira de Freitas, consolidador das *leis civis* (1858) e autor do *esboço do Código Civil* (1860-65). Daí por diante o pensamento e a crítica da codificação orientam os civilistas (1), que todavia têm lazêres para actualizar as Ordenações filipinas (Candido Mendes, 1870); dão à processulística a limpidez dos livros de Francisco de Paula Baptista, do barão de Ramalho, de Moraes Carvalho, substituem o domínio dos praxistas pelas construções teóricas de Antonio Joaquim Ribas, de Pimenta Bueno — a par da literatura didáctica de Trigo de Loureiro, de Tomaz Alves...

Depois de Freitas, que desbravára o campo das fórmulas arcaicas, se impõe a clara lição de Lafayette (*Direito das Causas*, 1877). Procura-se estabilizar a legislação difusa que vinha da colonia: é o trabalho do conselheiro Ribas na parte procesual, de Salustiano Orlando de Araujo Costa na parte comercial, de Candido Mendes na secção eclesiastica (1866-73), de Tomaz Alves quanto ao direito criminal, de Joaquim Rodrigues de Souza (1878) relativamente à Constituição... O Instituto da Ordem dos Advogados — que, a esforços de Montezuma, se fundára em 1843 — comunica a essas estudos ressonancia, vibração e vigor legislativo (2). A revista *O Direito* (1877) dá-lhes circulação nacional.

(1) ANTONIO JOAQUIM RIBAS, *Curso de Direito Civil Brasileiro*, p. 218, 3.^a ed., Rio 1905.

(2) ALFREDO BALTAZAR DA SILVEIRA, *Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, Memoria Historica da sua fundação e da sua vida*, p. 36, Rio 1944.

BELAS ARTES

As artes tiveram no Império a sua *escola*, que lhe legou o reinado de D. João VI (a primeira exposição da classe de pintura historia, de Debret, realizou-se em 1829) e decidida proteção oficial. O florescimento que lhe vimos no século precedente revelava a pujança ou a autonomia das vocações, no meio acanhado da Bahia (José Joaquim da Rocha e sua escola) e do Rio de Janeiro (José Leandro, Romano), senão a sua força de adaptação, mais viva em Minas Gerais (Ataide, o Aleijadinho). A "missão francesa" dera a esse gosto, independente e barôco, uma disciplina insólita. Mas não pode evitar que os novos artistas harmonizassem com os modelos hieraticos a inspiração nacional. A esse movimento vieram juntar-se pintores, architectos, gravadores e desenhistas portugueses, que se confundem, no primeiro reinado, com os discipulos de Lebreton e Taunay: Simplicio Rodrigues de Sá, Joaquim Candido Guillobel, João da Silva Muniz, Domingos Monteiro, Henrique José da Silva (1). Na exposição de 1829 apresentam-se o jôven Porto Alegre com vários retratos. Souza Lobo, José Corrêa de Lima... A primeira distribuição de prêmios foi em 1834. Em 36 estudavam 82 alunos matriculados, 48 amadôres (2). O segundo Reinado inaugura-se

(1) FRANCISCO MARQUES DOS SANTOS, in *Estudos Brasileiros*, n. 11, Março-Abril de 1940, p. 477. Estrangeiros, a esse tempo, havia miniaturistas como De la Michellerie, professores como Luiz Alexo Boulianger, litógrafos como Steinmann, architectos como Pézarat (que restaurou o palácio de S. Cristovão), escultores como Pietr'ch. O risco, por exemplo, para o monumento de D. Pedro I, de Rochet (1862) foi de José Maximiano Mafra.

(2) FRANCISCO MARQUES DOS SANTOS, in *Estudos Brasileiros*, n. 25, Julho-Dezembro de 1942, p. 47. Lamenta Charles Espilly, porem, só ter a Academia tres alunos em 1858..., *Mulheres e costumes do Brasil*, p. 38.

sob o signo das idéias suntuárias. O Imperador é então magnanimo protetor dos jovens artistas (1). Ao arquiteto Grandjean de Montigny sucedem Jacinto Rabello, o mestre néo-clássico da Santa Casa e do solar de Itamarati, Porto Alegre, autor da varanda da coroação, Bethencourt da Silva, alma da Sociedade Propagadôra das Belas Artes, Silva Mafra. Aos pintores do tempo de D. Pedro I, Sá, Henrique José da Silva, Francisco Pedro do Amaral (autor das decorações murais da casa da marquês de Santos), se seguiram os mestres das grandes telenas, Pedro Americo, o maior de todos (2), e Victor Meirelles. Deste, *A Primeira missa*, *Guararapes* e a *Batalha de Riachuelo* (1872) poderiam figurar ao lado dos de Horace Vernet. Daquela, nenhum sobrepuja a *Batalha de Avaí* (1877). Almeida Júnior, Aurelio de Figueiredo, Benedito Calixto, Decio Villares, Rodolfo Amoedo, pertencem à fase seguinte. O primeiro nacionaliza a pintura, ambienta-a, empresta-lhe o caracter local (3). A escultura, porém, só nos dá então dois mestres, Chaves Pinheiro e Almeida Reis (4).

A música do padre José Mauricio (5), de Francisco Manuel, ganha as luminarias de um Conservatorio, em 1841, e tem a sua expressão suprema

(1) JOSÉ MARIA DOS REIS JUNIOR, *História da pintura no Brasil*, p. 30, S. Paulo 1944.

(2) Vd. ARAUJO VIANA, *Das artes plasticas no Brasil*, 1915; GONZAGA DUQUE, *Arte Brasileira*, 1888; MANUEL QUIRINO, *Artistas Bahianos*, Bahia 1908. Observe-se que a pintura bahiana se desenvolve em sequencia de discipulos: Rocha, Franco Velaco, Teófilo de Jesus, Manuel Lopes Rodrigues (fundador, com Canizares, da Escola de Belas Artes, em 1877), e partir de 1877, os alunos dessa Academia.

(3) CARLOS RUBENS, *Pequena história das artes plasticas no Brasil*, p. 92, S. Paulo 1941.

(4) VISCONDE DE TAUNAY, *José Mauricio Nunes Garcia*, ed. comemorativa do Centenario.

(5) RENATO ALMEIDA, *Historia da Musica Brasileira*, p. 337 e segs., Rio 1942. MARIA LUIZA DE QUEIROZ AMANCIO DOS SANTOS, *Origem e evolução da musica em Portugal e sua influencia no Brasil*, p. 154, Rio 1943.

em Carlos Gomes. Projectou-a o "moço paulistano", como lhe chamou Castro Alves, nas platéias do mundo, com as operas italianas de nobre assunto brasileiro, *Il Guarani*, *Lo Schiavo*... (1).

A FASE DE GONÇALVES DIAS

Na poesia o sôpro romântico circula com José Bonifácio (2) e Domingos Borges de Barros; prolonga-se o classicismo com a geração bocageana, de Paulo José de Mello, Luiz Paulino, Cardoso (3), os bahianos João Gualberto, Frei Bastos (orador sacro da altura de Monte Alverne e Sampaio), Santos Titara (4); floresce a erudição latina com Odorico Mendes; a Nova Arcadia dá ainda José Elói Ottoni; isolam-se os satíricos com Sacramento Gama e Manuel Pessôa da Silva; finalmente Francisco Moniz Barreto, em 1854, define os campos em que velhos e nóvos se

(1) ITALA GOMES VAZ DE CARVALHO, *Vida de Carlos Gomes*, p. 83 e segs., Rio 1937.

(2) Com *Poesias* de Americo Ellisio, citando Byron, se antecipa José Bonifácio a Gonçalves de Magalhães, AFRANIO PEIXOTO, *Noções de História da Literatura Brasileira*, p. 154, Rio 1931 e pref. à edição fac-similar daquelas *Poesias*, feita pela Acad. Bras., 1943. Vd. os *Parnasos Brasileiros*, do conego Januario da Cunha Barbosa e de Varnhagen, este ed. da Acad. Bras., notas de Rodolfo Garcia, 1946.

(3) Tanto Paulo José de Melo Azevedo e Brito como José Francisco Cardoso estavam em Lisboa em 1800-1802, que, dessa época, são varios requerimentos deles, ms. no *Arq. Hist. Col.*, quando lhes foi fácil a amizade de *Eimano*, ligado, por intermedio de frei Velloso, aos "brasileiros", na oficina do Arco do Cégo. De Cardoso, professor régio na Bahia, traduziu Bocage o poemeto latino da *Conquista de Tripoli* (1800), *Obras Completas*, ed. de RABELO DA SILVA, V. 115, traduzido em francês, por S. Delatour, *Tripoli*, Paris 1847.

(4) As *Poesias* de João Gualberto Ferreira dos Santos Reis, tradutor da *Eneida* (1845, 2 vols.), são de 1827-33, 4 vols. Frei Francisco de Santa Rita Bastos Baraúna, a quem Junqueira Freire tratou de "Bos-suet brasileiro", deixou um poema, *Assizeida*, publ. em 1903 e obra esparsa ou perd'da: é homem a merecer biografo. HOMERO PIRES, *Junqueira Freire*, p. 198, Bahia 1929. De Titara temos o insipido *Paraguassú*, seu poema class'co-indianista, salvo apenas pelo interesse das anotações; *Memorias do Grande Exercito*, 1852, e *Obras poeticas*, 1827-39.

encontram, marcando a éra subjectiva, sentimental e nativista das letras líricas (1).

Os "*Suspiros Poéticos*", de Gonçalves de Magalhães (1836) inauguram o romantismo (2) no feito brasileiro, de melancolia amorosa, de exaltação, sensibilidade e pessimismo, misturadas as influencias de Lamartine, Musset, Hugo, nas multiplas variações dessa "escola" de *impressionismos incoerentes*, de exuberancia nacionalista, de tristeza convencional, de revoltas teoricas (3). Em poesia, os românticos desferem "*Cantos Líricos*" (Teixeira e Souza, 1841-42), tangem a *Lira dos 20 anos*" (Alvares de Azevedo, 1855), procuram "*Inspirações do Claustro*" (Junqueira Freire, 1855), amam "*As Primaveras*" esmaltadas de saudade doentia (Casimiro de Abreu, 1859), vão dos "*Primeiros*" aos "*Ultimos Cantos*" (Gonçalves Dias (1846-50), desfraldam "*O Estandarte Auri-verde*" (Fagundes Varela, 1863) e trazem para o tumulto da vida, sob a belêza imprevista de "*Espumas Flutuantes*", o éco eterno da "*Cachoeira de Paulo Afonso*" (Antonio de Castro Alves, 1870).

(1) *Clássicos e Românticos*, 2 vols., Bahia 1854-55. O prefácio é instrutivo para a compreensão do debate literário, a que opunha o poeta a sobrançeria de artista. Na exemplificação dos satíricos junta-se *A festa do Baldo*, Lisboa 1847, do diplomata Alvaro Teixeira de Macedo, que, ao contrario do que dele diz SILVIO, *ibid.*, III, 80, é um curioso documento de costumes.

(2) "Esta produção de um novo genero é destinada a abrir uma era à poesia brasileira", escreveu em 1836 Salles Torres Homem, de Paris, artigo incluído na ed. de *Obras Completas* de D. J. G. de Magalhães, II, 5, anotada por Sousa da Silveira, pref. de Sergio Buarque de Holanda, Rio 1939.

(3) De Alvares de Azevedo, Gonçalves Dias, Castro Alves, Casimiro de Abreu, Laurindo Rabelo, *Obras Completas*, com interpretação e bosquejo biográfico, respectivamente por Homero Pires, S. Paulo 1943, Manuel Bant'eira, 1944, Afrânio Peixoto, Rio 1921 e S. Paulo 1939, Sousa da Silveira, S. Paulo 1940, Osvaldo Braga, 1946. Sobre o poeta do Claustro, HOMERO PIRES, *Junqueira Freire*, Rio 1939.

Junqueira faza de "aspecto social", reage contra a irreligião, mas associa a liberdade à fé, *Inspirações do Claustro*, ps. VI-VII, Bahia 1855. Entre Alvares de Azevedo e Varela se situa a melancolia de Paulo Elró, Afonso Schmidt, *A vida de Paulo Elró*, S. Paulo.

Surge por esse tempo o romance, tímido e descolorido de início, logo refrangindo a iluminação dos tropicos, descritivo, airoso, documental, que é a distancia de Teixeira e Souza, com "O Filho do Pescador" (1843) a Joaquim Manuel de Macedo, com "A Moreninha" (1844) e "O Moço Loiro" (1845) (1). No "romance brasileiro" (sub-título que é como o agitar de uma flâmula) ha a novidade dos *costumes*, graça da linguagem, a observação, o timbre saliente ou ténue da crítica. Em 1837 imperavam as *Máximas* do marquês de Maricá: era a leitura da gente grave. Dez anos depois a fantasia feminina se comove com os amôres de Paquetá, fulgura o salão burguês, as novelas estrangeiras (Walter Scott, que George Gardner foi encontrar no sertão de Minas, em versão barata) desbancam a literatura anacrônica, e pôde Manuel Antonio de Almeida encartar nas *Memorias de um sargento de milicias* (já um "romance de costumes brasileiros") as sombras do passado e a alegre tempestade do presente (2). Verdade, os mitos retardam o "naturalismo" (3), adivinhado e prosaico: o indianismo temático de Gonçalves Dias, e a idéia, transcendente, de substituir por ele a epopéia de alem-mar, nas especulações politicas a que se presta a fã ulla. Nisto se congraçam Gonçalves Dias, com *Y Juca Pirama*, Magalhães, com a imensa *Confederação dos Tamoios*, Araujo Porto Alegre com o equivalente poema *Colombo*, chefes do movimento, que deles teve ou o impulso, no gênio, ou a condenação, nos defeitos.

(1) A novidade do romance brasileiro foi em 1845 acentuada por Dutra e Mello, comentando o aparecimento d'A *Moreninha*, cf. SILVIO ROMERO, *Historia da Literatura Brasileira*, III, 182, 3.^a ed., Rio 1943.

(2) Vd. ed. de S. Paulo, 1941, com introdução de Mario de Andrade.

(3) Curioso é que Magalhães em 1836 criticava a inadaptação da intelligencia, o vêzo imitativo..., *Opusculos*, p. 257. Como acontece geralmente, caiu no erro, que fôra comum à geração anterior.

Gonçalves Dias era um torturado da ênfase nacionalista, apaixonado da terra e do mistério etnógeno, cujo americanismo tem o merito da bôa linguagem, de Coimbra... O seu "timbira" é tão falso quanto o *tamoio*, de Magalhães. Que importava? Queria-se a definição. Procurava-se o conceito de espirito indígena, um soberbo antepassado para a pátria. Gonçalves Dias fez esta política literária, histórica, artística a que os sérios estudos (etnografia, história, arqueologia) dêram apreciavel autoridade. O lírico de *Suspiros Poéticos* foi mais longe, e tentou, na *Confederação*, crear a epopéia, que valesse, para o nosso civismo, o que para os outros povos valiam os seus poêmas célebres. Em vez dos personagens da Europa, os rudes, ingênuos, indômitos herôes do Novo Mundo... Esqueciam-se que as epopéias derivam dos fatos, acontecidos, nunca da imaginação, que os não supre: nem seria possivel infundir o calôr da ação e da glória a figuras irreais... Porto Alegre contentava-se com o antagonismo, de *Colombo*, que descortinou cristãmente a terra, ao Gama, que uniu as civilizações: a sua intenção era deslumbrar o santo homem com a visão do paraíso, que achou. O ditirambo, aí, com a paizagem edênica, tem o entusiasmo de Rocha Pita — e difusa poesia...

Esse devaneio podia bipartir-se em intellectualismo de imitação e puro sentimentalismo romantico. Àquela feição estrangeira pertence a novela tétrica de Alvares de Azevedo (*A Noite na taverna*) (1), que respira, com o germanismo universitário (2), a

(1) Vd. edição de S. Paulo, 1941, intr. de Edgard Cavalheiro.

(2) Os personagens de Alvares de Azevedo são alemães, a imaginação faustica, Byron e Goethe se aliam na sua literatura influenciada por Hoffmann... (Vd. a critica de VICENTE DE PAULO VICENTE DE AZEVEDO, *Alvares de Azevedo*, p. 170, S. Paulo 1931 (Ed. do Centro Acadêmico XI de Agosto).

boêmia byroniana de sua escola. O *alemanismo* liberal, trazido por Julio Franck, não se cingiu aos segredos da *maçonaria acadêmica* (1). Germinou em estética, poesia, atitude. A outra corrente filia-se José de Alencar, na transição do indianismo arbitrário (*O Guarani*, *Ubirajara*, *Iracema*, anagrama de America) para o romance amavel, em que se destacam as mulheres na sua moldura de sociedade elegante.

Alencar concorre para a diferenciação, que se reflecte na lingua: é ardentemente brasileiro. Não podia compreender Magalhães, com os *tamoios*, porque os cantára à “moda velha”. Desdenhou o “purismo”. O tormento gramatical viria em seguida, para repôr nos seus logares os pronomes. Abre-se com Alencar a luta entre a sintaxe e os clássicos. Em 1870 dominou ele; os clássicos ganharam a partida duas decadas mais tarde, com a reação dos eruditos, dos consultôres da “forma corrêta” (2), de Machado de Assis, Ruy Barbosa, dos legisladores, que tinham o dever de vernaculizar os Codigos. Circunstancia relevante: distanciando-se as letras brasileiras da gramatica rigida, crescia o numero dos gramaticos, sobrepujando os de Portugal... Heraclito Graça, Martiniano Mendes Pereira, Sotero dos Reis, Felipe Franco de Sá, Júlio Ribeiro, Antonio Henriques Leal, Guilherme Bellegarde, Macedo Soares, Silva Tullio, Carneiro Ribeiro, estadeiam essa vernaculidade, a par dos mestres célebres da lingua portugueza.

(1) De Franck há *Resumo de Historia Universal*, impresso por ordem do governo, S. Paulo 1839. A têsse moral era a salvação pela filosofia, aliás descontente do Estado prussiano, *op. cit.*, II, 57...

(2) Vd. GUILHERME BELLEGARDE, *Vocabulos e Locuções da lingua portuguesa*, Rio 1887. RUY BARBOSA, na *Republica*, satirizou, os que, à conta de Alencar, queriam “dialeto brasileiro, “indulgencia pienaria” para a ignorancia da lingua, p. 505, n. 23, Rio 1904. ALENCAR, *Porque me fiz romancista*, confessara-se allás discipulo dos clássicos, e os lembra no estilo de *Iracema*.

De 1840 a 60 acentuam-se as linhas de um panorama até aí enublado e indistinto. Marcam-se as tendencias, brotam os generos, os precursôres impõem-se. Dutra e Mello (1) e Torres Homem inauguram a critica. O "*Libelo do Povo*", em 1848, aprofunda-se na audacia das revisões historicas: na crisálida do panflêto, é o primeiro dos ensaios de politica social. Teixeira e Souza descobre o romance rural e inclúe-lhe o "folk-lore": vem a lume o regionalismo (2). Começa Gonçalves de Magalhães, seguido de Joaquim Norberto, a *história* literaria (3), em concurrencia com Ferdinand Denis, Ferdinand Wolf. O combate à ordem monarchica complica-se com a investigação dos fatos nacionais no seu tecido intimo: a Torres Homem sucedem Landulfo Medrado (4). Ottoni, com a "Circular dos Eleitores", que abre o processo às instituições (5), Tavares Bastos, seu fluente sucessor de batalha liberal (6), Alencar com as "Cartas de Erasmo" (7)... A "*Biografia do Conselheiro Furtado*", de

(1) SILVIO ROMERO, *op. cit.*, III, 183.

(2) *Fatalidades de duas jôvens*, cf. largo trêcho transcrito por SILVIO, *ibid.*

(3) A primeira visão de conjunto nol-a deu José Bonifacio em 1825, *Cartas Andradinas, An. da B. H. Nac.*, XIV, 12-4. Magalhães reivindicava a primazia, *Opusculos Historicos e Literarios*, p. 245. Mas é preciso dizer que a FERDINAND DENIS se deve o primeiro *Résumé de l'Histoire littéraire du Portugal suivi du résumé de l'histoire littéraire du Brésil*, Paris 1826, que inspirou os demais estudos francêses sobre a nossa jovem literatura.

(4) *Os cortezões e a viagem do Imperador*, Bahia 1860. Dedicou-lhe PEDRO LUIS uma de suas poesias hugoanas, *Dispersos*, ed. da Acad. Bras., p. 41.

(5) 2.a ed., de Basilio de Magalhães, Rio 1916.

(6) *Cartas do Solitario* (1.ª ed., 1862, 2.ª, 1863, 3.ª, S. Paulo 1938; *Os Males do Presente e as esperanças do futuro*, 1861, 2.ª ed., S. Paulo 1939, notas de CASSIANO TAVARES BASTOS; *A Província*, 1870, 2.ª ed., S. Paulo 1937.

(7) Vd. JOAQUIM NABUCO, *Minha formação*, p. 5, Rio 1900. Essa literatura combativa de análise tem um curioso documento na *Guerra dos Mascates*, de ALENCAR (1870), em que se desdobra uma sátira ao Imperador (p. 25, ed. do Rio, 1932) e aos costumes.

Tito Franco, é, como "*Os Males do Presente*", de Tavares Bastos (aquela de 1878, este de 1861) uma indagação de causas, o estudo do "meio social em que vivemos" (1), ou, mais vantajosamente, o seu julgamento. Não podemos desprender da "*Circular*", de Ottoni, o *manifesto republicano* de 70, quanto à insatisfação, ao descortino liberal, ao senso federalista, que nele falam. Só depois do americanismo de Tavares Bastos (2), (que reata a tradição provincialista, amortecida depois de 1839), da análise do "self government" por Paulino, da campanha democratica do "ministro do povo" (Ottoni), podia vertebrar-se o movimento republicano sem o sainete francês da geração da Independencia nem o exagero anti-nacional de 1831.

A abolição da escravatura, (com o "aboliconismo", de Nabuco, erigido em movimento de regeneração social, em 1883), eleição diréta, a federação, com ou sem a corôa, tumultuaram, na ultima fase do regime, as correntes intelectuais que disputavam o poder.

As idéias mais adiantadas, que, em 1860, espanstavam os cautos politicos, eram em 1878 e 1880 idéias officiais. O Imperador não lhes ficára atraz. D. Pedro II tem o logar régio na história cultural, menos pela proteção que dispensou aos letrados (3) do que pelo interesse com que os agrupou, ouviu e tolerou, na benigna assistencia a todas as fórmias de nobreza mental. Um

(1) TAVARES BASTOS, *Males do Presente e as esperanças do futuro*, 2.^a ed., p. 27.

(2) Que Tobias combateu "a centralização politica e administrativa que Tavares Bastos defende...", OMAR MONT'ALEGRE, *Tobias Barreto*, p. 156, Rio 1939. Não. Tavares Bastos era apologista da descentralização, *Cartas do Solitario*, p. 88, e ia ao extremo de querer o presidente da provincia eletivo, *A Provincia*, p. 356.

(3) O caso dos titulos é sufficiente: viscondes de Porto Seguro (Varnhagen), Araguaia (Magalhães), Taunay, Rio Grande, barões de Santo Angelo (Porto Alegre), Paranapiacaba, Loreto, Vila do Barra, Rio Branco, Macahubas, Kamiz...

Viscondes eram tambem em regra os magistrados que deixavam, ilibados, a carreira: Monserrate, Valdetaro...

pouco homem de ciência, amador de todas as curiosidades do saber, latino, helenista, hebraizante, com a sua veleidade de matematico e o gosto da poesia, não a cultivou senão modestamente, numa ou noutra tentativa, ou exercício, sem seguimento. Encorajou, porém, as realizações da cultura, e flutuou ao sabôr de suas exigencias. Aceitou estoicamente a revolução iminente; e familiarizou-se com alguns de seus capitães. O dialogo com Victor Hugo, em Paris (1), definiu-lhe essa renúncia. Merece que o consideremos um caso a parte, na categoria dos reis: não retardou com o seu poder (muitas vezes irresistivel) a evolução do país, na lógica do seu liberalismo eclético e irreverente.

Laurindo Rabello e Fagundes Varela (2) servem de êlo à corrente que liga a descende de Alvares de Azevedo — no romantismo padecente — à flama *hugoana* de Castro Alves. Varela, com o novo ritmo (*Noturnas*, 1861) e Pedro Luís, com as estrófes “condoreiras” (3), anunciam o “cantor dos escravos”, que longe os deixou, no vôo épico. A originalidade de Castro foi a harmonia, que genialmente estabeleceu, entre a paisagem, o romantismo erótico, a paixão liberal, o senso cívico, a corda politica, a ênfase, a vocação abolicionista, o ímpeto oratorio do ataque a todas as fôrmas de opressão, em nome do “século” (4), da “liberdade”, da “pátria”, imortais direitos... Atinge a poesia, com ele, o momento dominante. Como que

(1) GEORGES RAEDERS, *Pedro II e os sáblos francêses*, p. 23, Rio 1944.

(2) Laurindo Rabelo diz-se discípulo de MONIZ BARRETO, *Poesias*, 78, 1853-67, ed. de S. Paulo 1944. *Obras Completas*, organizada por OSVALDO DE MELLO BRAGA, S. Paulo 1946. Sobre Fagundes Varela, Mario Vilalva, *Fagundes Varela*, p. 91. O seu *Noturnas* é de 1861, em S. Paulo. Varela e Castro encontraram-se em Recife em 1865, P. CALMON, *Vida e Amôres de Castro Alves*, p. 83. Rio 19.

(3) PEDRO LUÍS, *Dispensos*, ed. da Acad. Bras., pref. de Afranio Peixoto, p. 7, Rio 1934, que destrôe a baléa de ter sido Tobias Barreto nisto precursor de Castro Alves.

(4) *O Seculo*, Recife, 1865, in *Obras Completas de CASTRO ALVES* (ed. de Afranio Peixoto), II, 5-10, Rio 1921.

se esgota, com a sua declamação, a pujança *hugoana*, e têm reflexos pálidos, de imitação, as composições que, pelas mesmas rimas, ainda veneram os mesmos dogmas. O naturalismo da prosa compensa-se com o parnasianismo da geração que finge abandonar o sentimento romântico para atribuir à fôrma, na perfeição do verso, um poder diferente.

A FILOSOFIA

A filosofia no Brasil amanhece com as preleções de Silvestre Pinheiro Ferreira no Seminário de S. Joaquim, em 1813. É o primeiro filosofo leigo a apresentar a uma assistência interessada pelas idéias o grande debate entre sensualismo e espiritualismo (1). Concilia-os na tendencia das fórmulas ecléticas, a que se prendem Monte Alverne e Eduardo Ferreira França (2). No idealismo de Gonçalves de Magalhães aparecem Cousin, Jouffroy, Melebranche. A tradição escolastica reflúe aos livros de texto. Sómente na década de 70 se declara, categorica, a luta dos principios: com o positivismo de Miguel Lemos e Benjamin Constant (1875) (3), o materialismo militante, o monismo, o transformismo...

(1) Alem do que dissemos a proposito de Silvestre, vd. ESCRAGNOLLE DÓRIA, *Memoria Historica do Colégio de Pedro II*, ps. 10-1. Parece-nos que a prioridade do ensino publico de filosofia eclética lhe cabe e não a Monte-Alverne, de quem se deve lêr o *Disc. Prel., Obras Oratorias*, I, V.

(2) P. LEONEL FRANCA, *Noções de Historia da Filosofia* (cap. A *Filosofia no Brasil*), ps. 416-9, 9.ª ed., S. Paulo 1943.

(3) Para Teixeira Mendes e Miguel Lemos a primeira manifestação positivista foi, no Brasil, a tese de Miguel Joaquim Pereira de Sá, apresentada à Escola Militar em Março de 1850, JOÃO CAMILO DE OLIVEIRA TORRES, *O Positivismo no Brasil*, p. 48, Rio 1943, sabendo-se porem que desde 47, Benjamin e Lemos, estudantes, tinham aderido às idéias de COMTE, *ibid.*, p. 51. Mais antigo positivista, no emtanto, foi o sábio bahiano Antonio Ferrão Moniz (1813-1887), que ouviu em Paris as aulas de Comte, e na introdução a seu *Elementos de matematicas*, 1859, a elas se referiu. CLOVIS BEVILAQUA, *A filosofia positiva do Brasil*, p. 42, deu-o

Monistas, materialistas-transformistas, positivistas da Sociedade que em 1876 se formou para o culto e a propagação da filosofia, da religião comteana (1), são os agitadores doutrinários que inauguram, no Império, a época das reformas radicais. A sua política torna-se republicana, embora sistemática ou científica; a sua literatura, realista; os processos, escolares, transcendentais e revolucionários; a ação, profunda e irreverente. Nas matemáticas, nas Faculdades de Direito, (2), nas escolas médicas (3), essa revolta intelectual calca aos pés a rotina, agarra-se aos autores alemães, desdenha a metafísica, apropria-se do estilo de Buchner e Haeckel, propaga-os (4), faz dos fatos da ciência os fundamentos da especulação ético-jurídica, e confunde com as hipóteses, da moda, as finalidades do conhecimento. Tobias Barreto é a expressão mais saliente do germanismo que assanhadamente invade os domínios do Direito (5): e Silvio Romero o seu arauto (6).

por pouco lido em Comte, ao que retrucou Gonçalo Moniz (neto de Antonio Ferrão), provando que nenhum contemporâneo o conhecia mais atentamente (1898). Clovis em resposta a Moniz, de Recife, 4 de Dez. de 98, prometeu retificar o engano (Notas ms. cm. por Mario Torres, do Arq. de Gonçalo Moniz).

(1) Os brasileiros distinguiram-se desde cedo na reverência a Auguste Comte, singularizando-se, a este propósito, entre os grupos nacionais que o tomaram em consideração. Miguel Lemos (1879) devotou-se à religião da Humanidade junto ao tumulto do mestre e trouxe de Paris este compromisso.

(2) CLOVIS BEVILAQUA, *História da Faculdade de Direito de Recife*, II, 79 *passim*, Recife 1927.

(3) Foi em 1876 que Domingos Guedes Cabral, impugnada a sua tese à Faculdade de Medicina da Bahia sobre "*funções do cérebro*" (tremendamente materialista), em nome do "livre exame" achou nos estudantes uma solidariedade provocante. Eles lhe editaram, contra a Congregação... (P. LEONEL FRANÇA, *op. cit.*, p. 453).

(4) Estudos Alemães, ed. de 1926, p. 361, (v. VIII das Obras).

(5) Obras Completas, 1.º vol., ed. do Est. de Sergipe, Rio 1926.

HERMES LIMA, *Tobias Barreto*, p. 208, S. Paulo 1938; OMER MONT'ALEGRE, *Tobias Barreto*, p. 275

(6) Vd. SILVIO ROMERO, *A Filosofia no Brasil*, p. 138 e segs., Rio 1876; e *Ensaio de Filosofia do Direito*, pref. Rio 1895. O germanismo de Tobias é ainda liberal. Não compreende o anti-semitismo de Treitscke, *Estudos Alemães*, p. 353, (ed. de 1926) e lhe combate o monarquismo servil, *ibid.*, p. 351.

Não se pôde apartar do conflito religioso, de 1874, o surto de cultura nova, mas agnostica, anti-tradicionalista, os alemães muito citados, sempre que possível no original — em que se juntam os evolucionistas dos vários matizes, o comtismo associado, pelas linhas da crítica, às eloquentes negações do absoluto... Nisto *As três filosofias*, de Luiz Pereira Barreto, a vulgarização das idéias materialistas, do visconde do Rio Grande (1), o darwinismo, em voga, preparam o terreno ao germanismo científico de Tobias e ao reexame das condições do pensamento brasileiro por Silvío Romero, que em 1876 (o ano memorável) lhe apreciava os rumos (*A Filosofia no Brasil*) e logo, no seu balanço geral da literatura, quer fazer-lhe a história (2). Havia, por esse tempo, a necessidade imperiosa de adaptar aos estudos normais o enxurro das novidades (3); e pode-se dizer os espíritos se dividiam, ecleticos-liberais de um lado, a quem o ardor político libertava das seitas filosóficas (4), do outro os “científicos”, a sonharem com um regime indefinido... Os dois grupos entrelaçam-se na proclamação da República.

REALIDADES BRASILEIRAS

1877 é outro ano decisivo para a nossa história literária. Zola e Dickens dominam a suave influencia de Lamartine e Walter Scott. O entusiasmo renovador

(1) SILVIO ROMERO, *A Filosofia no Brasil*, p. 66.

(2) “Meu fim é fazer a história do pensamento brasileiro...”, SILVIO, *Hist. da Lit. Bras.*, 3.^a ed., III, 184.

(3) CLOVIS BEVILAQUA, *Juristas Filósofos*, p. 116, Bahia 1898.

(4) E’ o caso de NABUCO, *Minha formação*, p. 11, impressionado principalmente com Bagehot e a Constituição inglesa e Ruy Barbosa, que pensava em 1870 numa política diferente de tudo o que existia, *Mocidade e Exílio*, ed. de Americo Lacombe, p. 57, S. Paulo 1940. Aníbal Falcão iniciou outra ordem de estudos com a sua *Formula da Evolução Brasileira*.

vem de Paris, passando por Lisbôa (1). Aluisio de Azevedo, Júlio Ribeiro, Adolfo Caminha fazem romance naturalista. As crônicas de Machado de Assis têm um parentesco próximo com "As Farpas" de Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão. O teatro modifica-se de repente, agitado pela operêta e pela revista de Artur de Azevedo. Aquele teatro histórico, de Magalhães, de Agrario de Menezes, aquele sentencioso teatro de comédias, de Martins Penna, Pinheiro Guimarães, aquele pezado teatro patriotico-lírico, que fôra a pedra de tóque dos talentos românticos (2) — populariza-se na alegre experiencia democratica; e serve à politica de decomposição do regime. E' liberal, gaiato, erótico, parisiense. A poesia, sim, adquire, com o parnasianismo, uma dignidade verbal corrêta, helênica, e à trindade da velha escola, Gonçalves Dias, Magalhães, Porto Alegre, responde com a nova trindade, Olavo Bilac, Raimundo Corrêa, Alberto de Oliveira. Machado de Assis é caso a parte. O seu romance psicologico é decerto realista, mas sem paizagem, profundamente humano, extraído de sua melancolia solitária, filiado ao pessimismo de Pascal, à ironia de Swift, à limpidez vernacula de Castilho... (3). Raul Pompéia, ao contrario, faz das lembranças do *Ateneu* a autobio-

(1) Araripe Junior cita a influencia então de Junqueiro, Ramalho, Guilherme de Azevedo e Eça, vd. ELÓI PONTES, *A vida exuberante de Olavo Bilac*, I, 266, Rio 1944. O movimento pode datar-se de 1871, com "As Farpas", JOÃO GASPAS SIMÕES, *Eça de Queiroz, o Homem e o Artista*, p. 283, Lisboa 1945. Dele traçou Clovis Bevilacqua, a proposito de Aluisio, forte resumo, *Epocas e Individualidades*, 1882, 2.ª ed., 1899.

(2) LAFAYETTE SILVA, *Historia do Teatro Brasileiro*, p. 129 e segs. Rio 1938. Dos actôres, o maior, com razão apellidado de "Talma brasileiro", foi João Caetano, que deu à sua arte uma altura ainda não attingida.

Não havia mais gosto pelo drama, em 1881... TOBIAS BARRETO, *Filosofia e Critica* (ed. de 1926), p. 298.

(3) Sobre o "caso isolado" do autor de Dom Casmurro, MARIO MATOS, *Machado de Assis*, p. 149, S. Paulo 1939. De 1878, com *Yayá Garcia*, "belo romance", data "a grande fase de maturidade", do escritor, SILVIO ROMERO, *Machado de Assis*, p. 22, 2.ª ed., com pref. de Nelson Romero, Rio 1939.

grafia de tom áspero, de côr forte e fresca, exultante de seiva rebelde, que pôde ser um índice das queixas sediciosas da geração, da tremenda geração de *A Conquista*, de Coelho Neto (cujo helenismo se associou à descrição daquela boêmia intelectual, do seu sertão maranhense, das crúas cousas brasileiras) — que se abrigou num periódico, *A Semana*, de Valentim Magalhães, e depois, em 1896, se acomodou numa casa conciliadôra, a Academia.

A mesma tendencia de nacionalização literária, que prevalecêra no parnaso, romantico, se acentúa, e vence, na prosa regionalista, que resplandece com Inglês de Souza, Franklin Tavora, Bernardo Guimarães. A critica de Silvio, José Verissimo, Araripe Júnior; o folhetim de Machado, Carlos de Laet, Artur de Oliveira, Urbano Duarte, Ernesto Senna; o jornalismo frondoso de Quintino, Ferreira de Araujo, Patrocínio, Alcindo Guanabara, Ruy, ajustam-se à tormenta ideologica do fim da monarquia. Ha um denominador comum dos espiritos, que é a terra. A terra com as suas realidades e os seus apêlos — que a gente europeizada de outr'ora ignorára, sem tempo de conhecer-lhe a belêza rude; e agora talhada em grandes zonas de interesse romanesco pelos novelistas provincianos, estudada em profundidade pela recente sociologia, e vista com outros olhos pelos moços que liam Ratzel (como Capistrano de Abreu) ou ainda lhe confundiam a barbárie dos *sertões* com as alegorias da Vendéa... (1).

Queria-se a vêrdade do Brasil!

(1) A referencia é a EUCLIDES, na fôrma primitiva de *Os Sertões*, artigos para o *Estado de S. Paulo*, 1897, *Canudos*, *Diario de um expedicionario*, p. 167. Rio 1939.

CONCLUSÃO

A consolidação da República decidiu-se três anos depois da proclamação: e ao fragor da guerra civil que o Imperador quizera evitar com a sua calma atitude de renúncia, em 15 de Novembro. Delineada politicamente no decreto afoito e providencial desse dia historico, a República estava de fáto constitucionalizada a 24 de Fevereiro de 1891, segundo as normas presidenciais e federativas dos Estados Unidos, seu modêlo: mas a organização teórica difficil e tardiamente se lhe ajustaria à realidade desconexa. Os fatores de prosperidade aparente e intensa de 1889 — cujo barulho, de “Bolsa de titulos”, cobrira, no Rio de Janeiro, o ruido do trôno na sua quêda intempestiva — converteram-se em 1890 em tumulto próspero, em 1891 em delirio, jogo, ficção, ruina e desordem, Aquela adesão geral ao novo regime cêdo se converteu em decepção, derrotismo, luta facciosa, separação irremediavel de mentalidades e gerações. A autoridade conservadora e sizuda do marechal-fundador, confirmada, em condições especiais, pela Assemblêia constituinte, havia de dissolver-se — e dissolvê-la — no conflito mortal de 1891: ele, encarnação altiva do poder que se não dobrava, ela, atraída pelo magnetismo das fórmulas e das influencias liberais. Não havia mais monarquistas ao fazer-se a República, dizia-se. Mas em 1892 a sorte das instituições dependia como de um fio, suspensa ao vigor obscuro do presidente constitucional, que era, exatamente, o ajudante general do exercito no governo de Ouro Preto. Os problemas, pois, transferidos do sistema imperial para o republicano, na transição incruenta de 15 de Novembro, ocuparam os primeiros anos da decada imediata,

e a tornaram a mais dramática e sobressaltada da história do país depois do período, a tantos aspectos análogo, da Regência — época substancialmente revolucionária entre o primeiro Reinado, forte e instável, e a placidez legalista do segundo.

Não terminaria o século XIX — o da fundação e florescimento do Império — sem que os traços fisionômicos, ou as características do Brasil moderno se fixassem, serenos, largos, peculiares. Estabilização do regime, irradiação econômica, a conciliação original entre a tendência centrípeta e a força centrífuga dos Estados federados, a desilusão democrática na mecânica político-partidária, o progresso material asoberbante, metódico, descontinuado, dispersivo, inevitável, e as formas imprevisas que assumiu essa civilização impetuosa — e modesta. Por ser coerente, era integrativa. No século XVI esboçara-se, com “as origens”. No século XVII definira-se: “a formação”. No século XVIII plasmara “a organização”. Elevára o “império” no século XIX. Nada lhe deteria a marcha pelo tempo adiante — na unidade, na estrutura, no espírito da Nação, condições vitais de sua permanência adquiridas através dessas longas épocas. Unidade na paisagem e no povo; estrutura independente e flexível; espírito autônomo e creador, síntese emocional e lógica da evolução brasileira.

ÍNDICE ONOMASTICO

- Abaeté* (Visconde de) Antonio Paulino Limpo de Abreu, 160, 280, 287, 289, 307, 332, 338, 361, 362-3, 378-9, 428, 430
Aberdeen (Lord) 357, 365
Aboin (Joaquim da Nobrega) 10
Abranches (Dunshee) 191-2, 285, 469
Abrantes (Marquês de) Miguel Calmon 38, 93, 99, 142, 165, 186-7, 189, 197, 207-8, 241, 249, 251, 252, 306, 309, 310, 317, 319, 320, 331, 332, 334, 440, 357, 361, 390, 416-7, 419, 501, 536
Abrantes (Duquesa de) 23
Abreu (Capistrano de) 539, 541, 563
Abreu (Casimiro de) 552
Abreu (Francisco Pedro de) B. de Jacuí 318, 374-5
Abreu (José) B. do Serro Largo 64, 84, 88, 195, 232
Abreu (Luiz de) 43
Abreu e Lima (José Inácio) 110, 112, 267, 270
Accioli (Inácio) 27, 31, 50, 92, 94, 102, 113, 116, 128, 162, 165, 184, 186-7, 189, 216, 219, 362, 386, 427, 539
Accioli (Hildebrando) 169, 222, 420
Acevedo (Eduardo) 65, 73, 75, 86, 89, 90, 227, 421, 424
Acosta (Juan F. Perez) 64
Adams (I. Q.) 217
Agassiz 397-8, 401, 542, 544
Agular (Antonio Augusto de) 112, 127, 206, 253, 305, 356
Agular (Manuel Duarte) 320
Agular (Marquês de) 34; 69, 72-3, 76, 91, 93, 112, 116
Agulir (Rafael Tobias de) 272, 339, 341-2
Agular d'Andrada 468
Agullar (Hermogenes Francisco) 129
Agullar Pantoja (Gastão Adolfo) 129
Aires do Casal (P.) 55, 98-9, 100, 196, 242
Agulre 422, 424
Alberdi (J. B.) 228, 381, 441
Albuquerque (José Mariano) 107
Albuquerque (Pompilio) 477
Albuquerque Maranhão (André de) 110-1, 114
Albuquerque Maranhão (Afonso) 208
Albuquerque Cavalcanti (José Maria) 197
Alcantara (Visconde de) 240, 257, 264
Alencastre (Alvaro) 228
Alencar (Alvaro Gurgel de) 372
Alencar (Barbara) 111
Alencar (José de) 386, 479, 481, 538, 555-6
Alencar (José Martiniano) 111, 158, 197, 210, 213-4, 286, 293, 311, 327-9, 330, 333, 388-9
Alexandre I. 52, 205
Alincourt (d') 94
Almeida (Aluizio) 98, 338, 341, 343
Almeida (Antonio José de) 209
Almeida (Francisco Antonio) 96, 544
Almeida (Fernando) 41
Almeida (Gabriel Ribeiro) 17
Almeida (Joaquim José) 152
Almeida (José Manuel) 272
Almeida (José Ribeiro de) 272
Almeida (Manuel Antonio de) 42, 553
Almeida (Renato) 36, 550
Almeida (Tito Franco de) 331, 354, 365, 408, 411, 414, 436, 540, 557
Almeida e Albuquerque (Francisco de Paula) 331
Almeida Braga (Luiz de) 285
Almeida Castro (Miguel Joaquim) 109
Almeida Barreto (Gen.) 507-8
Almeida Couto (José Luiz de) 530
Almeida d'Eça (Vicente) 29
Almeida Junior 550

- Almeida Lara* 17
Almeida Magalhães (Bruno de) 160, 338, 428
Almeida Prado (José Vasconcelos) 473
Almeida Reis 550
Almeida e Sousa (Candido Xavier) 171-2
Almeida Torres 292, 363-6, 374-5, 373
Alorna (Marquês de) 24, 59, 80, 123
Alvares (Joaquim de Oliveira) 84
Alvares do Amaral (José) 35, 105, 204
Alvares de Almeida (José E.) Marquês de Santo Amaro 204, 252, 238
Alvares de Azevedo 369, 552, 554
Alvares Machado 322, 332-3, 338
Alvear D. (Diogo de) 71
Alvear (Carlos Maria de) 71-4, 221, 227, 229, 231-3
Alves (Tomaz) 245, 548
Alves de Araujo (Manuel) 496
Alves Branco (Domingos) 140, 161, 166, 174
Alves Branco (Joaquim Francisco) 142
Alves Branco (Manuel) 307, 337, 355, 358, 364-5, 385, 535
Alves Corvalho (Bernardo Teixeira) 115
Alves Maciel 49
Alv'm (Cesario) 488
Alzaga 61
Amaral (Antonio José) 41
Amaral (Braz do) 76, 92, 129, 130-1, 138, 156, 184, 185, 187, 188, 246, 274, 284, 310, 312, 315, 386, 395, 402, 409, 531, 539
Amaral (Francisco Pedro) 550
Amaral (Inácio M. Azevedo do) 41
Amaral (Luiz) 100
Amaral Gurgel (Manuel Joaquim) 244
Amarante (Conde de) 218
Amella de Leuchtenberg 118, 242, 250, 261
Amélia (Marie) 63
Americano do Brasil 101
Americo (Pedro) 550
Amoedo (Rodolfo) 550
Amzoleck (Moses) 29, 91
Ana de Jesus (D.) 21.
- Anadla* (V'sconde de) 22, 34, 51
Andrada Machado (Antonio Carlos Ribeiro) 60, 106-7, 140, 144-5, 146, 157-8, 162, 198, 203-4, 206, 275, 281-2, 322, 328-9, 330-2, 340
Andrada e Silva (José Bonifácio de) 35, 49, 90, 107, 142, 143-5, 151, 154, 156, 160, 161-2, 167, 168-9, 170-4, 176-8, 180-1, 196, 198-9, 200, 203-4, 206, 220, 254, 260, 274-5, 281-2, 295, 373, 415, 536, 538, 550, 556
Andrada e Silva (José Bonifácio) o moço 472, 478, 492-3
Andrada e Silva (José Bonifácio) 143, 154, 261, 270
Andrada (Mart'm Francisco) 80, 107, 144, 151, 157, 170-2, 197, 200, 203-4, 206, 223, 251, 330
Andrada (Martim Francisco, II) 474, 496, 498
Andrada (Mart'm Francisco III) 155, 330, 451
Andrade (Ernesto de Campos) 20
Andrade (Luiz) 512
Andrade (Mário de) 42, 553
Andrade (Olegario V.) 454
Andrade Figueira 459, 481, 491, 503, 514
Andrade Pinto 491
Andrade Neves (Gen.) 444, 459
Andréa (Gen. Soares de) 115-6, 230, 300, 302, 320, 322, 444
Andresito Artigos 83-4, 86
Angeia (Marquês de) 115-6
Angelim (Eduardo) 299, 300
Antonelli (Cardeal) 487-8
Antonina (Barão de) 343
D. Antonio 121
Antonio (João) 323, 432
Aquila (Conde de) 118, 353
Araújo (Alberto Teixeira de) 64, 146, 201, 224
Araújo (Manuel X'menes) 112
Aragão e Vasconcelos (Antonio Luiz de Brito) 30
Arauda (F.) 349
Aracine (Tristão de Alencar) 213-4, 253, 279, 328
Aracine Junior 562
Arcujo (Antonio de) Conde da Barca 13, 19, 21, 23, 33, 39, 67-9, 70, 76, 77, 79, 112, 118, 120, 132
Arcujo (Artur da Cunha) 23, 33, 39

- Araujo* (João Ferreira) 184
Araujo (Manuel Corrêa) de) 108
Araujo Costa (Salustiano Orlan-
do) 548
Araujo Corrêa (Jacinto Pinto)
348
Araujo Gondim 197
Araujo Guimarães 29
Araujo Lima (Pedro de) Mar-
quês de Olinda 158, 197, 199,
241, 265, 278, 293, 307-8, 311,
316, 318, 330, 336, 367, 374,
375, 410, 415, 426, 436, 466,
474
Araujo Viana (José de) V. do
Rio Grande) 302, 305, 561
Araujo Viana (M. de Sapucaí)
142, 197, 281, 285, 329, 334,
340
Araujo Viana 550
Araxá (Visconde de) 345
Arcos (Conde dos) 30, 33, 35,
45, 90-3, 109, 111-2, 119, 125,
127, 130-1, 135, 240, 394
Argolo (Francisco Antonio de)
129
Argolo (Gen.) 444, 452, 458-9
Argolo Ferrão (Alexandre Gome-
s) 313
Arm'age (J.) 116, 137, 176,
204, 211, 225, 231, 246, 250,
252-7, 260, 261-2, 264
Arouche de Moraes Lara (Dio-
go de) 87
- Azeredo Coutinho* (J. Mariano)
167, 178
Badaró (Libero) 254
Baeler (Lewis W.) 182
Baena (Ladislaw) 539
Baependi (Marquês de) 37-9,
137, 197-8, 200, 204, 240, 257,
316, 538
Baependi (Conde de) 267, 344,
355
Baez (Adolfo 1) 237, 448
Bagehot 561
Bahlense (Ten.) 312
Baião (Antonio) 109, 132, 190
Bailly 272
Balbi (Adrien) 44
Balcarce 227, 236-7
Balmaceda Valdés 468
Balsamo (José) 106
Baltazar da Silveira (Alfredo)
548
Baltter (H. W.) 543
Bandeira (Manuel) 324, 552
Bandeira (Pedro Rodrigues) 158
Bandeira (Sebastião) 523
Barata (Cipriano) 112, 127, 129,
157-8, 178, 193, 197, 201, 210,
219, 253, 258, 267, 274, 285,
292
Barbosa (Francisco de Assis) 55
Barbosa (José Avelino) 31
Barbosa (Mar'co de Lima) 494
Barbosa (Paulo) 47, 151, 281,
328, 335, 352, 354, 364
Barbosa (Ruy) 56, 245, 291, 386,
472, 487, 492, 494, 510-1, 516,
518-9, 520, 523-5, 530, 544,
555, 563
Barbosa de Godóls 192
Barbosa de Oliveira (Albino Jo-
sé) 142, 170, 189, 540
Barbosa Lima Sobrinho 95
Barbosa Rodrigues 542-3
Barbosa Rodrigues (Dilke) 285,
300, 542
Barreto (Luiz Pereira) 547, 561
Barreto (Melo) 42, 162, 180,
201, 224
Barreto (Sebastião) 195, 232,
296-7, 318
Barreto (Tobias) 560-1, 557, 562
Barreto Pedrosa 313, 353
Barros (Cel.) 447
Barros Pelm 142
Barros Lima (José de) 107, 114-5
Barroso (Francisco Manuel), B.
do Amazonas 326, 440

- Barroso* (Gustavo) 235, 236, 326, 381, 386
Barroso Perelra (Rento) 277-8
Barroso Perelra (Luiz) 189
Bastos (Antonio Martins) 197-8
Bastos (Frei) 551
Bastos (Umberto) 359
Batbie (M. A.) 208
Bates 54
Batista de Campos 193, 285, 299
Bastiat (Fred.) 359
Bauer (Fred.) 236
Bauzd (Francisco) 67, 84, 88
Beard (Ch.) 475
Bealer (Lewis Winkler) 86
Beauchamp (Alph.) 55, 205, 539
Bedoya 463
Behm (J. Henrique) 15
Beirão (Caetano) 81
Belens (Francisco) 188
Belgrano 63-5, 74-5
Beltario ((Francisco) 341
Bellegarde (Guilherme) 555
Bellegarde (H. L. de N.) 216
Bellegarde (Pedro de A.) 270, 362, 542
Belo (Julio) 540
Benevides (Solena) 51
Benjamin Constant 386, 494, 511, 522-8, 545, 559
Bentitez (Iusto Pastor) 65, 430, 450, 463
Bentitez (Gregorio) 430
Bentham 394, 535
Beresford (Gen.) 70, 115, 119
Berges (José) 428
Bernardes (Manuel) 120
Berro (Bernardo P.) 420-3
Bernardo de St. Ana (Francisco) 81
Bersouchet (Lidia) 376, 423
Bethencourt da Silva 544, 550
Bettamio (Cipriano Barbosa) 409
Bevilaqua (Clóvis) 202, 236, 242, 559, 560, 562
Beryer (Gustavo) 51
Bezerra (João Paulo) 118
Bezerra (Leandro) 111
Bezzi (Tomaz G.) 173
Bhering (Mario) 106, 110, 133, 140
Blard 542
Blackenridge (H.) 51
Blancard (Tomaz José) 25, 45
Bilac (Olavo) 562
Bittencourt (Agostinho Petra) 37
Bittencourt Camara (Cel.) 313
Bivar (Diogo Soares da Silva) 91
Blake (Sacramento) 142, 311, 516
Blumenau (Dr.) 390
Bluteau (P. Rafael) 109
Bôa Vista (Conde de) 147, 389, 394, 491, 493
Bobadela (Conde de) 99
Bocage 122, 131-2, 218, 333, 551
Bocaiuva (Quintino) 287, 472, 507, 519, 524-5, 526-7, 531, 563
Boigne (Comtesse de) 353
Botelho (Alvaro) 503
Bocanera Jr. (Silfo) 92
Boiteux (Henrique) 84, 234-5, 448
Boiteux (José) 320
Boiteux (Lucas Alexandre) 185, 234, 300, 326
Bolivar 112, 227-8
Bompland (Mme.) 215
Bonaparte (José) 61
Bonaparte (Jeronimo) 128
Bontempo (Dr.) 42
Borges (José Inácio) 110, 117
Borges (Vitoriano) 110
Borges de Castro 23
Borges da Fonseca 253, 258, 268-9, 536
Bosche (Th.) 236
Boulanger (Gen.) 505
Boulanger (Lutz Afelxo) 549
Boultreau 394
Bourbon (D. Pedro Carlos de) 21
Brack (Cor.) 242
Braga (Antonio Rodrigues F.) 297
Braga (Osvaldo) 552, 558
Braga (Th.) 78, 253, 551
Bragge (Guilherme) 399
Brandão (Raul) 23-4, 106
Brandão (Ulisses) 94
Brandzen (Cor.) 232
Branner (John C.) 545
Brasiltense (Americo) 471, 473
Bray (Arturo) 441, 458
Brayner (Fr. José Maria) 115
Breal (Michel) 532
Bregaro (Paulo) 173
Breno Ferraz 185
Bria (Gen. R.) 117
Bricio Filho 514
Brigido (João) 45, 95, 214, 286, 477, 502
Brito Aranha 366

Brito (Diogo Jorge de) 241
Brito (Joaquim Marcelino de) 142
Brito (João Rodrigues de) 29, 38, 91, 93
Brito (Paulo José Miguel) 97
Brown (Aim.) 234-5, 229, 360
Brown (Guilherme) 71, 230
Bruguez (Cel.) 445
Brunless (James) 400
Bruce (Gen.) 444
Brun (Menezes) 70
Buarque de Macedo 495
Buarque de Holanda (Sergio) 552
Buessard 394
Bulcão (Joaquim José de Siqueira) 165, 189
Bulcão (Madre Maria José) 189
Bulcão Sobrinho 165, 189
Bulhões (Leopoldo) 359
Bulow (B. de) 274-5
Buschental (José) 274, 285
Burke 39, 535
Burchell (W. J.) 53
Burmester 542
Burton (Richard) 357, 542
Burgio (Humberto) 47
Buvetot (L. A.) 53
Buys (Cr'stiano) 531
Byron 59, 551
Caballero (Gen. Bernardino) 459
Cabo Frio (Visconde de) 41, 420
Cabral (Domingos Guedes) 560
Cabral (Osvaldo R.) 267
Cabrita (Vilagrán) 445
Cabugá (Antonio Gonçalves) 107, 109, 110, 169
Cady (John F.) 319, 356
Caeté (Visconde de) 240
Cailliet-Bols 227
Castrá (Visconde de) José da Silva Lisboa) 28-9, 30, 37-9, 77-8, 98, 100, 128, 133, 141, 150-3, 197, 205, 240, 249
Caldas (A. P. de Souza) 39
Caldas (João Poupino) 286
Caldas (José Antonio) 197, 231
Caldas (Manuel J. Pereira) 109
Caldas Brito 334
Caldcleugh 51
Caldeira (Fellisberto) Marquês de Barbacena 65, 93, 112, 127-9, 158, 169, 181-2, 197, 206-7, 212, 218, 220, 224, 228-9, 230, 232-3, 239, 240, 247, 249, 250, 252-3, 260, 305, 356

Caldeira (Fellisberto Gomes) 163, 186, 215-6
Caldeira de Andrada (J. B.) 216
Calderon (Cel.) 321
Caldwell (Gen.) 441
Caleppi (Mons.) 24
Calixto (B.) 550
Callado (Gen.) 81, 232, 257, 313-5
Collage (F.) 320
Calmon (Ana Joaquina) 49
Calmon (Antonio) 197
Calmon (Francisco Xavier) 232
Calmon (Góes) 29
Calmon (João Egidio) 92, 230
Calmon (João Filipe) 49
Calmon (Manuel Bernardo) 184
Calmon (M'guel) 29, 184
Calmon (Pedro) 21, 26, 63, 69, 80, 89, 125, 131, 162, 163, 165, 172, 178, 187, 207, 210, 214, 221-2, 252, 257, 291-2, 312, 375-6, 398, 435, 442, 468, 477, 480, 492, 508-9, 536
Calogeras (J. B.) 419
Calogeras (J. P.) 57, 61-2, 73, 90, 127, 219, 222, 227, 297, 317, 361, 376, 380
Calvo (Carlos) 437
Camara (José Antonio) 119
Camara (Gastão Fausto) 41
Camara (Manuel Ferreira da) 35, 47, 94, 157, 197, 240
Camara (Patrício J. Corrêa da) 16-7
Camara (Sebastião da Velga Cabral) 16
Camara Cascudo (Lutz) 294, 308, 311
Camaraçibe (Visconde de) 278
Camargo (Joaquim Aranha B.) 172
Camargo (Vicente) 232
Caminha (Adolfo) 562
Caminhod (Joaquim Montelro) 543
Camisão (Carlos de Moraes) 438
Camões 113
Campos (Americo) 473
Campos (Bernardino) 473
Campos (Martinho) 482, 493, 496-8
Campos Gerais (Barão de) 343
Campos Sales 473, 503, 524
Canabarro (Gen. David) 233, 320, 350, 442
Canabarro Reichardt 229, 350
Caneca (Frei) 210-1, 214-5, 536

- Canizares* 550
Canning (G.) 217, 220-1
Cantagalo (Marquês de) 160
Canto (Francisco Borges) 16
Canto (J. Borges) 16-7
Canto e Melo (Ten.) 172-4
Capanema (Guilherme S.) 397, 542, 545
Cárcano (Ramon J.) 374, 428-9, 436, 466
Cardoso (José Francisco) 92, 551
Cardoso (Pedro Anton'io) 93
Cardoso da Costa (Vicente F.) 38
Carlos IV 14, 22, 26, 61
D. Carlos (Infante) 4, 40, 74
Carlos (Delfim) 455
Carlota Joaquina (Rainha) 21, 25, 34, 36, 61-3, 72, 74, 106, 119, 214
Carneiro (Braz) 37
Carneiro (David) 52, 98
Carneiro (João) 312
Carneiro (Levi) 243
Carneiro de Campos (Carlos). V. de Caravela 338
Carneiro de Campos (Francisco) 197, 272
Carneiro de Campos (Frederico) 431
Carneiro de Campos (Marquês de Caravelas) 25, 116, 200, 203-4, 206, 260, 264, 269
Carneiro Leão (Honor'io H.) Marquês de Paraná 253, 265, 268-9, 277-8, 287-8, 289, 291, 294, 308-9, 317, 329, 336, 338, 345, 352-4, 363, 366, 378-9, 382, 405-6
Carneiro de Mendonça (Marcos) 35, 47
Carneiro Ribeiro (Ernesto) 554
Carreras (Antonio de las) 430-1
Carrell (Gen.) 131, 135, 153, 156
Carvalho (Afonso de) 325, 346
Carvalho (Alfredo) 51, 91, 110, 112, 117, 141, 177, 210, 212, 231
Carvalho (Anfillofo Freire de) 501
Carvalho (Estevão Rafael) 323
Carvalho (João) 160
Carvalho (Joaquim Martins de) 105
Carvalho (José Carlos de) 494, 540
Carvalho (Leoncio de) 491, 493
Carvalho (Manuel Alvares de) 31, 42
Carvalho (Manuel Ferreira) 64
Caryalho (Mar.º Teixelra de) 296, 303
Carvalho (Martins de) 253
Carvalho e Melo (Visconde de Cachoeira) 37, 197, 204, 220
Carvalho Moreira (Barão de Penedo) 242, 412, 418-9, 420, 460, 486-7, 515, 547
Carvalho e Oliveira (João Antonio) 143, 360
Casa Irujo (Marquês de) 63, 65
Cattaborda (F.) 320
Ceses (Comte de las) 10
Casudo (Lu'z da Camara) 51, 96, 111, 127, 278
Castelnu 542
Castelo Branco (Camilo) 23, 46, 56, 106, 168
Castelo Branco (Tautpheos) 317, 540
Castilho (Antonio Feliciano) 132
Castilho (José Fel'ciano) 103
Castilho (Julio de) 50, 103, 160, 247, 506
Castlereagh 69, 123, 217
Castro (Gen.) 460
Castro (Apulco de) 498
Castro (Antonio Bernardes) 129
Castro (Francisco de) 546
Castro (P. José de) 222
Castro (José Fernandes) 39
Castro (José Soares de) 31
Castro (Machado de) 40
Castro (Manuel Joaquim Barbosa de) 108
Castro Alves 184, 190, 369, 478, 501, 551-2, 558
Castro Correto 338, 359
Castro Rebelo (Justiniano de) 434
Castro e Silva 293
Cowés (Paul) 356
Cavalcanti (Agostinho Bezerra) 214
Cavalcanti (Amaro) 386
Cavalcanti (Lu'z) 290
Cavalcanti de Albuquerque (Francisco de Paula) 106, 114
Cavalcanti de Albuquerque (Lourenço) 518
Cavalcanti de Lacerda (Manuel Inácio) 197
Cavalheiro (Edgard) 554
Caxias (Duque de) Luiz Alves de Lima e Silva 37, 40, 186, 189, 259, 271-2, 322, 325-6,

- 331-2, 342-3, 345-9, 350, 368,
377-8, 380, 410, 414, 442, 444,
451-2, 457-9, 460, 471, 488-9,
490-1, 510
- Celso* (Afonso) 262, 454, 493-4,
514, 523, 528, 530, 540
- Centurion* (Gen.) 433, 460
- Cerqueira* (Dionis o) 540
- Cezimbra* (João Gonçalves) 263
- Chagas* (Cosme Bento) 324, 326
- Chagas Santos* (Marechal) 84,
86-7, 197
- Chamberlain* (Consul) 117
- Chamberlain* (Ten.) 52
- Chandler* (Ch. Lyon) 56
- Chanelon* (Abel) 381
- Chapuis* 225
- Chateaubriand* (Vicomte de) 224,
252
- Chaves* (Antonio J. Gonçalves)
103
- Chaves* (J. C.) 65
- Chaves Pinheiro* 550
- Chichorro da Gama* 142, 363, 366
- Chico* (Cabo) 463
- Christie* (W. D.) 415, 419, 420
- Christy* (David) 383
- Cidade* (F. de Paula) 235
- Cisneros* (Baltazar Hidalgo) 61
- Clapp* (João) 501
- Cleveland* (Pres.) 470
- Coburgo-Gotha* (Leopoldo) 435
- Coculin* (Augustin) 358, 392
- Cochrane* (Almirante) 181-2, 186,
189, 192, 193, 199, 212-5
- Cochrane* (Tomaz) 359, 395, 398
- Codecelra* (José Domingues) 115
- Coelho* (Jeronimo Francisco) 355
- Coelho* (José Joaquim) 115, 313-4,
338-9, 368
- Coelho* (Tomaz) 512
- Coelho Bastos* 510, 512
- Coelho Neto* 514, 563
- Coelho Rodrigues* 202
- Cogominho de Lacerda* (Joaquim
de Melo L.) 113-4
- Collor* (Lindolfo) 296, 320
- Conde* (Herminio) 191-2
- Congonhas do Campo* (Marquês
de) 240
- Contucci* (Felipe) 61, 63
- Corbet Trance* 85
- Corbière* (Auguste) 383
- Cordeiro* (Carlos Antonio) 279
- Corrêa* (Angelo Custodio) 300
- Corrêa* (Jacinto Jorge dos An-
jos) 159
- Corrêa* (Leoncio) 411, 523-4
- Corrêa* (Francisco Antonio) 44
- Corrêa* (Manuel Francisco) 66,
517
- Corrêa* (Raimundo) 462
- Corrêa* (Vicente) 323
- Corrêa da Camara* (A. M.) 166,
167, 169, 177, 181, 220, 304,
349
- Corrêa da Camara* (Patrício Jo-
sê) 17
- Corrêa Filho* (Virgílio) 102, 141,
329, 437
- Corrêa Garcia* (Manuel) 127, 187
- Corrêa Luna* 234, 237
- Corrêa de Oliveira* (João Alfre-
do) 485-8, 503-4, 512-4, 516-8,
523
- Corrêa Seara* (Cel.) 313
- Corrêa Teles* 412, 547
- Corte Real* (João da Cunha)
158
- Corte Real* (David Pamplona)
203
- Cotines Laxe* 243
- Corvclan Mendilharsu* (Dardo)
73, 381
- Costa* (D. Alvaro da) 138, 194-5
- Costa* (Angione) 54
- Costa* (D. Anton'o da) 80
- Costa* (Angel Floro) 375
- Costa* (Bartolomeu) 80
- Costa* (Bento José da) 112
- Costa* (Didio) 39
- Costa* (Hipólito José da) 30, 48,
55-6, 106, 110
- Costa* (Manuel Inácio) 190
- Costa* (P. Manuel Rodrigues da)
47
- Costa Aguiar* 158
- Costa Barros* 211, 213, 240
- Costa Carvalho* (José de) Mar-
quês de Monte Alegre 170,
248-9, 254, 267, 269, 277, 285,
292-3, 337, 340, 342-4, 354,
367, 374, 405, 408
- Costa Loureiro* (J. B.) 70
- Costa e Silva* (A. J.) 245
- Cotegipe* (Barão de) João Mau-
ricio Wanderley 363, 372, 461,
465-7, 475, 488-9, 493, 503-5,
506-8, 510-2, 523
- Cotindiba* (José Joaquim) 145
- Coutinho* (Amaro Gomes) 110
- Coutinho* (Aureliano) V. de Se-
petiba 142, 278, 281, 288, 290-1,
302, 317, 328, 332-3, 352, 354-5,
360, 365-6, 397

- Coutinho* (José Lino) 129, 157-8, 189, 207, 266, 272, 279, 536
Couio (Manuel Soares) 287-8
Couto de Mugilnaes 439, 543
Craveiro Costa 110, 350
Cravo (Nena) 25
Cruz (Ernesto) 299
Cruz (Jose Rodrigues) 100
Cruz (Manuel José da) 145
Cruz (Osvaldo) 374, 547
Cruz Filho 111
Cruz Kios 358
Cujas y Sempere 376
Cunha (Conde da) 30
Cunha (Estevão J. Carneiro da) 110
Cunha (Euclides da) 543, 563
Cunha (Felix da) 421
Cunha (Francisco Alves) 48
Cunha (Francisco Xavier da) 321
Cunha (Joaquim Sátiro) 216
Cunha (José Anastacio da) 132
Cunha Barbosa (P. Janeiro da) 35, 140, 180, 207, 217, 534, 551
Cunha Matos (Gen. R. J.) 230, 272, 282, 317
Cunha Matos (Maj.) 507
Cunha Menezes (Francisco da) 95
Cunha Moreira (Luiz da) 58
Cunha Vasco 389
Curado (Gen. Joaquim Xavier) 15, 65, 83, 154, 157
Currier (Theodore S.) 86
Delgado (Rodolfo) 107, 127
Damasio (P. Joaquim) 40
Dantas (João Rego) 148
Dantas (Manuel Pinto de Souza) 402, 435, 495-9, 500, 502-3, 513
Dantas (Rodolfo) 496, 499
Darwin (Ch.) 54, 295, 543
Debret (J. B.) 46, 50, 53, 78, 120, 175-6, 178, 549
Degrivel (Consul) 314
Delatour (S.) 551
Delleplane (Antonio) 375
Denis (Ferdinand) 41, 45-6, 52, 78, 92, 539, 556
Derqui 429
De Candolle 52
De Marla (Isidoro) 89
Diana (José Francisco) 518
Dias (J. Custodio) 256, 277
Dias (Marcillo) 440
Dias de Carvalho (José Pedro) 346
Dias Carneiro 323-4
Dias Carneiro (João Paulo) 324
Diaz (Cesar) 360, 380-1
Diaz (Cel.) 447, 450-1
Diegues Junior (Manuel) 391
Diwon (Pedro) 78
Disraeli 478
Docca (Souza) 72, 74, 233, 292, 298
Dorrego 234, 236
Dornus (João) 515, 531
Dumouriez 23
Drugo (Cel.) 438
Dumoulin 242
Drummond (Menezes de) 49, 52, 106, 115-6, 119, 127, 145, 148, 152, 166, 171, 173, 174, 176, 185, 201, 203, 240, 243, 249, 250
Duarte (Major Pedro) 439, 442-3, 460
Duarte (Urbano) 563
Dumas (Alexandre) 96, 320
Duprat (Luiz) 134
Duprat (Pedro) 134
Duperré (Aim.) 301
Duprey (Jacques) 357
Duque-Estrada (Osorio) 477
Duran (Juan José) 90
Dutra (José Soares) 29, 80
Dutra e Melo 556
Eça (Vicente Almolda d') 44
Edgington (F. B.) 218
Edmundo (Luiz) 32
Ehenreich 542
Eiró (Paulo) 552
Elio (Francisco Xavier) 61, 64, 70, 72
Eltsalde 423
Elton 400
Esberard (D. João) 487
Eschewege 48, 50, 101, 102
Expilly (Ch.) 243, 542, 549
Espora (Tomáz) 235
Estigarribia (Antonio de la Cruz) 439, 442-3, 460
Estrela (Manuel José) 31
Escragnolle Dorta 316, 559
Etchegoyen (Felix) 454
Eu (Conde d') 118, 435, 442, 451-2, 479, 510, 521-2, 529
Ewbanck 542
Ender 80
Eugenio (Príncipe) 242
Eyre (Comandante) 235

- Fabrini* (Mons.) 306
Facundo (João) 334, 339
Fagundes Varela 552, 558
Falcão (Anbal) 561
Falcão (Edgard) 93
Falcão de Lacerda (José de Barros) 115, 147, 148, 184, 186, 209, 210
Faria (Alberto) 376, 423, 429, 488
Faria (José Cesar de) 493
Farinha (Manuel Antonio) 135
Farnese (Flávio) 472
Feijó (Diogo Antonio) 144, 158, 254, 268, 269, 270-8, 281, 292-6, 302, 305-8, 311, 328, 342-3, 354, 356
Feijó (João da Silva) 95
Feidner 48, 50, 94
Feliciano (P. Manuel) 109
Feliciano (Antonio) 103
Fernandes Gama 148, 366, 389, 394, 539
Fernandes Pinheiro (Visconde de S. Leopoldo) 66, 197, 211, 229, 239, 317, 539
Fernando VII 21, 50, 62-3, 74, 118, 124
Fernando (de Nápoles) 353
Ferrão (Antonio) 23, 120
Ferrão (Alexandre Gomes) 91
Ferrão (Pedro Gomes) 91
Ferrari (J. B.) 394
Ferraz (Angelo Muniz da Silva) B. de Uruguaiana) 379, 385, 409, 412, 442, 451
Ferreira (Bernardo Luiz) 108
Ferreira (Felipe Nêri), 148
Ferreira (Gervasio Pires) 108
Ferreira (P. Hildefonso Xavier) 174
Ferreira (Joaquim Maurício) 431
Ferreira (Manuel Francisco dos Anjos) (o Balaio) 322, 324
Ferreira (Marlino Sanches) 116
Ferreira do Amaral (Ten.) 185
Ferreira de Araujo 563
Ferreira de Brito (Gen. Antêro José) 278, 305
Ferreira de Carvalho (M.) 338
Ferreira Lage (Alfredo) 334
Ferreira Lage (Mariano Procopio) 397
Ferreira Lagos 542
Ferreira Lima (Henrique de Campos) 40, 80, 89, 143, 152, 190
Ferreira de Melo (P. José Benito) 272, 277, 287, 327, 330, 338, 364
Ferreira de Menezes 501
Ferreira Reis (Artur Cesar) 58, 125, 299, 406
Ferreira de Rezende (Francisco de Paula) 294, 338, 345, 540
Ferreira da Silva (F.) 390
Ferreira da Silva (Roberto) 115
Ferreira Viana (Antonio) 386, 412-3, 421, 481, 487, 499
Ferrez (Marcos) 78
Ferrez (Zeterino) 78
Ferris (Nathan L.) 426, 430
Ferry (Jules) 291
Feydit 394
Fialho (Anfrisio) 418, 420
Fidaigo (Mons.) 282
Fidê (Cel. Cosme Damião) 92, 115
Fidê (Cel. João José da Cunha) 191-2
Figueira de Almeida (Antonio) 290
Figueira de Melo (Jeronimo Martiniano) 367, 369
Figueiredo (Aurelio) 550
Figueiredo (Flavio Poppe) 49
Figueiredo (P. José) 55
Figueiredo e Melo (João Ladislão de) 112, 129, 163, 254
Filgueiras (Francisco Antonio) 129
Filgueiras (José Pereira) 111, 192, 213-4
Filinto Elinto 123
Flori (Helio B.) 391
Fischer (Eng.º) 444
Flangini (Miguel Antonio) 81
Fieluss (Henrique) 240
Fieluss (Max) 39, 171, 218, 233, 261, 282, 316-7, 337, 442, 490
Florence (Hercules) 52
Flores (Venancio) 421, 423-5, 429, 437, 442, 444
Fonseca (Gen. Clodoaldo) 524
Fonseca (Gen. Hermes Ernesto) 531
Fonseca (João Severiano) 522
Fonseca (Mar. Manuel Deodoro) 336, 505-8, 511, 519, 523-9, 530, 533
Fonseca (Mariano José Pereira da) (Marquês de Maricá) 39, 43, 139, 204, 553
Fonseca Galvão (Cel.) 438

- Fonseca Magalhães* (Rodrigo) 147
Fonseca Pinto (David) 274, 280
Fonseca Vasconcelos (José Teixeira) 147, 151, 160, 211, 240
Fonte Nova (Conde de) 219
Fontes (Lázaro) 214
Fontoura (Antonio Vicente) 347, 350
Fontoura (Edgard) 440
Fontoura (Paulino) 347
Forjaz (Djalma) 146, 264, 389
Fragoso (José Albano) 116, 243
Franca (Alipio) 544
França (P. Leonel) 559
França (Antonio Ferreira) 31, 197, 267, 478
França (Clemente Ferreira) 204, 248
França (Cornelio Ferreira) 142
França (Eduardo Ferreira) 559
França (Ernesto Ferreira) 142, 378
França (Gaspar Rodrigues de) 65
França (Luiz da) Pinto Garcez 219
França (Luiz Paulino Pinto de Oliveira) 129, 217-8, 551
França Miranda 141, 180, 201
França (José Gaspar de) 65, 87, 89, 304, 361, 427, 444
D. Francisca (Princesa) 118, 353
Francisco II 79, 80
Frenck (Julio) 555
Franco de Sá 288, 496, 505, 555
Franco Velasco 92, 550
Freire (Domíngos) 546
Freire (Fetisbeo) 95
Freire (Laudelino) 109
Freire Alemão 542-3
Freire de Andrade (Gomes) 16, 18, 20, 59, 116, 119, 160
Freire de Carvalho (José Liberato) 55, 106
Freitas Guimarães (Manuel Pedro de) 127
Freitas (Afonso A. de) 172
Freitas (Dan'el Gomes de) 284, 312, 314, 349
Freitas Guimarães (Manuel Pedro de) 128-9, 130, 163
Freitas Castro (Rodrigo) 43
Freycinet (L.) 535
Freyre (Gilberto) 51, 394
Freyre (José Mariano) 43, 50, 54, 546
Freyress 50
- Frias* (Miguel de) 259, 260, 273-5, 378
Fronteira (Marquês de) 20, 24, 80, 115, 135, 147, 158, 195, 219, 545
Funchal (Marquês de) 33-4
Furtado (Francisco José) 435, 540
D. Gabriel (Infante) 40
Galvão (Manuel Antonio) 197, 292, 255, 373
Galvêas (Conde das) 67, 69
Gama (Bernardo José da) 197, 209, 260
Gama (Luiz) 473, 478
Gama (Sacramento) 551
Gama Lobo (Maj.) 87
Gama Lobo (Antonio L. Pereira) 167
Gama Rosa 321
Gambetta 502
Gameiro Pessôa (B. de itabaiana) 169, 220, 222, 228
Ganns (Claudio) 350, 392, 399, 488
Garcez (Moreira) 39
Garcez Palha 321
Garcia (Manuel José) 72-5, 106, 233-4, 252
Garcia (Rodolfo) 16-7, 23, 25, 36, 50, 51, 53, 55, 58, 66, 80, 82, 116, 280, 551
Garcia de Almeida (Tomaz Xavier) 214, 333
Gardner (G.) 45-6, 102, 191, 286, 312, 323-4, 553
Garibaldi (Anita) 320
Garibaldi (José) 296, 320-1
Garnett 400
Garzon (Eugenio) 375, 377, 382
Gay (J. P.) 16, 18, 87-8, 237
Gelly y Obes 362, 460
Gillmer (J. S.) 393
Glró (Juan Francisco) 382
Glucero (Francisco) 524
Godoy (Príncipe da Paz) 13, 20
Góes (Zacar as de) 404-6, 414-5, 420, 435-6, 451, 471, 474-5, 487
Góes Calmon (F. M.) 93
Gomensoro 326
Gomes (Carlos) 551
Gomes (Francisco Agostinho) 91, 94, 157-8, 197
Gomes (Higino Pires) 390
Gomes (Inácio) 456
Gomes (Manuel Ferreira) 358
Gomes (Raimundo) 323-4

- Gomes Jardim* (José) 297, 305, 347
Gomes da Silva (Francisco) 172, 203, 206, 251, 334
Gomez (Carlos) 436
Gomez (Hernan F.) 87
Gomez (Leandro) 424-5
Gom' de (Candido Gonçalves) 197, 272
Gonçalves (Bento) 227, 292, 296-8, 303, 307, 311, 321-2, 332, 343, 347, 350
Gonçalves (José Tomaz) 439
Gonçalves (Lazaro José) 144
Gonçalves Chaves (Antonio José) 97
Gonçalves Dias (Antonio) 192, 234, 534, 540, 542, 551-4, 562
Gonçalves de Magalhães 316, 323, 468, 540, 551-6, 559, 562
Gonzaga de Campos 545
Gonzaga Duque 326, 550
Gonzaga (P.) 487
Gonzalez (Ariosto D.) 382
Gonzalez (J. Nataiício) 422, 441
Gonzalez (Joaquim V.) 437
Gouvêa (Lucio) 250
Gouvêa (Manuel Paulino) 111
Gorceix (Henr') 544
Gordilho de Barbuda (José Egídio) V. de Camamú 113-4, 162, 165, 246
Gordilho de Barbuda (Marquês de Jacarepaguá) 152, 239, 261
Gordon 106, 235, 237
Goulart (Francisco Vieira) 39
Gould 443
Graça (Heraclito) 555
Graham (Marla) 51, 53, 182, 200, 212, 215
Grant (Andrew) 54
Grandjean de Montigny 45, 78, 394, 550
Gregoire (Abbé) 267
Gregorio XVI 274
Grenfell (John Pascoe) 193-4, 377, 379
Grenough (Ch. B.) 395
Guanabara (Alcindo) 563
Guañes Mineiro (Bernardo) 284
Guedes de Brito (D. Joana) 27
Guedes Cabaral (Dom'ngos) 284
Guedes Pinto (Rodrigo) 235
Guerra (Francisco de Br'to) 111
Gu'do (Tomaz) 233, 237, 334, 350, 374-6
Guido y Spano (Carlos) 350
Gullobel (J. C.) 53, 336, 394, 549
Guimarães (Argeu) 228, 274, 353
Guimarães (Manuel F. de Araujo) 39, 41, 140
Guimarães (M. A.) 358
Guimaraes (Bernardo) 563
Guimarães Peixoto (Vicente Ferreira) 147
Guimarães e Silva (João José) 157
Guinazu (Ruiz) 23, 61, 63, 66
Gurgel (João de Almeida) 23
Gurgel (João Pio) 215
Gurjão (Cel. Maximiano Antunes) 459
Gusmão Lobo 501
Gusmão (Alexandre de) 14
Guzman (D. Luiza de) 22
H. D 67, 89, 195, 229, 297, 378
Hacckel 543
Haltfield 542
Hart (Ch. F.) 542, 545
Heaton & Reusburg 53
Hayes (Pres.) 568
Hayman (H.) 45
Hedberg 48
Henderson (James) 46, 55
Herculano (Alexandre) 106
Herrera (Luiz Alberto) 233, 319
Herrera y Obes (Manuel) 376-7, 425
Higino (José) 540
Hogendorp (D'k van) 117, 156
Holser (Vd. Bulow) 274
Holonda Cavalcanti 278, 292-4, 306-8, 311, 329, 330, 332, 363
Holstein (Alexandre de Souza) 75
Homem de Melo (Barão) 140, 167, 197, 200, 206, 248, 495, 496, 540,
Horton Box (Pelham) 422
Houssaye (Henry) 76
Howden (Lord) 357, 365
Hudson Lowe 117
Hugo (Victor) 558
Hugues (Victor) 58
Humboldt 76, 302
Hurley (Jorge) 125
Ibarguren (Carlos) 66, 221, 381
Iguassú (Condessa de) 342
Inglês de Souza 563
Inglis (Comandante) 299
Inhaúma (Visconde). Aim. Joaquin José Inácio 235, 326, 368, 445, 451, 455
Irigoyen (Min.) 468

- D. Isabel* (Princesa) 435, 480, 482, 485, 489, 509, 510-5, 530, 532
D. Isabel Marla (Infanta) 21, 295-6
Isabelle (Arsène) 295-6
Itanhaen (Marquês de) 261, 281-2, 321
Itapagipe (Barão de) 22, 442
Itapagipe (Condessa de) 22, 25, 207, 260, 281-2
Itaúna (Viscondê de) 483
Ivo (Pedro) Veloso da Silveira 368-9
Jaboatão (Frei) 49
Jacegual (Alm. Barão de) 425, 430, 433, 540
Jacob (H. E.) 392
Jacob (Rodolfo) 50, 102
Jacobina (Alberto Pizarro) 323-4
James (William) 544
D. Januaria (Princesa) 118, 290, 293, 353
Japlassú (Candido Ladisláo) 254
Jesus (Teófilo de) 550
Jewett (David) 182
Joana Angelica (Madre) 164
D. João VI 13-4, 18-9, 20-5, 28-9, 30-6, 40-4, 53, 56-9, 62-3, 66-9, 70, 81-2, 85, 104-5, 113, 115-6, 118-9, 124-5, 130-5, 137, 141, 143, 152, 163, 168-9, 176, 179, 218-9, 221-2, 242, 334, 394, 549
D. João Carlos (Infante) 118
João Caetano 562
Jobim (Cruz) 546
Joffily (Irineu) 95
Joinville (Príncipe de) 353
Jordão (Manuel Rodrigues) 170
Jorge IV 68, 70, 73, 76-7, 79
Jorge (Domingos Teotonio) 107
D. José I 22, 40
Jourdan (C. C.) 432, 450, 442, 454, 456, 459, 462
Joye 103
Junot (Gen.) 20, 22-4, 26, 59
Jundial (Marquês de) 116
Junqueira Freire 189, 551-2
Juvenco (Ten. Cel.) 439
Justo (Agustín P.) 460
Kiader (Daniel P.) 48, 53, 261, 313, 353, 356, 542
Kilnger (B.) 235
Kloss (Frederico Gullherme) 236
Koehler (Eng.º) 394, 396
Koseritz (Carl von) 509
Koster (Henry) 45, 51, 96, 110-1, 191
Kotzebue (Otto von) 52, 54
Krusenstern 52
Labatut (Gen. Pedro) 166, 181, 183-4, 186, 286, 321
Laboulaye (E.) 206
Lacerda (Antonio de) 395
Lacerda (Antonio Francisco de) 393
Lacerda (João Batista) 544, 547
Lacerda Machado (F. S.) 80, 89
Lacerda Nogueira 544
Lacombe (Americo) 47, 170, 354, 364, 561
Ladario (Barão de) 518, 528
Ladisláo e Silva (Evaristo) 112
Lacret (Carlos de) 563
Lafayette Rodrigues Pereira 472, 497-8, 500-2, 504, 521, 548
Laferrière (M. E.) 208
Lajosses 83
Lages (Conde de) 330, 334
Lages (Marquês de) 257
Lago (Antonio Pereira do) 49
Lago (Lauren.o) 15, 24, 38, 42-3, 58, 80, 103, 113, 129, 166, 218, 243, 306, 432
Lahmeyer (Lucia Furkim) 46, 48, 50, 78
Lamare (Rodrigo Antonio de) 166, 181
Lamas (Andres) 373, 376-8, 382, 423
Lamego (Alberto) 33, 67, 91
Lamego Costa 326
Lamenha (Maj.) 211
Landseer (Ch.) 53
Langsdorff 51-2
Lannes (Gen.) 20
Lapa (José Joaquim Januarío) 203
Latapie (Cor.) 117
Latino Coelho 143
Latorre (André) 84, 88
Lavalleja (Gen.) 88, 227, 231, 297-8
Lavasseur (Carlos) 78
Lavradio (Conde de) 217, 247, 251
Lavradio (Marquês de) 66, 69, 131, 217-9, 221, 356
Leal (Antonio Henriques) 323, 555
Laytano (Dante de) 351
Leal (Aurelino) 244-5, 289, 290, 331

- Leão XII* 223
Leão XIII 516
Leão (Manuel Messias de) 142
Leão (Policarpo Lopes de) 208
Leão Telxeira (Henrique) 278, 292, 354, 517
Leblanc (Alm.) 319
Lebreton 50, 78, 549
Leclerc (Max) 521, 533
Lecor (Gen.) Barão de Laguna 24, 72, 74, 80, 84-5, 89, 90, 195, 215, 226, 228, 230
Leão (José Gonçalves) 140, 152, 157, 167-8, 174, 180, 205
Leitão Bandeira 230
Lette (Solidonio) 487
Leite Ribeiro (Oriando) 460
Lemos (D. Francisco de) 281
Lemos (Miguel) 323, 386, 559, 560
Lemos Brito (J. G.) 210
Lencastre (D. Joaquina de) 155
D. Leopoldina (Imperatriz) 50, 79, 118, 136, 154, 156, 161, 169, 171, 173, 179, 215, 223, 231, 480
D. Leopoldina (Princesa) 435
Lessa (P. Anton' o J.) 140, 177
Lessa (Ciado Ribeiro) 44, 47, 51, 52, 100-1, 146, 177
Leuchtenberg (Augusto de) 118, 261
Levene (Ricardo) 29, 231, 319, 430
Leverger (Augusto) 433
Lials (Emmanuel) 544
Lima (P. Abreu) e (Padre Roma) 111-2
Lima (Antonio de Souza) 184
Lima (Cel. Barros) 108
Lima (Hermes) 550
Lima (Hermeto) 42, 162, 180, 201, 224
Lima (José Corrêa de) 549
Lima Duarte 495
Lima Junior (Augusto de) 168
Lima e Silva (Carlos Miguel) 280
Lima e Silva (Francisco de) 106, 213, 256, 259, 263-5, 269, 282, 291-2, 325
Lima e Silva (João Manuel) 296
Lima e Silva (José Joaquim de) 186-7, 189, 264, 282, 337
Lima e Silva (J. J.) Conde de Tocantins 346
Lima e Silva (Luiz Manuel de) 230, 232
Lima e Silva (Manuel da Fonseca de) 272, 296
Limpo de Abreu (Henrique) 471-2
Lindley (Tomaz) 49, 51, 128
Linhares (Conde de) D. Rodrigo de Souza Coutinho 15, 19, 33-5, 37, 43, 47-8, 56, 62-3, 65, 67, 77, 93, 101
Linters (Santiago) 61
Lisboa (Bento da Silva) B. de Cairú 39, 278, 317, 353
Lisboa (Cel. Guilherme José) 318
Lisboa (João' Francisco) 249, 250, 264, 322, 358, 540
Lisboa (João Soares) 177, 180
Lisboa (Miguel Maria) 470
Livramento (Irmão Joaquim Francisco do) 92
Lobato (Marquês de Cantagalo) 116
Lobo (Aristides) 472, 501, 519, 523-4, 528, 531
Lobo (Helio) 228, 334, 361, 428
Lobo (Rodrigo) 113, 229, 235
Lobo da Silveira 285
Lobo de Souza (Bernardo) 299
Locto e Seibltitz (D. Nuno) 197
Locke 125
Loefgren (A.) 50, 543
Loewenstein-Whetein (Adelaide Sofia) 21
Lopes (Elias Antonio) 36
Lopes (Francisco) 544
Lopes (José Francisco) 438
Lopes Gama 197, 319, 329, 337, 371
Lopes de Mendonça (A.) 85, 361
Lopes Rodrigues (Manuel) 550
Lopes Trovão 472, 494
Lopez (Benigno) 458
Lopez (Carlos Antonio) 109, 361, 362, 427, 430
Lopez (Enrique S.) 430
Lopez (Francisco Solano) 362, 425-7, 429, 430-3, 436, 439, 440-9, 450-9, 460-4
Lopez (Francisco Solano, II) 430
Lopez (Frederico S.) 430
Loreto (Barão de) 531, 557
Lourenço (Irmão) 120
Loureiro (Joaquim da Silva) 211, 214
Lousã (Conde de) 132, 135
Loyazaga 463
Lucas-Dubretton (J.) 23
Luccock (John) 46, 51

- Luiz XVI* 199
Luiz XVIII 76, 205, 364
Luiz Felipe 118, 435
Luz da Baviera 242
Luna (P. Lino do M. Carmelo) 106, 211
Lund (Peter W.) 54
Luxemburgo (Duque de) 34
Luz (Fernando) 31
Lynch (Madame) 429, 430, 443, 463
Lyra (Heitor) 219, 222, 262, 353, 419, 420, 422, 461, 481, 483, 489, 515
Lyra Tavares (João) 110
Moby 162
Macedo (P. Inácio José de) 30-1
Macedo (João Manuel de) 36, 38, 42, 165, 316, 333, 435, 553
Macedo (Roberto) 156
Macedo Costa (D. Anton'0) 487-8, 516
Macedo Soares (Antonio Joaquim) 273, 500-1, 514, 555
Macedo Soares (José Carlos de) 144
Machado (Cel. Fernando) 459
Machado (Lulz Pereira) 155
Machado de Assis 490, 514, 555, 562
Machado Bittencourt (Camilo) 87
Machado de Oliveira 34, 65, 98, 144-5, 285
Machado Portela 208, 313
Maciel (José Vitorio) 111
Maciel (Salvador José) 113-4, 329, 352
Maciel da Costa (João Severiano) M. de Queluz 59, 158, 197, 204, 329, 340
Maciel Monteiro (B. de Itamaracá) 286, 310
Machin (Facundo) 468
Madeira (Car'os) 52
Madeira de Melo (I. J.) 91, 113, 115-6, 156, 162-5, 183-8, 190, 217
Madelin (Louis) 272
Mafrá (João Alvares S.) 109
Mafrá (José Maximiano) 549
Mafrá (Silva) 550
Magalhães (Basilio de) 50, 54, 413, 556
Magalhães (Fernando) 42, 546
Magalhães (José Lemos) 42
Magalhães (José Narciso) 58
Magalhães (Manuel Antonio) 97
Magalhães (Valentim) 563
Magalhães Basto 124
Magalhães (R.) 63
Magariños (D. Francisco) 378
Maia Forte (José Mattoso) 100
Maler (Cel.) 34
Mallet (Emilio Luiz) 447
Mamomé (Barão de) 291
Manacorda (Telmo) 67, 88, 233, 237-8, 319
Manuel (Francisco) 336, 550
Manuel (P. João) 518, 540
Manuel Ribeiro (Bento) 67, 297, 302-5, 348
Marcacajú (Visconde de) 518
Maragogipe (Barão de) 93
Mareschal 138, 150, 153, 168, 174, 7, 218
D. Maria I 81-2
D. Maria II (Vd. D. Maria da Gloria)
D. Maria d'Assunção 21
D. Maria da Gloria (Princesa) 21, 118, 242, 247, 260-1, 252
D. Maria Francisca (Princesa) 21
Maria Luiza (Rainha) 79
D. Maria Tereza (Princesa) 21, 43
D. Mariana (Princesa) 40
Mariana (Frei Pedro de Santa) 41
Mariaiva (Marquês de) 77, 79, 80, 85
Mariath (Frederico) 321
Marcó (Cel.) 447
Marinho (José Antonio) 255, 291, 307, 330, 338-9, 345, 444
Mario (Jessie) 296
Mariz e Barros (Com.) 445
Martière (Guido Tomaz) 48-9, 100
Marmol 422, 436
Marques (Cesar A.) 141
Marques (João José) 43
Marques Lisboa (M'n.) 291
Marques dos Santos (Francisco) 53, 353
Marques de Souza (Manuel) Conde de Porto Alegre 16, 58, 194, 303, 348, 377, 378-9, 380-1, 442, 448-9, 452, 454, 482
Marrocos (Santos) 36, 41, 46, 66-9, 70, 77, 132
Martin (Gaston) 105
Martino (Eduardo de) 353
Martins (P. Almeida) 484

- Martins* (Assis) 482
Martins (Domingos José) 106-8, 112, 114-5, 208
Martins (Francisco Gonçalves) Visconde de S. Lourenço 142, 265, 284, 286, 312, 364, 405
Martins (Inácio) 496
Martins (Romário) 371, 406
Martins de Andrade 249, 343, 345
Martins Pena 562
Martins Penha (Laurindo) 470
Martins Velasques 142
Martinez (Francisco) 457
Martius (C. von) 46, 50, 78, 80, 91-4, 96, 102, 136
Massena (Gen.) 59
Masterman (Jorge Frederico) 430-1, 440, 433, 448
Matos (Anibal) 54
Matos (José de) 157
Matos (José Mariano) 320
Matos (Mario) 562
Maud (Visconde) Irineo Evangelista de Souza 350, 376, 392-6, 399, 400, 402, 410, 423, 428-9, 483, 488
Maul (Car'os) 342
Mauriti (Ten.) 455
Maximiliano (Príncipe) de Wied 49, 51, 91-3
Maximiliano (imp.) 252
Marx (Carl) 478
May (Lulz Ant'ono) 141, 199
Mayrink da Silva Ferrão 147, 211
Mawe (John) 32, 44, 48-9, 51
Mozarem (Dr.) 42
Mazzini 296
Medeiros (F. L. d'Abreu) 98
Medeiros e Albuquerque 524, 533
Medrado (I. J. Landulfo) 556
Medrado (Landulfo da Rocha) 450, 452-4
Meireles (Vitor) 550
Melcher (Antonio Clemente) 299, 300
Melo (Antonio Joaquim de) 108, 148
Melo (Custodio José de) 540
Melo (Jacinto Soares de) 215-6
Melo (D. Joana de) 185
Melo (José Corrêa de) 148
Melo (Marlo) 106, 147, 210
Melo (Pau'lo José de) 129, 551
Melo e Alvim (M'guel de Souza) 339
Melo Albuquerque (Cel.) 321
Melo Franco (Afonso Arinos de) 509
Melo Freire (Pascoal José de) 547
Melo Leitão (C. de) 51, 54, 542-3
Melo Matos (Cassiano) 161
Melo Moraes 27, 69, 134, 189, 540
Melo Moraes Filho 214
Melo e Souza (Manuel Inácio de) 277, 287
Melon (Pierre) *117
Mena Barreto (Adolfo) 522, 524
Mena Barreto (João de Deus) 84
Mena Barreto (João Manuel) 441, 461
Mena Barreto (João Propicio) 424
Mendonça (Mestre) 318
Mendes (Odorico) 142, 249, 264, 302, 540, 551
Mendes de Almêda (Cândido) 29, 202, 487, 539, 542, 548
Mendonça (Antonio Pedro L.) 15
Mendonça (José Luiz de) 108, 114-5, 535
Mendonça (Luc'io de) 415
Mendonça (Renato) 402, 425, 416, 420
Mendonça (Salvador de) 472, 477, 521, 540
Menezes (Agrario de) 562
Menezes (Frei Francisco de) 96
Menezes (D. Rodrigo José de) 92
Mercês (Frei Antonio Joaquim das) 215, 536
Mesquita (Elpidio de) 400, 402, 501
Mesquita (José de) 286
Metternich 79, 205, 217, 242
Metrovich (João) 211, 214
Meunier (Luiz) 78
Menucci (Sud) 478
Meza (Chefe) 440
Mignet 91
D. Miguel (Infante) 21, 134, 135, 190-1, 218, 221, 242, 247, 251
Miguel de Brito (Paulo José) 98
Miguelinho (P. M'guel de Almeida) 115
Milkan 51, 80
Mil'et (Sergio) 46, 50, 52, 394, 521
Mil'ean (Roberto) 399
Milton (Aristides) 186, 284
Mirabeau 267

- Miranda* (José Antonio) 44
Miranda Malheiros (P. Machado de) 103
Miranda Montenegro (Caetano Pinto de) 107-8, 113, 155
Miranda Ribeiro 277
Mitre (Bartolomé) 73, 420-3, 429, 430-1, 436-7, 442, 447-9, 450-5, 465, 467-8
Mitre (Emílio) 45, 464
Moacyr (Primitivo) 93
Molina (Gen.) 421
Molinari (Diego Luiz) 62
Moniz (Antonio Ferrão) 91, 545, 559
Moniz (Egas) 390
Moniz (Gonçalo) 560
Moniz Barreto (Francisco) 406, 551, 558
Moncada (L. Cabral) 132
Mongiave (Eugène) 206, 539
Monlevade (Felix D.) 48
Monte Aiverne (Frei Francisco de) 35, 77, 244, 257, 535, 551, 559
Mont'Algre (Omar) 557
Monteiro (Domingos) 336, 394
Monteiro (Tobias) 21, 62-3, 66, 106, 119, 134, 161, 166, 173, 176, 198-9, 205, 208, 210, 212-5, 219, 222-3, 504, 512, 529
Monteiro (Vitorino) 444
Monteiro de Barros (Antonio José) 387
Monteiro de Barros (Lucas Antonio) 211
Monteiro de Barros (Inácio Gabriel) 373
Monteiro de Souza 471
Monteiro Torres (Joaquim José) 132
Montezuma (Francisco Gê Acaiba de) 142, 144, 162, 164-5, 197, 204, 253, 305-6, 317, 328, 330, 365, 474, 479, 548
Moraes (Evaristo de) 473, 521, 530
Moraes (Geraldo Dutra de) 48
Moraes (Gen. José Manuel de) 203-4, 283
Moraes (Rubens Borba) 52
Moraes Ancora (Cel.) 394
Moraes Carvalho 548
Moraes Cid (Feliciano) 314
Moraes e Silva (Antonio) 109, 147
*Morales de los Rios F.** (Adolfo) 78, 120
Moreau (Luiz Augusto) 53
Morano (Mariano) 29, 39
Moreno Brandão 529
Morgan 373
Morgenstern (Wisner de) 443-4, 450
Moribeca (Barão de) 278
Moreira (Joaquim Ribeiro) 280
Moreira (Nicoláo) 501
Moreira (Thiers Martins) 494
Moreira de Azevedo 32, 153, 225, 240, 270, 280, 331, 336, 394, 481, 539
Moreira de Barros 502
Moreira Caldas (David) 473
Moreira Freire (Zeferino Pimentel) 203
Moreira e Garcez 141
Moreira Pinto 472
Morel 354
Mororó (P. Gonçalo) 214
Mosca (G.) 296
Mosqueira (José de Oliveira P. B.) 157
Mossé (B.) 262, 291
Mota Mala (Manuel A. Velho de) 527
Moura (D'Antonio Maria de) 244, 306
Moura (José Maria de) 116, 148, 158, 193
Moura (Paulo Cursino de) 254
Moura Cabral (Luiz Manuel de) 127, 129
Monroe (James) 217, 220
Muller (Daniel Pedro) 98
Muller (Fritz) 543
Muniz (João Braulio) 269, 277
Muniz (João de Paula) 194
Muniz (João da Silva) 120, 549
Muniz Tavares (Francisco) 106-7, 111, 115, 197-8, 204
Muñoz (Basilio) 292, 424
Muritiba (Barão de) 463
Nabuco (Joaquim) 86, 241-2, 249, 258, 260, 265, 333, 337-8, 352, 354-5, 363, 366, 368-9, 371, 373, 379, 386, 397, 405-7, 410-2, 437, 474, 479, 482, 492, 500-1, 504, 512-3, 515-6, 540, 556, 561
Nabuco de Aroujo 86, 161, 406-7, 411-2, 436, 474, 501
Napion (Carlos A.) 43
Napoleão 13-4, 19-20, 23-4, 26-7, 35, 57, 59, 61, 68, 70, 75, 110, 117, 120, 156, 179, 242

- Napoleão III* 426, 429
Nascimento (Francisco) 506
Natterer 50, 80
Navarro (Dep.) 329
Nazareth (Joaquim da Silva) 40
Nazareth (D. Joaquim de N. S. de) 159, 191, 240
Negrão (Francisco) 98
Neiva (Venancio F.) 19
Neilson 19, 440
Nemeslo (Vitorino) 106
Némours (Duque de) 118, 247, 435
Neri (Ana) 433-4
Neri (Felipe) 210
Neri (Fernando) 494
Neto (Antonio de Souza) 298, 304-5, 444
Neuman 220
Neuville (Hyde de) 29
Neuville (Josephine) 353, 358
Neves (Acurcio das) 30
Neven 106
Niemeyer (Conrado Jacob) 100, 214
Nobrega (Bernardino Ferreira da) 45, 184
Nobrega (Luiz Pereira) 140, 152, 180
Nogueira (Paulino) 115
Nogueira da Gama (Visconde de) 25, 59, 267, 328, 344, 532, 535, 540
Norberto (João) 397
Noronha (Eduardo) 115
Noronha Santos 32, 172, 395, 539
Norton (Luiz) 125, 138, 171, 235
Nunes Galvão (Antonio) 344, 346
Nunês Garcia (José Mauricio) 36, 336
Nunes Machado 366, 368-9
Obes (D. Lucas José) 90, 157, 167
Octaviano (Francisco) de Almeida Rosa 414, 425, 436-7, 464, 538
Offers 50
Olavo (Carlos) 247
O'Leary (Juan E.) 431
Oliveira (Albuquerque) 562
Oliveira (Candido de) 202, 245, 279, 518
Oliveira (Candido Batista de) 319, 364, 395, 545
Oliveira (Felipe Neri de) 348
Oliveira (Pedro Ferreira de) 427-8
Oliveira (Saturnino de Souza e) 274, 321, 329, 332, 338, 354-5, 364
Oliveira (Vicente Antonio de) 116
Oliveira Alvares (Gen. Joaquim) 155, 237, 250
Oliveira Lima (M.) 29, 34, 40, 42, 57, 95, 107, 127, 143, 219, 222, 357, 508, 520, 540
Oliveira Martins 30
Oliveira Mendes (Clemente Alvares) 158
Oliveira Pinto (Miguel José) 144
Oliveira Torres (João Camilo) 559
Oneto y Viana (Carlos) 238, 375
O'Neill 25
Orbigny (A. d') 54, 383
Oribe (Aquilés B.) 138, 297
Oribe (Inácio) 88
Oribe (Manuel) 195, 227, 238, 297, 304, 349, 359, 374, 377-8
Orico (Oswaldo) 501
Orville Derby 545
Osorio (Fernando) 89, 195, 350, 374, 377, 490
Osorio (Manuel Luiz) Marquês de Herval 375, 377, 444, 446-7, 452, 456-7, 459, 461, 482, 490, 493
Osorio (João de Gouvêa) 148, 184
Osorio (Ubaldo) 185
Otero (José Pacifico) 71-4, 233
Otorguês (Cel.) 71, 73, 85
Otoni (Cristiano) 264, 363, 400, 472, 540, 545
Otoni (José Elói) 131, 551
Otoni (Teófilo) 60, 253, 257, 263, 265, 328, 331, 338, 344-6, 351, 353, 355, 390, 413-5, 418, 540, 556-7
Ourlque (Jacques) 524
Ouro Preto (Visconde de) (Afonso Celso de Assis Figueiredo) 434, 440, 454, 456, 518, 520, 522-4, 526-8
Ovide (Francisco) 78
Oyenhansen (João Carlos de) Marquês de Aracati 144, 159, 170-1, 200, 237, 249, 257
Pacifico Pereira (A.) 78, 546-7
Pacheco (Felix) 248
Paes (Garcia Rodrigues) 100

- Paes de Andrade* (Francisco) 210, 285
- Paes de Andrade* (Manuel de Carvalho) 209, 210-3, 275, 284-5, 292-3
- Paes Barreto* (Francisco) 147, 208, 210-2
- Paes Leme* (Pedro Dias) 151
- Pagano* (Sebastião) 30, 119
- Paiva* (José Caetano) 129
- Pailière* 53
- Palma* (Conde da) 47-8, 127, 129, 130
- Palmela* (Duque de) (D. Pedro de Souza Holstein) 46, 69, 73, 85, 118-9, 124, 127, 130-1, 219, 222, 259
- Palmerston* (Lord) 282, 361, 377
- Paranaguá* (Visconde de) 497
- Paranaplocaba* (Barão de) 557
- Parigot* (I.) 50 94
- Parish* (W.) 234
- Parker* (Com.) 279
- Parnaiha* (Conde) 391
- Paso* 63
- Passos* (Carlos de) 247
- Passos* (Francisco Pereira) 399, 545
- Pasteur* 547
- Patos* (Alberto) 454
- Petracino* (José do) 501-3, 514, 538, 563
- Petrani* (Felipe Alberto) 126, 219
- D. Paula* (Princesa) 118
- Paula Batista* 548
- Paula Candido* 397
- Paula Souza* 268, 289, 333, 364, 366
- Paula Coyalcanti* 330
- Prunero* (Gen.) 445
- Pez* (Gen.) (José Maria) 361, 376, 444
- Pedra Branca* (Visconde da) (Domingos Borges de Barros) 35, 93, 158, 220, 242, 537, 551
- D. Pedro I* 21-2, 66, 79, 107, 118, 125, 130-9, 140-4, 146, 149, 150-6, 160-3, 165-8, 171-9, 181, 196, 198-9, 200, 202-9, 211, 215-9, 220-3, 226-7, 229, 231, 234, 236-7, 230, 241-2, 246-7, 249, 250-2, 255-6, 258-9, 260-1, 264, 266, 274, 276, 281-2, 287, 307, 338, 342, 363, 415, 536
- D. Pedro II* 118, 255, 260, 262-3, 265-7, 282, 293, 300, 312, 316, 327-8, 330-2, 334-5, 337, 340-1, 353-4, 363, 365-6, 371, 374, 382, 386, 408, 411, 417-8, 420, 422, 442-3, 448, 451, 460, 462, 465, 474-6, 483-4, 486, 488-9, 490-1, 497-8, 502, 508-9, 516, 522-3, 526, 528-9, 531-2, 536, 547, 557-8
- D. Pedro Carlos* (Infante) 40, 66
- D. Pedro Henrique* 516
- Pedroso* (Manuel dos Santos) 16, 18, 114
- Pedroso* (Pedro da Silva) 216
- Peixoto* (Afrânio) 55, 75, 143-4, 546, 551-2, 558
- Peixoto* (Artur Vieira) 477, 505
- Peixoto* (Mar. Floriano) 441, 462, 505, 519, 524-5, 527-8, 564
- Peixoto* (Manuel Tomaz) 188
- Pelotas* (Visconde de Pelotas) (Corrêa da Camara) 462, 507
- Pena* (L. de Azeredo) 52, 97
- Peña* (Rodríguez) 63
- Penalva* (Gastão) 100
- Penalva* (Marquês de) 123
- Penido* (João) 502
- Perdigão Malheiro* 357, 371-2, 437, 479, 481
- Pereira* (Angelo) 21-2, 40, 334
- Pereira* (Pento Barroso) 241, 249
- Pereira* (Carlos da Costa) 52
- Pereira* (Francisco José) 115-6, 129
- Pereira* (José) 328
- Pereira* (José Clemente) 140, 152, 166-7, 175, 177, 180, 237, 249, 252-3, 276, 317, 333-4, 336, 341, 366, 373
- Pereira* (José Saturnino) 41
- Pereira* (Leopoldo) 52
- Pereira* (Martiniano Mendes) 555
- Pereira de Campos* (João Felix) 183-8, 190
- Pereira da Costa* 96, 99, 112, 383
- Pereira da Cunha* (Marquês de Inhambupe) 197, 204, 222, 240, 257
- Pereira Duarte* (Antonio Gonçalves) 303, 305
- Pereira do Lago* (A. B.) 60
- Pereira Leal* (Felipe José) 427
- Pereira Pinto* (A.) 212, 222, 257, 349, 378, 540
- Pereira Pinto* (Alm.) 373
- Pereira Pinto* (Francisco B.) 16
- Pereira Reis* 545

- Perelra da Silva* 129, 137, 262, 278, 282, 285, 292, 303, 316, 328-9, 333, 337, 353, 365-7, 371, 373, 375, 437, 488-9, 493, 495, 498, 540
Perelra de Souza (Octaviano) 442
Perelra de Souza (Pedro Luiz) 415, 478, 496, 556, 558
Peres (Damão) 124
Périchon (Mme.) 61
Perkins (Dexter) 217
Pessôa (Epitácio) 532
Pessôa (José Elói) 128, 163
Pessôa de Melo (Urbano Sabino) 369
Pessôa da Silva (Manuel) 367, 410, 551
Perry Vidal 353
Pézarat 549
Picconco (José Corrêa) 31
Pietrich 549
Pimenta Bueno (Marquês de S. Vicente) 208, 360-2, 377, 421, 474, 476, 480, 542, 548
Pina (Luiz de) 31, 42
Pindamonhangaba (Barão de) 172-3, 200
Pinheiro (A.) 45
Pinheiro (P. Belchior) 172-3, 197, 204, 287
Pinheiro Chagas (Paulo) 131, 338, 344-5, 351, 390, 414
Pinheiro Ferreira (Silvestre) 39, 66, 125, 132, 135, 208, 534, 537, 559
Pinheiro Guimarães (Cel.) 463, 489, 562
Pinheiro de Vasconcelos (Visconde de Monserrate) 285, 338
Pinto (D. Gertrudes Angelica) 243
Pinto (Irineu Ferreira) 110
Pinto (Sebastião) 79, 82-3, 325-6, 351
Pinto de Campos (Mons.) 259, 271-2, 342, 344, 346, 377, 379, 487-8
Pinto Coelho (José Feliciano) 249, 328, 344-5
Pinto da Fonseca (João) 358
Pinto da Fonseca (Manuel) 358
Pinto Madelra 285
Pinto Pelxoto (Gen.) 160-1, 288
Pio IX 486-8
Pirajá da Silva 45, 93, 185
Pires (Antonio Joaquim) (Barão da Torre de Garcia d'Ávila) 165, 178
Pires (Homero) 291, 551-2
Pires (Joaquim) (Visconde de Pirajá) 165, 184, 210, 257, 312
Pires (Onofre) 297, 347
Pires de Almeida 54
Pires Ferrelra (Gervasio) 148, 208
Pires Gomes (Higino) 313-5
Pires de Lima (J. A.) 31
Piskon (E.) 80
Pizarro (Magalhães) 81, 98
Plancher 251
Pohl 50, 80
Polino (Luiz Marques) 56, 178-9
Pombal (Marquês de) 273
Pompeia (Raul) 415, 562
Ponsonby (Lord) 233, 237
Pontois 259, 260
Popham (Home) 128
Ponte (Conde da) 27, 29, 90
Ponte Rêhelo (Duarte da) 42, 297, 304, 319, 361, 369, 541
Pontecoulant 117
Pontes (Carlos) 437, 545
Pontes (Filió) 562
Portier 394
Porto (Aurelio) 15, 17, 166, 169, 304
Porto Alegre (Araújo) 255, 316, 334, 549, 550, 553-4
Portocarrero (Hermenegildo de Albuquerque) 432
Portugal (Marcos) 36, 41, 174
Portugal (Tomaz Antonio Vila Nova) 21
Portugal e Castro (D. Manuel de) 146, 159
Posadas 71-3
Frader (Simão) 78
Prado (Antonio) 481, 510, 512, 520
Prado (Eduardo) 468
Pradt (De) 205
Presas (José) 63
Price (Ed.) 399
Prior (James) 51
Prudente de Moraes 503
Prudhomme (J.) 272
Przewodowski (André) 394
Pueyrredon (Gen.) 84
Pueyrredon (Carlos Alberto) 61-2, 73, 85

- Quatrefages* 429
Queiroz (A. de) 287, 331, 364
Queiroz (Eça de) 480
Queiroz (Eusebio de) 224, 355, 367, 370-1, 396, 405, 412
Queiroz (João Batista) 280
Quesada (Hector C.) 63, 66
Quesada (Vicente) 469
Quintana (Manuel) 466
Quintela (Inácio da Costa) 132
Quirino (Manuel) 92, 142, 189, 550
Rabelo (Henrique José) 389
Rabelo (José Maria Jacinto) 336, 394, 550
Rabelo (Laurindo) 552, 558
Raddi 50, 80
Rademaker (João) 66
Raeders (Georges) 262, 481, 558
Raffard 264
Ramalho Ortigão 357, 480
Ramires (D. Vicente) 353
Ramos (Eduardo) 313, 390
Ramos (R. Antonio) 65, 361
Rangel (Alberto) 34, 53, 117, 155, 168-9, 180, 200, 210, 213, 242, 255, 259, 260-1, 272, 282-3, 289, 302, 307-8, 316, 457, 461, 477, 488, 530
Rangel Pestana 471
Raposo (Francisco Antonio) 80, 89
Ratcliff (João Guilherme) 211, 214
Ravignani (Emilio) 72-3, 75
Ray (Joseph) 110
Reval (Abbé) 29
Rayol (Domingos Antonio) 539
Rebello (Antonio Henrique) 108
Rebello (Henrique Jorge) 273
Rebello (José Silvestre) 220, 317
Rebello da Silva 122
Rebouças (André) 383-4, 388-9, 425, 442, 451, 501, 510, 515, 529, 540, 545
Rebouças (Antonio) 165, 545
Rebouças (Antonio Pereira) 257, 273, 540
Rebouças (Manuel Maria) 409
Rego Barreto (Lutz do) 113-6, 159
Rego Barros (Sebastião) 274, 309, 310, 319
Rego Monteiro (Jonatas) 17
Reichardt (H. Canabarro) 297, 298
Reis (João Gualberto F. Santos) 216, 551
Reis Junior (José Maria) 550
Resquin (Gen.) 432-3, 447, 458
Restelli (E.) 227
Rezende (Marquês de) (Antonio Teles da Silva) 212, 248
Rezende (Estevão Ribeiro) (Marquês de Valença) 146, 157, 160-1, 172, 197, 240, 242, 250-1, 292
Rezende (P. Venancio Henriques) 197, 204
Rezende Costa (José) 197
Rezende Martins (Amelia) 160, 277, 292
Ribas (Antonio Joaquim) 548
Ribeiro (P. João) 107-9, 114
Ribeiro (João) 415, 537
Ribeiro (João da Mota) 48
Ribeiro (Ílílio) 562
Ribeiro (Lourenço) 548
Ribeiro (Marciano Pereira) 298
Ribeiro da Costa (Joaquim Bernardino) 197
Ribeiro (Charles) 100
Riedel 52
Riag-Wither (Th. P.) 390
Rio Branco (Barão do) 60, 64, 76, 148, 174, 232-3, 235, 259, 291, 360, 379, 381-2, 402, 425, 428, 430, 432-3, 443, 469, 470, 541, 557
Rio Branco (Visconde do) (José Maria da Silva Paranhos) 379, 401, 424-5, 428, 451, 463, 465, 475-6, 477, 479, 480, 483-4, 486-8, 510, 538
Rio Maior (Conde de) 219
Rio Pardo (Conde do) 236, 338
Rio Vermelho (Visconde do) 281, 340
Riva-Zucchelli (Pedro) 237
Rivadavin (Bernardino) 73, 75, 228, 233
Rivarola (Cirilo) 463, 465
Rivera (Frutuoso) 83-4, 88, 195, 228-9, 237, 297, 304, 319, 349, 359, 382
Pivière 394
Roberts 542-3
Robertson (William Spence) 218
Pohzoff 52
Rocha (José Joaquim da) 59, 140, 150-2, 197, 204, 253
Rocha (Justiniano José da) 38, 137, 198, 244-5, 267, 278-9, 289, 290, 308, 316, 375-8, 383, 538
Rocha (Frei Tiburcio José) 39

- Rocha Galvão* (Inocencio) 216, 312
Rocha Martins 185
Rocha Pinto (João) 251
Rocha Pitta (Sebastião da) 541, 553
Rochet (Louis) 415, 549
Rodgers (James) 214
Rodrigo Octavio 142, 323-4, 326, 415
Rodrigo Octavio Filho 127, 203
Rodrigues (Alfredo Ferreira) 306
Rodrigues (Jerônimo Herculano) 300
Rodrigues (José Carlos) 208, 525
Rodrigues (Manuel Jorge) (Barão de Taquari) 80, 195, 229, 235, 300, 321
Rodrigues (Milton da Silva) 46, 51
Rodrigues de Carvalho 197
Rodrigues da Costa (A. J.) 190, 334
Rodrigues da Costa (Com.) 456
Rodrigues da Costa (P. Manuel) 197, 255
Rodrigues Junior 498
Rodrigues dos Santos (Gabriel) 314, 342-3
Rodrigues da Silva (Firmino) 363
Rodrigues Torres (Joaquim José (Visconde de I taborai)) 290, 309, 310, 329, 352, 355, 363, 366, 376, 405, 411, 471, 474, 479
Rodrigues Viana (José Antonio) 129, 188
Rodriguez (Eugenio) 253
Roma (João) 369
Romaguera Corrêa (J.) 343
Romero (Neison) 562
Romero (Silvio) 302, 552-3, 556, 560-2
Rommy 53
Rondeau (Gen.) 65, 70-1
Roquette Pinto (E.) 54, 178, 543
Rosado (Antonio Joaquim) 160, 230
Rosario (Frei João) 109
Rosas (D. Juan Manuel de) 304, 319, 349, 357, 359, 360, 362, 368, 370, 374, 377, 379, 380-2, 404
Rosa (José de Araujo) 211
Rossi (Camilo Luiz de) 21-2, 25
Rothschild (Nathan) 244, 388
Rouen (B. de) 283
Roussin (Alm. B. de) 155, 169, 236, 319
Roure (Agenor de) 167, 247, 253
Roxo (Cecília) 53
Rubens (Carlos) 550
Rubio (J. M.) 63
Rugendas (João Mauricio) 52
Russell (Lord) 417, 420
Russell (Bertrand) 123, 356
Rush (Richard) 217
Russomano (V.) 347
Sa (José Bernardino) 358
Sá (Teodoro José Guilherme de) 91
Sá Viana 315, 412
Saavedra (Cornelio) 61
Sabino (Ricardo Leão) 142, 324
Sabola (Visconde de) 546
Sabola de Medeiros (Fernando) 437
Sabrosa (B. de) 80
Sabugal (Conde de) 26
Sagastume (Vasquez de) 431
Saint-Albin (Alex.) 168, 250
Saint-Hilaire (Auguste de) 47, 49, 52, 55, 97, 98, 100, 144, 146, 295
Saint Gilrons 354
Saint Pierre 179
St. Priest 283, 306
Saldanha (duque de) 80, 159
Saldanha (D. Manuel de) 27
Saldanha (José da Natividade) 142, 210
Saldanha da Gama (D. Antonio de) 75
Saldanha da Gama (D. José de) 27, 291, 537
Saldanha da Gama (Lutz Felipe) 27, 544
Saldanha da Gama (D. Luiz de (Marquês de Taubaté)) 172
Saldanha Marinho (Joaquim) 414, 472, 495
Sampalo (Fr. Francisco de Sta. Tereza de Jesus) 77, 150, 152, 162, 166-7, 176, 551
Sampalo (Gen.) 444, 447
Sampalo (Manuel Inacio) 111-2
Sampalo (Teodoro) 534-5, 541-2
Samuel & Phillips 388
Sanches de Baena 21, 27, 115, 116, 146, 155, 219, 281
San Martin 73, 233, 237, 252
Sanmartin (Olinto) 67, 302
Santa Escolastica (Fr. José de) 27

- Santa Mariana* (Fr. Pedro) 328, 337
S. Carlos (Fr. Francisco de) 82
S. Lourenço (Visconde de) (Targine) 39, 78
S. Luiz (Fr. Francisco de) 125
S. Miguel (Ana Joaquina de) 127
S. Salvador de Campos (Visconde de) 37
Santander (F. de P.) 228
Santarem (Visconde de) 123, 539
Santiago (Joaquim Antonio) 88
Santos (Antonio Cardoso) 127
Santos (Francisco Marques dos) 549
Santos (Francisco Martins) 135
Santos (J. Felicio dos) 202
Santos (P. Luiz Gonçalves dos) 32, 36, 40, 45, 81, 92, 95, 97, 113, 116, 120, 539
Santos (Maria Luiza de Queiroz A.) 550
Santos (Maronesa de) 161, 172, 200, 223, 242, 251, 342
Santos Barreto (João Paulo dos) 271, 333, 338
Santos Pires (Antonio Olinto) 47, 531
Saraiva (Antonio Ribeiro) 123
Saraiva (José Antonio) 410, 421-2, 430, 431, 464, 494-6, 498, 516-8, 530
Sardinha (Antonio) 123
Sarmiento (Domingo Faustino) 376, 380-1, 465, 467
Sarobe (José Maria) 376-7
Sarratea (Manuel) 66
Saxe (Duque de) 435
Schaefer 156, 169, 223
Schillichthorst (C.) 236
Schmidt (Afonso) 552
Schnelder (L.) 430, 433, 443
Schonewolf 47-8
Schott Jr. 80
Secra (Mai.) 211
D. Sebastião 323
Seidler (Carl) 161, 231, 233, 235-6, 274
Seixos (D. Romualdo Antonio de) 126, 189, 223, 250, 299, 306, 334, 365, 540
Seixos Magalhães 510
Semple Lisie 46
Sena (Ernesto) 39, 141, 243, 336, 358, 369, 523, 540, 563
Sena Madureira 505-8, 511
Sena Pereira (Alm. Jacinto Roque) 319
Sergi (Barão de) 446
Sérignan (comte de) 76
Serra (Astolfo) 326
Serra (Joaquim) 501
Serrão (Fr. Custodio Alves) 41, 49, 542
Seweloh 236
Shepperd (Cap.) 235
Sierra y Mariscal (Francisco de) 128
Sigaud (Francisco) 546
Silva (Antonio Barbosa) 47
Silva (Domingos Dias) 191
Silva (Bento Ribeiro da) 320
Silva (Evaristo Ladisláo) 254, 540
Silva (Henrique José da) 78, 549
Silva (Inocencio Francisco) 44, 122, 132
Silva (Joaquim Caetano da) 76, 302, 316, 540-1
Silva (José Carneiro da) 98
Silva (J. Roberto Pereira da) 108
Silva (Lafaiete) 41, 562
Silva (Luiz Moutinho Alvares) 169
Silva (Manuel Pereira da) 323
Silva (Rodrigo) 512, 514
Silva (Simplicio Dias da) 191
Silva Alvim (Francisco Cordeiro da) 317
Silva Barros 112
Silva Bueno 158
Silva Cabral (Francisco Xavier da) 25
Silva Carvalho (José da) 158
Silva Castro (José Antonio da) 216
Silva Coutinho (D. José Caetano) 36, 240, 542
Silva Daltra (José Gabriel) 163
Silva Figueiredo (Francisco Mendes) 187
Silva Freire (José Fernandes) 129
Silva Guimarães (Pedro Pereira) 372, 478
Silva Jardim 515, 521, 528
Silva Lisboa (Antonio da) 188
Silva Lisboa (Baltazar) 31-2, 539
Silva Maia (José Antonio) 160, 255, 316-7, 329, 337, 352
Silva Neto (Antonio) 437

- Silva Pimentel* (Antonio) 27
Silva Pereira (João Marcos Vieira) 38
Silva Pontes 49, 370
Silva Portilho (José Anastacio) 118
Silva Serva (Manuel Antonio) 91
Silva Tavares 304, 348, 462
Silva Torres 163, 337
Silva Tullio 555
Silveira (Bernardo da) 83-4, 159
Silveira (Joaquim Lobo da) 75, 493
Siveira da Mota 415, 482-3, 492-4
Silveira Martins (Gaspar) 386, 473, 488, 491-2, 502, 508, 518-9, 523, 529, 530
Silveira Martins (José Julio) 473, 483, 486, 508
Silveira Mendonça 204
Silveira da Mota (Joaquim Inácio) 415, 544
Simões (João Gaspar) 562
Simoni (Luiz Vicente de) 456
Simonsen (Roberto) 97, 99
Sin'mbú (J. L. V. Cansansão de) 350, 360, 491-2, 494
Silveira Nobre (I) 93
Smith (Sidney) 26, 63, 67
Sorres (Gabriel) 541
Soares Leal 219
Soares de Meireles 546
Sorres de Souza (José Antonio) 269, 280, 316, 361
Sorres de Souza (Paulino José) 279, 317, 329, 333-4, 337, 352, 355, 360-1, 370-3, 375-6, 405, 461, 512, 514, 517
Sodré (Ieronimo) 500
Sodré (Lauro) 524
Soledade (Antonio Vieira) 157
Solon (Cel.) 524, 526, 531
Somosa 63
Soriano (Luz) 124
Sorocoba (B. e Baroneza de) 25, 274
Sosa (Jaime) 468
Sotero das Reis 322, 555
Soulhev (Roberto) 55, 91, 539
Souto & Cia. 436
Souza (Bernardino José de) 164, 212
Souza (Diogo de) 64-5
Souza (Eugenia Francisca de) 16
Souza (Eusebio de) 448, 477
Souza (Francisco Maximiliano) 159, 160
Souza (Gullherme de) 444
Souza (Joaquim Rodrigues) 208, 548
Souza (José Ed. Teixeira de) 546
Souza (P. Marcos Antonio de) 95, 223
Souza (Paulo José de) 48
Souza (Vicente de) 501
Souza Aranha (João M. guel) 299
Souza Campos (Ernesto) 93
Souza Carvalho (Francisco) 188
Souza Carvalho (Visconde de) 333
Souza Filho 55
Souza França 197
Souza Franco (B. de) 404, 410-1
Souza Lima (A. J.) 546-7
Souza Lobo (P.) 389, 391, 520, 549
Souza Martins (Francisco) 324
Souza Mart'ns (Manuel) V. de Parnaíba 191
Souza Melo (José de) 197
Souza Melo (Manuel Felizardo) 367
Souza Neto (Ladisláo) 544
Souza Neto (A.) 421
Souza Queiroz (Francisco Inácio) 170-2, 200, 339
Souza Queiroz (Luiz Antonio) 170
Souza Queiroz (V. de) 236
Souza Pinto (José Maria) 547
Souza Ramos 405
Souza Reis 546
Souza e Silva (João José) 336
Souza da Silveira 552
Spaldina (Walter) 233, 305-6, 318, 351, 431, 439
Snix (Von) 50, 80, 94, 102
Spruce 54
Stael (Mme.) 75
Stonley (Lord) 443
Steinemann (João) 53, 549
Stetten (Von den) 542
Stocker (Francisco de B. Garção) 26, 78, 545
Stratford (E. W.) 478
Strongford (Lord) 23, 33, 39, 56, 63, 66-9, 72-5, 85, 306
Stuert (Charles) 221-2, 247
Stuert-Mill 478
Stuard (R.) 95, 334
Suarez (Gova) 424
Suessuna (Visconde de) 278
Suñerra (Conde de) 130
Sustonia (Ferreira Viana F.) 418

- Surubl* (B. de) 328
Sussekind de Mendonça (E.) 49, 51, 401
Talleyrand 76, 282
Tamandaré (Alm. Marquês de) 295, 325, 423-5, 431, 442, 448-9, 451, 483, 531
Tarquínio de Souza (O.) 143, 174, 207, 247, 254, 264, 271, 277, 293-4, 305, 307, 373, 475, 536
Tasso Fragoso (Gen. A.) 230, 232, 304, 319, 321-2, 338, 349, 351, 421, 434, 436, 444-6, 448, 450, 456-7, 460, 462, 464-5, 467, 525
Tavares Bastos, 242, 402, 421, 487, 516, 538, 556-7
Tavares de Lira (Augusto) 60, 206, 341
Taunay (Adriano Amado) 52
Taunay (Afonso d'E.) 46, 50, 52-3, 55, 78, 80, 92, 99, 103, 128, 144, 161, 171, 173, 237, 239, 255, 357, 392, 396, 483
Taunay (Augusto) 78
Taunay (Felix) 53, 199
Taunay (Hippolyte) 41, 45-6
Taunay (Nicolao) 78, 120, 549
Taunay (Visconde de) 36, 52, 78, 262, 286, 390, 433, 438-9, 517, 529, 530, 540, 543
Tavora (Franklin) 563
Taylor (João) 189, 212, 466-8
Teive e Argolo 542
Teixeira (Muclo) 262
Teixeira Botelho (José Justino) 42, 116, 128
Telxelra de Freitas (Augusto) 202, 289, 315, 412, 478, 548
Teixeira de Gouvêa (Lucio Soares) 241, 262
Telxelra Junior (V. do Cruzeiro) 479, 517
Telxelra de Macedo (Alvaro) 512
Telxelra de Melo 125
Telxelra Mendes (R.) 323, 525, 559
Teixeira de Moraes 368
Teixeira Soares 545
Teixeira e Souza 552-3
Teles (João) 525
Teles da Silva (Antonio) (Marquês de Rezende) 168, 220, 222
Tenreiro Aranha 406
Teotônio (Domingos) 108, 114-5
Téran (Juan B.) 376
Tereza Cristina (Imperatriz) 118, 353, 532
Théo Filho 189
Thiers (A. de) 20, 320
Thompson (Cel.) 433, 460
Thornton 221, 426, 443
Tiburcio (Gen.) 477, 502
Tirone 240
Titara (Ladislão dos Santos) 156, 165, 187, 190, 230, 232-3, 237, 551
Tollenare 95, 191
Tomaz (Alexandre) 108
Torres (João) 121
Torres (Mario) 219
Torres (Orlando) 54, 80
Tores Homem (F. de Sales) 338, 406, 411, 471, 538, 552, 556, 560
Tosta (Manuel Vieira) (Marquês de Muritiba) 368, 405, 412
Tovar (João Vieira de) 81
Tower (Charlemagne) 217
Trigo de Loureiro (L.) 547-8
Trigoso (Francisco Manuel) 124
Trojillo (Eng.º) 444
Udaondo (Enrique) 63
Urquiza (J. J.) 350, 359, 361-2, 376-7, 379, 380, 428, 431, 443, 451, 453
Urrutia (Francisco José) 228
Valadão (Alfredo) 101, 255, 277, 269, 328
Vale (Paulo Antonio do) 172-3
Vale Cabral (Alfredo) 29
Vallery Radot (R.) 480
Vampré (Spencer) 242, 254, 257, 306, 547
Varela (Alfredo) 229, 296, 298, 304
Varela (Mariano) 465
Varnhagen (Frederico Adolfo) 33, 35, 48, 50-1, 65, 82, 106, 110, 115, 127, 128, 142, 147-8, 152, 161-2, 174, 192, 194, 197-8, 207, 221, 538-9, 541-2, 551, 557
Vasconcelos (Arnaldo) 215
Vasconcelos (Bernardo Pereira de) 94, 241, 243, 245, 248, 251, 257, 265, 271, 277, 287-9, 290, 292-4, 306, 308-9, 310, 316-7, 319, 328, 330-1, 337, 357-8, 373, 389, 413, 479
Vasconcelos (Francisco de Paula) 259, 330
Vasconcelos (Fonseca) 197

- Vasconcelos* (Genseric de) 433, 435-6
Vasconcelos (Inácio Acclioi) 197
Vasconcelos (J. M. P.) 244
Vasconcelos (Moacir de) 48
Vasconcelos (Salomão de) 59, 147, 151, 153, 161
Vasconcelos (Simão de) 541
Vauthier 394
Vaz de Carvalho (Itala Gomes) 551
Vaz de Carvalho (Maria Amalia) 118
Vedia (Julio) 467
Veiga (Bernardo Jacinto da) 344
Veiga (Evaristo da) 162, 174, 241, 248, 251, 256, 258, 260, 264-5, 267, 269, 280, 281, 292, 294, 305, 307, 536, 538, 547
Veiga (Luiz Francisco) 540
Velasco 64-5, 72
Veloso (Fr. Conceição) 551
Veloso (Sergio José) 311
Veloso de Oliveira (Antonio Rodrigues) 36, 96, 157
Vergueiro (Senador) 34, 158, 204, 249, 256-7, 259, 260, 264-5, 269, 277-8, 330, 333, 340, 389, 391
Verissimo (José) 141, 563
Verna (D. Mariana de) 281
Verna Belstein (João Reinaldo) 287
Viana (Benevides) 44
Viana (Francisco Vicente) 92, 211, 216
Viana (Helio) 91, 127, 210, 253, 258
Viana (João Mendes) 253
Viana (Paulo Fernandes) 37, 140
Viana (Joaquim Francisco) 355
Viana (Vitor) 137
Viana Filho (Luiz) 280, 311-2, 314-5, 493, 542
Viana de Lima (B. de Jaurú) 431
Vicente de Azevedo (V. de P.) 554
Vicoço (P.) 120
Vidgal (Major) 42, 168
Vidigai (Mons.) 220, 223
Vieira (Damasceno) 334
Vieira (Francisco José) 153
Vieira (Sabino) 267, 280, 310-1, 315
Vieira Couto 49, 101
Vieira Fazenda 36, 37, 40-1, 43, 51, 81, 106, 133, 140, 174, 178, 180, 208, 267, 275, 277, 280, 328, 373
Vieira dos Santos (Antonio) 98
Vieira da Silva 517
Vieira Souto (José Joaquim) 248, 251
Vieytes 63
Vigodet 64, 70-1, 74
Vila da Barra (B. da) 554
Vita Flor (Conde de) 115
Vila Real (Conde de) 220
Vitalba 75, 425
Vitalba (Mario) 558
Vitalba (Tomaz) 424
Vitares (Decio) 550
Vilos Boas (Gaspar) 216
Vitela Barbosa (F.) (Marquês de Paranaguá) 158, 203-4, 230, 240, 257, 331, 334
Vilhena (João J.) 67
Vilhena de Moraes (E.) 325, 341, 343, 418
Vinagre (Irmãos) 299, 300
Vinhais (Ten.) 531
D. fr. Vital M. Gonçalves de Oliveira 486-8
Vitorino (Manuel) 516, 518, 531
Vitoria (R.) 435
Wallace (Alfred Russell) 54, 80
Walsh (Rev.) 54, 66
Wanderley Pinho 314, 363, 365, 372, 451, 471, 475-6
Wappoes (J. E.) 470
Ware (William) 45
Warren (Alm.) 418
Washburn 451
Waterton 51
Watts (Eng.º) 440, 444
Wellington 59, 291
Weyell (Carlos Augusto) 394
Whythead (Eng.º) 444
Wilberforce 57
Williams (Mary W.) 262, 489
Willie e Hancock 45
Wolf (Ferdinand) 556
Xavier Marques 185
Yeo (James Lucas) 58
Zama (Cesar) 498, 529
Zambeccari (Tito Livio) 296-7
Zorrilla de San Martín (Juan) 89
Zufilga (Tomaz Garcia) 238